

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
TESE DE DOUTORADO

**CRIANDO FRONTEIRAS: GUARANIS E KAINGANGS DIANTE DOS
PROCESSOS DE INVISIBILIZAÇÃO PELO ESTADO
(RIO GRANDE DO SUL, SÉCULO XIX).**

ISADORA TALITA LUNARDI DIEHL

ORIENTADORA: PROF.^a DR.^a HELEN OSÓRIO

2023

ISADORA TALITA LUNARDI DIEHL

**CRIANDO FRONTEIRAS: GUARANIS E KAINGANGS DIANTE DOS
PROCESSOS DE INVISIBILIZAÇÃO PELO ESTADO
(RIO GRANDE DO SUL, SÉCULO XIX)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de Doutora em História

PORTO ALEGRE

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

REITOR

Carlos André Bulhões Mendes

VICE-REITORA

Patricia Pranke

DIRETOR DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Hélio Ricardo do Couto Alves

VICE-DIRETOR DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Alex Niche Teixeira

COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Fernando Nicolazzi

Fernanda Oliveira

CHEFE DA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES

Juliani Menezes dos Reis

CIP - Catalogação na Publicação

Lunardi Diehl, Isadora Talita
Criando fronteiras: Guaranis e Kaingangs diante dos
processos de invisibilização pelo Estado (Rio Grande
do Sul, século XIX). / Isadora Talita Lunardi Diehl.
-- 2023.
415 f.
Orientadora: Helen Osório.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2023.

1. indígenas. 2. século XIX. 3. racismo. 4. Lei de
Terras. 5. Regulamento das Missões. I. Osório, Helen,
orient. II. Título.

ISADORA TALITA LUNARDI DIEHL

**CRIANDO FRONTEIRAS: GUARANIS E KAINGANGS DIANTE DOS
PROCESSOS DE INVISIBILIZAÇÃO PELO ESTADO
(RIO GRANDE DO SUL, SÉCULO XIX)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de Doutora em História

Porto Alegre, 04 de setembro de 2023

Resultado: Aprovada com louvor.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Pacheco de Oliveira
Museu Nacional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof.^a Dr.^a Maria Regina Celestino de Almeida
Universidade Federal Fluminense

Prof.^a Dr.^a Vânia Maria Losada Moreira
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Eduardo Santos Neumann
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

*E aquilo que nesse momento se revelará aos povos
Surpreenderá a todos não por ser exótico
Mas pelo fato de poder ter sempre estado oculto
Quando terá sido o óbvio*

(Caetano Veloso- Um Índio)

RESUMO: Esta tese trata das políticas indigenistas da província do Rio Grande de São Pedro durante o período imperial (1822-1889) e das ações dos guaranis e kaingangs frente a estas políticas. Centra-se em compreender o processo de invisibilização, entendida como a negação da existência e da presença indígena no sul do Brasil durante o oitocentos, estabelecendo quais foram os mecanismos para isso. Assim, através de vasta análise documental, em especial da Diretoria dos Índios da província, destacaram-se as guerras, os aldeamentos, os discursos raciais e a disputa pelas terras como os instrumentos mais proeminentes no processo assimilacionista que se objetivava. Guaranis e kaingangs reagiram a estes processos de diferentes formas, que em vários casos, distanciam-se de um protagonismo idealizado, mas relacionam-se intimamente aos contextos e agentes envolvidos nestes processos. A defesa dos territórios foi uma das reações em comum observada em diferentes grupos, ainda que as formas como isso foi feito tenham sido variadas. Assim, a análise em conjunto das duas principais populações nativas da região sul permitiu perceber a construção de uma política indigenista em comum para ambas, mas cuja aplicação dependeu de variados contextos históricos e das ações dos indígenas em relação a estes processos.

PALAVRAS-CHAVE: indígenas, guarani, kaingang, século XIX, aldeamentos, racismo, guerra, Lei de Terras, Regulamento das Missões, adoção forçada.

ABSTRACT: This thesis explores the indigenist policies of the province of Rio Grande de São Pedro during the imperial period (1822-1889) and the responses of the Guarani and Kaingang peoples to these policies. The primary focus is to comprehend the process of invisibilization, which entailed the denial of the existence and presence of indigenous communities in southern Brazil throughout the nineteenth century, and to identify the underlying mechanisms. Through meticulous analysis of extensive documentary evidence, with a particular emphasis on the Indigenous Directorate of the province, several key instruments emerged as prominent in the assimilationist agenda: wars, settlements, racial discourses and land disputes. The Guarani and Kaingang peoples responded to these processes in diverse ways, often deviating from an idealized notion of agency, while remaining closely intertwined with the contexts and actors involved. A shared reaction observed among various groups was the defense of their territories, although the specific approaches adopted varied. Thus, the combined analysis of the two main native populations in the southern region revealed the construction of a shared indigenist policy for both. However, its implementation depended on a multitude of historical circumstances and the actions of indigenous peoples in response to these processes.

KEYWORDS: indigenous, guarani, kaingang, 19th century, settlements, racism, war, Land Law, Mission Regulations, forced adoption.

AGRADECIMENTOS

Essa pesquisa, bem como todas as etapas da minha vida acadêmica, só foi realizada graças ao financiamento público da educação. Assim, esta tese é fruto da Bolsa de Doutorado concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Ministério da Educação. Apesar das dificuldades coletivas enfrentadas pelos brasileiros nos anos em que este projeto vinha sendo executado, como a pandemia, um governo federal autoritário que cortou verbas da pesquisa científica e da educação, além de ser objetivamente hostil aos povos indígenas do Brasil, foi graças à resistência dos funcionários públicos, dos movimentos sociais e dos professores que alguns direitos puderam permanecer e eu pude, mais uma vez, me beneficiar da educação gratuita, pública e de qualidade. Por isso, gostaria de agradecer aos que lutaram para que tivéssemos vacina no braço e comida no prato.

Também gostaria de agradecer aos alunos dos vários lugares que em que trabalhei. A prática da docência firma os pés na realidade e traz sentido para a abstração de anos de construção de uma tese. Obrigada por nos divertirmos juntos. Aos meus professores e professoras um enorme agradecimento, sem vocês jamais teria me apaixonado pelo conhecimento. No doutorado, gostaria de agradecer ao professor Glen Goodman, pelos debates de sua disciplina e pelo envio de bibliografia em língua inglesa. Aos demais professores e colegas que muito contribuíram para a minha formação. Um agradecimento especial à professora Helen Osório, minha orientadora, que topou o desafio de orientar uma tese com uma temática bastante distante da sua área de especialização, mas que me transmitiu segurança pelo seu olhar atento à escrita. Obrigada pela paciência e compreensão nos momentos difíceis e pelas demonstrações de amizade regadas a ótimos cafés. Também agradeço aos membros da banca de qualificação Dra. Maria Regina Celestino de Almeida, Dr. João Pacheco de Oliveira e Dr. Eduardo Santos Neumann, pelas importantes contribuições que ajudaram a escolher os rumos desta pesquisa e por novamente aceitarem avaliar esta tese. Estendo a gratidão à professora Dra. Vânia Maria Losada Moreira pelo aceite desta tarefa.

Gostaria de agradecer a Casa de Velázquez e a École des hautes études hispaniques et ibériques (EHEHI) pela bolsa de estudos e a oportunidade de pesquisa em Madri. Apesar das dificuldades de acesso aos documentos, que ficaram inacessíveis por quase dois anos devido à pandemia, agradeço aos funcionários dos arquivos e bibliotecas que foram essenciais para que eu encontrasse as fontes que buscava, em especial na

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Ao pessoal que passou pelo GT Indígenas/ANPUH-RS obrigada pelas trocas, considerações e leituras, em especial ao Guilherme Brandalise, Marina Gris, Laura Oeste, Ernesto Bastos, Karina Melo e Soraia Dornelles.

Quero deixar registrado meu obrigada aos amigos, companheiros de faculdade ou do velho CHIST: Cláudio, Lennon, Alfredo, Topo, Laura Galli, Linaia, Gabi Zepka, Matheus Gomes, Mathias, Greice, Nunes, Berté, Brunis, Kichel, Arthurro, Robinson, Samuel e Marcos. Sem vocês o caminho não teria tido tanta graça. Agradeço também as amigas que me deram força nos últimos anos: Nalin, Noelia, Ana Rita, Gabi Blanco, Renata e Mari. As colegas da FASE e do CIEE: Fernanda Lima, Andreia, Idala, Ju Gastrig e Fernanda Pryluki. À Júlia Machado e a Patrícia Aguiar pelo cuidado e pelo carinho. Aos colegas do IFSUL por me receberem imensamente bem e pela parceria nos projetos, em especial a Vanilda que me acolheu em Venâncio Aires.

Obrigada ao Mauri que tem sido a minha melhor parceria e o meu amparo. Também quero agradecer as minhas tias e primas, em especial tia Anajara, que sempre esteve presente nos momentos difíceis. Aos meus irmãos e minha cunhada por compartilharmos tantos sonhos: Guga, Nico, Dudu e Elisa. Aos dois pequenos sobrinhos que me fazem sorrir sempre: Ceci e Lucas. Obrigada ao meu pai Zeca e minha mãe Silvana. Aos meus sogros Mauri e Cota pelo apoio incondicional em tantos momentos.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E MAPAS

Figura 1- Xadalu. “Invasão colonial ‘Yvy Opata’ a Terra vai acabar”	18
Figura 2 - Possível território Kaingang no século XIX.	47
Figura 3 - Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, 1822.	52
Figura 4- Mapa das fronteiras do Rio Grande do Sul e Uruguai.....	59
Figura 5 - Mapa das missões do Paraná e Uruguai.	60
Figura 6 - Departamentos de Misiones em 1802.....	61
Figura 7 - Campanhas de Andresito, Chagas Santos e Forças Correntinas nas Missões, século XIX.....	68
Figura 8 - Mapa dos municípios do RS, por volta de 1850.....	75
Figura 9 - Novos povos de dispersão guarani	78
Figura 10 - Mapa das estâncias que tinham os povos missioneiros ao oriente do rio Uruguai.	85
Figura 11 - Estampa do teatro de guerra da Província do Rio Grande,1839.....	91
Figura 12 - Debret. Bugres de Santa Catarina.....	101
Figura 13 - Debret. Chefe dos Bororenos partindo para um ataque.....	105
Figura 14 - Mapa das povoações da Capitania do Rio Grande de São Pedro ,1809. ...	126
Figura 15 - Sino da Capela dos índios de Encruzilhada do Sul.....	136
Figura 16- Mapa ilustrativo do Caminho das Tropas.....	155
Figura 17- Mapa do Avanço das frentes de expansão pelo Brasil Meridional.....	168
Figura 18 - Localização das TI kaingang contemporâneas na região Centro-Sul.....	185
Figura 19- Mapa da imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul - 1924.....	208
Figura 20 - Ferrez, marc. araucária [1880-1884].....	211
Figura 21 - Reprodução das marcas dos botocudos em flechas.	213
Figura 22 - Reprodução das marcas dos coroados em flechas e pinheiros.....	223
Figura 23- Mapa das terras de Cipriano rocha loures – 1871.....	277
Figura 24- Reportagem do Correio do Povo de 1929 sobre os indígenas de Inhacorá. 302	
Figura 25- Debret. Guaranis civilizados, soldados de artilharia no rio de janeiro	310
Figura 26- Debret. Recorte da descrição das pranchas sobre os guaranis 23, 24 e 25 . 311	
Figura 28- Debret. Selvagens guaranis civilizados, ricos cultivadores de videiras.....	312
Figura 27- Debret. Mulheres guaranis civilizadas indo à missa no domingo.....	312
Figura 29- As linhas da viação férrea sul-rio-grandense em 1898.....	336

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Número total de indígenas nos aldeamentos da província.....	368
Gráfico 2- Número de indígenas em São Nicolau do Rio Pardo.....	370
Gráfico 3- Número de indígenas em Nonoai.....	371

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AHRGS	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
AHCMPA	Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre
AN	Arquivo Nacional do Rio de Janeiro
AHN-M	Archivo Histórico Nacional- Madrid
a.p.	Autoria presumida
BN	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
BND	Biblioteca Nacional Digital
d.p	Data presumida
FAM	Fundo Autoridades Militares.
FE	Fondo Estado (AHN-M)
FI	Fundo Indígenas.
FJ	Fundo Justiça.
HD	Hemeroteca Digital
LB	Livro de Batismo
M	Maço
Man.	Manuscritos (seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro)
p.	página.
PRFP	Projeto Resgate de Fontes Paroquiais.
RPP	Relatórios dos Presidentes da Província do Rio Grande do Sul (1830-1889)
s.a.	sem autoria conhecida.
s.d.	sem data.

SUMÁRIO

Introdução	15
Capítulo 1. Discursos de negação da presença indígena (1822-1845).....	40
1.1 Legislação indigenista: a política de “pacificação”	41
1.1.1 A chegada da corte e as cartas régias de “guerra justa”	41
1.1.2 A Independência do Brasil e o lugar dos indígenas no projeto nacional.....	49
1.2 A invisibilização guarani missioneira	55
1.2.1 Um breve histórico da formação dos aldeamentos guaranis no Rio Grande de São Pedro.....	55
1.2.2 As independências no Prata e o engajamento guarani.....	61
1.2.3 Peões e soldados: o êxodo de 1828 e a expropriação das terras e do gado guarani	68
1.2.4 A Guerra dos Farrapos (1835-1845): O recrutamento guarani e os impactos da guerra civil.....	89
1.3 A emergência dos kaingangs.....	99
1.3.1 O etnônimo “bugre” e a criação do selvagem	99
1.3.2 Confrontos, milícias e bugreiros.....	106
1.4 Tupis – tapuias do sul: algumas conclusões	111
Capítulo 2. Aldeamentos visíveis e invisíveis (1845 -1852)	114
2.1 O Regulamento das Missões de 1845	115
2.1.1 A Diretoria dos Índios do Rio Grande de São Pedro e seu primeiro diretor	120
2.2 Notícias sobre os aldeamentos guaranis	124
2.2.1 A Aldeia de São Nicolau do Rio Pardo	126
2.2.2 A Aldeia em Encruzilhada.....	133
2.2.3 Aldeia de Cachoeira do Sul e o antigo Povo de São Luiz das Missões.....	137
2.3 O Regulamento chega aos “bugres”: os aldeamentos como solução para “pacificar” os caminhos	143
2.3.1 Aldeamento e o risco da escravização dos indígenas.....	146

2.3.2 A distribuição de roupas como estratégia para aldear	150
2.3.3 A ‘pacificação’ dos caminhos do Mato Castelhano e do Mato Português..	154
2.4 A formação dos aldeamentos kaingang: negociação e alianças.....	160
2.4.1 O cacique Vitorino Condá e a formação de Nonoai.....	169
2.4.2 O cacique Fongue e a formação de Guarita.....	176
2.4.3 Os caciques Braga e Doble e a formação do aldeamento em Campo do Meio	180
2.5 A descrença nos aldeamentos kaingang: racismo, imigração e conflitos	185
2.5.1 Uma reflexão sobre racismo a partir dos escritos de A. Mabilde.....	187
2.5.2 Racismo e imigração alemã: o impacto sobre as populações indígenas.....	202
2.5.3 A volta dos conflitos: “botocudos”, João Grande e o massacre ao grupo de Doble	210
2.5.4 Discursos racistas e a descrença na política de aldeamentos.....	217
2.5.5 A aldeia de Vacaria, Pontão, Santa Isabel ou Caseiros: as políticas do cacique Doble	231
2.6 Territorialização indígena e racialização indigenista: algumas conclusões	245
Capítulo 3 – A disputa pela terra (1850 -1889).....	248
3.1 A centralidade da terra: O Regulamento das Missões e a Lei de Terras....	249
3.2. Nonoai e suas cercanias.....	260
3.2.1 Os posseiros em Nonoai: a invasão de “brasileiros” e do ex-diretor João Cipriano da Rocha Loures.	264
3.2.2 A disputa por Erechim e o início da vendeta.....	279
3.2.3 O conflito entre Condá e Fongue: Nonoai como simulacro de aldeamento	289
3.2.4 A Guerra do Paraguai e aldeamento de Inhacorá: O Cacique Fongue deixa de ser um aliado.....	296
3.2.5. Erechim e o destino das aldeias kaingangs.....	302
3.3 São Vicente: a utilização guarani da Lei de Terras.....	308
3.4 A extinção de São Nicolau do Rio Pardo	328

3.4.1. A disputa pela erva-mate e evasão do aldeamento	328
3.4.2 A rifa das terras e a lei de extinção do aldeamento	339
3.5. Terras indígenas: algumas conclusões.....	348
Epílogo. Adoção forçada, casas de ofícios e envio de crianças indígenas para o Arsenal de Guerra e Marinha	353
Conclusão: os índios invisíveis ou os “brasileiros”.....	368
Bibliografia.....	381
Fontes.....	403
Anexo 1- Aldeamentos da província do Rio Grande de São Pedro do Sul (1822 a 1889)	408
Anexo 2- Número de indígenas aldeados na província do Rio Grande de São Pedro do Sul (1822 a 1889)	410
Anexo 3 – Composição da Diretoria Geral dos Índios e das Diretorias dos Aldeamentos (1822 a 1889).....	411
Anexo 4 – Mapa dos Aldeamentos da província do Rio Grande de São Pedro (1822-1870)	414

INTRODUÇÃO

(...) Fazer com que parássemos nas cidades deveria ter sido o último e necessário passo para nossa assimilação, absorção, apagamento, culminância de uma campanha genocida de quinhentos anos. Mas a cidade nos refez, e nós a tornamos nossa. (...) Isto era parte do Ato de Realocação Indígena, que era exatamente o que soa ser. Façam-nos parecer-se conosco, agir como nós. Tornar-se nós. E então desaparecer. Mas não foi assim. (...) Agora muitos de nós são urbanos. Se não porque vivemos em cidades, então porque vivemos na internet. Dentro do arranha-céu de múltiplas janelas de navegador. Chamavam-nos citadinos, superficiais, inautênticos, refugiados sem cultura, maçãs. Uma maçã é vermelha por fora e branca por dentro. Mas nós somos o que nossos ancestrais fizeram. Como sobreviveram. (...)

Tommy Orange, There, There¹

O trecho do romance de Tommy Orange sobre os índios urbanos em Oakland explicita a inquietação que me levou a iniciar esta pesquisa. Compreender os índios modernos e contemporâneos, em situações tão diversas quanto habitantes de grandes centros urbanos ou isolados em florestas tropicais, implicava compreender um processo histórico já estudado, mas que ainda não abarcava todos os meandros das especificidades regionais e muito menos tinha espaço de destaque nas explicações sócio-históricas da formação nacional.

Já no começo da minha pesquisa acadêmica tinha curiosidade pela história daqueles considerados “pouco índios”, que carregavam uma “ambiguidade étnica”, que fazia com que em alguns momentos fossem considerados indígenas e em outros não. Interessava-me justamente os “índios misturados”, que, como descreveu João Pacheco de Oliveira², não recebiam atenção histórica e etnográfica porque não eram entendidos como “puros”. A força do conceito de “índios misturados”, presente nos Relatórios dos Presidentes das Províncias do nordeste brasileiro durante o século XIX, fez com que a própria pesquisa social contemporânea tomasse a “mistura” como “uma fabricação ideológica e distorcida”, que distanciava os indígenas daquilo que os especificava enquanto tal, sua distintividade étnica e cultural compulsória³. No sul do Brasil, por motivos distintos, também foi através das mesmas fontes que se construiu um discurso de inexistência dos indígenas, fazendo-se crer que esta era uma região “mais branca”.

¹ ORANGE, Tommy. Lá não existe lá [tradução de There, There]. Tradução de Ismar Tirelli. Rio de Janeiro: Rocco, 2018.

² OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.

³ *Ibidem*, p.52.

Também me inquietava a negação da presença de “índio-descendentes” no Brasil. Ao contrário dos Estados Unidos, onde, por mais problemático que seja este critério, a “indianidade” é reconhecida oficialmente por “políticas de sangue” que “medem” um percentual de ascendência ameríndia e certificam o pertencimento um grupo étnico⁴, em nosso país não existe meio termo: ou se é índio ou não se é⁵. Tal visão faz parte de toda uma construção historiográfica e antropológica que colocava os indígenas como seres do passado, incapazes de qualquer transformação e, portanto, fadados ao desaparecimento.

Isso fez com que por muito tempo a história dos indígenas se resumisse à crônica de sua extinção⁶. É justamente nos resquícios de incapacidade de reconhecimento da transformação dos indígenas que reside a impossibilidade de compreender a descendência indígena de milhares de brasileiros. Em contraste com a história dos descendentes de povos africanos na qual os “mestiços” são considerados parte da memória e da história do povo negro brasileiro, os indígenas só são reconhecidos socialmente a partir de um estranho critério de “pureza racial”, que inclusive é escamoteada pela substituição da discussão sobre raça (e racismo) pela utilização do termo “étnico”⁷. Pesa aí a identificação (e autoidentificação) de grande parte da população brasileira como “parda”, em muitos momentos associada automaticamente apenas com a ascendência africana.

A história parecia-me definitiva demais, ou era a crônica do genocídio da população nativa, ou era o protagonismo da resistência colonial de algumas lideranças (masculinas). Em comum, essas histórias narravam fatos de indivíduos bem delimitados dentro de suas

⁴ Sobre a política de sangue nos EUA e em especial o caso das comunidades Cherokee ver: STURM, Circe. *Blood Politics: Race, Culture and Identity in the Cherokee Nation of Oklahoma*. Berkeley, CA. University of California Press, 2007.

⁵ Para ampliar o debate sobre ser ou não indígena, podemos citar a confluência de outros fatores além da “raça” que configuram o pertencimento étnico. Marisol de La Cadena, partindo de reflexões sobre raça/etnia e nação, chegou a interessantes conclusões sobre quem é considerado indígena em Cusco no Perú, remetendo este pertencimento a uma longa trajetória de acesso (ou não) à educação. Assim, o racismo peruano foi gestado sobre a ideia hegemônica de que a educação criaria hierarquias legítimas. CADENA, Marisol de la. *Indígenas mestizos. Raza y cultura en el Cusco*. Lima: IEP, 2004.

⁶ MONTEIRO. John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese Apresentada para o Concurso de Livre Docência. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001, p. 04.

⁷ Manuela Carneiro da Cunha ao discutir a questão da raça e etnia resume brilhantemente a questão: "A emergência da noção de identidade étnica, como é sabido, deu-se em contraposição à noção de raça. Raça, supostamente, era uma característica biológica, enquanto identidade étnica seria uma característica cultural. Mas houve séria contaminação entre as duas noções. Naturalizou-se fortemente a cultura. Embora o cultural fosse adquirido, ele foi pensado como uma “segunda natureza”, e as roupas da cultura aderiram a quem as vestia como se fossem uma segunda pele, uma “epi-epiderme”. É óbvio que se sabia do trânsito das pessoas entre identidades étnicas diversas, mas se acrescentou a ideia de autenticidade, como se houvesse uma identidade étnica mais fundamental, única verdadeira, única “natural”, que cumpria reencontrar praticando sua cultura." CUNHA, Manuela Carneiro da. *Identidade étnica*. In: SALLUM JÚNIOR, Brasília et al. (Org.). *Identidades*. São Paulo: Edusp, 2016. p. 44.

“tribos” e que depois acabavam por desaparecer sem deixar vestígios. Lendo a historiografia recente sobre indígenas fui me dando conta de que vários trabalhos apontavam para os interstícios. Por isso, na minha dissertação de mestrado⁸ fui em busca daquele que eu considerava o primeiro “apagão” da história de índios e mestiços de índios: a escravidão. Por ser proibida, a escravização dos nativos da América foi mascarada, muitas vezes através da negação da origem étnica dos escravizados, fazendo com que os indígenas desaparecessem sob uma profusão de classificativos que escondiam as origens nativas. Nem sempre este processo foi de mão única, ou deliberado; em muitos casos, em uma sociedade excludente de Antigo Regime, reinventar suas origens foi um mecanismo de ascensão social para indígenas, negros e “mestiços”.

As histórias dos índios ‘fora de lugar’, ou seja, aqueles que ocupam cidades, aqueles que só falam português, aqueles que cujo fenótipo não é marcadamente indígena tem um enorme potencial de contar a história do Brasil. Por isso, minha intenção inicial era trabalhar com estes sujeitos, em especial os indígenas urbanos do século XIX no sul do Brasil. Pesava nesta escolha o fato de o Rio Grande do Sul ideologicamente ter sido construído como terra de “brancos” e que em seus discursos oficiais buscava distanciar-se do restante do país de mestiços, dando ênfase na herança dos imigrantes italianos e alemães que aqui se instalaram durante o oitocentos.

Ao iniciar a prospecção das fontes de pesquisa me deparei com uma “*Relação da tribo de índios chegados a esta Capital*”. Nela constavam cinco famílias, como a do índio Rufino que chegou à Porto Alegre com sua jovem esposa Maria e seus oito filhos, o mais novo dos meninos, de apenas 4 anos, chamava-se Schmidt⁹, nome de origem alemã que nos aponta um pouco da miscelânea cultural de que era feita a sociedade sul-riograndense. Nestas buscas encontrei a história do “*bugre Felipe*” que mesmo sendo menor de idade, tomou um vapor para Porto Alegre para “*aprender a ler*”, fugindo do aldeamento de Nonoai¹⁰. E com a história do encontro entre o Cacique Fongue e o Cacique Doble em uma visita que fizeram à Capital para falar com o presidente da província, em 1853¹¹. Também consultei a Matrícula de Enfermos da Santa Casa de

⁸ DIEHL, Isadora Talita Lunardi. *Carijós, mulatas e bastardos: A administração indígena nos Campos de Viamão e na Vila de Curitiba durante o século XVIII*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

⁹ AHRS. FI. M5 Relação da tribo de índios chegados a esta capital. S.d / S.a.

¹⁰ AHRS. FI. M4. Carta do Diretor Geral José Joaquim Andrades Neves para o Presidente da Província Angelo Moniz da Silva Ferraz, Rio Pardo, 21/07/1858. AHRS. FI. M. 4, DGI. Carta de Elizário a sua mãe em que informa sobre o bugre Felipe. Porto Alegre, 16/09/1858.

¹¹ BN. HD. RPP. Relatório do Presidente João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu à Assembleia Provincial, 06/10/1853, p. 26.

Misericórdia que, ao arrolar as cores dos pacientes que ingressavam na instituição, permitiu-me encontrar uma profusão de classificativos que remetiam à “indianidade”: como “índio”, “china”, “pardo” e, em menor medida, “indiática” e “cabra”¹².



FIGURA 1- XADALU. “INVASÃO COLONIAL ‘YVY OPATA’ A TERRA VAI ACABAR”

FONTE: FOTO: EXPOSIÇÃO / XADALU / CP

Por mais interessantes que estas histórias pudessem ser, elas contavam-me muito pouco sobre como aquelas pessoas tinham ido parar na cidade de Porto Alegre, pareciam-me muito mais os capítulos finais de um percurso de apagamento étnico cujas origens eu intuía estarem ligadas às políticas de Estado. Iniciei a pesquisa para compreender como havíamos terminado o período Imperial negando a presença dos indígenas. O objetivo passou a ser o de construir uma história da invisibilização dos índios através das políticas do Estado e da reação dos indígenas a este movimento. Desta maneira, esta é uma tese sobre a política indígena e a política indigenista durante o período imperial do Brasil.

Optei por trabalhar os principais grupos étnicos existentes no Rio Grande do Sul do século XIX de maneira conjunta e sincrônica. Porque as histórias dos guaranis e dos kaingang acabaram sendo sempre contadas separadamente, porém, elas têm pontos de aproximação e de distanciamento que merecem ser vistos em conjunto e que permitem observar a consolidação de uma política indigenista comum, ao mesmo tempo em que manifestam trajetórias históricas distintas.

¹² ARQUIVO DO CENTRO CULTURAL SANTA CASA. Matrícula Geral dos Enfermos, Fundo: Direção Médica, Livro 3: 1866-1872; Livro 4: 1873-1880; Livro 5: 1883-1888; Livro 6: 1888-1893.

A análise acabou concentrando-se em quatro eixos: discursos raciais, guerras, aldeamentos e disputa pelas terras. Essas temáticas só puderam ser delimitadas a partir da leitura sistemática das fontes documentais sobre o período, já que, como apontarei a seguir, só a partir da análise estruturada da documentação sobre guaranis e kaingangs pude destacar estes aspectos como cruciais para o projeto de invisibilização. Alguns destes processos estiveram mais proeminentes em um período do que em outro nas políticas indigenistas do século XIX. Por isso, estabeleci uma divisão de capítulos que contém certa tematização e periodização. Entretanto, vale destacar, alguns destes aspectos se sobrepõem e complementam tanto temporal quanto tematicamente. Assim, a dialética das ações de indígenas e agentes do estado, resultaram em movimentos de ocultamento e presença indígena, passíveis de serem observados ao longo do tempo.

Um conjunto documental bastante utilizado neste trabalho foi o dos *Relatórios dos presidentes da província*¹³. Os do Rio Grande de São Pedro iniciam-se em 1830, foram interrompidos pela guerra civil em 1835 e retomados em 1846, indo até a 1889. A documentação contém muitas informações, especialmente na sessão “Catequese e Civilização dos Índios”. A abundância de debates sobre a política indigenista presentes nestes informes das autoridades máximas da província contrastavam com a inexistência de trabalhos acadêmicos que as utilizassem de forma sistemática. Grande parte dos dados reproduzidos nos Relatórios dos presidentes proveem da Diretoria Geral dos Índios, no período em que esta já existia. Contudo, é possível observar as diferentes posturas dos agentes estatais em relação às políticas indigenistas e ações dos indígenas contrastando as informações dos diretores de aldeia, do diretor geral e dos presidentes.

Desta forma, a maior parte das informações sobre os indígenas no Rio Grande de São Pedro provem da *Diretoria dos Índios*. As Diretorias dos Índios foram instituídas no Brasil pelo *Regulamento acerca das missões de catequese e civilização dos índios* de 1845¹⁴. Antes disso, a política indigenista estava submetida às Assembleias Provinciais¹⁵. Assim, no período mais imediato a independência do Brasil, foi através da documentação

¹³ Documentos escritos pelos governantes para serem apresentados as respectivas Assembleias Legislativas, normalmente na sessão de abertura ou na finalização de um governo, fazendo com que em alguns anos exista mais de um relatório.

¹⁴ Documento emitido pelo Ministério e Secretaria de Estado dos negócios do Império e que trazia uma série de iniciativas de regulamentação da política indigenista com abrangência nacional. DECRETO N. 426 - DE 24 DE JULHO DE 1845 Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/387574/publicacao/15771126>

¹⁵ LEI N° 16, DE 12 DE AGOSTO DE 1834. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-16-12-agosto-1834-532609-publicacaooriginal-14881-pl.html>

de âmbito local que se tornou possível acessar as políticas do Estado para as populações nativas e observar algumas das reações das parcialidades indígenas envolvidas nestes processos. A documentação dos *Comandantes da fronteira*, especialmente das Missões, foi essencial para acessar as informações sobre a população guarani no período de 1820 a 1835.

A *Diretoria Geral dos Índios do Rio Grande do Sul* formalizou-se em 1847¹⁶. A partir desta data temos informações mais ordenadas e frequentes sobre a política indigenista na província. Dentro da documentação da Diretoria Geral encontram-se relatórios, correspondência entre os diretores gerais dos índios e diretores dos aldeamentos, e entre os primeiros e os presidentes da província. Ocasionalmente encontramos documentos escritos por outros agentes do Estado, como delegados, chefes militares e missionários. Ainda mais raramente, encontramos neste conjunto documental pleitos das lideranças indígenas, escritos por eles próprios, pelos diretores das Aldeias ou por sujeitos que viviam nos aldeamentos. Esses documentos estão em um fundo documental chamado “*Indígenas*” no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e tem uma divisão bastante arbitrária do seu conteúdo, o que fez com que para compreender as histórias aqui narradas eu tivesse que ler centenas de páginas e cruzar as informações existentes em vários maços e pastas distintas. As referências desta documentação que se encontram nas notas de rodapé foram elaborações minhas, já que o Arquivo até hoje não procedeu uma catalogação destes documentos, estando separados apenas por maços e, em alguns casos, por anos.

Os documentos da Diretoria Geral vão até 1889 quando foi proclamada a República no Brasil e um decreto do governo provisório de Deodoro da Fonseca reestabeleceu a competência da “*catequese e civilização dos indígenas e o estabelecimento de colônias*” como sendo dos governadores dos estados da nação¹⁷. No entanto, a partir da segunda metade da década de 1860 as informações sobre os indígenas da província foram escasseando, porque a grande maioria dos aldeamentos foram extintos e a Diretoria dos índios foi desarticulada. Também os Relatórios dos Presidentes deixaram de trazer informações sobre a “civilização dos índios”. Naquele momento, o

¹⁶ Ano do primeiro relatório feito pelo Diretor Geral dos índios. BN. Man. I-32,14,04. Relatórios de José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios do Rio Grande do Sul nos anos de 1847, 1852 e 1854.

¹⁷ DECRETO Nº 7, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1889. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7-20-novembro-1889-517662-publicacaooriginal-1-pe.html>

projeto de invisibilização encontrava-se em adiantado processo. Isso não significou, como veremos, o desaparecimento dos indígenas.

Ainda, foram utilizados os relatos de dois naturalistas. O primeiro deles é a *Viagem ao Rio Grande do Sul*, de August Saint-Hilaire, datado de 1824, quando o botânico francês percorreu diversas localidades do sul do Brasil e entrou em contato com as populações guaranis da fronteira e dispersas pelas cidades da província¹⁸. O segundo é denominado *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul*¹⁹. São 64 notas, produzidas entre 1848 e 1850, do belga Pierre François Alphonse Mabilde. Ele esteve em contato com os kaingang quando atuou como agrimensor e engenheiro das colônias destinadas à migrantes europeus. Mais do que utilizar os relatos etnográficos de Mabilde como forma de descrever os indígenas, prática já bastante comum nos estudos etnohistóricos, procurei analisar através deles o que pensavam os intelectuais da época, como entendiam as populações indígenas dentro de um contexto de surgimento do racismo científico e como isso influenciou na política de invisibilização promovida pelo Estado.

Invisibilização aqui é entendida como um processo ativo de negação da existência da diversidade e a busca por homogeneização das populações indígenas dentro da nação, que se traduziu em políticas indigenistas engendradas por diferentes agentes. Isso não significa dizer que os indígenas eram invisíveis para o Estado, pelo contrário, como mencionado, abundam fontes oficiais sobre eles. Significa que diferentes agentes ligados ao Estado, políticos, militares, religiosos e intelectuais gestaram ideias e buscaram colocar em prática ações que tinham como objetivo apagar a multiplicidade, “incluindo” os indígenas na nação através da eliminação de suas diferenças, mas, sempre que isso se mostrou impraticável, mantinha-os exteriorizados da sociedade, como “outros”, colaborando assim para sua exclusão²⁰.

¹⁸ SAINT-HILAIRE. Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul* [Tradução de Adroaldo Mesquita da Costa]. Porto Alegre: ERUS, 1987.

¹⁹ MABILDE, Pierre F. A. Booth. *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação Coroados dos matos da província do Rio Grande do sul*. São Paulo: Ibrasa, 1983. A obra analisada é um livro publicado postumamente, em 1983, pelas bisnetas do autor.

²⁰ Nina Friedmann utiliza os conceitos de “invisibilidade” e “esteriotipia” para compreender a negação da existência de populações negras e de origem africanas na Colômbia. Segundo ela, invisibilidade é uma estratégia de domínio projetada no tempo e no espaço, na qual fundem-se os âmbitos da ciência, o acadêmico e o político. Através da invisibilidade, promove-se o constante exercício de negação da presença daquela população. No caso por ela analisado, inicialmente a invisibilização tinha como objetivo a exploração econômica dos sujeitos negros. Articulada à invisibilidade estava a “esteriotipia”: nos momentos em que os negros eram visíveis, esta visibilidade sustentava-se em um conjunto de imagens

Portanto, a invisibilização é o resultado das diferentes forças atuantes nas políticas indigenistas, mas também nas políticas indígenas. Não como um processo maquiavélico gestado fora das relações sociais, ainda que seus resultados tenham sido bastante prejudiciais para a população guarani e kaingang. Ou seja, o Estado aqui não é entendido como um ente abstrato que paira sobre a sociedade, ele é constituído de indivíduos e de forças sócio-políticas distintas integradas a um contexto histórico.

Nesse sentido, acredito que o processo de *invisibilização* teve como resultado a *criação de uma fronteira* com relação aos povos indígenas. O processo de criação do Brasil como uma nação independente desencadeado pela promulgação da separação com o governo português, feita pelo monarca Pedro I (1822), e posteriormente aprofundada pela abdicação do trono e o início do período regencial (1831) gerou uma necessidade de criação de um “povo genuinamente brasileiro”. Tal qual os países europeus, a intelectualidade brasileira fez um esforço de articulação do que podia ser entendido como nacional e o que não, criando, desta maneira, não apenas as fronteiras cartográficas, ainda precariamente demarcadas, mas principalmente tentando estabelecer balizas para inclusão do que era nacional ou estrangeiro, quem éramos nós e quem eram os outros²¹.

Assim, fazia-se necessário não apenas lidar com os indígenas reais que se encontravam em meio à expansão das atividades produtivas e colonizatórias, mas também de encontrar um lugar para os ameríndios na sociedade nacional²². Como apontou João Pacheco de Oliveira, a formação do Brasil não pode ser entendida exclusivamente pelos espaços europeizados, colocando como “fronteira” ou “sertão” os locais a serem apropriados pelos colonizadores. A construção da nação não se fez exclusivamente por seu viés econômico, ela faz parte de um esforço de criação de um imaginário que, ao construir os indígenas como “outros”, como maus, buscava a justificação da violência e do domínio colonial. Assim, primeiro as populações deveriam ser vencidas e subjugadas para em seguida serem “domesticadas e transformadas”. Ou seja, a proposta do autor é

passionais, gestadas durante o surgimento do capitalismo, no qual a África foi definida através do olhar europeu. Parece-me que o processo vivido pelas populações indígenas do sul do Brasil assemelha-se a invisibilização e a descrição estereotipada descritas pela autora. Ver: PEÑA, Inge Helena Valencia e CHICA, Laura Silva. Nina S. de Friedemann: Imágenes de la existencia negra en Colombia | *Revista Chilena de Antropología Visual*, nº 23, Santiago, Junio 2014, p. 27-61.

²¹ THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. Porto Alegre. *Anos 90*, n.15, 2001/2002.

²² MONTEIRO, John M. As raças indígenas no pensamento brasileiro do Império. In: MAIO, Marcos Chor (org). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996, p. 41-58.

que se compreenda a *fronteira* mais do que como um espaço geográfico, como um lócus de “negação de direitos”²³.

Silva Ratto e Marcelo Lagos discutiram o conceito de “*frontera interior*”, utilizado na Argentina, a partir da década de 1860, para designar espaços em que, estando dentro da geografia entendida como nacional, eram ocupadas por povos “estranhos” à nacionalidade, neste caso os indígenas do Chaco e da Patagônia. O termo aparece nas atas do parlamento relacionado à questão militar de enfrentamento dos indígenas e à cessão de territórios indígenas a colonos europeus²⁴. Ainda que a ideia de uma fronteira interna não possa ser encontrada de maneira tão explícita na documentação do Rio Grande do Sul, parece-me que os discursos dos agentes provinciais travado nesta região são bastante semelhantes ao caso argentino, onde se debatem as fronteiras de exclusão e inclusão das populações autóctones na nacionalidade. Portanto, esta tese busca compreender como se deu a construção desta “fronteira interna” ou “complexo fronteiriço” para os povos indígenas no Rio Grande do Sul, através das políticas destinadas a esta população.

Essa “fronteira interna” que emerge no contexto de consolidação da nação brasileira do século XIX, diferencia-se e sobrepõem-se às fronteiras étnicas. Como propôs Barth, as distinções étnicas engendram-se justamente em contextos de interação social e tais intercâmbios não levam à aculturação, persistindo as diferenças culturais nas situações de contatos interétnicos²⁵. Há que se levar em conta que não há aqui uma cultura estática, os processos de formação da diferenciação étnica dos indígenas estão justamente involucrados pelo contexto político do Estado nacional e vão transformando-se em relação dialética com as teorias e práticas das sociedades não indígenas em contato. Porém, o projeto de homogeneização nacional, levado a cabo através das políticas indigenistas, busca justamente eliminar as características valorativas básicas dos diferentes grupos indígenas, bem como os sinais e signos manifestos das diferenças étnicas. Assim, a *invisibilização* de guaranis e kaingang partia de uma dupla negativa: o apagamento de sua auto atribuição como grupo étnico diferenciado, ao mesmo tempo que lhes negava a participação plena como membro da nação.

²³ OLIVEIRA, João Pacheco de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios*: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016, p. 18.

²⁴ Os autores discutem no artigo como o termo “*frontera interior*”, sofreu transformações ao longo do tempo e como foi apropriado por correntes historiográficas distintas no século XX. RATTO, Silvia e LAGOS, Marcelo. El concepto de “*frontera interior*”: de la política a la historiografía. *Entrepasados*. Buenos Aires; vol. 36 p. 51- 72, 2011.

²⁵ BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: BARTH, Fredrik. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. p. 25-68.

Assim, a invisibilização não é um projeto de viés único, a *política indígena* desenvolvida pelos diferentes grupos “autóctones” que ocupavam o hoje estado do Rio Grande do Sul fez frente a esse processo de invisibilização. Eles buscaram (e ainda buscam) marcar sua existência para a sociedade “branca” de diferentes formas. Longe de reatualizar o binômio aculturação x resistência²⁶, o objetivo aqui é demonstrar como os indígenas adaptaram-se aos processos de interação com a sociedade “envolvente” e transformaram a si próprios neste processo. Isso não significa dizer que se “aculturaram”, perderam sua cultura ou deixaram de ser indígenas. Também não significa que permaneceram imutáveis, com modos de vida imperturbáveis diante das transformações estruturais. Significa apontar que ao longo do século XIX novas situações foram se impondo e os indivíduos e grupos tomaram decisões dentro dos limites impostos pelo contexto, que influenciaram na maneira com que viveram seu presente. Muitas vezes, estas decisões passavam pela tentativa de manutenção de suas terras, pela resistência armada, pela fuga para cidades. Outras, levavam à aceitação do aldeamento, às alianças militares com o Estado, ao trabalho de abertura de estradas ou nos ervais. Nenhuma destas escolhas era mais ou menos indígena, elas eram respostas diversas a um contexto novo. Nestas respostas certamente guaranis e kaingangs articulavam saberes tradicionais indígenas e experiências de contatos prévios com novos instrumentos de mobilização. Contudo, não deixaram de identificar-se como grupos indígenas. Já para a sociedade não indígena o projeto de invisibilização foi muito efetivo, especialmente com relação aos Mbyá-Guarani que, como veremos, até a própria historiografia tomou o século XIX como um momento de desaparecimento e aculturação deste povo.

Neste mesmo sentido, Boccara ao propor o conceito de *espaço fronteiro*, enfatiza a fluidez das relações sociais construídas nas zonas de contato, pois, ele alerta, ao tomar fronteira como um espaço ou um fenômeno social *a priori* não desconstruímos

²⁶ A discussão sobre a polarização entre aculturação e resistência é longa. Nos últimos 20 anos muitos trabalhos têm buscado romper com esta dicotomia, muitas vezes trazendo o conceito de etnogênese como maneira de rever a história do contato. Assim, buscaram diminuir a ênfase na dizimação da população indígena e nas suas perdas culturais para realizar estudos que ressaltam a emergência de novas formações sociais e identidades étnicas. Ver: HILL, Jonathan D. (Ed.). *History, Power, and Identity: ethnogenesis in the Americas, 1492-1992*. University of Iowa Press, 1996; MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese Apresentada para o Concurso de Livre Docência. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.; BOCCARA, Guillaume. Poder e etnicidade no Chile: territorialização e reestruturação entre os Mapuche da época colonial. *Revista Tempo*. São Paulo, nº 23, jul/dez, 2007; BOCCARA, Guillaume. Génesis y estructura de los complejos fronterizos euro-indígenas. Repensando los márgenes americanos a partir (y más allá) de la obra de Nathan Wachtel. *Memoria Americana 13- Año 2005*, p. 21-52.

a divisão civilização *versus* selvageria²⁷. Assim, a construção dos sujeitos fronteiriços deve ser pensada como um processo que tem relação tanto com a elaboração intelectual sobre as populações indígenas como com as reações destas mesmas populações. O resultado disto é formação de novos sujeitos sociais:

Entendo assim a fronteira como um espaço transicional de colonização no qual imperam mecanismos performativos de denominação e rituais de tomada de posse que levam à **formação de novos sujeitos sociais**. Ao considerar as fronteiras como um fato e as etnias selvagens que viviam ali como entidades que sempre existiram, os estudiosos americanistas tenderam durante muito tempo a reificar sem **se dar conta os atos de dominação, de construção simbólica e de delimitação territorial realizados pelos agentes coloniais do estado**. (...) Em resumo, nossa aproximação tem como meta dar conta da historicidade das estruturas sociais, dos **efeitos produzidos pelas tecnologias de saber/poder hegemônicas e das reconfigurações sociais e estratégias políticas desenvolvidas pelas populações indígenas** dos espaços fronteiriços americanos²⁸.

No caso do Rio Grande do Sul, ainda que não houvesse um único modelo identitário para a província, o processo de invisibilização das populações indígenas convergiu com a noção de que o sul do Brasil deveria ter uma identidade branca, cujo reflexo mais visível foi o estímulo à imigração alemã e posteriormente italiana. Ainda que em dois contextos diferentes, os incentivos à vinda dos imigrantes europeus objetivavam a ocupação dos territórios indígenas, entendidos, em ambos os momentos, como incapazes de ocupar o lugar de cidadãos do Império. Assim, a política indigenista se traduziu em uma série de medidas que buscavam gerenciar os destinos da população autóctone e tinham como objetivo a “diluição” desta na população nacional. Isso significa entender a *ausência* dos indígenas na narrativa histórica do Rio Grande do Sul e do Brasil, especialmente no século XIX, não como uma simples omissão, mas como um projeto com múltiplas facetas, cujo resultado historiográfico e de senso comum sobre a história contrastam com a agência destas populações no passado e no presente.

²⁷ O autor traz essa definição em contraste com as correntes historiográficas que lhe antecederam. A primeira delas evidenciava o aspecto guerreiro dos povos araucanos e os embates com os espanhóis, ao mesmo tempo que os localizava na fronteira civilizacional, caracterizando-os como povos sem história. Por outro lado, o autor também busca se distanciar dos *Estudios Fronterizos*, surgidos nos anos 1980, que, ao contestarem o exclusivismo das interações bélicas entre espanhóis e Mapuches, acabaram acentuando a convivência pacífica da segunda metade do século XVII, que teria levado à mestiçagem e “desculturação” dos indígenas. Boccara critica a visão da mestiçagem como processo de dissolução da cultura indígena na nação chilena, que implica ver toda a transformação das sociedades ameríndias como um processo de contaminação que leva à assimilação. Ainda, acrescenta que tal visão pode culminar na crença de que os indígenas foram passivos diante do colonialismo, resumindo suas ações como imediatistas e desorganizadas. BOCCARA, Guillaume. Poder e etnicidade no Chile: territorialização e reestruturação entre os Mapuche da época colonial. *Revista Tempo*. São Paulo, nº 23, jul/dez, 2007. p. 69-70.

²⁸ BOCCARA. Poder e etnicidade no Chile, 2007, *Op. Cit.*p.71, grifos meus.

O tema da visibilidade e invisibilidade das populações indígenas no Império foi exposto por Guimarães no prefácio do livro de Kaori Kodama sobre a etnografia do IHGB do século XIX. Ao resumir a proposta da autora, ele aponta que a construção de uma história nacional no oitocentos tornou visíveis as populações indígenas a partir de diversas narrativas (históricas, etnográficas e literárias) que as tomavam como objetos pitorescos, criando assim o caminho para torná-las invisíveis e definindo seu lugar, junto com as populações de origem africana, na cidadania do Império²⁹.

Também foi a temática da visibilidade indígena que guiou o trabalho de Izabel Missagia Mattos, que ao analisar a trajetória dos “botocudos” do sertão mineiro durante o século XIX e começo do XX identificou três momentos distintos: um primeiro em que houve a estratégia de “pacificação” destes grupos, um segundo momento em que estes foram invisibilizados diante da estratégia nacionalizadora de mestiçagem e um último momento em que há o ressurgimento étnico destes indígenas³⁰.

A análise do processo de invisibilização no caso do Rio Grande do Sul, permite encontrar também os indígenas em situações de menor “distintividade social”. Como afirmou João Pacheco de Oliveira ao estudar os indígenas do nordeste, aqueles que se apresentavam como “entidades descontínuas e discretas”, portanto, com “pouca distintividade” da sociedade envolvente, foram escanteados pela antropologia. Isso porque as diversas vertentes antropológicas do passado sempre estiveram em busca de elementos de diferenciação e, por isso, não realizavam etnologias destes índios, tidos como mestiços. Assim, a história dos povos incorporados à sociedade envolvente foi por muito tempo feita a partir de um olhar que privilegiava as perdas culturais. A “mistura” foi vista como “uma fabricação ideológica e distorcida”, que distanciava os indígenas daquilo que os especificava enquanto tal³¹. Segundo Maria Regina Celestino de Almeida, apenas recentemente, com a aproximação entre a história e a antropologia, tem-se observado de outra maneira os processos de contato interétnico, permitindo ver os indígenas em situações nas quais não eram antes identificados, devido a uma visão cristalizada de “pureza” cultural:

²⁹GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Definir o outro: a complexa tarefa para a escrita da história nacional (prefácio). IN: KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: editora FIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009

³⁰MATTOS, Izabel Missagia de. *Civilização e "Revolta": Povos Botocudo e Indigenismo Missionário na Província de Minas*. Tese de doutorado. UNICAMP. Campinas: 2002.

³¹OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.

Entender cultura e etnicidade como produtos históricos, dinâmicos e flexíveis, que continuamente se constroem através das complexas relações sociais entre grupos e indivíduos em contextos históricos definidos, **permite repensar a trajetória de inúmeros povos que por muito tempo foram considerados misturados e extintos**. Mudanças culturais vivenciadas pelos índios ganham outras interpretações e passam a ser vistas não apenas como perda ou esvaziamento de uma cultura dita autêntica, mas em termos do seu dinamismo, mesmo em situações de contato extremamente violentas como foi o caso dos índios e dos colonizadores³².

Ainda assim, cabe ressaltar, esta é uma visão bastante restrita aos trabalhos historiográficos que tem a temática indígena como central. Tal dinamização não pode ser transposta ao campo da história em geral e muito menos assumida como de conhecimento de um público geral. Desta maneira, este trabalho pretende contribuir para a reconstrução da história sobre os povos indígenas no sul do Brasil, demonstrando um percurso ativo de transformações.

Acredito que a invisibilização foi responsável por confinar a um passado abstrato a história da população indígena. Ao não se compreender o processo de transformação, nega-se a presença, e ao não se identificar o processo de negação da presença, assume-se como um dado a inexistência indígena. Na atualidade, se por um lado existe uma postura anti-indígena, especialmente em áreas onde os conflitos fundiários colocam os proprietários de terras contra as aldeias, por outro lado, parte da população assume que houve um “genocídio” e que os indígenas foram exterminados. Por mais contrastantes que sejam estas duas posições, elas culminam na negação da existência atual dos povos indígenas e, muitas vezes, resultam na “estrangeirização” dos índios³³. É flagrante o contraste entre o discurso da existência de uma “avó bugra³⁴” nas famílias sul-riograndenses (e poderíamos dizer que em todo o Brasil há a figura pouco definida da avó indígena), sobre quem nada se sabe, em contrapartida à genealogia das famílias italianas e alemãs. Quando, eventualmente, existe alguma identificação da população sul-riograndense com um passado indígena é com os charruas (e mais remotamente com minuanos), não por acaso os grupos indígenas atualmente “minoritários”³⁵. No caso do

³² ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Os índios na história do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. *Revista História Hoje*, v. 1, n. 2, p. 21-39, 2013, p. 23, grifos meus.

³³ Atribuindo que são “paraguaios”, “chilenos”, “colombianos” ou até uma “estrangeirização” interna de que os “índios ‘de verdade’ vivem só na Amazônia.

³⁴ Como veremos, o termo bugre foi utilizado durante o século XIX para designar indígenas considerados “selvagens”, em especial os kaingangs, mas atualmente tem um sentido amplo, para alguns assume sentido pejorativo, para outros trata de mestiços de indígenas e outros utilizam como sinônimo de índio, sem demarcar um grupo étnico.

³⁵ Atualmente existe um grupo diminutos de indígenas que se auto-identifica como charruas no Rio Grande do Sul. São 38 pessoas reunidas na Aldeia Polidoro em Porto Alegre. Curiosamente há um município de nome Charrua no norte do Estado, cuja maior parte da população é Kaingang.

Rio Grande do Sul, ocorre algo semelhante ao descrito por Padrón Favre para o Uruguai. O autor identifica a adoção do charrua como elemento da identidade nacional a partir do século XIX como forma de negar a temática indígena:

El charruismo era el principio fundante que permitía alardear de la excepcionalidad uruguaya frente al resto de América, **pues habiendo desaparecido todos los charrúas no existía posibilidad alguna de influencia o vigencia concreta**³⁶.

A valorização romântica do índio que não mais existe como componente da nacionalidade e desvalorização dos indígenas contemporâneos foi identificada por John Monteiro. O autor demonstrou que a imagem dos índios criada no XIX reatualizava a antiga dicotomia tupi *versus* tapuia, consolidada no período colonial. Os índios do interior do Brasil eram identificados com os tapuias e, por criarem obstáculos ao avanço da colonização, eram descritos através de um discurso “científico” como selvagens, enquanto os tupi-guarani era colocados como extintos e elevados à matriz da nacionalidade³⁷.

Portanto, há uma clara relação de continuidade entre a construção intelectual do século XIX sobre os indígenas e a visão atual de senso comum do passado da população autóctone e de seu presente. Compreender a história deste processo de ocultamento da presença ameríndia na sociedade passa, a meu ver, pela compreensão de processos históricos. Muitas vezes, mesmo academicamente, a história indígena tem recebido uma abordagem exclusivamente “cultural”, na qual as trajetórias de sociedades inteiras são reduzidas a aspectos pouco versáteis, que se mantêm inalterados e que servem exclusivamente para ilustrar a existência da “diversidade”.

Propõem-se uma reflexão sobre a edificação da invisibilidade das populações ameríndias. A meu ver, ela pode ser detectada nos discursos dos agentes do estado, para os quais a inclusão dos indígenas na nacionalidade deveria dar-se antes pela “diluição” das etnias indígenas no conjunto dos “brasileiros”. No caso do Rio Grande de São Pedro, esse processo passava por questões como o entendimento de que era uma província mais semelhante a Europa, pelo envolvimento direto nos conflitos com os países emergentes no Rio da Prata e pela ambiguidade do território missioneiro quanto ao seu passado de pertencimento ao Império espanhol. Posteriormente, pela consolidação de critérios raciais de inclusão e exclusão das diferentes populações que compunham o Brasil. Esse processo

³⁶ FAVRE, Oscar Padrón. *Ocaso de un pueblo indio: historia del éxodo guaraní-misionero al Uruguay*. Bella Unión- San Borja Yy. Durazno: Tierra Adentro ediciones, 2009.p.13, grifo meu.

³⁷ MONTEIRO. John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores... Op.Cit*, 2001, p. 170.

foi o mesmo para as duas populações indígenas majoritárias da região sul, e se deu através de ações concretas que por vezes foram semelhantes, por vezes foram distintas.

O século XIX é um momento privilegiado para observar as relações entre as populações indígenas e o Estado, mas o tema, ainda que não seja de toda novidade, permanece com questões em aberto. Apesar da conformação do campo da história indígena ter se consolidado no Brasil com relativo atraso em relação ao restante da América³⁸, desde os anos de 1970 os movimentos indígenas organizados começaram a fazer com que pesquisadores e pesquisadoras fossem obrigados a entender estas populações de maneira mais dinâmica. Afinal, sua mobilização em plena Ditadura Militar e a pujante participação na Constituinte de 1988³⁹, demonstraram, uma vez mais, o quão ligados estavam os indígenas às questões políticas da contemporaneidade. Influenciadas pelas lutas indígenas, a antropologia passou a se interessar pelas transformações causadas pelos contextos coloniais,⁴⁰ enquanto a história buscou aportes teóricos da antropologia para tratar do passado⁴¹. No começo dos anos 1990, os trabalhos de Manoela Carneiro da Cunha⁴² e de John Monteiro⁴³, assim como de suas orientandas, transformaram a historiografia, trazendo para o Brasil uma concepção teórica que posteriormente foi

³⁸Nos EUA a chamada etno-história floresceu a partir dos anos de 1950, também impulsionada pelas tentativas de retomada de terras diante do *Indian Clams Act*; ainda que só nos anos de 1980 a historiografia norte-americana tenha começado a levar em conta a *agency* indígena, inaugurando a chamada “Nova História indígena”. No caso da América latina, desde os anos de 1970 importantes trabalhos sobre a temática têm sido feitos, tanto no que diz respeito aos grandes impérios “pré-coloniais” quanto ao contato com as populações do continente americano ao longo do processo colonial. Sobre o assunto ver: CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. *História* (São Paulo) v.30, n.1, p. 349-371, jan/jun 2011. DORNELLES, Soraia Sales e MELO Karina Moreira Ribeiro da Silva e. Sobrevoando histórias: sobre índios e historiadores no Brasil e nos Estados Unidos. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 22, n. 41, p. 173-208, jul. 2015; ROJAS, José Luis de. *La Etnohistoria de América*. Los indígenas, protagonistas de su historia. Buenos Aires: SB, 2008; MONTEIRO. *Tupis, tapuias e historiadores*. 2001. *Op. Cit.*

³⁹ Sobre a articulação dos povos indígenas a partir dos anos de 1970 ver: MUNDURUKU, Daniel. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*. São Paulo: Paulinas, 2012; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

⁴⁰ Como por exemplo: OLIVEIRA, João Pacheco de. *Ensaio em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

⁴¹ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. História e antropologia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da história*. São Paulo: Editora Elsevier, 2011, p. 151-168.

⁴² Ver: CUNHA, Manuela Carneiro. *Os direitos dos índios: ensaios e documentos*. São Paulo: Brasiliense, 1987. CUNHA, Manuela Carneiro (Org). *Os índios na história do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. FARAGE, Nádia. *As Murallas dos Sertões: os povos indígenas do Rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991

⁴³ Ver: MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. POMPA, Maria Cristina. *Religião como Tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial*. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP 2001.; MATTOS, Izabel Missagia de. *Civilização" e "Revolta"...* 2002, *Op.Cit.*. ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfozes Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

chamada “Nova História indígena” e que contribuiu para romper o paradigma de que os índios eram povos sem dinâmica⁴⁴.

Como já mencionado, os estudos sobre indígenas no período imperial já contam com pesquisas sólidas sobre diversas temáticas⁴⁵, mas, de maneira geral, como bem observou Vânia Moreira, eles ainda são relegados a segundo plano, sendo considerados insignificantes para explicar a economia e o mundo do trabalho, argumentando-se que as populações indígenas eram uma minoria⁴⁶. Assim, faz-se necessário resgatar a importância que a temática tinha no próprio período e articulá-la como um dos vieses necessários para a compreensão da história do Brasil.

A bibliografia sobre a história dos índios será discutida ao longo dos capítulos, relacionando-se aos temas tratados em cada um deles. Mas, cabe ainda debater nesta introdução a produção mais específica sobre os indígenas no Rio Grande do Sul do século XIX. Um primeiro aspecto que gostaria de destacar é que os trabalhos costumam dividir etnicamente os estudos, aqueles que trabalham com os kaingang não mencionam guaranis, e vice-versa. Ainda, a historiografia sobre o período imperial toma como um dado o desaparecimento de minuanos e charrua. Acredito que estas perspectivas dão uma grande importância às especificidades étnicas, que evidentemente exercem um papel significativo nos fenômenos históricos, mas que não são fatores externos a elas. A meu ver, a identidade étnica não pode ser tomada como um fator *a priori*, ela é construída nas relações sociais e na relação com outras etnias (inclusive indígenas); além disso, não são fixas. Como ressaltou Elisa Garcia:

De maneira geral, ainda que implicitamente, os trabalhos continuam priorizando a existência de determinados elementos constituintes das identidades indígenas em detrimento de um enfoque histórico e relacional⁴⁷.

Ainda, como destacaram Amselle e M’Bokolo, a maneira como os indígenas percebem a si mesmos está relacionada às histórias de exploração e colonização, assim

⁴⁴ Os trabalhos citados anteriormente dão conta apenas de uma pequena parte da produção no período. Para um balanço das diferentes correntes historiográficas sobre os índios no Brasil, em especial relativas aos guaranis, ver: SANTOS, Maria Cristina. Caminhos historiográficos na construção da História Indígena. São Leopoldo: *História Unisinos* Vol. 21 Nº 3 - setembro/dezembro de 2017, p. 337-350.

⁴⁵ ALMEIDA, Maria Regina Celestino. *Os índios na história do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo*. Revista História Hoje, v. 1, n. 2, p. 21-39, 2013.

⁴⁶ MOREIRA, Vânia Maria Losada. A Conquista do trabalho indígena: Fé, razão e ciência no mundo colonial. In: FORTES, Alexandre e outros. *Cruzando fronteiras: Novos olhares sobre a história do trabalho*. São Paulo: Perseu Abramo, 2013. (p. 133-165.) p. 134.

⁴⁷ GARCIA, Elisa. F. Identidades e políticas coloniais: guaranis, índios infiéis, portugueses e espanhóis no Rio da Prata, c.1750-1800, *Anos 90*, Porto Alegre, vol.19, nº 34, p.55-76, dez 2011.p. 58

como com a própria produção textual relacionada ao grupo⁴⁸. Portanto, é possível, ou melhor, é provável, que os minuanos e charruas não tenham desaparecido, apenas deixaram de se identificar como tais em um momento em que estavam sofrendo intensa perseguição⁴⁹. Da mesma forma, veremos que é possível que grupos guaranis tenham sido em algum momento identificados como “bugres” denominação que genericamente era mais empregada para kaingang. Da mesma maneira, discutiremos um episódio de engajamento de uma parcialidade kaingang no exército em que eles são chamados de guaranis. Portanto, pareceu-me vantajoso estudar em conjunto a população indígena do Rio Grande do Sul para podermos determinar se houve estratégias de relação com o Estado e os agentes coloniais ligadas à etnia. João Pacheco Oliveira, sintetiza essa perspectiva:

Não é possível entender as estratégias e performances indígenas ignorando as interações que mantêm com os contextos reais em que vivem – ou seja, as relações interétnicas na escala local, a inserção dentro de um Estado-Nação, bem como as redes e fluxos transnacionais. A história, em suas múltiplas escalas e temporalidades, não pode ser concebida como algo exterior e acidental, mas “um fato constitutivo, que preside à própria organização interna e ao estabelecimento da identidade de um grupo étnico⁵⁰.”

Já tendo salientado aos leitores e leitoras a inexistência de trabalhos históricos que integrem todas as macro-parcialidades indígenas do extremo sul do Brasil, partimos para análise da bibliografia mais abundante, que é a que se refere aos kaingang. O estudo de Ítala Irene Basile Becker, de 1976 é precursor da temática. Em “*O Índio Kaingang no Rio Grande do Sul*”, a autora realizou uma ampla pesquisa documental que revelou aspectos culturais e históricos do grupo, desde o século XVI até o XX, sendo a maioria das informações coletadas de fontes produzida no encontro dos indígenas com os colonos durante o século XIX. Contudo, o trabalho parte, como não poderia deixar de ser, de concepções teóricas distintas das que pretendo empregar na construção desta tese. Primeiramente é um trabalho de antropologia dos anos 1970, preocupado com questões como a organização social, econômica e política, sem levar muito em conta os processos de transformação ao longo do tempo. O trabalho traz a proposta de que no século XIX

⁴⁸AMSELLE, Jean-Loup et M'BOKOLO, Elikia. Au Coeur de l'ethnies: ethnies, tribalisme et État en Afrique – Paris: La Découverte, 1999.

⁴⁹ Neste mesmo texto em que discute as identidades étnicas, a autora demonstra algumas das negociações travadas no começo do século XIX por Dom Gaspar, líder charrua, com as autoridades portuguesas no Rio Grande do Sul, mas estas são umas das últimas informações sobre os grupos de minuanos e charruas no território. GARCIA, Elisa. F. Identidades e políticas coloniais... 2011. *Op. Cit.*

⁵⁰ OLIVEIRA, João Pacheco de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios...* 2016, *Op. Cit.* p. 07.

os kaingang sofreram “aculturação” e atribui algumas características inatas à etnia, bem exemplificadas pelo capítulo intitulado “tipo físico e traços da personalidade”⁵¹.

Depois de um lapso de vinte anos, algumas pesquisas voltaram a focar estes grupos. Luis Fernando da Silva Laroque em sua dissertação de mestrado⁵² e depois em sua tese de doutorado⁵³ demonstrou a reação dos kaingang diante do avanço das “frentes coloniais”. Sua pesquisa de mestrado abarca o período de 1808 a 1889, no qual buscou evidenciar a presença de lideranças (Pay-bang) e “sub-lideranças” (Pay) dos grupos Kaingang que habitavam o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. A dissertação traz muitas fontes, dados e o autor fez um excelente trabalho de localização em mapas da ocupação das parciaisidades. Contudo, ela é pouco preocupada com as transformações temporais, sendo as lideranças indígenas retratadas de maneira mais fixa e individual, dando pouca ênfase aos processos históricos de construção e transformação das chefaturas e os contextos coletivos vivenciados pelos kaingang. Portanto, nesta tese, a preocupação é justamente compreender os processos históricos, algo que só foi possível através de uma análise de toda a conjuntura de produção das lideranças, aldeamentos, relações intra e extra grupo, bem como o contexto político e econômico de cada momento.

Outras dissertações de mestrado, defendidas em diferentes programas de pós-graduação, evidenciaram as relações entre kaingang e os colonos europeus no século XIX. O trabalho de Sandor Fernando Bringmann demonstra os contatos deste grupo indígena com os fazendeiros luso-brasileiros e com os colonos alemães no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1829 e 1860, período que o autor detecta como sendo o de maior conflito entre estes agentes e de resistência indígena, manifesta em “correrias” e assaltos⁵⁴. Também a dissertação de Soraia Sales Dornelles busca compreender como se deram as relações entre kaingangs e imigrantes alemães e italianos. A autora reconstrói algumas trajetórias como a de “Luis Bugre” e do Cacique Doble para evidenciar a complexidade

⁵¹ BECKER, Ítala Irene Basile. *O índio kaingáng no Rio Grande do Sul*. Pesquisas Antropologia, nº29. São Leopoldo: Instituto Anchientano de Pesquisas- Universidade do Vale dos Sinos, 1976.

⁵² LAROQUE, Luiz Fernando da Silva. *Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889): uma história que também merece ser contada*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale dos Sinos. São Leopoldo, 2000.

⁵³ Sua tese, focada no protagonismo das lideranças indígenas, trata da história dos Kaingang no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, tendo como marcos temporais os anos de 1889 e 1930. LAROQUE, Luís Fernando da Silva. *Fronteiras Geográficas, étnicas e culturais envolvendo os Kaingang no sul do Brasil (1889-1930)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale dos Sinos. São Leopoldo, 2006.

⁵⁴ BRINGMANN, Sandor Fernando. *Índios, Colonos e Fazendeiros: Conflitos Interculturais e Resistência Kaingang nas Terras Altas do Rio Grande do Sul (1829-1860)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010

das tramas sociais existentes naquele momento⁵⁵. Ainda tratando das relações dos kaingangs com moradores do planalto meridional durante o século XIX, a dissertação e a tese de Aline Ramos Francisco buscaram demonstrar as relações entre os nativos e ocidentais, enfatizando situações de servidão dos indígenas e situações de aprisionamento de ocidentais ou nativos pelos próprios kaingang⁵⁶. Todos estes trabalhos contribuíram para a compreensão dos encontros, e na maior parte das vezes, os embates com os colonos europeus. Portanto, em minha tese, ainda que o conflito com imigrantes não seja ignorado nas análises, por já ter sido bastante debatido, não é o principal tema. Outra diferença é que busco trazer um estudo mais focado nas transformações de longo prazo, demonstrando como os episódios conflituos, fazem parte de um processo de relações construídas entre indígenas e não indígenas ao longo do tempo, e não resultado do choque de dois mundos distintos que se encontravam pela primeira vez.

A dissertação de Danilo Braga, ainda que tenha um enfoque em um período distinto, a década de 1940 até os anos 2000, merece destaque. Não apenas porque o autor é membro da comunidade kaingang e vivenciou os processos que descreve, mas porque ele aponta ao longo do tempo a continuidade da luta pela terra, questão que também destaco como sendo marcante durante o oitocentos⁵⁷.

Outros trabalhos sobre os indígenas na região sul merecem destaque. O livro *A guerra dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang do Paraná (1769-1924)* de Lucio Tadeu Mota, defendido como dissertação de mestrado em 1992 e publicado pela primeira vez em 1994, é obra de referência sobre a temática, já que o autor contribuiu para desmistificar a ideia de que o território paranaense era um vazio demográfico, demonstrado ser esta uma construção intelectual apologética. Por outro lado, o autor também destaca os esforços estatais de aldeamento e a resistência indígena

⁵⁵ DORNELLES, Soraia Sales. *De Coroados a Kaingang: as experiências vividas pelos indígenas no contexto de imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul do século XIX e início do XX*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

⁵⁶ FRANCISCO, Aline Ramos. *Kaingang: Uma história das interações entre nativos e ocidentais durante a conquista e a colonização no sul do Planalto Meridional*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013; FRANCISCO, Aline Ramos. *Selvagens e intrusos em seu próprio território: a expropriação do território Jê no Sul do Brasil (1808-1875)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2006.

⁵⁷ BRAGA, Danilo. *A História dos Kaingang na Luta pela terra no Rio Grande do Sul: Do silêncio, à reação, a reconquista e a volta para casa (1940-2002)*. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Terra Indígena Serrinha, 2015.

a este processo⁵⁸. A dissertação de mestrado de Luisa Tombini Wittman, defendida na UNICAMP em 2005 e publicada como livro em 2007, retrata os contatos dos imigrantes alemães com os índios Xokleng no vale do Itajaí em Santa Catarina. Em uma narrativa envolvente, a autora consegue revelar uma história de protagonismo indígena, para além das violências sofridas pelo grupo, em especial quando trata das crianças indígenas criadas por famílias alemãs. Sua análise das políticas indigenistas da província de Santa Catarina serviu de comparativo para as análises realizadas nesta tese, contribuindo para compreensão dos processos de aldeamento e contato interétnico no sul do Brasil⁵⁹.

Sobre os guaranis no Rio Grande do Sul durante o século XIX, o único trabalho que avança além da década de 1830 é a dissertação de Karina Melo, que tratou do aldeamento de São Nicolau do Rio Pardo. Em uma abordagem pioneira, a autora recompõe a trajetória de longa duração do aldeamento desde sua fundação, no ano de 1757, quando alguns grupos de guarani missioneiros aceitaram migrar para o lado português devido aos impasses causados pela tentativa de demarcação do Tratado de Madri, até sua extinção oficial na década de 1860⁶⁰. Já a dissertação de Max Ribeiro, *Estratégias indígenas na fronteira meridional: Os guaranis missioneiros após a conquista lusitana (Rio Grande de São Pedro, 1801-1834)*, trata dos guaranis incorporados à povoação de Santa Maria. Através dos registros eclesiásticos, o autor analisou os padrões de relacionamento dos indígenas e demonstrou que, além da tendência de migração em famílias, os guaranis estiveram propensos as relações endogâmicas⁶¹. O artigo de Eduardo Neumann sobre a participação dos indígenas na Guerra dos Farrapos (1835-1845) é um trabalho bastante isolado na historiografia, pois é o único que aponta a importância dos povos indígenas nas guerras daquele século no Rio Grande do Sul⁶².

⁵⁸ MOTA, Lúcio Tadeu. *As guerras dos Índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang do Paraná (1769-1924)* - 2ed. Maringá: EDUEM, 2008.

⁵⁹ WITTMANN, Luisa Tombini. Atos do contato: histórias do povo indígena Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926). Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005. WITTMANN, Luisa Tombini. O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926). Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.

⁶⁰ MELO, Karina Moreira Ribeiro da Silva e. *A aldeia de São Nicolau do Rio Pardo: histórias vividas por índios guaranis (séculos XVIII-XIX)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

⁶¹ RIBEIRO, Max Roberto Pereira. *Estratégia indígenas na fronteira meridional: os guaranis missioneiros após a conquista lusitana (Rio Grande de São Pedro, 1801-1834)* Dissertação (Mestrado em história). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

⁶² NEUMANN, Eduardo Santos. "Um só não escapa de pegar em armas": As populações indígenas na Guerra dos Farrapos (1835-1845). *Revista de História*, São Paulo, n.º. 171, p. 83-109, 2014.

O excelente trabalho de Guillermo Wilde trata dos trinta povos “guaranis” da Província Jesuíticas do Paraguai desde o século XVII até o começo do XIX, incluindo em suas análises os processos relativos aos sete povos que vieram a ser incorporados ao Rio Grande do Sul em 1801. O autor analisa os mecanismos de manutenção simbólica das missões, ressaltando a atuação das lideranças indígenas na construção da sua legitimidade e seus vínculos com o estado. Apesar de colocar-se como contrário à visão de decadência indígena no período pós-jesuítico, em seus capítulos finais, nos quais trata das primeiras décadas do século XIX, o autor encerra seu trabalho no momento em que acredita que houve uma aculturação dos guaranis⁶³.

Cabe ainda citar o trabalho de Oscar Padrón Favre que trata do êxodo de milhares de guaranis missionários para o Uruguai no ano de 1828, após a negociação com Frutoso Riveira, que viria a ser o primeiro presidente do país, para a formação de uma aldeia chamada Bella Unión. Apesar de desenvolver os aspectos que levaram os guaranis orientais a aderirem ao projeto político de Rivera e apontar o retorno de alguns aldeados ao Rio Grande de São Pedro após conflitos na aldeia, o enfoque do autor é no território uruguaio⁶⁴.

Por fim, destaco a tese de José Otávio Catafesto, que apesar de ser um trabalho sobre as comunidades de guaranis e kaingang do final do século XX trata justamente da questão da visibilidade e invisibilidade destes coletivos. O autor trabalha com as diferentes respostas indígenas ao processo de unicidade do Estado-nação, a estratégia dos guaranis da região das missões foi a de tornar-se invisíveis, enquanto a dos kaingang foi oposta⁶⁵.

Tendo em vista que os estudos históricos sobre as populações indígenas no Rio Grande do Sul durante o século XIX constituíram-se em análises separadas para as duas etnias predominantes, sendo os relativos aos kaingangs mais centrados no contato com os colonos, em especial os imigrantes europeus, e os referentes aos guaranis não avançarem para além da década de 1820, esta tese propõe uma análise centrada nos processos de ação estatal e as reações dos indígenas aos diferentes processos engendrados por estas ações no decorrer do oitocentos. Busco, sempre que possível, estabelecer as diferenças e

⁶³ WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones de guaranies*. Buenos Aires: SB, 2009.

⁶⁴ FAVRE, Oscar Padrón. Ocaso de un pueblo indio...2009. *Op.Cit.*

⁶⁵ SOUZA, José Otávio Catafesto de. *Aos “fantasmas das brenhas”: etnografia, invisibilidade e etnicidade de alteridades originárias no sul do Brasil (Rio Grande do Sul)*. Tese de Doutorado (Antropologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

similitudes das políticas indigenistas voltadas para as diferentes populações indígenas do extremo sul do Brasil.

Como mencionado, na análise das fontes disponíveis sobre as políticas indigenistas no Rio Grande do Sul do período imperial acabaram por destacar-se alguns dos mecanismos de invisibilização dos indígenas, que tiveram diferentes intensidades ao longo do tempo. Portanto, discursos raciais, guerras, aldeamentos e disputa pelas terras apareceram em vários momentos, mas cada capítulo enfatiza mais alguma destas temáticas. Portanto, este estudo está segmentado em três capítulos e um epílogo que refletem certa divisão temporal e temática, e que apontam os movimentos de invisibilização, em seus variados mecanismos, promovidos pelo Estado e as respostas a eles criadas pelos indígenas, que transformam, reestruturam e reinventam a sociedade provincial como um todo.

No **capítulo 1**, tratei dos anos subsequentes à independência do Brasil até o final da Guerra dos Farrapos, em 1845. Este período foi marcado pela maior gerência dos poderes locais sobre a questão indígena, ao mesmo tempo em que buscava-se consolidar os Estados nacionais platinos e que os guaranis tiveram que tomar importantes decisões políticas. Assim, o capítulo inicia com uma reflexão sobre o lugar, ou melhor, o não lugar reservado às populações indígenas no começo do século XIX, destacando que o projeto de Brasil gestado a partir da Independência dava continuidade à política portuguesa, cuja tônica era a da violência contra as populações não submetidas ao domínio colonial e a “mistura” e negação da presença daquelas consideradas integradas ou integráveis à sociedade envolvente. As “guerras justas” declaradas contra os kaingang foram parte desta política. O capítulo traz uma reflexão sobre o impacto das guerras e disputas na formação dos estados nacionais e como esses processos envolveram e impactaram as populações guaranis da região dos antigos povos jesuíticos das Missões Orientais e suas estâncias, destacando os discursos de invisibilização deste grupo indígena como estratégia de esbulho de suas terras e gado na década de 1820-1830. Apesar das alegações de ausência de indígenas nos povos e estâncias, a documentação dos comandantes de fronteira e dos presidentes da província atestam a circulação dos guaranis na fronteira, seu trabalho como peões e soldados e suas decisões políticas. Neste mesmo sentido, faço uma reflexão sobre participação dos indígenas na Guerra dos Farrapos, não necessariamente trazendo novas informações sobre o engajamento na guerra, mas buscando destacar o impacto duradouro do conflito para as populações aldeadas. Além

dos guaranis outros indígenas, genericamente chamados de “bugres”, começam a se tornar visíveis aos olhos da administração provincial neste período. Por isso, apresento uma discussão sobre o significado do termo “bugre”, propondo que o uso do designativo revela uma visão hostil para com a população kaingang. O término da guerra civil na província coincidiu com uma nova política imperial para os índios e marcou uma reestruturação das relações entre índios e não índios no Rio Grande de São Pedro.

No **segundo capítulo** está conformado em três partes. Nas duas primeiras tratei do período em que se estrutura a política indigenista nacional. O capítulo inicia-se com a reflexão sobre o *Regulamento das Missões de 1845*, as prerrogativas nele contidas e a forma como a Diretoria Geral dos Índios estruturou-se no Rio Grande do Sul. Em seguida abordei as estratégias de aldeamento dos kaingangs, que tinham por parte do governo o objetivo “pacificar” as rotas de comércio de gado e as zonas em que se pretendiam instaurar novas colônias de imigrantes. Da parte dos indígenas, a formação dos aldeamentos atendeu a demanda dos dois blocos antagônicos: os dos aliados do cacique Fongue e os do grupo de Vitorino Condá. Estes indígenas foram capazes de colocar suas demandas nos processos de aldeamento, compreendendo a formação das aldeias de Nonoai e Guarita como uma estratégia de aliança contra seus inimigos tradicionais e como forma de manutenção dos seus territórios e pinheirais diante da intrusão acentuada dos não índios em seus espaços de circulação. Esse processo gerou transformações sociais que formaram e consolidaram lideranças. Já os aldeamentos nos Campos de Cima da Serra foram efêmeros justamente por não levarem em conta as necessidades indígenas. À luz da nova política apareceram também pequenos aldeamentos guaranis, quase centenários, que estavam invisibilizados pela administração colonial. Na sequência do capítulo 2 analiso como progressivamente houve a descrença nas políticas filantrópicas e nos aldeamentos. Através dos escritos do engenheiro belga A. Mabilde procurei apontar como os discursos científicos sobre raça vinham tornando-se balizadores das iniciativas políticas em relação aos povos indígenas da província, em especial em relação aos kaingangs. Esse processo de racialização do debate trouxe o abandono das políticas mais filantrópicas e a descrença nos aldeamentos, além do fomento à imigração europeia para ocupar as áreas indígenas. Para os guaranis consolidava-se a ideia de que já eram plenamente assimiláveis e que suas aldeias poderiam ser extintas. Diante da suposta impossibilidade de “civilização” dos kaingang buscava-se reduzi-los, em 1851, ao aldeamento de Nonoai. O grupo de Fongue aceitou, mas os indígenas dos Campos de Cima da Serra opuseram-se.

O **terceiro capítulo** trata das disputas pelas terras indígenas. Inicia-se com a análise da legislação, destacando que o *Regulamento das Missões* e a *Lei de Terras de 1850* traziam novas concepções sobre os territórios que exacerbaram os conflitos entre indígenas e não indígenas. A presença de posseiros em Nonoai, em especial do ex-diretor do aldeamento, desagradou lideranças e levou ao deslocamento dos grupos kaingang ali arranchados. Mas o maior conflito se deu pelas terras de Erechim. A disputa envolveu homens e mulheres indígenas, agregados, “mestiços”, fazendeiro locais e diretores. Resultou em várias mortes, prisões e aguçou as rivalidades entre as parciais aldeadas, culminando no abandono da aldeia de Nonoai pelo cacique Condá e, posteriormente, por causa da Guerra do Paraguai, Fongue e seu grupo também a deixaram. Os conflitos pela terra atingiram também os aldeados guaranis, que diante das alegações de que não havia índios na fazenda de São Vicente provaram sua existência através da intensa mobilização de suas lideranças. Acionaram a própria Lei de Terras para fazer valer seus direitos sobre a antiga estância missioneira. Por fim, demonstrei como as disputas de terras foram responsáveis pela extinção do mais antigo aldeamento da província, São Nicolau do Rio Pardo. Apesar do aldeamento ter sido transformado em uma colônia agrícola, foi a intrusão gradual de posseiros brasileiros e europeus que acabou por destituir os indígenas de suas moradas e ervais.

No **Epílogo** procurei apresentar a estratégia das políticas de Estado em relação às novas gerações de indígenas, apontado como através da circulação infantil buscou-se consolidar o projeto de invisibilização dos índios. Constatei que as várias formas de apartamento das crianças indígenas de suas famílias e comunidades (adoção forçada, trabalhos domésticos, emprego no Arsenal de Guerra e na Marinha etc.) tiveram paralelo em outros locais da América. Objetivava-se com isso cessar a reprodução dos modos de ser indígena através da não identificação dos jovens enquanto tal.

Ao longo de toda a tese houve a atualização e padronização da linguagem das fontes, sejam manuscritas ou impressas, visando com isso facilitar a compreensão do texto. Também atualizei a pontuação e os nomes dos topônimos. Por exemplo, o aldeamento de Nonoai foi sempre assim escrito, ainda que as fontes usem Nonohay, Nonohai etc. A grafia dos nomes próprios obedeceu ao mesmo critério, apesar da dificuldade de dirimir, em alguns casos, se nomes distintos tratavam do mesmo sujeito. Por exemplo, o Cacique Fongue sempre será grafado desta forma, ainda que em algumas fontes esteja “Fungo” ou “Fogue”. Todos os grifos (negrito e itálico) de fontes

manuscritas, impressas ou da bibliografia citada são meus. Caso sejam do original isso foi sinalizado.

Assim como no Fundo “Índios” (AHRs), as referências individualizadas dos Relatórios dos Presidentes da Província são de minha autoria, tendo em vista que a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional não apresenta uma descrição arquivística.

CAPÍTULO 1. DISCURSOS DE NEGAÇÃO DA PRESENÇA INDÍGENA (1822-1845)

*Tristezas das toadas missioneiras,
refletindo a angústia guarani!
Nostalgia do terço Lau Sus Cri,
rezado ao pôr-do-sol, nas Reduções.
Fascínio das histórias fronteiriças,
de caudilhos, duelos, entreveros!
Sensações de canchas, parceiros,
no aconchego noturno dos fogões!*

Vitor Ramil, Memória dos Bardos das Ramadas- Ramilonga

Este capítulo principia por uma reflexão acerca da transformação da legislação indigenista no final do período colonial e início do Império. As declarações de guerra justa contra os kaingang proclamadas por D. João em 1809 abrem alas para uma política imperial marcadamente hostil às populações indígenas do sul do Brasil. Por outro lado, a exclusão da temática indígena da Constituição de 1824 é reveladora da tentativa de homogeneização nacional através da supressão da diversidade étnica. Assimilação e violência são duas facetas da mesma política. Confeccionada nos gabinetes dos presidentes das províncias e levada à cabo pelos agentes que tinham contato direto com as populações indígenas, a política indigenista buscou tornar invisíveis os guaranis e kaingangs do Rio Grande de São Pedro.

Para compreender o processo de invisibilização dos guaranis da região das Missões fez-se necessário retroceder no tempo e localizar tais políticas, e a reação dos indígenas a elas, dentro dos conflitos entre as nações ibéricas e posteriormente os nascentes países da região do Prata. A análise das fontes referentes aos “*Sete Povos das Missões brasileiras*” no final dos anos de 1820 e início dos anos de 1830 revelam o espólio das terras e do gado dos guaranis, mas também apontam para persistente presença dos indígenas naquela região. O uso da mão de obra dos indígenas nas estâncias como peões, seu recrutamento militar e sua constante mobilidade pela fronteira fizeram frente às alegações de sua inexistência.

Este capítulo também traz uma reflexão sobre os grupos considerados selvagens, que foram genericamente denominados “bugres” nos quais certamente estavam

englobados os kaingang e xokleng. A reflexão sobre o uso do termo “bugre” como uma associação com um “estado de selvageria” conduz à demonstração de que a política indigenista dos anos de 1820 e 1830 foi notadamente hostil para com os kaingang. A formação de milícias para combater os indígenas e a construção de uma imagem negativa dos “bugres” pautou uma política abertamente violenta, que promoveu sua exclusão da sociedade imperial.

Por fim, o capítulo indica que a despeito da invisibilização promovida pelos agentes administrativos do estado em relação às populações guaranis eles estiveram engajados na Guerra dos Farrapos (1835-1845). Apesar de não ser um estudo aprofundado sobre o tema, intencionou-se indicar que a guerra civil constituiu-se como mais um momento de ocultamento dos indígenas e de desestruturação das comunidades aldeadas. Porém, como veremos no Capítulo 2, ainda que tenham sido fortes os impactos do prolongado conflito e das sucessivas políticas de negação de direitos, os indígenas da província do Rio Grande de São Pedro permaneceram existindo.

1.1 Legislação indigenista: a política de “pacificação”

1.1.1 A chegada da corte e as cartas régias de “guerra justa”

“(...) civilizar os índios bárbaros, que infestam aquele território, e de pôr em cultura todo o país que de uma parte vai confinar com o Paraná, e da outra forma as cabeceiras do Uruguay que, depois rega o país de Missões, e comunica assim com a Capitania do Rio Grande”⁶⁶

Durante a segunda metade do século XVIII esteve em vigência a política indigenista contida no documento popularmente conhecido como *Diretório pombalino* ou *Diretório dos Índios*⁶⁷, criado para atender as demandas do estado do Grão-Pará e

⁶⁶ BRASIL. Carta régia de 1º de abril de 1809. Approva o plano de povoar os Campos de Guarapuava e de civilizar os indios barbaros que infestam aquelle territorio. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/antioresa1824/cartaregia-40045-1-abril-1809-571613-publicacaooriginal-94759-pe.html

OLIVEIRA, João Pacheco de. O

⁶⁷ No ano de 1755 foi instituída a *Lei de Liberdade dos índios*, que visava extinguir o cativeiro dos índios, além de apresentar o estímulo ao casamento de brancos com índias, instigando o povoamento de novas áreas. Em 1757, foi complementada com uma série de determinações do *Diretório que se deve observar nas povoações dos Índios do Pará, e Maranhão*. O *Diretório* foi aprovado mediante alvará régio no ano seguinte a sua feitura e, sequencialmente, assinado pelo Marquês do Pombal, sendo estendido a todo o Brasil. Baseava-se em uma ideia assimilacionista de que os indígenas deveriam ser “misturados” aos brancos e teve apropriações muito distintas, levando em conta a reação de cada população indígena à política pombalina. A promulgação do *Diretório* faz parte de um contexto mais amplo em que a presença

Maranhão, sendo posteriormente estendido para todo o Brasil⁶⁸. O Diretório baseava-se em uma política assimilacionista, que visava integrar os indígenas à população “brasileira”. A extinção do *Diretório* se deu pela Carta Régia de 1798⁶⁹, mas acredita-se que esta supressão tenha tido efeito apenas no Estado do Grão-Pará e Maranhão, seguindo vigente no restante do Brasil até 1822⁷⁰. De toda forma, com a efetiva revogação do *Diretório pombalino* os agentes políticos locais ganharam maior peso diante da inexistência de uma política indigenista do novo Estado. No entanto, a tônica das políticas de ambas as esferas, local e estatal, convergiam para a busca da integração, por meios brandos ou violentos, dos indígenas à nação em construção.

O século XIX caracterizou-se pelo estreitamento da disputa na política indigenista. A vinda da corte para o Brasil reuniu os interesses locais e da coroa. Se durante o período colonial a realeza, os colonos e os jesuítas propunham projetos para os índios que por vezes poderiam entrar em disputa, com a expulsão da Companhia de Jesus no século XVIII, o Estado acabou por concentrar esta função⁷¹. O interesse da coroa, aliado aos poderes locais, recaiu sobre as regiões periféricas, buscando aplicar ali uma política assimilacionista capaz de dar coesão ao vasto território brasileiro e suas populações.

As “fronteiras” do império sempre foram *locus* de políticas agressivas em relação aos povos considerados hostis aos colonizadores. No oitocentos, com o alargamento da expansão para o interior, a política indigenista seguiu a tendência do período colonial, distinguindo os direitos dos índios aliados daqueles considerados inimigos, acionando para os últimos o já conhecido mecanismo da “guerra justa”⁷². D. João VI lançou duas

dos missionários jesuítas estava sendo contestada, o que de fato resultou na expulsão da Ordem na América portuguesa e espanhola. Sobre ver: ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos índios: Um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997 e GARCIA, Elisa Frühauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América Portuguesa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

⁶⁸ Sobre a lenta e precária implementação do Diretório pombalino do Rio Grande do Sul ver: LANGER, Protasio Paulo. *Os Guarani-Missioneiros e o colonialismo luso no Brasil meridional*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2005.

⁶⁹ A carta régia de 1798 reiterava alguns princípios do Diretório pombalino, como o incentivo à miscigenação, mas modificava alguns pontos: revogava a proibição de entrada de moradores e de comércio nas terras indígenas, deixava de chancelar os descimentos etc. Ver: SAMPAIO, Patrícia. *Política Indigenista no Brasil Imperial*. IN: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v.1, p. 177-206. e SAMPAIO, Patrícia. M. M. "Vossa Excelência mandará o que for servido...": políticas indígenas e indigenistas na Amazônia Portuguesa do final do século XVIII. *Tempo*. Niterói, v. 12, p. 39-55, 2007.

⁷⁰ SAMPAIO. *Política Indigenista...*2009. *Op. Cit.* p. 185.

⁷¹ CUNHA, Manoela Carneiro da. *Política indigenista no século XIX*. IN: CUNHA, Manoela Carneiro da. (Org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992 (p. 133-154), p. 133-134.

⁷² O dispositivo da guerra justa esteve presente durante todo o período colonial, sendo amplamente utilizado em várias regiões, servindo de recurso para submeter indígenas inimigos à escravidão. Ele previa que, a

cartas régias que tinham como objetivo autorizar a guerra e a “pacificação” dos grupos indígenas que embargavam o povoamento de “fronteiras internas” da nova sede do Império português.

A carta régia de 1808 autorizava a guerra justa contra os “Botocudos” das margens do Rio Doce, em Minas Gerais⁷³. Baseando-se na crítica da antropofagia, a diretiva da Coroa era de franco extermínio, ordenando a província a iniciar ataques aos indígenas, instigando-lhe um terror contínuo que fosse capaz de sujeitá-los ao jugo real e mantê-los escravos pelo período de dez anos ou “*todo o demais tempo que durar sua ferocidade*”:

(...) contra estes Índios antropófagos uma guerra ofensiva que continuareis sempre em todos os anos nas estações secas e que não terá fim, senão quando tiverdes a felicidade de vos senhorear de suas habitações e de os capacitar da superioridade das minhas reais armas de maneira tal que movidos do justo terror das mesmas, peçam a paz e sujeitando-se ao doce jugo das leis e prometendo viver em sociedade, possam vir a ser vassallos uteis⁷⁴

Maria Ilda Paraíso destaca que as guerras justas contra os botocudos já eram comuns desde o século XVII, especialmente na Bahia, mas a reorientação econômica da região de mineração na segunda metade do século XVIII para a pecuária levou a uma política mais incisiva de combate a estes indígenas nos rios interiores de Minas Gerais,

partir de autorização real, do governador do Brasil ou de junta governativa, fossem combatidos e legalmente escravizados os povos indígenas considerados inimigos da coroa. Destaca-se seu uso nos episódios que se desenvolveram no nordeste no século XVII e início do XVIII, chamados de “Guerra dos Bárbaros”, no qual a “guerra justa” para combater indígenas hostis aos portugueses, permitiu a expansão da colonização. Pedro Puntoni salienta que a reconfiguração das alianças militares após a expulsão dos holandeses direcionou aos “tapuias” dos sertões nordestinos (bem como aos quilombolas) a categoria de inimigos internos, acionando o princípio da guerra justa nos conflitos contra os indígenas e proporcionando a expansão pecuária no sertão. No mesmo sentido, Guida Marques, analisando as petições emitidas desde a Bahia para a corte portuguesa, na segunda metade do século XVII, observou que o recurso retórico da guerra justa foi acionado a partir da lei de 1611 como forma de consolidar o direito de escravização dos indígenas pelos colonizadores e oferecendo um estímulo à conquista. Ainda, Lídio de Oliveira Maia, retomando a tese de Putoni, demonstra as disputas dos diferentes agentes coloniais na Guerra do Açu, que em vários casos se valeram da guerra justa e da utilização de indígenas aldeados para combater os “índios do corso”, em especial os paiacus, no Ceará e Rio Grande do Norte. Ver: PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e Índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI e XVIII). In: CUNHA, Os índios na história do Brasil...1992, *Op. Cit.* p.115-132. PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: Povos indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec, 2002. MARQUES, Guida. Do índio gentio ao gentio bárbaro: usos e deslizes da guerra justa na Bahia seiscentista. *Revista de história*, São Paulo. n. 171, p. 15-48, jul-dez, 2014. MAIA, Lídio de Oliveira. Aldeias e missões nas capitanias do Ceará e Rio Grande: catequese, violência e rivalidades. *Revista Tempo*, Niterói, vol.19, n.35, p. 7-22, dez, 2013.

⁷³ Para uma discussão sobre as etnias que compunham os “botocudos” ver: MATTOS, Izabel Missagia de. “Civilização” e “Revolta”: Povos Botocudo e Indigenismo Missionário na Província de Minas. Tese de doutorado. UNICAMP. Campinas: 2002; também: PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Repensando as políticas indigenistas para os botocudos no século XIX. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v.35, p. 75-90, 1992.

⁷⁴ BRASIL. Carta régia de 13 de maio de 1808. Manda fazer guerra aos índios Botocudos. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/antioresa1824/cartaregia-40169-13-maio-1808-572129-publicacaooriginal-95256-pe.html

Espírito Santo e Bahia⁷⁵. Vânia Moreira, chama atenção para as dimensões ideológica e políticas de tais guerras no princípio do oitocentos. Segundo a autora, elas tinham como objetivo mitigar os medos da corte transmigrada, combatendo os “bárbaros” em um projeto de conquista dos trópicos⁷⁶. Como apontou Hal Langfour, as relações com os indígenas foram uma espécie de teste para o poder da realeza emigrada, revelando, muitas vezes, a falta de controle efetivo sobre o território. Segundo o autor, as acusações de canibalismo serviram como base de legitimação para a guerra justa, mas também sofreram contestações dos que advogavam métodos mais pacíficos no trato com os botocudos⁷⁷.

Já a Carta Régia de 1809 dedicada a “civilizar os índios bárbaros que infestam” os Campos de Guarapuava, no atual Paraná, apesar de apresentar consequências graves aos que não se sujeitassem, preservava a possibilidade de conversão e aldeamento dos indígenas. Esta política estava direcionada aos “bugres”⁷⁸ de uma região muito ampla entre os rios Paraná, cabeceiras do Uruguai, “país” das Missões e chegando à Capitania do Rio Grande - que podemos identificar majoritariamente como a zona kaingang atual, abarcando naquele momento o oeste do Rio Grande de São Pedro e da província de São Paulo.

Na carta direcionada ao governador da capitania de São Paulo, a qual o atual Paraná fazia parte, o Príncipe regente afirmava que não tinha a intenção de “*extirpar a raça dos índios*”, porque isso provocaria a depopulação da região, deixando “*desertos tão dilatados e imensos sertões*”. Podemos perceber que a política indigenista buscava consolidar a vassalagem dos indígenas à Portugal, buscando, na região kaingang, assegurar a posse do vasto território fronteiriço com o Império espanhol na América, através da aliança com os indígenas. Por isso, a coroa prescreveu um método de persuasão dos nativos: após o aprisionamento, os captores dos indígenas deveriam convencê-los através da distribuição de presentes, em especial vestuário:

(...) nos primeiros encontros que tiver com os bugres, ou outros quaisquer índios faça toda a diligencia para aprisionar alguns, os quais tratará bem, e vestirá de camisas e outro vestuário, e fazendo-lhes persuadir pelos línguas que se lhes não quer fazer mal, e antes se deseja viver em paz com eles e **defendê-los de seus inimigos**, que então os largue e deixe ir livres para que vão dizer isso mesmo aos

⁷⁵ PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Repensando as políticas indigenistas para os botocudos no século XIX. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v.35, p. 75-90, 1992.

⁷⁶ MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Reinventando a autonomia: liberdade, propriedade, auto-governo e novas identidade indígenas na capitania do Espírito Santo, 1535-1822*. São Paulo: Humanitas, 2019, p. 316 - 321.

⁷⁷ LANGFUR, Hal. Canibalismo e legitimidade da guerra justa na época da Independência. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.37, nº75, 2017.

⁷⁸ Sobre o uso do termo “bugre” e a quem se refere ver o subcapítulo 1.4 *A emergência dos bugres...*

índios da sua espécie com quem vivem, que dando-se o caso de encontrar os seus arranchamentos não lhes deite fogo nem faça violência ás mulheres e crianças que nos mesmos se acharem antes lhes deem camisas, e façam persuadir pelos línguas que **nenhum mal se há de fazer ao índio pacífico** habitador do mesmo território (...)⁷⁹

Observamos, entretanto, que a aliança com os indígenas só poderia consolidar-se a partir da “pacificação”. Assim, se a negociação de vantagens não fosse suficientemente convincente, poderiam valer-se da violência e da escravização. João Pacheco de Oliveira traz uma importante reflexão sobre o conceito de pacificação, utilizado no passado para as populações ameríndias e no presente para tratar da ocupação de favelas e zonas periféricas do Brasil pelo poder do Estado. O autor conecta o conceito à dominação necessária para a governança, que instrumentaliza e cria categorias e normatizações através das quais promove a construção do “outro”, paradoxalmente gerando uma unidade social supostamente consensual que exclui estes “outros” sujeitos. Podemos perceber então que *pacificação* é um conceito ligado ao de *invisibilização*; ele constitui-se como um mecanismo de “achatamento” da diversidade que permitiu a construção de uma história nacional que “*dissolve contrastes inquietantes*” e que se apresenta como uma sucessão de “*conciliação e compromissos*”⁸⁰.

A carta régia de 1809 demarca essa intenção de “pacificação” para os povos indígenas do sudoeste do Brasil, buscando convertê-los em nacionais através da “*religião e da civilização*”, nas palavras do monarca, mas acionando simultaneamente as “bandeiras” de escravização como mecanismo de promoção da homogeneização da população imperial e conversão de homens e mulheres indígenas em trabalhadores forçados.

O conceito de pacificação também está conectado à noção de “tutela”, presente desde o princípio da legislação indigenista brasileira. A metodologia dos padres jesuítas, por exemplo, baseava-se nesta noção, cuja prerrogativa é a de mesclar violência e proteção no trato com as populações nativas:

A tutela é uma forma de dominação marcada pelo exercício da mediação e ancorada no paradoxo de ser dirigida por princípios contraditórios que envolvem

⁷⁹ BRASIL. Carta régia de 1º de abril de 1809. Approva o plano de povoar os Campos de Guarapuava e de civilisar os índios barbaros que infestam aquelle territorio. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/antioresa1824/cartaregia-40045-1-abril-1809-571613-publicacaooriginal-94759-pe.html

⁸⁰ OLIVEIRA, João Pacheco de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios*: “pacificação, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.p. 318-320.

sempre aspectos de proteção e de repressão, acionados alternativamente ou de forma combinada segundo os diferentes contextos e os distintos interlocutores⁸¹.

Cabe notar, portanto, que as ordens da carta régia de 1809 retomam uma metodologia antiga no trato com as populações nativas que, mesclando violência e mediação, busca formar uma unidade social através da “pacificação” e “tutela” dos povos. Portanto, traz o legado do assimilacionismo do *Diretório pombalino*, as metodologias de colonização utilizadas pela Coroa para ocupar novos territórios reatualizavam e traziam um novo fôlego à política de “pacificação” e consolidação das fronteiras: tanto físicas, quanto simbólicas.

O viés belicista do projeto real fica explicitado na possibilidade de escravização dos kaingang por “guerra justa”, através de “bandeiras” previamente autorizadas, torná-los cativos por 15 anos. Vemos aqui que a Carta Régia propicia uma solução legal para a retomada da escravização dos indígenas na América portuguesa. Isso porque, apesar da exploração do trabalho forçado dos indígenas (sob o nome de administração particular de índios) ter sido disseminada por toda a capitania de São Paulo e nos locais de colonização bandeirante, nas últimas décadas do século XVIII, a escravização dos nativos vinha sofrendo uma fiscalização mais rigorosa por parte da Coroa⁸². Cabe ressaltar que a escravização ilegal de indígenas continuou existindo ao longo do século XIX em diversas províncias⁸³ e que durante a Constituinte de 1823 retomou-se a discussão sobre a legalidade e viabilidade da escravidão dos índios⁸⁴.

⁸¹ *Ibidem*, p. 325.

⁸² Ver: MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. Para o Paraná ver: DIEHL, Isadora Talita Lunardi. *Carijós, mulatas e bastardos: A administração indígena nos Campos de Viamão e na Vila de Curitiba durante o século XVIII*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

⁸³ Ver capítulo 2 e Epílogo desta tese; também DORNELLES, Soraia Sales. Trabalho compulsório e escravidão indígena no Brasil imperial, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 38, nº 79, pp.87-108, 2018.

⁸⁴ PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Construindo o estado da exclusão: os índios brasileiros e a Constituição de 1824. *Revista Clio*, nº. 28.2, 2011, p. 05.

algumas lideranças kaingangs uma ascensão política sobre seus adversários. John Monteiro, ao abordar os contatos dos portugueses com os povos tupi da região de São Vicente, salientou que se os primeiros compreendiam que a conquista só poderia ser feita através do seu envolvimento nas guerras intertribais. Da parte dos indígenas também havia interesse na conformação destas alianças que, futuramente, tiveram resultados trágicos para aquelas sociedades, ainda que não se pudesse prever isso no momento em que tais relações se desenvolviam:

Os índios, por sua vez, certamente percebiam outras vantagens imediatas na formação de alianças com os europeus, particularmente nas ações bélicas conduzidas contra seus inimigos mortais. Entretanto, estes logo descobriram claramente os efeitos nocivos de semelhantes alianças. A consequente transformação da guerra agravada pelos frequentes surtos de doenças contagiosas, trazia sérias rupturas na organização interna das sociedades indígenas (...) ⁸⁵.

No entanto, não devemos imaginar que os conflitos bélicos entre indígenas permaneceram inalterados até que suas sociedades fossem destruídas pelos ocidentais. Ferguson e Whitehead destacaram que as próprias relações bélicas das “*tribal zones*”⁸⁶ não devem ser entendidas como intocadas pelas relações estabelecidas com as áreas coloniais, elas são extremamente dinâmicas, transformando as formas de fazer guerra dentro das populações nativas imediatamente envolvidas nos conflitos, influenciando o desenvolvimento social dentro dos enclaves coloniais e alterando a vida social e cultural dos povos independentes⁸⁷.

As ordens do Príncipe Regente na Carta destinada a “pacificação” dos kaingangs ainda previam a formação de tropas milicianas acompanhadas de sacerdotes encarregados de catequisar os indígenas. O objetivo geral das medidas era, além de ocupar os campos de Guarapuava, o de conectar a capitania de São Paulo com a do Rio Grande, através das zonas que margeiam o rio Uruguai “*e passam perto do país de Missões*” ou através dos “*altos da Serra*”⁸⁸. Veremos que durante os anos de 1820 e 1830 seriam justamente nestes caminhos, muito utilizados para escoar a produção da província, que ocorreriam os

⁸⁵ MONTEIRO. Negros da terra...1994. *Op. Cit.* p. 29

⁸⁶As “tribal zones” são as áreas identificadas pelos autores como zonas de fronteira indígena fora do controle imediato do Estado.

⁸⁷ FERGUSON, Brian R. e WHITEHEAD, Neil L. *War in the Tribal Zone: Expanding States and Indigenous Warfare*. Santa Fé, México: School of American Research: 2001. 2ª ed.

⁸⁸ BRASIL. Carta régia de 1º de abril de 1809. Approva o plano...*Op. Cit.*

conflitos com os indígenas chamados de “bugres”. Só nos anos de 1845, já com as novas diretrizes traçadas pelo *Regulamento das Missões*, é que se organizaria uma expedição vinda de Guarapuava, naquele momento pertencente à São Paulo e outra partindo de Cruz Alta, no Rio Grande do Sul, composta justamente por uma milícia e um sacerdote, para “pacificar” estes indígenas. Ainda assim, manter os “bugres” longe das estradas, muitas vezes abertas por eles mesmos, seguiu sendo uma preocupação dos agentes provinciais durante todo o século XIX.

1.1.2 A Independência do Brasil e o lugar dos indígenas no projeto nacional

“Odeio o termo ‘povos indígenas’, odeio esse termo. Odeio. O ‘povo cigano’. Só tem um povo nesse país. Quer, quer. Não quer, sai de ré. É povo brasileiro, só tem um.”⁸⁹

Se a política do final do período colonial mostrava-se pouco amigável ao trato com alguns grupos indígenas, Manoela Carneiro da Cunha demonstrou que a independência do Brasil marcou um retrocesso ainda maior nos direitos desta população⁹⁰. Vimos que a questão da homogeneidade social já estava explicitada na política indigenista do monarca português, mas ela foi exacerbada na busca pela construção do Brasil como unidade nacional independente. O lugar reservado ao indígena dentro do Império brasileiro trouxe um paradoxo para a coesão cultural, racial e linguística almejada. Por um lado, era necessário construir uma imagem do Brasil separada da de Portugal, estabelecendo o que era genuinamente brasileiro, e nisso os povos indígenas teriam um grande peso. Por outro lado, se colocados como habitantes primitivos das terras brasileiras teriam de ser admitidos enquanto detentores da posse legítima de seus territórios, provocando uma ruptura da unidade territorial nacional sob a égide do Estado⁹¹

Como resumiu John Monteiro, os políticos e intelectuais preocupados com a construção da nação no pós-independência tinham dilemas em relação ao destino das

⁸⁹ Fala do Ministro da Educação Abraham Weintraub, durante uma reunião ministerial em 22 de abril de 2020. LEITÃO, Matheus. Ódio de Weintraub pelo termo “povos indígenas” contraria a Constituição. Veja, 23 de maio de 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/matheus-leitao/odio-de-weintraub-pelo-termo-povos-indigenas-contraria-a-constituicao/>. As afirmações do político, proferidas quase 200 anos depois da Constituinte de 1823, demonstram como o projeto político nacionalista e excludente do século XIX teve consequências duradouras.

⁹⁰CUNHA, Manuela Carneiro. *Os direitos dos índios: ensaios e documentos*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 63-64.

⁹¹ PARAÍSO. *Construindo o estado da exclusão...* 2011. *Op. Cit.*, p. 02.

populações indígenas. Por um lado, tinham o problema antropológico de conciliar os princípios de igualdade iluminista com as nascentes teorias raciais e de degeneração. Por outro, encontravam-se no impasse político de valorização do caráter mestiço da identidade americana com a percepção negativa que tinham dos indígenas que lhes eram contemporâneos. Tais dilemas foram cunhados nos gabinetes científicos e político, mas chocavam-se continuamente com as práticas e visões dos protagonistas dos encontros entre índios e não índios dos sertões brasileiros⁹².

Estas imagens, como apontado, não são uma completa inovação do novo momento político, mas elas vão, pouco a pouco, ganhando contornos mais nítidos, buscando simultaneamente excluir e integrar o “outro” no estado nação. O conceito de cidadania extremamente excludente da constituição de 1824 revela esta ambição de aplainamento da diferença ao mesmo tempo em que inclui os indígenas em condição subalterna. Como salientou Maria Hilda Paraíso os deputados responsáveis por criar a primeira Constituição brasileira tomaram a si próprios como modelo de cidadão, e instauraram um nexos entre cidadania e propriedade de terras, promovendo em nome do Estado nacional a supressão da diversidade étnica:

Concebiam-se o Estado-Nação como o resultado da promoção da unidade territorial e da imposição de uma cultura comum, processo resultante de uma atuação violenta de conquista de espaço e de mecanismos de opressão, alianças e acordos usados para eliminar a diversidade étnica. Nesse contexto, **as elites pensavam o conjunto das relações interétnicas pela ótica da dominação voltada para a eliminação**, de formas várias, das diversidades sócio-culturais em nome da **criação da unidade nacional**⁹³

Apesar da premente preocupação de unidade nacional, José Bonifácio foi o único deputado a apresentar uma proposta relativa aos povos indígenas durante a constituinte de 1823. Intitulada de “*Apontamentos para civilização dos índios bárbaros do Império do Brasil*” era uma reedição da proposta enviada por ele às cortes gerais em Portugal no ano de 1822. A escassez de projetos relacionados aos índios não se deveu a pouca preocupação das elites com a temática, era um reflexo da pouca unidade de pensamento dos constituintes, que não conseguiam conciliar as ideias de liberdade política com seus princípios escravistas⁹⁴.

Portanto, ainda que apenas Bonifácio tenha apresentado uma proposta, os debates acerca da cidadania indígena aconteceram. Compreendia-se que os índios poderiam

⁹² MONTEIRO. *Tupis, Tapuias e Historiadores...*2001. Op. Cit., p. 131.

⁹³ PARAÍSO. *Construindo o estado da exclusão...* 2011. Op. Cit., p. 02.

⁹⁴ *Ibidem*, p. 08.

tornar-se cidadãos desde que se tornassem “civilizados”, através da “pacificação” destes sujeitos. Como plano de fundo deste debate havia a distinção entre cidadãos, sujeitos de direitos, e brasileiros, depostos de seus direitos cívicos, que era o caso dos filhos de escravizados⁹⁵. O próprio José Bonifácio era convicto que os indígenas eram passíveis de civilização, mas para isso precisavam ser apartados de sua comunidade de origem e solubilizados pela colonização, ou seja, necessitava-se “invisibilizá-los”⁹⁶. Cunha ilustra esta questão com a fala do deputado Montezuma na Constituinte de 1823, em que ele coloca que os índios “*não são brasileiros no sentido político em que se toma; eles não entram conosco na família que constitui o império*”⁹⁷.

Mesmo Bonifácio estabelecendo a assimilação como pressuposto de integração da população indígena ao Estado nacional, a primeira constituição Brasileira não incluiu sua proposta, dedicando apenas um parágrafo breve aos indígenas. O artigo 254 instituía que a Assembleia teria o “*cuidado de criar estabelecimentos para a catequese e civilização dos índios, emancipação lenta dos negros e sua educação religiosa e industrial*”⁹⁸. Apesar da derrota jurídica das posições de José Bonifácio, ele seguiu sendo uma inspiração para uma corrente mais “filantrópica” do trato com os índios durante o século XIX⁹⁹. Essa corrente de assimilacionismo e o projeto de “dissolução” das populações indígenas inspirou boa parte das políticas indigenistas do Rio Grande de São Pedro durante o oitocentos.

Desta forma, prevaleceu na Constituição de 1824 um princípio excludente e vigilante de nação, que buscava através da violência impor a unidade nacional. Projetos nada distantes daqueles editados por D. João VI. Assim como a maioria dos países, a definição das fronteiras de pertencimento nacional implementada pelos representantes seguiu princípios etnocêntricos, racistas e sexistas. Entretanto, como salientou Monteiro, faz-se necessário estar atento às variações regionais destes discursos. Analisando as informações dos presidentes das províncias nos anos pós-independência, o autor observou que em Goiás, por exemplo, havia a defesa dos métodos brandos e doces de conversão dos indígenas, ao mesmo tempo em que pregavam a necessidade de bandeiras de extermínio para alguns grupos. Já os índios do nordeste recebiam um tratamento distinto,

⁹⁵ *Ibidem*, p. 13.

⁹⁶ OLIVEIRA. O nascimento do Brasil...2016. *Op. Cit.*, p. 22.

⁹⁷ Sessão de 25/09/1823, Diário da Constituinte apud CUNHA. Os Direitos do índio... 1987, p. 63-64.

⁹⁸ CUNHA. Os Direitos do índio... 1987, p. 65.

⁹⁹ MONTEIRO. Tupis, Tapuias e Historiadores...2001. *Op. Cit.*, p. 29.

no qual era ressaltada sua indolência, embriaguez e ociosidade, pregando que deveriam ser incorporados à “*massa comum de todos os habitantes*”¹⁰⁰.

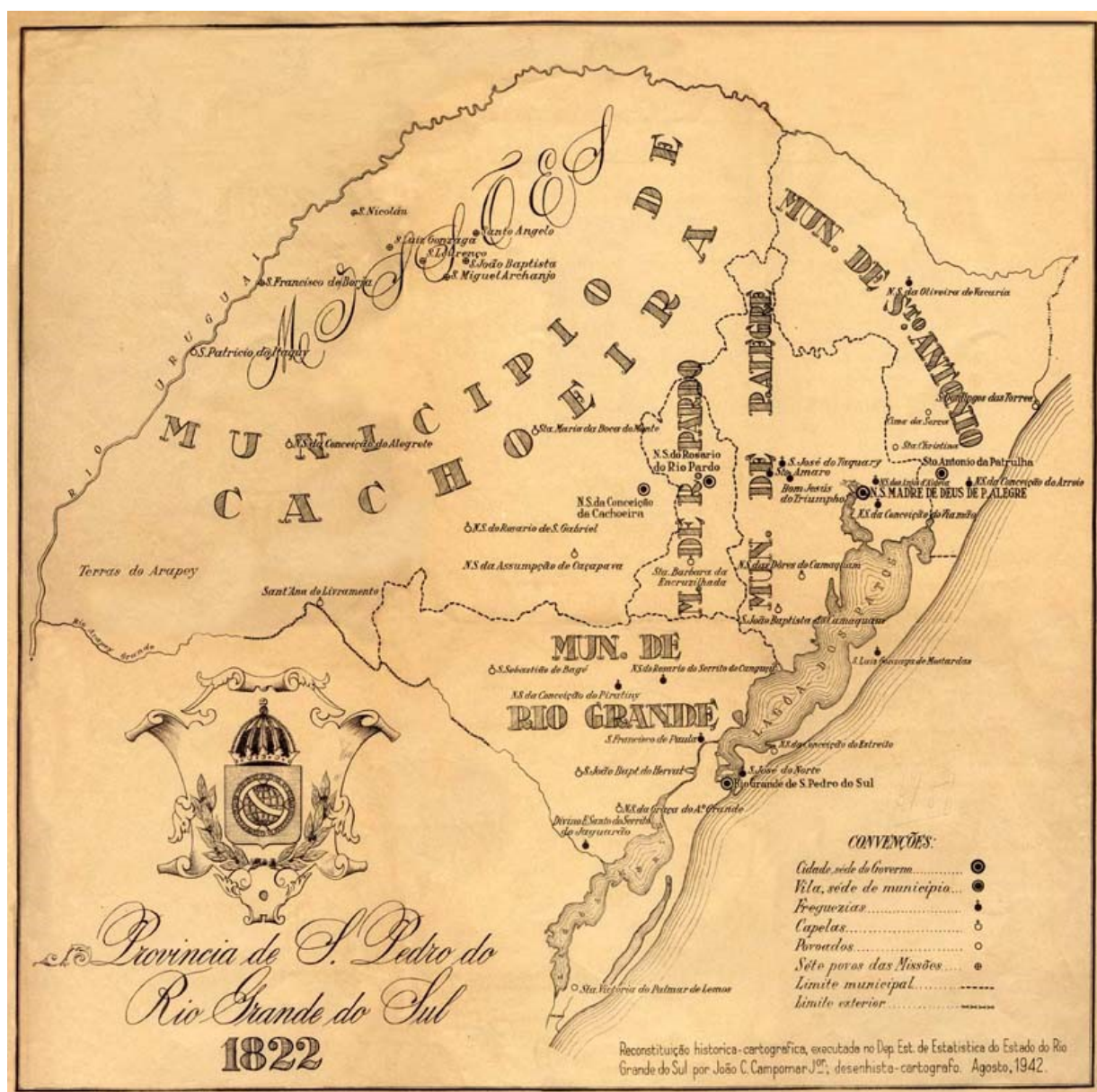


FIGURA 3 - PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL, 1822.

FONTE: RECONSTITUIÇÃO HISTÓRICA-CARTOGRÁFICA EXECUTADA NO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL POR JOÃO C. CAMPONAR JUNIOR, DESENHISTA-CARTOGRÁFICO, AGOSTO DE 1942.

No caso do Rio Grande de São Pedro veremos que os guaranis do extremo sul do Império foram retratados de forma a ressaltar seu aspecto “tupi-guarani”, exaltando seu passado (extinto) de glória da época dos missionários jesuítas. Porém, concomitantemente

¹⁰⁰ MONTEIRO. *Tupis, Tapuias e Historiadores...*2001. Op. Cit., p. 132-142.

buscava-se sublinhar sua suposta “decadência” nos oitocentos, demarcando o quão minoritários eram e, muitas vezes, alegando serem “mestiços”. Já para os kaingangs prevaleceu a imagem de que eram selvagens, incivilizáveis e volúveis. Essa dicotomia entre guaranis e kaingangs apresenta-se como uma variação regional do binômio tupi-tapuia, paulatinamente reconstruído no século XIX através de um discurso pretensamente científico.

Tal construção foi gradual e assumiu contornos mais nítidos a partir da penetração de teorias e técnicas estrangeiras para o estudo das raças¹⁰¹. Porém, ela se valeu muito das observações etnográficas do começo do século XIX. Tratava-se de uma reatualização da visão colonial dos tupis, tidos como aliados dos portugueses no período colonial, erigidos como matriz da nacionalidade, porém extintos enquanto povo. Os tapuias, etnônimo genérico geralmente atribuídos aos integrantes da família linguística macro-jê, eram apresentados como sua antítese, “*traíçoeiros selvagens dos sertões que atrapalhavam o avanço da civilização*”¹⁰². Essa dicotomia revelava-se para além da teoria, refletindo em tensões de uma política assimilacionista. No caso dos guaranis prevaleceu a perspectiva de que já eram povos “integrados”. Como representantes dos tupis foram vistos como fadados ao desaparecimento e ao passado. Já os kaingangs apresentavam-se como os tapuias, cujas políticas destinadas a eles, neste momento, seriam exclusivamente de repressão, com o mesmo objetivo de “pacificação” e assimilação.

De fato, as leis de guerra justa de 1808 e 1809 só foram revogadas vários anos após a independência, em 1831, quando as os conflitos entre sertanistas e indígenas em São Paulo repercutiram no parlamento¹⁰³. No ano seguinte, a administração dos indígenas aldeados tornou-se responsabilidade de um Juiz de Paz e uma série de decisões judiciais permitiram o arrendamento e aforamento de terras indígenas.

No ano de 1834, o Ato Adicional delegou aos governos provinciais a questão da catequese e civilização dos indígenas. Apesar de serem sucintas as ordens contidas no parágrafo 5º do artigo 11, em que estabelece como competência das Assembleias Legislativas provinciais e do governo geral promover “*a organização da estatística da Província, a catequese, a civilização dos indígenas e o estabelecimento de colônias.*”¹⁰⁴,

¹⁰¹ Para ver mais sobre o assunto ler nesta tese o capítulo 2.6. *A identidade de uma raça...*

¹⁰² MONTEIRO. *Tupis, Tapuias e Historiadores...*2001. *Op. Cit.*, p. 170-172

¹⁰³ SPOSITO, Fernanda. Liberdade para os índios no Império do Brasil. A revogação das guerras justas em 1831. *Almanack*, Guarulhos, n. 1, p. 52-65, Jun/2011.

¹⁰⁴ BRASIL. Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834. Faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832. Disponível em:

Cunha identifica a partir desta legislação uma maior gerência dos interesses locais, fazendo emergir uma verdadeira política anti-indígena, marcada pela extinção de muitos aldeamentos¹⁰⁵.

Entretanto, no Rio Grande de São Pedro, esta parece ter sido a tônica da política indigenista provincial desde meados dos anos de 1820, ainda antes do Ato Adicional, marcada por decisões pouco amistosas tanto em relação aos guaranis, quanto no contato com os “bugres”. Também foi precoce a pressão sobre as terras indígenas na província. Em grande parte do Brasil essa pressão iniciou-se após a década de 1850, notadamente após a lei de terras, no Rio Grande do Sul ela foi forte desde a Independência.

A decisão de muitos guaranis de migrar para a Banda Oriental no acordo travado com Frutuoso Rivera em 1828 é reveladora das tensões na área dos sete povos. Aqueles guaranis que permaneceram nos aldeamentos e os que retornaram após a eclosão de revoltas em Bella Unión, no Uruguai, disputaram com a administração provincial a posse do gado e das terras dos antigos aldeamentos jesuíticos e, principalmente, marcaram sua presença nas áreas de fronteira, rebatendo as alegações de sua inexistência. Também a política em relação aos kaingang durante este período foi marcada pela hostilidade. Os ataques às fazendas, aos viajantes e, posteriormente, às colônias foram respondidos com a formação de milícias, demonstrando que a política dos primeiros quarenta anos do oitocentos foi pautada pela guerra contra os “bugres”.

Os anos de incumbência oficial da Assembleia Legislativa Provincial sobre a política indigenista coincidiram justamente com os anos de guerra civil no sul Brasil, e, portanto, anos em que o governo da província não pode se ocupar da matéria. A política indigenista traduziu-se em recrutamento militar para a guerra. A mobilização dos homens seja nos exércitos imperiais, seja entre os farrapos, contribuiu para o esvaziamento dos aldeamentos guaranis, já assolados pelas constantes guerras de independência das nações platinas. Esse momento também propiciou a expropriação de áreas de aldeamentos, estâncias e do gado dos indígenas. Quando em março de 1845 foi firmado o Tratado de Poncho Verde, o governo imperial tratou de reorganizar as estruturas administrativas no sul e iniciou uma nova abordagem da política indigenista, consoante com o *Regulamento das Missões*.

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-16-12-agosto-1834-532609-publicacaooriginal-14881-pl.html>

¹⁰⁵ CUNHA. Política indigenista no século XIX...1992, *Op. Cit.*, p. 138.

1.2 A invisibilização guarani missioneira

1.2.1 Um breve histórico da formação dos aldeamentos guaranis no Rio Grande de São Pedro

No ano de 1827 o administrador geral dos Povos de Missões, tenente coronel Manuel da Silva Pereira do Lago, enviou à Salvador José Maciel, presidente da província do Rio Grande de São Pedro do Sul, um documento detalhado sobre os “*Sete Povos das missões brasileiras*”¹⁰⁶. Naquele momento, fazia pouco mais de vinte anos que as missões do lado oriental do rio Uruguai haviam sido incorporadas ao Império do Brasil. Para compreender o intrincado processo de dispersão da população guarani pelo sul do Brasil durante o oitocentos faz-se necessário retrocedermos ainda mais no tempo.

Entre os anos de 1685 e 1730 foram fundadas as sete missões nas margens orientais do Rio Uruguai¹⁰⁷. Estes aldeamentos faziam parte de um complexo amplo de trinta povos missioneiros coordenados pelos jesuítas e que progressivamente haviam se instalado, desde o começo do século XVII, em uma vasta área que hoje abarca o Paraguai, a Argentina e os estados brasileiros do Paraná e Rio Grande do Sul¹⁰⁸. Durante o século XVIII as disputas entre as Coroas ibéricas pelos territórios na desembocadura do Rio da Prata e adjacentes ao Rio Uruguai levaram à tentativa de demarcação dos territórios.

Em 1750, Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Madri que, referente à porção meridional, pretendia trocar a Colônia do Sacramento, que pertencia aos portugueses, pela região das sete missões jesuíticas, submetidas ao Império espanhol. Para tanto, os guaranis deveriam abandonar seus povoados e integrar-se a outros aldeamentos na margem ocidental do rio Uruguai. Os indígenas tentaram provocar embaraços à demarcação, especialmente para a comissão portuguesa. Em seguida iniciou-

¹⁰⁶AHRS.FAM, M. 107. *Manuel da Silva Pereira do Lago*, tenente coronel administrador geral dos Povos de Missões, 1827. Mapa geral dos bens e propriedades dos sete Povos das Missões brasileiras com especificação do estado atual dos edifícios, número dos naturais, receitas e despesas, dívidas e crédito, produção e ramos de indústria. Oferecidos ao Ilmo. Exmo. Senhor Salvador José Maciel, Presidente da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul pelo Tenente Coronel Manuel da Silva Pereira do Lago, administrador geral. Povo de São Luís, 26/07/1827.

¹⁰⁷ Antes disto, os jesuítas já haviam fundado povos na região do atual Rio Grande do Sul, eram as chamadas Missões do Tape. Elas foram abandonadas após 1641 em virtude do constante ataque de bandeirantes que procuravam escravizar os indígenas aldeados. O gado das estâncias jesuíticas deixado solto nos campos sul-rio-grandenses após a transmigração das missões se reproduziu com rapidez nos campos, formando as chamadas “Vacarias”. No ano de 1680 os portugueses fundam a Colônia do Sacramento nas margens do Rio da Prata, o que acaba impulsionando o Império espanhol a fundar povoados na margem oriental do rio Uruguai, visando garantir a posse dos territórios, ervaes e gado.

¹⁰⁸ KERN, Arno Alvarez. *Missões: Uma Utopia política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982; WILDE, Guillermo. *Religiión y poder en las misiones de guaranies*. Buenos Aires: SB, 2009.

se a chamada Guerra Guaranítica (1754-1756) que colocou os exércitos ibéricos contra os guaranis¹⁰⁹.

Ainda antes da deflagração da guerra em si já era possível identificar guaranis missioneiros que haviam migrado para os povoados da província do Rio Grande de São Pedro. Os registros de batismo da capela de Nossa Senhora da Conceição de Viamão da década de 1750 dão conta deste processo de dispersão pelas freguesias mais alijadas da guerra. Em 1753, temos um bom exemplo disto, antes dos três registros de batismo do casal Maria Madalena e Bonifácio, há a seguinte descrição: “*Índios que vieram fugidos das Missões a batizar-se nesta freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão de que fiz os assentos abaixo sucessivamente*”¹¹⁰.

Protásio Paulo Langer¹¹¹ chama a atenção para a existência de guaranis que não aderiram à vida nas missões jesuíticas e vieram se aldear nas imediações da vila de Rio Grande antes mesmo da Guerra Guaranítica. Para abrigar estes “*índios Tapes chimarroens*” que há anos estavam escondidos nas montanhas, fugindo dos padres, nasceu, no ano de 1753, a Aldeia de Nossa Senhora da Conceição do Estreito. Mas foi em meio à guerra dos guaranis com as coroas ibéricas que um grande contingente de indígenas foi convencido a migrar para aldeamentos mais longínquos da fronteira em disputa. Através das negociações encabeçadas pelo governador do Rio Grande de São Pedro, Gomes Freire de Andrade, além da aldeia do Estreito, foram criados outros quatro aldeamentos para receber este contingente¹¹².

Assim surgiu a aldeia de São Nicolau do Rio Pardo, ao lado da vila de mesmo nome. Esse foi o aldeamento mais longevo do Rio Grande, perdurando até 1866. Ele também serviu neste período como uma espécie de entreposto, no qual boa parte dos guaranis passaram após retirarem-se da zona missioneira, sendo posteriormente encaminhados para outros locais. Apesar de ser pouco mencionado nas décadas posteriores à sua criação, nos anos de 1840, quando foi reorganizada a política

¹⁰⁹ Sobre as reações dos guaranis a este processo ver: NEUMANN, Eduardo Santos. Fronteira e identidade: confrontos luso-guarani na Banda Oriental 1680-1757, Revista Complutense de História da América. Madri, 2000. n.26.; NEUMANN, Eduardo Santos. Mientras volaban correos por los pueblos: autogoverno e práticas letradas nas Missões Guarani – século XVIII. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 10, n.22, p.93-119, jul./dez. 2004. NEUMANN, Eduardo Santos. Práticas Letradas Guarani: produção e usos da escrita indígena (séculos XVII e XVIII). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

¹¹⁰AHCMPA [PRFP] – 1ºLB. p. 136; 26/10/1753 (Grifos meu).

¹¹¹ LANGER, Protasio Paulo. Os Guarani-Missioneiros e o colonialismo luso no Brasil meridional. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2005.p.109-111,

¹¹² GARCIA. *As diversas formas de ser índio...* 2009. Op. Cit. p. 73.

indigenista, este aldeamento voltou a aparecer nas fontes, contando com uma população considerável e com uma economia agrícola e extrativista sólida¹¹³.

No passo do Fandango nas margens do Rio Jacuí foi criado outro aldeamento de mesmo nome: São Nicolau da Cachoeira. Como veremos, apesar do “esquecimento” por parte do poder público, esta pequena aldeia persistiu por muitas décadas, “reaparecendo” no ano de 1847 como Aldeia de São Miguel na Vila de São João da Cachoeira¹¹⁴. No entanto, nunca logrou reconhecimento por parte da Diretoria Geral dos Índios. A migração guarani gerou ainda a criação de um aldeamento em Santo Antônio da Patrulha, denominada Povo de São João Batista, mas que aparece nas fontes do século XVIII sobre diversas nomenclaturas¹¹⁵.

Nas margens do rio Gravataí, próxima a Viamão, surgiu uma grande aldeia chamada Nossa Senhora dos Anjos que serviu de modelo na região para aplicação do Diretório Pombalino, visando, com isso, assimilar os indígenas à população envolvente¹¹⁶. O processo de extinção oficial deste aldeamento no início do século XIX merece uma atenção especial, que infelizmente este trabalho não terá como abarcar. De maneira geral, a historiografia ressaltou a diminuição da população do aldeamento ao longo do período colonial, chegando ao século XIX com uma população de apenas trezentos guaranis¹¹⁷. Acredito que o processo desenvolvido na Aldeia dos Anjos não tenha sido muito diferente do que aconteceu nas outras aldeias guaranis da província, para as quais houve um discurso de esvaziamento e assimilação que visava ocultar a presença dos indígenas naquelas áreas. Como Anjos localizava-se em uma região mais próxima dos centros de poder da província, ela foi alvo de uma política de desmantelamento mais

¹¹³ Ver nesta tese 2.2.1 *A Aldeia de São Nicolau do Rio Pardo...* A dissertação de Karina Melo foi precursora em tratar desta aldeia e seguia, até o presente momento, sendo o único trabalho a tratar deste importante aldeamento, ver: MELO, Karina Moreira Ribeiro da Silva e. *A aldeia de São Nicolau do Rio Pardo: histórias vividas por índios guaranis (séculos XVIII-XIX)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

¹¹⁴ Ver nesta tese 2.2.3 *Aldeia de Cachoeira do Sul...*

¹¹⁵ Aldeia nova, Aldeia da Patrulha, Aldeia do Registro da Serra, Aldeia Velha e S. Antônio da Aldeia da Guarda Velha. (LANGER. *Os Guarani-Missioneiros...* 2005. Op. Cit., p. 124.)

¹¹⁶ Sobre a Aldeia dos Anjos no período colonial ver: KÜHN, Fábio. O “Governo dos Índios”: a Aldeia dos Anjos durante a administração de José Marcelino de Figueiredo (1769-1780). *Anais 3º Encontro de Escravidão e liberdade no Brasil meridional*. Florianópolis: UFSC, 2007. GARCIA, Elisa Frühauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América Portuguesa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. P. 73-106; LANGER, Protasio Paulo. *A aldeia de Nossa Senhora dos Anjos: a resistência Guarani-Missionero ao processo de dominação do sistema colonial luso (1762-1798)*. Porto Alegre: EST edições, 1997 e SIRTORI, Bruna. *Entre a cruz, a espada, a senzala e a aldeia: Hierarquias sociais em uma área periférica de Antigo Regime*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2008.

¹¹⁷ LANGER. *A aldeia de Nossa Senhora dos Anjos...*1997. Op. Cit. p. 97

precoce. Sua estância foi vendida em 1783¹¹⁸ e na primeira década do XIX vários bens e terras liquidados. Mas, se no caso de Rio Pardo, Encruzilhada e Cachoeira as populações guaranis seguiram ocupando estes espaços tradicionais a despeito do reconhecimento governamental e da dificuldade material de sobrevivência, não há por que pensar que na região do Gravataí tenha sido diferente. Ali possivelmente a população indígena não reconhecida recriou suas formas de vida ao longo do século e ao menos em parte logrou permanecer no território.

Na região das Missões os confrontos disparados pela demarcação do Tratado de Madri tiveram consequências de longo prazo. A resistência dos indígenas em transmigrar fez com que aquele tratado fosse anulado em 1761, pelo Tratado de El Pardo, mantendo os sete povos como parte do Império espanhol. Os jesuítas foram expulsos dos domínios espanhóis em 1768 e a gestão dos povos passou a ser feita por administradores laicos e pelos cabildos indígenas. Os cabildos já existiam antes, mas ganharam importância neste período¹¹⁹.

Do mesmo modo que na América portuguesa o Diretório Pombalino aplicou uma política assimilacionista às populações indígenas, nas missões espanholas foi rompido o relativo isolamento da época jesuítica: houve o estímulo de casamentos mistos, do uso da língua espanhola e do comércio¹²⁰. No ano de 1800, mais de trezentas famílias guaranis, cujas cabeças foram considerados componentes da elite indígena, foram liberados do “regime de comunidade”, isto é, desobrigados a prestar serviços e de pagar alguns tributos, além de receberem a propriedade de terras. Tal processo aprofundou a desagregação da propriedade coletiva dos territórios dos antigos aldeamentos jesuíticos e suas estâncias¹²¹, facilitando a posterior privatização dos bens guaranis por terceiros. Em 1801, o governo português incorporou a região das missões aos seus domínios, em um

¹¹⁸ Cópia do inventário da entrega da grande estância das famílias guaranis aos rematantes da mesma. Em 15 de setembro de 1783. [132r]. ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Os índios D'Aldeia dos Anjos: Gravaí- século XVIII. Porto Alegre: EST, 1990.p. 76-77.

¹¹⁹ RANZAN, Alfredo Campos. *O papel, a pena e a fronteira: manifestações escritas e ação indígena nas reduções guaranis do Paraguai (1767-1810)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015 e WILDE. *Religión y poder...*2009. *Op. Cit.*p. 216.

¹²⁰ MAEDER, Ernesto J. A. *Aproximación a las Misiones Guaraníticas*. Universidad Católica Argentina – Educa, Buenos Aires: 1996.

¹²¹ MELO, Karina Moreira Ribeiro da Silva e. *Histórias indígenas em contextos de formação dos Estados argentino, brasileiro e uruguaio: charruas, guaranis e minuanos em fronteiras platinas (1801-1818)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2017, p. 154. Ver também em BURD, Rafael. *Das “injusticias que nos a hecho los españoles” a “basalios de la Reyna de Portugal”*: reduções orientais na virada do século XVIII para o XIX. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019.

episódio já razoavelmente discutido pela historiografia¹²². Estima-se que a população dos Sete Povos, naquele momento, fosse de aproximadamente 14 mil indígenas¹²³.

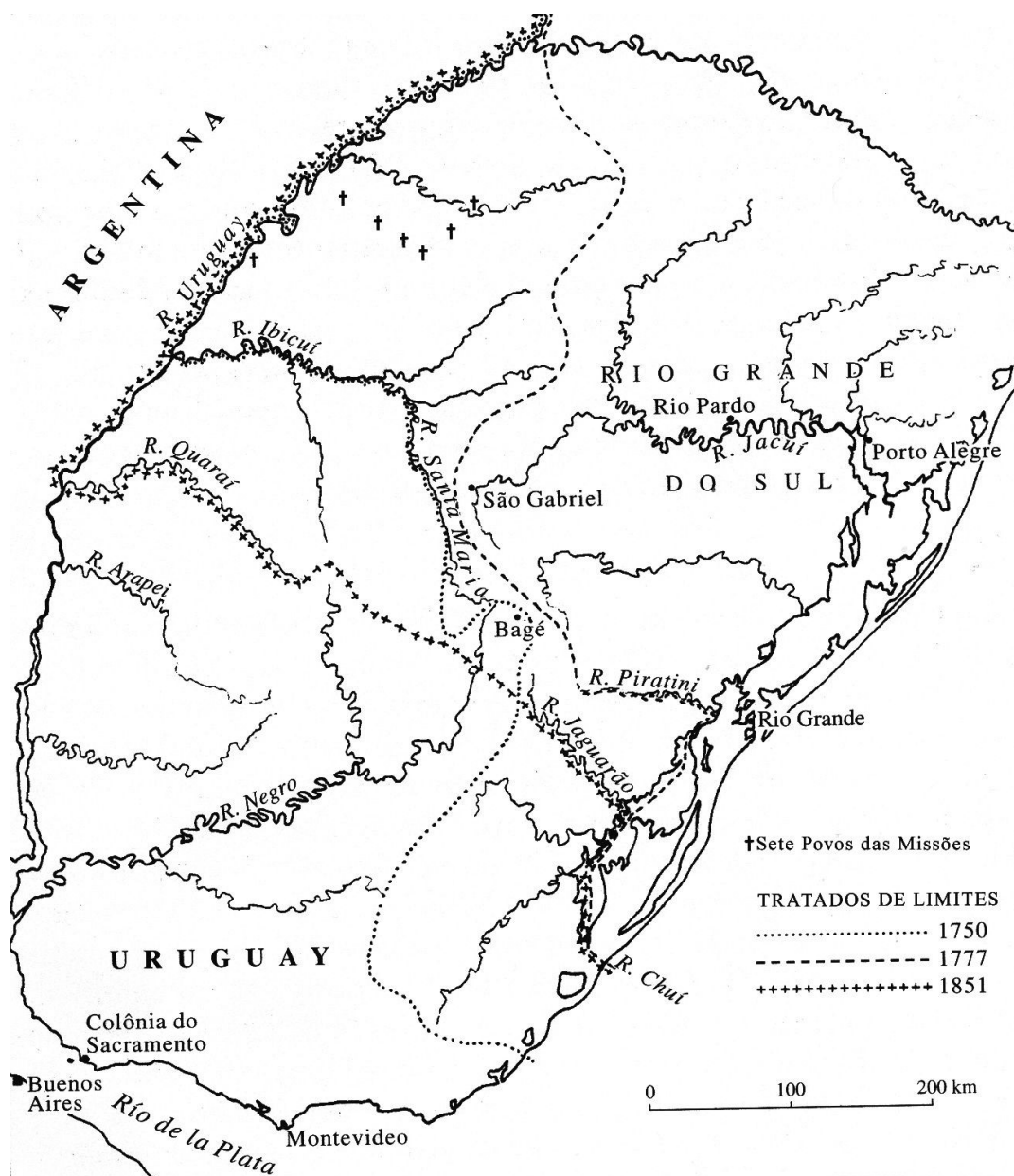


FIGURA 4- MAPA DAS FRONTEIRAS DO RIO GRANDE DO SUL E URUGUAI

FONTE: FIGURA 1 - MAPA MOSTRANDO O RIO GRANDE DO SUL E URUGUAI. ADAPTADO DE BELL, STEPHEN. CAMPANHA GAÚCHA..., 1998, p. 22. IN: FARINATTI, LUÍS AUGUSTO EBLING. CONFINES MERIDIONAIS: FAMÍLIAS DE ELITE E SOCIEDADE AGRÁRIA NA FRONTEIRA SUL DO BRASIL (1825-1865). TESE (DOCTORADO EM HISTÓRIA). UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. RIO DE JANEIRO, 2007, p.60.

¹²² MELO. *Histórias indígenas...*2017. *Op. Cit.*; GARCIA. *As diversas formas de ser índio...*2009. . *Op. Cit.*; RIBEIRO. *Estratégia indígenas...* 2013. *Op. Cit.*

¹²³ GARCIA. *As diversas formas de ser índio...* 2009. *Op. Cit.* p. 276.



FIGURA 5 - MAPA DAS MISSÕES DO PARANÁ E URUGUAI.

FONTE: MAPA DE LAS DOCTRINAS DEL PARANÁ Y URUGUAY. IN: FURLONG, GUILLERMO. CARTOGRAFIA JESUÍTICA DEL RÍO DE LA PLATA. BUENOS AIRES, FACULTAD DE FILOSOFIA Y LETRAS, 1936. NÚMERO XXXII.

TEXTO DO CABEÇALHO: MAPA DE LAS DOCTRINAS DEL PARANÁ Y URUGUAY Y DE LA LINEA DIVISORA AL AÑO 1750 ENQUANTO ESTAS DOCTRINAS. LA LÍNEA DIVISORA ES LA ENCARNADO, QUE COMEZANDO EN LOS CONFLICTOS SOBRE LA COSTA EN ALTURA DE GRADOS, Y PASANDO POR CERCA DE MALDONADO, VA POR LAS CABECERAS DEL RIO NEGROY ESTANCIA DE SAN MIGUEL HASTA LA CABECERA DEL YBICUI, Y ZERO ABAIXO HASTA EL URUGUAY, Y 20 10 ABAIXO HASTA EL RIO PEPITI, Y VERTI AL IGUAZÚ, Y PARANÁ. LA SEÑALO EL REY EL AÑO DE 5. LAS TIERRAS ORIENTALES SON DE PORTUGAL.

O processo de expansão napoleônica na península ibérica, que resultou no sequestro de Fernando VII e a acefalia do poder espanhol, desencadeando as independências de suas colônias, e fuga da família real portuguesa para o Brasil, também trouxe consequências diretas para os povos indígenas da região do Prata. Com a vacância do trono espanhol, a elite do vice-reinado do Rio da Prata não aceitou fazer parte da Corte de Cádiz e optou por organizar um Junta que deveria governar a região. A partir de então, as disputas por duas áreas fronteiriças estratégicas - a região de Misiones e a Banda Oriental (Uruguai) - fizeram com que milhares de indígenas se mobilizassem ao longo dos anos nas disputas territoriais ali travadas.

As alianças com a Junta governativa de Buenos Aires ou contra ela dividiram os povos indígenas da mesopotâmia do Uruguai- Paraná. No atual Uruguai se formou, em 1810, a Liga dos Povos Livres, liderados por José Artigas, que contou com forte engajamento das camadas mais pobres da população no projeto revolucionário, entre estes estiveram muitos guaranis¹²⁵. Isto porque o projeto artiguista contemplava aspirações de parte da população indígena, como, por exemplo, ter a posse de terras¹²⁶. A intervenção portuguesa na Banda Oriental e o armistício firmado com o governo bonaerense, em julho de 1811, levaram Artigas a capitanear o famoso episódio do “êxodo de los orientales” para margem ocidental do Rio Uruguai, na qual é possível verificar a presença massiva de famílias guaranis. No mesmo ano, o Paraguai tornou-se um país independente, ficando parte das missões, antes submetidas ao vice-reino do Prata, agora incorporadas ao território daquele país¹²⁷.

O processo de desagregação do complexo missioneiro foi reforçado pelo envio de prisioneiros indígenas para outras regiões. Quando Artigas foi derrotado, guaranis que compunham suas tropas foram levados para executar trabalhos forçados no Rio Grande de São Pedro. O viajante francês Auguste Saint-Hilaire relatou que trinta indígenas prisioneiros trabalharam na construção de um forte em Torres, litoral na fronteira com

¹²⁵ Sobre a participação de indígenas nas tropas artiguistas ver: WILDE. *Religión y poder...*2009. *Op. Cit* MELO. *Histórias indígenas...*2017. *Op. Cit*. Para uma análise das ideias políticas dos guaranis neste período ver PRAIA, Felipe Schulz. *Para que cada Pueblo se gobierne por si: modernidade política e atores indígenas a região do Rio da Prata (1810-1821)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2017.

¹²⁶ O Regulamento Provisorio de Artigas previa que fosse subvertida a ordem tradicional de posse da terra, dando aos negros, zambos, criollos pobres e indígenas a posse das estâncias FREGA, Ana; ISLAS, Ariadna (Coord.). *Nuevas miradas en torno al artiguismo*. Montevideu: FHCE, 2001.

¹²⁷ Sobre a incerteza da jurisdição dos pueblos de Candelária, que seria resolvida apenas após a Guerra do Paraguai, em 1866, ver: MAEDER, Ernesto J. A. *Aproximación a las Misiones Guaraníticas*. Universidad Católica Argentina – Educa, Buenos Aires: 1996.p. 132-133.

Santa Catarina, e que viu outros sendo levados acorrentados para lá, inclusive algumas mulheres¹²⁸.

Neste período, o comandante da fronteira das Missões “brasileiras”, Francisco das Chagas Santos¹²⁹, foi um dos responsáveis por desestruturar ainda mais as comunidades guaranis. Recrutou portugueses e indígenas para defesa daquela que era considerada a região mais desprotegida da província. Formou-se o Regimento de Milícias Guaranis a Cavalos, no qual 512 guaranis orientais foram engajados¹³⁰. A organização dos regimentos da cavalaria seguia a distribuição dos povos, apontando a manutenção das estruturas guaranis missioneiras na administração militar do começo do século XIX. Por outro lado, o engajamento dos indígenas retirava-os das tarefas agrícolas e pecuárias necessárias para a manutenção das comunidades. O serviço bélico dos guaranis seguiria sendo importante por todo o período imperial e, como veremos, continuaria sendo um fator de ruptura na sustentação material dos aldeamentos.

Em 1816, o governo português, sob o comando do general Lécór, iniciou uma nova intervenção na Banda Oriental, que foi incorporada ao Império português sob o nome de Província Cisplatina¹³¹. No ano seguinte o marechal Chagas, chefe das Missões portuguesas, iniciou ataques às aldeias entre o rio Uruguai e o rio Paraguai, na atual Argentina, incendiando-as e fazendo com que grande parte dos habitantes fugissem da região. Em decorrência destes episódios, em 1820, os indígenas do Pueblo de Santa Cruz, Casemiro Taperý, Juan Manuel Toledo e José Leon, ainda presos na Ilha das Cobras no Rio de Janeiro, escreveram ao embaixador espanhol Conde de Casa Flores, relatando com espanto as atrocidades cometidas pelo Marechal Francisco Chagas.

Sus suplicantes son indígenas de aquellas reducciones, reconocidas por las leyes del Reyno, como españoles, y por la Constitución de las Monarquías elevados a la clase de hombres libres, iguales en derechos a todos los españoles. Con este carácter vivíamos en nuestro país natal sin intervenir en las convulsiones políticas cual sobrevivieron en las otras Provincias; cuando en medio de la paz más profunda, hemos sido invadidos por los soldados de Rey del Brasil (siendo se les ha informado) al mando de un Jefe llamado Chagas; Estas tropas guardaban una conducta parecido a una calamidad más horrible cual la furia de

¹²⁸ SAINT-HILAIRE. Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul* [Tradução de Adroaldo Mesquita da Costa]. Porto Alegre: ERUS, 1987.p. 12 e p. 17.

¹²⁹ Chagas Santos foi comandante das Missões de 1809 até 1820.

¹³⁰ RIBEIRO. Estratégia indígenas... 2013. *Op. Cit.* p. 49.

¹³¹ Se, por um lado, a anexação teve relação com as pretensões de propriedade da Rainha Carlota Joaquina sobre os territórios das antigas colônias espanholas, por outro visava contemplar a elite sul-rio-grandense proprietária de gado e terras na outra margem do Rio Uruguai.

los elementos, por cual famas habían concebido que hombres que profesan la religión cristiana, fuesen tan inhumanos¹³².

Descreveram a queima de suas lavouras, o roubo do gado, o incêndio das casas, a profanação e saque dos ornamentos e altares das igrejas, a degola de mulheres e crianças. Os guaranis ainda denunciaram o apresamento de crianças e “domésticos” para serem vendidos como escravos no Brasil. Segundo os autores da carta, apesar de viverem pacificamente e não se envolverem em conflitos políticos, foram levados amarrados e nus aos outros *pueblos* indígenas, possivelmente em um ato de intimidação do restante dos missioneiros, e depois enviados à cadeia no Rio de Janeiro. Taperý, Toledo e Leon ainda explicitaram sua aflição de não conseguirem se expressar e escrever em espanhol, até que ocorreu a chegada de outro preso político que os auxiliou a confeccionar aquela carta, na qual, informados do contexto político pelo mesmo interlocutor, buscam apoio em um discurso de adesão à monarquia espanhola e juramento à Constituição de Cádiz¹³³.

Na correspondência destinada ao mesmo embaixador espanhol ainda é possível encontrar outros presos políticos indígenas na corte portuguesa. É o caso de Manoel Antônio, Felipe Santiago Aguilar e José Julian relacionados em uma lista de prisioneiros do Navio Príncipe do Brasil como “índios”¹³⁴. Ao lado dos seus nomes, consta que eram missioneiros e imploravam por liberdade. É provável que entre os presos na Corte portuguesa houvesse ainda outros indígenas, que não foram explicitamente assim chamados, já que abundam pedidos de liberdade de “missioneiros”.

Mas a detenção no Rio de Janeiro que melhor explicita o processo de desagregação política das missões é a de Andrés Guacurary, o Andresito Artigas, líder guarani do exército artiguista e Comandante dos “15 *pueblos de Misiones*”. Ele acabou sendo preso após invadir São Borja e São Nicolau, no lado “português”. A ausência de sua liderança agravou a fragmentação política entre os indígenas¹³⁵. Segundo o próprio

¹³² AHN-M. Fundo Estado. Legajo ou Sección 3768 (CAJA 1), maço 7, legación 1820. Carta de Casemiro Taperý, Juan Manuel Toledo, José Leon ao embaixador espanhol Conde de Casa Flores. Ilha das Cobras, Rio de Janeiro, 18/10/1820.

¹³³ A carta dos guaranis insere-se em um contexto bastante instável de alianças políticas no Prata dos anos 1820. A retirada de Artigas, a tomada da Banda Oriental pelos portugueses e a formação de uma república comandada por Francisco Ramíres englobando a região missioneira, deixaram como alternativa aos prisioneiros recorrer ao embaixador espanhol que buscava articular na Corte portuguesa um movimento de recolonização das colônias espanholas a partir da restauração da Constituição de Cádiz. FREGA, Ana. La “campanã militar” de las Misiones en una perspectiva regional: lucha política, disputas territoriales y conflictos étnico-sociales. IN: FREGA, Ana (coord.). *Historia regional e independencia del Uruguay: Proceso histórico y revisión crítica de sus relatos*. Montevideo: Banda Oriental, 2009, p. 131-161.

¹³⁴ AHN-M. FE, Leg. 3768, Maço 5, Legación 1818-1821. Memoriales y correspondências sobre prisioneros (leg.3768- 3). Relación de los Españoles Americanos que se recebían presos en el Navio Príncipe de Brasil. s.d

¹³⁵ Para conhecer a trajetória de Andresito ver: MELO. *Histórias indígenas em contextos...*2017. *Op.Cit.*

Andrés Artigas ele ficou um ano e quatro meses sob rígida prisão, incomunicável, mas foi posto em liberdade, sem processo nem sentença. Descreveu em uma carta sua situação de miséria e a impossibilidade de retornar ao seu país natal sem o auxílio daquele que, segundo ele, “*sempre chamou de pai*”: Dom José Artigas¹³⁶. Ao que consta o Coronel Andrés nunca retornou às Missões e talvez tenha falecido no Rio de Janeiro, assim como os outros indígenas presos políticos deste turbulento conflito.

O aprofundamento das políticas de extermínio das comunidades foi levado a cabo pelo caudillo entreriano Francisco Ramíres que assolou as aldeias. Segundo relato de Sant-Hilaire, quatro anos antes de sua passagem pelo território missioneiro, que ocorreu em 1821, milhares de guaranis migraram para o território do Rio Grande de São Pedro buscando refúgio dos ataques de Ramíres. Estes índios foram para capela do Alegrete, com a esperança de que ganhar terras, fato que jamais se concretizou:

Já me referi a quanto os índios eram apegados a Artigas; verdadeiramente, por esta razão, Ramíres declarou-se seu inimigo mortal e, como queria exterminá-los a todos, abandonaram Cambaí, Iapeju, e as outras aldeias que ainda subsistiam em Entre-Rios, e **vieram buscar sua salvação entre os portugueses**. Desde agosto, último, mais **de 3 mil desses infelizes** passaram o Rio Uruguai pelo vau do Quaraim; muitos outros conseguiram atravessá-lo em Salto, Belém e Missões e nos asseguram que ficaram nas aldeias apenas alguns velhos e doentes, com absoluta incapacidade de se deslocar.

Com a maior parte dos homens mortos durante a guerra, **as mulheres e as crianças vieram refugiar-se junto aos portugueses**. A maioria desses índios foram encaminhados para a **Capela do Alegrete, onde, parece, ganharão terras**¹³⁷.

Neste período, operou-se a ruptura entre Ramíres e Francisco Xavier Sítí. Sítí era um indígena que tinha se tornado comandante general das Missões enquanto Artigas dominava a região. Com a derrota das tropas artiguistas, aliou-se ao líder de Entre-Rios, mas, em seguida, rompeu com ele, buscando refúgio nas Missões Orientais. Segundo Saint-Hilaire, os homens de Sítí se dispersaram pela província; “*eles foram empregados como peões nas estâncias, e cem deles foram admitidos no regimento dos guaranis-portugueses*”¹³⁸. Sítí depois migraria para o Bella Unión no Uruguai e participaria da revolta de militares na aldeia em 1832.

No ano de 1821, inicia-se a independência do Brasil, cujos conflitos precedentes agravaram ainda mais as turbulências nas zonas fronteiriças do Império. O processo da

¹³⁶ AHN-M.FE, Leg. 3768, Maço 5, Legación 1818-1821. Memoriales y correspondências sobre prisioneros (leg.3768- 3). Carta de Andrés Artigas a D. João VI. Corte do Rio de Janeiro, 04/05/1821.

¹³⁷ SAINT-HILAIRE. *Viagem ao Rio Grande do Sul...* 1987. *Op.Cit.* p. 264.

¹³⁸ *Idem.*

independência do Brasil, como é bastante sabido, iniciou-se com a chamada Revolução do Porto ou Revolução Liberal, que convocou D. João VI para retornar a Lisboa, ao mesmo tempo que conclamava as Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa para promulgar uma Constituição. Tal processo teve reflexos nos confins meridionais do ainda Império português na América. No ano de 1820, no Povo de São Borja, setenta pessoas juraram obediência ao Rei e à constituição promulgada pelas Cortes. Os documentos contêm várias assinaturas de guaranis, muitos deles oficiais do exército e funcionários do cabildo daquele povo¹³⁹. Isso nos aponta que, para além da importância estratégica da região, ainda existia uma organização sólida das instituições guaranis missioneiras, que os portugueses queriam ao seu lado.

Entre 1825 e 1828 as Províncias Unidas e o Império do Brasil estiveram em guerra. No ano de 1825, capitaneados por Juan Antonio Lavalleja e com o apoio Províncias Unidas do Rio da Prata, iniciam-se os embates que resultariam na independência do Uruguai. As relações dos indígenas submetidos ao governo da Província do Rio Grande de São Pedro no episódio final da guerra da Cisplatina ainda não foram completamente estudadas. Marcos Luft, entretanto, aponta para a presença importante dos guaranis nas tropas portuguesas. Apesar da desconfiança dos militares que acusavam os indígenas de se engajarem nas tropas inimigas, o recrutamento não podia prescindir deles¹⁴⁰. No ano de 1857, o vice-presidente da Província do Rio Grande do Sul, Patrício Correia da Câmara informou que no aldeamento de São Nicolau havia “*velhos e aleijados das guerras nesta província e no estado oriental*”¹⁴¹, dando conta das consequências duradouras destes conflitos para as comunidades guaranis.

Em 1827, o governo de Corrientes, com a autorização tácita de Entre-Rios, atacou os missioneiros, saqueando o gado, incendiando os aldeamentos e por fim, incorporando o território compreendido entre Miriñay, Mocoretá e Uruguai. Neste momento, outros missioneiros atravessaram o rio Uruguai em busca de refúgio, engrossando o contingente de guaranis dispersos pela província do Rio Grande¹⁴².

¹³⁹ AHRS. FAM.M.79 Antônio José da Silva Paulet. 06/1820. *Apud.* RIBEIRO. *Estratégia indígenas...* 2013. Op. Cit.p.56

¹⁴⁰ LUFT, Marcos. “*Essa guerra desgraçada*”: recrutamento militar para a guerra da Cisplatina (1825-1828). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013. P.90

¹⁴¹ BND.HD. RPP. Relatório do vice-presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Patrício Correia da Câmara na abertura da Assembleia Legislativa Provincial. 11/10/1857.

¹⁴² FAVRE, Oscar Padrón. *Ocaso de un pueblo indio: historia del éxodo guaraní-misionero al Uruguay. Bella Unión- San Borja Yy.* Durazno: Tierra Adentro ediciones, 2009. (2ªed.), p. 41.

Podemos observar através dos episódios aqui relatados que, de fato, as primeiras décadas do século XIX foram de intensa disputa militar. A participação efetiva dos guaranis nos embates políticos e a localização estratégica dos territórios do complexo missioneiro colocou-os como protagonistas da efervescência política. Após este momento, a historiografia costuma afirmar que houve a aculturação dos guaranis e, de maneira geral, param ali de contar sua história.

Maeder afirma a respeito das missões incorporadas à Argentina e ao Rio Grande do Sul que os guaranis empreenderam uma diáspora rumo ao litoral e ao Uruguai, embrenharam-se nos matos ou, pouco a pouco, foram perdendo as características de sua etnia através da mestiçagem e da mimetização com os criollos¹⁴³.

A mediados del siglo XIX ese proceso estaba concluído y la antigua provincia de Misiones ya no existía. Su territorio había sido fraccionado y absorbido por las naciones vecinas y su población disminuía y dispersa, se confundía con el resto de los habitantes de esas regiones¹⁴⁴.

Wilde também salienta o processo de mestiçagem biológica e cultural dos guaranis, mas faz uma interessante inversão, que me parece profícua para pensar o processo que descreveremos nas páginas que seguem, o de “guaranização da campanha” ou seja, a influência da cultura guarani-jesuítica na cultura local¹⁴⁵. Ainda assim o autor encerra seu estudo na década de 1820.

De fato, é inegável a desagregação do complexo jesuítico missioneiro. No entanto, a presença guarani na zona das antigas estâncias jesuíticas e dos pueblos indígenas seguiu constante durante o XIX, inclusive pelo processo de migração dos guaranis dos pueblos ocidentais para o Rio Grande. Sua presença pode ser identificada através dos alistamentos militares e da sua continuidade como trabalhadores especializados da pecuária. Além disso, como veremos, pequenas comunidades seguiram auto identificando-se como indígenas.

¹⁴³ MAEDER, Ernesto. *Misiones del Paraguay: conflictos y disolución de la sociedade guarani 1768-1850*. Resistência: ConTexto Libros, 2014. 1ed.p. 241-242. Cabe ressaltar que o autor destaca a permanência de Loreto e San Miguel, e mais tarde a repovoamento de La Cruz. (p.262-265)

¹⁴⁴ *Idem*.

¹⁴⁵ Wilde. *Religión y Poder...* Op. Cit. p. 363.

12 Campanhas de Andresito en las misiones / Campanhas de Andresito nas missões

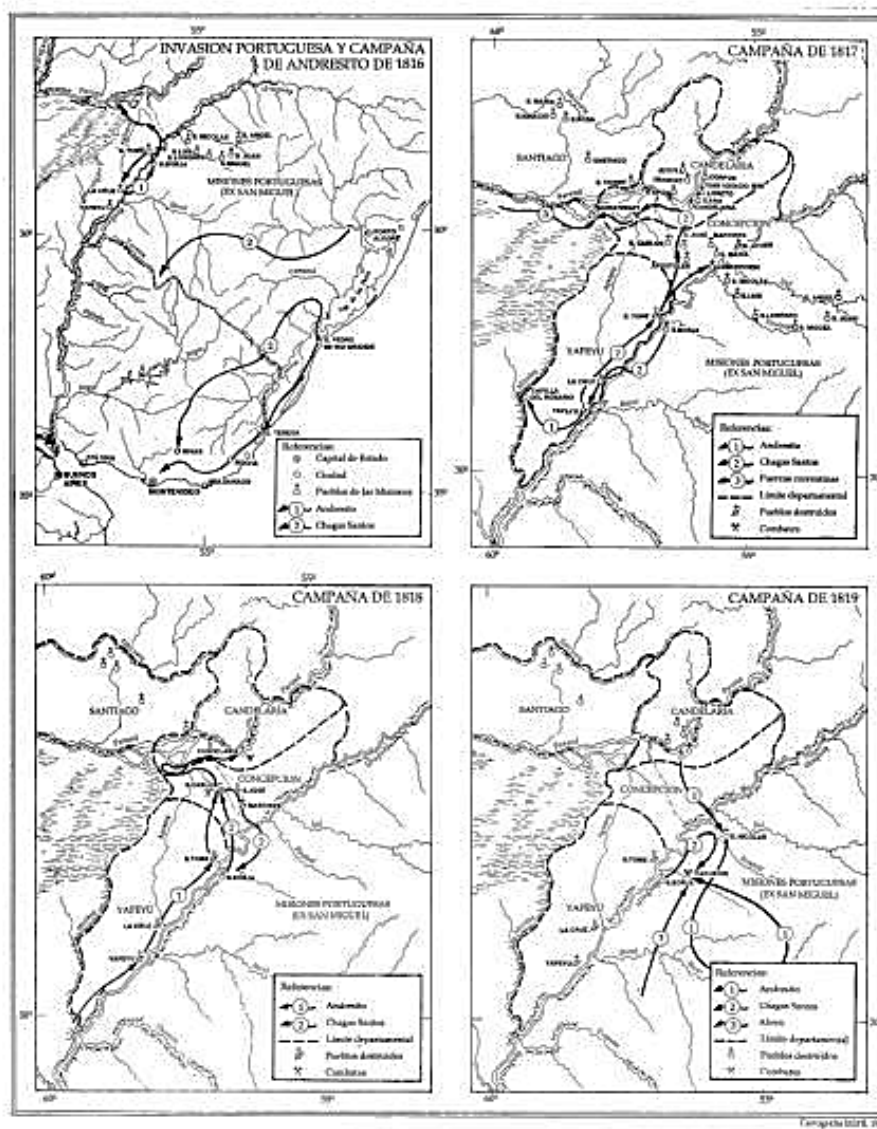


FIGURA 7 - CAMPANHAS DE ANDRESITO, CHAGAS SANTOS E FORÇAS CORRENTINAS NAS MISSÕES, SÉCULO XIX.

FONTE: MAEDER, ERNESTO E GUTIÉRREZ, RAMÓN. ATLAS TERRITORIAL Y URBANO DE LAS MISIONES JESUÍTICAS DE GUARANÍES: ARGENTINA, PARAGUAY Y BRASIL. SEVILLA: CONSEJERÍA DE CULTURA, 2009, P. 12

1.2.3 Peões e soldados: o êxodo de 1828 e a expropriação das terras e do gado guarani

“O Departamento de Missões, (...) não tem um só índio (...) Os templos, os colégios, as casas dos antigos cabildos, as dos teares são outros tantos monumentos, que atestam a decadência, ou para melhor dizer, a total ruína das povoações em outros tempos

*ricas, florescentes e populosas. Ainda existem nas Estâncias de Itaroquem, S. Vicente, e S. Gabriel 15040 reses de criar. (...)*¹⁴⁶

Desde o princípio da formação do complexo jesuítico missioneiro os guaranis tornaram-se excelentes peões e domadores de cavalos. Após os conflitos do Tratado de Madri e a primeira dispersão da população missioneira pelo Rio Grande de São Pedro, já é possível observar esta especialização dos indígenas na lida com o gado. A análise de 139 processos crime com um total de 3.866 testemunhas abarcando toda a capitania (e depois província) do Rio Grande do Sul, para o período de 1779 a 1834 indicou que a maioria dos peões (62%) eram indígenas¹⁴⁷.

A análise de Max Ribeiro de uma lista de empregados na “província de Missões” com o objetivo de realizar o recrutamento militar reforça a afirmação de que os indígenas eram agricultores e principalmente peões. Dos 1658 homens arrolados a grande maioria eram guaranis (83%), preponderando entre eles a atividade agrícola. Os que se declararam peões foram exclusivamente os indígenas¹⁴⁸.

O relato do naturalista francês August Saint-Hilaire, nos anos de 1820, dá conta do emprego dos indígenas como soldados em toda a região missioneira: “*a mocidade guarani está em armas*”¹⁴⁹, afirma repetidamente. Também o emprego como peões é ressaltado inúmeras vezes, demonstrando a valorização dos trabalhadores guaranis pelos estancieiros da região e como os deslocamentos da população indígena empurrava-os para as fazendas de particulares.

Os estancieiros desta região que não tem escravos aproveitam a emigração dos índios para ficar com alguns como peões. **Os guaranis são, segundo testemunho geral, muito indicados para este serviço; montam bem a cavalo; gostam imensamente deste exercício e muitos sabem domar cavalos.** Sua perfeita docilidade é outra condição que os faz procurados para trabalhar nas estâncias¹⁵⁰.

Em 1827, foi confeccionado o documento que trazia informações sobre os habitantes e bens “Sete povos”, citado no começo deste subcapítulo. Ele foi enviado pelo tenente Manuel da Silva Pereira Lago, comandante da fronteira das missões, ao presidente Salvador José Maciel. Naquele ano, foi arrolada uma população indígena de 1874

¹⁴⁶ Note-se que há cerca de dez mil reses a menos do que foi contabilizado em 1827. BND.HD.RPP. Relatório do presidente Caetano Maria Lopes Gama à Assembleia Provincial, 01/12/1830, p.07

¹⁴⁷ DIEHL, Isadora Talita Lunardi e OSÓRIO, Helen. “Os índios no gênero de peões ninguém os excede”: Utilização da mão de obra indígena e a expropriação de terras e gado guarani no Rio Grande do Sul (1777-1835). *Acervo*. Rio de Janeiro, v.34, n.2, p.1-22. Maio/agosto 2021.

¹⁴⁸ RIBEIRO. Estratégia indígenas na fronteira meridional...2013. *Op. Cit.* p. 44.

¹⁴⁹ SAINT-HILAIRE. Viagem ao Rio Grande do Sul... 1987. *Op.Cit.* p. 279.

¹⁵⁰ *Ibidem*, p. 149.

pessoas¹⁵¹, divididas nos “povos” que constituíam as antigas missões jesuíticas: Santo Ângelo, São Borja, São João, São Lourenço, São Luiz, São Miguel e São Nicolau¹⁵². O povoado de São Luiz contava com 446 pessoas, era o mais populoso dos sete e aparentemente foi a única das antigas missões que logrou ter sua população indígena mais ou menos reconhecida até a década de 1850¹⁵³.

Se tomarmos como verdadeiras as informações da comandância daquela fronteira, notaremos que houve uma significativa redução da população. Em 1801, contavam 14 mil indígenas nos sete povos. Já no ano 1809, esta população teria sido reduzida para quase metade: cerca de 8 mil indígenas. O comandante Francisco da Chagas Santos, atribuía o esvaziamento à migração das famílias guaranis para a fronteira do Rio Pardo, que, segundo ele, havia sido autorizada através de uma ordem de 1803¹⁵⁴.

Embora mais de oito mil pessoas não seja um número desprezível para o povoamento das localidades sul-rio-grandenses na época, é preciso levar em conta quem estava sendo contabilizado e quem não estava sendo. Como veremos na documentação da fronteira, os “bugres”, “índios alçados” e os “índios paisanos”, não entravam na contagem do administrador. As famílias que moravam em estâncias de particulares ou mesmo nos campos fora dos povos também não estavam ali arroladas. De toda forma, como pretendo discutir ao longo deste trabalho, não necessariamente o número de indígenas estava reduzido, mas podemos observar nos escritos do comandante da fronteira algo que será bastante comum nos discursos das autoridades provinciais: a negação da presença indígena e a afirmação de que há muitas terras e gado “disponível”. Também chama atenção o fato de que naquele censo a população de cada povo foi dividida entre “úteis, menores e inválidos”, nos revelando uma pretensão de utilização da mão de obra indígena, que, aparentemente, não coadunava com os planos de algumas lideranças.

¹⁵¹AHRS. FAM.M.107. *Manuel da Silva Pereira do Lago*, Tenente Coronel Administrador Geral dos Povos de Missões, 1827. Mapa geral dos bens e propriedades dos sete Povos das Missões brasileiras com especificação do estado atual dos edifícios, número dos naturais, receitas e despesas, dívidas e crédito, produção e ramos de indústria. Oferecidos ao Ilmo. Exmo. Senhor Salvador José Maciel, Presidente da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul pelo Tenente Coronel Manuel da Silva Pereira do Lago, administrador geral. Povo de São Luís, 26/07/1827.

¹⁵² O Povo de São Nicolau foi fundado no século XVII nas margens do rio Uruguai, já o Aldeamento de São Nicolau do Rio Pardo foi fundado em 1757, nas proximidades do rio Pardo e do Jacuí.

¹⁵³AHRS. FAM.M.107. *Manuel da Silva Pereira do Lago*. Mapa geral dos bens e propriedades dos sete Povos das Missões...26/07/1827. *Op.Cit.*

¹⁵⁴AHRS. FAM.M 16. Francisco da Chagas Santos. 05/1810. *Apud*. RIBEIRO. Estratégia indígenas na fronteira meridional...2013. *Op. Cit.*, p. 39

Ainda no ano de 1827, o novo administrador dos povos, Manuel Pereira do Lago informou os motivos aos quais atribuía o “*aniquilamento*”, “*a miséria e a ruína os Povos Indígenas das Missões Brasileiras*” ao presidente da província. Para ele, a deserção dos povos teria se dado, tanto em função do mau tratamento despendido por administrações anteriores, quanto pela sedução promovida por bandidos:

já em consequência do abandono e perseguição em que tinham antes, de que eu me encarregasse da sua administração geral, já seduzidos por vagabundos, que os tem saciado as suas quadrilhas, já por egoístas que atrás de uma **mentida liberdade, os levam para particular serviço onde recebem nenhuma paga**¹⁵⁵.

O trecho da carta permite observar que muitos guaranis fugiram reagindo ao mal tratamento dos administradores precedentes. Lembremos que o próprio Francisco Chagas dos Santos, por exemplo, havia incendiado aldeias inteiras na outra margem do Uruguai, fato que certamente não foi esquecido pelos guaranis. Contudo, ao saírem das antigas missões talvez tenham caído em situações de trabalho análogo ao escravo. Era comum que os indígenas se empregassem como peões, muitas vezes sem receber pago algum além das reses que podiam abater para alimentação.

Por outro lado, em um contexto de desestruturação das comunidades, onde as possibilidades de subsistência dentro dos aldeamentos estavam limitadas e os produtos eram constantemente espoliados para abastecer os exércitos da fronteira, trabalhar como peões e contrabandistas de gado, poderia ser uma estratégia de sobrevivência mais interessante para alguns indígenas. A própria correspondência ressalta que é a “*promessa de liberdade*” que seduziu os guaranis, talvez em contraste com o trabalho forçado que queriam impor-lhes.

Lago propõem que, diante do fato de que nos Povos só restarem “*mulheres, crianças e decrepitos*”, que realizavam o “*rude serviço das lavouras*”, fossem chamados aos aldeamentos também aqueles indígenas que estavam “*ausentes no serviço público*”. Em outros momentos do oitocentos, administradores da região das Missões e dos aldeamentos guaranis na Província do Rio Grande de São Pedro iriam reclamar a ausência de homens nas localidades, quase sempre associada ao engajamento no exército. Os dados do Mapa de 1827 corroboram o fato de existirem mais mulheres do que homens

¹⁵⁵AHRS. FAM.M. 107. Manuel da Silva Pereira do Lago, tenente coronel administrador geral dos Povos de Missões, 1827. Ofício de Manuel da Silva Pereira do Lago a Salvador José Maciel, Presidente da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul, Povo de São Luís das Missões Brasileiras, 12/05/1827.

contabilizados nos povos: 67% do total. Podemos notar que a força de trabalho masculina estava de fato reduzida, já que entre os homens, 43% foram notados como “*inválidos*”¹⁵⁶.

Em resposta ao pedido de Lago de que os guaranis retornassem aos povos, José Maria da Gama, coronel comandante da Fronteira das Missões, nos dá uma pista do tipo de serviço que os indígenas estavam executando. Embora concorde com a descrição de miséria dos povoados, alegando que mesmo o “*Povo de São Borja, que apesar de ter sido a capital deste Repartimento, não deixa de ser uma perfeita imagem da miséria, do abandono e da destruição*”, ele diz não poder satisfazer o pedido feito aos comandantes de Distrito, já que também necessitava de braços, tendo mesmo mandado treinar índios para “*peões, cavalhada e serviço do exército*”¹⁵⁷.

Além dos que abandonavam as aldeias para prestar serviços a particulares, notadamente como peões de estância, os que formavam grupos de contrabandistas e os engajados no exército, as famílias guaranis “enobrecidas” haviam sido liberadas do regime de comunidade no ano de 1800 e, provavelmente, algumas delas se tornaram proprietárias de terras. Até o começo do século XIX, nos 30 povos, os indígenas viviam submetidos ao regime de comunidade, ou seja, trabalhavam nas chácaras familiares (*abambaé*) e comunais (*tupambaé*)¹⁵⁸. O Vice-rei do Prata teria então ordenado a liberação de algumas famílias guaranis do serviço comum, permitindo sua desvinculação dos “pueblos” aos quais estavam submetidas¹⁵⁹. É provável, portanto, que ainda que minoritários, proprietários indígenas não tenham sido contabilizados pelo administrador das Missões.

Portanto, embora tenha havido uma diminuição no número de indígenas na região, houve, principalmente, a exclusão de alguns grupos do recenseamento, sendo contabilizados apenas aqueles que estavam diretamente ligados aos aldeamentos. Porém, estes mesmos relatos permitem observar que os indígenas viviam na região, trabalhando como peões, soldados e agricultores.

¹⁵⁶ AHRS. FAM.M. 107. *Manuel da Silva Pereira do Lago...Mapa geral dos bens e propriedades dos sete Povos das Missões brasileiras ... Op. Cit. 26/07/1827.*

¹⁵⁷ AHRS. FAM.M.107. Manuel da Silva Pereira do Lago, Tenente Coronel Administrador Geral dos Povos de Missões, 1827. Cópia da carta de José Maria da Gama, Cel. Comandante da Fronteira das Missões, para Manuel da Silva Pereira do Lago. São Borja, 05/05/1827.

¹⁵⁸ MAEDER. *Aproximación a las Misiones Guaraníticas...* 1996. *Op. Cit.* p. 73.

¹⁵⁹ MELO. *Histórias indígenas...* 2017. *Op. Cit.* p. 33.

Outro motivo pelo qual o tenente Lago solicitava o retorno dos indígenas aos seus povoados era pelas “*repetidas agressões dos selvagens*”¹⁶⁰. Naquele mesmo ano de 1827, o capataz do erval do Povo de São João comunicou que precisou abandonar o local com todas as pessoas e deixar a erva que colheram, pois os “*bugres*” haviam matado um “*natural*” e outro estava desaparecido¹⁶¹. Não sabemos se os “*bugres*” ao que o documento se refere eram kaingang, charruas ou até mesmo guaranis que haviam desistido de viver nos povoados e, por isso, se tornaram “selvagens” aos olhos dos administradores. Todas as possibilidades são plausíveis. No caso dos guaranis, como apontou Guilherme Wilde¹⁶², mesmo durante o período jesuítico existiram grupos que se aldearam e posteriormente saíram das missões, sendo encarados como selvagens pelos missionários.

Já os kaingang, quase sempre chamados de bugres, podem ter começado a fazer ataques aos ervais, já que eram consumidores da erva mate e seus territórios começavam a ser gradualmente ocupados. Os campos de Guarapuava no Paraná vinham sendo colonizados por brancos, o que, como veremos no capítulo 2, gerou deslocamentos de lideranças para o sul. No Rio Grande de São Pedro, o vale do Rio dos Sinos, zona de circulação deste grupo indígena, estavam sendo ocupado por colonos alemães. Portanto, é possível que, diante desta intrusão em seus territórios e de uma maior vulnerabilidade dos povos missioneiros, os kaingang tenham aproveitado o momento para promover ataques.

É interessante notar que dois anos antes, em 1825, houve o estabelecimento de uma colônia alemã justamente no povo guarani de São João das Missões. Para essa colônia foram enviados os prisioneiros de Meckleburg-Schwerim e de Hamburgo¹⁶³. A

¹⁶⁰ AHRs. FAM.M. 107. *Manuel da Silva Pereira do Lago*, Tenente Coronel Administrador Geral dos Povos de Missões, 1827. Ofício de Manuel da Silva Pereira do Lago a Salvador José Maciel, Presidente da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul, Povo de São Luís das Missões Brasileiras, 12/05/1827.

¹⁶¹ AHRs. FAM.M. 107. *Manuel da Silva Pereira do Lago*, Tenente Coronel Administrador Geral dos Povos de Missões, 1827. Cópia da carta de Felizardo Lopes a Antônio Francisco de Proença administrador do Povo de São Lourenço. Santo Anjo, 08/05/1827.

¹⁶² WILDE. *Religión y poder...* 2009. *Op.Cit.* p. 144.

¹⁶³ Segundo Aurélio Porto, um ofício de 1824 revelava que para São Leopoldo seriam enviados os “*escolhidos*” e para a “*deserta missão de São João*” enviariam “*o resto mais imorais (sic)*” (PORTO, 1934, p.84 *apud* MÜHLEN, 2010, p. 19.) Apesar disso, Mühlen ressalta que a colônia criada nas Missões seguiu os mesmos moldes das outras três colônias da província e que houve uma busca, tanto dos agentes administrativos do século XIX, quanto da historiografia, por distinguir “bons” e “maus” imigrantes, atribuindo a isto o sucesso ou não das colônias, mascarando, assim, os problemas da política colonizatória e criando uma narrativa apologética para os imigrantes alemães. A autora destaca que já havia a intenção de estabelecer colonos na região antes do recrutamento dos apenas na Alemanha e que apesar dos enviados para São João serem em sua maioria originários das prisões de Mecklenburgo, outros ex-condenados ficaram em São Leopoldo. Todas as informações da colônia provêm de: MÜHLEN, Caroline

historiografia sobre a colônia sequer menciona a existência de indígenas no povo missioneiro, o que nos impede de ter ideias de como se deu a relação entre estes e os novos moradores daquelas paragens. De toda a forma, apesar dos colonos terem chegado a ocupar o povo guarani de São João, a colônia se desfez pouco tempo depois. Para além da atribuição de “vadiagem e alcoolismo” não sabemos os motivos pelos quais a colônia alemã não prosperou, temos apenas informações que os poucos colonos que restaram lá foram enviados para São Borja e que outros retornaram para São Leopoldo, Três Forquilhas e Torres. Como veremos no próximo subcapítulo, a historiografia já ressaltou o impacto da instalação de imigrantes alemães e italianos no Planalto Meridional, de ocupação acentuadamente kaingang, mas a interferência nas terras guaranis foi pouco debatida¹⁶⁴.

Apesar da reiterada alegação de “aniquilamento”, “miséria” e “ruína” da região feita pelo comandante da fronteira¹⁶⁵ vemos, no *Mapa geral dos bens e propriedades dos sete Povos das Missões brasileiras*, arrolada uma grande quantidade de gado que pertencia às comunidades guaranis. Juntas, as estâncias de São Vicente (pertencente ao Povo de São Miguel), de São Gabriel (pertencente a São Borja), Conceição (pertencente ao Povo de São João), Passiretã (do Povo de S. Lourenço), Itaroquem (de São Nicolau)¹⁶⁶ possuíam mais de 26 mil animais¹⁶⁷, sendo reses, éguas e cavalos. Dentre estas, São Vicente era a que mais possuía gado, tendo 16 mil reses e 600 cavalos e éguas só naquela estância. Este dado é bastante importante pois, em seguida, esta região entraria em disputa, culminando em um conflito aberto entre as lideranças guaranis e as autoridades locais nos anos de 1850.

A título de comparação da magnitude dos rebanhos das estâncias guaranis, podemos observar que entre 1831-1870, a maioria dos proprietários da região de Alegrete, fronteira às Missões e especializada na pecuária, possuía até 500 cabeças de gado. A pesquisa de Farinatti nos inventários *post mortem* daquela localidade revelou que, em

von. *Da exclusão à inclusão social: Trajetória de ex-prisioneiros de Macklerburg-Schwerina*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2010.

¹⁶⁴ A dissertação de Melo dá conta da venda de terras do aldeamento de São Nicolau para instalação de uma colônia de alemães. Assunto que será tratado no cap. 3 desta tese. Ver: MELO. A aldeia de São Nicolau do Rio Pardo...2011. *Op. Cit.*

¹⁶⁵ AHRS. FAM, M. 107. Manuel da Silva Pereira do Lago, Tenente Coronel Administrador Geral dos Povos de Missões, 1827. Ofício de Manuel da Silva Pereira do Lago a Salvador José Maciel, Presidente da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul, Povo de São Luís das Missões Brasileiras, 12/05/1827.

¹⁶⁶ AHRS. FAM.M.107. *Manuel da Silva Pereira do Lago*. Mapa geral dos bens... 26/07/1827. *Op. Cit.*

¹⁶⁷ Cabe destacar que quando Sant- Hilaire esteve nestas estâncias, em 1821, afirmou não haver nenhum gado nelas, a exceção da de São Vicente. Isso aponta para o fato de que não devemos tomar todas as informações do naturalista como dados, já que, como veremos, havia interesse em ocultar os bens guaranis.

1830, apenas três proprietários possuíam mais de 10 mil reses. Nos anos seguinte, houve uma maior concentração de riqueza, terras e gado nas mãos de pouco estancieiros, ainda assim, o tamanho de seus rebanhos era incomparável aos das estâncias dos guaranis. Nos anos de 1840 só um proprietário era dono de mais de 10 mil reses, enquanto todos os outros possuíam menos de 5 mil cabeças de gado¹⁶⁸.

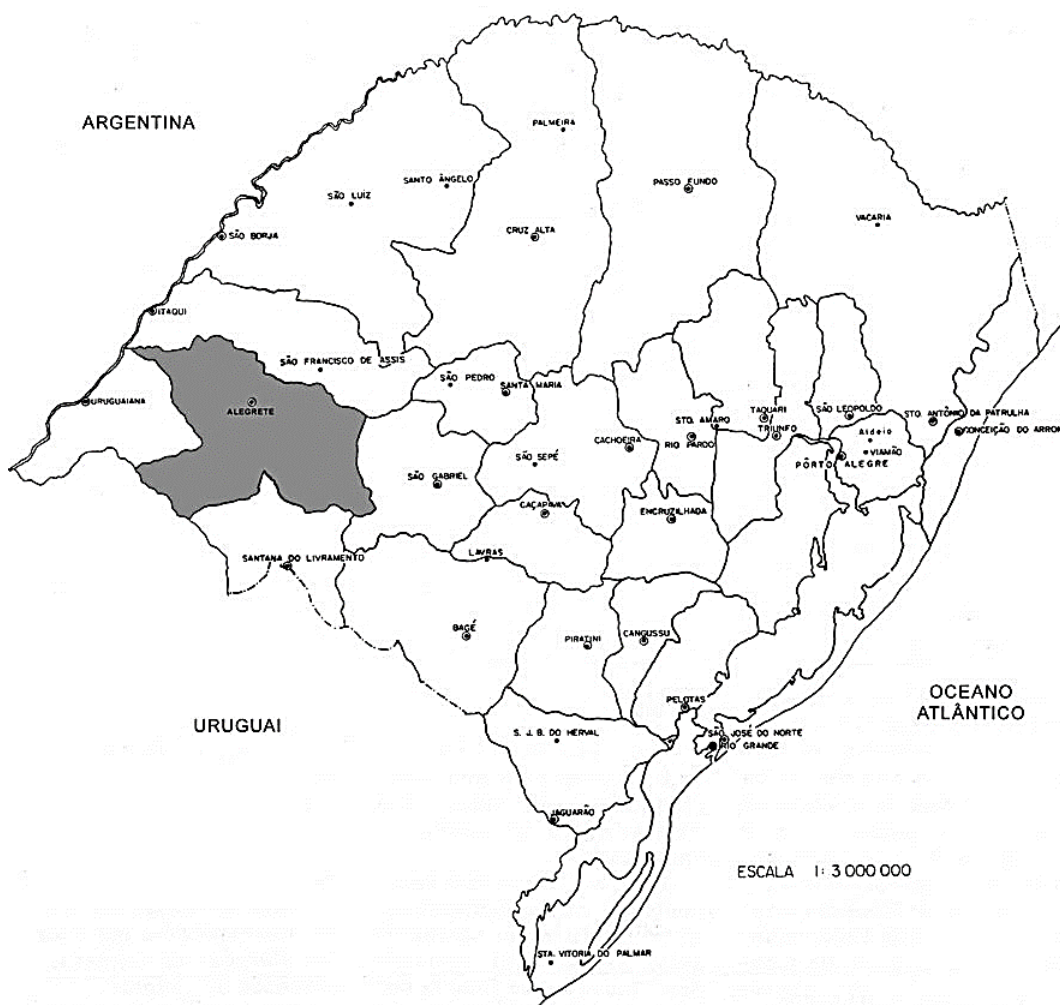


FIGURA 8 - MAPA DOS MUNICÍPIOS DO RS, POR VOLTA DE 1850

FONTE: FIGURA 2 - MAPA DOS MUNICÍPIOS DO RS, POR VOLTA DE 1850. ADAPTADO DE FELIZARDO, JULIA NETTO. EVOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DO RS, S/D, P. 19 IN: FARINATTI, LUÍS AUGUSTO EBLING. CONFINES MERIDIONAIS: FAMÍLIAS DE ELITE E SOCIEDADE AGRÁRIA NA FRONTEIRA SUL DO BRASIL (1825-1865). Tese (Doutorado em História). UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. RIO DE JANEIRO, 2007. P. 70

¹⁶⁸FARINATTI, Luís Augusto Ebling. Confinos Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.p. 90-92.

Cabe ressaltar que o mesmo *Mapa* traz um quadro onde apresenta as terras “*cultivadas usurpadas dos Povos*”. Todos os povos tiveram terras açambarcadas. Santo Ângelo, por exemplo, teve 6 estâncias, 3 poteiros e 2 invernadas¹⁶⁹ usurpadas. Já São Borja teve 10 rincões usurpados. O Povo de São Nicolau foi o mais afetado, teve 12 rincões, 10 poteiros e 8 chácaras subtraídas. Os rincões, por possuírem barreiras naturais, eram muito valorizados na criação de gado:

O nome do rincão (sic), que significa propriamente um canto, aplica-se a toda extensão de terra separada por rios ou por outras barreiras naturais, impedindo os animais de atravessar. Um rincão é uma espécie de recanto formado pela natureza, e a gente percebe, portanto, como **esses terrenos são preciosos para seus proprietários**¹⁷⁰.

O administrador dos “*Sete Povos*” estimava que, naquele momento, 24710 vacas e cavalos já haviam sido roubados das estâncias missioneiras¹⁷¹. Pelo detalhe dos números podemos estimar que essa era uma usurpação bastante recente. Portanto, os povos guaranis das missões orientais tinham sido, havia pouco, proprietários de cerca de 50 mil cabeças de gado, se somarmos o que ainda havia em suas estâncias com o que lhes foi tirado. Apesar da alegação da ruína de seus povoados, vemos que na verdade eles ainda eram proprietários de uma quantidade enorme de gado, terras, bens (como imagens sacras, sinos, arreios, enxadas, etc) e produtos (erva-mate, algodão, milho)¹⁷². Mas, de fato, a ocupação dos aldeamentos vinha sendo abalada pela guerra, pelo recrutamento e pela exploração mão de obra indígena na pecuária. Contudo, havia também interesse em alegar que não havia indígenas na região, facilitando assim o apossamento do gado e das terras, inclusive, como mencionado, para tornar as aldeias colônias de europeus.

A expropriação das estâncias missioneiras seria facilitada pelos eventos políticos que se sucederam. O ano de 1828 foi um marco no desfecho da independência do Uruguai. Naquele ano, o general do Exército do Norte, Frutuoso Rivera, que já havia mudado de lado muitas vezes durante os conflitos da Banda Oriental, e encontrava-se rompido com Lavalleja, decidiu ir para as Missões Orientais, transpondo o rio Ibicuí em abril. Pouco antes, havia firmado com governador das missões ocidentais, Vicente Martinez, e com as

¹⁶⁹ As invernadas são locais de repouso e engorda do gado.

¹⁷⁰ SAINT-HILAIRE... *Viagem ao Rio Grande do Sul...* 1987. *Op.Cit.* p.179.

¹⁷¹ AHRS. FAM.M.107. Manuel da Silva Pereira do Lago, Tenente Coronel Administrador Geral dos Povos de Missões, 1827. Mapa geral dos bens e propriedades dos sete Povos das Missões brasileiras... 26/07/1827. *Op.Cit.*

¹⁷² Dados do AHRS. FAM.M.107. Manuel da Silva Pereira do Lago, Tenente Coronel Administrador Geral dos Povos de Missões, 1827. Mapa geral dos bens e propriedades dos sete Povos das Missões brasileiras... 26/07/1827. *Op.Cit.*

lideranças indígenas, o Acordo de Gavuyú, no qual, entre as cláusulas, estava a devolução do departamento de São Borja aos “naturais”¹⁷³.

Ana Frega assinala que os conflitos entre as províncias de Santa Fé, Corrientes, Entre Ríos e Buenos Aires, além das relações com o Paraguai, tiveram implicações nas motivações da expedição de Rivera. O controle dos portos e da navegação na bacia do Prata, a extração de matérias primas e a introdução de manufaturas estavam implicadas nas disputas travadas ali. Já foi mencionado que, entre os anos de 1826 e 1827, Corrientes anexou a região das missões ocidentais, fazendo com que muitos migrassem para o lado oriental do rio Uruguai. O posterior engajamento nas tropas de Rivera foi para eles uma oportunidade de retomar aqueles territórios¹⁷⁴. Como destacou Oscar Padrón Favre, seguia latente o sonho dos missioneiros de unificação dos povos ocidentais e orientais e a recuperação dos seus gados e terras. Portanto, quando Fructuoso Rivera estabeleceu seu quartel general em Itaquí, os indígenas não resistiram, pelo contrário, muitos aderiram ao caudillo, assim como o fizeram fazendeiros e oficiais das Missões. Rivera restituiu o direito de participação políticas dos indígenas. No Congresso Provincial, reunido em São Borja, em que Rivera foi declarado governador e capitão general da Província de Missões, os indígenas foram representados por deputados guaranis, como Fernando Tiraparé de São Borja e Vicente Yatuý de São Nicolau¹⁷⁵.

Entretanto, o Império do Brasil e as Província Unidas entraram em acordo de paz. Fructuoso Rivera reagiu e ratificou então um acordo com Oribe que incluía a desocupação do território brasileiro. Mas os limites fronteiriços entre a Banda Oriental e a província do Rio Grande seguiam em disputa. Mais central ainda era impedir que o Exército do Norte levasse o gado e os cavalos das Missões¹⁷⁶.

Para Rivera era o momento de arrebatar dos brasileiros sua mais importante reserva de soldados da fronteira sul e de trabalhadores da pecuária. A sugestão do êxodo dos guaranis para a Banda Oriental contemplava a necessidade do caudillo de um exército fiel e de trabalhadores na fronteira. Da parte dos guaranis, havia o medo de represálias do governo brasileiro por terem aderido ao inimigo.

¹⁷³FAVRE, Oscar Padrón. Ocaso de un pueblo indio: historia del éxodo guaraní-misionero al Uruguay. Bella Unión- San Borja Yy. Durazno: Tierra Adentro ediciones, 2009. (2ºed.), p.52.

¹⁷⁴ FREGA. La “campanã militar” de las Misiones ...2009. *Op. Cit.*p.132

¹⁷⁵ FAVRE, Ocaso de un pueblo indio... 2009. *Op.Cit.*, p. 53-55.

¹⁷⁶ FREGA. La “campanã militar” de las Misiones ...2009. *Op. Cit.*

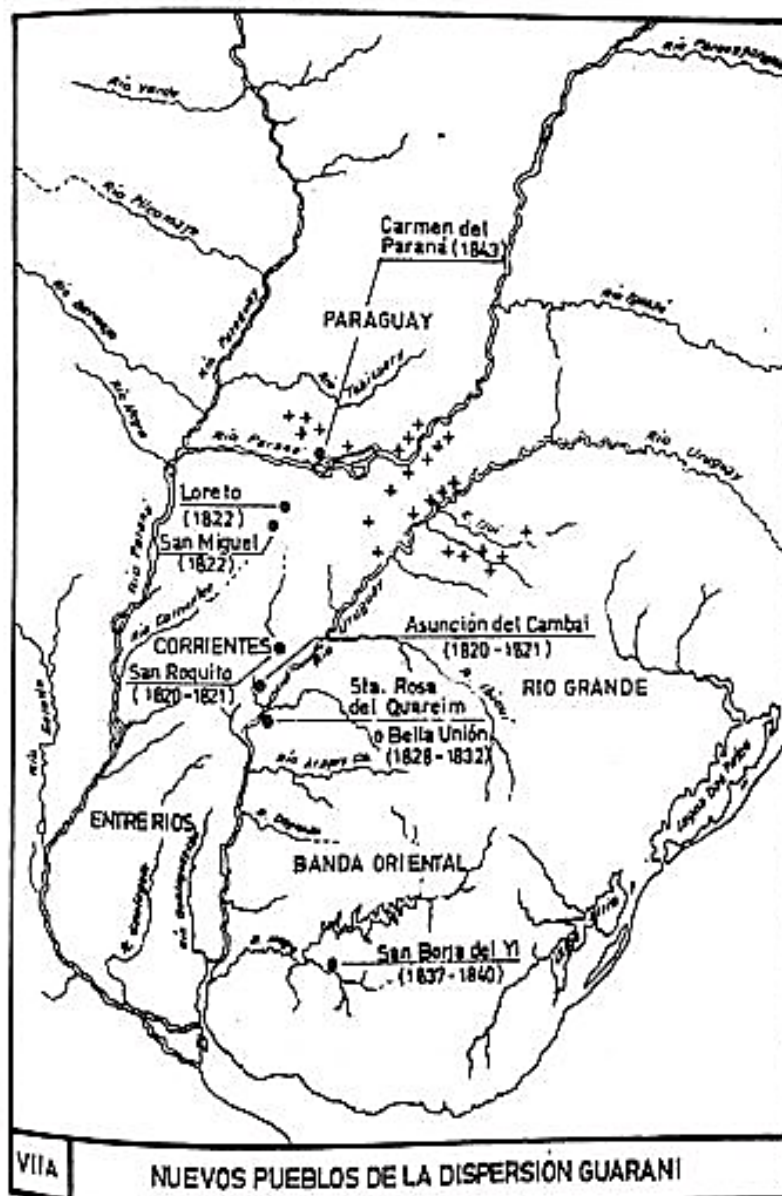


FIGURA 9 - NOVOS POVOS DE DISPERSÃO GUARANI

FONTE: MAEDER, ERNESTO. MISIONES DEL PARAGUAY: CONFLICTOS Y DISOLUCIÓN DE LA SOCIEDADE GUARANI 1768-1850. RESISTÊNCIA: CONTEXTO LIBROS, 2014, P. 259.

Milhares de guaranis decidiram então promover um grande êxodo visando integrarem-se ao Estado Oriental, reuniram-se às margens do Rio Ibicuí e firmaram o acordo de incorporação ao novo estado nacional, fundando no Uruguai a aldeia de Bella Unión, também chamada de Povo de Santa Rosa do Quarai¹⁷⁷. Os testemunhos escritos

¹⁷⁷ Pueblo de Santa Rosa del Cuareim.

dos indígenas revelam o sofrimento em abandonar os territórios dos Sete Povos, mas também apontam o rancor acumulado pelas sucessivas espoliações e violências sofridas desde 1801, que atribuíam aos portugueses e brasileiros. Denunciavam a escravização, os castigos físicos e a prostituição que vinham sendo submetidos, bem como o roubo dos seus gados e de suas terras. Aceitavam, pois, incorporar-se ao Estado Oriental (Uruguai), mas não renunciavam a seus antigos territórios, deixando clara a intenção de voltar ao Brasil quando houvesse condições políticas para tal¹⁷⁸. O acordo firmado nas margens do Ibicuí com Rivera reafirmava a filiação a uma nação indígena detentora de direitos irredutíveis.

Á formar un pacto que sirva de vase ala dicha reincorporación y establecimiento delos Siete Pueblos, en el Territorio del Estado Oriental, **sin renuncia o menoscavo de sus Derechos**, al que dejan en la Provincia de Misiones, y deseando se miren siempre como una propiedad dela **Nación Indígena** que los Pobló, cultivó, mantubo y Governó hasta 1801 (...) ¹⁷⁹

A despeito da importância que o contingente populacional de missionários tinham no apoio a Rivera, a aldeia não pode se manter por muito tempo. O chefe político reclamava de ter que sustentar os indígenas e a fome começou a grassar entre os aldeados de Bella Unión. Em 1830, produziu-se um motim naquela aldeia e entre o 2º regimento de cavalaria de linha de Montevideú, composto por guaranis. Havia reclamações de roubo de gado nas fronteiras com o Brasil, mas a principal preocupação das autoridades era com os furtos de cavalos, pelo medo de que fossem usados para manobras militares¹⁸⁰.

Entretanto, nem todos os indígenas migraram para o Uruguai. Os que se mantiveram nos antigos povoados jesuíticos orientais estavam sob vigilância atenta. Nos meses iniciais de 1830, o tenente coronel Lagos mantinha com o presidente da província Caetano Maria Lopes Gama uma constante correspondência. Nela reafirmava a calma das relações com as nações vizinhas, mas dava conta de que estava atento às inclinações políticas dos guaranis. Dizia ter ouvido do capitão de Fragata D. Justo Jegros que deveria enviar ao presidente todos os “*nativos que houverem tendentes aos novos vizinhos espanhóis*”¹⁸¹.

¹⁷⁸ FAVRE. *Ocaso de un pueblo indio...* 2009. *Op.Cit*

¹⁷⁹ Archivo General de la Nación ex A, y M. C.21. *Apud.* FAVRE, *Ocaso de un pueblo indio...* 2009. *Op. Cit*, p. 69.

¹⁸⁰ FREGA. *La “campanã militar” de las Misiones ...*2009. *Op. Cit.*

¹⁸¹ AHR. FAM. M. 114. Manuel da Silva Pereira do Lago, Tenente Coronel Administrador Geral dos Povos de Missões, 1830. Carta de Manuel da Silva Pereira do Lago à Caetano Maria Lopes Gama, Presidente da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul, São Francisco de Borja, 10/01/1830.

Se os indígenas que se mantinham nos povos estavam sob vigilância dos administradores, outros tantos já haviam se rebelado e ameaçavam as passagens do Rio Uruguai. Estes indígenas tornavam-se um claro empecilho às pretensões de formação de fronteiras nacionais: desertavam dos exércitos, utilizavam o gado de suas antigas estâncias missioneiras, não obedeciam a nenhum dos governos estabelecidos e ainda convenciam outros soldados a abandonar o exército.

(...) por termos daquele lado uma porção de **índios alçados**, uns desertores do nosso exército, e outros do Argentino, e que estes índios para ali se tem **aquilombado**, fazendo toda a sorte de insultos em tempos de Guerra; e não duvido que eles sempre que passam queiram tentar algum roubo para esta banda, uma vez tenham lugar, por **serem uma gente que não quer dar obediência deste lado, e nem aquele governo da Província de Entre Rios e Corrientes**, correspondente aos terrenos por onde os sobreditos índios alçados andam; acresce mais o muito que do prejudiciais termos nós na frente uma **gente que só são capazes de fazerem o mal que podem e seduzem os nossos soldados** para se juntarem a eles e desta forma irão ali crescendo maior o número de salteadores¹⁸².

O trecho da carta de Lago ao presidente da província explicita bem o quão indesejado alguns indígenas vinham se tornando. O termo “alçado” utilizado ali para designar os indígenas, é o mesmo que se utiliza para o gado solto nos pampas que ao fugir das estâncias se torna bravio. A visão que o comandante tinha dos índios é bastante semelhante, ao saírem dos povos missioneiros teriam se tornado “selvagens”, capazes apenas de atos prejudiciais à civilização. Também ao classificar as atitudes indígenas de “aquilombamento”¹⁸³ aproximando seus refúgios dos de escravizados evadidos das fazendas, os administradores pretendiam reforçar o perigo para ordem social instituída que aqueles indígenas livres representavam.

Contraditoriamente, para proteger os passos do Uruguai de tais indígenas “vadios” e alimentar os praças ali alocados utilizava-se as carnes “*tiradas pelas estâncias dos Povos Indígenas*”¹⁸⁴. É possível observar claramente que a própria administração provincial estava pilhando as estâncias guaranis. Ainda no começo daquele ano de 1830, o governo mandou reunir todo o gado das estâncias “*pertencentes aos indígenas*”¹⁸⁵. A

¹⁸² AHRs. FAM. M. 114. *Manuel da Silva Pereira do Lago*, Tenente Coronel Administrador Geral dos Povos de Missões, 1830. Ofício de Manuel Silva Pereira do Lago para Caetano Maria Lopes Gama, Presidente da Província, Quartel em S. Francisco de Borja, 05/01/1830.

¹⁸³ Quilombola é definido como “negro fugido no mato” no dicionário RUBIM, Braz da Costa. *Vocabulário brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Emp. Typ. Dous de Dezembro de Paula Bbito, 1853, p.65.

¹⁸⁴ *Idem*.

¹⁸⁵ AHRs. FAM. M. 114. Manuel da Silva Pereira do Lago, Tenente Coronel Administrador Geral dos Povos de Missões, 1830. Ofício de Manuel Silva Pereira do Lago para Caetano Maria Lopes Gama, Presidente da Província, 16/01/1830.

intenção era juntar todos os bois em uma das fazendas guaranis para contá-los, sendo posteriormente a de São Vicente escolhida para que se reunissem. Aquela fazenda de São Vicente possuía uma grande quantidade de “*gado alçado, os quais não obedecem aos rodeios*”, o que fazia com que fosse difícil contabilizar quantas milhares de cabeças existia na propriedade.

Em meio a esta vaquejada, uma das principais preocupações da administração provincial era evitar que os indígenas utilizassem o gado de suas próprias estâncias. Em março de 1830, Lago, estava mais uma vez alarmado pela presença dos “*índios alçados*”, pois eles reuniram-se no povo “*arruinado*” da São Tomé e no “*arruinado da Cruz*”, muito próximos ao “*Rincão da Cruz, aonde são as fazendas mais aumentadas de gados*”. Talvez estes indígenas fossem os aldeados em Bella Unión e que por esta época andavam tentando recuperar suas antigas possessões nas Missões Ocidentais. Oficialmente estes antigos povoados missioneiros pertenciam à Província de Corrientes, na atual Argentina. Isso não impediu o governo brasileiro de prender um capitão e dois soldados guaranis que estavam levando gado por um passo oculto do rio Uruguai. Estes militares teriam feito tal empreitada por convite de “*índio paisano peão de um fazendeiro daquele Rincão*”¹⁸⁶.

Também podemos notar neste documento que os indígenas estavam instrumentalizando a porosidade das fronteiras a seu favor, utilizando os tradicionais espaços missioneiros e as já conhecidas passagens do Rio Uruguai, que sempre utilizaram para deslocar-se entre as missões de uma e outra banda do rio. Assim, alegaram ter ido ao Rincão da Cruz porque receberam ordens do governo da província de Corrientes para povoar o lugar. O que o comandante das Missões “brasilieras” rechaça, já que para ele os índios eram “*uma canalha que não se pode acreditar*”. O governo do Rio Grande de São Pedro alarmava-se justamente por perceber que a fidelidade dos habitantes do lugar tinha mais relação com a “*nação*” guarani do que com qualquer outro governo. Assim, exasperavam-se com o fato de que os “*aquilombados*” formavam um chamariz para os “*outros quaisquer índios paisanos por serem tantos estes como aqueles da mesma Nação*”¹⁸⁷. Note-se que mais uma vez é usada a palavra *aquilombados* para designar os indígenas. Talvez o fato de estarem fazendo um movimento de fecharem-se em uma comunidade, diferente do que pretendia o governo provincial, que era “*misturá-los*” à

¹⁸⁶AHRS. FAM. M. 114. Manuel da Silva Pereira do Lago, Tenente Coronel Administrador Geral dos Povos de Missões, 1830. Carta de Manuel Silva Pereira do Lago para Caetano Maria Lopes Gama, Presidente da Província, Quartel em S. Francisco de Borja, 01/03/1830.

¹⁸⁷ *Idem*.

população da província, fosse justamente o que gerou a comparação com o movimento de escravos fugidos. Pouco a pouco, ia se consolidando uma fronteira imaginária, que excluía os guaranis do Estado nacional brasileiro.

A desapropriação das estâncias indígenas fica bastante clara em outra carta de Lago. Nela, ele informa sobre os novos custos de capatazes e peões para manutenção das Fazendas de São Vicente, São Gabriel e Itaroque, advertindo que, antes da entrada de Frutuoso Riveira, estes custos não eram necessários, já que os “Povos” arcavam com o serviço do gado, *“por se contemplarem donos”*¹⁸⁸. O comandante da fronteira sugere que se leve o gado macho daquelas estâncias para as estâncias de Tupanceretã e Conceição, afirmando que elas *“são também pertencentes aos indígenas”*¹⁸⁹. Meses mais tarde, quando terminaram de fazer a *“recrutas dos animais das ditas fazendas dos indígenas”*, ele reforça o entendimento de que estas fazendas pertencem aos guaranis, mas eles não podem dispor delas. Assim, o presidente da província autoriza *“vender alguns novilhos das Estâncias dos Povos indígenas para mortificar as despesas que nas mesmas estâncias se fazem”*¹⁹⁰.

A relação entre a alegação de inexistência de indígenas nos povos das missões e o interesse pelo gado fica ainda mais claro no relatório do presidente da província à Assembleia. Contrastando o passado glorioso da região com o estado de “decadência” e “total ruína” que se encontravam naquele momento, o presidente deixa entrever o interesse pelas terras e reses:

O Departamento de Missões, **tão interessante por sua situação e fertilidade à esta Província**, deve merecer as benfezejas vistas deste esclarecido Conselho. Os sete Povos que formavam aquelas Missões, **estão quase extintos**. S. Ângelo, S. João, S Luiz, e S. Nicolau **não tem um só índio**, S. Borja, S Lourenço, e S. Miguel apenas tem 38. Os templos, os colégios, as casas dos antigos cabildos, as dos teares são outros tantos monumentos, que atestam a **decadência**, ou para melhor dizer, a **total ruína** das povoações em outros tempos ricas, florescentes e populosas. Ainda existem nas Estâncias de Itaroquem, S. Vicente, e S. Gabriel **15040 reses de criar**. (...) ¹⁹¹

¹⁸⁸ AHRS. FAM. M. 114. Manuel da Silva Pereira do Lago, Tenente Coronel Administrador Geral dos Povos de Missões, 1830. Aviso de Recebimento de um bando por Manuel Silva Pereira do Lago emitido por Caetano Maria Lopes Gama, Presidente da Província, Quartel em S. Francisco de Borja, 16/04/1830.

¹⁸⁹ AHRS. FAM. M. 114. Manuel da Silva Pereira do Lago, Tenente Coronel Administrador Geral dos Povos de Missões, 1830. Ofício de Manuel Silva Pereira do Lago para Caetano Maria Lopes Gama, Presidente da Província, 16/01/1830.

¹⁹⁰ AHRS. FAM. M. 114. Manuel da Silva Pereira do Lago, Tenente Coronel Administrador Geral dos Povos de Missões, 1830. Carta de Manuel Silva Pereira do Lago para Américo Cabral de Mello, Presidente da Província, Quartel em S. Francisco de Borja, 16/06/1830.

¹⁹¹ Note-se que há cerca de dez mil reses a menos do que foi contabilizado em 1827. BND.HD.RPP. Relatório do presidente Caetano Maria Lopes Gama à Assembleia Provincial, 01/12/1830, p.07

Ainda que o presidente Caetano Maria Lopes Gama ateste que não há indígenas nos povos, supostamente baseando-se no mapa enviado pelo próprio Lago, o administrador deixa entrever que há sim famílias nos povos. Conta também a menção aos soldados indígenas e o efeito da guerra sobre as comunidades guaranis. Provavelmente fazendo referência aos guaranis que se mantiveram nos Missões após o acordo de paz com as Províncias Unidas, pede para dispor dos couros e gados das fazendas indígenas para, entre outras coisas, ajudar no

sustento de alguns indígenas que ficaram, os quais **se acham pelos Povos trabalhando em suas lavouras**, tanto paisanos, como **soldados** da mesma Nação indígena, que em resultado da paz se **recolheram com suas famílias para seus Povos**¹⁹².

Tempos depois, o mesmo administrador informa que alguns indígenas estavam retornando do acampamento de Bela União (Bella Unión), indo em direção ao Paraná e Corrientes¹⁹³, mas também para a estância de São Vicente. Porém, a posse daquelas terras já não lhes era garantida. São Vicente se tornaria o centro das disputas entre diferentes agentes: lideranças indígenas, administradores provinciais e proprietários de terras. O conflito iria se estender por mais de trinta anos.

Manuel da Silva Pereira Lago relata que recebeu uma representação de Alexandre de Abreu Vale na qual afirmava ter comprado a estância de São Vicente dos indígenas, quando estes haviam optado por migrar depois do acordo com Frutuoso Rivera. Segundo Lago, Alexandre Vale “*caiu na fraqueza engrossar as forças do inimigo com dinheiros*” em troca de gado¹⁹⁴. E, na opinião do administrador, se em São Vicente havia sobrado algum rebanho, era porque não haviam conseguido levar consigo, como haviam feito nos Povos e nas fazendas de particulares. Sabemos que isto não é de todo verdade, já que o próprio presidente da província informara que 15 mil cabeças haviam sido arrebanhadas pela administração provincial das estâncias guaranis.

A opinião do administrador revela, de maneira implícita, que o poder público estava ciente que a posse legítima de São Vicente era dos guaranis. Entretanto, eram

¹⁹²AHRS. FAM. M.114. Manuel da Silva Pereira do Lago, Tenente Coronel Administrador Geral dos Povos de Missões, 1830. Aviso de Recebimento de um bando por Manuel Silva Pereira do Lago emitido por Caetano Maria Lopes Gama, Presidente da Província, Quartel em S. Francisco de Borja, 16/04/1830.

¹⁹³ AHRS. FAM. M.114. Manuel da Silva Pereira do Lago, Tenente Coronel Administrador Geral dos Povos de Missões, 1830. Carta de Manuel Silva Pereira do Lago para Américo Cabral de Mello, Presidente da Província, Quartel em S. Francisco de Borja, 16/06/1830.

¹⁹⁴AHRS. FAM. M. 114. Manuel da Silva Pereira do Lago, Tenente Coronel Administrador Geral dos Povos de Missões, 1830. Ofício de Manuel da Silva Pereira do Lago à Caetano Maria Lopes Gama, Presidente da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul, Quartel de São Francisco de Borja, 01/10/1830.

entendidos como incapazes de gerenciar seus bens e suas vidas, o que naquele momento parecia conveniente, já que permitiria utilizar as terras e o gado da localidade em prol da administração da província.

Cumpre-me informar a V. Exc. que a respeito do Sup. dizer que comprou a Fazenda denominada **São Vicente a seus legítimos donos**, entendo Exmo Sor, que é nula toda e qualquer venda feita por aqueles Indígenas que acompanharam ao partido de Frutuoso Rivera em resultado **d'aqueles proprietários** estarem sujeitos a uma Administração posta por Sua Majestade Imperial, em consequência de **se considerarem de menor idade, e não serem capazes de se regerem e nem aos seus bens que lhes pertencem** ¹⁹⁵.

O princípio da tutela, tal qual definida por Pacheco de Oliveira¹⁹⁶, aparece aqui na sua articulação entre proteção e repressão. Ao anular a venda da estância, o governo ao mesmo tempo preserva a posse da fazenda para o usufruto dos indígenas e os alija da capacidade de tomar decisões. Em outro trecho da mesma carta, Lagos segue desqualificando a capacidade de julgamento dos indígenas naquela transação

Os índios Exmo. S. **jamais serão capazes de se regerem**, eles são fáceis em tudo quanto lhes dizem e amigos da primeira novidade indo mesmo contra si: assinam quantos papéis se lhes apresentarem¹⁹⁷.

Mesmo que a invalidação da venda se revestisse de proteção, ao tirar dos indígenas o direito de decisão, não lhes foi garantida a posse da terra, que ficou sujeita, da mesma forma, à espoliação. Os documentos acabaram revelando que a anulação da venda poderia beneficiar outros agentes e que os indígenas tinham sim atuado fortemente nas negociações da operação. O comprador de São Vicente, Alexandre de Abreu Vale, acusava o Cap. de fragata D. Justo Jedro¹⁹⁸ (interlocutor frequente do administrador dos povos e aparentemente seu amigo) de ter se apoderado daquelas terras a mando do ex-presidente da província, Salvador José Maciel. Abreu Vale também alegava que tinha uma *“representação feita pelos índios que se acham por este Departamento”*

¹⁹⁵ AHRS. FAM. M. 114. Manuel da Silva Pereira do Lago, Tenente Coronel Administrador Geral dos Povos de Missões, 1830. Ofício de Manuel da Silva Pereira do Lago à Caetano Maria Lopes Gama, Presidente da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul, Quartel de São Francisco de Borja, 01/10/1830.

¹⁹⁶ OLIVEIRA, O nascimento do Brasil... 2016. *Op. Cit*, p. 325.

¹⁹⁷ AHRS. FAM. M. 114. Manuel da Silva Pereira do Lago, Tenente Coronel Administrador Geral dos Povos de Missões, 1830. Ofício de Manuel da Silva Pereira do Lago à Caetano Maria Lopes Gama, Presidente da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul, Quartel de São Francisco de Borja, 01/10/1830.

¹⁹⁸ Yedros em algumas fontes.

o pagamento de dívidas e gastos das famílias que decidiram se engajar no Exército do Norte, de Frutuoso Rivera. O restante do pagamento ficaria como “*hipoteca*” tanto para famílias que não foram para Banda Oriental, quanto para aqueles emigraram, mas que pertenciam aos “*sete povos*” até dezembro daquele ano²⁰⁰.

Não sabemos se a representação que Alexandre de Abreu Vale dizia possuir é este ato de venda ou se havia outro documento que comprovasse a transação. De toda forma, ela foi encarada como um risco por Lago. Ele acreditava que esta só poderia ser entendida como “*segunda sedução*” na qual caíam os guaranis, semelhante a que fizera Frutuoso Riveira, quando tinha colhido a assinatura dos índios para levá-los junto com suas propriedades. Naquele momento, Lago afirmava que eles estavam novamente sendo “seduzidos” com o objetivo de “*se assenhorarem dos restos dos gados que ficaram e de algumas alfaias e joias*”, que ele diz ter salvado das “*mãos daqueles piratas*”. Ou seja, contraditoriamente, o administrador dos Povos dizia ter resgatado dos indígenas “piratas” aquilo que entendia como propriedade destes mesmos indígenas, mas que eles não poderiam usufruir porque não teriam capacidade.

Ultimamente Ex. S. os índios não podiam vender nada do que deixaram, e menos do que ainda existe, porque não estão autorizados pelo nosso governo, e sim enganados por Frutuoso Rivera e Brasileiros amigos da rapina²⁰¹.

Para coroar as contradições de afirmação de presença e ausência dos guaranis, o administrador Lago rebate a possibilidade levantada por seu adversário político de que algumas pessoas teriam recebido títulos de propriedade nacional dentro da Fazenda de São Vicente, afirmando que ali residia somente o capataz e uns poucos peões. Mas em seguida se contradiz, atestando a presença de indígenas nos Povos ao informar sobre a necessidade de abater reses para alimentá-los e de reparar utensílios daqueles aldeamentos²⁰².

Aparentemente, este primeiro episódio da disputa pela estância de São Vicente se resolveu a favor do governo provincial. Tempos depois temos informações de que o governo manteve ali a cavahada do exército e o gado arrebanhado das várias estâncias guaranis. Mas, as disputas pela área estavam longe do fim. Retornaremos a elas mais adiante, quando explodiram novos conflitos entre indígenas e arrendatários no Rincão de São Vicente em 1857.

²⁰⁰AHRS.FJ. São Borja. Escrivão José de Abreu Vale Machado, 1830. Agradeço ao Prof. Eduardo Neumann por me enviar esta fonte.

²⁰¹ *Ibidem*.

²⁰² *Ibidem*.

Enquanto isso, seguiam as alegações de decadência das antigas missões e do desaparecimento dos guaranis. No ano de 1831, o presidente da província, Antônio Galvão, acrescenta à lista de “decadências” dos indígenas a violência por eles exercida, relatando diversas queixas dos moradores de Quaraí e Alegrete sobre as agressões dos missionários²⁰³. Provavelmente ele estava fazendo eco às notícias dadas pelo comandante brasileiro da fronteira de Entre-rios, que estava novamente preocupado em preservar o gado da preia da “*imensa indiada*” existente nas margens do rio Quaraí²⁰⁴. Mais uma vez, contrastam as informações, pois ao contrário do comandante, o presidente Galvão afirma que existem pouquíssimos indígenas e que estes estão em total decadência:

Merece especial atenção do Conselho o Departamento de Missões: **à cinquenta Índios com pouca diferença**, pertence uma estância de mais de quarenta léguas de terra, sem permanência, **sem civilização**, sem indústria alguma, esses **restos** dos povos de Missões apenas servem para atestar a sua antiga riqueza, e o nosso desleixo. O **aforamento das terras incultas e arrendamento das fazendas de criar são medidas que reclamam não só os próprios interesses daquela casta**, mas ainda a necessidade de chamar moradores para tão longínquos lugares: na divisão das porções que se aforassem ou arrendarem convém muita circunscrição: de outra sorte seria ruína a meu ver a providencia proposta.”²⁰⁵

Contraditoriamente, ao afirmarem o suposto despovoamento, percebemos a busca pela retirada dos indígenas da área e observamos sua permanência nos antigos aldeamentos jesuíticos. O presidente deixa claro que as terras devem ser aforadas e eles devem ser misturados aos brancos. O sustentáculo destas afirmações é o discurso sobre a pouca quantidade de índios e especialmente sobre a sua falta de “civilização” e produtividade. Ao mesmo tempo em que afirma haver apenas cinquenta indígenas em todo o departamento das Missões, ele aponta para o interesse nas estâncias de “*mais de quarenta léguas*”. Assim, o discurso do presidente Manoel Antônio Galvão, alicerçado no princípio da tutela, faz crer que é um compromisso com os próprios indígenas a venda de suas propriedades²⁰⁶.

Como é possível notar, repetidas vezes aparece na documentação a afirmação da “decadência”, da falta de “indústria”, de “civilização”, e a condição de “restos” para se referir o estado das coisas naquele momento nas áreas dos antigos Sete Povos, em

²⁰³ BND. HD. RPP. Relatório do Presidente Manoel Antônio Galvão à Assembleia Provincial, 01/12/1831, p.04.

²⁰⁴ AHRS. FAM. M. 114. José Antônio Martins, Tenente Coronel Comandante do departamento de Entre-Rios. Carta de José Antônio Martins para Caetano Maria Lopes Gama, Presidente da Província. Quartel em Alegrete, 14/04/1830.

²⁰⁵ BND. HD. RPP. Relatório do Presidente Manoel Antônio Galvão à Assembleia Provincial, 01/12/1831, p. 06.

²⁰⁶ *Idem*.

contraste com as “antigas riquezas”, com o tempo em que era “populosas”, possuíam “cabildo”, “teares”, etc. A busca por contrastar um passado glorioso com um presente de decadência dos guaranis, a alegação de sua ausência e a expropriação de seus recursos de subsistência, como o gado e a terra, pode nos apontar as direções que tomavam a *fronteira* ou de um *complexo fronteiriço*, que não excluía de todo os guaranis, mas buscava colocá-los em um papel social que aparentemente eles não estavam dispostos a exercer.

Em 1832, o governo da Província do Rio Grande do Sul enviou um emissário a Montevideo para negociar a remoção da “*Colônia dos índios da Bella União*”, visando, com isso, atender o interesse dos fazendeiros da linha divisória formada pelo rio Quaraí²⁰⁷. Por outro lado, da parte de Rivera, agora presidente do Uruguai, havia acabado o interesse em manter o aldeamento.

Já mencionamos que no ano de 1830 ocorreram motins em Bella Unión e entre militares guaranis da Banda Oriental. Em abril daquele ano, a Assembleia constituinte uruguaia apresentou um projeto de dissolução da aldeia e o governo de Corrientes de apresentou medidas de incorporação das antigas missões orientais que indispuseram os guaranis e geraram movimento bélicos dos indígenas, que foram sufocados²⁰⁸. A falta de alimentos para as famílias dos milicianos ocidentais também era um fator que os colocava contra os administradores uruguaios. Os roubos cometidos por indígenas contra os “portugueses” eram severamente punidos, com açoites.

Em maio de 1832, explodiu um novo levante do Regimento de Dragões Ocidentais²⁰⁹ no aldeamento de Bella Unión, o governo respondeu duramente, várias famílias guaranis foram feitas prisioneiras. Alguns conseguiram fugir, refugiando-se em território brasileiro, como foi o caso do grupo de Agustín Ñapacá, composto por mais de trezentas pessoas, que foram buscar refúgio na estância de São Vicente²¹⁰. Em outubro de 1832, Rivera deu ordens para transladar as famílias da colônia de Quaraí para as proximidades do Rio Negro, posteriormente os remanescentes fundaram, em Durazno, a aldeia de San Borja del Yy. Dos cerca de oito mil indígenas que tinham participado do êxodo de 1828, apenas 900 foram contabilizados por um levantamento feito em 1832. Neste censo, eles ainda foram distribuídos conforme seus povos missioneiros de origem,

²⁰⁷ BND. HD. RPP. Relatório do Presidente Manoel Antônio Galvão à Assembleia Provincial, 01/12/1832.

²⁰⁸ FAVRE. *Op. Cit.*.p.132

²⁰⁹ Regimento ao qual pertenciam os indígenas que antes viviam nos sete povos que pertenciam naquele momento ao Rio Grande do Sul.

²¹⁰ *Ibidem.* p. 164-167.

mostrando a permanência duradoura deste laço social e político²¹¹. Como veremos no capítulo 2, além de São Vicente, outras aldeias guaranis do interior do Rio Grande receberam emigrados de Bella Unión, já que foi documentada a presença de “*Orientais*”.

Como resumiu Ana Frega, a ocupação das Missões Orientais por Rivera permitiu acessar uma riqueza ganadeira que já se tornava escassa ao sul devido aos vários conflitos bélicos da região. Em um primeiro momento, a instalação de famílias guarani-missioneiras na fronteira da Banda Oriental com o Brasil atendia às demandas indígenas de terras, gado e manutenção dos laços comunitários. Por outro lado, fornecia mão de obra, soldados e a delimitação dos limites hispano lusitanos, também tirava dos campos sul-rio-grandenses os povoadores que podiam reclamar os direitos ancestrais sob aquelas terras. Em pouco tempo, entretanto, todos estes potenciais se converteram em um “problema”, já que os indígenas não estavam tão dispostos a seguir as lógicas impostas pelo estado:

Sin embargo, el concepto europeo de frontera estatal era ajeno a la tradición sociocultural Guaraní y fue asimismo resistido. (...) Hacia 1830, sin embargo, de esos “*nueve mil Colonos llenos de moralidad y actitudes p.a ser felices*”- al decir de Don Frutos- fueron considerados “ladrones”, “rebeldes” y “criminales” aquellos que no aceptaron la posición subordinada y marginal que se les asignaba en la conformación del nuevo Estado”²¹²

Diante da desagregação da aldeia de Bella Unión e o retorno de muitos guaranis para o Rio Grande de São Pedro entramos em uma nova etapa da história bélica da fronteira. A partir de 1832, não há mais relatórios do presidente da província, antecipando a desorganização administrativa dos anos da Guerra dos Farrapos, iniciada em 1835. No entanto, fica latente a presença dos guaranis, dispersos em fazendas, aquilombados, recrutados como soldados, mulheres indígenas emigradas dos povoados assolados pela guerra.

1.2.4 A Guerra dos Farrapos (1835-1845): O recrutamento guarani e os impactos da guerra civil.

*“O índio guarani é geralmente sabido que são favorecidos de habilidade para as artes e ainda melhores disposições de encontram neles para o serviço das armas (...)*²¹³”

²¹¹ *Ibidem*. p. 173-174.

²¹² FREGA. La “campanã militar” de las Misiones ...2009. *Op. Cit.*p.168.

²¹³ AHRS. FI. M4. Cópia de um relatório do Diretor do Aldeamento de São Nicolau do Rio Pardo José Joaquim da Fonseca Souza Pinto para o Brigadeiro José Joaquim de Andrade Neves- Diretor Geral dos índios da Província. 31/12/1860, p.02.

A elite gaúcha sustentava-se econômica e socialmente na produção do gado muar, levado para São Paulo, e do gado vacum, exportado especialmente como charque. A perda da influência sobre a Banda Oriental, com a independência levada à cabo em 1828, pesava sobre os estancieiros gaúchos, possuidores de terras e gados naquela antiga província, e que tinham se beneficiado enormemente na guerra travada pela anexação daquele território. A derrota na campanha da Cisplatina desgastara a adesão da elite sul-riograndense à D. Pedro I. Sua abdicação foi comemorada por aqueles que ansiavam por autonomia política. Também no Uruguai a independência, em 1828, não amenizou os conflitos entre facções, e muitos opositores do regime instituído refugiaram-se no Rio Grande do Sul²¹⁴.

O presidente da província em 1832, Manuel Antônio Galvão, era um forte opositor dos movimentos liberais que pretendiam dar maior autonomia às elites locais. Ele desconfiava do apoio do comandante da fronteira, o Coronel Bento Gonçalves da Silva, à Lavalleja, que se opunha ao governo constituído por Frutuoso Rivera no Uruguai. Acusava o coronel gaúcho de mobilizar tropas a favor de exilados lavallejistas, criando instabilidades na fronteira. Por outro lado, também não havia uma total confiança em Rivera. Em 1833, a denúncia de um plano separatista levou o rompimento entre os liberais da Assembleia Legislativa e o novo presidente da província Antônio Rodrigues Fernandes Braga²¹⁵. Esse rompimento fez com que não se compilhassem informações da presidência em relatórios passados aos deputados. Os relatos da situação dos indígenas, que tanto preocuparam a presidência em anos anteriores, e voltaria ocupar lugar de destaque no pós-guerra, deixaram de ser produzidos. Assim, a partir de 1832 não contamos mais com relatório dos presidentes da província, que só retornariam em 1846²¹⁶.

²¹⁴ PICCOLO, Helga I. L. A Guerra dos Farrapos e a construção do Estado Nacional. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy e outros (Org.) *A Revolução Farroupilha: história e interpretação*. Porto Alegre: Mercado aberto, 1985, p. 30- 60.

²¹⁵ *Idem*.

²¹⁶ Há uma breve fala do presidente da província Feliciano Nunes Pires à Assembleia Provincial, em 02/10/1837. Ela é de apenas 4 páginas e tem leis anexas. (BND. HD, 1837)

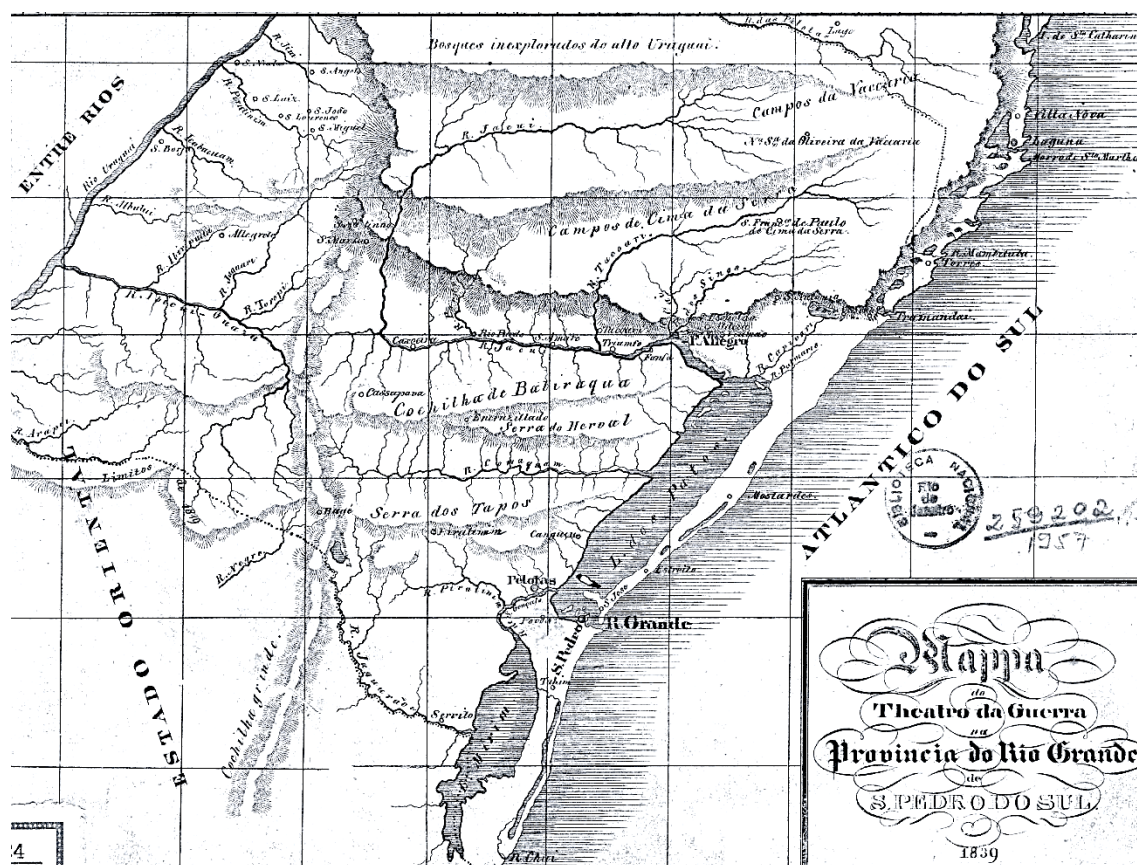


FIGURA 11 - ESTAMPA DO TEATRO DE GUERRA DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE, 1839.

A partir da promulgação do Ato Institucional de 1834 ficaram limitados os poderes das Assembleias legislativas provinciais, dentre as questões que mais afetaram o Rio Grande de São Pedro estava a perda da gerência sobre os impostos de importação, gerando uma tensão ainda maior entre a elite pecuarista. Com os altos impostos de importação, a produção do charque encarecia, já que dependia do sal importado de Cádiz para seu fabrico. Por outro lado, a alteração das tarifas alfandegárias fez com que o charque platino chegasse a preços mais baixos no centro do Brasil, criando forte concorrência para a carne salgada do Rio Grande de São Pedro²¹⁷.

Em setembro de 1835 eclodiu a guerra civil com a deposição do presidente Fernandes Braga. O conflito, sustentado em grande parte pelo poder oligárquico e militar da elite provincial, iria se estender por dez anos. Em 1836, foi proclamada a República

²¹⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Farrapos, liberalismo e ideologia. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy e outros (Org.) *A Revolução Farroupilha: história e interpretação*. Porto Alegre: Mercado aberto, 1985, p. 05- 29.

no Rio Grande do Sul, que se manteve separada do Brasil até a assinatura do Tratado de Ponche Verde em 1845, configurando a mais longa guerra civil da história do Império.

A guerra foi objeto de inúmeras interpretações desde o século XIX, assumindo um papel central tanto na historiografia regional quanto nas interpretações “folclóricas” e “tradicionalistas” da história do estado. A partir dos anos de 1985, os trabalhos buscaram ressaltar a presença de escravizados e libertos no conflito, tendência acentuada nos últimos anos, conseguindo inclusive transpor as barreiras da discussão acadêmica²¹⁸. Entretanto, como salientou Eduardo Neumann em um artigo dedicado ao tema, a participação dos indígenas no conflito foi pouco estudada²¹⁹. Antes do estudo deste autor, que procurou apontar o engajamento dos indígenas tanto nas tropas imperiais quanto farrapos, a dissertação de Karina Mello já havia identificado a participação dos indígenas do aldeamento guarani de São Nicolau do Rio Pardo no conflito²²⁰. Entretanto, estas seguem sendo as poucas menções da participação dos soldados indígenas na Guerra dos Farrapos.

Esta tese não pretende de forma alguma “preencher” essa lacuna historiográfica, até porque não foram pesquisados os documentos mais diretamente relacionados ao conflito. A intenção aqui é retomar algumas das proposições da enxuta bibliografia a respeito do tema e trazer alguns apontamentos sobre este período, já que foi um momento de transição das políticas indígenas e indigenistas na província e que possivelmente agravou o processo de invisibilização dos guaranis.

Um primeiro ponto que se faz necessário destacar é a dificuldade de encontrar os indígenas descritos enquanto tal nas fontes, o que não significa que eles não estivessem engajados nas tropas. Essa dificuldade faz parte justamente do processo de invisibilização levado à cabo pelo estado. Em contraste com as tropas formadas por escravos, na qual

²¹⁸ Assim, cada vez mais, o Massacre de Porongos, episódio em que os lanceiros negros foram massacrados pelo exército imperial no final do conflito, com a possível conivência do General Davi Canabarro, que entrou em acordo com o Duque de Caxias para manter seus exércitos desarmados, passou a ser destacado. LEITMAN. Spencer. Negros farrapos: hipocrisia racial no sul do Brasil no século XIX (p. 61-78) e BAKOS. Margaret M. A escravidão negra e os farroupilhas (p.79-97). Ambos In: PESAVENTO, Sandra Jatahy, DACANAL, José Hildebrando e outros (Org.) *A Revolução Farroupilha: história e interpretação*. Porto Alegre: Mercado aberto, 1985, p. 61-78. Mais recentes: CARVALHO. Daniela Vallandro de. *Fronteiras da Liberdade: Experiências escravas de Recrutamento, Guerra e Escravidão: (Rio Grande de São Pedro, c.1835-1850)*. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013. CARVALHO. Daniela Vallandro de. *Da fuga dos exércitos à fuga para os exércitos: meandro das estratégias cativas em tempos de guerra no sul do Império*. In: MUGGE, Miquéias H. e COMISSOLI, Adriano. *Homens e armas: recrutamento militar no Brasil- Século XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2011, p. 65-94.

²¹⁹ NEUMANN, Eduardo Santos. “Um só não escapa de pegar em armas”: As populações indígenas na Guerra dos Farrapos (1835-1845). *Revista de História*, São Paulo, nº. 171, p. 83-109, 2014.

²²⁰ MELO. *A aldeia de São Nicolau do Rio Pardo...*2011. *Op. Cit.*

aqueles seres humanos foram tratados como propriedade de algum senhor, e, portanto, sua condição servil foi marcada como garantia da manutenção de sua submissão, os soldados indígenas não tiveram nenhuma diferenciação evidente. Portanto, muitos dos pardos que lutaram na guerra poderiam ser indígenas ou “índio-descendentes”.

Um outro agravante é que era costume, desde o período colonial, substituir sobrenomes de origem guarani para o português. Um exemplo muito claro desta prática está contido em uma matrícula das famílias guaranis que migraram dos povos missioneiros para a Aldeia dos Anjos no século XVIII. Nesta lista vemos, por exemplo que membros da família Mandaré do Povo de Santo Ângelo, foram chamados dali em diante de “Costa”, a família Guarapy de “Júlio”, os Guaxumabary de “Silva e Cardoso”. As viúvas da família Iaré do Povo de São Luís passaram a ser chamadas de “Barbosa”, e as Taijú de “Loiola”. De São Lourenço os M-bacapejú de “Miranda” e os Hua Say de “Sardinha”²²¹. São centenas de exemplos destas transformações de sobrenomes que nos ajudam a compreender a dificuldade de encontrar entre os soldados da guerra dos farrapos nomes guaranis.

Vimos que no caso da região das missões, onde muitos estancieiros militares formavam suas tropas, era comum que a grande maioria dos soldados fossem guaranis. Contudo, no período em que se desenvolve a farroupilha, não só havia, de fato, ocorrido uma desagregação das comunidades missioneiras, que se espalhavam como trabalhadores por estâncias particulares ou viviam de contrabando nas fronteiras, como havia a intenção de não ressaltar a existência de índios naquele território, em especial como forma de se apropriar do gado e das terras daquela região. Assim, ao contrário do que aconteceu durante os anos de 1811, no qual havia um Regimento de Cavalaria dos Guaranis, os indígenas que se juntaram às tropas de um e outro lado do conflito foram incorporados às tropas regulares, sem nenhum marcador étnico, como, por exemplo, ocorreu com os “lanceiros negros”, que nos facilite observar a sua atuação. Contudo, como havia recrutamento de soldados nas fazendas dos grandes estancieiros, certamente as tropas eram compostas por muitos indígenas, já que a maioria dos peões eram guaranis²²².

Vânia Losada Moreira, ao refletir sobre a possível inclusão dos indígenas na categoria de cidadão no pós-independência, chama atenção para o fato de que isso incluía

²²¹ ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Os índios D'Aldeia dos Anjos*: Gravaí- século XVIII. Porto Alegre: EST, 1990.

²²² DIEHL, Isadora Talita Lunardi e OSÓRIO, Helen. “Os índios no gênero de peões ninguém os excede”: Utilização da mão de obra indígena e a expropriação de terras e gado guarani no Rio Grande do Sul (1777-1835). *Acervo*. Rio de Janeiro, v.34, n.2, p.1-22. Maio/agosto 2021.

impor-lhes o dever militar. A autora ressalta que as políticas indigenistas do século XIX estavam muito voltadas para aqueles indígenas considerados “selvagens”, enquanto para aos aldeados de longa data ou “misturados”, havia uma suposição de que o serviço militar seria capaz de transformá-los em cidadãos. Ela destaca o crescimento do recrutamento forçado no Espírito Santo, na década de 1850, sobre aqueles considerados “vadios”²²³. Lembremos, que tal classificativo constantemente foi utilizado para designar os guaranis, sendo, certamente um argumento para o recrutamento forçado daqueles indígenas.

Farinatti e Santos trazem um exemplo interessante de ambiguidade étnica, precariedade da liberdade e engajamento de indígenas na guerra dos Farrapos. Eles contam a história de João Potro, cuja identidade indígena foi contestada em um processo judicial de meados do século XIX. Para um proprietário de terras de Caçapava, João era seu escravo fugido, mas João alegava ser um indígena livre. Através dos depoimentos das testemunhas deste caso vemos que João havia se engajado nas tropas farrapas, sob a proteção de Davi Canabarro²²⁴. Foi justamente o processo de disputa em torno da raça/etnia de João que permitiu observar a participação deste indígena nas tropas do comandante farrapo.

Ainda que a presença dos indígenas na guerra não seja de fácil detecção, Eduardo Neumann identificou já nos primeiros episódios da guerra, quando em 1835 os farrapos invadiram Porto Alegre, a presença de indígenas nas tropas rebeldes. O autor também apontou o engajamento de indígenas na doma de cavalos das tropas farrapas, em Caçapava em 1837, bem como peões guaranis admitidos na Divisão da Direita do exército republicano, em 1839. Assinalou a existência de um esquadrão de lanceiros indígenas egressos de Santa Maria que lutou ao lado dos farrapos em 1838 e localizou indígenas entre os desertores do conflito²²⁵. Neumann também identificou indígenas engajados nas tropas legalistas. Ainda antes do conflito, havia a informação de que o 25º Regimento de Cavalaria, que estava nas Missões, era composto exclusivamente por índios. Por temor de que se juntassem aos chefes políticos do Uruguai, estes indígenas foram deslocados da

²²³ MOREIRA, Vânia Maria Losada. Vestir o uniforme em índios e torná-los cidadãos. Reflexões sobre o recrutamento militar, reclassificação social e direitos civis no Brasil imperial. In: MUGGE, Miquéias H e COMISSOLI, Adriano. *Homens e armas: recrutamento militar no Brasil- Século XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2011, p. 65-94.

²²⁴ FARINATTI, Luís Augusto Ebling e MATHEUS, Marcelos Santos. *Varia História*, Belo Horizonte, vol.33, n.63, p. 707-743, set/dez, 2017.

²²⁵ NEUMANN. “Um só não escapa de pegar em armas”...*Op. Cit.*91-95

fronteira²²⁶. Vemos aqui que, não apenas estavam mobilizados os indígenas, como havia o temor que sua força bélica tomasse partido contrário aos desejado pelos governantes.

Além destas referências mais diretas ao engajamento nos exércitos combatentes é possível encontrar algumas participações dos indígenas em episódios colaterais do conflito. Em 1839, o jornal *O Povo* relatou a morte do João Manoel de Lima e Silva, que era o primeiro general das forças rebeldes, ocorrida nas proximidades de São Borja, em 1837. Neste relato atribuiu-se o assassinato do general ao “*índio Roque e outros assalariados sicários do traidor, e enfermo partido que se intitula legal*”²²⁷.

É, porém, através dos índios aldeados em São Nicolau do Rio Pardo que temos mais informações sobre o impacto da guerra nas comunidades guaranis. Já mencionamos que este aldeamento se formou com a migração das antigas Missões Jesuíticas no turbulento contexto da demarcação do Tratado de Madri, durante o século XVIII. No primeiro relatório enviando pelo diretor geral dos índios da província do Rio Grande de São Pedro, José Joaquim de Andrade Neves, ao Ministério do Interior no Rio de Janeiro, o diretor lamentou a decadência do aldeamento, citando, entre os motivos do depauperamento da povoação, a guerra dos farrapos: “*a Revolução em cujo tempo os melhores índios foram compelidos a pegar em armas e outros para livrarem-se de tal serviço ausentaram-se também, não tendo a mor parte d’uns e outros aparecido neste aldeamento*”²²⁸. Esse relato aponta que o recrutamento compulsório recaía sobre os aldeados, mas que nem todos estavam dispostos a executar o serviço militar. Ainda assim, ambas as atitudes, a de engajamento no exército e de fuga dele, contribuíam para fraturar a sociedade guarani de Rio Pardo. Tanto uns quanto outros não retornaram para a aldeia, privando-a de braços para agricultura. Situação muito semelhante àquela que relatamos na região das Missões nos anos de 1830, onde o engajamento dos indígenas no exército privava as comunidades de sua subsistência.

Anos depois, 1852, o mesmo diretor reiterou o profundo impacto do conflito na aldeia “*passada Revolução, que tudo assolou, dela foram tirados muitos braços, que*

²²⁶ *Ibidem*, p. 95

²²⁷ BND. HD. Jornal O Povo. Caçapava, 19/10/1839, n. 111.

²²⁸ BN. Man.- I- 32, 14, 014. Neves, José Joaquim de Andrade. Relatórios de José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios do Rio Grande do Sul nos anos de 1847, 1852 e 1854. Relatório de 1847, s.d.

conservados a teriam feito florescer, porém como seja passada a principal causa de sua decadência, certamente tornará incremento”²²⁹.

Um documento de 1860, José Joaquim da Fonseca Souza e Pinto, que há muitos anos dirigia São Nicolau do Rio Pardo, fez uma retrospectiva da história da aldeia, na qual podemos observar a violência do recrutamento de ambos os lados e o impacto da guerra em toda a comunidade. O comandante destaca como o prolongamento da guerra ceifou a juventude indígena e fez com que as mulheres abandonassem o aldeamento:

Existiam das 300 a 400 aldeados de ambos os sexos conservando-se em estado de ordem e moralidade até 1835, quando rebentou a Revolução na Província. A revolução de 1835 veio dar o golpe mortal a este aldeamento, **as forças da Legalidade chegaram às armas, do lado dos rebeldes fizeram o mesmo**, reunindo ambos para as fileiras e a proporção que a guerra se foi alongando, vencidos combatentes de parte a parte, própria juventude sem defesa que se achavam fora de suas famílias e sem meios, esses mesmos foram cruelmente arrastados por ambas as forças de forma que **só restando as mulheres, estas impedidas pela dura lei da necessidade tiveram de tomar partido desesperado de seguirem a sorte de seus pais e maridos, internando-se pela campanha**, onde muitos pereceram, e as que tiveram a felicidade de escaparem, ficaram nela persistindo, de forma que bem poucas voltaram ao lugar de seu domicílio²³⁰.

Se o comandante da aldeia assinala que foi “*dura lei da necessidade*” que fez as mulheres se internarem pela campanha, também devemos levar em conta que era comum que as guaranis acompanhassem os movimentos dos exércitos, mantendo-se próximas aos seus familiares que atuavam como soldados. Nas margens do rio Ibicuí o naturalista francês Saint-Hilaire relatou o hábito das esposas de acompanharem os soldados guaranis que se deslocavam pelo território:

Geralmente, **os índios não se movem sem a companhia de suas mulheres**; as de quase todas as tribos acompanham os maridos à guerra, como vi entre os botocudos. (...) **os lanceiros guaranis, que conheci em Belém, todo traziam suas esposas** e, quando soldados-índios das Missões vão fazer guarda em algum lugar, é sempre em companhia de suas mulheres, embora isso seja totalmente contrário às ordens do marechal-de-Campo Chagas, que comanda nas Missões²³¹.

²²⁹ BN. Man.- I- 32, 14, 014. Neves, José Joaquim de Andrade. Relatórios de José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios do Rio Grande do Sul nos anos de 1847, 1852 e 1854. Relatório de 1852, s.d.

²³⁰ AHRF. FI. M4. Cópia de um relatório do Diretor do Aldeamento de São Nicolau do Rio Pardo José Joaquim da Fonseca Souza Pinto para o Brigadeiro José Joaquim de Andrade Neves- Diretor Geral dos índios da Província. 31/12/1860, p.01-06

²³¹ SAINT-HILAIRE. Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul* [Tradução de Adroaldo Mesquita da Costa]. Porto Alegre: ERUS, 1987.p. 254.

A participação nas frentes de batalha e a evasão das aldeias deixavam marcas profundas e duradouras naquelas comunidades. Muitos anos após a Guerra do Farrapos, em 1855, o presidente da província Cansação do Sinimbu deixava registrado que na aldeia de São Nicolau havia “*restos do antigo aldeamento de Guaranis, e composto por índios estropeados, ou velhos, ou inválidos pela vida militar*”²³². No mesmo sentido, em 1857, o presidente Patrício Correia da Câmara havia sido informado que de restavam apenas “*velhos e aleijados*” das guerras no aldeamento e que o recrutamento seguia impactando aquela comunidade.

Acha-se este aldeamento bastante atrasado. Existem ali 264 índios, sendo 112 do sexo masculino e 152 do sexo feminino; a maior parte velhos e aleijados das **guerras nesta província e no estado oriental**, e o diretor geral queixa-se de que os moços sejam todos recrutados para o exército, no que não lhe acho muita justiça, porque eles são pouco afeiçoados ao trabalho²³³.

A depreciação dos indígenas feita pelo presidente é indicativa de que o exército vinha sendo utilizado como uma forma de obrigar os indígenas a prestar serviços ao Estado. Para além das manobras militares, no exército eles podiam executar obras públicas e agir como peões e domadores da cavalaria. De fato, em muitos momentos posteriores à guerra civil na província, há menções de indígenas no Exército e na Guarda Nacional.

Quando no ano de 1858 houve um conflito na aldeia de São Vicente, o diretor Manoel Pires Lóis afirmou que os guaranis, que estavam sendo expulsos daquela antiga estância missionária, não podiam retirar seus animais porque “*se achavam no Exército fazendo parte da Companhia deste mesmo distrito*”²³⁴. Em outro documento o diretor geral dos índios corroborou a afirmação sobre os habitantes de São Vicente, afirmando: “*Todos esses índios fazem parte da sociedade, sendo a maior parte deles qualificados Guardas Nacionais e a outra soldados da 1ª Linha*”²³⁵. Além do alistamento de jovens e adultos, havia a requisição de crianças e adolescentes em todas as aldeias para se tornarem aprendizes do Arsenal de Guerra em Porto Alegre, tema tratado no Epílogo desta tese.

²³² BND.HD.RPP. Relatório do Presidente Cansação do Sinimbu à Assembleia Provincial, 30/06/1855. 1ª Ed., p. 50

²³³ BND.HD.RPP. Relatório do vice-presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Patrício Correia da Câmara na abertura da Assembleia Legislativa Provincial. 11/10/1857, p. 25.

²³⁴ AHRS.FI. M4. Carta de Manoel Pires Lois, diretor da Aldeia de São Vicente para o diretor geral dos índios Andrade Neves. Distrito de São Vicente, 02/02/1858.

²³⁵ AHRS.FI. M4. Relatório geral do estado dos Aldeamentos, José Joaquim de Andrade Neves, Diretor Geral dos Índios. Rio Pardo, 01/09/1858.

A experiência dos guaranis nas tantas campanhas militares levadas a cabo no século XIX consolidou uma visão de que eram naturalmente aptos para estes serviços. O diretor do aldeamento de São Nicolau do Rio Pardo, ao tratar do contexto do pós-guerra dos Farrapos, apontava que, a despeito do reconhecimento das qualidades do grande número de cavaleiros e soldados guaranis nas batalhas travadas em diversas épocas e lugares, não havia compensação destes serviços e eles eram humilhados:

O índio guarani é geralmente sabido que são favorecidos de habilidade para as artes e ainda **melhores disposições de encontram neles para o serviço das armas**, isto se tem provado em todos os tempos e campanhas, especialmente nos **combates tem adquirido créditos de bons soldados e os corpos de cavalaria do exército sentam não pequeno número de índios**, hoje tão espezinhad²³⁶.

Aparentemente o reconhecimento da aptidão para guerra era um reforço da integração forçada dos indígenas. Ao contrário de assegurar uma retribuição aos combatentes, tais movimentos aceleraram a invisibilização da população indígena, já que desestruturavam as comunidades e integravam os jovens ameríndios em condições subalternas. A ausência dos indígenas nos aldeamentos também oportunizou a pilhagem de seus bens e de suas terras. Foi o que ocorreu com o terreno onde ficavam os ervais de São Nicolau do Rio Pardo, que foram usurpados por um fazendeiro local que, aproveitando a desestruturação da comunidade guarani durante a Guerra dos Farrapos, mandou demarcar o terreno e colocá-lo em seu nome²³⁷.

Portanto, os indígenas, notadamente os guaranis, estiveram na Guerra dos Farrapos, assim como estiveram engajados em todos os outros conflitos do Prata no século XIX. Apesar dos vestígios duradouros e deletérios das campanhas militares naquelas comunidades, elas acabaram por contribuir para a invisibilização dos indígenas ao torná-los indistintos soldados. A despeito disso, a associação dos guaranis com o exército era tão grande no imaginário sul-rio-grandense que, em 1865, quando o Visconde de Boa Vista entrou em acordo com as lideranças kaingang para o engajamento de seus homens na cavalaria do exército, no contexto da Guerra do Paraguai, o documento sobre o pacto formado se refere àqueles indígenas como “guaranis”²³⁸.

²³⁶AHRS. FI. M4. Cópia de um relatório do Diretor do Aldeamento de São Nicolau do Rio Pardo José Joaquim da Fonseca Souza Pinto para o Brigadeiro José Joaquim de Andrade Neves- Diretor Geral dos índios da Província. 31/12/1860, p.02

²³⁷ Ver nesta tese: 3.1.4 *A disputa pela erva-mate...*

²³⁸ AHRS.FI.M5. Memorial que apresentam “os guaranis” (Kaingangs) Antônio Portela, Manuel Feliciano, Manoel da Silva escrito pelo comandante Francisco Modesto Franco para o Visconde de Boa Vista, presidente da província, Porto Alegre, 07/08/1865. Sabemos que os indígenas eram majoritariamente kaingangs pela referência que o documento faz ao Cacique Fongue e outras lideranças de Nonoai.

1.3 A emergência dos kaingangs

1.3.1 O etnônimo “bugre” e a criação do selvagem

“designação genérica dada ao índio, especialmente o bravo e/ou aguerrido” e “indivíduo, inculto, grosseiro e rude”²³⁹.

A partir dos anos de 1820 começamos a observar a progressiva aparição de “bugres” na documentação administrativa do Rio Grande do Sul. Já demonstramos que desde o final do período colonial os “bugres”, que ocupavam o vasto território que ia dos Campos de Guarapuava até o “país das Missões”, preocupavam as autoridades régias, que lhes dedicaram uma Carta, em 1809, com o objetivo de promover sua “pacificação” através do estabelecimento da “tutela”, que mesclava violência e proteção²⁴⁰. Também já tratamos do episódio do ataque no erval do Povo guarani de São João, no ano de 1827, que mostra que as interações entre os indígenas missioneiros e aqueles denominados de “bugres” vinha se intensificando no período.

Mas quem eram estes “bugres”? Os historiadores os associam com os atuais kaingangs, população Jê que ocupa uma faixa territorial ampla nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e na Argentina. Esta população foi identificada com os grupos de Jê meridionais que passaram a ocupar os territórios sulinos a partir de 3 mil a.p. Eram construtores de casas subterrâneas e tinham no manejo da araucária uma fonte importante de alimentação²⁴¹. Posteriormente, foram identificados com os guaianases, descritos nas fontes jesuíticas a partir do século XVII²⁴².

Já o termo kaingang popularizou-se através de Telêmaco Borba, administrador de dois aldeamentos no Paraná, que publicou, em 1882 um relato utilizando este

²³⁹ FERREIRA, Aurélio B. Hollanda. Novo dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975, p.232.

²⁴⁰ Ver subcapítulo 1.1 *Legislação indigenista: Independência do Brasil e a construção da política de pacificação*.

²⁴¹ Para um resumo da ocupação “pré-histórica” do Rio Grande do Sul ver: KERN, Arno Alvarez. Pré-história e ocupação humana. (p. 15-62) e SILVA, Adriana Fraga da. BARCELOS, Arthur Henrique Franco. A “terra de ninguém”: índios e bugres nos Campos de Cima da Serra (p.63-80). Ambos In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coord). KERN, Arno A.; SANTOS, M. Cristina dos; GOLIN, Tau (Dir.). *Povos Indígenas*. Passo Fundo: Méritos, 2009, V.5 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

²⁴² Vários trabalhos sobre Kaingangs no século XIX buscaram compreender suas origens, utilizando a arqueologia e os relatos escritos mais antigos, normalmente de jesuítas, para estabelecer uma trajetória de longa duração para esta população. Ver: BECKER. O índio kaingáng no Rio Grande do Sul...1976, *Op.Cit.* p. 41; LAROQUE. Lideranças Kaingang no Brasil Meridional...2000.*Op.cit.* BRINGMANN. Índios, Colonos e Fazendeiros...2010. *Op.Cit.*

etnônimo²⁴³. É também a forma como estes grupos se autodenominam atualmente e, por isso, será usado neste trabalho. Contudo, o termo não aparece nenhuma vez nos documentos do Rio Grande do Sul oitocentista. Sempre que há referências a população dos aldeamentos kaingang, seja nos relatórios dos presidentes da província, seja na documentação da Diretoria Geral dos índios, eles são chamados de “bugres”, “índios” ou “indígenas”. Lembremos que a Carta régia de 1809 já nomeava a população da região que coincide com os domínios kaingang de “bugres”²⁴⁴.

Outra forma, bem menos frequente, de designá-los era como “coroados”. Em uma carta de 1848, o padre Bernardo Parés os denomina de nação dos “bugres coroados” colocando ao lado e entre parênteses “Fonk indóni”. Até o momento não pude compreender o que significa essa descrição, já que a única referência é deste documento²⁴⁵. Sobre o uso do termo, o engenheiro belga Alphonse Mabilde informa que todos os grupos indígenas que tonsuram o cabelo eram chamados de “coroados”, é assim que ele se refere aos kaingangs na maior parte das vezes²⁴⁶. Outro grupo da família linguística dos jê-meridional que ocupava a região dos Campos de Cima da Serra e que certamente estão entre os classificados indistintamente como “bugres” nas fontes provinciais, eram aqueles identificados posteriormente como xokleng, que também se autodenominam laklãno. Eles foram chamados de “botocudos” pelo adorno que utilizavam na boca. Em episódios ocorridos no Distrito de Torres e Maquiné, no ano de 1850, em que “*botocudos*” teriam entrado em confronto com os moradores, apenas uma das fontes os identifica pelo botoque labial, as outras referem-se a eles apenas como “*bugres*”, “*selvagens*” ou “*gentil*”, dificultando a identificação étnica. Apesar de circularem constantemente pela região dos pinhais, os “botocudos”, possivelmente por uma ampliação do domínio das lideranças kaingangs na área, encontravam-se em grupos

²⁴³ MOTA, Lúcio Tadeu. *As guerras dos Índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang do Paraná (1769-1924)* - 2ed. Maringá: EDUEM, 2008, p.92.

²⁴⁴ Ver I.1.1 *A chegada da corte e as cartas régias...*

²⁴⁵ AHRs. FI. Maço 1, Carta do padre Bernardo Parés ao presidente da província informando a situação dos aldeamentos. Porto Alegre, 06/11/1848. NONNENMACHER, Marisa Schneider. *Aldeamentos Kaingang no Rio Grande do Sul: século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. p. 56 Nonnenmacher, reproduz essa terminologia em seu trabalho.

²⁴⁶ MABILDE. *Apontamentos sobre os indígenas selvagens...* 1983, *Op.cit.* p. 09. Soraia Dornelles faz uma interessante reflexão sobre a transformação da designação de Coroados para Kaingang, salientando a necessidade de se compreender estas sociedades como históricas, sem tomar os grupos “como uma totalidade homogênea e estática”. Ver: DORNELLES. De *Coroados a Kaingang: as experiências vividas pelos indígenas no contexto de imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul do século XIX e início do XX*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.p.11.

menores e ao longo do século XIX parecem ter recuado progressivamente para o interior de Santa Catarina, especialmente para o vale do Itajaí²⁴⁷.



FIGURA 12 - DEBRET. BUGRES DE SANTA CATARINA

FORTE: DEBRET, J.B. (LITOGRAFIA DE MOTTE, CHARLES). BOGRES, PROVINCE DE STE CATHERINE. IN: VOYAGE PITTORESQUE ET HISTORIQUE AU BRÉSIL. TOME PREMIER. PARIS: FIRMIN DIDOT FRÈRES, 1834. ACERVO DA BIBLIOTECA NACIONAL, ICON326376_047.

Mabilde identificou ainda outras parciais indígenas na região noroeste da província, que possivelmente são etnônimos para grupos que hoje são todos designados kaingang, e que na época também estavam sob o amplo “guarda-chuva” da denominação de “bugre”. É possível que entre estes estivessem indivíduos charrua e minuanos. A historiografia tomou o massacre de Salsipuedes, ocorrido em 1831, como determinante do extermínio dos charruas, tomando como dado que este grupo étnico teria sido

²⁴⁷ Sobre os “botocudos” ver *cap. 2.5.3 A volta dos conflitos...* Sobre os xokleng no vale do Itajaí ver: WITTMANN, Luisa Tombini. *O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926)*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007. Sobre os botocudos no Rio Grande do Sul ver: CUNHA, Lauro Pereira da. *Índios botocudos nos Campos de Cima da Serra (RS)*. Porto Alegre: Criação Humana/ Evangraf, 2017.

extinto²⁴⁸. Como já se debateu amplamente, os grupos étnicos e suas respectivas denominações estão em constante ressignificação²⁴⁹. Assim, a transformação de charruas, guenoas e minuanos em genéricos “bugres” não seria uma novidade, já que os grupos de “índios infieis” do pampa foram designados de formas muito variadas conforme os agentes que os nomeavam²⁵⁰.

Portanto, existe a possibilidade de vários grupos além dos kaingangs terem sido referidos como “bugres” nas fontes provinciais. Os dicionários ajudam a compreender essa abrangência do termo. No dicionário de Rubin, da metade do oitocentos, “bugre” é designado como “*tribo de aborígenes que dominavam a província de São Paulo*”²⁵¹. Já os dicionários contemporâneos localizam os “bugres” no atual estado do Paraná, coincidindo com a localização de parte das populações Kaingang atuais: “*Indivíduo dos bugres, tribo indígena do S., das regiões entre os rios Iguaçu, Piquiri e as cabeceiras do Uruguai.*”²⁵². Entretanto, a palavra foi usada para designar grupos de indígenas considerados bravios em outras regiões. Nos mesmos dicionários, bugre aparece como “*designação genérica dada ao índio, especialmente o bravio e/ou aguerrido*” e “*indivíduo, inculto, grosseiro e rude*”²⁵³.

²⁴⁸O massacre destes indígenas nos departamentos de Tacurembó e Paysandú foi determinado por Frutuoso Rivera em 1831, e é o episódio culminante do acirramento de conflitos entre as *tolderias* e agentes coloniais. Em entrevista, o pesquisador Eduardo Picerno informou que Rivera se comunicou com Bento Manuel Ribeiro, que era o comandante da fronteira do Alegrete, para solicitar o extermínio dos charruas também do lado brasileiro. Entretanto, Picerno afirma que nem todos os indígenas deste grupo foram mortos, identificando a sua distribuição como escravos entre proprietários rurais. Outros teriam conseguido fugir, inclusive um grupo que se refugiou em Passo Fundo, região que, como veremos, foi erigido o primeiro aldeamento de “bugres” do Rio Grande de São Pedro. PICERNO, Eduardo. O fim chegou em Salsipuedes. Entrevista concedida a Léo Gerchmann. Publicação original Zero Hora, republicada pelo Instituto Socioambiental (ISA), 12/09/2009. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Not%C3%ADcias?id=71633>

²⁴⁹BOCCARA, Guillaume. Etnogénesis Mapuche: Resistencia y Reestructuración entre los indígenas del Centro-Sur de Chile (Siglos XVI-XVIII). *Hispanic American Historical Review*, 79:3 (1999), pp.424-461.

²⁵⁰Diego Bracco já identificou que existe um superdimensionamento da “nação” charrua, que, segundo seus estudos ocupava durante o século XVII as regiões entre os Paraná e Uruguai e a margem esquerda deste último em detrimento do nação guenoa-minuana, descrita pelos jesuítas como ocupante de todo o território compreendido entre o Rio Uruguai e a bacia da Lagoa dos Patos. O autor aponta que os conflitos contra estes “índios infieis” na metade do século XVIII alterou os espaços de ocupação destas populações, já que enviou muitos destes indígenas para as missões, por um lado comprimindo os territórios guenoas e por outro incrementando a diversidade étnica da população missioneira, que tendemos generalizar como guarani. Ver: BRACCO, Diego. Los errores Charrúa y Guenoa-Minuán. *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas- Anuario de Historia de América Latina*, n.º. 41, 2004, p.117-136. A respeito da divisão étnica destes povos pampianos, Elisa Garcia propõem que seja uma divisão política do século XVIII, a qual os índios aliados aos portugueses recebiam o designativo de minuanos, enquanto os charruas eram aqueles pertencentes ao império espanhol. Ver: GARCIA. As diversas formas de ser índio... 2009. *Op. Cit.*

²⁵¹RUBIM, Braz da Costa. Vocabulário brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa. Rio de Janeiro, Emp. Typ. Dous de Dezembro de Paula Brito, 1853, p. 12.

²⁵²FERREIRA, Aurélio B. Holanda. Novo dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975, p.232.

²⁵³*Idem.*

A etimologia da palavra remete ao francês *bougre*, sinônimo de búlgaro, herético e sodomita²⁵⁴. É possível que tenha derivado de bugomilismo, seita herética surgida na Bulgária no século IX, sendo posteriormente a heresia associada à sodomia²⁵⁵. Segundo o escritor Rictor Norton, o termo bugre aparece como sinônimo de sodomita em um dicionário de inglês-espanhol publicado em Londres em 1763²⁵⁶.

Já para o engenheiro Alphonse Mabilde, que teve contato com as populações kaingangs no final da década de 1840, a palavra “bugre” teria surgido “*entre os primeiros homens brancos, portugueses*” que ao ouvir o grito de alerta “*pu-crí-i-i-i*”, emitido pelos indígenas para avisar da presença dos estranhos, teriam entendido erroneamente “*bugri*” ou “*bugre*”. Segundo o engenheiro belga, entre os “*botocudos*” da fronteira do Rio Grande com Santa Catarina (possivelmente os atuais xokleng) existia a palavra “*puxi*”, também usada como sinal de alerta e com a tradução de “*objetivo mau*”. O autor diz que os “*civilizados*” ao ouvirem a palavra “*bugio*” (espécie de macaco) misturam-na com “*puxi*” e daí pode vir a designação “*bugre*”. De toda forma, ressalta que o etnônimo designa “*todo o selvagem*”²⁵⁷.

Portanto, o significado do século XIX mais do que designar um grupo étnico e linguístico específico parece remeter a um “estado de selvageria” de qualquer grupo indígena. O termo foi amplamente usado pelos agentes coloniais para reforçar esta situação, sendo talvez, desde o começo, encarado como algo pejorativo pelos próprios indígenas. Soraia Dornelles faz a este respeito uma importante análise demonstrando como foi criada uma imagem depreciativa dos “bugres” e como estes não gostavam de ser identificados por esta palavra. A autora resgata um relato do sequestro de uma família alemã pelos coroados, através do qual ela reconstituiu a história de “Luís Bugre”, um jovem indígena que vivia entre alemães após ter sido capturado em um ataque às fazendas da região de Feliz. Neste relato é dito que Luís não aceitava ser chamado de bugre, já que “*O epíteto que os brancos lhe deram é um sinônimo de desprezo, uma injúria, uma desonra*”²⁵⁸. Em um caso oposto, no qual uma criança alemã, após passar muitos anos entre os coroados, retornou à colônia e era chamada de “Jacó Bugre”, também o objetivo

²⁵⁴ HOUAISS, A. e VILLAR, M. de S. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

²⁵⁵ GUISARD, Luís Augusto De Mola. O bugre, um João-Ninguém: um personagem brasileiro. São Paulo *Perspec.* São Paulo, vol.13, nº.4, 1999.

²⁵⁶ A informação provém da compilação intitulada “Homosexul Terms in 18th-century Dictionaries” disponível no site do autor: <http://rictornorton.co.uk/eighteen/diction.htm>.

²⁵⁷ MABILDE. Apontamentos sobre os indígenas...1983, *Op. Cit.* p. 07-08.

²⁵⁸ Gansweidt, 1946: 41-42 apud DORNELLES, p.54

do uso do adjetivo era o de “achincalhar” aquele jovem. A recusa em serem chamados de “bugres” aparece no jornal *La Libertá* do começo do século XX. Guilherme Brandalise traz uma matéria deste periódico em que um padre capuchinho afirma que os indígenas da região de Lagoa Vermelha não queriam ser chamados de “bugres” pois se ofendiam muito com aquela palavra, que em sua língua significava “*animal imundo*” e por isso “*se vangloriam de ser índios, e com este nome querem ser chamados.*”²⁵⁹

Curiosamente, o termo parece guardar uma ambiguidade ao mesmo tempo que denomina genericamente todo “selvagem”, também pode designar indígenas “civilizados”, mas, em ambos os casos, assumindo um contorno pejorativo. Atualmente, no uso cotidiano do vocábulo no sul do Brasil, bugre é empregado como sinônimo genérico (e muitas vezes depreciativo) de “índio”, mas também como forma de designar indígenas considerados “assimilados”, ou seja, com uso semelhante ao de “caboclo” em outras partes do Brasil.

A imagem “bugres de Santa Catarina” de Debret, que ilustra o início deste capítulo, aponta essa ambiguidade do termo, que designa assimilados e selvagens ao mesmo tempo. Na descrição da imagem contida em sua *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, o autor aponta que todos os índios, a exceção dos “botocudos”, eram chamados de “bugres” nas províncias de São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Assinala que em seu “estado primitivo” aqueles indígenas eram temidos, mas que “quando civilizados” eram bons trabalhadores²⁶⁰.

Em outro trecho, o pintor francês aponta que os “*Bororenos*” do sul do Brasil eram chamados de “bugres” e narra episódios de violência e selvageria executada por este grupo na Ilha de Santa Catarina (imagem abaixo)²⁶¹. Mas, na passagem em que se dedica a descrever a “raça dos bugres” afirma: “*A província do Rio Grande é, no Brasil, aquela em que se encontra menor número de negros, pois quase todos os trabalhos são aí executados por índios civilizados*”. Ou seja, o termo “bugre” servia para designar populações indígenas de etnias diferentes, bem como populações completamente distintas: em situações de contato, aliança ou animosidade com não indígenas.

²⁵⁹ BRANDALISE, Guilherme Maffei. *Eles se vangloriam de ser índios, e com esse nome querem ser chamados*: indígenas, capuchinhos e as colônias italianas no Nordeste do rio grande do sul (1895-1918). Trabalho de Conclusão História Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2019. p. 57

²⁶⁰ DEBRET. Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Biblioteca Histórica Brasileira IV. São Paulo: Livraria Martins, 1940. t.1, v.1 e.2. Prancha 8, p. 38 .

²⁶¹ *Ibidem*, Prancha 7, p. 36-37.

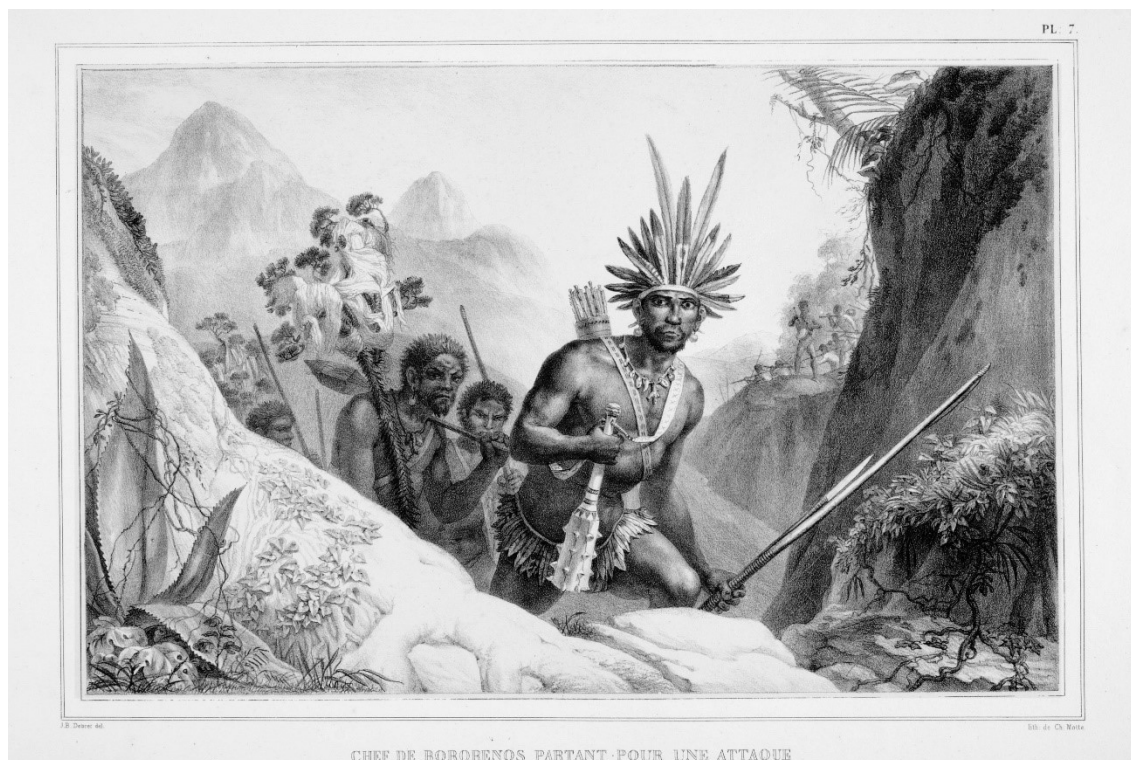


FIGURA 13 - DEBRET. CHEFE DOS BOROENOS PARTINDO PARA UM ATAQUE.

FONTE: DEBRET, J.B. (LITOGRAFIA DE MOTTE, CHARLES). CHEF DE BOROENOS PARTANT POUR UNE ATTAQUE IN: VOYAGE PITTORESQUE ET HISTORIQUE AU BRÉSIL. TOME PREMIER. PARIS: FIRMIN DIDOT FRÈRES.

A respeito das obras de Debret, Maria Regina Celestino de Almeida pondera que elas apontam a fluidez entre o que era considerado o mundo selvagem e o mundo civilizado. Para a autora, as imagens do artista revelam a permeabilidade das categorias de “índios” e “mestiços”, apontando que as barreiras entre os aldeados e os considerados selvagens era menor do que costumava-se apregoar²⁶². A imagem dos “bugres de Santa Catarina” pode ser interpretada no mesmo sentido. Observe-se nela elementos que remetem à “selvageria”, como a caça e a coleta de frutas, a locomoção por canoas (que diga-se de passagem não eram utilizadas pelos kaingang), mas também apresentam elementos de suposta “civilidade”, como o uso de vestimentas típicas de indígenas aldeados. Assim, aparentemente desde o começo do século XIX o termo já trazia essa fluidez de significados. Nas fontes oitocentistas da província de São Pedro o uso mais comum parece remeter a “selvageria”, enquanto nos usos contemporâneos aparece mais

²⁶² ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Índios mestiços e selvagens civilizados de Debret. *Varia historia*. Belo Horizonte, vol.25, nº 41, p.85-106, jan/jun 2009.

como sinônimo de indígena “civilizado”; contudo, as fronteiras entre estas duas condições, aos olhos dos não indígenas, são pouco definidas, servindo o termo para caracterizar situações diversas.

Neste sentido, Roberto Cardoso de Oliveira, identificou o uso do termo “bugre” como forma de se referir aos Terena “assimilados” no Mato Grosso²⁶³. Já nos depoimentos colhidos por Mattos, os indígenas contemporâneos de Minas Gerais se autointitulam bugres, demonstrando uma ressignificação do termo pelos próprios indígenas. Na naquela região do Macuri e do Doce também o etnônimo de “botocudos” inicialmente pejorativo foi posteriormente positivado pelos indígenas²⁶⁴.

Os topônimos de localidades atuais ajudam a compreender um pouco da difusão do uso do termo. Para citar alguns exemplos temos: *Bugre*, município de Minas Gerais; município de *Lajeado do Bugre*, no Rio Grande do Sul; *Bugre*, distrito de Balsa Nova no Paraná; *Rio dos Bugres* em Santa Catarina²⁶⁵.

1.3.2 Confrontos, milícias e bugreiros

“(...) são quaradas de Bugres as matas denominadas Português e Castelhana (...)”²⁶⁶

Não sabemos exatamente, quando a designação bugre começou ser mais utilizada no sul do Brasil, mas conforme os colonizadores foram ocupando o Planalto Meridional mais frequente passam a ser os encontros com as populações indígenas destas áreas e mais “bugres” começam a emergir na documentação. Ainda antes da chegada dos colonos alemães ao Rio Grande do Sul, que, como veremos, gerou conflitos com os indígenas no vale do Rio dos Sinos, o soldado Floriano de Souza Machado, ao solicitar a concessão de terras na freguesia de Santo Antônio da Patrulha, no ano de 1813, informou que desejava

²⁶³ OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

²⁶⁴ MATTOS, Izabel Missagia de. *Civilização e "Revolta": Povos Botocudo e Indigenismo Missionário na Província de Minas*. Tese de doutorado. UNICAMP. Campinas: 2002, p. 03 e 23.

²⁶⁵ Cabe ressaltar que os dois municípios (Bugre e Lajeado do Bugre) tem como história oficial o povoamento por posseiros no começo do século XX. O município de Minas Gerais afirma na página da prefeitura que “Embora os índios tenham se afastado da região, eles estão marcados na trajetória da cidade, já que o nome Bugre veio de uma tribo indígena homônima”, ou seja, sua contribuição seria apenas o nome. Já o município do Rio Grande do Sul nega totalmente a presença indígena, dizendo que o local foi povoado por 6 homens fugidos do movimento revolucionário de 1922, assim o município “ficou designado como Lajeado do Bugre, certamente porque na época os seis viviam como bugres, isolados, escondidos das forças revolucionárias, alimentando-se de caça e frutos do mato”. <http://www.bugre.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/conheca-a-historia-do-municipio-de-bugre/6503> e <http://lajeadodobugre.rs.gov.br/municipio/historia/> acesso: 23/04/2020.

²⁶⁶ BND. HD. RPP. Relatório do Presidente Manoel Antônio Galvão à Assembleia Provincial, 01/12/1832.

ocupar uma “porção de terras de matos até hoje incultas e sem embaraço algum devoluto em razão dos muitos gentios bugres, que ali tem aparecido”²⁶⁷. Lembremos que havia uma antiga aldeia guarani em Santo Antônio da Patrulha, chamada de aldeia Velha ou aldeia da Patrulha, o que reforça a hipótese de que muitos indígenas antes considerados guaranis podem, por seu afastamento da sociedade envolvente, terem sido tornados “selvagens” novamente, pelo olhar dos colonizadores.

Mas, de fato, foi a partir da chegada dos imigrantes alemães que os “bugres” passaram a ser encarados como um problema para as autoridades da província e os confrontos com os colonos tornaram-se frequentes. A partir de 1824, as colônias de São Leopoldo, Três Forquilhas, São Pedro de Alcântara das Torres e a já citada São João das Missões foram fundadas. A sobreposição das novas colônias sobre às áreas de tradicional circulação dos jê-meridional levou a várias hostilidades. Os trabalhos sobre o tema identificam o ano de 1829 como o começo dos confrontos com os colonos, com um ataque a picada dos Dois Irmãos em São Leopoldo²⁶⁸.

Porém, podemos notar que ao menos dois anos antes já havia uma organização do governo provincial para atacar os indígenas. Em janeiro de 1827, o governo da província autorizou a formação de uma milícia para a “*Campanha dos Selvagens*”, que havia sido solicitada pelo alferes José Pedroso de Moraes para combater os indígenas em várias localidades: na vila de Santo Antônio, na Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos, na Capela de São Francisco de Paula e na Freguesia de Nossa Senhora da Oliveira da Vacaria. Para isso seriam recrutados voluntários para formar uma Companhia de Pedestres²⁶⁹. Chama especial atenção o objetivo de combater indígenas na Freguesia dos Anjos, já que esta havia sido um aldeamento guarani criado no século XVIII e que a historiografia tende a considerar que no século XIX já não havia mais indígenas por lá.

Portanto, podemos identificar precocemente a formação de um grupo de “bugreiros” na província do Rio Grande de São Pedro. Wittman define os bugreiros como sendo “homens que planejavam e realizavam ataques contra os índios” cujos grupos eram “compostos geralmente por caboclos”, “contratados pelos agentes colonizadores,

²⁶⁷ AHRs. FAM. M.9, Requerimentos ao Governador, Terras. Requerimento 009003. Autor: Floriano de Souza Machado – Soldado Miliciano do Regimento. Vila de Sto Antônio da Patrulha, 1813. Agradeço A Vanessa Ames Schommer por me conceder esta fonte.

²⁶⁸ BECKER. *O índio kaingáng no Rio Grande do Sul...*1976, p.61. BRINGMANN. *Índios, Colonos e Fazendeiros...* 2010; DORNELLES. *De Coroados a Kaingang...*2011, p. 29.

²⁶⁹ AHRs. FAM. M. 107. Carta de José Pedroso de Moraes, Alferes encarregado das diligências dos Bugres. Carta de para Salvador José Maciel, Presidente da Província. Sem data.

governantes provinciais e imigrantes europeus”²⁷⁰. Enfatizando que, apesar da associação comum dos bugreiros com os colonos europeus, estes eram geralmente pessoas já conhecedoras dos matos e muitas vezes financiadas também pelo poder público, como era o caso da tentativa da formação de milícias para o combater indígenas no Rio Grande de São Pedro.

Em agosto do 1827, o Alferes Moraes reclamou ao presidente da província que não possuía as portarias para organizar a escolta com o objetivo de “*defender parte desta província*”. Ainda assim, relatou que houve embates em uma fazenda na qual a sua milícia estava a “*bombear o gentio*”²⁷¹ e aguardando reforços para “*se ir bater neles*”²⁷².

A política provincial era, portanto, de franca hostilidade contra estes indígenas. Neste momento o princípio da tutela parecia mostrar apenas sua face mais violenta. Dornelles demonstrou que, apesar da formação de destacamento de “*sertanejos armados*” colocados nas “Picadas da Serra”, para evitar o ataque as novas colônias, os embates entre indígenas e não indígenas apenas se acirraram com a chegada dos alemães. No ano de 1830, houve um segundo ataque à Picada dos Dois irmãos e um ano depois na Picada do Hortêncio, todos estes resultando na morte de alemães e no sequestro de crianças. Como a mesma autora argumenta, os relatos da época não documentaram, ou registraram em muito menor medida, os impactos destes conflitos para os indígenas, contabilizando apenas os alemães mortos²⁷³.

Luisa Tombini Wittmann sobre episódios semelhantes transcorridos entre os Xokleng e colonos alemães no vale do Itajaí, em Santa Catarina, também durante a segunda metade do XIX, destaca que as fontes, como os relatórios dos presidentes da província ou os jornais das colônias, descrevem estas incursões apenas a partir das perspectivas dos colonos. Apesar disso, é possível refletir sobre a motivação dos indígenas a partir de sinais deixados pelos brancos. Nestes relatos de “ataques” dos “botocudos” a autora identifica a busca por objetos de metal que serviam tanto para facilitar a vida cotidiana dos grupos, como panelas e machados, como para inovar na arte da guerra e da caça, modelando tais objetos para servirem de pontas de flechas²⁷⁴.

²⁷⁰ WITTMANN. *O vapor e o botoque...*2007. *Op. Cit.* p. 49

²⁷¹ Segundo Helen Osório o termo “bombear” significa espionar, localizar.

²⁷² AHRS. FAM. M 107. Carta de José Pedroso de Moraes, Alferes encarregado das diligências dos Bugres para Salvador José Maciel, Presidente da Província. Em Cima da Serra, 20/08/1827.

²⁷³ DORNELLES. *De Coroados a Kaingang...*2011, *Op. Cit.*, p. 30.

²⁷⁴ WITTMANN. *O vapor e o botoque...*2007. *Op. Cit.*, p. 32.

Dornelles identifica a mesma finalidade nas incursões dos kaingang às colônias alemãs do sul, destacando também o interesse pelas lavouras de milho²⁷⁵.

O interesse pelas ferramentas dos colonos é ressaltado por Mabilde ao relatar como era feita a tonsura do cabelo dos indígenas a maneira de “*figurar como uma rodilha de cabelo enfiada numa cabeça calva, sendo o cabelo cortado como uma escova, horizontalmente, à altura de meia testa*”. Ele relata que antes do povoamento das “*fraldas da serra e parte do sertão*” o corte do cabelo era feito com uma taquara, mas depois os indígenas “*roubaram dos moradores dessas paragens ferramentas, facas e tesouras, com as quais fazem, hoje, a tonsura*”²⁷⁶. Este é um interessante exemplo de como os indígenas vinham mantendo uma tradição a partir de um meio inovador trazido pelos “brancos”.

Outro interesse ressaltado pelas autoras que estudaram a interação entre os jês meridionais e os colonos alemães é que, por vezes, os indígenas invadiam as fazendas e sequestravam mulheres e crianças²⁷⁷. Essa prática colocava os colonos em alerta e justificava a perseguição aos indígenas, mesmo aqueles que não estivessem envolvidos nos sequestros. A prática do cativo de outros indígenas ou de “brancos” parece ter se tornado mais presente entre estes grupos no século XIX. Chama atenção uma denúncia contida na correspondência entre a Secretaria de Estado dos Negócios do Império e o governo do Rio Grande de São Pedro, no ano de 1824. Nela diz-se que habitantes da província conservam em cativeiros os indígenas tomados dos “selvagens”. Ou seja, possivelmente, os bugreiros, ao confrontarem-se com os kaingangs, tomavam como escravos os indígenas que encontravam com os coroados²⁷⁸.

Além da formação de milícias para combater os indígenas nas colônias europeias, havia a preocupação de abrir estradas buscando afugentá-los dos caminhos utilizados para conduzir o gado para fora da província. Assim, o presidente Antônio Manuel Galvão, solicitou, em 1832, que se fizesse uma estrada até o registro de Santa Vitória, localizado nos Campos de Cima da Serra:

De todas as empresas desta ordem, a que me parece dever reclamar a nossa imediata atenção é a abertura da estrada que conduz ao registro de Santa Vitória: são **quaradas de Bugres as matas denominadas Português e Castelhana:**

²⁷⁵ DORNELLES. *De Coroados a Kaingang...*2011, *Op. Cit.*, p. 31.

²⁷⁶ MABILDE. *Apontamentos sobre os indígenas...*1983, *Op. Cit.* p. 26.

²⁷⁷ Mais sobre o assunto ver nesta tese 2.3.1 “*a tentação de se olhar...*” e *Epilogo: Circulação de crianças indígenas...*

²⁷⁸ AHRs. Documentos emanados do Governo Central. Correspondência recebida pelos governantes do Rio Grande do Sul de Ministros e outras autoridades do governo Central (1744-1889) B.1.19. Avisos do Governo, 1824. Carta de João Severiano Manuel da Costa, da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, para o governo do Rio Grande de São Pedro. Rio de Janeiro, 02/06/1824.

sofrem nas suas Fazendas os viandantes, correm iminente risco as suas vidas e o dispêndio de seis contos de reis em que orçou a obra, quantia que bem de pressa seria indenizada a Nação com os direitos que **cessar de perceber pelas hostilidades do gentio**, garante tantos males²⁷⁹.

No ano de 1833, as medidas de violência contra os indígenas ganharam voz no Conselho Geral da Província, que criou três divisões de Pedestres para formar uma “*força armada que atemorize estes selvagens*”. Segundo os autores da proposta, os “bugres” estavam mais ousados do que nunca, atacando tropeiros que iam para São Paulo, assim como moradores de Cima da Serra²⁸⁰. Essa iniciativa não impediu que novos confrontos fossem travados nas imediações de São Leopoldo nos anos de 1834 e 1835²⁸¹.

Portanto, no ano de 1835, quando começa a Guerra dos Farrapos, os confrontos com os indígenas eram uma preocupação importante, em especial nos Campos de Cima da Serra e no vale do Rio dos Sinos. Pela escassez de registros, pouco sabemos sobre os conflitos entre índios e não índios durante os dez anos de guerra civil, mas tudo leva a crer que continuaram, se não se acentuaram, com a intrusão dos combatentes nas áreas kaingang. A exceção é um registro da formação de uma tropa para o resgate de uma família que teria sido “*conduzida pelos índios selvagens*” no distrito de Taquari, em 1842. As informações são de que o grupo de resgate não partiu pela falta de um “vaqueano” ou de outra pessoa que conduzisse aquela arriscada empresa e, por isso, foram dispensados os bugreiros.²⁸²

O primeiro relatório do presidente após a Farroupilha, em 1846, atribuiu a falta de segurança na província aos indígenas e aos escravos e nos revela que, apesar das novas táticas de relação mais amistosas com as populações nativas que apareceriam após o Regulamento das Missões, de 1845, existiam concepções racistas bastante arraigadas no pensamento dos dirigentes e que embasavam suas políticas públicas:

Os poucos assassinatos que tem havido só mancham a **última classe da sociedade**, degradada de todas as luzes da religião, e da civilização, e por causas tão **animais**, e mesquinhas como **a inteligência dos bugres selvagens e dos escravos africanos** que os cometem²⁸³.

²⁷⁹ BND. HD. RPP. Relatório do Presidente Manoel Antônio Galvão à Assembleia Provincial, 01/12/1832.

²⁸⁰ BN. Man.- II-36,01,004. Representações do conselho geral da província do RS, pedindo providências sobre; aumento do nº dos deputados, construção de um depósito de pólvora, reforço armado para proteção dos colonos, aumento ordenados nas secretarias, etc. Porto Alegre, 20/04/1833.

²⁸¹ DORNELLES. De Coroados a Kaingang...2011, *Op. Cit.*, p. 31.

²⁸² AHRs. FI. M1. Carta de Francisco Silvestre Ribeiro ao presidente da província Saturnino de Souza e Oliveira. Distrito de Taquari.08/06/1842.

²⁸³ BND. HD. RPP. Relatório do Presidente Alves de Lima (Conde de Caxias) à Assembleia Provincial, 01/03/1846. p.06

Vemos nas palavras do Conde de Caxias à Assembleia algo que será comum ao pensamento racista em desenvolvimento no Brasil imperial, a animalização dos indígenas (e dos africanos), sua associação com a violência e uma constante atribuição de inferioridade intelectual. Tais atribuições ganhariam novos contornos conforme uma linguagem científicista fosse ganhando espaço ao longo do século XIX.

Contudo, podemos observar que a semente das políticas indigenistas para os kaingang nas décadas de vinte, trinta e princípio da década de quarenta estavam contidas na carta régia de 1809 destinada a civilizar os “bugres”. Observe-se que o rompimento administrativo com Portugal não significou a instauração de uma nova relação com as populações indígenas. O princípio da guerra justa, que pautou o avanço da colonização do interior do sul da colônia, manteve-se durante as primeiras décadas do império, perdurando sob nova roupagem após o Regulamento das Missões de 1845. O reflexo desta continuidade está presente no uso do termo bugre, que aparece precocemente na legislação joanina e permanece designando a população considerada “indomesticável” durante o período imperial.

1.4 Tupis – tapuias do sul: algumas conclusões

As relações do Brasil com os emergentes países vizinhos do Rio da Prata, em especial no que tange à área das Missões Orientais, foram bastante conflituosas. A disputa pelas terras, gado, soldados e peões guaranis vinha convulsionando a região desde pelo menos o começo do século XIX, quando os “Sete Povos” foram incorporados ao Império português. A posterior eclosão dos processos de independência, a anexação da Banda Oriental ao Brasil, como província Cisplatina, o engajamento dos indígenas no exército de Artigas e depois no Exército uruguaio do Norte, o êxodo para Bella Unión e posterior retorno ao Rio Grande de São Pedro do Sul, são fenômenos que comprovam o protagonismo da população indígena nas guerras travadas na fronteira do Império português e brasileiro. Apesar disso, vimos, chegados os anos de 1830, alegava-se, cada vez mais, a inexistência de guaranis nas Missões, acirrava-se a preia do gado das estâncias missioneiras e os discursos provinciais sobre os indígenas buscavam excluí-los dos direitos de cidadãos. O engajamento na Guerra dos Farrapos intensificou o processo de invisibilização e associação dos guaranis com a vida militar, sem uma etnicidade marcada.

A expropriação do gado, das terras e os deslocamentos causados pela guerra também exacerbaram a circulação territorial dos guaranis. Que, a despeito da alegada ausência, persistiam atravessando a fronteira, defendendo suas antigas estâncias, trabalhando como soldados e peões. Se alguns permaneceram nas zonas das antigas missões jesuíticas, outros se deslocaram em direção aos aldeamentos do Rio Grande de São Pedro, que, como veremos no capítulo a seguir, serviu por um tempo de refúgio para as populações guaranis, mas também acabou sofrendo sucessivos esbulhos que os levaram a evadir. Como perspicazmente apontou Graciela Chamorro, por muito tempo, os estudos antropológicos sobre os deslocamentos dos guaranis foram explicados a partir de uma dimensão exclusivamente religiosa, na busca por uma “*terra sem mal*” (*yvy marãne*), mas não se preocuparam com a explicitação dos males que impeliram os indígenas a esta busca. A autora ressaltou que as utopias e mitos são calcadas nos acontecimentos histórico-sociais, fazendo eco aos estudiosos que entendem que as migrações estão relacionadas às experiências históricas de redução, aldeamentos, epidemias, invasões e espalhamentos destas populações, e que tais processos foram situados na cosmovisão guarani. Assim:

Tanto as causas do medo da destruição do mundo são eventos sócio-históricos como a busca de uma “terra sem males” não é necessariamente uma fuga da realidade terrena para as esferas celestes, pois é também a busca de uma terra tão real quanto necessária.²⁸⁴

Se o mal que assolava os guaranis da fronteira era o recrutamento militar e a expropriação de suas terras e bens, o que afligia os kaingang era a abertura de estradas e a presença dos colonos alemães. Neste primeiro momento, estes processos ainda eram insipientes nos territórios kaingang, e parecia plausível para a política joanina promover a eliminação dos indígenas que atravancavam o “povoamento” e o “progresso” econômico da região sul. Assim, tanto nas Cartas régias do começo do século quanto nas expedições de “bugreiros” promovidas pelo Estado, existia a pretensão de eliminação

²⁸⁴ CHAMORRO, Graciela. *Imagens espaciais utópicas. Símbolos de liberdade e desterro nos povos guarani. Indiana*, v. 27, p. 79-107, 2010. No mesmo sentido, Pablo Barbarosa, revisitando as fontes históricas e os dados etnográficos que embasaram a teoria da busca pela “Terra sem males”, contestou que no século XIX tais deslocamentos fossem exclusivamente fruto da cosmovisão guarani, já que nos relatos contemporâneos a estes deslocamentos não há indícios de que houvesse essa dimensão espiritual, aparecendo só nas gerações posteriores. Enfatiza, no entanto, que não há uma oposição entre a razão simbólica e uma razão histórica dos deslocamentos rumo ao leste. Assim, esta ressignificação seria fruto da intensificação do esbulho dos aldeamentos guaranis no Mato Grosso, Paraná e São Paulo ocorrido no final do XVIII e começo do XIX. BARBOSA, Pablo Antunha. A “Terra sem Mal” de Curt Nimuendajú e a “Emigração dos Cayuáz” de João Henrique Elliott. Notas sobre as “migrações” guarani no século XIX. *Tellus*, n. 24, p. 121-158, 2014.

física dos povos considerados selvagens, ainda que no caso dos kaingangs preservasse a possibilidade de conversão e civilização. Contudo, quando findou a Guerra dos Farrapos, retomou-se o comércio e intensificou-se a imigração europeia, as políticas indigenistas de extermínio se mostraram insuficientes para anular a presença destes indígenas, como veremos no capítulo a seguir.

Assim, as políticas para os dois grupos indígenas no Rio Grande de São Pedro tomam caminhos diferentes, ambos com o objetivo último de assimilar e dissolver estas populações. Elas pautaram-se pela dicotomia tupi-tapuia tão bem identificada por John Monteiro²⁸⁵. Para os guaranis, os “tupis do sul”, o discurso de inexistência e decadência encaminhou-se lentamente para busca da dissolução imediata da sua presença. Considerados em um estágio mais “avançado” de civilização, mas ao mesmo tempo em decadência, os atos do governo pretendiam forçá-los à integração imediata na nascente nacionalidade. Deixariam de ser índios para tornarem-se brasileiros, tornar-se-iam, assim como os tupis, indígenas “históricos”, cuja memória do tempo das missões jesuíticas serviria como referência de um momento glorioso, mas passado. Já os kaingangs, os jê-meridional, seriam associados aos tapuias, indígenas incontrolavelmente “selvagens”. Essa associação com a heresia incontornável estava presente no próprio etnônimo pelo qual eram chamados: “bugres”. Para esses indígenas do presente restava a política do extermínio, já que seriam incivilizáveis.

²⁸⁵ MONTEIRO. John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese Apresentada para o Concurso de Livre Docência. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001, p.29.

CAPÍTULO 2. ALDEAMENTOS VISÍVEIS E INVISÍVEIS (1845 - 1852)

Não posso mais me calar, nem ter o coração quieto, nem dizer: Aqui estou. Digo: Como é que é isso? Digo: Fui fiel. Fui com aquele branco odioso do meu coração. (...) Não vim do mato pela palavra do missionário e vi morrer de peste aqueles que mais amei, vindo pela minha palavra? Disse algo? Pedi algo? Pedi ser chefe como pensou meu coração, salvar meu povo como era meu desejo, não passar vergonha diante dos meus como era meu direito? (...) Você me tirou os mensageiros da vida, e não gritei. Inocente morreram por minha causa, e não falei. E também cansei de ser bom. (...) Mas digo também e rugindo, como todos os bichos que rugem: Como é que é isso? Como é? Como é?

GALLARDO, Sara. *Eisejuaz*²⁸⁶.

Findada a guerra civil na província do Rio Grande de São Pedro, o estado imperial precisava reorganizar-se. O final da guerra dos Farrapos, em 1845, coincidiu com a promulgação de uma nova legislação indigenista de âmbito nacional, conhecida como *Regulamento das Missões*, que gerou transformações das relações entre os agentes provinciais e as populações indígenas. Se no período anterior a política indigenista poderia ser resumida em negação da presença guarani e hostilidade contra os kaingang, o *Regulamento das Missões* veio trazer uma nova perspectiva, que incluía a negociação com os “bugres” e, ainda que por um momento fugaz, o reconhecimento da presença de várias pequenas aldeias guaranis. O objetivo assimilacionista da política indigenista, para ambas as populações, mantinha-se o mesmo; no entanto, diante da ineficácia dos métodos empregados nas décadas anteriores, buscava-se uma nova abordagem.

Ainda que o *Regulamento das Missões* tenha dado continuidade ao assimilacionismo presente nas primeiras décadas pós-independência, sua promulgação significou uma sistematização desta proposta. Paradoxalmente, a estruturação de uma política indigenista que tinha como objetivo último extinguir a existência dos indígenas como sujeitos apartados do restante da sociedade nacional, trouxe maior visibilidade a esses grupos. Assim, a nova política orientou a “pacificação” dos kaingang, através das tentativas de aldeamento daquela população. No entanto, foram os caciques Fongue e Vitorino Condá que pautaram as políticas de aldeamento, fortalecendo seus grupos através da aliança com os “brancos”. A mesma legislação trouxe visibilidade aos aldeamentos guaranis centenários que receberam população imigrada da região das

²⁸⁶ GALLARDO, Sara. *Eisejuaz*. [Tradução Mariana Sanchez]. Belo Horizonte: Relicário, 2021 [1971].

Missões, no entanto, muito rapidamente a maior parte destes aldeamentos foram considerados aptos para dissolução, pois sua população já era considerada assimilável.

Da mesma forma, a mobilidade kaingang e a penetração de teorias raciais que inseriram os jê-meridional no debate sobre a suposta inevitabilidade do desaparecimento dos indígenas, levaram a descrença na política de aldeamentos dos kaingang no Rio Grande de São Pedro. Diante da impossibilidade de fixar os indígenas nos aldeamentos de maneira definitiva, observa-se o retorno da política pautada pela violência e a descrença em propostas mais filantrópicas de tratamento das populações indígenas. Tal processo resultou na tentativa de aldeamento de todos os indígenas em Nonoai e no fim do projeto de catequização destes indígenas.

Ainda que o *Regulamento das Missões* pretendesse dar uma nova direção à tutela dos índios, empregando meios mais brandos de promover o que considerava sua “civilização”, nem sempre esta ideia prevaleceu. Como apontou John Monteiro, mesmo com a promulgação da lei em 1845, “*persistiria a cisão dos que defendiam políticas filantrópicas e outros que subscreviam a práticas agressivas e intolerantes*”²⁸⁷. Acrescento que nem sempre as ideias filantrópicas e violentas percorreram um caminho distinto ou foram empregadas por diferentes agentes, por trás das políticas menos violentas também imperava a ideia de dissolução dos grupos indígenas.

Esse capítulo trata do período entre a promulgação do *Regulamento das Missões*, em 1845, quando começa a estruturação dos aldeamentos kaingang, até a tentativa de reunir todos os indígenas em Nonoai, em 1852. Alguns dos processos descritos aqui, ultrapassam esta temporalidade, mas tem relação com este período de estruturação e desestruturação das políticas indigenistas na província. A busca por suprimir os aldeamentos da província, parte importante da política de inviabilização, seria intensificada no período posterior, quando, a partir da regulamentação da Lei de Terras, houve uma ofensiva sobre os territórios indígenas, tema tratado no capítulo 3.

2.1 O Regulamento das Missões de 1845

“Examinar o estado, em que se achão as Aldêas actualmente estabelecidos; as occupaões habituaes dos Indios, que nellas se conservão; suas inclinações e propensões; seu desenvolvimento industrial; sua população, assim originaria, como mistiça; e as causas,

²⁸⁷ MONTEIRO. John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese Apresentada para o Concurso de Livre Docência. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.p. 143.

*que tem influído em seus progressos, ou em sua decadência.*²⁸⁸

No mesmo ano em que findou a guerra civil na província do Rio Grande de São Pedro, em 1845, o governo imperial instituiu novas diretrizes para a política indigenista, chamadas *Regulamento acerca das missões de catequese e civilização dos índios*²⁸⁹. Elas estiveram em vigor em todo o território nacional, existindo até 1889, quando foi proclamada a República no Brasil e um decreto do governo provisório de Deodoro da Fonseca reestabeleceu a competência da “*catequese e civilização dos indígenas e o estabelecimento de colônias*” como sendo dos governadores dos estados da nação²⁹⁰. Essa legislação buscava trazer um controle centralizado às políticas indigenistas, antes a cargo de cada província.

Como apontou Fernanda Sposito, não podemos reduzir as políticas indigenistas de cada período a um único direcionamento, já que em cada momento do Império podemos observar a existência de projetos civilizadores mais agressivos e mais conciliatórios, simultaneamente. Contudo, é possível perceber que houve a preponderância de certos direcionamentos na política indigenista em cada um destes períodos. Se a política do Primeiro Reinado deu seguimento a do período colonial, inclusive acirrando algumas práticas violentas, a do Período Regencial significou descentralização da questão indígena e, no caso do Rio Grande do Sul, a redução da política indígena ao recrutamento para guerra civil. O início do Segundo Reinado seria marcado pelo retorno da centralização política e um indigenismo aparentemente mais brando e protetivo, pautado pelo Regulamento das Missões. Contudo, foi justamente neste momento que houve o acirramento dos conflitos²⁹¹.

Para criar a estrutura burocrática de maior controle da política indigenista, o *Regulamento* de 1845 estabelecia a formação de uma Diretoria Geral de Índios para cada província, que estariam submetidas ao Ministério dos Negócios do Império,

²⁸⁸ BRASIL. Contém o Regulamento acerca das Missões de catechese, e civilização dos Indios. Decreto N.º. 426 - de 24 de Julho de 1845. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/387574/publicacao/15771126>. Daqui em diante será tratado como *Regulamento das Missões*, como é mais conhecido.

²⁸⁹ *Idem*.

²⁹⁰ BRASIL. Dissolve e extingue as assembléas provinciaes e fixa provisoriamente as attribuições dos governadores dos Estados. Decreto n.º 7, de 20 de novembro de 1889 Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7-20-novembro-1889-517662-publicacaooriginal-1-pe.html>

²⁹¹ SPOSITO, Fernanda. *Nem cidadãos, nem brasileiros*. Indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845). Dissertação (Mestrado em História social). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. P. 86-88.

sintomaticamente dentro da Repartição de Terras Públicas. No ano de 1860, as Diretorias Gerais de índios passaram a fazer parte do recém-criado Ministério da Agricultura, sendo subordinadas à Diretoria de Terras Públicas que, em 1876, transformou-se em Inspeção Geral de terras públicas²⁹². Pela própria hierarquia administrativa a qual as Diretorias dos Índios estavam subordinadas é possível perceber que a nova política indigenista estava fortemente atrelada à questão fundiária. Veremos que, de fato, a “desocupação” das terras tornar-se-ia tema central nos anos que se seguiram.

Além de nomear um diretor geral para cada província, o *Regulamento das Missões* instituía para cada aldeamento um tesoureiro, um cirurgião, um missionário e um diretor. O conteúdo da normativa refere-se basicamente sobre a forma como deviam atuar os ocupantes destes cargos e o que lhes competia, a exceção do artigo 8º que previa a criação de uma força de “*pedestres e oficiais de ofício*”. As obrigações do diretor geral, contidas no primeiro artigo, são as mais extensas e sintetizam o espírito da legislação.

Diferente da legislação pombalina do século XVIII, que delegava a administradores laicos a condução das aldeias e procurava minar o que considerava um domínio jesuítico sobre os nativos, o *Regulamento* de 1845 reestabelecia o princípio da catequese como forma de persuasão dos indígenas. Mas, seu texto buscava estabelecer limites para os métodos de conversão. O Artigo 1º, parágrafo 20º, por exemplo, determinava que a doutrina cristã deveria ser apregoada “*por meios brandos e suasórios*”, “*sem que se empregue nunca a força*” e incitava que os pais indígenas não fossem “*violentados*” a batizar os filhos²⁹³.

Missionários de várias ordens católicas realizaram a pregação entre os indígenas sob a égide da política estatal, mas durante o período imperial foram os capuchinhos que se destacaram nesta atividade. A presença de missionários capuchinhos no Brasil é anterior ao Diretório, mas foi sob a salvaguarda do governo imperial que o trabalho destes missionários ganhou fôlego. No ano de 1840, desembarcaram no Brasil os missionários a serviço do Estado²⁹⁴. O decreto imperial nº 373 de 30 de julho de 1844 autorizava a vinda de capuchinhos italianos e deixava clara sua submissão ao governo do Brasil em detrimento do papado²⁹⁵.

²⁹² SAMPAIO, Patrícia. Política Indigenista no Brasil Imperial. IN: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v.1, p. 177-206.

²⁹³ Regulamento das Missões, 1845 *Op. Cit.* Artigo 1º, § 20.

²⁹⁴ SAMPAIO. Política Indigenista...2009. *Op. Cit.* p. 180.

²⁹⁵ BRASIL. Coleção das leis do Império do Brasil, Tomo 7º, parte, 2ª, secção 23, p. 163. Disponível em https://www.camara.leg.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/legimp-30/Legimp-30_19.pdf

Apesar do viés mais religioso da política imperial para os índios, o *Regulamento das Missões*, centrava a maior parte da responsabilidade pela “civilização” no diretor geral e nos diretores das aldeias. O diretor geral deveria ser nomeado pelo próprio Imperador e era responsável por prestar uma série de informações relativas ao estado dos aldeamentos para o Ministério ao qual estava submetido. Estava sob a alçada do diretor geral: inspecionar as plantações e trabalhos das aldeias; distribuir objetos para atrair indígenas para os aldeamentos e lá mantê-los; designar e demarcar as terras destinadas às aldeias; alistar os indígenas para o serviço militar; entre outros²⁹⁶. Aos missionários nas aldeias competia o ensino da religião católica e das letras aos meninos e adultos que tivessem vontade de aprender²⁹⁷.

No caso do Rio Grande de São Pedro, os religiosos estiveram por pouco tempo nos aldeamentos após a promulgação da nova política indigenista. No ano de 1848, foram os jesuítas, e não os capuchinhos, que tomaram a dianteira na catequização dos kaingang na região de Passo Fundo. Coordenados por Bernardo Parés os missionários tiveram uma breve e malsucedida experiência de evangelização em Nonoai e Guarita, sendo dispensados em 1852²⁹⁸.

A participação dos capuchinhos nos aldeamentos da província só seria significativa a partir dos anos de 1896, quando os missionários franceses, inicialmente alocados na colônia italiana de Conde D’Eu, acabaram fazendo a pregação no toldo dos descendentes do Cacique Dobre, no município de Lagoa Vermelha²⁹⁹. Antes disso, durante muitos anos o diretor geral dos índios reclamou a falta de párocos nos aldeamentos, solicitando quase todos os anos assistência eclesiástica. Isso porque entendia que nos aldeamentos kaingang seria apenas através da religião que eles se tornariam “civilizados”. Já nos aldeamentos guaranis, a demanda era da própria comunidade, que tinha fortes vínculos com o cristianismo.

Marta Amoroso ressalta que os capuchinhos foram responsáveis, em Minas Gerais, por promover o estímulo à mestiçagem, algo previsto no Regulamento, que nas margens do Rio Doce converteu os índios em pobres nacionais:

²⁹⁶ Regulamento das Missões, 1845 *Op. Cit.* Artigo 2º, § 20. artigo 2º.

²⁹⁷ *Idem.* Artigo 4º.

²⁹⁸ BND. HD. RPP. Relatório do Vice-presidente João Capistrano de Miranda Castro na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, 04/03/1848.

²⁹⁹ DORNELLES, Soraia Sales. *De Coroado a Kaingang: as experiências vividas pelos indígenas no contexto de imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul do século XIX e início do XX*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011, p. 110.

A mistura como instrumento da civilização deveria se traduzir, nos aldeamentos indígenas, em conversão, isto é, na transformação dos índios em cristãos trabalhadores pobres. (...)

O projeto cristão de “construção da felicidade”, em Itabacuri passava assim pela transformação dos Botocudos em pobres, em “laboriosos mestiços nacionais”³⁰⁰.

O *Regulamento das Missões* previa que os mesmos métodos usados para a conversão, servissem de estímulo para promover os casamentos entre os próprios indígenas e com “*pessoas de outra raça*”³⁰¹. No Rio Grande do Sul oitocentista o projeto de transformação dos indígenas em trabalhadores nacionais teve de prescindir do aparato de cristianização, mas não há dúvidas de que o *Regulamento* objetivava convertê-los em “mestiços brasileiros”, cuja intenção principal era apropriar-se das terras que habitavam e sob as quais, nesta categoria ambígua de trabalhadores miscigenados, não havia garantia de direitos.

No entanto, o tema mais central da nova regulamentação destinada aos índios seria a questão das terras. Esta legislação já previa a extinção das aldeias de índios “assimilados”, fator de atingiria fortemente os guaranis, assim considerados pelo poder provincial. Vimos que esta já era a tônica das políticas voltadas para este grupo no início do século XIX, em especial para a região das antigas missões jesuíticas. Agora o foco da negação da presença dos indígenas seria nas povoações fundadas pela imigração daqueles guaranis, situadas nas proximidades das vilas provinciais. A chamada Lei de Terras, promulgada em 1850, reforçaria este processo. Os kaingangs contudo, encontravam-se em um “estágio” diferente. Seria necessário primeiro fixá-los em um território para depois concluir seu processo de incorporação à sociedade “branca”. Seguindo o novo *Regulamento*, os agentes provinciais buscariam primeiro delimitar os territórios de circulação deste grupo através da formação de aldeamentos, para depois levar a cabo a integração. A centralidade que a questão das terras assumiria após a década de 1850 será debatida no próximo capítulo, mas cabe frisar que é com objetivo de “liberá-las” que os agentes governamentais iriam estruturar as políticas indigenistas assimilacionistas. Como apontou Vânia Moreira, para os indígenas desde o período colonial já havia a percepção de que terras e liberdade andavam juntas e seria com esta bagagem política que eles

³⁰⁰ AMOROSO, Marta. *Terra de índio: imagens em aldeamentos do Império*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014, p. 58-59.

³⁰¹ Regulamento das Missões, 1845 *Op. Cit.* Artigo 1º, § 19.

encarariam o novo regime político pós-independência. Assim, a resistência ao processo de invisibilização e assimilação passaria também pela defesa dos seus territórios.³⁰²

2.1.1 A Diretoria dos Índios do Rio Grande de São Pedro e seu primeiro diretor

No processo de estruturação da nova política indigenista e seguindo o Artigo 1º do *Regulamento das Missões*, houve a tentativa de nomear João Marcos dos Santos Bitencourt como Diretor Geral dos índios³⁰³, mas quem acabou assumindo, por decreto de 11 de novembro de 1847, foi José Joaquim de Andrade Neves, que se manteve no cargo até 1862. Antes disso, o Juiz de Direito da Comarca das Missões estava interinamente nesta função³⁰⁴.

Naquele ano de 1847, o candidato a diretor geral dos índios, José Joaquim de Andrade Neves, era coronel da Guarda Nacional e tinha 47 anos. Já havia consolidado uma carreira no exército e na administração pública. Havia sido procurador-geral da Fazenda de Rio Pardo e juiz municipal. Durante a Guerra dos Farrapos, tendo lutado ao lado dos legalistas, chegou ao posto de tenente-coronel do Exército. Mesmo após sua nomeação como diretor geral dos índios, em 1847, acumulou outras funções. Foi presidente da câmara de Rio Pardo, de 1849 a 1852 e depois de 1857 a 1860. Nos anos de 1851 e 1852 participou da Guerra contra Oribe e Rosas e foi nomeado brigadeiro honorário do Exército Brasileiro, deixando claro que desejava retornar à diretoria assim que acabasse a campanha militar³⁰⁵. Mais uma vez, em 1857, afastou-se para uma campanha militar. No ano de 1858 saiu da direção para assumir o cargo de deputado provincial uma primeira vez e em 1862 para cumprir o segundo mandato. Depois disso, Andrade Neves destacou-se como general na Guerra do Paraguai, na qual os anos de contato direto com os guaranis devem ter lhe valido de algo, já que tanto entre aliados quanto inimigos havia indígenas guaranis. Sua participação neste conflito lhe rendeu o

³⁰² MOREIRA, Vânia Maria Losada. A caverna de Platão contra o cidadão multidimensional Indígena Necropolítica e cidadania no processo de independência (1808-1831). Acervo. Rio de Janeiro, v.34, n.2, p.1-26. Maio/agosto 2021.

³⁰³ BN. Man. – C- 05993.016 nº003. Bitencourt, João Marcos dos Santos de. Informação da presidência do governo de Porto Alegre, sobre o pedido de João Marcos dos Santos Bitencourt, para o cargo de diretor geral dos índios.

³⁰⁴ BND. HD. RPP. Relatório do Presidente Manoel Antônio Galvão à Assembleia Legislativa Provincial, 05/10/1847.

³⁰⁵ AHRS, FI, M3. Carta de Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios, ausentando-se da diretoria para marchar para a Campanha e deixando Joaquim José da Fonseca e Souza Pinto como interino. 03/06/1851.

título de Barão do Triunfo, obtido em 1867, mas também um ferimento mortal, que fez com que falecesse em 1869 no Paraguai³⁰⁶

Podemos perceber pelo cacife de Andrade Neves que, apesar da pouca remuneração do cargo de diretor dos índios, esse era uma posição estratégica. Ela permitia o acesso a decisões sobre terras, recrutamento militar, a comunicação direta com o Ministério dos Negócios do Império e uma constante troca de correspondência com os presidentes da província. Os anos em que Andrade Neves esteve à frente da diretoria foram os que mais se produziu relatórios. Este tempo foi marcado por um certo entusiasmo com o potencial dos aldeamentos e do uso dos indígenas como força bélica da movimentada fronteira sulina. Ainda que em muitos momentos o diretor geral compartilhasse com outros agentes provinciais visões preconceituosas sobre os indígenas, ele se mostrou, de maneira geral, mais “filantrópico” do que os demais.

No momento em que a maior parte dos presidentes da província exortava a violência como forma de lidar com o “problema” da mobilidade kaingang, Andrade Neves propunha que a instrução e, principalmente, a música fosse utilizada como forma de atração dos indígenas:

É indispensável também um professor de primeiras letras, e outro de música, com instrumentos próprios por serem os mesmos muito apaixonados da música, por este meio habilitá-los para as suas festas e danças, que sobretudo contribuirá para a sua reunião geral, e permanência no aldeamento³⁰⁷.

Entretanto, sua gestão à frente ao órgão não excluiu a violência, em especial contra os indígenas que apresentaram alguma oposição ao “projeto civilizador”. A retirada de Andrade Neves da função coincidiu com o declínio da importância do cargo de diretor geral dos índios, ocupado posteriormente por figuras de menor relevância política (Anexo 3) e da própria importância dada às demandas indígenas na província.

Além de Andrade Neves, destacaram-se na política indigenista outros dois agentes: o diretor da aldeia de São Nicolau do Rio Pardo, Joaquim José da Fonseca e Souza Pinto e o diretor de Guarita e posteriormente de Nonoai, José Joaquim de Oliveira. O diretor de São Nicolau permaneceu no comando da aldeia por 48 anos. Antes disso, já servia ali sem posição de mando desde 1800. Ou seja, desde o período colonial até a extinção do aldeamento, em 1867, ele esteve à frente da direção dos guaranis. Funcionou

³⁰⁶ LAYTANO, Dante. Rio Pardo e os titulares do Império brasileiro. Contribuição ao estudo de história da família no Rio Grande do Sul. *Veritas*, Pontifícia Universidade Católica do Rio grande do Sul, Vol. II, Fasc. II e III., set 1957. P. 207-2011

³⁰⁷ BN. Man.: I-32, 14, 014 Relatórios de José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios do Rio Grande do Sul, nos anos de 1847, 1852 e 1854. Relatório de 1854, 12/04/1854.

com uma espécie de memória viva dos acontecimentos das primeiras décadas do século na aldeia, que foram pouco ou nada registrados. Em especial, aquele diretor lembrou repetidamente a participação dos guaranis nas guerras da província e as consequências do recrutamento dos jovens para a vida militar na decadência da aldeia. Foi também Souza Pinto quem assumiu a direção geral na maior parte das vezes que Andrade Neves se ausentou.

José Joaquim de Oliveira era oriundo do Paraná e buscou na região de Palmeira um clima mais favorável aos seus problemas de saúde, na fazenda que ali possuía iniciou uma aliança com os kaingang do grupo do cacique Fongue que, junto com o jesuíta Bernardo Parés, convenceu-o de formar o aldeamento de Guarita. O diretor parece ter sido muito respeitado pelos indígenas, fato reiterado várias vezes por outras autoridades provinciais. Em 1853, os kaingang de Guarita aceitaram se mudar para o aldeamento geral que se fazia em Nonoai, com a condição de que o diretor Oliveira os acompanhasse. Não sabemos ao certo, mas o diretor sofreu algum tipo de oposição na localidade e por um breve período retornou a sua província natal. Após uma série de conflitos e assassinatos que envolveram fazendeiros e indígenas Oliveira, retornou à administração da aldeia, visando aplacar as distensões entre os indígenas com a vizinhança. Lá permaneceu até dezembro de 1867 quando faleceu.

Ao percorrer a documentação produzida por estes agentes é possível observar que, apesar de serem empossados por uma regulamentação “nacional”, que em muito pautava as políticas por eles aplicadas, sua permanência nos cargos e ações por eles praticadas tinham uma íntima relação com a capacidade de diálogo por eles estabelecida com as comunidades indígenas, e em especial com as lideranças, que inclusive ajudavam a consolidar. Assim, enquanto o *Regulamento das Missões* institucionaliza as relações com os povos indígenas, os rumos que a política indigenista tomaria dependeriam essencialmente das relações travadas entre lideranças indígenas, diretores de aldeias, o diretor geral dos índios, os presidentes da província e outros representantes dos poderes locais, direcionados por uma política imperial que pretendia “assimilar” os indígenas à população brasileira, mas que dependia da negociação e da ação concreta destes agentes.

Cabe ainda ressaltar que Andrade Neves, José Joaquim de Oliveira e Joaquim José da Fonseca e Souza Pinto são os principais produtores de documentos relacionados aos indígenas no segundo terço do século XIX no Rio Grande de São Pedro, porque eles foram os sujeitos que por mais tempo conviveram com guaranis e kaingangs e tinham

entre suas obrigações institucionais relatar a aplicação da política indigenista³⁰⁸. Os documentos da diretoria geral dos índios, muitas vezes trazem cartas, relatórios, comunicados de outros agentes, inclusive de indígenas, mas quase sempre filtrados pelo que estes três sujeitos, em especial Andrade Neves, consideravam relevante de ser copiado, armazenado e relatado. Da mesma forma, quase todas as informações que os presidentes da província tinham provinham destes agentes, porque, apesar de ser frequente a visita de lideranças indígenas aos chefes do governo provincial, era principalmente através dos relatos dos diretores que a presidência se informava sobre o que ocorria das aldeias. Isso não significa que as fontes nos permitam ver exclusivamente através do olhar desses sujeitos, pois observado cautelosamente as contradições em diferentes fontes, as brechas colocadas para o pensamento dos indígenas, os relatos das relações travadas com outros agentes, a diferentes formas de narrar um evento nos documentos disponíveis, além da divergência de percepções sobre determinadas situações, é possível contextualizar estes relatos, e compreendermos para além da narrativa ali exposta. A formação deste complexo quadro de relações pessoais e institucionais que formavam a política indígena e indigenista da província só foi possível após a leitura sistemática de centenas de documentos que compõem documentação.

Como mencionado, outras pessoas ocuparam a diretoria geral e das aldeias, mas elas ficaram por menos tempo e produziram poucos documentos. A diminuição das informações coincidiu com um momento no qual a política provincial estava muito menos focada nos indígenas, a maioria das aldeias tinha sido extinta e vários mecanismos de invisibilização já estavam operando. Portanto, o período que se seguiu à promulgação do *Regulamento das Missões* até a Guerra do Paraguai, ou seja, de 1845 a 1864, foi o auge da política indigenista no Rio Grande de São Pedro. A formação de uma burocracia indigenista permitiu que fosse dada atenção aos aldeamentos guaranis esquecidos pelo poder público desde o século XIX e a formação de expedições que buscavam convencer os kaingang a aldearem-se.

³⁰⁸ Relatos de viajantes, cronistas e memorialistas foram amplamente utilizados para descrever as relações travadas com as populações indígenas, em especial com os kaingang, não acho que este procedimento seja inválido, mas abordagem que optei aqui é dar um peso maior aos relatos que não são circunstanciais e nem produzidos posteriormente aos eventos relatados, e sim que se inserem dentro de uma lógica de longa duração.

2.2 Notícias sobre os aldeamentos guaranis

“Do estado em que se acham as aldeias atualmente estabelecidas n’esta Província é ainda bastante atrasada.”³⁰⁹

No capítulo anterior relatei que grande parte dos aldeamentos guaranis na província do Rio Grande de São Pedro formou-se com a migração dos missioneiros após o tratado de Madri, em 1750. Estes novos povoados indígenas ainda que compostos majoritariamente por pessoas oriundas das missões jesuíticas se formaram em regiões mais distantes da fronteira com o Império espanhol. Também no primeiro capítulo vimos que a área das antigas missões e suas estâncias vinha sofrendo um progressivo esbulho de terras e bens durante a primeira metade do século XIX, forçando alguns indígenas a buscar alternativas de sobrevivência, em especial como peões em fazendas particulares.

Apesar das aldeias guaranis receberem contínuas levas de imigrantes indígenas a partir da segunda metade do setecentos, não houve a estruturação de uma política indigenista que abarcasse toda a província. Aparentemente, apenas a Aldeia dos Anjos, mais próxima a capital, teve a aplicação efetiva do *Diretório do Índios*, na segunda metade dos setecentos³¹⁰, contudo esta aldeia foi extinta já nos primeiros anos de século XIX. O restante das aldeias guaranis recebeu pouca ou nenhuma atenção durante cerca de cem anos. Com o crescimento da população no século XIX, estas aldeias ficaram cada vez mais próximas dos núcleos urbanos da província, configurando-se de maneira bastante distinta das aldeias kaingang que se formaram na metade do dezenove, seja por sua longevidade, seja por sua localização. Enquanto os aldeamentos guaranis eram quase centenários, estavam próximos às cidades e tinham pequenas dimensões, o dos kaingangs estavam recém se estruturando, encontravam-se em zonas de difícil acesso e possuíam um território maior.

Apesar de estarem próximas às vilas coloniais, as aldeias guaranis fundadas no século XVIII estavam praticamente invisíveis, não sendo objeto de interesse da administração colonial e provincial nas primeiras décadas do oitocentos. Só a partir da estruturação da Diretoria Geral dos Índios é que voltamos a ter algumas informações sobre aqueles aldeamentos. Assim, a partir do primeiro relatório de Andrade Neves, o

³⁰⁹ BN. Man.: I-32, 14, 014. Relatórios de José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios do Rio Grande do Sul, nos anos de 1847, 1852 e 1854. Relatório de 1847.

³¹⁰ Sobre a aplicação do Diretório dos Índios na Aldeia dos Anjos ver: LANGER, Protasio Paulo. A aldeia de Nossa Senhora dos Anjos: a resistência Guarani-Missioneiro ao processo de dominação do sistema colonial luso (1762-1798). Porto Alegre: EST edições, 1997.

diretor geral dos índios, em 1847, temos informações sobre as pequenas aldeias localizadas em Encruzilhada e Cachoeira do Sul. É também desta data em diante que voltamos a ter relatos sobre o aldeamento de São Nicolau do Rio Pardo. Apesar da importância desta aldeia, ela ficou praticamente abandonada pelo poder público e as informações que temos para o período anterior à segunda metade do século XIX são, de maneira geral, retroativas.

O discurso sobre a inexistência dos guaranis, sua suposta assimilação e mestiçagem já era bastante consolidado nas primeiras décadas do século XIX. Com a promulgação do *Regulamento das Missões*, o objetivo de extinguir as aldeias de índios que fossem “integrados” à população ganhou força, afinal estava textualmente colocado em lei. Como mencionado, a questão das terras, ou melhor, da “liberação” dos terrenos das antigas aldeias, prevaleceria em relação às populações consideradas mais “domesticadas”. O movimento de vendas das terras das aldeias não foi uma exclusividade do Rio Grande de São Pedro sendo aplicado de norte a sul do país, como veremos no capítulo 3.

Em uma dicotomia complementar ao projeto de civilização implementado para os “selvagens” kaingang a partir da nova legislação, os guaranis representavam para o poder provincial um estágio a mais de civilização possível entre os indígenas, mas, paradoxalmente, de decadência, já que do passado glorioso das Missões, restava quase nada, o suficiente apenas para que fossem definitivamente invisibilizados. O projeto para os “bugres” era o de aldeamento; para os guaranis considerava-se essa uma etapa superada, já que seu processo de redução vinha de longa data, e portanto, suas aldeias poderiam ser extintas e suas terras aforadas.

Ainda que fosse para extinguir os povoados indígenas, o fato de haver um projeto para essa população mais integrada à sociedade “branca” fez emergir na documentação uma preocupação com sua existência, que, reforço, não existia até o ano de 1845. Assim, se tornaram visíveis as aldeias guaranis para, em seguida, voltarem à invisibilidade.

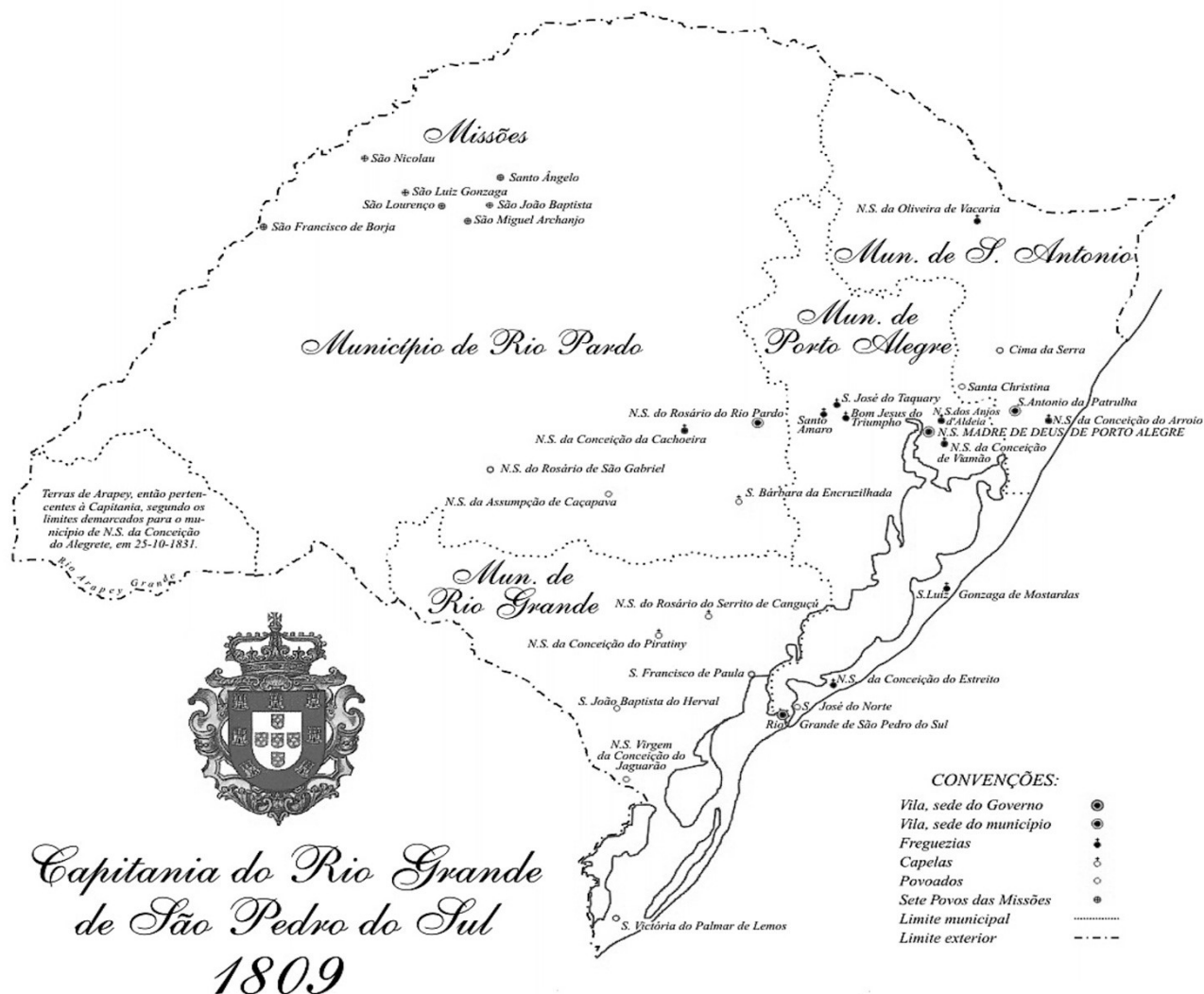


FIGURA 14 - MAPA DAS POVOAÇÕES DA CAPITANIA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO, 1809.

FONTE: MAPA BASEADO NA RECONSTRUÇÃO HISTÓRICO-CARTOGRÁFICA, EXECUTADA NO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL, POR JOÃO C. CAMPOMAR JUNIOR, DESENHISTA-CARTÓGRAFO, EM JULHO DE 1942, REEDITADO DIGITALMENTE POR SÉRGIO BURATTO EM JUNHO DE 2002. DISPONÍVEL EM: [HTTP://GENEALOGIAS.ORG](http://genealogias.org)

2.2.1 A Aldeia de São Nicolau do Rio Pardo

Parte destes índios são filhos desta aldeia, outros dos Povos das Missões, outros orientais e todos guaranis, havendo entre eles alguns mestiços, em pequeno número.³¹¹

³¹¹ BN. M.: I-32, 14, 014. Relatórios de José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios do Rio Grande do Sul, nos anos de 1847, 1852 e 1854. Relatório de 1847, s.d

A aldeia de São Nicolau do Rio Pardo formou-se como principal reduto de imigração dos guaranis missioneiros após a guerra guaraníca na metade do século XVIII³¹². Através documentação posterior a 1845, foi possível saber que a aldeia foi administrada pelo comandante militar Joaquim José da Fonseca e Souza Pinto, entre 1819 e 1831, ele retornou ao cargo após Guerra dos Farrapos e se manteve como diretor até a extinção do cargo, junto com o aldeamento em 1867. Sabemos também que a comunidade sofreu forte impacto em razão da participação massiva dos guaranis do aldeamento nas forças legalistas ou farrapas durante a guerra civil iniciada em 1835³¹³.

Após o término da guerra e a dispersão da maior parte da população pela campanha, no ano de 1846, o aldeamento de São Nicolau do Rio Pardo recebeu quase 300 indígenas do Estado Oriental, atual Uruguai. O conde de Caxias nomeou novamente Souza Pinto, encarregando-o de cuidar dos emigrados. Provavelmente os indígenas que chegaram a Rio Pardo eram parte do grupo que migrou para o recém-criado Uruguai por convite de Frutuoso Rivera no ano de 1828 e, após desentendimentos em Bella Unión e o desinteresse do caudillo uruguaio em manter os indígenas na fronteira, retornaram à província. Entretanto, segundo o tenente Souza Pinto, aquele grupo não permaneceu na aldeia, retornando à fronteira poucos meses depois de sua chegada, quando o governo provincial cortou a ajuda alimentar que vinha fornecendo. Teriam permanecido em Rio Pardo “*unicamente aqueles que por avançada idade e moléstias estavam privados de seguirem a sorte de seus companheiros e deste modo concluiu-se a emigração*”³¹⁴.

Tal trecho nos explicita que seguia intensa a mobilidade das famílias guaranis pela bacia do Prata, circulando em territórios que se pretendiam fronteiras cada vez mais fixas, mas que a todo tempo eram permeadas pela inclusão e exclusão da população indígena. Mais uma vez observamos aqui que as migrações das famílias guaranis, ainda que possam ter significados simbólicos e religiosos, relacionam-se intimamente a razões práticas. Cortado o subsídio para a aquisição de alimentos, foi necessário para os indígenas deslocarem-se para buscar novas fontes de subsistência. Entretanto, cabe ressaltar, que o esvaziamento das aldeias também fazia parte de um discurso de expropriação das terras

³¹² Para compreender a formação da aldeia de São Nicolau ver: MELO, Karina Moreira Ribeiro da Silva e. *A aldeia de São Nicolau do Rio Pardo: histórias vividas por índios guaranis (séculos XVIII-XIX)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

³¹³ Ver subcapítulo 1.4 *O índio guarani é geralmente sabido...*

³¹⁴ AHRS. FI. M.4. DGI. Cópia de um relatório do Diretor do Aldeamento de São Nicolau do Rio Pardo José Joaquim da Fonseca Souza Pinto para o Brigadeiro José Joaquim de Andrade Neves, Diretor Geral dos índios da Província. 31/12/1860, p.01-02

e gado. O relatório do diretor Souza Pinto, que dá conta de que só restaram inválidos naquela localidade, foi confeccionado muitos anos depois, no contexto de tentativa de extinção de São Nicolau.

O primeiro relatório do diretor geral dos índios José Joaquim de Andrade Neves, no ano de 1847, apesar de também salientar o impacto da guerra dos farrapos no aldeamento, apresenta São Nicolau como a aldeia mais pujante da província e aponta que muitos dos “orientais” permaneceram lá. Segundo ele, habitavam o aldeamento guaranis nascidos naquela localidade, “mestiços”, emigrados da zona missioneira e alguns orientais³¹⁵.

O relatório informa que a população do aldeamento era de 334 pessoas, sendo que 53 haviam se retirado no ano anterior devido à escassez de mantimentos. Ainda que o aldeamento possuísse extensão de “*duas léguas de circuito*” com terras próprias para cultivos agrícolas diversos, faltava-lhe, contudo, “*matos para casas e mesmo para ranchos que costumam fazer os índios*”. A atividade básica era a agricultura. Plantava-se milho, feijão, batata e amendoim. Os mais jovens também conduziam tropas e carretas. Em relatórios posteriores, há informações de que os indígenas eram empregados nas charqueadas da região³¹⁶. Dois produtos da aldeia receberam investimentos do Estado, cujos custos deveriam ser ressarcidos à tesouraria após sua venda: as pedras e a erva-mate. As pedras destinadas à construção estavam sendo extraídas no próprio aldeamento³¹⁷.

Já a produção da erva-mate envolvia uma complicada disputa, que posteriormente estaria relacionada à extinção daquela aldeia, caso que será abordada em detalhes no próximo capítulo³¹⁸. Vale ressaltar, por hora, que os indígenas de São Nicolau haviam se mobilizado na década de 1820 para tornarem-se os exclusivos produtores de erva-mate na província³¹⁹. Autorizados a isso pelo governador à época, os guaranis conseguiram

³¹⁵ BN. M.: I-32, 14, 014. Relatórios de José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios do Rio Grande do Sul, nos anos de 1847, 1852 e 1854. Relatório de 1847, s.d

³¹⁶ AHRS, FI, M3, Relatório do estado dos Aldeamentos de 1849, feito pelo diretor geral dos índios José Joaquim de Andrade Neves. Rio Pardo, 01/01/1849 e BN. M.: I-32, 14, 014. Relatórios de José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios do Rio Grande do Sul, nos anos de 1847, 1852 e 1854. Relatório de 1852, s.d

³¹⁷ BN. M.: I-32, 14, 014. Relatórios de José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios do Rio Grande do Sul, nos anos de 1847, 1852 e 1854. Relatório de 1847, s.d.

³¹⁸ Ver nesta tese 3.4.1 *A disputa pela erva-mate...*

³¹⁹ BN. Man.: II-35,36,1 nº7. Pedre, o capitão Mor e outros lavradores da Aldeia de São Nicolau, na Vila de Rio Pardo, RS, seja respeitada a concessão recebida há 50 anos, do privilégio de plantação e preparo da erva mate. *Guarací, Miguel* e outros. 03/06/1823.

sustentar sua vida material e espiritual com a venda do produto. Com este provento faziam a manutenção da pequena igreja, pagavam o cura e demais necessidades dos aldeados. Aproveitando-se do contexto conflitivo da Guerra dos Farrapos, um vizinho mandou incluir na medição de suas terras os ervais dos indígenas. Resultou disso que os guaranis foram privados de sua principal fonte de sustento, com o tempo, começaram a deteriorar-se as estruturas do aldeamento por falta de manutenção. O diretor da aldeia e o diretor geral dos índios bem que tentaram reverter o processo de expropriação, mas faltaram medidas efetivas para tal.

Apesar do espólio, no final da década de 1840, restava uma parte dos ervais no pé da Serra Geral, do qual os indígenas podiam extrair alguma erva-mate. Naquele momento, a aldeia ainda estava bastante estruturada. Ficava próxima a cidade de Rio Pardo, o que lhes permitia realizar o comércio. Contava com uma igreja, que estava sendo reformada, e era assistida por um capelão³²⁰. O templo havia sido construído a expensas dos próprios indígenas, e contava com bons ornamentos e imagens, possivelmente trazidas das antigas Missões³²¹. São Nicolau dispunha de uma escola de primeiras letras³²². Mantinham bastante autonomia na organização da aldeia, apesar de não termos registros da manutenção do cabildo avançado o século XIX. Há registro de que eram chefiados pelo indígena Zeferino José, chamado de “capitão-mor”³²³.

Em 1849, a população aumentava e apesar das dificuldades enfrentadas devido a guerra, havia certo otimismo por parte do diretor geral quanto às suas possibilidades futuras, inclusive na manutenção do fornecimento de soldados dali oriundos.

A Aldeia de São Nicolau é atualmente habitada por trezentos e oitenta índios guaranis de ambos os sexos, em grande parte velhos e meninos, pouco tem prosperado, porque com a passada revolução, que tudo assolou, dela foram tirados muitos braços, que conservados, certamente a teriam feito florescer, **agora, porém, que é passado a causa de sua decadência, ela tomará**

³²⁰BN. Man: I-32, 14, 014. Relatórios de José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios do Rio Grande do Sul, nos anos de 1847, 1852 e 1854. Relatório de 1847, s.d.

³²¹ A reforma da Igreja se mostraria, futuramente, insuficiente, sendo repetidos os pedidos de verba para a manutenção da capela. A assistência eclesiástica também seria negligenciada em seguida, sendo a falta de missas apontada como uma das razões para que os indígenas se evadissem da aldeia em busca de consolo espiritual em outros municípios.

³²² Também este empreendimento seria malfadado pela negligência do poder provincial, já que foi constante a remoção de professores da aldeia, sendo deslocados para outras localidades, até o momento em que a própria escola foi removida para um distrito vizinho de Couto, dificultando ainda mais a presença de aprendizes indígenas nas classes de primeiras letras e ofícios.

³²³ AHRS, FI, M3, Relatório do estado dos Aldeamentos de 1849, feito pelo diretor geral dos índios José Joaquim de Andrade Neves. Rio Pardo, 01/01/1849.

incremento, e poderão ainda dali sair para o Exército muito bons soldados, como já acontece³²⁴.

Apesar do ímpeto de organização das estruturas do aldeamento e otimismo do diretor geral com as atividades econômicas já realizadas em São Nicolau, ele ofereceu uma lista de motivos que teriam influído “*para a decadência desta aldeia*”. Algumas das questões levantadas por ele, de fato, devem ter contribuído para que a população aldeada estivesse reduzida, em especial o engajamento nas guerras e a busca por melhores condições econômicas fora dali. O diretor também mencionou a negligência dos administradores anteriores, que não haviam se preocupado com os aldeamentos guaranis, o que encontra respaldo na falta de documentação sobre São Nicolau da segunda metade do século XVIII e as primeiras três décadas do XIX, indicando que pouco ou nada se fez em prol da população da localidade. Apesar da crítica ao abandono da política indigenista, Andrade Neves compartilhava com outros agentes públicos uma noção racista de que os indígenas eram detentores de “*natural negligência*”, que influía negativamente na prosperidade da aldeia.

No ano seguinte, em 1850, a população da aldeia começou a diminuir, passando para 294 indígenas³²⁵ e, em 1852, contabiliza apenas 273 pessoas³²⁶. O diretor geral afirma que o aldeamento era composto majoritariamente por “*velhos inermes que vivem de esmolar*”. Dando a entender que eram antigos combatentes, mas que agora já não mais tinham serventia produtiva. Nos anos seguintes ele repetidamente voltaria a se queixar que a população de São Nicolau composta por idosos e meninos, e que recrutamento para o exército despovoavam a aldeia de braços jovens.

Ainda entre os anos de 1849 e 1850, Andrade Neves acrescentou outros dois fatores para a “estagnação” do aldeamento de São Nicolau. Além da perda dos ervais e do recrutamento, o diretor apontou que, apesar dos indígenas serem “*bons peões e soldados*”, a concorrência do charque platino tirou o sustento dos jovens que viviam da condução do gado para aquela indústria³²⁷. Não sabemos o quão lucrativo era, de fato, para os guaranis o trabalho para as charqueadas e o quanto deste comércio não acabava beneficiando exclusivamente a elite da região de Rio Pardo, da qual o diretor geral fazia

³²⁴ *Idem*

³²⁵ AHRS, FI, M3. Relatório do estado dos aldeamentos em 1850 pelo José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos aldeamentos de índios da Província de São Pedro. Rio Pardo, 28/12/1850.

³²⁶ AHRS, F1, M3. Relatório do estado dos aldeamentos da província de 1852 que fez José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios. Rio Pardo, 24/08/1852.

³²⁷ AHRS, FI, M3. Relatório do estado dos aldeamentos em 1850 pelo José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos aldeamentos de índios da Província de São Pedro. Rio Pardo, 28/12/1850.

parte³²⁸. Como víamos anteriormente os guaranis tinham amplo conhecimento na lida com o gado e eram reconhecidos nesta atividade, mas isso não lhes assegurava grandes ganhos, muito menos a manutenção de suas comunidades.

Outro ponto que debilitava a aldeia naquele momento era um surto de elefantíase³²⁹, ao que o diretor sugeria que os indígenas afetados fossem levados às águas de Santa Maria da Boca do Monte, onde outros atingidos do mesmo mal foram curados³³⁰. Apesar da elefantíase não ser transmissível de pessoa para pessoa e não termos mais informações sobre a disseminação desta doença em específico entre a população de São Nicolau, é inegável que as doenças foram fatores de desestabilização e depopulação das comunidades indígenas.

No ano de 1852, o cenário descrito para a aldeia de São Nicolau já era mais desolador. Não obstante ressaltarem que os aldeados eram pacíficos e trabalhadores, que nada se gastava com o aldeamento e que inclusive os aldeados contribuíam como “menores” para a Armada Nacional e com soldados e marinheiros a serviço do Império, recrutamento este que, diga-se de passagem, se tornaria compulsório e sistemático em anos posteriores³³¹, via-se a possibilidade de extinção da aldeia. Seu diretor, diante da

³²⁸ Havia sido justamente as disputas em torno do charque o estopim da guerra civil desencadeada em 1835. O diretor geral reclamava agora de que os vizinhos do Império utilizavam o gado das fazendas confiscadas de brasileiros no Estado Oriental e davam as carnes gratuitamente para quem as quisesse beneficiar, criando assim uma desvantagem nos preços do charque gaúcho. Lembremos que as terras e gado uruguaios “perdidos” após a Guerra da Cisplatina mobilizavam o descontentamento da elite sul-rio-grandense, desde a década de 1820. Não por acaso, em 1851, seria justamente o diretor geral dos índios, José Joaquim Andrade Neves, na condição de general, quem conduziria as tropas rio-grandenses contra o Manuel Oribe do partido Blanco uruguaio e aliado de Juan Manoel Rosas. Andrade Neves também participaria da intervenção brasileira para derrubar o presidente uruguaio Bernardo Berro, em 1864, que resultaria na Guerra do Paraguai. Como apontou Vargas, ambos os conflitos estão intimamente relacionados à concorrência que os saladeiros uruguaios faziam aos charqueadores da região de Pelotas. VARGAS, Jonas Moreira. “Um olho no Atlântico, outro na fronteira”. Os charqueadores de Pelotas, o comércio de carne-seca e as suas propriedades na fronteira com o Uruguai (século XIX). *CLIO–Revista de Pesquisa Histórica*, n. 30.2, 2013.

³²⁹ Não sabemos se as infecções a que o diretor se refere são o que atualmente chama-se também de filariose linfática e descrita por Chernoviz como Elefantíase Árabe, causada por um nematelminto incutido através de picada de mosquito; ou se era o que aquele médico chamado de Elefantíase Grega, ou Morféia, uma doença que hoje se sabe ser autoimune. É mais provável que fosse a primeira. Ver: CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleao. *Diccionario de medicina popular e das sciencias accessorios para uso das familias, contendo a descrição das Causas, symptomas e tratamento das moléstias; as receitas para cada molestia; As plantas medicinaes e as alimenticias; As águas mineraes do Brazil, de Portugal e de outros paizes; e muitos conhecimentos uteis*. 6. ed. Paris, A Roger & F Chernoviz, 1890. 1 v., p. 925.

³³⁰ Naquela época vinha difundindo-se a ideia de que na localidade de Santa Maria da Boca do Monte, na serra do Botucaraí, uma fonte de água operava curas milagrosas, ela teria sido descoberta por um “monge”. KASBURG, Alexandre de Oliveira. Monge João Maria de Agostini e as desventuras de um peregrino tornado santo por seus (supostos) dons de curandeiro (Brasil- século XIX). *Anais do X Encontro Estadual de História da ANPUH/RS*. Santa Maria, UFSM e UNIFRA, julho de 2010.

³³¹BND. HD. RPP. Relatório do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, O Conselheiro José Antônio Pimenta Bueno na Abertura da Assembleia Legislativa Província, 01/10/1850, 2º Ed.p. 29. Ver Epílogo desta tese.

ausência de pagamento de suas gratificações e da falta de envio de recursos para o sustento dos indígenas pedia demissão. Em tom melancólico, Joaquim José da Fonseca Pinto, despede-se da direção do aldeamento lamentando a falta de reconhecimento aos serviços prestados pelos soldados guaranis e o desamparo que se encontravam os velhos na aldeia. Sua queixa estende-se a situação de todos os indígenas do Brasil.

(...) Com mágoa no coração, o desamparo, mas é forçoso porque não tenho com que os possa socorrer e não há quem se compadeça do miserável estado a que estão reduzidos os pais de tão bons soldados que desta aldeia tem saído e derramado seu sangue para sustentar as colunas do trono de S.M.I, não se atende os primários naturais e senhores do grande Brasil, reduzidos hoje por toda a parte a última penúria e miséria³³².

O projeto assimilacionista da centenária aldeia guarani ganhava forma. Os vários presidentes e vice-presidentes da província que se sucederam nos anos de 1851 e 1852 achavam improficua a existência dos aldeamentos, deixando claro em seus relatórios o desejo de extingui-los. Essas ideias eram fruto de um pensamento racializado sobre a inevitabilidade do desaparecimento dos indígenas. O vice-presidente Oliveira Bello no comando da província em 1852 expos seu plano de dissolução da aldeia de São Nicolau. Para ele, ela deveria seguir o mesmo destino da Aldeia dos Anjos e ser incorporada à freguesia mais próxima, no caso a de Rio Pardo.

É a mais antiga das Aldeias da Província. Situada a pouca distância da Cidade de Rio Pardo, e reduzida a 273 indivíduos de origem Guarani, acha-se na maior decadência; e **não conserva hoje nada que se assemelhe ao regime das Aldeias**, a não ser um zeloso e honrado Diretor. Os seus habitantes descendem todos dos descendentes de Índios catequisados. Em verdade como a antiga Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos, no Município desta capital, aquela deverá ser **considerada extinta**, e convertida em capela curada da Freguesia de Rio Pardo, para entrar no regime comum das demais povoações da Província³³³.

A extinção da aldeia só aconteceria vários anos mais tarde. A expropriação das terras, o recrutamento militar e a separação das crianças das mães, foram fatores decisivos no processo de invisibilização dos guaranis de São Nicolau, assim como seriam fatores de desagregação das aldeias kaingang. Porém, pelas observações do diretor, podemos perceber que a população do aldeamento, assim como outros guaranis ao longo do século vinha vivendo em constante mobilidade. Este é mais um indício de que o processo de dispersão dos indígenas no Rio Grande do Sul, ainda que não mais reconhecidos como

³³² AHRS, F1, M3. Carta com que Joaquim José da Fonseca Pinto pede demissão ao diretor geral dos índios, Brigadeiro José Joaquim de Andrade Neves. São Nicolau do Rio Pardo, 13/12/1852.

³³³ BN.HD. RPP. Relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul Luiz Alves de Oliveira Bello na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial, 01/10/1852. p. 16-17.

tal, eles encontravam-se nas mais diversas localidades da província. Ou seja, longe de deixar de existirem, os indígenas buscavam outras formas de subsistência fora das aldeias, que vinham sendo abandonadas e expropriadas. Tornavam-se, assim, “invisíveis”.

2.2.2 A Aldeia em Encruzilhada

*No Município de Encruzilhada há um pequeno aldeamento com mais de 100 índios guaranis já civilizados, conservam muita ordem(...)*³³⁴

Além da Aldeia de São Nicolau do Rio Pardo, o relatório do ano de 1847 nos dá indícios da permanência de alguns aldeamentos guaranis fundados ainda durante o século XVIII e que se julgavam extintos. Na freguesia de Encruzilhada, existiam mais de cem guaranis, apertados em um terreno insuficiente para suas plantações e sem matos dos quais pudessem tirar lenha³³⁵. Segundo historiador Humberto de Castro Fossa, a localidade ficou conhecida como Aldeia Velha e está atualmente dentro do perímetro urbano do município de Encruzilhada do Sul, entre as ruas 4 de dezembro e Ernesto Dorneles.

Não é possível precisar com exatidão a formação desta aldeia, talvez tenha se desmembrado da aldeia de São Nicolau da Cachoeira, formada com a migração de guaranis que haviam se estabelecido inicialmente no contexto das disputas do Tratado de Madri, em 1750. Mas, certamente, foi recebendo outros indígenas ao longo do tempo. Em 1847, o Diretor afirma que eram tanto “*filhos desta Província*” como “*orientais*”. Por serem considerados “*todos mui subordinados e trabalhadores*”, Andrade Neves sugeriu que fosse criado oficialmente um aldeamento em Encruzilhada, resolvendo o problema da extensão do terreno com a compra de um potreiro de “*pretos forros*” que avizinhava com o arranchamento dos índios. Essa iniciativa devia-se ao apoio da população do lugar à criação de uma aldeia naquela freguesia. Os moradores inclusive enviaram ao presidente da província uma representação solicitando a criação do aldeamento e dispo de seus matos para que os indígenas lenhassem, isso porque tinham interesse em utilizar a mão de obra dos guaranis no cultivo do trigo. Apesar de não ser considerada legalmente uma aldeia, era comandada pelo cidadão Enéias Appellarie Pereira de Moraes, que, segundo o Andrade Neves, “*que com zelo, inteligência e assiduidade se emprega no bem estar da*

³³⁴ AHRS, FI, M3. Relatório do estado dos aldeamentos em 1850 pelo José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos aldeamentos de índios da Província de São Pedro. Rio Pardo, 28/12/1850.

³³⁵ BN. Man: I-32, 14, 014. Relatórios de José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios do Rio Grande do Sul, nos anos de 1847, 1852 e 1854. Relatório de 1847, s.d.

mesma”. Não está claro qual era o cargo de comando exercido por Enéias, nem se ele era indígena³³⁶.

A religiosidade daquela comunidade ficou expressa na construção de uma capela, “*um rancho de capim feito por eles e onde costumam oferecer a Deus suas orações e onde depositam as imagens santas que reverenciam*”³³⁷. Nesta capela, chamada posteriormente de Capela dos Índios, havia um sino em que consta a inscrição “*Ano de 1766- Apostules S.Pero*”³³⁸. Não conhecemos a trajetória do sino até chegar em Encruzilhada, mas este era um objeto comum nas Missões Orientais e possivelmente foi trazido de lá. No inventário dos bens dos Sete Povos feito em 1827, pelo administrador das missões Manoel Pereira do Lago, constam centenas de itens religiosos arrolados na lista de “*Ornamentos das Igrejas*” e “*Alfaias dos templos*”, entre eles 56 sinos³³⁹.

Apesar da conveniência apresentada pelo diretor, o governo provincial foi contrário à criação da aldeia. No ano de 1849, foi sugerida a união desta aldeia, e a de Cachoeira, à de São Nicolau. Andrade Neves pediu que fossem providos de alimentos enquanto suas plantações não estiverem prontas, caso contrário, o diretor acreditava que eles voltariam aos “*matos*” e tornariam “*infrutíferas as filantropias*” do governo³⁴⁰. A afirmação é curiosa, já que no ano seguinte o mesmo diretor geral visitou a aldeia e afirmou que era composta por “*mais de cem guaranis já civilizados*” que “*conservam muita ordem*”. Ou seja, os guaranis estavam plenamente integrados ao território e, ao que parece, acostumados à vida rural. Ao ter observado a condição dos indígenas de Encruzilhada, Andrade Neves, propõem, mais uma vez, a formalização daquele aldeamento e a nomeação de um diretor, bem como o envio de uma verba para a construção de uma igreja, obra que seria executada pelos próprios indígenas³⁴¹.

³³⁶ *Idem*.

³³⁷ *Ibidem*.

³³⁸ As informações sobre a capela dos índios de Encruzilhada do Sul estão contidas em um documento anexo ao sino e foram escritas pelo historiador Humberto Fossa, que dá nome ao antigo museu municipal, que tem a salvaguarda do acervo. O museu foi extinto e o material está atualmente em um depósito. Pude descobrir as informações sobre a capela dos índios através do blog do arquiteto Eder Santos Carvalho (<http://historiaearquitetura.blogspot.com/2009/07/capela-dos-indios-em-encruzilhada-do.html>.) com quem entrei em contato e solicitei ajuda na pesquisa. Eder então foi ao depósito e conseguiu encontrar o sino embaixo de algumas caixas e me enviou as fotos e informações que aqui reproduzo. Esta nota é um agradecimento a ele.

³³⁹ AHRS. FAM. M. 107. *Manuel da Silva Pereira do Lago*, Tenente Coronel Administrador Geral dos Povos de Missões, 1827. Mapa geral dos bens e propriedades dos sete Povos das Missões brasileiras com especificação do estado atual dos edifícios, número dos naturais, receitas e despesas, dívidas e crédito, produção e ramos de indústria.

³⁴⁰ AHRS, FI, M3, Relatório do estado dos Aldeamentos de 1849, feito pelo diretor geral dos índios José Joaquim de Andrade Neves. Rio Pardo, 01/01/1849

³⁴¹ AHRS, FI, M3. Relatório do estado dos aldeamentos em 1850 pelo José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos aldeamentos de índios da Província de São Pedro. Rio Pardo, 28/12/1850.

O projeto de oficialização do aldeamento não se concretizou. Apesar de não terem sido removidos da sua pequena chácara, os guaranis de Encruzilhada foram contabilizados pelo diretor interino junto com os de São Nicolau e de Cachoeira, figurando seiscentas pessoas naquele ano³⁴². Em 1852, Andrade Neves informou que havia ordens para dissolução do aldeamento, mas que os indígenas permaneciam em Encruzilhada:

(...) tendo sido dissolvida por ordem do presidente da província a existente na Freguesia de Encruzilhada, e apesar disto, **os índios de seus motivos próprios continuam a viver juntos**, e tem uma pequena capela³⁴³.

Vários anos depois, em 1858, o governo provincial voltou a expedir ordens para juntar os “*guaranis dispersos pelos municípios de Cachoeira e Encruzilhada*” aos da aldeia de São Nicolau, que se encontrava com uma população ainda mais diminuta³⁴⁴. O que podemos perceber aqui é a permanência dos modos de vida dos guaranis. Se por um lado é possível observar que havia deslocamentos voluntários, normalmente em busca de melhores condições de vida, havia também a permanência nos territórios das aldeias ou o constante retorno àqueles espaços. Nos anos que se seguiram nunca mais os indígenas de Encruzilhada foram mencionados em qualquer relatório. Porém, continuaram vivendo naquela localidade. No ano de 1893, faleceu a índia “Chica Pancha”, que segundo o historiador Humberto Fossa, foi a última guardadora dos santos de madeira, do sino e das alfaias da Capela.

³⁴² AHRS, FI, M3. Carta enviada pelo diretor geral interino Joaquim José Pinto ao presidente da província Conde de Caxias, sobre os indígenas de Pontão. Rio Pardo, 19/07/1851.

³⁴³ BN. Manuscritos: I-32, 14, 014. Relatórios de José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios do Rio Grande do Sul, nos anos de 1847, 1852 e 1854. Relatório de 1852, sem data.

³⁴⁴ AHRS. FI. Maço 4, Diretoria geral dos índios, Relatório Geral do Estado dos Aldeamentos, confeccionado por José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios. Rio Pardo, 01/09/1858.

FIGURA 15 - SINO DA CAPELA DOS ÍNDIOS DE ENCRUZILHADA DO SUL.

FORTE: DEPÓSITO DO ANTIGO MUSEU MUNICIPAL CASA DE CULTURA HUMBERTO FOSSA. FOTOGRAFIA DE EDER SANTOS CARVALHO, MARÇO DE 2020.



2.2.3 Aldeia de Cachoeira do Sul e o antigo Povo de São Luiz das Missões

“Se verifica existir na Vila da Cachoeira um antigo e pequeno aldeamento com poucas quadras de terreno (...)”³⁴⁵

O caso da Aldeia guarani da localidade de Cachoeira do Sul é ainda mais emblemático da política provincial. Esta aldeia também foi criada após a vinda dos guaranis após as tratativas do tratado de Madri, durante o século XVIII. Chamada de Aldeia de São Nicolau do Jacuí e depois de São Nicolau da Cachoeira de São José³⁴⁶ foi formada primeiro no Cerro do Botucaraí e transferida, em 1769, para o Passo do Fandango, no rio Jacuí, onde foi erigida uma capela, chamada de São Nicolau. Já naquele período as informações sobre o aldeamento de Cachoeira são escassas. Langer aponta que os trabalhos que mencionam São Nicolau do Jacuí não citam as fontes das quais provém as informações³⁴⁷.

De fato, desde a transmigração do século XVIII, ficamos quase sem notícias da pequena aldeia até que, no ano de 1847, Andrade Neves informa da existência da aldeia de São Miguel na Vila de São João da Cachoeira. Segundo o Diretor, ela contava com cinquenta e seis indígenas distribuídos em vinte e dois ranchos. É mais um exemplo da permanência de aldeamentos quase centenários, que, mesmo sem o reconhecimento da administração pública e dos frequentes conflitos que abalaram a região, lograram êxito em acolher a população guarani.

Apesar de ocuparem um terreno “*insignificante*”, a localização da aldeia atrapalharia a extensão da vila em direção ao rio Jacuí e, por isso, Andrade Neves aconselhou que deveriam ser removidos para as aldeias de São Nicolau do Rio Pardo ou Encruzilhada e que “*sejam as terras pertencentes aquela Aldeia de São Miguel vendidas a particulares*”³⁴⁸. Apesar da existência de quase um século da pequena aldeia de São Miguel da Cachoeira e da atestada presença dos indígenas, foi com base no parágrafo 4 do 1º artigo do *Regulamento das Missões* que o diretor geral sugeriu a venda daquelas

³⁴⁵ AHRS.FI.M3. Resposta de uma portaria dada por José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios, ao presidente Jerônimo Francisco Coelho, sobre as terras pertencentes aos índios na província. Rio Pardo, 12/06/1856.

³⁴⁶ Nome da freguesia registrado em um livro de batismos de 1779 segundo levantamento de LANGER, Protasio Paulo. *Os Guarani-Missioneiros e o colonialismo luso no Brasil meridional*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2005.p. 127.

³⁴⁷ *Idem*.

³⁴⁸ BN. Man.: I-32, 14, 014. Relatórios de José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios do Rio Grande do Sul, nos anos de 1847, 1852 e 1854. Relatório de 1847, sem data.

terras. Tal parágrafo previa a comercialização dos terrenos de aldeias abandonadas ou (conforme §2) remoção ou reunião daquelas que não se achasse conveniente manter. Isso não significa que estes guaranis tenham desaparecido, provavelmente estas famílias continuaram a viver naquela localidade, sem, contudo, ter qualquer posse formal do terreno da aldeia e ficando vulneráveis para sofrer, posteriormente, a expropriação daquelas terras. O diretor deve ter seguido, neste caso, o determinado no §3 do *Regulamento das Missões*, que mandava não violentar os indígenas que se recusassem a deixar as terras, concedendo-lhes o usufruto do terreno. Mas, como mencionamos, o usufruto não era garantido através de papéis e, com a Lei de terras 1850, tornaria estes aldeamentos ainda mais vulneráveis à apropriação por parte dos poderosos locais.

No ano de 1852, o mesmo Diretor Geral do Índios, afirmou, mais uma vez, que “*Seria conveniente vender a particulares e em benefício dos índios das outras aldeias as terras da extinta Aldeia de S. Miguel, na vila da Cachoeira.*”³⁴⁹ Dando a entender que, apesar do não reconhecimento da aldeia, suas terras e provavelmente seus índios, permaneciam naquela localidade. O último documento em que temos breves informações sobre os guaranis de Cachoeira é de 1858, que manda reuni-los aos de São Nicolau³⁵⁰.

Sem dúvida, para além das aldeias guaranis registradas em 1847, outras comunidades indígenas encontravam-se em meio aos vilarejos do Rio Grande de São Pedro. As tentativas de demarcação do Tratado de Madri, passando pela incorporação do território missioneiro em 1801, e os vários conflitos bélicos de independência no Prata, além da guerra da Farrapos, geraram instabilidades que tiveram consequências na mobilidade dos guaranis em busca de melhores oportunidades. Um estudo aprofundado dos registros eclesiásticos certamente demonstraria a presença de indígenas em muitas das localidades da província no século XIX, mas infelizmente temos poucos trabalhos deste tipo.

Max Ribeiro³⁵¹ estudou os batismos da freguesia de Santa Maria, localidade que servia de base avançada na fronteira de Rio Pardo e que hoje fica na metade oeste do estado. Sua análise dos anos de 1799 e 1834, demonstrou que mais de 25% dos indivíduos presentes nos registros eram guaranis, apesar de não haver um aldeamento oficial naquela

³⁴⁹ BN. Man.: I-32, 14, 014. Relatórios de José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios do Rio Grande do Sul, nos anos de 1847, 1852 e 1854. Relatório de 1852, sem data.

³⁵⁰ AHRs. FI. Maço 4, Diretoria geral dos índios, Relatório Geral do Estado dos Aldeamentos, confeccionado por José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios. Rio Pardo, 01/09/1858.

³⁵¹ RIBEIRO, Max Roberto Pereira. *Estratégia indígenas na fronteira meridional: os guaranis missioneiros após a conquista lusitana (Rio Grande de São Pedro, 1801-1834)* Dissertação (Mestrado em história). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

localidade. O autor identifica que durante todo este período houve um fluxo contínuo de pequenas levadas de emigrados das Missões, sendo os contextos de guerra determinantes para os deslocamentos. Ele também apontou através da análise dos casamentos e compadrios, que a sociabilidade indígena naquela localidade esteve relacionada aos povos missioneiros de origem, mantendo possivelmente uma estruturação por famílias extensas.

Leandro Goya Fontella analisando os registros da capela de Santa Maria da Boca do Monte, entre os anos de 1829 e 1834, observou que 21% dos batizados eram guaranis. Os dados de São Borja e Alegrete levantados pelo autor são ainda mais significativos. Entre os anos de 1829 e 1837, apresentando respectivamente um total de 51% e 43% do total de batismos de guaranis ou “mestiços”³⁵².

A dispersão dos indígenas em várias cidades da província foi atestada pelo Relatório de 1847, quando afirmou a necessidade de autorização para os administradores reunirem os aldeados:

Julgo também de necessidade que a lei autorize ao Diretor Geral na Província e aos Diretores das Aldeias nos seus distritos para poderem reunir as mesmas aldeias os **índios pertencentes a elas que se acham atualmente espalhados por diferentes lugares**³⁵³.

Em relação às zonas dos antigos povoados jesuíticos da margem ocidental do rio Uruguai, houve uma continuidade da tendência, já observada antes da guerra dos Farrapos, de negação da presença indígena. Entretanto, em meio às afirmações de inexistência de indígenas encontramos brechas que revelam sua permanência naqueles territórios. Naquele ano de 1847, sobre os “*Povos das Missões pertencentes aos índios*” a informação do Diretor é de que se encontram “*completamente abandonados*”, restando apenas São Luiz, “*quase em total ruína*”. Andrade Neves adianta, contudo, que não havia ido àqueles povos e aguardava mais informações. Mas, ao falar do fabrico de cera na aldeia, o Diretor Geral permite-nos observar que os indígenas não apenas estavam presentes como exerciam atividades produtivas que poderiam interessar ao Ministério do Interior, como a fabricação de cera a partir de um bicho:

³⁵² FONTELLA, Leandro Goya. *Sobre as ruínas dos Sete Povos: estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no Espaço Oriental Missioneiro* (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, c.1828-1860). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.p. 147-148.

³⁵³ BN. Man.: I-32, 14, 014. Relatórios de José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios do Rio Grande do Sul, nos anos de 1847, 1852 e 1854. Relatório de 1847, sem data.

Fazem-se os moradores das proximidades (do Povo de São Luiz), velas de cera iguais as do Reino d'um bicho que nasce n'uma arvore espinhosa de casca lisa. Colhido o bicho (de que há grande abundância) e derretido ao fogo, e sem mais preparo está pronta a cera³⁵⁴.

Tanto é verdade que os guaranis permaneciam em São Luiz que, no ano de 1849, o presidente da província mandou deslocar os guaranis do Rincão de São Vicente para lá. Como vimos no capítulo anterior, São Vicente havia se tornado o local de reunião do gado das diversas estâncias guaranis, que antes pertenciam aos indígenas e agora estavam em poder da administração provincial. Por isso, era do interesse do governo provincial retirar os indígenas que lá viviam e deslocá-los para o Povo de São Luiz. Naquele momento o empreendimento não parece ter funcionado totalmente, porque no ano de 1855, voltamos a ter notícias dos índios de São Vicente e, em 1856, a antiga estância do Povo de São Miguel seria reconhecida como uma aldeia, sem, contudo, perdurar, devido às disputas travadas entre arrendatários e lideranças indígenas.

Portanto, o presidente José de Souza Soares de Andrea pretendia fundar em São Luiz, uma “*nova espécie de colônia*”³⁵⁵. Lembrando que uma tentativa de formar uma colônia alemã na região das missões havia fracassado nos anos anteriores. Para isso, Soares de Andrea havia solicitado semanalmente “*um pequeno serviço dos índios que ainda estão em S. Luiz*” para reconstrução de casas e roças que pudessem receber os guaranis vicentinos. O modelo desta “colônia” que pretendia implementar é revelador do processo de expropriação dos guaranis de seus territórios. Percebemos claramente aqui como a questão da tutela e da terra estavam atreladas. A proposta do presidente deixa claro que a manutenção da subordinação dos indígenas ao Estado só era possível sem a garantia de posse do território por parte dos guaranis. Contudo, ele aciona o cerne do paradoxo do regime tutelar³⁵⁶, alegando que a concessão exclusiva do usufruto, e não a propriedade efetiva, seria uma forma de proteção dos indígenas.

O meu pensamento é que todas as terras e propriedades do Povo de S, Luiz fiquem sendo próprios Nacionais, e **que às famílias dos índios só se conceda o usufruto**. Esta prevenção é de absoluta necessidade, que **não podem eles sair da tutela**, e sem ela não faltariam especuladores que os roubassem o título de

³⁵⁴ *Idem*.

³⁵⁵ BND. HD.RPP. Relatório do Presidente José de Souza Soares de Andrea à Assembleia Provincial, 01/06/1849, 1º ed, p. 09.

³⁵⁶ Aqui retomo o conceito de tutela de João Pacheco de Oliveira discutido no capítulo 1. OLIVEIRA, João Pacheco de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016, p. 325.

compra, e eles ficariam na miséria, e se extinguiriam de todo, como tem acontecido a muitas outras famílias³⁵⁷.

De fato, as terras guaranis estavam suscetíveis à expropriação por terceiros, mas a concessão do usufruto tampouco garantiu a manutenção dos territórios. Pelo contrário, a instauração da tutela sobre as ações deliberativas das comunidades, fez com que, quando terras e bens foram vendidos ou doados, o benefício não revertesse às comunidades. Ainda que nos anos seguintes haja notícias sobre os indígenas de São Luiz, o aldeamento não foi longo, não logrando reconhecimento público na segunda metade do século XIX. Portanto, a tutela que “*outorgava a outros o direito de pensar e falar*”³⁵⁸ pelos indígenas, resultou no seu alijamento sobre as decisões da comunidade, mas não foi capaz de garantir seus meios de subsistência.

Nem todos os guaranis de São Vicente foram deslocados para São Luiz mas alguns, de fato, parecem ter sido. Em 1850, o novo presidente da província, o Conselheiro José Antônio Pimenta Bueno, relatava a instalação dos guaranis da estância no antigo povoado missioneiro.

S. Luiz das antigas Missões: este aldeamento compõe-se dos índios que outrora habitavam o rincão de S. Vicente e que por acertada disposição do meu antecessor foram para ali mandados. A posição é excelente, e a presidência procurará dar-lhe desenvolvimento, sentindo não ter ainda obtido os precisos esclarecimentos para o efeito: ela não faz atualmente despesa alguma com seus habitantes.

A despeito do otimismo de Pimenta Bueno com a potencialidade do aldeamento, São Luiz, como mencionamos, não mais voltaria a aparecer nos relatórios da Diretoria Geral dos Índios, nem nos dos presidentes da província. Vale ressaltar que Pimenta Bueno tinha uma visão sobre os indígenas oposta à de seu antecessor Soares de Andrea.

José de Souza Soares de Andrea era um reinol que se deslocou para o Brasil junto com a Corte, e já havia governado o Rio Grande de São Pedro durante o período da Farroupilha, tendo sido presidente do Pará e de Santa Catarina. Logrou tornar-se, em 1855, Barão de Caçapava. Durante o tempo em que esteve à frente da governança da província reclamou dos supostos excessos de auxílio dado aos indígenas, como veremos a seguir. Sua visão era de que os indígenas eram mal-acostumados a “*cruzar os braços*”

³⁵⁷ BND. HD.RPP. Relatório do Presidente José de Souza Soares de Andrea à Assembleia Provincial, 01/06/1849, 1º ed, p. 09.

³⁵⁸ OLIVEIRA, O nascimento do Brasil e outros ensaios. 2016, *Op. Cit.*, p. 12.

enquanto outros trabalham para sustentar [os mesmos indígenas]³⁵⁹. Também mencionamos anteriormente³⁶⁰ que ele associava os indígenas às feras selvagens. Em mais de um momento de seu relatório do ano de 1848, associou os “bugres” aos “tigres”³⁶¹.

Já Pimenta Bueno, que viria a se tornar o Marquês de São Vicente, era paulista, havia sido presidente da província do Mato Grosso e encarregado dos negócios do Brasil no Paraguai, o que talvez lhe provesse uma visão mais amistosa dos indígenas e uma observação atenta do uso do idioma guarani. Apesar de exortar a vinda de missionários para catequizar os indígenas e apresentar uma visão um tanto pessimista ao utilizar a noção de que os índios eram “*restos dos primitivos habitantes*”, ele foi o único presidente que reconheceu qualidades nos indígenas durante todo o século XIX. Ao tratá-los como senhores ou colonos naturais das terras também foi uma voz uníssonas e solitária na governança da província:

Para ver-se quanto deve se o empenho da autoridade pública na catequização dos indígenas, é necessário consultar o poder das ideias religiosas, basta recordar que **eles são os restos dos primitivos habitantes da terra brasileira: são ainda os últimos senhores e melhores guias das matas que ainda permanecem virgens**. É sensível e penoso que ao menos **a principal língua guarani** não tenha sido estudada: seria o conhecimento dela o elemento mais poderoso para sua civilização.

Em verdade **os indígenas são pelo menos os nossos colonos naturais**, e seria injustificável, que desprendêssemos grossas somas com os colonos de além-mar, e mesquinhassemos algumas quantias a bem desses Americanos.

Estas são algumas das razões, porque tenho forcejado para **melhorar e desenvolver os nascentes aldeamentos da província**³⁶².

Através deste relatório do Marquês de São Vicente podemos observar que a província trazia neste período uma visão de estruturação de uma política indigenista centrada na criação dos aldeamentos kaingang. Contudo, através dos casos expostos podemos perceber que, em relação aos guaranis, estas aldeias eram muito mais antigas. São Luiz e São Vicente remontam ao século XVIII, já que a primeira era um povo fundado pelos jesuítas no ano de 1687 e a segunda uma estância de gado do Povo de São Miguel

³⁵⁹ BND. HD. RPP. Relatório do Estado da Província do Rio Grande de S. Pedro apresentado ao Ex. Sr. Conselheiro José Antônio Pimenta Bueno, pelo tenente general Francisco José de Souza Soares de Andréa, 06/03/1850, 1ª Ed., p. 13.

³⁶⁰ Ver 2.2 desta tese.

³⁶¹ BND. HD. RPP. Relatório do Estado da Província do Rio Grande de S. Pedro apresentado ao Ex. Sr. Conselheiro José Antônio Pimenta Bueno, pelo tenente general Francisco José de Souza Soares de Andréa, 06/03/1850, 1ª Ed., p. 15 e p. 42.

³⁶² BND. HD. RPP. Relatório do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o Conselheiro José Antônio Pimenta Bueno na Abertura da Assembleia Legislativa Província, 01/10/1850, 2ª Ed., p. 29

também deste período. As três aldeias chamadas de São Nicolau, de Rio Pardo, Encruzilhada e Cachoeira (essa última sendo denominada São Miguel no século XIX), remontam a segunda metade do século XVIII, no contexto de migração causado pelas tentativas de demarcação do Tratado de Madri. Para estes indígenas aplicava-se uma noção de que eram “civilizados”, e, portanto, estavam aptos à integração na sociedade nacional, que deveria resultar em sua invisibilidade.

Portanto, através dos casos expostos podemos perceber que os guaranis não desapareceram e tampouco se “aculturaram”. As poucas informações tanto sobre os aldeamentos de emigrados das Missões, quanto dos guaranis incorporados às povoações não indígenas, são reflexo de uma política clara política de invisibilização desta população desde a expulsão dos jesuítas da América hispânica, em 1767, até a metade do século XIX. A partir do Relatório de 1847 vemos o “renascimento” dos aldeamentos de guaranis aos olhos da administração pública de aldeias, demonstrando que, apesar da política indigenista, a política indígena teve sucesso na manutenção de territórios e comunidades. Entretanto, quase todos estes aldeamentos, à exceção de São Nicolau do Rio Pardo, voltaram a desaparecer das fontes. Pelo “sumiço” no período anterior podemos presumir que, mais uma vez, estas aldeias mantiveram-se ocultas, buscando sobreviver física e culturalmente apesar da ignorância do governo provincial.

2.3 O Regulamento chega aos “bugres”: os aldeamentos como solução para “pacificar” os caminhos

Além disto os Aldeamentos de Nonoahy e da Guarita podem encostar-se ao Rio, depressa ficará esse imenso deserto conhecido, praticável e povoado, e a comunicação projetada ao longo de toda a nossa Fronteira até entrar na Província de Mato-Grosso terá uma grande base para o seu rápido desenvolvimento³⁶³.

Os reflexos da nova política indigenista imperial, marcada pelo *Regulamento das Missões* de 1845, se fizeram sentir no Rio Grande de São Pedro. Após o fim da Guerra dos Farrapos, o Conde de Caxias, “pacificador” dos revoltosos e ocupante do cargo de presidente, aplicou um método mais “brando” na relação oficial com os indígenas. Ao invés da aberta hostilidade contra os “bugres”, que marcou a política indigenista dos anos

³⁶³ ND.HD.RPP. Relatório do Presidente José de Souza Soares de Andrea à Assembleia Provincial, 01/06/1849.P.08

1820 e 1830, o governo provincial iniciou as tentativas amistosas de aldeamento. O método pacífico não seria o único, mas no período tendeu a prevalecer com os grupos que não se opuseram à sedentarização. Passava a imperar agora a outra face da tutela, aquela mais ligada à proteção, que não excluía a violência. O objetivo de “pacificação” e “civilização”³⁶⁴ como forma de atingir uma unidade nacional homogênea seguiam guiando a política indigenista, mas, transformavam-se os métodos de alcançar tal objetivo.

Os novos métodos do governo provincial já estavam concatenados com o *Regulamento das Missões* de 1845, mas naquele ano apenas cinco Diretorias Gerais de Índios foram estruturadas³⁶⁵ e a do Rio Grande do Sul ainda não era uma delas. Dois movimentos foram essenciais para que ocorresse a estruturação administrativa da nova política indigenista. O primeiro foi a formação de uma rede de funcionários que, de uma forma ou de outra, gozavam da confiança dos indígenas e conheciam métodos de convencimento desta população. E o segundo foi a formação da aliança com os principais caciques da região e a fundação dos aldeamentos. Ainda sem a estrutura burocrática consolidada, foram armadas duas expedições em 1845 para convencer os indígenas considerados “selvagens” a se aldearem.

A primeira destas expedições veio da província de São Paulo, partindo da região de Palmas, atual Paraná. Ela era coordenada por Francisco da Rocha Loures, que se tornaria diretor geral dos índios do Paraná e já possuía experiência nas relações com os kaingang. O objetivo desta expedição era “pacificar” os caminhos, entregando presente para os kaingang e convencendo-os a se aldearem, os administradores provinciais esperavam que eles não mais atacassem os viajantes, em especial os tropeiros que cortavam caminho com o gado pelo interior do território kaingang. Francisco Rocha Loures distribuiu entre os indígenas que encontrou “*ferramentas, ponche e roupas*”, o que, segundo ele, gerou um grande contentamento. O sertanista transmitiu as intenções do presidente da província, dizendo aos indígenas que a distribuição dos presentes era

³⁶⁴ Retomo aqui os conceitos de Souza Lima, explicitados na introdução.

³⁶⁵ Naquele ano apenas 5 províncias atenderam a requisição do Ministério do Interior de informações sobre as aldeias e previsão orçamentária para catequese e civilização, informação necessária para aplicação da nova lei, foram elas: Pará, Ceará, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. SAMPAIO, Patrícia. Política Indigenista no Brasil Imperial. IN: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v.1, p. 177-206. p. 192.

para fazê-los “*entrar na sociedade*” e que, se assim fizessem, seriam assistidos de tudo quanto necessário³⁶⁶.

A expedição de Francisco Rocha Loures encontrou-se com a coordenada pelo padre Antônio Leite Penteado, que partiu de Cruz Alta. O padre tinha o objetivo de iniciar o processo de catequização. Sobre esta primeira empreitada catequizadora não sobreviveram muitos relatos, ou não foram produzidos. O padre Penteado assumiria mais tarde, no ano de 1855, o comando da aldeia de Nonoai, período em que ocorreram vários conflitos, sobre os quais lhe foi imputada responsabilidade. Uma das críticas que pesou sobre Penteado é de que não realizava relatórios³⁶⁷, o que pode ter sido também sua prática nesta primeira expedição de contato. Sabemos que algum tempo depois os padres jesuítas Miguel Cabeza e Calvo³⁶⁸ estiveram com os indígenas de Nonoai e exerceram alguma mediação nos processos de fixação dos indígenas naquela área³⁶⁹.

Uma das primeiras questões levantadas pelos relatos da primeira expedição é que eles apresentaram indícios de que as relações estabelecidas até então com aqueles indígenas eram de exploração do seu trabalho e que os chamados “bugres” corriam risco de escravização. Outro aspecto que chama atenção foram as táticas de atração para o aldeamento, destacando-se a distribuição de roupas como um dos elementos chave para a formação destas alianças.

O objetivo destas primeiras expedições era “pacificar” as rotas comerciais e os locais onde assentavam-se os colonos alemães. Uma das regiões de especial atenção era o Mato Português e Castelhana e o passo do Goio-Ên, áreas de importante circulação das populações kaingang e que se tornaram rotas do comércio muar e vacuum feito com a província de São Paulo. Assim, o governo buscava aldear os indígenas como uma nova estratégia de conter os ataques aos comerciantes que trafegavam por aquela zona.

³⁶⁶ AHRS, FI, M1. Carta de Francisco da Rocha Loures para Conde de Caxias, Presidente da Província, a respeito da primeira expedição a Nonoai. Passo Fundo, 15/10/1845.

³⁶⁷ AHRS.FI.M3. Carta de José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios, ao presidente Jerônimo Francisco Coelho sobre a demissão do Padre Penteado da direção de Nonoai e elevação de Vitorino Condá a Major. 13/05/1856.

³⁶⁸ Outros docs fazem referência ao Padre Santiago sem citar sobrenome, acredito que se trate da mesma pessoa.

³⁶⁹ O livro de Rafael Parés descreve a ação dos Missionários da Companhia de Jesus na região do cone-sul durante o século XIX. A descrição de Bernardo Parés do encontro com Fongue e da ida à Porto Alegre presente na obra seria a reprodução do conteúdo de uma carta enviada a Antonio Morey. PÉREZ, Rafael. La Compañía de Jesús restaurada en la República Argentina y Chile, el Uruguay y el Brasil. Barcelona: Impr. de Henrich y ce en comandita, 1901. P. 467-476.

2.3.1 Aldeamento e o risco da escravização dos indígenas

“(...) a tentação de se olhar para um índio com os mesmos olhos com que se olha para um africano (...)”³⁷⁰.

Portanto, no mesmo mês da promulgação das novas diretrizes imperiais para os indígenas, em 1845, o governo da província enviou o padre Antônio de Almeida Leite Penteadado com uma escolta desde Cruz Alta para as imediações do Passo Fundo. O objetivo era aldear os indígenas, utilizando métodos amistosos e distribuindo presentes. Caxias relata:

Mandei-lhes dar um altar portátil, roupas e ferramentas para serem distribuídas por eles; ordenando que **não se lançasse mão desses homens para o serviço**, antes **os acariciasse para melhor atraí-los à civilização**, e dissipar toda a má suspeita a nosso respeito. Estou informado que nenhuma resistência põem os índios ao seu aldeamento, antes o procuram. Mais de 400 índios se apresentaram ao dito padre e por ele foram distribuídas roupas e fazendas compradas pelo zeloso sacerdote, além das que lhe mandei dar para este fim.³⁷¹

O trecho destacado das ordens do presidente Conde de Caxias permite deduzir que antes da expedição do padre Penteadado, era mais comum que o contato com os indígenas tivesse como objetivo a exploração do seu trabalho. Isto contraria a visão, por vezes implícitas na historiografia, sobre estas expedições terem sido os primeiros contatos dos kaingang da região de Passo Fundo com a sociedade envolvente. Ainda durante o século XVIII várias expedições adentraram o território kaingang das cercanias de Guarapuava no atual estado do Paraná³⁷². Essa área conectava-se à região de Passo Fundo e Chapecó, em Santa Catarina, e as populações indígenas contatadas lá certamente relacionavam-se com as mais ao sul e possivelmente deslocaram-se buscando refúgio em áreas menos ocupadas pelos não indígenas. Os constantes deslocamentos do cacique Vitorino Condá, que fundou aldeamentos nas três províncias do sul do Brasil ao longo do século XIX, é um exemplo da circulação dos kaingangs nesta região.

Lembremos também que a carta régia de 1809 que estabelecia a “guerra justa” contra os kaingangs não se delimitava ao território do Paraná, englobando as populações do baixo Uruguai e colocando a escravização dos indígenas hostis como uma possibilidade³⁷³. Além disso, demonstramos aqui que as expedições de extermínio contra

³⁷⁰BN.HD.RPP. Relatório do Presidente Manoel Antônio Galvão à Assembleia Provincial, 05/10/1847, p.14.

³⁷¹ BND. HD. RPPP. Relatório do Presidente Alves de Lima (Conde de Caxias) à Assembleia Provincial, 01/03/1846. p.22-23.

³⁷² MOTA, Lúcio Tadeu. *As guerras dos Índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang do Paraná (1769-1924)* - 2ed. Maringá: EDUEM, 2008.

³⁷³ Sobre o assunto ver nesta tese: 1.1.1 A chegada da Corte e as Cartas Régias de “guerra justa”.

os indígenas que apareciam nas estradas eram bastante comuns nas primeiras décadas do século³⁷⁴.

Portanto, a presença de brancos nos territórios kaingang já era frequente e marcada pela hostilidade há mais de trinta anos, e é provável que o trabalho dos indígenas tenha sido usado, inclusive de maneira forçada, para abrir picadas, colher erva mate e transportar produtos pela serra e pelo planalto. Vimos que em 1824 a Secretaria de Estado dos Negócios do Império alertava para a prática de escravização de indígenas no Rio Grande do Sul, pedindo providência para aquela situação que, segundo o documento, “*ofende a humanidade e era há muito tempo condenada por Sua Majestade Imperial*”. A carta dá a entender que os cativos em questão eram aqueles encontrados já como prisioneiros dos indígenas, mas nos faltam maiores detalhes sobre a prática. Em 1824, desde a Corte advertia-se:

(...) **habitantes da província de São Pedro do Rio Grande do Sul conservam em verdadeiro cativo índios dos tomados aos selvagens**, com manifesto abuso e infração das ordens e pedidos a este respeito.³⁷⁵

Apesar de pouco comentada, a escravidão indígena foi comum no século XIX. E muitas vezes envolveu grupos indígenas que agiam como intermediários. Andréas Rezende relata que os comanches desenvolveram uma rede de comercialização de cativos na fronteira do México com os Estados Unidos que fornecia escravos para as famílias do Novo México, para os fortes da fronteira, para outros grupos indígenas e para os comerciantes anglo-estadunidenses. Os comanches e apaches atacavam as fazendas e vilarejos interessados nos cavalos, objetos de metal e tecidos, mas a lucratividade do comércio de cativos acabou por consolidar a prática entre os grupos indígenas da região³⁷⁶. Não sabemos se os kaingang envolveram-se em um comércio de cativos, ou se, ao vencerem as expedições contra eles, os bugreiros tomavam para si alguns dos cativos que encontravam junto ao grupo. Certo é que a prática do cativo de índios ainda era comum no século XIX, a ponto de chegarem denúncias na Corte a este respeito.

A informação de que o trabalho dos indígenas era utilizado de maneira coercitiva foi reforçada no ano seguinte pelo presidente Manoel Antônio Galvão, quando expressou

³⁷⁴ Sobre o assunto ver nesta tese: 1.3.2 Confrontos, milícias e bugreiros.

³⁷⁵ AHRS. Documentos emanados do Governo Central. Correspondência recebida pelos governantes do Rio Grande do Sul de Ministros e outras autoridades do governo Central (1744-1889) B.1.19. Avisos do Governo, 1824. Carta de João Severiano Manuel da Costa, da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, para o governo do Rio Grande de São Pedro. Rio de Janeiro, 02/06/1824.

³⁷⁶ RESÉNDEZ, Andrés. *La otra esclavitud. Historia oculta del esclavismo indígena*. Mexico: Grano de Sal, 2019.221-232

a preocupação de que os indígenas fossem escravizados no interior da província, como vinha ocorrendo em outras localidades. O receio de Galvão devia-se ao fato de um grupo grande de indígenas estar arranchando-se nos campos do tenente José Joaquim de Oliveira, no distrito de Palmeira³⁷⁷. O presidente alertava que este procedimento abria margem para que os moradores escravizassem os indígenas, mas esperava que o *Regulamento das Missões* de 1845 fosse um instrumento de “diferenciação” dos indígenas dos africanos, evitando que os primeiros fossem explorados como os segundos:

A grande distância das localidades, onde se passam essas cenas; temeroso de algum modo pela segurança dos moradores, submeto-me a imperiosa necessidade, mas também temo, que **não apareça a tentação de se olhar para um índio com os mesmos olhos com que se olha para um africano: em mais de uma província se pratica assim**, e faço votos para que o Decreto nº 426 de 24 de julho de 1845 seja o bálsamo de tão grave os males.

Espero a cada momento nomeação de um Diretor Geral dos Índios³⁷⁸.

As preocupações do presidente não eram sem fundamento, já que a voluntária adesão ao trabalho nas fazendas, facilmente poderia transformar-se em situações análogas à escravidão. Quase dois anos após a promulgação do *Regulamento das Missões*, nomeado o diretor geral dos índios, ele confirmou o que havia afirmado o presidente, que de fato era “(...) grande o abuso que existe de muitos particulares seduzirem os índios com promessas para os levarem para o seu serviço”³⁷⁹.

Mas não eram só no noroeste da província que os indígenas sofriam esse risco de escravização. Farinatti e Matheus³⁸⁰ relatam o caso de escravização de “João Potro”, que foi levado de Alegrete para Caçapava³⁸¹ à força, no ano de 1852, por ordem do senhor Mariano Teixeira, que alegava que o “pardo João” era seu escravo e havia fugido durante a guerra dos Farrapos. Contudo, o suposto escravo alegava ser outra pessoa: João Joaquim Paes, filho de uma “china”³⁸², ou seja, de uma mulher indígena, e, portanto, livre. As diferentes versões sobre quem era João resultaram em uma ação de liberdade perpetrada

³⁷⁷BN.HD.RPP. Relatório do Presidente Manoel Antônio Galvão à Assembleia Provincial, 05/10/1847, p.14

³⁷⁸BN.HD.RPP. Relatório do Presidente Manoel Antônio Galvão à Assembleia Provincial, 05/10/1847, p.14.

³⁷⁹BN. Manuscritos: I-32, 14, 014. Relatórios de José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios do Rio Grande do Sul, nos anos de 1847, 1852 e 1854. Relatório de 1847.

³⁸⁰FARINATTI, Luís Augusto Ebling e MATHEUS, Marcelos Santos. *Varia História*, Belo Horizonte, vol.33, n.63, p. 707-743, set/dez, 2017.

³⁸¹Caçapava fica na área central do Rio Grande do Sul entre a zona missioneira a Oeste e próxima a Cachoeira do Sul e Encruzilhada do Sul. Em todas estas áreas havia aldeias guaranis naquele período.

³⁸²Sobre o uso do termo china para classificar indígenas ver DIEHL, Isadora Talita Lunardi. Experiências indígenas em ambientes urbanos: os índios em porto alegre na segunda metade do século XIX. IN: *Anais do XIV Encontro Estadual de História da ANPUH-RS*, Porto Alegre, 2018 [e-book].

em Alegrete³⁸³. Através das idas e vindas do processo, os autores demonstraram a precariedade da liberdade para os sujeitos não brancos. No caso retratado, João buscou acionar sua rede de sociabilidade, muitas vezes recorrendo aos proprietários de terra e aos comandantes farrapos para atestar sua condição de livre. Ainda assim, João faleceu sem conseguir comprovar que não era cativo.

Da mesma forma, a escravização de indígenas no século XIX não foi uma exclusividade da província do Rio Grande de São Pedro. O trabalho coercitivo de indígenas foi utilizado por fazendeiros de várias regiões do Brasil, por vezes com a anuência das autoridades provinciais. Marcia Amantino encontrou em um inventário de Sete Lagoas em Minas Gerais, datado de 1832, vários indígenas arrolados junto aos escravizados africanos, sendo o preço que lhes foi atribuído muito semelhante àquele dado aos cativos de origem africana³⁸⁴.

A situação não se transformou radicalmente com a promulgação do *Regulamento das Missões de 1845* como demonstrou Soraia Dornelles³⁸⁵. A autora destaca que em São Paulo o apresamento de indígenas na década de 1850 continuava sendo comum, relatando expedições que tinham como finalidade aprisionar indígenas considerados “selvagens” para depois vendê-los como escravos, havendo inclusive uma tabela com valores de “resgate” para cada cativo. A existência de ameríndios escravizados naquela província gerou debates entre as autoridades, já que, além dos novos prisioneiros, descendentes de escravizados indígenas ocupavam uma posição pouco estável naquela sociedade, algo que deveria ser frequente também na sociedade sulista.

Se por parte das autoridades provinciais houve uma forte tendência em descaracterizar as populações de antigas regiões de aldeamentos coloniais do critério étnico, considerando-os como parte da massa comum da população, por outra feita, os documentos também revelaram a facilidade com que essas mesmas pessoas poderiam ser tomadas como indígenas e, assim, passíveis de escravização ilegal ou precarização de suas condições de trabalho³⁸⁶

Dornelles também aponta casos em que os próprios indígenas tomavam a iniciativa de se “aldear” nas fazendas de particulares em busca de proteção contra outros grupos dos quais eram inimigos, ganhando assim ferramentas e tecidos dos

³⁸³ Localidade situada próximo à fronteira com Corrientes, na Argentina.

³⁸⁴ AMANTINO, Marcia. As Guerras Justas e a escravidão indígena em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. *Varia história*. Belo Horizonte, v. 22, n. 35, p. 189-206, jun. 2006

³⁸⁵ DORNELLES, Soraia Sales. Trabalho compulsório e escravidão indígena no Brasil imperial, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 38, nº 79, pp.87-108, 2018.

³⁸⁶ *Ibidem*, p. 88.

fazendeiros³⁸⁷. No mesmo sentido, Rio Grande do Sul, há indícios de que os indígenas de Palmeira tenham ido para a fazenda do Tenente José Joaquim de Oliveira em busca de proteção, tanto de outros indígenas de grupos hostis a eles, quanto dos próprios “brancos” que estavam cada vez mais ocupando seus territórios. Veremos, através da trajetória de Vitorino Condá em Palmas, no Paraná, que um dos fatores implicados na formação dos aldeamentos era a escravização ou a proteção contra ela. Posteriormente, o fazendeiro que recebeu os indígenas na Palmeira, tornar-se-ia diretor do aldeamento de Guarita e depois de Nonoai, formando uma aliança de longo prazo com os indígenas. Os documentos da época apontam que havia uma disputa entre as duas parciais da região, podendo ser este o motivo pelo qual o grupo liderado por Fongue buscou refúgio na Palmeira.

2.3.2 A distribuição de roupas como estratégia para aldear

“(...) será grande a alegria da nossa gente quando nos vejamos vestidos(...)”³⁸⁸

Francisco Ferreira da Rocha Loures com os kaingang entrou em contato com os kaingang da região de Passo Fundo 1845, quando foi encarregado pelo governo de São Paulo de abrir uma estrada para comunicar o Rio Grande com Palmas³⁸⁹. Ele já tinha uma larga experiência com este grupo indígena pois foi responsável pelos primeiros aldeamentos kaingang no Paraná. Essa primeira experiência de Francisco foi decisiva para a indicação de seu filho João Cipriano da Rocha Loures como administrador do aldeamento de Nonoai.

O tenente Francisco Ferreira Rocha Loures informou desta expedição ao solicitar para o Imperador o reembolso dos gastos que teve para distribuir ferramentas e roupas entre os indígenas e para pagar a escolta de dezoito homens destacados para realizar a tarefa³⁹⁰. Como mencionado, assim como na expedição do padre Penteado, houve a distribuição de presentes para os indígenas. Tal medida estava de acordo como o *Regulamento das Missões*³⁹¹ que mandava ofertar objetos capazes de atrair a atenção e

³⁸⁷ *Ibidem*, p. 91

³⁸⁸ AHRS,FI, M1, Carta dos chefes indígenas Vitorino Condá, Pedro Nicafê e Manuel Coqueia solicitando roupas ao presidente da província. Porto Alegre, 06/02/1851.

³⁸⁹ A estrada tinha como objetivo ligar as áreas kaingang do Rio Grande com as do Oeste do atual Paraná, que pertencia a Província de São Paulo até o ano de 1853.

³⁹⁰ BN, M. C-0059,006. Loures, Francisco Ferreira da Rocha. Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando reembolso da quantia gasta com alimentação e vestimentas para os índios da província do Rio Grande de São Pedro do Sul, 1845.

³⁹¹ *Regulamento das Missões...1845. Op. Cit. Artigo 1º, § 10.*

“*excitar a curiosidade*” dos indígenas e “*despertar-lhes o desejo do trato social*”. De fato, as vestimentas e ferramentas parecem ter atraído a atenção de algumas pessoas que aceitaram o contato com os colonizadores.

Quando tratamos dos conflitos entre colonos e indígenas já chamamos atenção para o atrativo que as ferramentas exerciam, permitindo a realização de tarefas mais rapidamente e trazendo inovações para hábitos tradicionais como, por exemplo, a tonsura do cabelo. Também através do relato do engenheiro Mabilde podemos pensar sobre o significado que as vestimentas e tecidos tinham para aqueles indígenas. O relato do agrimensor é repleto de estereótipos tanto de raça quanto de gênero, mas nos permite imaginar que talvez a sedução causada pelas roupas tivesse justamente relação com o contato, por compreender que aquele era um signo de status para os “brancos”. Neste sentido, Mabilde explica que entre os coroados apenas os homens usavam e fabricavam uma tanga feita de fibras para ocultar as partes sexuais e que as mulheres viviam nuas. Segundo sua visão preconceituosa, isso se devia ao fato de as mulheres não terem a mesma capacidade que os homens para produzir aquelas vestimentas³⁹². Apesar disso, ao relatar o contato com um grupo de kaingangs em 1850, ele afirma que seriam as mulheres as mais interessadas nas suas enxergas de lã e mantas que eram utilizadas para se cobrirem dos olhares dos visitantes

colocadas na cintura, ao redor do corpo, para cobrir a nudez da parte inferior do corpo até a meia perna (...)

As mulheres e as moças, assim cingidas com tanga, achavam-se muito menos vexadas e menos embaraçadas em nossa presença, do que aquelas que não a tinham, pois estas quando tinham de aparecer diante de nós, procuravam sempre colocar-se atrás das outras, cuja nudez não era total³⁹³.

O autor levanta, portanto, a hipótese de o pudor, provocado pela presença de gente estranha, ter produzido o interesse das mulheres, em especial o das “donzelas”, pelos tecidos dos expedicionários. Mas logo conclui o contrário, que “entre aquelas selvagens *o pudor é natural, sem que aquilo me pareça ser fundado numa concepção racional*”. A negação da racionalidade às mulheres indígenas é adicionada à ideia de degeneração de toda aquela “*raça*”. Para Mabilde, o interesse nos tecidos era resquício do pudor existente nos coroados antes que eles tivessem degenerado. Ainda, acrescenta que o uso de roupas pelos indígenas aldeados era um dos fatores que contribuía para sua doença, já que, tal

³⁹² MABILDE, Apontamentos...1983. *Op. Cit.* p. 32.

³⁹³ *Ibidem*, p. 33

qual um vaso de vidro, o choque de temperatura, provocado pelo uso das roupas, podia “quebrar” os indígenas³⁹⁴.

Este relato recheado de atribuições racistas e sexistas nos permite entrever que o uso e interesse pelas roupas nada tinha de degeneração ou “pudor” essencialmente feminino, era uma atitude relacional e racional. Talvez essa fosse uma reação destas indígenas à importância que os “brancos” davam para aqueles utensílios. Isso porque o próprio Mabilde em vários momentos de seu texto deixa claro que quando não estavam na presença dos brancos os indígenas preferiam não utilizar roupas. Para trazer apenas um exemplo, no ano de 1855, Mabilde encontrou o grupo do cacique Doble próximo ao Rio Ferromeco³⁹⁵. Segundo seu relato, aqueles “bugres” teriam cercado um rancho do falquejador José Antônio de Carvalho e foram alvejados pelos companheiros dele. No dia seguinte, o agrimensor encontrou-os sem nenhuma vestimenta e alguns utilizavam o corte de cabelo tradicional dos kaingangs.

Estavam todos nus como no seu primitivo estado selvático. Apenas sete daqueles indígenas – como aquele que tinha sido morto ao pé do rancho- tinham o cabelo tonsurado em forma de coroa. Como usam no estado selvagens. Os outros treze, como o cacique Doble, tinham o cabelo comprido, como usam depois de aldeados³⁹⁶.

Portanto, ainda que parecesse haver uma valorização dos tecidos e roupas pelos indígenas, elas o eram em um contexto de relação com os brancos, provavelmente algo a ser ostentado na presença daqueles. Os não indígenas deixavam claro o quanto valorizavam as vestimentas. Quando os dois indígenas do aldeamento de Guarita, Antônio Prudente, filho do cacique Fongue, e outro também chamado Antônio, foram até a Corte no Rio de Janeiro “*beijar a mão do S.M. o Imperador*” no ano de 1851, foram “*presenteados com vários objetos entre eles um fardamento completo*”, tal qual havia determinado a própria Secretaria de Negócios do Império³⁹⁷. Este fato revela, portanto, a importância que a política imperial atribuía à vestimenta e certamente reforçava para os indígenas que posições de poder na sociedade ocidental eram reveladas através das roupas que cada um portava.

³⁹⁴ *Ibidem*, p. 34-36.

³⁹⁵ Arroio Ferromeco, próximo ao atual Município de Bom Princípio, na serra gaúcha.

³⁹⁶ MABILDE, *Apontamentos...* 1983. *Op. Cit.* p. 168.

³⁹⁷ AN. IA7- 4. Livro de lançamento do expediente relativo à catequese e civilização dos índios, 4ª seção da Secretaria de Estado dos Negócios da Império. Assinado por José Bonifácio Nascentes Azambuja. Seção Rio Grande do Sul, 14/01/ 1851.

O vestir-se pode ter vários significados, inclusive opostos, dependendo de cada cultura. Salins afirma que o uso de roupas para cobrir os genitais entre os nativos havaianos não podia ser explicado por pudor ou vergonha e sim como o resguardo daquilo que consideravam mais precioso, uma visão oposta à dos missionários para quem as roupas deviam cobrir as deformidades³⁹⁸. O autor relata que, no Havaí do século XIX, a elite governante nativa passou a incorporar os hábitos europeus de distinção, porém tais transformações assentavam-se sobre as bases tradicionais da cultura local. Naquela situação, a competição por status entre a aristocracia havaiana tomou a forma de consumo de roupas, sendo comum o chefe acumular tecidos finos³⁹⁹.

No caso do Rio Grande oitocentista, é inegável que a distribuição de roupas exerceu um papel relevante não apenas no convencimento do aldeamento dos indígenas, mas também na fixação destes. Para além de um sentido simbólico, aparentemente o hábito de vestir-se pode ter tido a finalidade prática de agasalhar os indígenas do rigoroso inverno, que chega a atingir temperaturas negativas.

Em uma carta datada de 1851 os caciques Vitorino Condá, Pedro Nicafim e Manuel Coqueia agradecem ao presidente da província as roupas recebidas quando chegaram a Porto Alegre. Eles solicitam vestimentas também para serem levadas para suas “mulheres, filhos e toda a demais gente”. Argumentam que, apesar de que seria “grande a alegria da nossa gente quando nos vejamos vestidos”, haveria tristeza ao perceberem que a benevolência imperial não agraciava a todos. Fica evidente que, para os caciques e para a comunidade, o portar roupas era um sinal de status, mas eles também chamam a atenção para o fato de este auxílio os defender da “inclémência do inverno”⁴⁰⁰.

A ida das lideranças indígenas à capital buscar vestimentas tornou-se comum ao longo do XIX⁴⁰¹ e a ausência do envio de agasalhos aos aldeamentos motivou repetidas queixas dos diretores e missionários⁴⁰². De fato, se em um primeiro momento as roupas serviam como atrativos para um primeiro contato com os indígenas, parece que, ao menos

³⁹⁸ SAHLINS, Marshall David. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.p.35.

³⁹⁹ *Ibidem*, p.172-177.

⁴⁰⁰ AHRS,FI, M1, Carta dos chefes indígenas Vitorino Condá, Pedro Nicafim e Manuel Coqueia solicitando roupas ao presidente da província. Porto Alegre, 06/02/1851.

⁴⁰¹ Para ver um exemplo de uma expedição com esta finalidade ver o capítulo 2.7 desta tese, que mostra a ida do grupo do cacique Doble a Porto Alegre com objetivo de buscar roupas e que acaba resultando na contaminação dos indígenas por varíola.

⁴⁰² Alguns exemplos em: AHRS, FI, M3. Carta do Padre Bernardo Parés para José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios, novamente com o relato do Padre Santiago e outras solicitações. s/d e AHRS, FI, M3. Cópia de um ofício enviado ao diretor dos índios pelo presidente Pedro Ferreira de Oliveira determinando a expulsão de Rocha Loures, Manoel Fortes, Veríssimo, dos desertores, também envio de roupas, formação da polícia. Porto Alegre, 16/06/1851.

para alguns kaingangs e administradores dos aldeamentos ela passou a ser necessária como agasalho no inverno.

2.3.3 A ‘pacificação’ dos caminhos do Mato Castelhana e do Mato Português

“afugentar os bugres selvagens que atacavam os viajantes nas picadas dos Matos Portugueses e Castelhana”⁴⁰³.

A metodologia de distribuição de presentes e busca por formar alianças com os indígenas fazia parte da nova estratégia de relações com as populações nativas, estando interligada aos interesses comerciais da província. Após anos de afastamento comercial causados pela Guerra dos Farrapos⁴⁰⁴, o Rio Grande de São Pedro precisava retomar o uso de caminhos utilizados para escoar as mercadorias da província para o restante do Brasil, em especial aquele por onde passavam as mulas destinadas à Sorocaba. Ou melhor, existia um claro interesse de atalhar o longo percurso abrindo novas estradas. Um dos locais críticos para passagem do gado era o passo do “Goio-Ên”, no rio Uruguai, fronteira com a província de Santa Catarina. O local era o único propício para a passagem dos animais e encurtava a viagem das tropas conduzidas a São Paulo. Não é à toa que os kaingangs chamavam o rio Uruguai de “*Ngoi-is-em*”, que significa “*rio sem vão*” e foi a partir do seu conhecimento que foi descoberta a passagem chamada de “*Ngoi-u-em*” (Goyen)⁴⁰⁵. O caminho era, entanto, o coração do território kaingang e a passagem era utilizada pelos próprios indígenas que circulavam entre os campos de Palmas e a região de Nonoai. Tempos depois, o grupo de vinte e cinco famílias lideradas pelo cacique Nicafé iria estabelecer-se justamente neste passo do rio⁴⁰⁶. Assim, a presença indígena nos caminhos pelos quais o comércio pretendia ser feito, mostrava-se, e continuaria a se mostrar por muitos anos, um entrave à pretensão de domínio colonizador sobre aqueles territórios.

⁴⁰³ BND.HD.RPP. Relatório do Presidente Alves de Lima (Conde de Caxias) à Assembleia Provincial, 01/03/1846. p.25

⁴⁰⁴ Berute demonstrou o impacto da Guerra dos Farrapos na economia sul-rio-grandense, que apresentou uma queda significativa das atividades econômicas e comerciais durante os anos iniciais do conflito, reestabelecendo-se a partir dos anos de 1840. BERUTE, G. S. A economia do Rio Grande do Sul em tempos de guerra (Porto Alegre e Rio Grande, primeira metade do século XIX). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, v. 150, p. 11-32, 2016.

⁴⁰⁵ AHRs, FI, M1. Notícia sobre o estado de catequese dos indígenas, escrita pelo padre Bernardo Parés, Passo Fundo, 14/01/ 1851.

⁴⁰⁶ *Idem*. É difícil dirimir se se trata do mesmo cacique Nicafé ou se é outro.

Em 1848, o padre Parés descreveu também o local de Guarita, nas proximidades de Palmeira, como um ponto estratégico para os indígenas que queriam atacar os viajantes, isso porque o local permitia a observação do entorno. Segundo ele, há muitos anos “bugres” partiam daqueles bosques para assaltar os vizinhos e os viajantes, chegando até as imediações de Cruz Alta, sem que nenhuma força os pudesse conter já que estavam protegidos pelas matas impenetráveis. Por isso, segundo o missionário, os moradores instavam ao poder público que aldeasse aqueles indígenas, única forma encontrada de evitar os ataques⁴⁰⁷.

FIGURA 16- MAPA ILUSTRATIVO DO CAMINHO DAS TROPAS



FONTE: ANTONELLI, DIEGO. O PRIMEIRO CAMINHO DAS TROPAS. GAZETA DO POVO, 25/04/2014. [HTTPS://WWW.GAZETADOPOVO.COM.BR/VIDA-E-CIDADANIA/O-PRIMEIRO-CAMINHO-DAS-TROPAS-8CRDNY1CT68TSSMXQFI38CTAM/](https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/o-primeiro-caminho-das-tropas-8CRDNY1CT68TSSMXQFI38CTAM/)

Para abrir estradas que conectassem a província aos centros comerciais brasileiros era, portanto, necessário resolver o “problema” dos ataques indígenas que ocorriam aos

⁴⁰⁷ PÉREZ, Rafael. *La Compañía de Jesús ... 1901. Op.Cit.*, p. 467-476.

tropeiros e comerciantes que circulavam dentro do território kaingang. Este era o objetivo das duas expedições de 1845. Rocha Loures foi enviado de São Paulo para “pacificar” o caminho entre as duas províncias, enquanto o Coronel Antônio Maria, que acompanhou o padre Penteado a Passo Fundo, buscou alargar as picadas para, mais uma vez, tentar “*afugentar os bugres selvagens que atacavam os viajantes nas picadas dos Matos Portugueses e Castelhana*”⁴⁰⁸. Posteriormente o trabalho dos próprios indígenas, em especial os da aldeia de Nonoai, seria utilizado para a abertura de picadas e a construção das estradas.

Já citamos que esta região do Mato Castelhana e Português havia sido alvo da preocupação do presidente Manoel Antônio Galvão em 1832, pois, segundo os relatos da época, era um lugar onde ocorriam ataques aos viajantes. Essa era uma região entre Passo Fundo e Vacaria, trecho que conectava os Campos de Cima da Serra com o planalto. Galvão mobilizou naquele momento a retórica de associação dos “bugres” aos “tigres” como forma de ressaltar uma suposta selvageria dos indígenas. Nos anos seguintes, a presença dos coroados naquela região continuaria incomodando o poder provincial. Em 1847, o então diretor dos índios, referiu que era lá que habitavam as “*hordas selvagens*”⁴⁰⁹. Anos depois, a mesma associação reapareceria. Em 1850, os indígenas que circulavam pela região do Mato Português e Castelhana voltariam a ser relacionados aos tigres (que eram na verdade as onças), como forma de frisar que eram indômitos⁴¹⁰.

Além de ser um local de circulação da população kaingang, a região do Mato Castelhana era um cemitério indígena, no qual estavam enterrados vários caciques, guerreiros kaingang e suas esposas. Entre os túmulos estava o do pai do cacique Braga, que havia sido o principal de seu grupo. Estes monumentos fúnebres foram encontrados pelo engenheiro Mabilde, em 1836, que os descreveu como sete “*túmulos gigantescos*” escondidos na mata⁴¹¹. O naturalista escavou os montes e retirou os restos mortais dos ancestrais kaingangs de suas moradas finais com a finalidade de pesquisá-los⁴¹².

⁴⁰⁸ BND.HD.RPP. Relatório do Presidente Alves de Lima (Conde de Caxias) à Assembleia Provincial, 01/03/1846. p.25

⁴⁰⁹ BN. Manuscritos: I-32, 14, 014. Relatórios de José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios do Rio Grande do Sul, nos anos de 1847, 1852 e 1854. Relatório de 1847.

⁴¹⁰ BND. HD. RPP. Relatório do Estado da Província do Rio Grande de S. Pedro apresentado ao Ex. Sr. Conselheiro José Antônio Pimenta Bueno, pelo tenente general Francisco José de Souza Soares de Andréa, 06/03/1850, 1º Ed. p. 15.

⁴¹¹ MABILDE, Pierre F. A. Booth. *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação Coroados dos matos da província do Rio Grande do sul*. São Paulo: Ibrasa, 1983.p. 99

⁴¹² *Ibidem*, p. 106.

Em 1850, estando novamente no Mato Castelhana, junto ao grupo do cacique Braga, pediu para visitar o local, contando com a ajuda de um intérprete que, segundo ele, pertencia a uma “*tribo de coroados que já estava a tempos aldeados em Nonoai e que fala sofrivelmente o português*”. Braga aceitou o convite de Mabilde, mas ao chegarem no local do cemitério, o líder indígena percebeu que os túmulos haviam sido profanados, e afirmou que “*só os homens brancos, seus inimigos, poderiam ter sido capazes de praticar semelhante ato*”. A desconfiança recaiu sobre o engenheiro, que buscou convencer Braga de que teriam sido os indígenas “botocudos” os responsáveis pela abertura dos túmulos⁴¹³.

De fato, Braga havia dito que seu pai, enterrado ali, morreu em um confronto com um grupo de botocudos em um alojamento dos indígenas que viviam na região dos pinheirais a uma légua dali. Apesar da inimizade tradicional entre os grupos, o cacique negou a possibilidade de terem sido outros indígenas afirmando que os “*botocudos como eles (coroados) eram amigos dos mortos e que depois de enterrados seus homens, nunca mais boliam com eles*”. Ainda assim, o engenheiro conseguiu se safar da acusação, porque convenceu Braga de que sabia a localização do cemitério não porque já visitara o local anteriormente e sim porque o tinha visto do alto de um pinheiro com uns óculos de alcance. O objeto foi experimentado pelo chefe indígena, que constatou que, de fato, aquilo permitia enxergar coisas que estavam distantes, esmorecendo assim suas suspeitas sobre o engenheiro belga⁴¹⁴. No último capítulo desta tese discutiremos com detalhes a prática da craniometria que motivou Mabilde a saquear as sepulturas. Cabe, neste momento, ressaltar que a região do Mato Castelhana e do Mato Português eram importantes para os kaingangs. Não apenas por ser uma zona repleta de araucárias, cujos pinhões eram a principal fonte alimentar dos indígenas no inverno, mas também por ser um local sagrado, no qual estavam enterrados seus mortos, sendo respeitado inclusive por seus inimigos. A presença de sepulturas ancestrais foi durante todo o século XIX uma constante no sentimento de pertencimento dos grupos kaingang a um determinado território.

A estadia de Mabilde entre a gente do cacique Braga se deu no ano de 1850, na ocasião em que o presidente Soares de Andréa o enviou para demarcar o traçado de uma estrada que ligasse o Pontão a Porto Alegre, caminho que passava ao norte do Mato Português. A intenção do presidente ainda era diminuir os riscos de ataques nos locais

⁴¹³ Botocudos era a forma de referir-se aos Xokleng como apontado no capítulo 1.3.1. *O etnônimo bugre...*

⁴¹⁴ *Ibidem*, p. 104-107.

onde há muito tempo eles eram frequentes, habilitando-os, portanto, para tornarem-se rotas comerciais seguras:

Aberta sim a comunicação, entre esta capital e o passo do Pontão, ficará devassada a serra onde ela é mais perigosa; e por bons destacamentos, e colônias militares a propósito, se afugentarão os **tigres e os bugres** que a infestam; e as **várias comunicações com a província de São Paulo e sertão de Santa Catarina**, e com essas **estradas destinadas a bordar a fronteira**, costeando a província de São Paulo até a de Mato Grosso, tomarão vida e se tornarão fáceis como tanto nos convém⁴¹⁵.

Foi o trabalho dos próprios indígenas que contribuiu para abertura das estradas. Em 1855 já havia sido construída por eles uma via de acesso mais rápida ao Paraná. Ficava consolidado assim um dos principais objetivos da “pacificação” dos indígenas, o de promover as ligações comerciais internas e externas da província.

Durante a administração do ex-diretor Oliveira, os índios abriram de Nonoai para o passo de Goyen a estrada do Sarandi na extensão de légua e meia, estavam abrindo outra muito mais extensa e de reconhecidíssima importância, falo da que saindo da vilinha da Palmeira vai dar aos Campos de Nonoai. Com abertura destas duas estradas o comércio da Cruz Alta para nova província do Paraná, que já é frequente, tomará grande incremento, encaminhando-se diretamente por Nonoai para o passo de Goyen, sem passar, como hora faz com o desvio de 18 léguas, pela povoação do Passo Fundo⁴¹⁶.

Isso não significaria o abandono das reivindicações dos indígenas sobre aqueles territórios. Bastante tempo depois, em 1864, o cacique Chico e o cacique Doble reivindicaram as terras das proximidades do rio por eles denominado Goy, na área do Mato Português. As lideranças reafirmavam a importância da localidade, reivindicando sua posse desde os “*tempos imemoráveis*”. Assim como Braga fizera anos antes, os caciques lembraram a presença dos túmulos de seus antepassados naqueles campos. Por isso, incitaram o governo a impedir a entrada de sujeitos que invadiam aquele território para extrair erva-mate⁴¹⁷.

Vemos, portanto, que existiam dois projetos conflitantes. A política indigenista tinha como objetivo afugentar os indígenas dos caminhos percorridos pelos comerciantes e novos colonos da região. A política indígena, por sua vez, criava estratégias para a

⁴¹⁵ BND. HD. RPP. Relatório do Estado da Província do Rio Grande de S. Pedro apresentado ao Ex. Sr. Conselheiro José Antônio Pimenta Bueno, pelo tenente general Francisco José de Souza Soares de Andréa, 06/03/1850. Edição 01, p. 42.

⁴¹⁶ BND.HD.RPP. Relatório do Presidente Cansação do Sinimbu à Assembleia Provincial, 30/06/1855. 1º Ed.

⁴¹⁷ AHRG. FI. M2. Carta de Antônio de Moraes Branco para o presidente da província João Marcelino de Souza Gonzaga a respeito de terrenos pertencentes aos indígenas. Colônia Militar Caseros no Mato Português, 08/11/1864.

permanência naqueles territórios que lhes provia de alimentos e onde estavam enterrados seus antepassados.

Como mencionado, após a promulgação do *Regulamento das Missões* e do fim da guerra civil na província, a política indigenista que era marcada, até aquele momento, pelas ações hostis contra os kaingang, iria empregar novas técnicas em busca do objetivo de “pacificação” das estradas e consolidação das fronteiras. Após as duas primeiras expedições de 1845, a vinda de São Paulo e a que partiu de Cruz Alta, ainda em dezembro daquele ano, a presidência da província autorizou o inspetor da tesouraria da fazenda a liberar verbas para a instalação do primeiro aldeamento kaingang nas imediações do Passo Fundo⁴¹⁸.

Portanto, a intenção era fixar os “coroados” em aldeamentos, técnica utilizada desde o princípio da colonização europeia na América como forma de inculcar a “civilização”, através da catequese, e de formar uma barreira de defesa dos inimigos da coroa, entre eles indígenas hostis⁴¹⁹. Como salientou Maria Regina Celestino de Almeida, em relação aos aldeamentos coloniais, apesar da legislação colocar que os aldeamentos deveriam primordialmente servir à Coroa, vários agentes sociais disputavam as funções destes locais. Os indígenas, ainda que tenham sido os mais prejudicados neste processo, conseguiram angariar alguns ganhos através de suas lutas e reivindicações⁴²⁰.

Foi esse o caso da política engendrada pelas lideranças kaingang. Diante da intrusão cada vez mais forte de não indígenas em suas zonas de circulação, os caciques buscariam assegurar o domínio dos territórios que compreendiam como seus. É necessário levar em conta que o próprio conceito de território que “pertencia” a cada cacique é um processo histórico. Como salientou João Pacheco de Oliveira, a presença colonial articula uma relação nova da sociedade com o território. A fixação dos indígenas em uma localidade, dada aqui pelos processos de aldeamento, transforma as relações sociais e as manifestações culturais. Esse processo, chamado pelo autor de territorialização, é essencial na administração das populações indígenas e ao mesmo

⁴¹⁸ BN. Man. II-35,36,4 n°9. Rodrigues, Antonio Rozendo. Aviso de remessa de um ofício, do inspetor da tesouraria da fazenda, informando que, por ordem da presidência do governo, pagou as despesas do aldeamento de índios em Passo Fundo, 00/12/1845.

⁴¹⁹ Ver, por exemplo, a ação jesuítica entre os “tapuias” no sertão do São Francisco durante o século XVII descrita por POMPA, Maria Cristina. *Religião como Tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial*. Campinas: UNICAMP (Tese de doutorado), 2001. p.321. Sobre o século XIX, ver o deslocamento dos guarani-kaiowá do atual Mato Grosso e norte do Paraná, cujos aldeamentos foram utilizados como “barreiras” para os Coroados e para as pretensões de expansão paraguaia na região, em AMOROSO, Marta. *Terra de índio: imagens em aldeamentos do Império*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014. p. 72.

⁴²⁰ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

tempo constitutivo dela. Ao associarem-se grupos e indivíduos e formarem-se coletividades organizadas, elas passam a entender-se e ser entendidas como portadoras de uma identidade própria. A territorialização é, portanto, um processo de mão dupla, no qual a tentativa de homogeneização promovida pelo estado-nação, de maneira geral através do recurso de fixação territorial das populações nativas, acaba por produzir a construção de uma identidade étnica individualizada⁴²¹. Desta forma, a luta pela manutenção dos territórios dá-se dentro do contexto de expansão imperial que engendra os sentimentos de pertencimento destes caciques a determinadas áreas, de maneira geral delimitada pelos recursos naturais, mas também pelas fronteiras que os agentes colonizadores impunham.

Em 1851, o diretor geral dos índios, considerava que o aldeamento e a ação dos missionários jesuítas haviam sido capazes de evitar ataques nas zonas do Mato Português e do Mato Castelhana, o que testemunhavam os viandantes e moradores das localidades próximas.

(...) digam os moradores de Cima da Serra, os tropeiros de São Paulo e Minas, o comércio que quase sempre eram atacados nos Matos Castelhana e Português, com perigo de suas vidas e fortunas, e que desde 1845 não acontece, nem mesmo aos fabricantes de erva mate que se entranhavam pelas matas a procurarem ervais para trabalharem⁴²².

Os dois primeiros aldeamentos dos kaingang seriam Nonoai e Guarita, como veremos a seguir. O processo de construção dos aldeamentos envolveria os interesses e as negociações entre vários agentes: jesuítas, diretores de aldeias, fazendeiros locais, colonos alemães, soldados oriundos de São Paulo, mulheres indígenas, “caciques” e lideranças indígenas a eles subordinadas, os presidentes da província e o Ministério do Interior.

2.4 A formação dos aldeamentos kaingang: negociação e alianças

“(...) tuve el sentimiento de que los Bugres se hubiesen retirado á su toldo el día anterior. (...) desde donde por muchos años daban asaltos repentinos, tanto á los viajantes como á las casas de los moradores vecinos, matando y robando hasta las mismas inmediaciones de Cruz Alta (...) Este era el motivo por que deseaban tanto

⁴²¹ OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.

⁴²² AHRS, F1, M3. Relatório do estado dos aldeamentos da província de 1851 que fez José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios. Rio Pardo, 29/12/1851.

*aquellos moradores que no se perdiese la ocasión de aldear á los salvajes (...)*⁴²³

Chegada à metade do século XIX nos deparamos com um momento de inflexão na política indigenista. Se os guaranis já eram considerados “civilizados” e, portanto, potencialmente integráveis à unidade nacional, o projeto para os kaingang precisava cumprir uma etapa “anterior” do processo assimilacionista. Para torná-los invisíveis, um longo caminho de visibilidade seria necessário, já que os aldeamentos ocupariam um lugar de destaque nas políticas da província. Reflexo disso é que os indígenas apareceriam constantemente na documentação governamental.

Para os guaranis a promulgação do *Regulamento das Missões* e o fim da guerra civil significou que o poder público pode olhar com mais atenção para suas aldeias, mas essa atenção resultaria na constatação de que já eram aptas para serem desmanteladas. O modelo dos aldeamentos coloniais era, portanto, interpretado como um sucesso, já que teria resultado na assimilação dos guaranis. Seguindo esse modelo, o poder provincial buscava a formação de aldeamentos para os chamados “bugres”, visando cumprir essa “etapa” do processo assimilacionista também para os kaingangs. As expedições enviadas em 1845 tinham como objetivo convencer os indígenas das vantagens de aliarem-se aos não indígenas e se fixarem em um território.

Para materializar essa pretensão foram distribuídos presentes e estabelecidos acordos que acabariam convencendo alguns caciques a se aldearem. Algumas transformações contextuais também foram importantes para a formação das aldeias. O cacique Vitorino Condá que já fora aldeado em Palmas, no atual estado do Paraná, junto com o Cacique Nonoai, Cunhafé, Votoro e, em menor medida, Nicafé, viabilizaram o empreendimento da formação do aldeamento de Nonoai. Já o cacique Fongue, com o auxílio de seus filhos, Manuel Fongue e Antônio Prudente, e de outros líderes como João Portela e Vitorino Crisão, arrancharam-se em uma fazenda na Palmeira que viria a se tornar o aldeamento de Guarita.

A formação destas alianças entre indígenas e os agentes do poder provincial precisa ser compreendida dentro de suas lógicas históricas, que articulam formas organizacionais dos kaingangs permeadas por um longo contexto de trocas culturais com outros grupos indígenas e não indígenas. Alguns autores e autoras buscaram compreender

⁴²³ PÉREZ, Rafael. *La Compañía de Jesús restaurada en la República Argentina y Chile, el Uruguay y el Brasil*. Barcelona: Impr. de Henrich y ce en comandita, 1901. p. 468.

a forma de organização sociopolítica dos grupos kaingang. De maneira geral, estes trabalhos destacaram a formação de uma chefia que comanda outros chefes subordinados. Ainda que estes trabalhos sejam muito bons e analisem com acuidade as fontes, por vezes acabam dando pouca atenção às transformações históricas geradas ou não pelos contatos coloniais.

Ítala Becker apresenta-nos um compilado de descrições da forma de organização dos kaingang. A autora traz relatos que vão desde os jesuítas no século XVII, passando pelas descrições do engenheiro Mabilde na metade do século XIX e chegando as populações kaingangs aldeadas no século XX. O esquema organizacional proposto por ela, manter-se-ia mais ou menos igual ao longo do tempo. Esquematiza-o da seguinte forma: os kaingang dividem-se em pequenas tribos ou subgrupos, constituídos por famílias ou parentes entrelaçados, e submetidos à um líder que, por sua vez, estaria subordinado à um cacique maior⁴²⁴.

Luís Fernando Laroque os descreve da mesma maneira: os kaingangs dividiam-se em subtribos, que eram lideradas por um cacique (chamado de Pay), ao qual estavam subordinados outros líderes menores chamados Pay-bang⁴²⁵. A partir desta premissa organizacional, o autor procurou reconstruir o cenário das relações existentes entre os caciques principais e os chefes subordinados. Para isso, valeu-se de documentos do século XIX e de relatos de cronistas posteriores. O cenário apresentado pelo autor é bastante interessante, pois aponta como alguns líderes acabaram consolidando-se na memória sobre os indígenas justamente por terem sido mais descritos pelos cronistas.

Kimiye Tommasino, que analisou os aldeamentos kaingang na bacia do Tibagi, atual Paraná, durante o século XX, descreve uma estrutura política semelhante, pontuando a transformação nas formas de designação dos líderes indígenas, mas enfatizando a manutenção de uma mesma estrutura organizacional.

O que a nossa pesquisa parece revelar é que os Kaingáng do Tibagi formavam uma sociedade dividida em subgrupos ou grupos locais, unificados social e politicamente por laços de parentes e casamento. Cada grupo local tinha uma autoridade política que originalmente se chamava **rekakê**. Com o advento dos contatos e da colonização e aldeamento, os termos usados na bibliografia são **cacique**, **pay (pai)** ou ainda **capitão**, evidenciando a utilização de termos

⁴²⁴ BECKER, Ítala Irene Basile. *O índio kaingáng no Rio Grande do Sul*. Pesquisas Antropologia, nº29. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas- Universidade do Vale dos Sinos, 1976. p.109-124.

⁴²⁵ LAROQUE, Luís Fernando da Silva. *Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889)*. Pesquisas. Antropologia 56. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas/UNISINOS, 2000.p. 82. Neste trabalho o autor confeccionou quadros em que estabelece as “hierarquias” de mando relacionadas aos mando sobre as regiões das principais bacias hidrográficas onde habitavam os kaingang.

genéricos adorado pelos administradores brancos e assimidos na literatura sobre os mesmos⁴²⁶.

Tanto Becker como Laroque utilizam abundantemente as descrições do engenheiro belga Mabilde, que esteve entre os kaingang na região dos Campos de Cima da Serra, por volta de 1850, para evidenciar a formação das estruturas políticas dos grupos de coroados e descrever as alianças por eles formadas. É bastante provável que o engenheiro tenha relatado com alguma precisão o que viu do grupo do cacique Braga, apresentando as formas de organização daquela chefia e seus subordinados. Isso não significa que esta, assim como todas as observações “antropológicas”, sejam um retrato da realidade. Certamente suas descrições estão permeadas pelas concepções sobre raça vigentes e condicionadas à observação daquele grupo em específico. Este último aspecto, acredito, inclusive o fez maximizar a prevalência do cacique Braga sobre outros líderes, fato que não parece encontrar eco na documentação de outros agentes.

Obviamente, os condicionantes da fonte não invalidam as colocações dos autores contemporâneos, que utilizaram estes e outros relatos para buscar aproximações sobre as formas de organização dos grupos kaingang, que de fato, parecem ter aspectos que se conservaram no decurso da sua história. Contudo, cabe observar que algumas vezes os aspectos em transformação podem ter ficado subsumidos nas interpretações sobre a forma de agir politicamente dos indígenas⁴²⁷. As alianças políticas e militares que tratarei aqui como determinantes dos rumos dos processos sociais em curso, tem relação com um novo contexto, no qual a política indígena iria se construir de maneira dialética à política indigenista.

Ferguson e Whitehead chamam atenção para o fato de que as “zonas tribais”, ou seja, aquelas que estão na fronteira do controle estatal, mas influenciadas pela presença destes agentes colonizadores, sofrem uma série de transformações que implicam na formação das alianças militares posteriores. Não se pode, portanto, interpretar a formação das alianças como uma compulsória filiação étnica, pois a presença de agentes transformadores, ainda que não tenham se tornado hegemônicos, afeta a dinâmica das

⁴²⁶ TOMMASINO, Kimiye. *A história dos Kaingáng na bacia do Tibagi: uma sociedade Jê Meridional em movimento*. Tese (Doutorado em Antropologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995. p. 81

⁴²⁷ Laroque interpreta as alianças político-militares dos kaingang dividindo as lideranças entre “colaboracionistas” e “resistentes” aos avanços das frentes coloniais. Acredito que, acompanhando a documentação de diferentes agentes e de maneira cronológica, é possível observar que as atuações destes caciques não eram tão polarizadas. Elas respondiam a circunstâncias históricas mutáveis e relacionavam-se a interesses individuais e comunitários. LAROQUE. *Lideranças Kaingang no Brasil Meridional ...2000*. *Op. Cit.*

disputas. Dentre os fatores geradores de modificações sociais os autores chamam a atenção para as doenças, as transformações ecológicas, como a introdução de novas plantas e animais, e as tecnológicas, em especial o uso de objetos de metal. O que muitas vezes pode parecer uma pequena transformação, como, por exemplo, a substituição no comando de um forte, podem gerar um impacto tremendo na vida dos povos indígenas. Ou seja, mudanças de pequena escala são capazes de causar grandes transformações, em especial no que diz respeito aos contextos de guerra⁴²⁸. Veremos a seguir, que todos estes fatores acabam influenciando na formação ou cessão das alianças intra e extra kaingangs e também na conformação das organizações políticas das chefias.

Da mesma forma, a concentração de poder em um cacique principal e a manutenção do mando, são, sem dúvida, fenômenos históricos⁴²⁹. Os relatos sobre os kaingang do Rio Grande do Sul privilegiam justamente o momento e as lideranças que, em sua intersecção com os processos coloniais, puderam acumular e de alguma forma perpetuar seu comando⁴³⁰. A conversão das lideranças provisórias em espécie de nobreza indígena foi essencial na colonização da América espanhola, desde o século XVI. Se em sociedades já estruturadas hierarquicamente alicerçou-se sobre as diferenças sociais pré-existentes⁴³¹; no caso de sociedades mais igualitárias, nas quais o mando era essencialmente provisório, um dos desafios foi justamente criar a fixidez de uma liderança capaz de articular as tradicionais formas de poder ao projeto de cristianização e colonização. Não à toa, a ausência de um jugo político e religioso foi a tônica dos cronistas

⁴²⁸ FERGUSON, Brian R. e WHITEHEAD, Neil L. *War in the Tribal Zone: Expanding States and Indigenous Warfare*. Santa Fé, México: School of American Research: 2001. 2ª ed. p.08-14.

⁴²⁹ O próprio termo cacique, utilizado tanto na documentação histórica como entre nós historiadores e historiadoras para nos referirmos às lideranças carrega em si uma série de implicações sobre as concepções de poder destas sociedades, promovendo uma homogeneização das formas de mando, em diferentes tempos e sociedades. Se ela é absolutamente incorreta para descrever algumas das organizações político-sociais indígenas, ela nos permite traduzir o papel executado pelas lideranças indígenas articuladas ao projeto colonial do século XIX. Inclusive, a concentração de poder de um mandatário local e as relações clientelísticas decorrentes disto foram, por vezes, chamadas por cientistas sociais de caciquismo, tanto na América hispânica, quanto portuguesa.

⁴³⁰ Não por acaso, no Rio Grande do Sul do século XXI, o mando de muitas aldeias guaranis e kaingangs permanece com os descendentes dos caciques aldeados no século XIX. Muitas vezes o acesso aos recursos governamentais, como a saúde, a educação, e a representação política, passam pela chancela da chefia. Mas, assim como no oitocentos, os conflitos gerados pela distribuição desigual de poder e recursos econômicos em um contexto de escassez resulta em alguns conflitos.

⁴³¹ Ver, por exemplo, RAMINNELI, Ronald. Nobreza indígena da Nova Espanha. Alianças e conquistas. *Tempo*. v14, nº 27, 2009. GRUZINSKI, Serge. La red agujerada. Identidades étnicas y occidentalización em el Mexico colonial. (siglos XVI-XIX). *América indígena*. Vol. XLVI, núm 3, julio-septiembre, 1986, p. 411-433. LUNA, José Carlos de la Puente. Incas pecheros y caballeros hidalgos: la desintegración del orden incaico y la génesis de la nobleza incaica colonial em el Cuzco del siglo XVI. *Revista Andina*, nº 54, 2016.

que retratavam os povos tupi do litoral no século XVI, perpetuando a afirmação de Pero Magalhães Gandavo de que os indígenas não tinham Fé, nem Lei, nem Rei⁴³².

Sem cair em estruturalismo, é possível afirmar que, guardadas as variabilidades de contextos históricos e formações sociais, a necessidade de cimentar lideranças e com elas formar alianças foi um dos alicerces do projeto colonial, e em especial da administração dos aldeamentos. Como apontou Guillermo Wilde, no caso das populações guaranis da região do Paraguai, as descrições do século XVII, enfatizavam que as lideranças eram baseadas na capacidade oratória, na generosidade, na poligamia e na destreza guerreira. A organização social baseava-se nas famílias extensa (teyÿ) que se opunham à concentração em “pueblos”. As migrações para as aldeias fizeram estas famílias extensas perderem a força, gerando uma homogeneização daquelas populações. Paulatinamente a liderança carismática foi dando lugar a uma transmissão hereditária do poder. Assim, a ação jesuítica objetivava criar linhagens indígenas, que pressupunham filhos como herdeiros biológicos dos atributos paternos, e instauraram-se instituições, como o cabildo, que congregava os caciques amigos, firmando uma “burocracia indígena”. Isso não significou o abandono, por parte dos guaranis, de outras formas de construção do poder e autoridades que fugiam ao controle dos missionários, de maneira geral relacionadas às diferentes formas de concepção do parentesco, e que foram conflitivas e dinâmicas⁴³³.

No mesmo sentido, Maria Regina Celestino de Almeida demonstrou que durante o processo colonizatório, tupis e portugueses construíram juntos a nobreza indígena, baseada tanto nos tradicionais elementos indígenas quanto nas inovações trazidas pelos europeus. Uma das mudanças elementares no contexto colonial foi a hereditariedade do posto de chefia, antes baseada nos méritos do pretendente à líder. A oficialização desta nobreza resultou em privilégios políticos e econômicos, e foi essencial para a viabilização dos projetos de aldeamento. Os privilégios oferecidos aos caciques os tornavam partícipes da ordem colonial.

A política de enobrecimento de parte das lideranças indígenas fazia-se com a concessão de privilégios e títulos que visava introduzir hábitos, costumes e valores do mundo mercantilista e cristão para envolver esses homens na ordem colonial, de forma a que conduzissem seus liderados à obediência e disciplina

⁴³² CUNHA, Manuela Carneiro da. *Imagens de índios do Brasil: o século XVI. Estudos avançados*, v. 4, p. 91-110, 1990. Ver também: CASTRO, Eduardo Viveiros de. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, v.35, 1992, p. 21-74.

⁴³³ WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones de guaraníes*. Buenos Aires: SB, 2009, p.99-144. WILDE, Guillermo. “Prestigio indígena y nobleza peninsular: la invención de linajes guaraníes en las misiones del Paraguay”, *Jahrbuch Fur Geschichte Lateinamerikas*, 2006, pp. 119-145.

nas aldeias. As lideranças, por sua vez, assumiam essa posição com a autoridade dos que se sentiam especiais. (...) Na situação de aldeados passavam a valorizar e muito os postos que ocupavam, as vestimentas suntuosas, os papéis oficiais que comprovavam seus serviços e cargos, enfim, todos os símbolos de poder e prestígio do novo mundo em que viviam⁴³⁴.

Também no caso dos aldeamentos dos kaingangs no século XIX fica patente o aspecto *relacional* da consolidação e busca por continuidade das lideranças. Se por um lado, existiu o interesse dos agentes provinciais e dos missionários em ter nas lideranças indígenas interlocutoras dos seus anseios de fixação das populações indígenas, e consequente “pacificação” das estradas e colônias; também os líderes buscaram na aliança com os “brancos” aumentar seu prestígio, assegurar sua prevalência sobre determinados territórios, fortalecer sua parcialidade contra seus inimigos e obter cargos, em especial aqueles que os consagravam como guerreiros.

Alguns aspectos desta nova cultura política, que se pretendia criar na combinação entre os interesses indígenas e indigenistas, aparecem em dois episódios protagonizados por mulheres kaingang. O primeiro destes eventos foi exposto em uma carta de Francisco Rocha Loures, de 1845. Segundo o sertanista, ao encontrar o Padre Pentado, ele insistiu para que um indígena chamado Manuel ficasse auxiliando o processo de convencimento dos demais. Manuel, além de servir como intérprete, era casado com a “*filha de um cacique*” e afirmava que a “*estima que goza a china, como uma das nobrezas selvagens*”, ajudaria no processo de aldeamento⁴³⁵. Não sabemos exatamente quem era esta mulher indígena, mas fica aqui descrito o quanto a relação parental e o prestígio que ela gozava, eram traduzidos pelo padre como sinais nobiliárquicos e capazes de funcionar como articuladores de uma aliança em prol do aldeamento.

O segundo episódio também está relacionado às primeiras tentativas de aldeamento, desta vez na região da Palmeira. O relato, datado de 1848, do superior dos jesuítas Bernardo Parés, destaca a atuação de outra mulher na formação da aliança com os “brancos”. Infelizmente, também neste episódio, essa indígena permanece anônima, mas a narração do ocorrido demonstra que algumas mulheres foram atuantes no processo de decisões políticas que resultaram no aldeamento dos kaingangs. Naquela ocasião, o jesuíta convencera os indígenas de ir a Porto Alegre negociar com o presidente da província seu aldeamento em Guarita. Para esta tarefa tinham sido inicialmente

⁴³⁴ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfozes Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.p. 187.

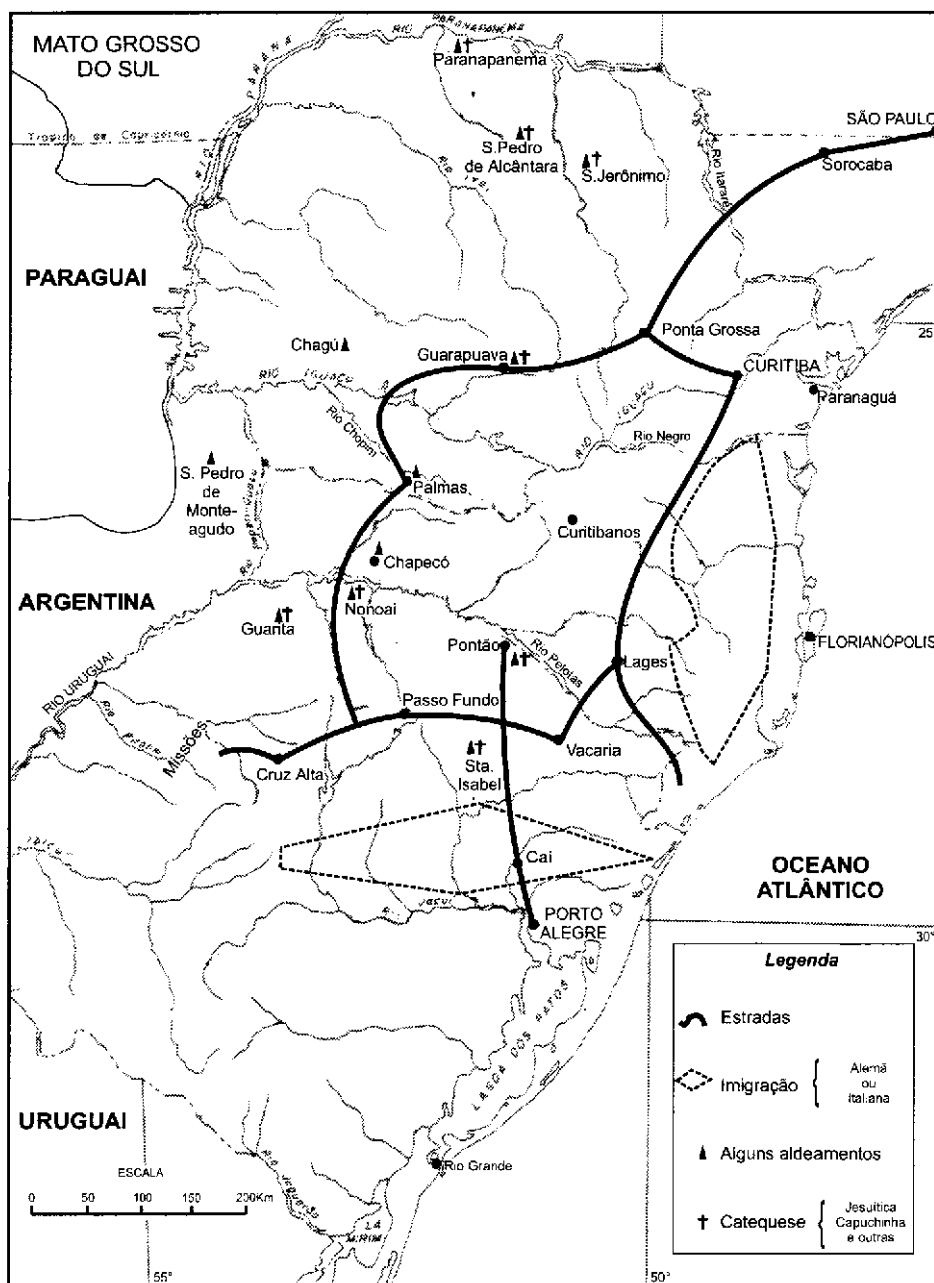
⁴³⁵Já mencionamos que china é um termo oriundo do quéchuá bastante utilizado no Rio Grande do Sul para designar mulheres indígenas. AHRS, FI, M1. Carta de Francisco Rocha Loures ao Conde de Caxias, presidente da província. Passo Fundo. 15/10/1845.

destacados dois filhos do cacique Fongue. Mas, uma mulher que, segundo o relato, “parecia ter muita influência”, solicitou que seu marido, chamado Wayetó, fosse junto com a comitiva e ele acabou substituindo um dos filhos do cacique na empreitada. Ela também demandou que fosse dado o “*título de capitão José*” ao esposo⁴³⁶.

Encontramos nestes episódios exemplos de que posições de destaque enquanto liderança, inclusive femininas, precisavam rearticular-se no contexto de avanço da colonização sobre estes territórios. As posições de mando, a capacidade de convencimento de aldear-se, a interlocução com os agentes estatais, o conhecimento do português, os títulos militares eram novos elementos que podiam fortalecer chefias. Portanto, a articulação política dos kaingang neste momento precisa ser entendida dentro dos processos históricos em curso, como o avanço territorial branco através da construção de estradas e da colonização europeia, que ao combinarem-se a elementos tradicionais de poder e de mando, configuraram novas relações de poder.

Dentro deste cenário inédito, duas lideranças parecem ter logrado assumir a posição de caciques principais e articulado a aliança com os outros líderes indígenas e agentes provinciais. Em Nonoai, em que pese a presença de outros líderes importantes, preponderou o cacique Vitorino Condá. Já em Guarita, a liderança de Fongue foi a articuladora das relações com os “brancos”. No entanto, as posições de comando, aliança e inimidade, fixação em territórios, aceitação das políticas indigenistas, não eram fixas. Assim, a prevalência destes caciques a frente das parcialidades que decidiram aldear-se tinha relação com este contexto em específico, no qual eles foram os interlocutores privilegiados dos anseios destas comunidades diante de transformações intensas. Porém, como veremos ao longo deste trabalho, novas situações instituiriam reconfigurações nas relações de poder, de território e de amizade.

⁴³⁶ PÉREZ, Rafael. *La Compañía de Jesús ...* 1901. *Op.Cit.*, p. 472.



Mapa 3: Avanço da Frente de Expansão pelo Brasil Meridional.

Fonte: Adaptado de Curtis (1964), D'Angelis (1984, p.13), Basile Becker (1991,p.158). Basile Becker e Laroque (1999,p.134)

FIGURA 17- MAPA DO AVANÇO DAS FRENTE DE EXPANSÃO PELO BRASIL MERIDIONAL

FONTE: LAROQUE, LUÍS FERNANDO DA SILVA. LIDERANÇAS KAINGANG NO BRASIL MERIDIONAL (1808-1889). PESQUISAS. ANTROPOLOGIA 56. SÃO LEOPOLDO: INSTITUTO ANCHIETANO DE PESQUISAS/UNISINOS, 2000. P.79.

2.4.1 O cacique Vitorino Condá e a formação de Nonoai

“Agradecidos de tanta generosidade, e reconhecendo as vantagens de estar baixo de um governo tão paternal como o é o de S.M. imperial, procuraremos dedicar-nos ao trabalho, obedecer aos nosso Diretores e atrair aos nossos irmãos a mesma sujeição e obediência, para não fazer agravos ou incômodos a tão bom governo.”⁴³⁷

O cacique Vitorino Condá foi o principal articulador da formação do aldeamento de Nonoai. Seu grupo já tinha formado um aldeamento em Palmas, no atual Paraná, pois na década 1840, após sucessivos deslocamentos causados pela expansão da área de criação de gado nos campos de Guarapuava e diante da presença cada vez mais marcante dos fazendeiros e comerciantes na região, fixar-se na aldeia pareceu-lhes uma forma de conseguir proteção⁴³⁸. A negociação para a permanência dos indígenas em Palmas incluía a necessidades de bens de troca, como roupas, ferramentas e até armas de fogo, que muitas vezes não chegavam ao povoado.

Souza e Bernaski destacaram que ao mesmo tempo em que havia a preocupação de estabelecer o comércio com os indígenas amigos, o capitão Hermógenes Carneiro Lobo, responsável pela aldeia, tinha intenções de tornar novamente válida a Carta Régia de 1808, que permitia a escravização dos índios. Uma carta deste mesmo capitão, me permite interpretar que a rivalidade entre os grupos indígenas foi uma forte motivação para o aldeamento, já que podia fortalecer parcialidades diante de um cenário de rivalidades agravadas pela exploração da terra pelos “brancos” e o risco de escravização⁴³⁹. Assim, o Capitão Hermógenes Lobo propunha a regularização da escravização porque tanto o grupo de Condá quanto seus rivais, os “índios de Pereque”, capturavam seus inimigos para vendê-los. Percebemos aqui que, apesar da proibição da escravização, já que a Carta Régia de 1808 foi revogada pela Lei de outubro de 1831, na prática é provável que os cativos indígenas fossem vendidos para os fazendeiros da

⁴³⁷ AHRS,FI, M1, Carta dos chefes indígenas Vitorino Condá, Pedro Nicafé e Manuel Coqueia solicitando roupas ao presidente da província. Porto Alegre, 06/02/1851.

⁴³⁸ Sobre o Cacique Vitorino Condá ver: SOUZA, Almir Antonio e BERNASKI, Joice. O capitão comandante dos índios- Vitorino Condá, nos campos de Palmas, no Iranin e no Chapecó: os kaingang e as terras indígenas do planalto meridional no Século XIX (1839-1844). *Cadernos do CEOM*. Memórias Rurais e Urbanas, v.28, nº42, jun./2005; LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889). *Pesquisas. Antropologia* 56. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas/UNISINOS, 2000, p. 109.

Condá é homenageado, atualmente, no nome de um aldeamento em Santa Catarina e no estádio de futebol do Chapecoense se chama “índio Condá”.

⁴³⁹ SOUZA e BERNASKI. O capitão comandante dos índios- Vitorino Condá...2005. *Op. Cit.*

região, demonstrando que mesmo a rivalidade entre as parcialidades indígenas é um fenômeno histórico e relacional, sendo provavelmente o conflito de lideranças agravado pela demanda do “mercado” de escravos. O capitão considerava tal rivalidade útil aos propósitos da colonização, e propunha utilizar a facção de Vitorino Condá para conter a de Pequere, que vinham fazendo um “*grande dano no caminho do sul*”, desde a Vila do Príncipe até as antigas Missões.

No entanto, a aliança estabelecida por Condá em Palmas enfraqueceu. Primeiro porque outro líder, Veri, ganhou projeção ao defender-se de um ataque inimigo enquanto Condá estava ausente. Vitorino também perdeu seu aliado Hermógenes Carneiro Lobo Ferreira, que foi substituído por Pedro de Siqueira Cortez na direção do povoado. O cacique saiu de Palmas em 1843, retrocedendo com seu grupo em direção aos rios Chopin, Chapecó e Iguçu. Mas, sua conexão com a província do Rio Grande de São Pedro foi fortalecida por uma expedição que liderou naquele mesmo ano. Ela tinha como objetivo resgatar um tropeiro que havia desaparecido, em 1832, na região das Missões, após um ataque de indígenas. Apesar de não encontrar o tropeiro, Condá resgatou sete crianças brancas que estavam cativas e trouxe um grupo grande de indígenas dispostos a aldearem-se no Paraná. O novo administrador, Pedro de Siqueira Cortez, temendo o grande número de índios arranchados em Palmas, os emboscou, assassinando vinte deles, levando à instabilidade da região, o que fez com que fosse demitido⁴⁴⁰.

Após estes episódios, a aliança de Condá com os agentes governamentais do Paraná se deteriorou. Ele então decidiu migrar para Rio Grande de São Pedro e formar novas alianças com os líderes kaingangs das proximidades de Passo Fundo. Não sabemos ao certo se ele estava na comitiva que veio de Palmas com Francisco Rocha Loures. O documento que descreve a expedição apenas informa que retornaram a São Paulo três índios que acompanhavam Rocha Loures⁴⁴¹. Mas, sabemos que a ascendência de Veri e a violência desencadeada pelo administrador de Palmas, fizeram Vitorino Condá abandonar a província de São Paulo e que seu aldeamento na região de Passo Fundo foi facilitado pela aliança com os caciques locais gerada pela inimizade em comum que tinham com o cacique Fongue.

Um relato do padre jesuíta Bernardo Parés, de 1848, permite observar como se deu esta distensão. Segundo o informe, os indígenas do aldeamento de Nonoai e de

⁴⁴⁰ *Idem*.

⁴⁴¹ AHRS, FI, M1. Carta de Francisco Rocha Loures ao Conde de Caxias, presidente da província. Passo Fundo. 15/10/1845.

Guarita formavam um mesmo “*toldo*”, mas cerca de quatro anos antes, houve um desentendimento e eles se tornaram inimigos. Assim, os indígenas de Guarita, liderados por Fongue, passaram a temer muito aqueles de Nonoai, em especial o “*famoso Condá*”⁴⁴². Um ano antes, o relato do diretor geral dos índios, trazia a mesma informação de que o grupo do cacique Fongue não queria se aldear em Nonoai porque tinha aversão ao cacique Condá⁴⁴³.

Em 1850, Alphonse Mabilde atribuiu à existência de um inimigo em comum a aliança entre os caciques da região de Passo Fundo. Para ele, a união entre Vitorino Condá, Nonoai e Nicafé devia-se à rivalidade com o cacique Braga. Como já mencionei anteriormente, me parece que o relato do engenheiro maximiza a chefia de Braga (e de Doble), porque foi com este grupo que teve maior contato. Mas, como procurarei esclarecer mais adiante, acredito que Braga era aliado de Fongue. Portanto, o relato do engenheiro corrobora a existência de duas facções, que ao tornarem-se inimigas buscaram a aliança com os “brancos” para fortalecer suas parcialidades.

As matas da margem direita do rio Uruguai, desde a foz do rio Peperiguassu até a foz do rio Canoas, eram ocupadas pelos coroados dos caciques Nonoai e Cundá (hoje Vitorino Cundá) os quais viviam, ainda que não em perfeita harmonia, ao menos sem hostilizar-se. Amizade idêntica era a que existia entre estes dois caciques e o Cacique Nicofé, que vivia com suas tribos de coroados à margem direita do rio Pelotas, entre este e o rio Canoas. Os três Caciques- Nonoai, Cundá e Nicofé- viviam sem hostilizarem-se.

Mas cada um de per si, mantinha uma guerra de extermínio contra o Cacique Braga (...)⁴⁴⁴.

O relato de Mabilde sinaliza que o “domínio” destes chefes estava delimitado pelos rios. Essa circunscrição do “comando” de cada cacique à bacia dos rios foi identificada por Laroque para vários coletivos kaingangs do século XIX. Ele elaborou um rico panorama da distribuição destes domínios e confeccionou mapas buscando relacionar os caciques com as bacias hidrográficas. Estas áreas também estavam ocupadas conforme a existência de alguns recursos, em especial as araucárias, cujos pinhões eram a fonte primordial de alimentação dos kaingang no inverno. No entanto, cabe salientar que as zonas compreendidas sob a autoridade de cada lideranças não eram fixas, além da mobilidade sazonal destes grupos e das transformações históricas da ocupação humana

⁴⁴² PÉREZ, Rafael. *La Compañía de Jesús restaurada en la República Argentina y Chile, el Uruguay y el Brasil*. Barcelona: Impr. de Henrich y ce en comandita, 1901.p. 472.

⁴⁴³ BN, Man.: I-32, 14, 014. Relatórios de José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios do Rio Grande do Sul, nos anos de 1847, 1852 e 1854. Relatório de 1847.

⁴⁴⁴ MABILDE, Pierre F. A. Booth. *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação Coroados dos matos da província do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Ibrasa, 1983.p. 162-163.

em diferentes momentos, na metade do século XIX intensificaram-se as disputas entre os próprios kaingangs, com os guaranis, os xokleng, os fazendeiros da região e os colonos europeus que chegavam às centenas.

Dentro deste novo cenário de alianças, Vitorino Condá logrou estabelecer um acordo para trazer indígenas para serem aldeados em Nonoai, recebendo um valor do governo a cada cinquenta índios arranchados na nova aldeia⁴⁴⁵. Em 1846, o juiz de direito das Missões, contabilizou 209 indígenas em Nonoai⁴⁴⁶. Em seguida, foi nomeado João Cipriano da Rocha Loures, para diretor do aldeamento e montada uma pequena companhia de pedestres, responsável pela segurança. João Cipriano era filho de Francisco Rocha Loures, que administrava aldeamentos na província de São Paulo, e, provavelmente, já tinha boa relação com os indígenas de Palmas, em especial com Vitorino, o que fez com que fosse aprovado para o cargo.

Entretanto, após um pedido do inspetor Rocha Loures de aumento da verba para a aldeia, inclusive solicitando uma maior remuneração para Condá, a presidência da província começou a criticar tanto a atuação do cacique, como a do diretor. Apesar dos incentivos financeiros concedidos ao cacique, o presidente Manoel Antônio Galvão não estava seguro de que teria efetividade em promover a fixação dos indígenas àquelas terras⁴⁴⁷. A partir do relato do capitão da companhia de pedestres, Marcelino do Carmo, constataram que havia poucos kaingangs instalados no aldeamento. Segundo ele, os que permaneceram em Nonoai já haviam sido anteriormente aldeados nos Campos de Guarapuava, ou seja, a reclamação era de que os indígenas “selvagens” permaneciam da mesma forma que antes, embrenhados nos matos. O mesmo informante relatou que Vitorino Condá e outro cacique chamado Pedro haviam introduzido não mais de 40 indígenas na aldeia e que estes já a tinham abandonado pela escassez de carne, voltando “*aos seus toldos*”, que ficavam a uma distância de 6 e 14 léguas da aldeia. Além disso, o grupo do cacique Nicofé encontrava-se no Campo do Meio. Os seja, os grupos que foram para a área do aldeamento, buscando os presentes oferecidos ali, se retiraram após o esgotamento dos recursos.

Um ano após a formação da aliança de Condá com o governo do Rio Grande, estavam instalados em Nonoai 144 indígenas, sendo que outros a frequentavam de

⁴⁴⁵ BN. HD.RPP. Relatório do Presidente Manoel Antônio Galvão à Assembleia Provincial, 05/10/1847.

⁴⁴⁶ BND. HD. RPP. Relatório do Presidente Manoel Antônio Galvão à Assembleia Provincial, 05/10/1847. p. 13

⁴⁴⁷ BND. HD. RPP. Relatório do Presidente Manoel Antônio Galvão à Assembleia Provincial, 05/10/1847, p.14.

maneira ocasional. Mas, quando o diretor geral foi visitá-la, mais de 600 indígenas apareceram na região de Passo Fundo⁴⁴⁸. De fato, segundo o relatório do presidente da província do ano de 1847, existiria entre Nonoai, Palmeira, Mato Castelhano e suas vizinhanças cerca de dois mil indígenas supostamente dispostos a se aldearem⁴⁴⁹. Mas o projeto assimilacionista encontrava algumas barreiras. Os números de aldeados sofriam enormes variações, devido a saída e entrada de pessoas, e a administração não era fácil. A aldeia era distante, o acesso era difícil, faltavam ferramentas e pessoas dispostas a trabalhar com os indígenas, além disso, quase ninguém fala a língua kaingang e a comunicação era na maioria das vezes gestual. Em 1848, João Cipriano da Rocha Loures foi demitido, ficando a aldeia de Nonoai sem diretor. O ex-administrador permaneceu dentro das terras do aldeamento, apropriando-se dos campos e gerando conflitos, por mais de duas décadas.⁴⁵⁰ Neste período dois jesuítas instalaram-se na aldeia de Nonoai e acabaram por assumir algumas funções da administração temporal. Futuramente os padres também encontrariam dificuldades intransponíveis.

O relatório do diretor geral, que estivera na aldeia no final de 1847, afirmava que havia 285 indígenas em Nonoai e o chefe do aldeamento era “*Vitorino Condá, que fala sofrivelmente o português*”. Mas alertava que muitos dos aldeados estavam abandonando o local para buscar abrigo no Campo do Meio, não só pela falta de alimentos, mas porque vinham disseminando-se ideias de que os índios estavam sendo “*domesticados*” para serem mortos⁴⁵¹.

O relatório do presidente da província do ano seguinte enumerou os grupos dos caciques Nonoai, Nicafé, Votouro e Cunhafé como sendo os presentes naquela aldeia⁴⁵². Em outubro daquele ano, o superior dos missionários, Bernardo Parés, informou que os indígenas haviam feito uma plantação comunitária de milho, feijão e abóbora e enunciava outras lideranças que haviam principiado hortas particulares.

A mais da roça-grande os bugres têm feito as suas particulares: Vitorino Condá de ½ alquer, seu irmão Domingos de 1 alquer, Canãfé de 1 alquer, Criquincha,

⁴⁴⁸ BND. HD. RPP. Relatório do Vice-presidente João Capistrano de Miranda Castro na abertura da Assembleia Legislativa Provincial. 04/03/1848, p. 20-21.

⁴⁴⁹ BND. HD. RPP. Relatório do Presidente Manoel Antônio Galvão à Assembleia Provincial, 05/10/1847, p.14.

⁴⁵⁰ Ver capítulo 3 - *A disputa pela terra*

⁴⁵¹ AHRs, FI, M3, Relatório do estado dos Aldeamentos de 1849, feito pelo diretor geral dos índios José Joaquim de Andrade Neves. Rio Pardo, 01/01/1848.

⁴⁵²BND. HD. RPP. Relatório do Estado da Província do Rio Grande de S. Pedro apresentado ao Ex. Sr. Conselheiro José Antônio Pimenta Bueno, pelo tenente general Francisco José de Souza Soares de Andréa, 06/03/1850, 1º Ed., p.12.

Caebé, Ñandi, Nonnemi, Arimbek cada um de ½ alquer, Nonoai e o Capitão Jacob e outros estão agora roçando com porretes, a falta de ferramentas (...)⁴⁵³

No entanto, o padre constatava que estavam no aldeamento apenas cinquenta indígenas, porque, diante da falta de ferramentas para roçar, alguns tinham saído em busca de mantimentos. Foi o caso do grupo do cacique Nonoai que voltou ao “*antigo toldo*” onde tinha milho e pinhão, mas, segundo o jesuíta, enviava todos os sábados um emissário para saber se as ferramentas já haviam chegado, pois tinha intenções de cultivar nas terras da aldeia⁴⁵⁴.

Outras lideranças eram de mais difícil convencimento. Parés relatou que alguns deles ainda não tinham feito plantações e, por isso, saíam para caçar. Era o caso dos três irmãos Portelas, de Chico e seu irmão Pedro Nicafi⁴⁵⁵. Este último havia se retirado para Palmas com a esposa e os filhos e prometera voltar para Nonoai em dois meses para fazer seu roçado. O padre o considerava “*o pior de toda a bugrada*” e uma má influência para os demais, por isso, torcia para que ele não retornasse. Tempos depois ele retornou e liderou, junto com o cacique Nicahi, a formação do aldeamento de Arechi⁴⁵⁶, atual cidade de Erechim que, em 1851, contava com duzentos indígenas⁴⁵⁷. Porém, pouco tempo depois esse aldeamento foi considerado extinto.

Podemos observar que o processo de aldeamento dos kaingang em Nonoai não foi linear. Se por um lado a lógica territorial de domínio de algumas lideranças continuou imperando, outros contextos como a guerra, a distribuição de ferramentas, a possibilidade da agricultura e da criação de animais, a presença de uma força de pedestres, a chegada de colonos e missionários alteraram o equilíbrio de forças e acabaram favorecendo algumas lideranças cuja interlocução com o governo era mais forte. Apesar de o velho cacique Nonoai ser bastante respeitado e o aldeamento ter sido feito na área onde ele prevalecia, a aliança firmada por Condá fez com que este tivesse ascendência naquela aldeia. Acredito que essa aliança lhe permitiu fazer frente ao rival Fongue, que teve de buscar o mesmo tipo de associação com os “brancos” para colocar-se em pé de igualdade com seus rivais.

Estas alianças eram, no entanto, circunstanciais, e dependiam de uma série de fatores. O massacre a que foram submetidos os indígenas em Guarapuava já provara a

⁴⁵³ AHRS, M1, FI. Notícias do padre Bernardo Parés para o presidente da província. Nonoai, 29/10/1849.

⁴⁵⁴ *Idem*

⁴⁵⁵ Nicafim na fonte

⁴⁵⁶ Também grafado Arexi e Araxé.

⁴⁵⁷ BN.HD. RPP. Relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul Luiz Alves de Oliveira Bello na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial, 01/10/1852. p. 17.

instabilidade das relações travadas na zona de fronteira. Se os cronistas costumam ressaltar as supostas inconstâncias políticas dos indígenas, podemos observar que os agentes coloniais também oscilavam nas suas estratégias, alianças e percepções sobre os índios. No ano de 1860, após uma série de conflitos entre as facções de Condá e Fongue, o poder provincial mudaria em absoluto seu discurso sobre o aliado que viabilizara a formação do primeiro aldeamento. Naquela circunstância, Vitorino seria chamado “*facinora por excelência*” pelo diretor geral dos índios do Rio Grande do Sul, que exortou o presidente da província de São Paulo a manter Condá dentro dos limites de sua jurisdição⁴⁵⁸.

Richard White ao relatar o funcionamento do *middle ground* desenvolvido entre algonquinos, franceses e inglês na região dos Grandes Lagos na América do Norte, traz uma reflexão interessante para pensar a necessidade de negociação entre os atores indígenas e não indígenas. O contexto em que estavam se desenvolvendo as políticas de aldeamento dos kaingang no Rio Grande do Sul do século XIX é bastante diferente daquele em que o autor pensa o conceito, principalmente porque não é possível, acredito, observar um verdadeiro equilíbrio de forças nas relações travadas no sul do Brasil oitocentista. Contudo, a ideia de que ambos os lados não poderiam alcançar seus objetivos através da força, e que se fazia necessário tentar entender o raciocínio dos outros, criando desta maneira novas normas, me parece interessante para compreender como a política indígena e a política indigenista tiveram de dialogar. Assim, ao mesmo tempo em que se criavam maneiras de organização, essas formas tornavam-se, no entendimento dos envolvidos, tradicionais⁴⁵⁹.

O projeto colonizador em conjunto com as formas indígenas de organização política formava novas tradições, consolidavam o poder de algumas lideranças, por vezes, tornando-o hereditário, criavam regras de ocupação dos espaços e dos jogos de poder. Assim, ainda que pouco a pouco o projeto de invisibilização dos indígenas fosse permeando a sociedade sul-rio-grandense, construía-se regras que contrariavam os planos assimilacionistas.

⁴⁵⁸AHRS. FI. M. 4, DGI. Relatório Geral do Estado dos Aldeamentos, José Joaquim de Andrade Neves, Diretor Geral dos Índios. Rio Pardo, 31/08/1860.

⁴⁵⁹WHITE, Richard. *The Middle Ground: Indians, Empires and Republics in the Great Lakes Region, 1650-1815*. 9 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

2.4.2 O cacique Fongue e a formação de Guarita

(...) enquanto ele penetrava até a estância não longe das tolderías dos índios, de onde partiu com o dono de um sítio chamado Guarita, que é a maior altura que se conhece daquelas cercanias, e como a atalaia desde onde os bárbaros olhavam seus inimigos e os caminhantes para roubar-lhes dando-lhes morte., ali encontrou os índios com seus caciques, que eram os mesmos que um ano antes se haviam apresentado na paz ao tenente D. José Joaquim Oliveira, que acompanhava o P. Parés.⁴⁶⁰

Cerca de três anos após a formalização do aldeamento de Nonoai, o grupo liderado pelo cacique Fongue começou as negociações para se aldear. Em 1847, eles se apresentaram na fazenda de José Joaquim de Oliveira, na localidade de Palmeira. Começava aí um vínculo de confiança entre essa parcialidade dos kaingang e este fazendeiro, que viria ser o diretor da futura aldeia de Guarita, depois de Nonoai, chegando a ocupar interinamente o cargo de diretor geral dos índios da província. Não por acaso, quando José Joaquim de Oliveira ficou muito doente, Fongue e seu grupo abandonaram o aldeamento retornaram à zona de sua primeira aldeia no interior das matas da região de Guarita.

A consolidação da aliança do grupo de Palmeira com os “brancos” aconteceu em 1848. O superior dos jesuítas Bernardo Parés foi à propriedade de Oliveira com o objetivo de aldear os indígenas. Lá encontrou um grupo de cerca de trinta indígenas, que ao escutarem que ele era um sacerdote o chamaram de “*Pandara*” e alguns teriam juntado as mãos e pedido bençãos. O conhecimento do gestual católico pelos corados aponta que, apesar de não serem aldeados, os indígenas do grupo de Fongue já tinham tido contato com outros religiosos. Isso sinaliza que o grupo buscou o aldeamento no momento em que lhe pareceu mais conveniente e não simplesmente quando teve o primeiro contato com os colonizadores.

Ao amanhecer do dia seguinte, Oliveira e o padre saíram acompanhados de alguns guerreiros coroados, que os guiaram por uma longa trilha que levava até uma coxilha alta de onde se podia observar o campo, esse local era chamado de Guarita. Só no outro dia é que os visitantes chegaram à aldeia, onde havia cerca de 20 ranchos. Foram conduzidos

⁴⁶⁰ PÉREZ, Rafael. La Compañía de Jesús restaurada en la República Argentina y Chile, el Uruguay y el Brasil. Barcelona: Impr. de Henrich y ce en comandita, 1901. p.467

à presença do cacique principal Fongue, chamado, segundo ele, de “*Pai*”. Parés o descreve com um homem de setenta anos, que estava desnudo e os recebeu sorrindo e ofereceu-lhes mel. Depois de saírem do rancho, foram oferecidos pinhões ao padre e muitos indígenas vieram comer. Mais tarde, chegou um indígena que falava português, o que permitiu ao padre comunicar ao grupo que viriam missionários viver com eles, o que foi, ainda segundo o relato, muito bem recebido por todos⁴⁶¹.

Oliveira sugeriu que os indígenas fossem com o padre jesuíta para Porto Alegre para apresentarem-se ao presidente da província e solicitar auxílios de roupas e ferramentas necessárias para o aldeamento. Apresentaram-se para jornada dois filhos de Fogue, um chamado Juan⁴⁶² e outro Caito. Deu-se então o episódio narrado no início deste capítulo no qual uma mulher que gozava de grande prestígio no grupo propôs que seu marido Wayetó substituíssem Juan na viagem.

Cinco dias depois Wayetó e Caito partiram junto com o padre Parés rumo a Porto Alegre. Nas proximidades de Passo Fundo os indígenas teriam ficado alvoroçados com a possível presença de seus inimigos de Nonoai. Em outra carta, Parés reafirmou a inimizade entre os dois grupos dizendo que os de Guarita gostariam de aldear-se mas que não queriam juntar-se aos de Nonoai, chefiados por Condá, pois tinham com eles certas “*desconfianças*”⁴⁶³. Uma vez mais as fontes apontam que era de conhecimento da facção de Fongue a aliança de Condá com os administradores coloniais, fator que possivelmente influenciou para que estes também buscassem fortalecer seu grupo e aliar-se aos brancos.

Chegando a Porto Alegre encontraram-se com o vice-presidente João Capistrano de Miranda e Castro, que os recebeu na ausência do presidente. Castro apresentou os dois kaingangs com roupas e contas de vidro para levarem aos seus parentes e prometeu enviar o necessário para que José Joaquim de Oliveira iniciasse o aldeamento de Guarita. A tentativa de agradar os emissários do cacique Fongue feita pelo governante da província nos dá a dimensão da importância que o projeto de aldeamento tinha, e o quão relevante era firmar um pacto com os indígenas para “*pacificar*” os caminhos. Bernardo Parés estava otimista, relatou que os indígenas foram recebidos em várias casas da capital e que a boa recepção teria mudado a percepção que tinham dos portugueses, antes vistos como inimigos. Assegurava que os indígenas adquiririam todos os hábitos dos portugueses, que

⁴⁶¹ *Idem*.

⁴⁶² O relato está em espanhol, não sabemos se em português era chamado assim. Talvez fosse João Gangre, filho de Fongue.

⁴⁶³ AHRS, FI, M1. Carta de Bernardo Parés ao presidente da província informando sobre o andamento dos aldeamentos. Porto Alegre, 06/11/1848.

parariam de fazer a coroa no cabelo, trabalhariam para comprar roupas e construiriam uma igreja e uma escola⁴⁶⁴.

Apesar da boa recepção que o vice-presidente João Capistrano de Miranda Castro deu aos indígenas, em seu relatório ele compartilhou o receio dos moradores de Palmeira, de que os coroados promovessem alguma “*surpresa ou agressão*”⁴⁶⁵, já que, segundo o governante, os indígenas estavam aumentando suas exigências. Por isso, autorizou uma guarda armada naqueles campos. Mas, o temor do governante não se concretizou e, ao final do ano de 1848, o acampamento de Palmeira tornou-se o aldeamento de Guarita, dirigido pelo mesmo tenente José Joaquim de Oliveira⁴⁶⁶.

Fongue selou a aliança com os brancos em 1851 quando seu filho, Antônio Prudente, foi à Corte no Rio de Janeiro encontrar o próprio Imperador Pedro II. Nos registros do Ministério do Interior consta que “*o Cacique da Aldeia de Guarita*” havia solicitado conhecer o Imperador, demonstrando que os kaingang compreendiam perfeitamente o simbolismo do encontro com o monarca⁴⁶⁷. De fato, após muito insistir, Antônio Prudente partiu no vapor União, acompanhado de outro indígena também chamado Antônio, rumo à Corte afim de conhecer o Imperador⁴⁶⁸.

Anos depois, em 1858, já com o título de capitão, Prudente solicitou ir à Corte no Rio de Janeiro mais uma vez. O diretor da aldeia dizia que o objetivo do capitão era pedir um aumento de soldo e pedia que o presidente da província providenciasse tal aumento, evitando, assim, que o indígena tivesse que ir “*incomodar a Sua Majestade*”⁴⁶⁹. No entanto, é possível que Prudente buscasse mais que um aumento, procurasse solidificar a aliança com os “brancos” repetindo sua interlocução com a autoridade máxima do Império de anos antes. Isso porque aquele era um momento delicado para a facção de

⁴⁶⁴ *Idem*.

⁴⁶⁵ BND. HD. RPP. Relatório do Vice-presidente João Capistrano de Miranda Castro na abertura da Assembleia Legislativa Provincial. 04/03/1848.

⁴⁶⁶ BN. HD. RPP. Adiantamento feito ao Relatório apresentado pelo Vice-presidente à Assembleia Provincial em 4 de março de 1848 pelo Presidente da Província e Comandante do Exército em Guarnição Francisco José de Souza Soares de Andréa. 1848.

⁴⁶⁶ *Idem*

⁴⁶⁷ AN. 14/01/1851. IA7- 4. Livro de lançamento do expediente relativo à catequese e civilização dos índios, 4ª seção da Secretaria de Estado dos Negócios da Império. Assinado por José Bonifácio Nascentes Azambuja. Seção Rio Grande do Sul, 14/01/ 1851.

⁴⁶⁸ AHRS, FI, M3. Carta de José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios para o presidente da província sobre o envio de Antônio Prudente e outro indígena para a Corte no Rio de Janeiro. Rio Pardo, 09/11/1850; AHRS, FI, M3. Carta de José Joaquim de Oliveira, diretor de Guarita, a José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios sobre o desejo de Antônio Prudente de ir a Corte no Rio de Janeiro. Guarita, 12/10/1850.

⁴⁶⁹ AHRS.FI.M4. Carta de José Joaquim de Oliveira para o presidente da província sobre o pedido do Cacique Antônio Prudente de Melo para ir à Corte. Nonoai, 14/02/1858.

Fongue. Eles haviam se juntado à aldeia de Nonoai e a antiga rivalidade com o grupo de Condá tomara corpo em um episódio envolvendo a morte de um indígena de Palmas, aliado do bando de Vitorino⁴⁷⁰.

Por este mesmo motivo, o Capitão Jacinto Manoel Victorino, filho de Vitorino Condá, solicitaria, em seguida, ao diretor da aldeia de Nonoai para “*ir beijar a mão de sua majestade o Imperador*”⁴⁷¹. Jacinto buscava com isso renovar sua aliança com os brancos e talvez demonstrar para que facção pendia o poder do Estado, repetindo o ato de seu opositor anos antes. Não lhe foi concedida a visita a D. Pedro II. Mas Prudente acabou sendo ainda menos favorecido, já que, devido ao conflito relatado, foi preso.

Vemos que a formação dos dois primeiros aldeamentos dos Kaingang, Nonoai e Guarita, dependeu da atuação dos caciques, em especial de Condá e Fongue, que de certa forma escolheram os territórios em que pretendiam se assentar, já que foram feitos em terras já dominados por aquelas lideranças. Também foi possível observar algumas das motivações para a fixação dos toldos nos aldeamentos. O perigo da escravização, o interesse nas ferramentas e roupas que eram distribuídas e a necessidade de formar alianças contra outras parcialidades indígenas parecem ter sido os principais estímulos da parte dos indígenas para a formação de Nonoai e Guarita.

Já para a administração imperial o impulso para formação destes aldeamentos veio da nova política indigenista contida no *Regulamento das Missões*, que trouxe a ideia de um trato mais pacífico com os chamados “bugres”. O interesse era o de “pacificar” esta população liberando os caminhos para a circulação de mercadorias e instalação de colonos. Neste sentido, no ano de 1850, o presidente da Província afirmou que a posição de Nonoai era “*importantíssima*”, já que se tornariam em pouco tempo “*a principal vereda para o importante comércio de animais muares e cavalares que esta província agita com a de S. Paulo*”⁴⁷².

Mas a política de aldeamento dos kaingang ainda teria algumas idas e vindas nos anos seguintes. Uma das questões que colocaria alguns dos presidentes da província desgostosos com a política de aldeamento, seria a mobilidade dos kaingang e a insistência de algumas lideranças em aldearem-se nos seus tradicionais territórios de domínio.

⁴⁷⁰ Ver nesta tese: 3.2.4 *O conflito entre Condá e Fongue...*

⁴⁷¹ AHRS. FI. M.4, DGI. Carta do Diretor da Aldeia de Nonoai, José Joaquim d’Oliveira, para o Diretor Geral dos índios sobre benefícios solicitados por Jacinto Manoel Vitorino. Nonoai, 17/05/1859.

⁴⁷² BND. HD. RPP. Relatório do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, O Conselheiro José Antônio Pimenta Bueno na Abertura da Assembleia Legislativa Província, 01/10/1850, 2º Ed., p.29.

2.4.3 Os caciques Braga e Doble e a formação do aldeamento em Campo do Meio

“Exmo. senhor, os bugres querem se aldear e mostram muitos desejos disso, e penso que o meio mais acertado de aliviar os moradores deste distrito dos vexames que constantemente sofrem destes selvagens com estragos que fazem nas roças (...)”⁴⁷³

Em 1848, o subdelegado de polícia de Passo Fundo informou que um morador do Campo do Meio, Manoel José Quadros, havia se entranhado no sertão às margens do Rio Taquari e conseguido convencer os caciques Nicafé, Chico, Maneco e Doble, a aldearem-se. Segundo a informação prestada por um intérprete indígena, o cacique Braga chegaria dentro de pouco tempo para também formar parte do aldeamento. O documento atesta que Quadros gozava da total confiança dos indígenas e era tratado como se fosse “*um de seus principais caciques*”⁴⁷⁴. Em outro documento, o diretor geral dos índios, corroborava esta afirmação, dizendo que os indígenas eram “*protegidos pelo pardo Manoel José Quadros*”, a quem “*muito estimam*” e “*denominam seu capitão*”⁴⁷⁵.

Não sabemos quais eram os interesses de Quadros na busca por aldear os indígenas em suas terras. O subdelegado afirmava que ele era um homem pobre, o que leva a pensar que talvez tivesse interesse em angariar alguma mão de obra para sua fazenda. De toda forma, as atitudes de Quadros com o grupo indígena mostram uma familiaridade constituída. Assim, é possível que ele já tivesse, em algum momento anterior tido contato com os grupos liderados por aqueles caciques e, assim como José Joaquim de Oliveira, tenha presenteado os indígenas e estabelecido uma relação de confiança. Também existe a possibilidade de o “*pardo Manuel Quadros*” ser indígena ou “*índio-descendente*”, e por isso ser considerado um “*cacique*” ou um “*capitão*” pelos kaingangs. Mas, pela escassez de informações, não é possível saber a ascendência de Quadros, que também poderia ser africana. Não era incomum entre os kaingangs a incorporação de guerreiros negros em seus grupos. Segundo Mabilde os kaingang, admitiam entre si pessoas estranhas em casos de “*apuros e perseguições*”⁴⁷⁶.

⁴⁷³ AHRS, FI, M2. Carta de Estevão Malaquias Pais de Figueiredo ao presidente da província Pedro Ferreira de Oliveira a respeito do aldeamento dos indígenas em Pontão. Vacaria, 16/06/1851.

⁴⁷⁴ AHRS, FI, M3. Carta de Joaquim Fagundes dos Reis, subdelegado de Polícia para o diretor geral dos índios José Joaquim de Andrade Neves. Passo Fundo, 18/05/1848.

⁴⁷⁵ AHRS, FI, M3, Relatório do estado dos Aldeamentos de 1849, feito pelo diretor geral dos índios José Joaquim de Andrade Neves. Rio Pardo, 01/01/1848

⁴⁷⁶ MABILDE. *Op. Cit.*, p. 43.

O fato é que, a partir daí, aqueles kaingangs tiveram Quadros como um de seus aliados. Em 1852, quando corriam boatos em Nonoai de que o aldeamento tinha como objetivo matar os indígenas, cerca de duzentos coroados buscaram refúgio na região do Campo do Meio sob a proteção de Manuel Quadros⁴⁷⁷. Sobre a relação entre os kaingang e Manuel é que dito que os primeiros “*muito o temem e conhecem por seu Capitão*”; E foi apontado seus esforços para manutenção da aliança com os indígenas “*Este homem é todo devotado a beneficiá-los, com eles reparte tudo quanto granjeia*”⁴⁷⁸.

Para consolidar a formação do aldeamento em Campo do Meio, em 1848, da mesma forma que fizeram os indígenas de Guarita, os caciques Nicofé, Chico e Maneco queriam ir à Porto Alegre “*ver a cidade*” junto com Manuel Quadros. Possivelmente buscavam selar a aliança com o presidente da província, assim como haviam feito os emissários do grupo de Fongue⁴⁷⁹. No entanto, ao contrário das aldeias de Guarita e Nonoai, onde a coalisão entre e com os indígenas permitiu a criação de aldeamentos mais ou menos estáveis, parece que havia muito menos interesse dos administradores provinciais em manter um aldeamento no Campo do Meio. Veremos que as tentativas de fixar a população indígena naquela área sofreram várias resistências dos moradores e por muito tempo as lideranças reclamaram da inadequação dos locais reservados para a aldeia. O constante deslocamento dos aldeamentos na região e a mudança nas formas de designá-los atestam esta impermanência. Assim, o aldeamento foi feito primeiro em Campo do Meio, depois chamado de Vacaria, por vezes designado Pontão ou Santa Isabel, sendo posteriormente deslocado para a colônia militar de Caseiros e, por fim, para Lagoa Vermelha⁴⁸⁰.

Talvez justamente pela maior pressão dos não indígenas sobre aqueles territórios, o local acabou sendo disputado por duas parcialidades kaingang. Através dos relatos do engenheiro belga Aphonse Mabilde podemos buscar compreender os elementos da desavença entre o cacique Braga e o cacique Doble. Porém, cabe ressaltar, que outros documentos da época não parecem corroborar uma hostilidade tão definitiva entre essas

⁴⁷⁷ BN. Man.- I- 32, 14, 014. Neves, José Joaquim de Andrade. Relatórios de José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios do Rio Grande do Sul nos anos de 1847, 1852 e 1854. Relatório de 1852, s.d.

⁴⁷⁸ *Idem*

⁴⁷⁹ AHRS, FI, M3. Carta de Joaquim Fagundes dos Reis, subdelegado de Polícia para o diretor geral dos índios José Joaquim de Andrade Neves. Passo Fundo, 18/05/1848.

⁴⁸⁰ As diferentes formas de designar os aldeamentos e a mudança de local inclusive geraram confusões na hora de catalogar os documentos referentes a elas. No Maço 2 do Fundo Indígenas do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, que foi separado por aldeamentos, constam três diferentes aldeamentos: Vacaria, Pontão e Santa Isabel, sendo que todos os documentos se referem à mesma localidade e população, sendo produzidos pelos mesmos agentes.

duas lideranças. Segundo Mabilde, Yu-toahê, conhecido pelo nome de Doble, era um líder subordinado ao cacique Braga. A aliança entre eles teria se rompido em 1837, quando Doble tentou emboscar o grupo de Braga em uma festa. Naquela ocasião Braga contava com um grupo de 1430 indivíduos⁴⁸¹. Após o episódio da traição, Braga teria declarado uma guerra de vingança contra seu antigo subordinado. Seu grupo atacou o acampamento de Doble, matando muitas pessoas e fazendo com que aquele não tivesse mais “*alojamento permanente*”, retirando-se para as margens do rio Uruguai. Assim, Doble teria ficado isolado e com vários opositores, pois já era inimigo da coligação de Nicofé, Nonoai e Condá. Essa inimizade devia-se ao fato de Doble ter pertencido ao grupo de Braga, que por sua vez sempre fora inimigo daqueles caciques. Assim, pela pressão exercida por estas desavenças, o cacique Doble viveria acuado e este teria sido o motivo pelo qual teria aceitado, ainda que provisoriamente, aldear-se nos locais indicados pelo governo:

Acossado por todos os lados, sem recurso de espécie alguma, Doble, para salvar sua vida e a da pouca gente que lhe restava, outra coisa não poderia fazer se não aldear-se, o que fez contra a vontade, porém forçado pelas circunstâncias. Apresentaram-se, sempre em pequenos grupos, mansamente, aos moradores de Vacaria, Campo do Meio e Passo Fundo, indo para os lugares que lhes foram indicados pelo governo provincial⁴⁸²

O relato de Mabilde explica as alianças indígenas através do rompimento operado em 1837. Contudo, sabemos por outros documentos, que Doble era primo de Fongue, e por isso, provavelmente compartilhava com ele seus inimigos⁴⁸³. Lembremos também que no relato de Bernardo Parés, ele apontara que Fongue e Condá eram outrora aliados. Ou seja, ainda que possam ter existido desavenças entre lideranças e rompimentos entre os grupos, fato corriqueiro em todas as formas de organização humana, possivelmente a presença cada vez mais intensa de não indígenas nos territórios, a diminuição das áreas de pinheirais, a possibilidade de acesso a ferramentas, vestimentas, outros tipos de alimentos, cativos, etc., transformou as necessidades dos grupos, fortalecendo lideranças e acirrando animosidades.

Ainda assim, não parece que o grupo de Braga e de Doble fosse tão avessos a convivência. Nos anos de 1850, os dois líderes estavam em Campo do Meio, de onde o governo pretendia retirá-los, forçando-os a irem para o Pontão:

⁴⁸¹ MABILDE. Apontamentos sobre os indígenas...1983. *Op.cit* p. 171

⁴⁸² *Ibidem*, p. 163.

⁴⁸³ *Ibidem*, p. 159-163.

Entendo que a presidência **deve forcejar** por aldear ali os índios que o **Engenheiro Mabilde** encontrou nas matas da dita picada do Pontão; eles estão por ora situados no Campo do Meio, e como não convém usar de violência em sua mudança, oportunamente ela se efetuará⁴⁸⁴.

Entretanto, segundo a versão de Mabilde, o cacique Braga não queria encontrar com seu antigo inimigo e estabeleceu-se em Vacaria, na fazenda de Manoel de Vargas, com um grupo de 304 pessoas. Ainda assim, os dois grupos rivais estavam próximos, cada um em uma ponta do Campo do Meio. Lembremos que aquela era a região onde ficava o túmulo do pai de Braga. A presença dos restos mortais dos ancestrais foi para vários grupos de kaingangs um elemento central no sentimento de pertencimento e territorialização durante todo o XIX. Assim, é possível perceber que, mais uma vez, a aceitação do aldeamento tinha como pressuposto básico a manutenção de territórios e pinheirais que já eram conhecidos e reivindicados por aquelas comunidades.

Não sabemos ao certo se Braga de fato permaneceu aldeado. As notícias que temos estão condicionadas à visão positiva que Mabilde tinha daquele líder, que contrastavam com a visão extremamente negativa que apresentava de Doble. Segundo Mabilde, depois de aldeado, o grupo de Braga teria parado de praticar “*correrias*”, abandonando o hábito que tinha de promover “*depredações e assassinatos*” nos Campos de Cima da Serra e Santo Antônio da Patrulha. Enquanto isso, Doble era visto como um cínico que tinha sido capaz de enganar todos os presidentes da província de suas intenções de aldeamento, quando, na verdade, continuava promovendo assaltos.

Outras fontes, no entanto, não corroboram esta inimizade entre os caciques, pelo contrário, encontramos Braga e Doble em uma aliança bem consolidada contra seus inimigos. Em 1850, o missionário Bernardo Parés informou que o capitão Doble estava sendo expulso do Campo do Meio pelos moradores, possivelmente incomodados porque os indígenas comiam alimentos de suas roças. Os coroados de Doble disseram ao padre que iriam ao Turvo chamar o Capitão Braga para retornar ao aldeamento de Campo do Meio. Chegou naquele momento um emissário do capitão da Companhia de Polícia de Lagoa Vermelha e informou aos indígenas que tinham fardos de roupas para repartir-lhes. O superior dos jesuítas buscou convencer Doble a ir buscar as vestimentas no Pontão, pois temia que a junção com Braga no Campo do Meio tinha como objetivo “*brigas contra Pedro Nicafi e os de Nonoai com os que não andam bem*”⁴⁸⁵.

⁴⁸⁴ BND. HD. RPP. Relatório do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, O Conselheiro José Antônio Pimenta Bueno na Abertura da Assembleia Legislativa Província, 01/10/1850, 2º Ed. , p.31.

⁴⁸⁵ AHRS, FI, M3. Carta do padre Bernardo Parés ao Brigadeiro (José Joaquim de Andrade Neves) diretor dos índios. Passo Fundo, 08/03/1850.

Braga e Doble de fato se juntaram, mas, contrariando os temores do missionário de que iriam atacar seus inimigos, apresentaram-se juntos no Pontão. Com eles estavam outros três chefes indígenas: Pedro Velho, José Grande e Pimpão. O grupo tinha cerca de quatrocentos indígenas e não parecia haver cizânias internas. Como de hábito, foram distribuídas roupas e comida para agradar os kaingangs, que depois de quatro dias resolveram partir, pois afirmaram que ali não tinham onde morar e não havia comida para seu sustento. Os indígenas gostariam de formar um aldeamento e por isso, enviaram alguns emissários à Porto Alegre para falar com o presidente da província. Mais uma vez, a consolidação das aldeias seguiu o mesmo roteiro. Começava pelo contato de alguém que os indígenas já tinham confiança, passava pela distribuição de roupas, ferramentas e alimentos e depois os indígenas iam à capital firmar este acordo⁴⁸⁶.

A mesma carta, de Estevão Figueiredo, que nos informa sobre a presença dos indígenas em Pontão, reforça a reclamação dos moradores locais de que os indígenas comiam os produtos agrícolas de suas roças, motivo pelo qual, o poder provincial buscava afastá-lo dali⁴⁸⁷. Assim, o diretor interino dos índios pretendia que aqueles caciques se aldeassem em Nonoai. Consideravam Pontão muito isolado e de difícil comunicação. Contudo, reconheciam que não seria possível fazê-los se aldear fora da serra, pois estes grupos ainda não estavam convencidos de abandonar os costumes antigos. Podemos perceber, que os indígenas conseguiam articular algumas condições para seu aldeamento, sendo uma delas a permanência nos locais que já eram de tradicional circulação de seu grupo.

Os indígenas permaneceram no Pontão até agosto do ano de 1851. Andrade Neves considerava que eles viviam “*mansos e em estado de aldeamento*” baixo “*do comando dos caciques Doble e Braga*”. Contudo, um ataque a uma fazenda em Vacaria, promovido pelos “*bugres coroados*” liderados por João Grande, fez com que o grupo de Braga e Doble, uma vez mais, retornasse ao Campo do Meio.

⁴⁸⁶ AHRS, FI, M2. Carta de Estevão Malaquias Pais de Figueiredo ao presidente da província Pedro Ferreira de Oliveira a respeito do aldeamento dos indígenas em Pontão. Vacaria, 16/06/1851.

⁴⁸⁷ *Idem*.

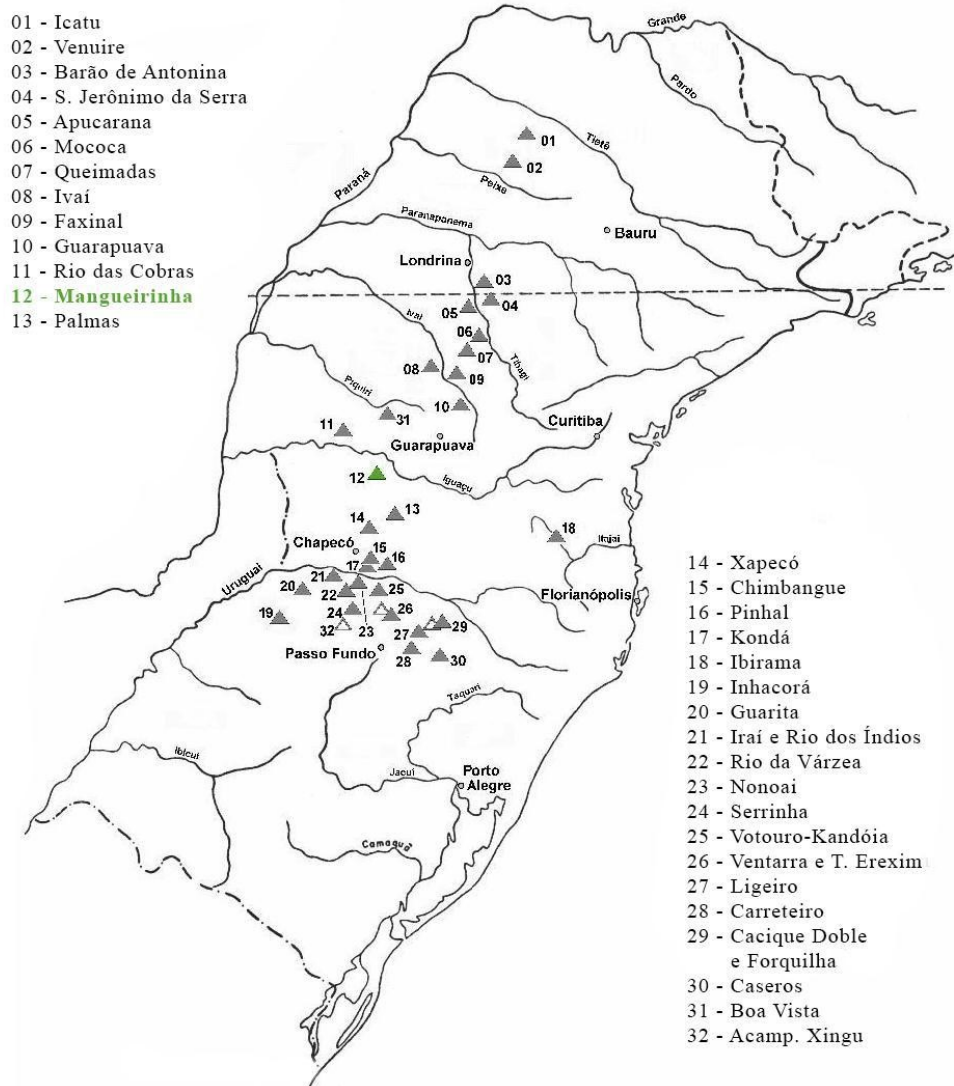


FIGURA 18 - LOCALIZAÇÃO DAS TI KAINGANG CONTEMPORÂNEAS NA REGIÃO CENTRO-SUL.

FONTE: ALMEIDA, ANTÔNIO CAVALCANTE. DA ALDEIA PARA O ESTADO: OS CAMINHOS DO EMPODERAMENTO E O PAPEL DAS LIDERANÇAS KAINGANG NA CONJUNTURA DO MOVIMENTO INDÍGENA BRASILEIRO. TESE (DOUTORADO EM CIÊNCIA SOCIAIS), PUCSP, 2013, P. 100.

2.5 A descrença nos aldeamentos kaingang: racismo, imigração e conflitos

*O sistema da força e o da persuasão empregados separadamente para tirar das matas os nossos indígenas têm sido ambos improficuos.*⁴⁸⁸

⁴⁸⁸ BN.HD. RPP. Relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul Luiz Alves de Oliveira Bello na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial, 01/10/1852.p.15

Objetivo principal da política indigenista seguia sendo o de “pacificar” as estradas, as colônias e consolidar as fronteiras. Em 1852, o diretor geral dos índios afirmou: “*Nenhum embaraço tenho encontrado para a boa execução do regulamento*”⁴⁸⁹, referindo-se à aplicação do *Regulamento das Missões de 1845*, cujas prescrições estavam centradas na formação, administração e subsequente desmantelamento dos aldeamentos indígenas. Entretanto, alguns agentes do estado se mostraram inábeis nesta tarefa e as informações da presidência da província dão conta das dificuldades de manutenção das alianças, em grande parte porque parecia arraigar-se cada vez mais no poder público concepções racistas, que flertavam novamente com a instauração de uma política exclusivamente violenta.

Assim, após o estabelecimento dos grupos de Vitorino Condá e seus aliados em Nonoai e de Fongue em Guarita, o governo provincial seguiu as tratativas de restringir a circulação dos kaingang, fixando-os nos aldeamentos. Depois das negociações iniciadas em 1845, foi necessário manter o pacto firmado com aqueles líderes indígenas e atrair novos caciques para as aldeias. No entanto, boa parte dos indígenas seguia deslocando-se pelos territórios, frequentava as aldeias para angariar alguns recursos e retornava aos matos. Na região dos Campos de Cima da Serra, onde os grupos de Doble, Braga e outros caciques estavam, a formação do aldeamento foi pouco efetiva, possivelmente porque a população não indígena incomodava-se com a presença dos kaingangs ali. Da parte dos coroados a restrição de seus territórios em razão da abertura de novas estradas e formação de colônias de imigrantes europeus contribuiu, por um lado, para o acirramento dos conflitos com a sociedade envolvente, enquanto por outro aumentou a necessidade de formação de alianças com o Estado.

A política de aldeamento foi progressivamente desacreditada, fazendo com que os presidentes fossem cada vez mais contrários a despender recursos com os indígenas. Assim, as companhias de pedestres e os missionários jesuítas foram retirados das aldeias em 1852. Os diretores não receberam seus soldos, solicitando dispensas dos cargos. O interesse pelas terras das aldeias foi ficando ainda mais manifesto. Em 1852, a presidência da província buscou reunir todos os indígenas em Nonoai, incluindo os guaranis.

A descrença em um tratamento mais filantrópico dos indígenas, que incluía uma “etapa” de aldeamento antes da sua assimilação pela sociedade nacional, foi em grande parte pautada pela introdução de concepções racializadas que embasadas em um discurso

⁴⁸⁹ BN. Manuscritos: I-32, 14, 014. Relatórios de José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios do Rio Grande do Sul, nos anos de 1847, 1852 e 1854. Relatório de 1852, sem data.

cientificista importado da Europa. Estes discursos feitos pelos naturalistas, mesmo que pregasse um tratamento benevolente com os nativos, acabou refletindo-se em políticas mais violentas contra os indígenas. Tais políticas não eram novas, elas retornavam sob nova roupagem ao binômio tupi-tapuia explicitado no capítulo 1, no qual os kaingangs representavam os selvagens indomesticáveis e os guaranis os índios assimilados e desaparecidos.

2.5.1 Uma reflexão sobre racismo a partir dos escritos de A. Mabilde.

*No próprio caráter dos indígenas observa-se, até certo ponto, aquela identidade da raça: índole má, muito desconfiados, as faculdades intelectuais circunscritas, preguiçosos e pouco dados ao trabalho, muito ambiciosos, astuciosos, simulados, traidores e, sobretudo, muito egoístas e orgulhosos*⁴⁹⁰.

Analisando os escritos presentes nos *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação Coroados dos matos da província do Rio Grande do Sul* de Pierre A. Mabilde sobre os coroados da região sul do Brasil, pretendo apontar como eles sintetizam o tipo de pensamento racializado que vinha se construindo sobre os indígenas e que teve reflexo nas decisões da política indigenista na segunda metade do oitocentos. A escolha por analisar os escritos do engenheiro belga deve-se não só pela interlocução que teve com os administradores da província do Rio Grande de São Pedro durante o oitocentos, mas principalmente porque os estudos contemporâneos sobre os kaingangs se serviram dos dados etnográficos compilado pelo naturalista sem situá-los criticamente dentro do debate sobre o racismo científico que entrava em voga. Assim, acredito que tais ideias, ainda que escritas por um belga, devam ser pensadas em um contexto de tradições etnográficas nacionais, que relegavam os índios ao desaparecimento e tiveram reflexos nas políticas indigenistas.

A historiografia brasileira costuma atribuir, com razão, a penetração mais intensa das ideias do racismo científico no contexto da abolição do tráfico de escravizados para o Brasil, já na segunda metade do século XIX, especialmente na década de 1860 e 1870⁴⁹¹.

⁴⁹⁰ *Idem*, p.23.

⁴⁹¹ Michael Banton identifica o início deste processo de racialização ainda no século XII, contudo, sinaliza que é no XIX que a raça se tornou a maneira de classificar as características das pessoas. Assim, nascia a ideologia baseada na noção de que os seres humanos estavam divididos em raças distintas e permanentes ou ainda que “brancos e os pretos são espécies diferentes” BANTON, Michael. *A Idéia de Raça*. Rio de

Entretanto, Marcus Vinicius Rosa apontou que, no caso do Rio Grande do Sul, existiu uma certa desatenção aos “sentidos raciais” do estímulo precoce à presença europeia na província, já que, desde 1824, a imigração alemã vinha sendo efetivada, revelando, segundo o autor, um desejo de branqueamento entre administradores e burocratas do Império⁴⁹². Rosa analisa como a questão do clima embasou discursos que buscavam consolidar o sul do país como uma região ideal para a vinda de europeus desde a década de 1820, excluindo os negros e africanos do projeto de Rio Grande do Sul. O autor aponta que as ideias mais científicas, biológicas e deterministas de raça, consolidadas posteriormente, apresentam-se como uma continuidade de antigas classificações baseadas em cor, condição jurídica e qualidades⁴⁹³. Apesar destas acertadas análises, ele restringe seu estudo às questões relacionadas aos africanos ou negros. Entretanto, a análise dos discursos dos presidentes da província do Rio Grande de São Pedro aponta que era a “questão” indígena que se relacionava mais diretamente à imigração alemã. Tais debates ganhavam contornos mais racializados a partir da década de 1850, ainda que retomem atribuições de características inatas aos índios de períodos anteriores.

Podemos refletir que, se os negros e negras tornaram-se alvos dos discursos racistas mais para o final do século XIX, foram os indígenas que estiveram no centro destes debates em períodos anteriores, bastante pautados pela etnografia. Em grande parte, isso se deve à propagação de ideias que negavam aos negros a possibilidade de civilização, excluindo as nações africanas de serem objeto de etnografia e vedando-lhes um lugar na história do Brasil⁴⁹⁴. Como mencionado no capítulo 1, os indígenas também foram excluídos da cidadania brasileira, mas eles foram tema constante do pensamento nacional do século XIX. Porém, havia de se separar os indígenas existentes no passado, que podiam ser incluídos ou não na genealogia da recente nação, daqueles cuja presença real atravancava a “civilização” brasileira. Como apontou Monteiro, o binômio tupi-

Janeiro: Edições 70, 2010. p. 39. Skidmore afirma que inclusive nos EUA e na Europa seria por volta da década de 1860 que as teorias racistas ganhariam aceitação como explicação política e cultural. SKIDMORE, Thomas. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 65. Lília Schwarcz coloca que a introdução das teorias raciais foi tardia no Brasil, ganhando força nos anos de 1870, momento em que a lei do ventre livre colocava como irreversível o processo de abolição da escravidão. SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁴⁹² ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. *Além da Invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre (1884-1918)*. Tese (Doutorado em História). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2014. p. 29-64.

⁴⁹³ *Ibidem*, p.56

⁴⁹⁴ KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: editora FIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009, p. 132.

tapuia vinha resolver tais contradições e condicionou a incorporação das teorias raciais no Brasil:

Tema de presença constante no pensamento brasileiro do século XIX, o contraste entre o índio histórico, matriz da nacionalidade, tupi por excelência, extinto de preferência, e o índio contemporâneo, integrante das “hordas selvagens” que erravam pelos sertões incultos, ganhava, pouco a pouco, ares de ciência⁴⁹⁵.

Almeida constatou que ao longo do oitocentos surgiram três imagens dos índios nos discursos políticos, literários e históricos. A primeira era a dos índios idealizados do passado ou o “índio morto”, presente na literatura romântica indigenista, que teve José de Alencar como seu mais forte expoente. A segunda imagem era a de “bárbaros dos sertões”, a qual se destinavam políticas assimilacionistas ou de extermínio. Por último, a imagem de “degradados” direcionada aos indígenas aldeados no período colonial, cuja construção alicerçava-se na ideia de que eram misturados, preguiçosos e minoritários⁴⁹⁶. É possível constatar a presença destas três imagens direcionadas também aos grupos indígenas do extremo sul do Brasil. É importante salientar que a construção destas visões sobre os indígenas parece derivar das diferentes noções de raça que foram sendo construídas ao longo do século.

John Monteiro aponta neste sentido, enfatizando que se foi no último quartel do século XIX que a abordagem racial ganhou um contorno evolucionista, mas desde muito antes, apoiados na literatura europeia, os atributos negativos e positivos da “raça” indígena concorriam. Os primeiros, legitimando ações violentas e a exclusão dos indígenas do futuro nacional baseados nas ideias de inferioridade física, moral e intelectual. Já os aspectos positivos eram acionados no pensamento imperial para a ressaltar a formação única da nação brasileira, caracterizando-a através de uma mestiçagem profícua⁴⁹⁷.

Desta forma, as notas redigidas por Mabilde a respeito dos povos jê-meridional tem que ser pensadas dentro de um conjunto de estudos etnográficos que balizou a entrada das teorias racistas no país. Como afirmou Monteiro, estes estudos alicerçaram a construção das concepções raciais:

Mesmo antes da penetração definitiva das teorias e das técnicas para o estudo das raças, os estudos etnográficos de meados do século XIX estabeleceram

⁴⁹⁵ MONTEIRO. Tupis, tapuias e historiadores... 2001 *Op. Cit.* p.170.

⁴⁹⁶ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 137-14.

⁴⁹⁷ MONTEIRO. Tupis, tapuias e historiadores... 2001 *Op. Cit.* p.174.

algumas questões de fundo que acabaram condicionando o consumo das teses estrangeiras referentes às raças humanas⁴⁹⁸.

Assim, os relatos das expedições de naturalistas europeus na Mata Atlântica brasileira, nos anos seguintes ao deslocamento da corte portuguesa para o Brasil, constituíram-se como modelo da prática científica para descrição das florestas tropicais que incluíam os povos que nelas viviam. Buscando compreender as origens intelectuais de tais relatos, Marta Amoroso apontou que os cientistas das primeiras décadas do XIX estiveram inspirados pelas ideias da cosmologia de Alexandre von Humbolt e pela antropologia física, baseada na craniometria, de Joahnn Friedrich Blumenbach⁴⁹⁹. Segundo a autora, os estudos de antropologia física vieram trazer novos aportes para a ideia de degeneração das raças:

As hipóteses de uma humanidade primordial e da sua degeneração, que criavam tipos distintos de homens pela transmissão de caracteres adquiridos, aproximava Blumenbach dos filósofos DePauw e Buffon. O laboratório de Blumenbach em Göttingen, entretanto, criava a possibilidade de uma antropologia física comparada, com crânios humanos, desenhos e medições que suscitavam novas hipóteses sobre a hierarquia dos tipos humanos dentro do quadro geral delineado a partir da ideia da degeneração⁵⁰⁰.

Tais ideias raciais pautaram muito precocemente a observação dos naturalistas europeus sobre os indígenas do Brasil e criaram parâmetros para as observações etnológicas feitas também por intelectuais nacionais. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi o palco privilegiado de tais debates. Como explicitou Kaori Kodama, a produção etnográfica do IHGB estava diretamente relacionada ao projeto de formação nacional. A questão das “raças” introduziu-se no Instituto a partir das discussões bíblicas e monogenistas⁵⁰¹, quer dizer, tradições que colocavam uma única origem para os seres humanos, explicando as diferenças entre as “raças” por fatores diversos, com destaque para os efeitos do clima para a variabilidade entre os seres humanos. Ideias de teóricos como Buffon, que já perdiam espaço nas discussões intelectuais europeias, seguiam em voga entre os etnógrafos brasileiros. Somava-se a elas os já mencionados estudos de craniometria de Blumenbach e sua divisão das quatro raças, que, como veremos, dialoga

⁴⁹⁸ MONTEIRO, John M. As raças indígenas no pensamento brasileiro do Império. In: MAIO, Marcos Chor (org). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996, p. 41-58.

⁴⁹⁹ A autora analisa especificamente os ilustres naturalistas europeus que visitaram a Fazenda da Mandioca no Rio de Janeiro, mas devido ao impacto da produção destes cientistas acredito que possamos extrapolar um pouco os limites das influências dos teóricos citados.

⁵⁰⁰ AMOROSO, Marta. *Terra de índio: imagens em aldeamentos do Império*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014. p. 35.

⁵⁰¹ Sobre as teorias raciais da monogenia e poligenia ver: BANTON. *A Idéia de Raça...2010.Op. Cit.*

com os escritos de Mabilde. Outro teórico que influenciou os estudiosos do IHGB, e aparece nas notas redigidas por Mabilde, foi Peter Camper, cujas teorias baseavam-se na medição dos ângulos faciais⁵⁰².

Dentro das correntes monogenistas os estudos das ciências da vida, desenvolvidos na primeira metade do século XIX, repercutiram investigações sobre a humanidade, levando a uma ênfase nos estudos físicos. Contudo, a partir de 1850 entrava em voga o poligenismo, pregando que as “raças” humanas tinham origens diferentes. A corrente monogenista, ao enfatizar uma origem comum aos seres humanos, acabaria por se caracterizar por ideias mais filantrópicas, fazendo com que muitos etnólogos europeus se engajassem em questões políticas como a abolição da escravidão. Os poligenistas da Europa acabariam se concentrando, a partir dos anos de 1840, nas sociedades antropológicas, pautadas por discursos mais cientificistas. Contraditoriamente, seria nas próprias sociedades etnológicas que as teorias das raças se desenvolveriam, bastante atreladas à ideia de Estado-nação⁵⁰³.

Kodama aponta que entre os membros do IHGB predominavam noções monogenistas às quais a tese da decadência foi utilizada como forma de explicar a suposta falta de civilização dos índios brasileiros⁵⁰⁴. Analisando os escritos de Von Martius, a autora demonstra que o ilustre membro do IHGB fez uma inversão na ideia de que os indígenas eram “primitivos”, defendendo que os habitantes do continente americanos haviam decaído do estágio de civilização mais elevado. Devido a esta decadência, Martius pregava a inevitabilidade do desaparecimento dos indígenas⁵⁰⁵.

Os escritos de Pierre François Alphonse Mabilde inserem-se nesta vasta produção etnográfica, dialogando com os estudos etnológicos nacionais e internacionais, e revelando concepções racializadas sobre os indígenas. Portanto, seus relatos são uma interessante fonte para observarmos como os debates sobre a “raça” indígena vinham sendo fomentados com informações sobre os jê-meridionais das fronteiras do Império. Esse tipo de escrito não apenas contribuiu para construção do racismo no século XIX,

⁵⁰²KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil...*2009, *Op. Cit.*, p. 129.

⁵⁰³ *Ibidem*, p. 146.

⁵⁰⁴ É possível observar a tendência de atrelamento ao monogenismo em membros do IHGB ao menos até o início do século XIX. DIEHL, Isadora Talita Lunardi. *Racismo e a questão indígena no Brasil: reflexões a partir da tese de Afonso de Freitas no I Congresso de História Nacional do IHGB (1914)*. Trabalho de Conclusão de Curso de História. Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016b.

⁵⁰⁵ KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil...*2009, *Op. Cit.*, p. 154-155.

como influenciou nas decisões políticas da época, baseadas em concepções racializadas, que continuaram (e continuam) a ecoar.

Os escritos consistem em 64 notas redigidas entre 1837 e 1852. Elas foram compiladas e reorganizadas por temáticas pelas bisnetas do autor e publicadas em 1983⁵⁰⁶. Mabilde nasceu em Gent, Flandres Oriental, atual Bélgica⁵⁰⁷. cursou a Universidade de Liège, possivelmente o recém-criado curso de Engenharia de Minas⁵⁰⁸. Tendo vindo para o Brasil em decorrência do seu envolvimento nos conflitos pela independência belga, chegou ao Rio de Janeiro em 1833 e logo foi contratado pela empresa Carrole e Forbes para trabalhar na obra da Barra do Rio Grande. Em 1848, foi nomeado Engenheiro e Agrimensor das Colônias e em 1850 tornou-se tenente coronel da Guarda Nacional, posteriormente ocupando cargo de vereador na câmara de São Leopoldo em diversos mandatos. Abeillard Barreto aponta que Mabilde pretendia criar um museu de Porto Alegre, chegando a escrever um trabalho sobre a organização deste projeto, mas esta iniciativa nunca se concretizou⁵⁰⁹.

Os primeiros relatos do engenheiro datam de expedições em 1837, mas foi como engenheiro agrimensor, responsável pela demarcação e abertura de estradas no norte da província, nos anos de 1850, que teve uma maior proximidade com os kaingang. Segundo a versão do livro das bisnetas de Mabilde, durante um trabalho de agrimensura nas proximidades de Santa Cruz, o engenheiro teria se tornado prisioneiro dos kaingangs, ficando cativo por dois anos⁵¹⁰. Alguns indícios apontam para o fato de que o sequestro foi uma invenção, não sendo possível encontrar nenhuma fonte que corrobore sua estadia forçada entre os kaingangs, além do próprio relato do autor. Mesmo neles, o fato de ser um prisioneiro dos indígenas parece uma ideia enxertada posteriormente a confecção das notas, que buscava enriquecer o conteúdo dos relatos, hipótese corroborada pelo fato de

⁵⁰⁶ Os relatos do engenheiro haviam sido publicados (já postumamente) no Anuario do Estado do Rio Grande do Sul, nos anos de 1897 e 1899, com o título de: *Apontamentos ao correr da penna sobre os indígenas selvagens da nação "Coroado" da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, extrahidos das minhas notas, tomadas em viagens e excursões pelos sertões de mattas virgens da mesma província.*

⁵⁰⁷ Suas bisnetas afirmam que teria nascido em Bruxelas, mas no batismo de sua filha teria declarado ser de Gent. Todas as informações da biografia são de: MABILDE, Adriano Ballejos. *Estaleiro Mabilde – as relações com os funcionários e o Estado (1896-1943)*. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2009.

⁵⁰⁸ Já existia durante o domínio Napoleônico na Bélgica as faculdades de Medicina e Ciências. Em 1817 as faculdades de Filosofia, Direito e Letras foram criadas e apenas em 1824, quando a Bélgica estava sob domínio holandês, foi criada a Engenharia de Minas. Segundo as informações da Universidade de Liège: https://www.uliege.be/cms/c_9269366/fr/historique-1817-une-universite-nee-avant-la-belgique

⁵⁰⁹ BARRETO, Abeillard. *Bibliografia sul-riograndense*. Volume 11 (K-Z). Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1976, p. 856.

⁵¹⁰ MABILDE. *Apontamentos...* 1983. *Op. Cit.* 218-222

que sua libertação do cativeiro teria se dado por demonstrar inteligência⁵¹¹. Ele teria conseguido deslumbrar seu guarda, Ucuity, com os relatos das “*maravilhas da civilização*”. Assim, o indígena decidiu fugir junto com o agrimensor para São Leopoldo, levando a tira colo um filhote de onça, que tempos depois teria matado o jovem⁵¹². Ainda que não tenha sido sequestrado, de fato Mabilde esteve entre os kaingangs em algumas ocasiões quando executava trabalhos demarcatórios no interior da província.

O engenheiro dedicava-se, assim como outros naturalistas de sua época, à diversos ramos da ciência: etnologia, geologia, mineralogia, botânica e astronomia. Não podemos mensurar com exatidão a repercussão de seus *Apontamentos sobre os indígenas* nos meios científicos⁵¹³. Mas, ao longo do livro, Mabilde faz alusão à correspondência que trocava com intelectuais da época, como os naturalistas franceses Auguste Sant-Hilaire e Berthier, e como o médico Mareska⁵¹⁴ da Bélgica. Além disso, faz alusão a correspondência com brasileiros como o “*Dr. em Medicina, Coronel João Daniel Hillebrand*”. Isso nos demonstra que sua concepção sobre raça pode ter tido alguma influência na maneira como estas categorias foram construídas não apenas no Brasil, mas também na Europa. Por outro lado, a citação de autores como Franz Joseph Galls e Peter Camper apontam que ele estava informado sobre a literatura europeia, em especial da antropologia física.

A questão da raça nos *Apontamentos* não é apenas indiciária. Dos 25 capítulos em que suas notas foram divididas, três tratam diretamente da questão racial, sendo seu tema central, enquanto outros fazem menção indireta, quando por exemplo, trata da questão linguística. Mabilde insere-se no debate contestando que não seria possível aferir o pertencimento dos indígenas brasileiros à raça mongólica através do ângulo frontal. Baseia tal afirmação no fato de que, ao executar a mediação de onze crânios⁵¹⁵ de indígenas coroados do Rio Grande do Sul, constatou diversos ângulos (entre 74 e 77) e

⁵¹¹ D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. *Mabilde e seus “apontamentos” sobre os coroados selvagens: Tentando separar informação de mistificação e preconceitos*. 25ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2006.

⁵¹² MABILDE. *Apontamentos...* 1983. *Op. Cit.* 226-227.

⁵¹³ Abbelardo Barreto menciona uma primeira publicação das notas de Mabilde, pelo dr. Graciano de Azambuja. Os manuscritos do autor teriam sido utilizados para a confecção de um trabalho realizado por Antônio Serrano na Universidade de Tucuman (Guilhermino César na introdução do livro de Mabilde data esse trabalho de 1939). Em 1898, os escritos de Mabilde teriam servido de base para uma publicação de autoria de Siemiradzki em Viena. Ver: CÉSAR, G. Introdução. IN: MABILDE. *Apontamentos...* 1983. *Op. Cit.* e BARRETO. *Bibliografia sul-riograndense...* 1976, p. 856. *Op. Cit.*

⁵¹⁴ Daniel Joseph Benoît Mareska era Professor da Universidade de Grand, médico da Casa Central de Detenção e Membro da Real Academia de Medicina.

⁵¹⁵ Por outros relatos do autor é provável que esses crânios analisados tenham sido retirados de túmulos visitados por ele em 1837 no mato castelhano.

que eles seriam diferentes do ângulo dos mongóis, que, segundo ele, era “*geralmente admitido*” como sendo de 75.

Assim, apesar de explicitar seu conhecimento da técnica de medição dos ângulos nos crânios e apresentar-se como um cientista atualizado nos debates sobre raça, Mabilde diverge da teoria de Camper, para quem, segundo ele, “*tanto maior será a inteligência do homem, quanto mais volumoso for o cérebro e por conseguinte, quanto maior for o ângulo facial*”⁵¹⁶. Mabilde discorda da afirmação e conclui que a variação de suas “amostras” apontava que a teoria do holandês era falha, já que os crânios dos coroados apresentavam ângulos distintos, sendo que alguns aproximavam-se inclusive do suposto ângulo dos brancos. O autor também demonstrou ter conhecimento das ideias da frenologia propostas pelo médico alemão Franz Joseph Gall. Ainda que não pareça concordar totalmente com elas, ressaltou que as “*protuberâncias e depressões*” dos crânios por ele encontrados teriam “*dado aos partidários da doutrina de Gall, matérias vasta para as discussões frenológicas*”, acrescentando que eram semelhantes às do crânio de botocudo que vira em Santa Catarina e que pertencia ao médico suíço Henrique Schutel⁵¹⁷. Esse indício de interação com outro etnólogo na província de Santa Catarina aponta que, ainda que seja difícil mapear os caminhos para a consolidação de um “ambiente científico” propício à formulação de teorias etnológicas próprias em zonas periféricas, os debates sobre raça já congregavam alguns naturalistas no sul do Brasil, em especial estrangeiros, e possivelmente proporcionavam debates, que não temos acesso por não terem deixado registros, que ajudavam a conformar noções de raça que enquadravam cada vez mais os jê-meridional dentro dos discursos científicos da época.

Então, para Mabilde a medição dos crânios não era capaz de explicar a inteligência, pois, “*a inteligência é sujeita a uma cultura*” e portanto, “*a doutrina do ângulo facial*” que “*condena*” os indígenas é “*sujeita à exceção que toda regra tem*”. Portanto, afirma sobre o experimento com as ossadas dos kaingang:

⁵¹⁶ MABILDE. *Apontamentos...* 1983. *Op. Cit.*, p. 19.

⁵¹⁷ Este crânio foi um dos posteriormente utilizado por Duarte Paranhos Schuter, filho de Henrique Schuter, que era um médico suíço da Colônia Nova Itália (depois denominada colônia D. Afonso e hoje Nova Treto), para confeccionar uma obra intitulada *Breve notícia sobre três esqueletos de indígenas brasileiros da província de Santa Catarina*. Os esqueletos seriam de índios botocudos que após um ataque à fazenda de Schuter foram capturados. Era quatro pessoas: dois meninos, uma bebê e uma velha. Um dos meninos foi “adotado” pelo médico suíço e passou a se chamar João Brusque. João, o outro menino e a velha vieram a falecer de alguma enfermidade e vinte anos depois seus esqueletos foram expostos na Exposição Antropológica Brasileira sediada no Museu Nacional do Rio de Janeiro em 1882. AGOSTINHO, Michele de Barros. A exposição antropológica brasileira de 1882: a sala Lund e a exibição de remanescentes humanos no Museu Nacional. *Ventilando Acervos*. Florianópolis. Vol. Especial, nº1, set/2019;

É que o tamanho de seu cérebro, medido por aquele ângulo facial, é volumoso bastante para que as faculdades intelectuais neles achem espaço suficiente para desenvolver-se e achem um abrigo que a ciência de Camper lhes nega ali existir.

Não estando seguro sobre as possibilidades explicativas da aferição da raça a partir da análise dos crânios, o agrimensor buscou aproximar os “coroados” da “raça mongólica” através de outras análises. As origens de suas ideias sobre a divisão das “raças” não são explicitadas, sendo possível que derivem de leituras de Blumenbach, para quem existiriam três raças: a caucásica, a mongólica e a etiópica. Porém, quando Mabilde escreve sobre seu debate com o naturalista francês Berthier⁵¹⁸, no qual este último cientista buscava estabelecer semelhanças entre coroados e kalmuks, ele explicita sua crença em uma raça asiática: “*Raça, sim, é a asiática, que considerada a segunda na grande divisão das raças humanas, se divide em três ramais que são: o chinês, o mongol e o hiper-boreano*”.⁵¹⁹

A proximidade entre mongóis e coroados poderia ser observada, segundo engenheiro, através “*caráter físico*” e “*moral*” destes povos. Para Mabilde a aparência dos mongóis, descritos como tendo “*estatura mediana*”, “*pele amarelada*”, “*olhos um tanto fundo nas órbitas*”, “*cabeça redonda*”, “*lábios grossos*”, provava que eram da mesma raça que os “*coroados*”. Contudo, o maior peso era colocado em uma possível semelhança do caráter dos dois grupos:

(...) A identidade de feições é tão declarada que pode fazer supor que os Coroados são descendentes da raça mongol.

No próprio caráter dos indígenas observa-se, até certo ponto, aquela identidade da raça: índole má, muito desconfiados, as faculdades intelectuais circunscritas, **preguiçosos e pouco dados ao trabalho**, muito ambiciosos, astuciosos, simulados, traidores e, sobretudo, muito egoístas e orgulhosos⁵²⁰.

Vemos aqui que há uma clara associação entre a “raça” dos coroados e determinadas características, todas elas negativas, da personalidade dos indígenas. Chama especial atenção a ideia da indisposição para o trabalho, que seria reafirmada outras vezes pelo autor em outras notas. Tais descrições dos indígenas kaingang teriam um forte eco nos Relatórios dos presidentes da província nos anos de 1850, como demonstrarei a seguir. A alegação da indolência “natural” dos indígenas seria acionada então como

⁵¹⁸ Provavelmente Pierre Berthier, geólogo e naturalista que pertenciam à academia de Ciências francesa e que descobriu a bauxita.

⁵¹⁹ MABILDE. Apontamentos... 1983. *Op. Cit.* 25.

⁵²⁰ *Idem*, p.23.

comprovação de que eles eram impossíveis de serem “civilizados”, e, portanto, estariam fadados ao desaparecimento e a assimilação.

Apesar das críticas ao método de aferição dos crânios, Mabilde não descolou inteligência e capacidade da questão racial. Assim, apontou: “*desgraçados indígenas, que em geral e de fato, são mais inteligentes que os negros africanos*”. Podemos ver aqui que Mabilde estabelece uma certa fixidez das características raciais, ainda que seus métodos não sejam de todo centrados na observação biológica e já é possível detectar uma centralidade da raça nas suas descrições. Aparentemente, Mabilde insere-se em uma vertente monogenista da interpretação sobre raça. Ainda que já bastante informado pelos métodos da antropologia física e apresentando ideias de características raciais bastante fixas, o autor busca as explicações para a diferenças étnicas em fenômenos culturais. Sua explicação sobre os “coroados” é uma clara adesão à teoria da decadência dos povos indígenas. Ainda que sem citar diretamente, Mabilde aproximou-se das teses em voga no IHGB, em especial aquela defendida pelo botânico alemão Carl Friedrich Philipp Von Martius:

Sou da opinião que, **antes da conquista, aqueles selvagens, em geral eram mais inteligentes e de caráter bem diferente** daquele que (obrigados pelos fatos) hoje lhes reconhecemos. As perseguições e a vida errante que foram obrigados a ter- em virtude das contínuas perseguições que lhes moviam os conquistadores e as bandeiras paulistanas que penetravam nas matas à caça deles para os escravizar, obrigando-os, durante século, a não terem alojamento permanente, vivendo sempre sobressaltados e alertas - devem ter contribuído muito para aquelas mudanças. Esta falta de segurança deve ter influído para a **degeneração do moral daquele povo** e ter obstado o desenvolvimento e a conservação das faculdades intelectuais de que eram dotados seus antepassados⁵²¹.

Curioso notar que a tese da decadência se apresenta aqui como uma tese contra a escravidão. Seria a violência das perseguições por escravos a causa da degeneração da “raça indígena”. Essa ideia de que a escravidão causava degeneração aproximava, mais uma vez, Mabilde dos monogenistas, que, como apontado, levaram a cabo campanhas abolicionistas. O agrimensor também se aproximava da teoria da decadência de Von Martius pelo viés linguístico. Para ele a língua dos coroados seria um dialeto da “*língua tupínica e do guarani*”, porém “*alterada e corrupta*”⁵²²; pensamento semelhante ao do

⁵²¹ *Ibidem*, p.21.

⁵²² *Ibidem*, p.10.

botânico alemão para quem a diversidade das línguas entre os grupos não tupis era uma espécie de castigo divino, uma fadada evidência da decadência daqueles grupos⁵²³.

A reatualização da dicotomia entre tupis e tapuias aparece nos textos do agrimensor ao tratar das possibilidades de catequização dos índios. Os guaranis, encarnações dos “tupis”, eram “*naturalmente bons e humildes, dotados de uma inteligência que os coroados não possuem*” e por isso suscetíveis aos ensinamentos religiosos dos jesuítas do passado. Já os coroados do presente tinham de ser conduzidos como “*se educássemos uma criança de má índole e ignorante de todos os preceitos sociais*”. Vemos aqui não só a oposição entre selvagens e civilizados, mas também entre os índios do passado e aqueles do presente. Os guaranis, por mais que estivessem vivos, eram interpretados como “extintos”, presos ao passado idealizado missionário e colonial; já os kaingang estavam no presente, mas eram incontornavelmente incivilizáveis.

As noções de raça também eram informadas pelo gênero e vice-versa. Os relatos dos presidentes da província e de diretores de aldeias invisibilizam totalmente o papel desempenhado pelas mulheres indígenas, seja na conformação da política nativa, seja na reação à política indigenista. Já as notas de Mabilde permitem observar alguns aspectos da atuação destas mulheres, ainda que condicionados pelo olhar masculino e europeu do autor. Mas, muito mais importante, é o quanto estes escritos são capazes de nos contar sobre o próprio processo de invisibilização das mulheres indígenas. Mabilde nos permite olhar para a construção de uma dupla “fronteira” de exclusão das indígenas, colocando-as como antítese tanto dos homens, quanto das mulheres brancas. Se a construção simbólica de exclusão dos indígenas do mundo dos “civilizados” foi feita a partir da edificação de uma fronteira que lhes negava direitos, os mecanismos articuladores desta construção do “nós” e os “outros” passaram, certamente, pelo informe da raça e do gênero. Assim, levando em conta que o autor dedica ao menos cinco dos seus vinte e cinco capítulos para debater questões relacionadas ali às mulheres ou ao feminino, como gravidez, menstruação (e sua supressão), divisão sexual do trabalho, casamentos, acredito que analisar estes escritos possa contribuir para o entendimento dos processos de racialização e invisibilização das mulheres kaingang pelos discursos políticos e intelectuais da época.

⁵²³ KODAMA, Kaori. Os estudos etnográficos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1840-1860): história, viagens e questão indígena. *Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi. Ciênc. hum.* [online]. 2010, vol.5, n.2, (p.253-272.) p. 256.

Assim, é preciso levar em conta que os *Apontamentos sobre os indígenas* foram escritos em um momento em que o pensamento científico ocidental via a diferença sexual como uma temática central, enfatizando as dessemelhanças fundamentais entre os homens e mulheres e tendo como fonte de tais argumentos as constatações biológicas⁵²⁴. Nas notas de Mabilde a construção da diferença sexual passa pelas tentativas de estabilização da natureza feminina, a generalização dos comportamentos das mulheres, sempre relacionados à sexualidade, enquanto os homens indígenas são descritos a partir de outros critérios mais relacionados à racionalidade. Ainda que, justamente por sua condição de indígenas, esta racionalidade seja descrita como incompleta. Mabilde busca através de seu discurso, estabelecer uma natureza estável para as mulheres, na qual elas são em tudo opostas dos homens. Se por um lado essa oposição cria a existência de uma feminilidade compulsória, arraigada em critérios reprodutivos e morfológicos, como a gravidez e a menstruação, que as aproxima da “natureza” das mulheres em geral, por outro também distancia suas práticas de feminilidade pelo viés racial, sendo quase sempre considerada inferior à prática das mulheres brancas.

Um dos aspectos descritos detalhadamente por Mabilde está relacionado à supressão da menstruação entre as kaingang. Os escritos do autor centram-se no debate sobre a natureza dos sangramentos mensais e de fundo subjaz o interesse pelas possíveis

⁵²⁴ Segundo Laqueur até o final do século XVIII, os intelectuais, baseando-se em explicações metafísicas, viam as mulheres como versões inferiores dos homens, ou seja, os corpos feminino e masculino eram versões hierárquicas de um mesmo sexo. Porém, a visão sobre a diferença biológica dos sexos começou a ganhar cada vez mais espaço, baseando-se na anatomia e na fisiologia, ou seja, em dados observáveis na “natureza”. Mais do que isso, a mulher começa a ser vista como oposta ao homem. Thomas Laqueur propõem que no período anterior ao racionalismo iluminista, o corpo/sexo era um dado secundário, derivado do gênero, este sim considerado uma categoria primordial e ‘real’. Não existiria ainda o postulado moderno de que o sexo é determinado biologicamente e o gênero um fenômeno cultural. Assim, não era os critérios orgânicos que determinavam quem seria de qual sexo, o exercício do papel cultural de homem ou mulher era o relevante para definir quem era o que. Para o autor, a transformação do modelo de um sexo (aquele que a mulher seria a versão imperfeita do homem) para o de dois sexos (aquele em que a mulher seria o oposto do homem) não estaria alicerçada na evolução técnico-científicas das observações sobre o corpo e sim por mudanças nas relações de poder. Salienta, contudo, que o novo modelo foi capaz de coexistir com o anterior. Fabíola Rohden chama a atenção para um aspecto pouco evidenciado por Laqueur: o da natureza instável e perigosa da diferença sexual. A autora identificou que, no final do séc. XIX e começo do XX, não apenas o tratamento médico da diferença sexual, mas também um conjunto de perturbações do corpo feminino. Reduziu-se a mulher à maternidade e ao lar, patologizando qualquer rompimento com isso. Os perigos residiam principalmente no desejo sexual ‘descontrolado’, externalizados pela masturbação e o ato sexual por prazer, desvinculando sexo e reprodução. As mulheres que desviam dos papéis tradicionalmente atribuídos a elas, como as adúlteras e aquelas sem apego aos filhos, as acometidas pela loucura puerperal e as que cometeram infanticídio, eram vistas como um problema social. Eram doentes e a sede das doenças eram os genitais. Portanto, havia uma busca por tornar a natureza da mulher inalterável, e isso muitas vezes se dava pela negação da existência do desejo sexual, ao mesmo tempo em que eram reduzidas às suas funções reprodutivas. Ver: LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001 [1990]. e ROHDEN, F. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, Coleção Antropologia e Saúde. (2001) 2009. (Cap.1:29-38; Cap.3:109-127, 141-167; Cap.5:221-228).

diferenças raciais das mulheres kaingang. Segundo ele, nos três meses que ficou entre as indígenas não as viu menstruar, por isso foi investigar a questão. Apontou que quando uma mulher após o parto voltava a menstruar, ou quando as moças chegavam na puberdade, “*uma das mulheres velhas*” lhe dava um cipó macerado com água com o objetivo de gerar a supressão do fluxo menstrual. Para descobrir qual era a planta que causava tal efeito, o agrimensor trocou uma faca com “*uma índia velha chamada Canguá*” convencendo-a desta forma a lhe dar um pouco da planta. Apesar disso, ela não lhe mostrou onde a erva crescia e o agrimensor não foi capaz de reconhecê-la.

Reconhece-se ser uma planta trepadeira, de pequena dimensão, mas não me foi nunca possível descobri-la nos matos, mesmo nos lugares que habitam aqueles coroados. Tenho certeza de que a planta nasce espontaneamente nos pinheirais, porque o pouco tempo que a velha Canguá levou em ir buscar aquela erva, na ocasião em que fez a aplicação, não me pareceu ir longe (...)⁵²⁵

A planta colhida por Canguá é semelhante à descrita pela autora indígena Tamara Mineiro em seu estudo contemporâneo sobre ervas medicinais utilizadas pelos kaingang na Terra indígena Guarita. Mineiro relata a utilização de uma planta chamada Pri Pén Sá, possivelmente do gênero *Adiantum*, utilizada no pós-parto como forma de “*limpar o útero*”. Outra planta chamada Kyrér (Sete Capote, *Campomanesia guazumifolia*) também é descrita pela autora para “*controlar o sangue no pós-parto*” e usada para tratar “*problemas menstruais*”⁵²⁶.

A descrição do século XIX permite observar o papel das mulheres idosas como curadoras e especular sobre o poder que detinham dentro do grupo, já que seus saberes, não compartilhados com os brancos, mas passados de forma geracional, eram vitais para comunidade. Assim, as especulações do engenheiro a respeito da supressão da menstruação ao mesmo tempo em que permite vislumbrar um pouco desta atuação feminina na comunidade, pode nos oferecer uma brecha para compreender como este papel foi inviabilizado.

O conhecimento que Canguá tinha e não foi compartilhado com Mabilde seguiu intrigando-o. Por continuar desconhecendo a natureza da planta e buscando saber sobre suas propriedades, escreveu ao professor da Universidade de Grand, Dr. Daniel José Benedito Mareska, que também não encontrou respostas nos herbários belgas e se correspondeu como botânico Augusto de Sant-Hilaire, em Paris. Além disso, Mabilde já

⁵²⁵ MABILDE. Apontamentos... *Op. Cit.* p.55.

⁵²⁶ MINEIRO, Tamara. *Ervas medicinais na comunidade de Missão Indígena, TI Guarita*, Rio Grande do Sul. TCC da Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. Universidade Federal de Santa Catarina. Redentora- RS, 2015. p. 16-18.

havia sido informado da prática de supressão da menstruação entre as indígenas do Paraguai pelo naturalista Aimé Bonpland⁵²⁷. Também pelos escritos de outro naturalista, de Viena, Virgílio Von Helmeireich, ficou sabendo da prática no Mato Grosso. Mas, apesar de toda a investigação, os naturalistas não conseguiram descobrir nada sobre a erva.

Saint-Hilaire e Bonpland acreditavam que a supressão da menstruação deveria causar malefícios e que “*só no sistema orgânico excepcional daquelas indígenas selvagens, se deveria encontrar o motivo de nenhuma influência perniciosa que aquela aplicação deveria deixar após si*”.⁵²⁸ Mabilde, entretanto, não era adepto da tese do malefício e nem da especificidade das mulheres indígenas com relação ao método. Segundo ele, através de entrevista com mulheres brancas raptadas, que tomaram a infusão e tiveram a menstruação contida durante o período em que estiveram prisioneiras, constatou que o método não era nocivo. Podemos observar por este debate em torno da menstruação que a raça e gênero eram questões que se entrelaçavam na construção do “outro” indígena. Assim, a descrição sobre as mulheres nativas fez parte do aparato de dominação colonial⁵²⁹.

Contudo, Mabilde insere-se em uma tradição filantrópica, para quem o tratamento com os indígenas deveria ser benevolente. O engenheiro buscou enfatizar seu reconhecimento dos indígenas como humanos iguais a si, que mereciam ser tratados como “irmãos”, apontando uma vez mais sua filiação à monogenia e a ideia de uma humanidade em comum. A despeito de suas boas intenções, as ideias de raça de Mabilde acabariam por conjugar-se a uma visão cada vez mais arraigada entre os administradores da província do Rio Grande de São Pedro de que os “bugres” eram selvagens decadentes e que iriam desaparecer, por isso era importante fomentar a imigração europeia, que traria para a províncias “raças” mais benéficas ao desenvolvimento da nação.

⁵²⁷ Amado Bonplat no original. Este célebre naturalista esteve na viagem exploratória de Alexander von Humboldt, na qual explorou vários locais das Américas, incluindo o Brasil. Partilhava com Humboldt a tese da degeneração das raças indígenas no Brasil. Posteriormente erradicou-se em Misiones na Argentina, onde se dedicou ao estudo e cultivo da erva-mate entrando em conflito com o exclusivo comercial do produto que o Paraguai pretendia exercer. Ficou por isso preso durante nove anos no Paraguai preso em Santa Maria de Fé. Após sua libertação estabeleceu-se, em 1831, em São Borja, no Rio Grande do Sul. Provavelmente quando se correspondia com Mabilde vivia em São Borja, região guaraníca, o que reforça a hipótese da construção de um ambiente intelectual informado pelas populações meridionais do Brasil.

⁵²⁸ MABILDE. Apontamentos... *Op. Cit.* p. 57.

⁵²⁹ STOLER, Ann Laura. *Race and the Education of Desire: Foucault's "History of Sexuality" and the Colonial Order of Things*. Durham, NC: Duke University Press, 1995.

John Monteiro, ao elencar os condicionantes da incorporação das teorias raciais no Brasil, aponta justamente para o a interseção entre o pensamento dos intelectuais dos gabinetes e as políticas indigenistas:

Neste contexto, as *doutrinas raciais* – que pregavam a inerente inferioridade dos índios, **a impossibilidade dos mesmos atingirem um estado de civilização e, por fim, a inevitabilidade de seu desaparecimento da face da terra** – teriam um lugar de destaque no debate em torno da **política indigenista**⁵³⁰.

Ainda que, como mencionado anteriormente, não seja possível mapear o impacto dos escritos etnológicos do agrimensor nos meios científicos da época, suas notas ajudam a compreender que ele estava em diálogo com as políticas provinciais. Assim, ele partilha das concepções que aparecem em alguns dos relatórios dos presidentes da província sobre a incapacidade dos aldeamentos de conter a mobilidade dos kaingangs que se imporia na segunda metade do oitocentos:

Vimos pessoas que ocupam cargos elevados, **nesta província proporem o abandono dos alojamentos e daqueles desgraçados indígenas, por não terem obtido os resultados que esperavam**, quando desde o princípio da catequese daqueles selvagens, era visível e palpável que os meios empregados não eram os adequados.

Proposta como esta é de desesperar, pois querem parar com a civilização. Felizmente, ela não achou eco no recinto de nossa Assembleia Legislativa Provincial⁵³¹.

Para o próprio Mabilde a solução de aldeamentos dos kaingangs tais como vinham sendo executados, colocados em “*lugares ermos*”, não conseguiriam chegar aos fins desejados da “civilização”. Pregava uma metodologia de misturar os indígenas à população urbana, em trabalhos variados, entre eles o do Arsenal de Guerra, fomentando uma política assimilacionista mais intensa:

O meio – talvez- de se **conseguir algum resultado na civilização daqueles selvagens seria de, ao saírem das brenhas, estabelecê-los longe das matas**, em quarteirões especiais, em cidades ou povoações onde existam arsenais de guerra e de marinha, estaleiros de construção naval, fábricas, oficinas e, finalmente estabelecimentos industriais (...)

A política proposta por Mabilde, de forçar uma integração dos indígenas através da extinção dos aldeamentos e alocação de seus habitantes junto aos núcleos populacionais “brancos” foi amplamente utilizada, culminando na extinção de vários aldeamentos guaranis e na redução dos aldeamentos kaingang. Essa política

⁵³⁰ MONTEIRO. Tupis, tapuias e historiadores... 2001 *Op. Cit.* p. 173.

⁵³¹ MABILDE. Apontamentos...1983. *Op. Cit.* p. 197.

assimilacionista ficou ainda mais clara no afastamento das crianças de suas famílias, visando a não reprodução das sociabilidades indígenas que, a longo prazo, esperava-se promover a miscigenação e a extinção dos índios⁵³². Assim, a proposta do agrimensor de levar os indígenas para as cidades e aloca-los no Arsenal de Guerra ou na casa de mestres de ofício foi amplamente utilizada com os jovens guaranis e kaingangs. A extinção dos aldeamentos também permitiu a liberação dos terrenos, que, no contexto de privatização promovido pela Lei de Terras passaram a ser usurpadas por particulares.

Portanto, as visões racializadas sobre os indígenas que se desenvolveram nos gabinetes científicos, no diálogo entre a Europa e o Brasil, inspiraram as políticas de integração forçada da população kaingang e guarani. Concomitantemente, esses mesmos pressupostos sobre raça fomentaram a imigração europeia para a província do Rio Grande de São Pedro. Assim, a colonização alemã foi novamente impulsionada na década de 1850.

2.5.2 Racismo e imigração alemã: o impacto sobre as populações indígenas

*O Brasil e a Província do Rio Grande do Sul fitam na imigração as suas mais caras esperanças de progresso.*⁵³³

A racialização dos debates políticos na segunda metade do século XIX refletiu em um novo fomento da imigração alemã, no progressivo abandono da política de aldeamento dos kaingang e na aceleração do processo de assimilação dos guaranis. Como já apontado, a questão racial era subjacente ao projeto de imigração europeia desde o começo do século. Giralda Seyferth corrobora esta afirmação, demonstrando que aspectos racistas já estavam presentes nos projetos imigrantistas brasileiros desde 1818, mas que o pressuposto da superioridade branca como base da colonização fortaleceu-se no avançar do oitocentos:

Menos evidente nas leis e decretos relativos à colonização, o **conteúdo racista** está presente, sobretudo, **na discussão da política imigratória articulada ao povoamento** e na externalização nacionalista dos **problemas de assimilação** especificados através das probabilidades do caldeamento racial. Ambas as

⁵³² Ver o Epílogo desta tese.

⁵³³ BND.HD.RPP. Relatório com que o presidente Conselheiro Barão de Muritiba (Vieira Tosta) entregou a presidência da província do Rio Grande de São Pedro ao presidente, Comandante de armas e General Jerônimo Francisco Coelho. 28/04/1856. 1ª Ed. p89. Em 1885, o Relatório associa diretamente a abolição da escravidão no RS com a necessidade de incrementar a imigração. BND.HD.RPP. Relatório com que o Conselheiro José Júlio de Albuquerque Barros Conselheiro José Antônio de Souza Lima passou a presidência da província do Rio Grande do Sul para o Dr. Miguel Rodrigues Barcelos. 19/09/1885, (1ª ed.) p. 105.

discussões são significativas quando **envolvem a colonização europeia efetivada no Sul durante mais de um século** – num contexto de povoamento em que os imigrantes alemães aparecem como antítese da brasilidade⁵³⁴.

O fomento à imigração alemã baseava-se em noções racistas que colocavam aquela população como mais apta ao trabalho e, por consequência, detentoras das possibilidades de progresso e civilização. No ano de 1866, um Relatório da Inspeção Geral das Colônias confeccionado pelo vice-presidente da província Francisco Xavier da Cunha, apresentou um verdadeiro tratado sobre a relação entre raças, nação, civilização e o projeto imigrantista⁵³⁵. O documento refletia a teoria por trás da política de incentivo à vinda de alemães para o Rio Grande de São Pedro. A noção de que a “raça” povoadora determinava a capacidade de desenvolvimento de um lugar embasava a tese de Xavier da Cunha: “*O Brasil e a província do Rio Grande do Sul fitam na imigração as suas mais caras esperanças de progresso*”. Em sua análise das diferentes “raças” e seu potencial para serem imigrantes aptos a povoarem o Rio Grande do Sul, ele ressaltava que: “*O alemão é paciente, sofredor e perseverante. Essas qualidades dão-lhe simultaneamente a educação e o caráter*”, destacava a capacidade de serem “*pacíficos e laboriosos*”⁵³⁶.

Assim, o projeto de colonização tinha como plano de fundo a percepção de que o país tinha uma natureza exuberante, mas precisava de braços e mentes europeias para atingir o progresso. Dentro desta concepção, o Rio Grande do Sul era compreendido como privilegiado para receber os imigrantes pelo seu clima frio. O presidente Cansanção do Sinimbu elencava entre as vantagens da província para receber os colonos o “*Clima benigno, quase fora do rigor dos Trópicos*” que recebendo gente “*inteligente e laboriosa*” seria capaz de civilizar-se. Estes colonos deveriam ser capazes de cultivar o que o governo considerava “terras desaproveitadas” e que em todos os casos coincidia com territórios indígenas⁵³⁷.

Com a pacificação da província após a Guerra dos Farrapos e embalados pelos debates raciais de composição da nação, a província do Rio Grande de São Pedro voltou

⁵³⁴ SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. Revista USP, São Paulo, n. 54, p.117-149, março/maio 2002.p.118.

⁵³⁵ BND. HD. RPP. Relatório da inspeção geral das colônias da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul apresentado ao Ilustríssimo e Excelentíssimo senhor Dr. Antônio Augusto Pereira da Cunha, Vice-presidente da província pelo Inspetor Geral das colônias Francisco Xavier da Cunha. Porto Alegre, Typ. Rio Grandense, Praça da Alfandega, n.24, 1866. Documento anexo ao. Relatório pelo vice-presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul Dr. Antônio Augusto Pereira da Cunha a sessão de abertura da Câmara municipal. 2/10/1865 (2. Ed).

⁵³⁶ *Idem*.

⁵³⁷BND.HD. RPP. Relatório do presidente João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu à Assembleia Provincial, 06/10/1853. p.20.

a estimular a vinda de imigrantes, sobretudo da Alemanha. Segundo Jorge Cunha, havia a necessidade de inserir no sul do Brasil uma população de pequenos e médios produtores rurais que ajudassem na reestruturação da agricultura provincial e mantivessem o equilíbrio político, com imigrantes afeitos à Monarquia. Entre 1848 e 1874, período em que a imigração esteve sob responsabilidade provincial, ingressaram no Rio Grande mais de 22 mil imigrantes, sendo 19 mil deles de origem alemã. Em 1851 foi promulgada uma lei que cedia terras aos colonos gratuitamente, mas ela não chegou a ser aplicada, pois contrariava a Lei de Terras de 1850, que impunha a compra como única forma de aquisição de terrenos. Desta forma, em 1854, estabeleceu-se que os colonos deveriam comprar a terra, mas a província arcaria com o transporte, hospedagem e manutenção das famílias imigrantes. Muitas das promessas de auxílio não se concretizaram e, apesar do desejo de trazer europeus para a província, a aplicação da política sofreu vários desafios⁵³⁸.

Um destes desafios foi justamente a presença dos indígenas nas áreas que o governo provincial pretendia assentar os colonos. A temática da imigração estava tão relacionada à presença indígena que, não por acaso, nos relatórios dos presidentes para a assembleia legislativa as notícias sobre a “*Catequese e Civilização dos índios*” vinham precedidas de informações sobre as novas colônias europeias. Assim, pesava nas propostas do poder público o eminente processo de abolição da escravidão e a necessidade de “substituição” da mão de obra escravizada⁵³⁹, mas eram os indígenas que representavam o entrave à constituição de colônias.

O exemplo mais emblemático desta questão se deu no ano de 1853. A província havia contratado Pedro Kleudgen para agenciar dois mil colonos alemães para levar para Santa Cruz, uma área ocupada por populações kaingang e guarani. Contudo, o agente sofreu oposição na Alemanha, especialmente da Associação Central de Berlin, que acusava o governo brasileiros de colocar os colonos na dianteira dos conflitos com os

⁵³⁸ MACHADO, Paulo Pinheiro. *A política de colonização no Império*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1999. p. 23-24.

⁵³⁹ “A extinção do tráfico produziu a indeclinável necessidade de colonização, e unicamente por meio dela nos é lícito fundar esperanças sobre o futuro industrial do império. A raça escrava tende a extinguir-se, pois a sua reprodução não contrabalança o seu consumo, que antes somente a renovação em ampla escala era capaz de produzir”. BND.HD.RPP. Relatório com que o presidente Conselheiro Barão de Muritiba (Vieira Tosta) entregou a presidência da província do Rio Grande de São Pedro ao presidente, Comandante de armas e General Jerônimo Francisco Coelho. 28/04/1856.1ªEd. p89. Em 1885, o Relatório associa diretamente a abolição da escravidão no RS com a necessidade de incrementar a imigração. BND.HD.RPP. Relatório com que o Conselheiro José Júlio de Albuquerque Barros Conselheiro José Antônio de Souza Lima passou a presidência da província do Rio Grande do Sul para o Dr. Miguel Rodrigues Barcelos. 19/09/1885, (1ª ed.) p. 166.

indígenas⁵⁴⁰. O presidente da província negou a existência dos embates, invisibilizando a presença dos indígenas ao mesmo tempo que acionava o discurso sobre a raça para animalizá-los, associando-os às feras que deixariam “pegadas” por onde passavam:

Que as terras de Santa Cruz são dadas aos colonos Alemães somente para servirem de vanguarda à população nacional contra a **invasão dos Bugres** que a ameaçam, quando a mais de 30 anos que n’aquele distrito não **se vê a pegada de um só homem dessa raça**⁵⁴¹?

Apesar das alegações de que não havia indígenas nas proximidades das colônias, já vimos que desde o começo do século XIX existiam conflitos entre os imigrantes e os nativos. Não por acaso, o embate entre os colonos alemães e os kaingang foi um tema privilegiado pela historiografia⁵⁴².

Portanto, na segunda metade do século XIX a intrusão nos territórios indígenas aumentou com a fundação de novas colônias agrícolas e com a expansão das primeiras cidades fundadas por imigrantes alemães. Os núcleos populacionais de São Leopoldo, no vale do rio dos Sinos, de Torres e de Três Forquilhas, no litoral, e a de Pedro II, na região de Pelotas espalharam-se pelo crescimento vegetativo de sua população e pela chegada de novos habitantes, que iam, assim, ocupando áreas cada vez mais extensas. Por iniciativa do governo provincial, em 1849, foi fundada Santa Cruz do Sul, que fica na região dos Rio Taquari e Rio Pardo e tinha uma conexão por estrada com os campos de Cima da Serra. A partir da “linha” Santa Cruz, os colonos alemães espalharam-se por diversos pontos da região, formando novos povoados. Subindo em direção ao planalto sul-riograndense foram fundadas Santo Ângelo (atual Agudo, 1857), Nova Petrópolis (1858) e Monte Alverne (1859). Além disso, surgiram novas localidades estabelecidas pela

⁵⁴⁰CUNHA, Jorge Luiz da. Imigração e colonização alemã. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau; PICCOLO, Helga Iracema Landgraf; PADOIN, Maria Medianeira. (Org.). *Império*. 1ed. Passo Fundo: Méritos, 2006, v. 2. p. 284-285

⁵⁴¹BND.HD. RPP. Relatório do presidente João Lins Vieira Cansação de Sinimbu à Assembleia Provincial, 06/10/1853. p.20.

⁵⁴²BRINGMANN, Sandor Fernando. *Índios, Colonos e Fazendeiros: Conflitos Interculturais e Resistência Kaingang nas Terras Altas do Rio Grande do Sul (1829-1860)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010. BRINGMANN, Sandor. Fronteiras da inclusão e da exclusão: reflexos do contato entre Kaingangues e as frentes de expansão (Sec. XIX). IN: BOEIRA, Nelson e GOLAN, Tau (Coord.) *Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, Povos Indígenas*, volume 5. Passo Fundo: Editora Méritos, 2009, p.109-120. DORNELLES, Soraia Sales. *De Coroados a Kaingang: as experiências vividas pelos indígenas no contexto de imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul do século XIX e início do XX*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011. FRANCISCO, Aline Ramos. *Kaingang: Uma história das interações entre nativos e ocidentais durante a conquista e a colonização no sul do Planalto Meridional*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

imigração particular de alemães como: Mundo Novo (atual Feliz, em 1846), Caí (1848), Estrela (1853), Soledade (1857), Teutônia (1858) e Candelária (1863). Avançou-se sobre a região kaingang dos Campos de Cima da Serra com a fundação de São Francisco de Paula (1848).

A ocupação da Serra dos Tapes⁵⁴³, de povoamento guarani, deu-se, através da colônia de Monte Bonito. As áreas guaranis já tinham sido povoadas antes por imigrantes alemães, quando, em 1825, estabeleceu-se uma colônia em São João nas Missões⁵⁴⁴. Ainda que o empreendimento não tenha vingado, a ideia de ocupar os territórios indígenas com colonos já estava posta desde aquele período. Em 1849, o presidente Soares de Andrea afirmou que seria desejável transformar o povo guarani de São Nicolau em uma colônia de alemães:

O Povo de São Nicolau também fica em bom lugar para colônias, e muitos outros lugares da província, uma vez que a divisão das terras em datas ou colônias possa e esteja feita. De Hamburgo diz-se, que muitas famílias alemãs, se tivessem a certeza de que suas passagens lhe seriam pagas viriam procurar abrigo nesta província⁵⁴⁵.

De fato, o mais longevo aldeamento guarani do Rio Grande do Sul acabou sendo transformado em uma colônia, porém, o atabalhoamento do processo fez com que, ao invés de dividir-se lotes iguais, a terra fosse sendo progressivamente ocupada por posseiros imigrantes e nacionais na década de 1860⁵⁴⁶.

A expansão das colônias de imigrantes europeus avançava também no território de Santa Catarina. Lá já havia um primeiro núcleo colonizatório alemão, a colônia de São Pedro de Alcântara, fundada em 1829. Mas, aproximando-se da década de 1850 novos estabelecimentos de colonos foram erigidos. No ano de 1849 foram fundadas duas importantes colônias: Dona Francisca, que viria a se tornar o município de Joinville, e Blumenau, no vale do Itajaí. Essas cidades de alemães estavam situadas nos territórios dos Xokleng e o processo de encontro entre os imigrantes europeus e aquela população

⁵⁴³ Tape era o designativo regional autoatribuído a parcialidade dos guaranis missioneiros orientais muito em função da oposição aos lusitanos em diversos episódios de disputas coloniais travadas na região sul. ver: NEUMANN, Eduardo. *Fronteira e identidade: confrontos luso-guarani na Banda Oriental 1680-1757. Revista Complutense de Historia de América*, n. 26, p. 73-92, 2000, p 92.

⁵⁴⁴ Sobre isso ver o subcapítulo 1.2.3 *Peões e soldados...*

⁵⁴⁵ BND. HD. RPP. Relatório do Presidente José de Souza Soares de Andrea à Assembleia Provincial, 01/06/1849.

⁵⁴⁶ Sobre este assunto ver nesta tese: 3.4 *A extinção de São Nicolau do Rio Pardo*

indígena resultou em conflitos que até os dias de hoje levam à discussão sobre posse das terras⁵⁴⁷.

No ano de 1857, uma nova lei provincial buscou fortalecer a vinda de imigrantes, voltando a fornecer o transporte, favorecendo os agentes colonizadores e destinando pagamentos aos colonos que decidissem vir para o Rio Grande. A presença de fraudes, o envolvimento do cônsul brasileiro em um escândalo relacionado à imigração, além das más condições enfrentadas pelos colonos fizeram com que o governo da Prússia desaconselhasse a vinda para o Brasil em 1859. O número de alemães que ingressavam na província diminuiu, mas não cessou totalmente⁵⁴⁸.

Na década de 1870, houve um novo fomento à imigração europeia, que visava suprir a província de mão de obra devido ao fortalecimento do movimento abolicionista e buscava o povoamento europeu das regiões mais altas da Serra, o que permitiriam a abertura de estradas ligando a Depressão Central ao Planalto. Como à oposição seguia forte na Alemanha, os italianos começaram a chegar à província, sendo fundadas as colônias de Conde D'Eu, Dona Isabel, Silveira Martins e Caxias; esta última ficava no chamado Campo dos Bugres, local onde havia uma antiga aldeia kaingang⁵⁴⁹. A segunda onda migratória, majoritariamente italiana, já encontrou menos resistência das populações à ocupação de seus territórios e, por isso, os confrontos entre os colonos e os nativos não foram tão frequentes.

Mas, nas décadas de 1850 e 1860, podemos observar que os discursos dos presidentes da província estavam impregnados de pressupostos raciais que tinham influência na forma como a imigração alemã e os aldeamentos indígenas eram vistos. Enquanto nos povoamentos europeus os fracassos industriais foram atribuídos ao clima, ao isolamento ou a falta de auxílio governamental, vemos que com relação aos aldeamentos o suposto malogro “civilizacional” é atribuído ao ócio, ao alcoolismo indígena ou a inexistência de pessoas aptas a trabalhar naquelas regiões.

⁵⁴⁷ WITTMANN, Luisa Tombini. *O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926)*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007. Contemporaneamente é justamente através do esbulho sofrido pelos Xokleng que se está julgando a tese do “Marco Temporal”, que legitimaria somente as terras indígenas demarcadas até a constituição de 1988.

⁵⁴⁸ CUNHA. Imigração e colonização alemã...2006. *Op.Cit.*

⁵⁴⁹ MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: 2001.p.53-54

seria muito mais proveitoso dar a propriedade das terras para a “*população inteligente, laboriosa e econômica*” do que para os indígenas, pois estes eram incapazes de se vincular ao solo, pois nem mesmo se vinculavam à família⁵⁵⁰. Esta população era justamente a dos italianos e dos alemães pois, nas palavras do vice-presidente Pereira da Cunha: “*a raça latina simboliza a inteligência, a raça germânica o trabalho.*”⁵⁵¹ Os governantes passaram a enfatizar não apenas as características negativas da “raça” indígena e sua incapacidade de evolução como também sua aversão aos próprios “civilizados”. Assim, o presidente Oliveira Bello considerava que “*quase todas as tribos, que habitavam o interior das matas d’esta província e que tamanhas hostilidades cometiam contra a raça civilizada, estão reunidas hoje no aldeamento de Nonoai*”⁵⁵².

Assim, as concepções racistas refletiram-se em uma política que visava “dissolver” os indígenas e os negros no sangue europeu, promover o melhoramento dos habitantes do país através do assimilacionismo pelas raças consideradas superiores. Esse princípio eugênico foi claramente explicitado por Pereira Cunha em seu relatório sobre a imigração de 1865:

A fusão das duas grandes raças modernas deve ser uma aspiração dos povos americanos, livres dos velhos preconceitos e rivalidades dos povos, seus progenitores. Ambas possuem qualidade eminentes, que constituindo sua **superioridade sobre as raças amarela, vermelha e negra, só podem melhorar e engrandecer na formação de um todo homogêneo.** (...) Sob o domínio destas ideias é minha opinião que o Brasil deve favorecer de **preferência a emigração germânica**, não tolhendo, no entanto, o fácil acesso à sua comum há à todas as raças que aí afluírem do globo, **exceto as raças inferiores** que aliás por seu próprio impulso dificilmente se lançam à emigração⁵⁵³.

Assim, forçando os indígenas ao trabalho, à miscigenação e retirando-os das terras com potencial produtivo, os agentes governamentais pensavam em vencer a “*indulgência habitual daqueles selvagens*”⁵⁵⁴ a ponto de fazê-los subsumir, tornando-os invisíveis. Para os guaranis, essa etapa já se mostrava possível, e caberia na segunda metade do oitocentos extinguir suas aldeias. Já para os kaingang, em um primeiro momento,

⁵⁵⁰ AHRS.FI.M4. Informações dadas pelo diretor interino Manuel Francisco de Oliveira ao presidente Antônio da Costa Pinto a pedido do Ministério da Agricultura. Nonoai, 16/02/1869.

⁵⁵¹ BND. HD. RPP. Relatório da inspetoria geral das colônias da Província de São Pedro ...02/10/1865 (2. Ed). *Op. Cit.* p.131.

⁵⁵² BND.HD. RPP. Relatório com que o Vice-Presidente Luiz Alves Leite de Oliveira Bello entregou a Presidência da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Barão de Muritiba. 26 de setembro de 1855. 2ª ed, p. 25.

⁵⁵³ BND. HD. RPP. Relatório da inspetoria geral das colônias da Província de São Pedro ...02/10/1865 (2. Ed). *Op. Cit.* p.131-132.

⁵⁵⁴ *Idem.*

investiram na “etapa” de formação de aldeamentos, muito pautada pela legislação do Regulamento das Missões de 1845, mas, em seguida, deveria haver uma progressiva redução do número de locais onde eles se agrupavam até que pudessem ser extintos todos os aldeamentos. Ou seja, o confinamento dos indígenas só seria necessário até que eles se tornassem proletários aptos a se misturarem à população nacional, poderiam então ser incorporados a ela em uma posição subalterna: a de trabalhadores braçais.

2.5.3 A volta dos conflitos: “botocudos”, João Grande e o massacre ao grupo de Doble

Os índios botocudos fizeram alguns estragos nos Distritos das Torres e Maquiné, e foi por isso necessário ocorrer com algumas providências. Será difícil intentar a catequese desses índios, já porque pertencem a uma tribo mais indômita, já porque facilmente passam para o território de Santa Catarina, o que demandará serviço simultâneo das duas presidências⁵⁵⁵.

As restrições do território indígena, em grande parte ocasionadas pela chegada dos imigrantes, contribuíram para que nos anos de 1850 os xokleng-laklano, chamados de “botocudos”⁵⁵⁶, entrassem em choque com as populações que ocupavam a região litorânea do Rio Grande de São Pedro que ficavam na desembocadura dos Campos de Cima da Serra.

Os confrontos em Torres e Maquiné deram-se na época da colheita do pinhão, quando, segundo Mabilde, os botocudos que habitavam a província de Santa Catarina passavam para o Rio Grande do Sul para a colheita e confrontavam-se com o outro pequeno grupo de botocudos que vivia nesta província. Os que viviam no Rio Grande eram poucos e, segundo o engenheiro, não possuíam número suficiente de combatentes, por isso não hostilizavam os moradores. É possível que os episódios ocorridos em Torres tenham sido protagonizados pelo grupo maior que habitava a margem esquerda do rio Mampituba na divisa com Santa Catarina, justamente para onde seria enviada a expedição com objetivo de exterminá-los.

⁵⁵⁵ BND. HD. RPP. Relatório do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, O Conselheiro José Antônio Pimenta Bueno na Abertura da Assembleia Legislativa Província, 01/10/1850, 2º Ed.p. 34.

⁵⁵⁶ Sobre a denominação de “botocudos” ver eles ver nesta tese 1.3.1 *O que quer dizer bugres?*



FIGURA 20 - FERREZ, MARC. ARAUCÁRIA [1880-1884]

FONTE: BN. BRASILIANA FOTOGRAFICA. DISPONÍVEL EM [HTTP://BRASILIANAFOTOGRAFICA.BN.BR/BRASILIANA/HANDLE/20.500.12156.1/198](http://BRASILIANAFOTOGRAFICA.BN.BR/BRASILIANA/HANDLE/20.500.12156.1/198)

Podemos perceber pela fala do presidente Pimenta Bueno que inicia este subcapítulo que ele compreendia que para os kaingang existia a possibilidade de conversão e “pacificação”, mas para os xokleng não valia o mesmo. A providência tomada pelo presidente foi a de mandar formar uma milícia para fazer guerra aos “selvagens”, deixando assim “*os moradores dos distritos de Maquiné e das Torres livres de quaisquer surpresas que os índios pretendam fazer contra suas pessoas e fazendas*”⁵⁵⁷. Com isso, retomava-se as práticas violentas utilizadas contra os “bugres” e provavelmente contra os próprios “botocudos” nas décadas anteriores⁵⁵⁸

Assim, um grupo de 36 moradores, capitaneados pelo comandante José Antônio de Oliveira, transformou-se em bugreiro. Eles partiram, fortemente armados pelo poder provincial, no dia 25 de abril de 1850 para “*perseguir os selvagens gentios*” entrando nas

⁵⁵⁷ AHRS. FI. Maço 5. Cópia recebimento do ofício do Capitão José Antônio de Oliveira pelo Presidente da Província José Antônio Pimenta Bueno. Porto Alegre, 17/09/1851.

⁵⁵⁸ É importante ressaltar aqui que estes etnônimos confundem-se na documentação, sendo a referência aos “botocudos” exclusivamente da Presidência da Província. Portanto, existe a possibilidade de se tratarem de Kaingang ou de Xokleng, já que as referências a “bugres” ou apenas a “selvagens” não permitem uma identificação tão precisa destas etnias.

matas nas proximidades do Rio Araranguá, em Santa Catarina e saindo pelo Mampituba, próximo de Torres⁵⁵⁹. Nesta partida foram encontrados poucos vestígios dos indígenas devido às intensas chuvas. O domínio dos indígenas sobre a região também fez com que os expedicionários aborreceram a missão. Consideravam a “*a Picada do Sombrio*” “*intransitável*” por ser parte do domínio que “*grandes tribos*” tinham sobre os Campos de Cima da Serra⁵⁶⁰. Uma segunda diligência, composta por 12 homens armados, partiu em maio de 1850, mas também foi impedida pelas chuvas de “*encontrar vestígios dos bugres por partidas volantes*”. Na terceira e última ação dos bugreiros foram encontrados vestígios dos indígenas. O capitão e seus 16 homens retornaram para buscar reforços, porém os moradores alegaram ter que se dedicar a lavoura e não retornaram à campanha contra os “botocudos”⁵⁶¹.

Ainda que essa milícia de moradores comandada por José Antônio de Oliveira tenha fracassado no intento de acossar os “botocudos”, essa não foi uma experiência isolada, pois este é mais um exemplo de que a ação dos “bugreiros” podia partir da determinação provincial. No mesmo sentido, Wittmann destaca que os discursos dos presidentes de Santa Catarina, desde os anos 1830, assinalavam a impossibilidade de conversão e catequização dos “botocudos”, financiando com frequência expedições com o objetivo de exterminá-los⁵⁶².

A reação dos agentes indigenistas da província de São Pedro à presença dos “botocudos” é significativa da retomada de alguns pressupostos do tratamento da “questão” indígena existentes nas décadas anteriores. Nesta iniciativa de aniquilamento está implícita a noção de que existiam certos grupos que eram “incivilizáveis” e, por isso, deveriam ser eliminados, pois outras táticas de “pacificação” seriam inefetivas. Contribuiu para o fortalecimento desta visão os episódios protagonizados por João Grande em 1851.

Ao tratar das tentativas de aldeamento dos indígenas na região do Campo do Meio e de Pontão, já mencionei que a população local tinha pouca simpatia pelos indígenas e os acusava de comerem os produtos de suas roças. Talvez, por isso, o aldeamento dos

⁵⁵⁹ AHRS. FI. Maço 5. Cópia da carta do Capitão José Antônio de Oliveira [presumido] para o Presidente da Província José Antônio Pimenta Bueno. Praia Grande Distrito das Torres, 17/10/1850.

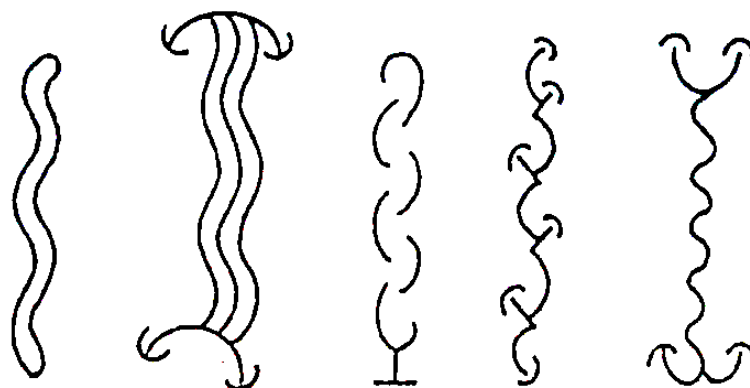
⁵⁶⁰ *Idem*.

⁵⁶¹ AHRS. FI. Maço 5. Carta do comandante José Antônio de Oliveira ao Presidente ao Vice-Presidente da Província [Patrício Correia da Câmara]. Torres, 12/10/1851

⁵⁶² Nem todos os governantes de Santa Catarina partilhavam esta visão. Taunay por exemplo tinha viés humanista da política indigenista WITTMANN. O vapor e o botoque...2007. *Op. Cit.* p. 59-72. MONTEIRO *Tupis, Tapuias e Historiadores...* 2001, *Op. Cit.* p.154.

Campos de Cima da Serra ainda era bastante incipiente. Em agosto de 1851, um ataque promovido pelo grupo de João Grande pioraria significativamente as relações entre os kaingang e a população não indígena daquela área.

FIGURA 21 - REPRODUÇÃO DAS MARCAS DOS BOTOCUDOS EM FLECHAS.



FONTE: MABILDE, PIERRE F. A. BOOTH. APONTAMENTOS SOBRE OS INDÍGENAS SELVAGENS DA NAÇÃO COROADOS DOS MATOS DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL. SÃO PAULO: IBRASA, 1983. P. 149, NOTA Nº 53.

O grupo capitaneado por João Grande atacou a fazenda de João Mariano Pimentel em Vacaria, sequestrou suas filhas e matou oito pessoas, sendo três daquela casa e cinco ervateiros que ali se encontravam⁵⁶³. Na versão de Mabilde, João Grande era Nicuó, nome dado em referência a uma ave de pernas compridas, porque o líder era muito maior que os outros coroados da sua tribo⁵⁶⁴. Ele seria um escravo fugido da fazenda do mesmo João Mariano Pimentel que teria se tornado “*notável e terrível pela sua crueldade*”. Segundo o autor, Nicuó pertenceria ao grupo de Braga, mas houve um rompimento entre eles causado pela sedução de uma mulher⁵⁶⁵. Após a briga, o cacique Braga teria perseguido Nicuó, e, em razão disso, este teria se aliado ao cacique Yotoahê (Doble), a quem o “*criolo*” Nicuó passou a servir de conselheiro⁵⁶⁶.

A versão dos documentos da Diretoria Geral dos índios sobre quem seria João Grande é outra. Segundo um relatório do diretor interino, havia de fato um “negro” no

⁵⁶³ AHRS, FI, M3. Carta de Joaquim José da Fonseca Pinto, diretor de São Nicolau do Rio Pardo, solicitando seu soldo, para o presidente Luis Alves de Oliveira Belo. 01/12/1851.

⁵⁶⁴ MABILDE, *Op. Cit.*, p. 61

⁵⁶⁵ *Ibidem*, p. 66.

⁵⁶⁶ *Ibidem*, p. 60-61

grupo de João Grande que seria o responsável por induzir os indígenas a atacar a fazenda de João Mariano⁵⁶⁷, mas ele não seria o chefe. No relatório de 1852, Andrade Neves reforça esta perspectiva, relatando que o ataque à fazenda de Vacaria teria sido promovido pelo “*chefe João Grande com sete índios coroados bravos, e um negro*”. Ou seja, nesta versão João Grande seria indígena. Também sobre a suposta aliança entre Doble e João Grande os documentos da diretoria diferem da visão de Mabilde, colocando-os como inimigos e não como aliados.

Em janeiro de 1852, o grupo de João Grande teria promovido um novo ataque, desta vez à família do alemão Pedro Weatherpuhl da colônia Mundo Novo, atual município de Feliz⁵⁶⁸. Nesta ocasião Pedro teria sido morto, enquanto sua esposa, três filhos e um neto foram levados. Mantiveram-se entre os sequestrados as duas mulheres e as duas crianças, uma de 7 e outra de 9 anos⁵⁶⁹. Curiosamente temos poucas informações sobre este episódio nas fontes da Diretoria Geral dos Índios e mesmo nos comunicados dos presidentes da província e, por isso, Mabilde é o principal informante dos detalhes do episódio.

Enquanto isso, a notícia do primeiro ataque promovido por João Grande à fazenda de João Mariano e Fialho, espalhou-se pela região de Vacaria. O comandante José Luís reuniu a Guarda Nacional para perseguir os sequestradores. Mas, a comitiva desviou-se para o aldeamento de Pontão e em retaliação atacou as mulheres e crianças dos grupos de Doble e Braga, aproveitando que os homens estavam ausentes da aldeia. Ali os guardas assassinaram cinquenta e dois indígenas. A esposa do fazendeiro João Mariano, que tinha testemunhado o ataque a sua fazenda, afirmou que os indígenas de Pontão não tinham relação com episódio. Diante do massacre aos inocentes, o diretor geral interino instou o governo a repreender os guardas atacantes⁵⁷⁰.

Os assassinatos deixaram os indígenas aldeados desconfiados e com medo. O diretor Joaquim José da Fonseca Pinto temia que o episódio rompesse a aliança com os kaingangs e desencadeasse o desejo de vingança dos coroados contra os moradores de Vacaria. Por isso, o padre Bernardo Parés foi atrás dos caciques Doble e Braga que haviam se retirado para o Mato Castelhana e Português, dirigindo-se à casa de José

⁵⁶⁷ AHRS, F1, M3. Relatório do estado dos aldeamentos da província de 1851 que fez Joaquim José da Fonseca Pinto, diretor geral interino dos índios. Rio Pardo, 29/12/1851.

⁵⁶⁸ Sobre este episódio ver: DORNELLES, Soraia Sales. A história em As vítimas do bugre, ou como tornar-se bugre na História. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 18, n. 34, p. 245-278, dez. 2011.

⁵⁶⁹ MABILDE, *Op. Cit.*, p. 60-62.

⁵⁷⁰ AHRS, F1, M3. Relatório do estado dos aldeamentos da província de 1851 que fez Joaquim José da Fonseca Pinto, diretor geral interino dos índios. Rio Pardo, 29/12/1851.

Joaquim de Oliveira Pinto, o diretor de Guarita. Lembremos que Oliveira Pinto era considerado pelos kaingangs um mediador importante e provavelmente por isso os caciques buscaram sua interlocução. Lá, segundo o relatório, foram convencidos de que o governo não aprovava o morticínio promovido em Pontão⁵⁷¹.

Meses depois o diretor pediu providência em relação ao assassinato dos indígenas em Vacaria⁵⁷², ressaltando os impactos que aquela atitude teria para a política de aldeamento e revelando o que acreditava estar por trás de tais ataques: a vontade de tomar as terras e aproveitar-se do trabalho dos índios.

É geralmente conhecida a vontade que tem os índios de se aldearem, e só malvados poderiam pôr em prática atos de barbaridade como os que ultimamente tiveram lugar o ano passado, aonde não foi respeitado ao menos o sexo ou idade, **pois que conjuntamente assassinaram mulheres e crianças, só com efeito de por esse modo afugentarem os índios, e de se apossarem das terras que ocupam, e do pouco proveito que possam ter tirado de seus assíduos trabalhos:** tão reprovado atentado praticado contra todo direito natural exige um severo e pronto castigo, e é de se esperar que o governo dê enérgicas providências a esse respeito afim de aquietar os ânimos dos índios⁵⁷³.

Apesar da gravidade do ocorrido, o massacre aos indígenas não parece ter sido investigado ou punido. Pelo contrário, os indígenas que atacaram a fazenda de Pimentel continuaram sendo perseguidos em 1853, por uma Companhia de Pedestres, composta por sessenta homens armados, dispostos a “*perseguir os bugres assassinos*”. A milícia encontrara indícios de que o grupo estava na costa do rio das Antas, e que apresentava tentativas de “*cometer outros crimes e assaltarem os moradores*”. Pimentel também acusava “*outros bugres*” de fingir que estavam perseguindo os sequestradores, mas que, segundo ele, estavam na verdade mancomunados com os outros⁵⁷⁴. É provável que as acusações do fazendeiro fossem direcionadas ao grupo de Doble e Braga. Todas estas hostilidades levaram a que vários indígenas se retirassem do Campos do Meio, restando cerca de cem naquele aldeamento⁵⁷⁵. Acredito que por esta época o cacique Braga tenha falecido, pois não encontramos mais referências sobre ele na documentação.

Já o cacique Doble partiu em perseguição ao grupo de João Grande⁵⁷⁶. Não sabemos como funcionou exatamente as negociações para que Doble partisse na

⁵⁷¹ *Idem*.

⁵⁷² Apesar da importância deste episódio ele não foi referenciado em outros trabalhos que tratam do tema.

⁵⁷³ AHRS, F1, M3. Relatório do estado dos aldeamentos da província de 1852 que fez José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios. Rio Pardo, 24/08/1852.

⁵⁷⁴ AHRS.FI. M5. Carta de João Mariano Pimentel ao Presidente da Província sobre a formação da Cia de Pedestres em Vacaria. Vila de Vacaria, 04/01/1853.

⁵⁷⁵ *Idem*.

⁵⁷⁶ Mabilde atribuiu a Braga o resgate da família Weatherpuhl mas a documentação provincial imputa a Doble o episódio de perseguição e extermínio do grupo de João Grande. É possível que os dois caciques

empreitada de perseguição a João Grande. É possível que o início de perseguição àquele grupo tenha se dado quando estavam no Pontão, nos Campos de Cima da Serra, e ainda não tivessem informados dos assassinatos das mulheres e crianças do seu grupo. Talvez justamente porque estivessem perseguindo o grupo de João Grande os homens não estavam no aldeamento quando a Guarda Nacional atacou. Sabemos, no entanto, que em março de 1853, Doble matou o cacique João Grande e resgatou a família alemã⁵⁷⁷. Mabilde, ao relatar o fato, seletivamente não menciona que foi Doble o capitão da expedição que matou os rivais.

Em março de 1853 as prisioneiras e filhos foram resgatados- mortos todos os coroados, o negro que os comandava e mais uma das mulheres da tribo de Nicuó. A indígena que ficou viva foi feita prisioneira por um coroadado que acompanhava a expedição. Era uma mulher de uns 24 anos de idade, a julgar pela aparência⁵⁷⁸.

Se o agrimensor não reconheceu os serviços prestados por Doble, o presidente da província o fez. Além de “dádivas” fornecidas aos indígenas de Pontão e Campo do Meio pela derrota de João Grande e sua horda. Doble recebeu dos cofres públicos: dinheiro, roupas e subsídios prometidos a quem resgatasse a família alemã.

Naquela época, o poder provincial já vinha há muito dando mostras de insatisfação com os aldeamentos e propunha a reunião de todos os indígenas em Nonoai. Como o capitão Doble foi a Porto Alegre e lá encontrou seu primo Fongue que pretendia mudar-se de Guarita para a aldeia de Nonoai foi, supostamente, convencido a mudar-se também para aquele aldeamento.

Depois do resgate da família alemã, do Mundo Novo, efetuado pelo cacique Doble, de cujo encontro resultou a derrota de João-grande e sua horda, pretendi aldear aquele **fiel chefe e suas tribos nas matas do Pontão**; mas baldo de pessoa idônea para dirigir o novo aldeamento, **e tendo uma feliz coincidência reunido nesta cidade Dobre e o capitão Fongue**⁵⁷⁹ **seu primo, pertencente ao aldeamento da Guarita, consegui deles acordarem-se em viver com suas respectivas tribos no mesmo aldeamento.**

Tendo sido objeto da vinda de Fongue pedir-me da parte dos seus remoção para os campos de Nonoay, sob os cuidados do zeloso diretor Oliveira, aproveitei o

estivessem juntos nesta busca, mas parece pouco plausível que João Grande fosse um aliado de Doble como propôs o engenheiro. Já foi mencionado que suas narrativas eram dicotômicas em relação ao cacique Braga e Doble, sendo todos os atos amigáveis atribuídos ao primeiro e o todos os hostis imputados ao segundo. MABILDE, *Op. Cit.*, p. 172

⁵⁷⁷ BN, HD, RPP. Relatório do Presidente João Lins Vieira Consansão de Sinimbu à Assembleia Provincial, 06/10/1853, p. 07.

⁵⁷⁸ MABILDE, *Op. Cit.*, p. 62

⁵⁷⁹ Fungo no original.

ensejo de executar a resolução em que já estava de fazer d'aquela o único aldeamento, mandando concentrar nele todas as tribos, inclusive a de Dobre⁵⁸⁰.

As negociações entre Fongue, Doble e o presidente Cansação do Sinumbú apontam que apesar dos episódios violentos que permeavam as relações entre indígenas e não indígenas, as lideranças exerciam um papel importante na conformação das políticas voltadas para os índios. Foram capazes de articular alianças que visavam minimizar o impacto da intrusão dos colonizadores em seus territórios. A negociação do próprio presidente com essas lideranças, bem como todo espaço dedicado pelos governantes para debater as questões relativas aos aldeamentos em seus relatórios, demonstram que a política indigenista era um assunto de suma importância na gestão do Estado.

Entretanto, Doble nunca chegou a ir para Nonoai. No ano seguinte ao acordo firmado diante do presidente, foram enviados emissários do aldeamento de Nonoai à Vacaria para convocar Doble a cumprir sua promessa de traslado. Quando, supostamente, saía do Pontão em direção ao aldeamento foi surpreendido por uma “*tribo desconhecida*”, ficando parte do seu grupo ferido e perdendo os presentes dados pela presidência. Doble dizia desconfiar que o ataque era uma vingança do grupo de Nicofé pela morte de João Grande e não pode ser convencido a ir para Nonoai, já que aquele era o território do cacique inimigo. Retornou aos “*matos do Pontão, que lhe são caros*”. É possível que a intenção de Doble nunca tenha sido a de se reunir em Nonoai, já os Campos de Cima da Serra eram o local de preferência e circulação tradicional de seu grupo. Assim, ele se manteve “*errante com sua tribo, mas inofensivo*”⁵⁸¹.

2.5.4 Discursos racistas e a descrença na política de aldeamentos

*De ordinário indolentes, não cuidam de trabalhar, nem reconhecem o benefício que recebem por se conservar abrigados das intempéries do tempo e das estações, de alimentá-los melhor que o são nas matas, e tirando-os da vida nômade e selvagem em que vivem para fazê-los compenetrarem-se dos úteis efeitos da sociabilidade e das vantagens da civilização.*⁵⁸²

⁵⁸⁰BND. HD. RPP. Relatório do Presidente João Lins Vieira Consansão de Sinimbú à Assembleia Provincial, 06/10/1853. p. 16

⁵⁸¹ BND. HD. RPP. Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul João Lins Vieira Cansação de Sinimbu na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, 02/10/1854. 1ª Ed.p.30-31.

⁵⁸² BND. HD. RPP. Relatório do Presidente da Província Pedro Ferreira de Oliveira ao Conde de Caxias ao entregar-lhe a presidência da mesma província. 30/06/1851. 1ª Ed.p.10

Os assaltos promovidos por João Grande em Vacaria e na colônia Mundo Novo, e aqueles realizados por “botocudos” em Torres e Maquiné, bem como as sangrentas retaliações promovidas por bugreiros, não eram novidades nas relações travadas entre indígenas e não indígenas. Contudo, a permanência de relações conflitivas e da mobilidade indígena, a despeito das políticas de aldeamento, levariam à descrença de que este sistema seria capaz de promover a assimilação dos nativos. Um exemplo claro da limitação desta política foi a ineficiência deste procedimento para conter os conflitos entre os grupos indígenas de Vacaria e os colonos alemães que se espraiavam pela província.

O poder provincial, alicerçado na nova legislação indigenista, acreditava que a formação das aldeias kaingang levaria ao processo semelhante ao observado nos aldeamentos guaranis, nas quais os indígenas, por serem considerados “civilizados”, já eram julgados aptos à absorção pela sociedade. Contudo, como mencionado, o processo de aldeamento dos guaranis remontava ao século XVII, e mesmo as pequenas aldeias de remanescentes das missões eram centenárias. Os aldeamentos kaingang, de formação bastante recente, seriam progressivamente considerados frustrados já na primeira década de sua formação. Pesou muito fortemente para essa descrença a introdução das ideias racializadas sobre os indígenas, pois nestas concepções não existiria futuro para eles, estariam fadados ao desaparecimento e a seu afastamento em aldeias isoladas não seria capaz de conter sua suposta má índole. Por isso, consolidava-se a ideia de fomentar a imigração europeia para “dissolver” os elementos negros e indígenas da sociedade. A motivação principal era misturar os indígenas, assim, quanto menos aldeamentos isolados melhor. Concomitantemente com a ocupação crescente do interior da província, o interesse por apropriar-se das terras indígenas cresceu, e posseiros, vizinhos, imigrantes alemães e ex-diretores começaram a esbulhar os terrenos dos aldeamentos⁵⁸³.

No ano de 1849, ou seja, pouco tempo depois da fundação dos aldeamentos kaingangs, o presidente Soares de Andrea, fez um comparativo do estado das aldeias de Nonoai e Guarita, reclamando da administração da primeira. Este presidente tinha uma visão bastante crítica da política indigenista, transparecendo a ideia de que o emprego de qualquer verba para as aldeias era um desperdício de dinheiro público. Além disso, direcionava sua desaprovação ao administrador José Cipriano da Rocha Loures, que desde o começo de sua atuação despertava desconfiança nas autoridades provinciais.

⁵⁸³ Ver capítulo 3.

Pouco tempo depois, Rocha Loures deixaria de ser o diretor da aldeia⁵⁸⁴. No entanto, o ex-diretor continuaria em Nonoai, apropriando-se das terras e causando conflitos entre os indígenas.

A presidência também reclamava da necessidade de envio de alimentos e vestuário para os indígenas. Deixava clara a insatisfação com as exigências dos administradores responsáveis pelo “processo civilizatório” e com as promessas feitas para que os indígenas se aldeassem:

Estes índios foram chamados a nós por homens que só consultam o medo, e não as conveniências da sociedade, e assim prometeram-lhes tudo quanto quiseram, e não lhes fizeram sentir, que para **quem quer comer deve trabalhar**. Disto tem resultado, que os Índios de Nonoai entendem que **devem estar de braços encruzados, esperando que lhes metam o comer na boca**; e os indivíduos que até agora se tem proposto a guiar a sua civilização só sabem representar que se precisam muitas rações, e muito vestuário, **como se fosse para termos a honra de sustentar mandriões**, que se procura a civilização dos Índios⁵⁸⁵.

O presidente não parecia compreender que só seria possível aldear os indígenas se eles vissem vantagens nesse processo. A inabilidade na condução da política indigenista, em especial do envio de verbas para as aldeias, tinha resultados claros. Segundo o mesmo relatório, o padre jesuíta que estava em Nonoai informou que havia apenas cinquenta indivíduos estavam na aldeia, distribuídos em cerca de 12 ranchos, e que os demais apareciam quando havia roupas ou comida sendo distribuída. A situação exasperava Soares de Andrea que, indignado com este procedimento, deixava nítida sua impotência diante da situação: “*Não há remédio se não entender estes abusos e enganos, e continuar a cair neles, para chegar enfim a algum resultado*”⁵⁸⁶. Apesar destas afirmações, no ano seguinte, o próprio presidente contabiliza um número muito maior de aldeados em Nonoai: 323, distribuídos conforme suas lideranças⁵⁸⁷.

Apesar da crítica ao andamento da aldeia de Nonoai, Soares de Andrea acreditava que a aldeia da Guarita merecia investimentos, porque seus índios “*dão-se ao trabalho por vários modos*” e porque ela era mais bem administrada, por José Joaquim de Oliveira⁵⁸⁸. Porém, um ano depois, mudou de ideia, e os mesmos juízos direcionados à

⁵⁸⁴ BND. HD. RPP. Relatório do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, O Conselheiro José Antônio Pimenta Bueno na Abertura da Assembleia Legislativa Província, 01/10/1850.

⁵⁸⁵ BND. HD. RPP. Relatório do Presidente José de Souza Soares de Andrea à Assembleia Provincial, 01/06/1849. p.09.

⁵⁸⁶ BND. HD. RPP. Relatório do Estado da Província do Rio Grande de S. Pedro apresentado ao Ex. Sr. Conselheiro José Antônio Pimenta Bueno, pelo tenente general Francisco José de Souza Soares de Andréa, 06/03/1850, 1º Ed., p. 12

⁵⁸⁷ *Idem*

⁵⁸⁸ BND. HD. RPP. Relatório do Presidente José de Souza Soares de Andrea à Assembleia Provincial, 01/06/1849. p.09.

Nonoai pesaram sobre Guarita. O Barão de Caçapava criticava veementemente os repetidos pedidos do diretor de uma Companhia de Pedestres, porque, ao seu ver, os praças seriam colocados *“para trabalharem nas roças dos índios como se eles não tivessem braços”*.

Em qualquer dos aldeamentos **é conveniente não acostumar os índios há entre cruzar os braços enquanto outros trabalham para sustentar**, é esse defeito que noto no diretor Oliveira, querendo que se pague homens para fazer a roça dos índios⁵⁸⁹.

Vemos que o temor da presidência era de que os indígenas não se empregassem no cultivo agrícola e que outros trabalhassem em seu lugar. No entanto, a extinção da Companhia de Pedestres do aldeamento de Nonoai parece ter sido uma das causas de evasão da aldeia. Em um dos informes do Padre Bernardo Parés, ele diz que, ao se retirarem os guardas, os indígenas ficaram apreensivos e assim: *“Muitos se retiraram da aldeia e todos estão na espera de que eu tenho de agenciar para que não fiquem sem uma força que imponha respeito aos selvagens para que não hostilizem aos aldeados”*⁵⁹⁰. A preocupação dos aldeados com ataques de outros grupos não era sem fundamento, já que há, de fato, relatos de que isso ocorria, e estando fixos em um território estavam mais suscetíveis a estas investidas. Em outra carta, o padre informou que assim que se retirou a Companhia de Pedestres o velho Nonoai se separou da aldeia, pois: *“(...) eles sabem que os índios do mato são inimigos dos aldeados e não se esquecem das matanças de Palmas e de Guarapuava”*⁵⁹¹. A ausência de uma guarda também preocupava as lideranças porque estavam ocorrendo várias invasões das terras dos aldeamentos por não indígenas, e sem uma força que pudesse conter os intrusos, os caciques temiam que resultassem em conflitos. Agravava a situação dos indígenas aldeados uma seca que se abateu sobre a província, fazendo com que a colheita fosse pobre naquele ano. Devido ao pouco rendimento dos cultivos agrícolas os grupos de Cunhafê, Pedro, Nonoai e Votoro tinham saído da aldeia⁵⁹².

⁵⁸⁹ BND. HD. RPP. Relatório do Estado da Província do Rio Grande de S. Pedro apresentado ao Ex. Sr. Conselheiro José Antônio Pimenta Bueno, pelo tenente general Francisco José de Souza Soares de Andréa, 06/03/1850, 1ª Ed., p. 13.

⁵⁹⁰ AHRS, FI, M3. Carta do padre Bernardo Parés ao Brigadeiro (José Joaquim de Andrade Neves) diretor dos índios. Passo Fundo, 08/03/1850.

⁵⁹¹ AHRS, FI, M1. Notícia sobre o estado de catequese dos indígenas escrita pelo padre Bernardo Parés. Passo Fundo, 14/01/ 1851.

⁵⁹² AHRS, FI, M3. Carta do padre Bernardo Parés ao Brigadeiro (José Joaquim de Andrade Neves) diretor dos índios. Passo Fundo, 08/03/1850.

O presidente Soares de Andrea sustentava que Guarita deveria ser extinto, sendo a aldeia transferida para as margens do rio Uruguai⁵⁹³. O projeto certamente era motivado pela visão de que a presença indígena seria capaz de resguardar a fronteira e propiciar a circulação ao longo destas divisas. O mesmo Barão havia afirmado essa pretensão em seu relatório pregresso:

Além disto os aldeamentos de Nonoai e da Guarita podem encostar-se ao rio, depressa ficará esse **imenso deserto conhecido, praticável e povoado**, e a comunicação projetada ao **longo de toda a nossa fronteira até entrar na Província de Mato-Grosso terá uma grande base para o seu rápido desenvolvimento**⁵⁹⁴.

Entretanto, uma vez mais, o presidente parece não ter se dado conta do papel crucial que exerciam as lideranças na escolha dos locais de aldeamento, não apenas pelas relações de inimizade entre os caciques, mas porque determinados locais forneciam recursos importantes para sua sobrevivência. Na aldeia de Guarita havia uma abundância de ervais, que permitiram, no ano de 1850, o envio de 500 arrobas de erva-mate “*ao mercado*”. Além disso, as roças de milho já estavam prontas. Recursos que não seriam abandonados facilmente⁵⁹⁵. Mais determinante ainda era a presença de araucárias e seus frutos naquelas terras. Já mencionamos que algumas lideranças indígenas ocupavam áreas específicas no noroeste do estado, delimitadas pelos rios. Dentro destes territórios havia a divisão dos pinheirais (*Araucaria angustifolia*) pertencentes a cada parcialidade. O pinhão era o principal recurso alimentar dos grupos kaingang. Nos meses de maio, junho e julho os homens subiam nas árvores e derrubavam as pinhas que eram então armazenadas pelas mulheres em grandes cestos cônicos e depois enterradas para serem consumidas nos outros meses do ano⁵⁹⁶. Outros recursos alimentares importantes, como a caça aos papagaios, dependiam das araucárias, pois estes animais faziam seus ninhos naquela árvore, sendo depois abatidos com flechas de ponta especial ou através de armadilhas⁵⁹⁷.

⁵⁹³ BND. HD. RPP. Relatório do Estado da Província do Rio Grande de S. Pedro apresentado ao Ex. Sr. Conselheiro José Antônio Pimenta Bueno, pelo tenente general Francisco José de Souza Soares de Andréa, 06/03/1850, 1º Ed., p. 12

⁵⁹⁴ BND. HD. RPP. Relatório do Presidente José de Souza Soares de Andrea à Assembleia Provincial, 01/06/1849, p.08.

⁵⁹⁵ BND. HD. RPP. Relatório do Estado da Província do Rio Grande de S. Pedro apresentado ao Ex. Sr. Conselheiro José Antônio Pimenta Bueno, pelo tenente general Francisco José de Souza Soares de Andréa, 06/03/1850, 1º Ed., p. 12

⁵⁹⁶ MABILDE, Pierre F. A. Booth. *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação Coroados dos matos da província do Rio Grande do sul*. São Paulo: Ibrasa, 1983.p.125

⁵⁹⁷ *Ibidem*, p.37.

Dentro dos alojamentos kaingang os pinheirais eram divididos conforme as sublidações. Cada cacique subordinado acampava em uma área diferente indicada pelo cacique principal, sendo conectadas por um “*caminhozinho*” que passava pelo centro do pinheiral. Os limites entre os territórios eram assinalados nas cascas dos pinheiros, que serviam de divisa entre os grupos dos diferentes caciques. A extração de cada grupo deveria ser limitada a áreas das araucárias assinalados com a marca de cada liderança.

O limite entre um e outro território é assinalado na casca de um pinheiro que serve de marco de divisa. A casca é cortada com um machado de pedra, para fazer a marca de cada tribo, na posição vertical e ao correr da árvore. Essas marcas são de várias formas e feitios. Estão descritas e desenhadas na nota nº 53.

(...) Muitos chefes das tribos subordinadas têm aquelas mesmas marcas em tamanho correspondente e proporcional, pintadas nas hastes de taquara de suas flechas, com tinta encarnada⁵⁹⁸.

A aldeia de Nonoai fornecia uma abundância deste recurso, que servia não apenas para alimentação, mas também como matéria prima da construção de casas. No relatório de 1852, Andrade Neves afirma que os indígenas daquela aldeia viviam em “*arranchementos cobertos de pinheiros*”⁵⁹⁹. Outro relato aponta que as casas no aldeamento eram feitas de tábuas de pinheiro falquejadas e cobertas de bicas, mas que nos “toldos” os ranchos eram feitos de enramada e cobertos de palha de jerivá⁶⁰⁰. Portanto, os pinheirais eram essenciais para os kaingang e não deixaram de sê-lo quando aldeados. A circulação dos indígenas, que ora estavam nos aldeamentos, ora saíam, também se relaciona com esta forma tradicional de obtenção de recursos como a coleta e a caça.

⁵⁹⁸ MABILDE, Apontamentos... *Op. Cit.* 1983.p. 126.

⁵⁹⁹ BN. Man.- I- 32, 14, 014. Neves, José Joaquim de Andrade. Relatórios de José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios do Rio Grande do Sul nos anos de 1847, 1852 e 1854. Relatório de 1852, s.d.

⁶⁰⁰ AHRS, FI, M1. Notícia sobre o estado de catequese dos indígenas escrita pelo padre Bernardo Parés. Passo Fundo, 14/01/ 1851.

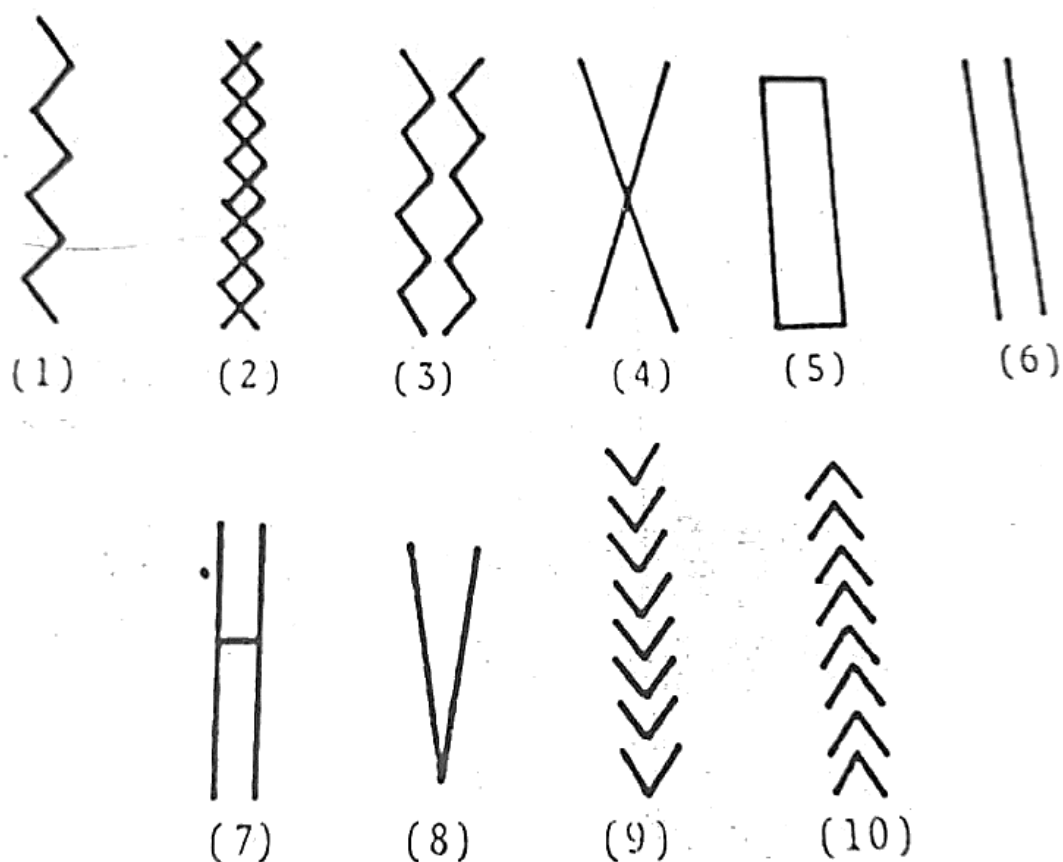


FIGURA 22 - REPRODUÇÃO DAS MARCAS DOS COROADOS EM FLECHAS E PINHEIROS

FONTE: MABILDE, PIERRE F. A. BOOTH. APONTAMENTOS SOBRE OS INDÍGENAS SELVAGENS DA NAÇÃO COROADOS DOS MATOS DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL. SÃO PAULO: IBRASA, 1983.P. 146, NOTA Nº 53.

Aparentemente as atitudes dos presidentes da província vinham tornando-se progressivamente mais agressivas em relação aos aldeamentos indígenas e concepções racistas da inferioridade dos indígenas passavam a balizar as políticas. A fala de Pedro Ferreira de Oliveira permite entrever que apesar da busca inicial pela aplicação do *Regulamento das Missões*, alguns agentes estavam abandonando a política de negociação. A contradição é que o governante queria fazer ver as vantagens da “vida civilizada” sem, contudo, ceder a qualquer demanda dos kaingang. Ele retoma, portanto, a concepção que prevaleceu nos anos anteriores ao *Regulamento das Missões* de que os indígenas deveriam ser fustigados, por meios violentos, a abandonar as matas e forçados a trabalhar.

Acrescenta que jovens deveriam ser forçados à ingressar em instituições militares, procedimento que tornou-se posteriormente uma política da província⁶⁰¹.

É a minha opinião que, sem perseguir os Índios, cumpre não satisfazer todos seus caprichos. Tem -se despendido com eles grandes somas, tem-se **lutado com grandes dificuldades para aldeá-los e trazê-los ao grêmio da civilização**, mas por ora não tem sido possível colher resultados vantajosos e menos ainda nutrir fundadas esperanças de um futuro melhor.

De ordinário indolentes, não cuidam de trabalhar, nem reconhecem o benefício que recebem por se conservar abrigados das intempéries do tempo e das estações, de alimentá-los melhor que o são nas matas, e tirando-os da vida nômade e selvagem em que vivem para fazê-los compenetrarem-se dos úteis **efeitos da sociabilidade e das vantagens da civilização**.

Nada disso reconhecem e não só produzem suas **impertinentes exigências**, como também as vezes prorrompem violências funestas e que me obrigam, assim como meus antecessores, a conservar alternativamente destacamentos de Polícia ou da Guarda Nacional em alguns d'esses aldeamentos para impedirem a repetição de cenas tão desagradáveis. Estas e outras considerações tem-se firmado na ideia de que o mais conveniente expediente a **tomar-se é manda-los tirar d'esses pontos** em que se acham e **empregá-los convenientemente nos Arsenais, na Marinha ou em outras quaisquer estações públicas que possam ser aproveitados os seus serviços**⁶⁰².

A atribuição de indolência e ociosidade feita pelo presidente aos indígenas era comum ao pensamento racial da época; ela foi acionada, muitas vezes, como balizadora das políticas indigenistas. Se os discursos sobre raça tomaram uma forma mais definitiva na segunda metade do oitocentos, desde o princípio do século eles estão presentes como alicerces das políticas voltadas para os índios. John Monteiro também identificou este teor racista nos discursos de outros presidentes de províncias brasileiras desde o início do século XIX. Ao analisar a fala do governador de Goiás, Caetano Maria Lopes Gama, nos anos de 1821, Monteiro afirma que ele tinha ideias “quase lamarkianas” de que a indolência dos “selvagens” era uma incapacidade passada de pai para filhos⁶⁰³. Como vimos, o mesmo Lopes Gama havia expressado ideias semelhantes quando esteve no mesmo cargo no Rio Grande entre os anos de 1829 e 1830⁶⁰⁴.

O vice-presidente do Rio Grande, Patrício Correia Câmara, partilhava das mesmas opiniões no ano de 1851. Para ele, todos os esforços para que os índios “*fixassem a sua moradia*” tinha sido em vão. Os indígenas só iam ao aldeamento quando havia

⁶⁰¹ Ver o Epílogo.

⁶⁰² BND. HD. RPP. Relatório do Presidente da Província Pedro Ferreira de Oliveira ao Conde de Caxias ao entregar-lhe a presidência da mesma província. 30/06/1851. 1ª Ed. p. 10-11.

⁶⁰³ MONTEIRO. John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese Apresentada para o Concurso de Livre Docência. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.p. 132.

⁶⁰⁴ Ver nesta tese: 1.2.3 Peões e soldados...

distribuição de ferramentas, roupas e outros objetos e depois “*dispersam-se e voltam a vida errante dos matos.*” Sua visão apresenta uma concepção claramente evolucionista, tomando o modo de vida dos “brancos” como mais “civilizado”, e atribuindo aos ociosidade e a incapacidade para o trabalho. Ele acreditava que os indígenas seriam incapazes de adquirir “bons hábitos” através da convivência:

Não é, porém, de admirar este resultado, porque na verdade é difícil, que homens, que uma vez tem **contraído os hábitos da vida ociosa** e aventureira aos bosques, se sujeitem aos trabalhos regulares, e constantes das nossas sociedades. **A história mostra que os povos caçadores são os últimos entre os quais tem a civilização estabelecido o seu império**, e esta tem sido espontânea, lenta e gradual e não devido aos esforços das nações estranhas⁶⁰⁵.

Nos anos seguintes outras vezes a alegação de indolência seria acionada para justificar a inviabilidade da negociação com os grupos indígenas. A mobilidade foi interpretada como ociosidade e a incompreensão do modo de vida kaingang tomou um definitivo contorno racial. Em 1855, o governo provincial mandou fazer plantações nas aldeias com o objetivo “*de vencer a indolência habitual daqueles selvagens e dispô-los para contraírem as necessidades da vida civilizada*”⁶⁰⁶. Mas, se a ideia de características próprias da “raça” indígena já vinha se gestando desde os anos de 1820, foi no ano de 1872 que a retórica da indolência apareceu claramente associada à raça. O presidente da província afirmou:

Entregues continuamente à caça e à pescaria, como indústrias primitivas, poucos desses índios se aplicam à lavoura; e, quando o fazem, vendem as plantações antes da colheita, e tornam-se depois importunos a população laboriosa, pedindo-lhe sementes logo que se aproxima o tempo da nova plantação.

A essa indolência, quase congênita à sua raça, os índios acrescentam o uso de bebidas alcoólicas, que lhes estraga a saúde⁶⁰⁷.

Portanto, ainda que não tenhamos todo o vocabulário próprio do racismo científico da segunda metade do XIX, já é visível que as noções de indolência “congênita” dos indígenas, oposta aos ideais cientificistas de “civilização” começam precocemente a guiar as ações do Estado; em um período anterior aos discursos voltado para os africanos e seus descendentes.

⁶⁰⁵ BN. HD. RPPP. Vice-presidente Patrício Corrêa Câmara na abertura da Assembleia legislativa provincial. 02/10/1851. 2º Ed., p. 11.

⁶⁰⁶ BND.HD.RPP. Relatório do Presidente Cansação do Sinimbu à Assembleia Provincial, 30/06/1855. 1º Ed.p. 51.

⁶⁰⁷ BND.RPP.HD. Fala dirigida à Assembleia Legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo Presidente Conselheiro Jerônimo Martiniano Figueira de Melo. 1ª ed., p. 33

Voltemos às opiniões de Patrício Correia Câmara no ano de 1851. O vice-presidente dizia que não deveriam mais ser despendidos recursos com a catequização dos indígenas e nem para levar-lhes “*luzes e os benefícios de uma civilização que eles jamais aceitarão*”. O gasto com a conversão dos nativos era visto como um desperdício, e o presidente considerava o trabalho dos missionários jesuítas nos aldeamentos kaingang como infrutífero. Para ele, os padres não dominavam a língua kaingang e eram incapazes de se comunicar com a maior parte dos indígenas⁶⁰⁸. O diretor José Joaquim de Andrade Neves tinha uma opinião absolutamente contrária, dizia que os jesuítas, mais do que qualquer outra ordem religiosa era capacitada para a catequização dos índios, e que os que estiveram entre os kaingang já haviam superado a inicial barreira linguística, tendo inclusive confeccionado um dicionário⁶⁰⁹. Venceu a visão dos presidentes de que os gastos com a catequese não traziam os resultados esperados. Assim, os jesuítas, após apenas três anos de trabalho, foram retirados dos aldeamentos de Guarita e Nonoai onde se encontravam. A situação da administração de Nonoai ficou agravada, já que os padres exerciam a diretoria informalmente, tendo em vista que a aldeia continuava sem diretor⁶¹⁰.

Patrício Correia acreditava que o dinheiro da catequese deveria ser revertido para uma força de pedestres e colônias militares. O suposto objetivo das tais forças era de “*evitar ataques dos índios*”, mas, as expedições militares dos moradores contra os indígenas voltaram a ser frequentes. Vemos, portanto, que ressurgia a concepção de que a violência era a principal forma de lidar com a população kaingang. Além disso, Patrício Correia Câmara, acreditava que as crianças indígenas deveriam ser tratadas como os órfãos⁶¹¹. Nos anos seguintes, de fato, muitas crianças indígenas foram encaminhadas para adoção de maneira forçada⁶¹².

O relatório de outro vice-presidente, Luiz Alves de Oliveira Bello, na abertura da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, no ano de 1852, deixava claro a que pé andava a política indigenista. Segundo ele, tanto o “*sistema da força*” quando o da “*persuasão*” falharam ao tentar “*tirar das matas os nossos indígenas*”⁶¹³.

⁶⁰⁸ BN. HD. RPPP. Vice-presidente Patrício Corrêa Câmara na abertura da Assembleia legislativa provincial. 02/10/1851. 2ª ed.p.11

⁶⁰⁹ AHRS, F1, M3. Relatório do estado dos aldeamentos da província de 1853 apresentado pelo diretor geral José Joaquim de Andrade Neves ao presidente da província. Rio Pardo, 12/12/1853. (2ªed)

⁶¹⁰ AHRS.FI.M1. Carta do padre Bernardo Parés para a presidência da província sobre a retirada dos missionários jesuítas das aldeias. Porto Alegre, 04/03/1852.

⁶¹¹ *Idem*.

⁶¹² Ver Epílogo.

⁶¹³ BN.HD. RPP. Relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul Luiz Alves de Oliveira Bello na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial, 01/10/1852.p. 15.

1º- Atrair os índios por meio de algumas roupas e ferramentas distribuídas nas aldeias de Nonoai e Guarita e a conservá-los ali pelo esforço dos padres jesuítas de catequização propriamente dita pouco se tem feito. Sem dúvida porque aqueles padres ignoram a língua, em que se deveriam dirigir aos índios as palavras de conversão.

2º- **Abater os índios, persegui-los e matá-los, quando eles têm feito alguma agressão; e a colocar guardas por algum tempo nos lugares por onde eles têm agredido**⁶¹⁴.

Portanto, para Oliveira Bello, assim como para seus predecessores, a política de aldeamento não estava funcionando, já que os indígenas iam às aldeias apenas para receber roupas e ferramentas, mas não estavam dispostos a se manterem lá e nem a se catequizarem. Os jesuítas também foram considerados ineptos em sua tarefa de ficar os índios na aldeia. Da mesma forma, a política de perseguir e assassinar os indígenas também não cumpria seu objetivo, já que não fora eficaz para erradicar existência dos kaingang e tornava-os ainda mais ameaçadores. Segundo o presidente, os indígenas “*batidos e perseguidos depois da agressão reaparecem mais hostis em outros lugares*”⁶¹⁵.

Apesar de ressaltar a ineficiência da política indigenista até então empregada, o vice-presidente propunha que se reforçasse ambos os sistemas, de violência e de aldeamento, que, a seu ver, combinados trariam os resultados esperados. Partidas de homens armados deveriam entrar nas matas, abrindo trilhas, desalojando os índios e conduzindo para as aldeias aqueles que “*puderem aprender ou reduzir*”. Ou seja, propunha-se o retorno dos bugreiros. Tal violência deveria ser seguida de um bom tratamento nos aldeamentos, através do qual os indígenas deveriam ver as vantagens de estarem aldeados e, por isso, abandonariam a “vida errante”. Assim, privando-os de caçar, pescar e colher frutas e “*afugentados das vizinhanças*” dos povoados, esperava que fossem atraídos pelas vantagens que gozavam seus “*irmãos nas aldeias*” ou que fugissem definitivamente para as matas “*além do Uruguai e Paraná deixando-nos livres de suas incursões*”⁶¹⁶.

De fato, o governante tomou medidas neste sentido. Organizou companhias de bugreiros coordenados pelo Coronel Antônio de Melo e Albuquerque e reforçou o “*serviço da polícia*” com as companhias de pedestres vindas de São Paulo, nas aldeias de Guarita e Nonoai. Após a retirada dos jesuítas dos aldeamentos kaingang, solicitou o serviço dos padres capuchinhos para serem “*empregados na educação dos índios*”. Já

⁶¹⁴ *Idem.*

⁶¹⁵ *Idem.*

⁶¹⁶ *Ibidem*, p. 16.

suas medidas para agradar os aldeados foram bem menos dispendiosas, e, provavelmente, muito pouco eficazes, mandou enviar para Nonoai e Guarita “fazendas de algodão baeta e algumas ferramentas para serem distribuídas aos índios”⁶¹⁷.

Pelas descrições do estado dos aldeamentos naquele ano de 1852 podemos ver que o aumento do acosso contra as populações indígenas e o pouco investimento nos aldeamentos fez com que os kaingang seguissem movimentando-se pelos territórios, em busca de recursos de subsistência, mas provavelmente fugindo dos bugreiros e da admissão forçada nas aldeias. Assim, o diretor geral dos índios informou que, a despeito de dois anos de sustento e vestuários do governo aos aldeados de Guarita e Nonoai com o objetivo de colocá-los “fora dos matos”, eles retornavam aos seus “primitivos pontos”⁶¹⁸.

Mabilde, apesar da carga racista de suas afirmações, deixa-nos entrever alguns dos descontentamentos dos indígenas com a vida de aldeados, que em tudo contrastava com suas preferências. Assim, a vida nos aldeamentos era por muitos vista como um “cativeiro rigoroso”. Segundo o engenheiro, o trabalho agrícola, a catequese, o casamento, o vestuário e a forma de organização política eram entendidos como embaraços às suas liberdades:

O vestuário, ainda no fim de ano, parece tolher-lhes o livre movimento do corpo, a ponto de não darem um passo sem despir-se em parte, e totalmente, às vezes.

O trabalho da roça é uma obrigação que lhes causa uma sujeição que julgam, inútil. Visto a abundância de frutas que existe nas matas, onde podem ir buscar e colher, quando precisam ou desejam. (...)

Entretanto, apreciando essa liberdade de escolher uma mulher e da sua união com ela, consideram o nosso casamento- que obriga um homem a viver com sua mulher sem poder trocá-la ou tomar outra, quando lhe parecer ou convier- como um cativeiro indigno e do maior aviltamento.⁶¹⁹

A busca por caça, por pinhões, mel e frutas, roças de vizinhos, em especial em momentos de seca, bem como a possibilidade de manterem mais de uma relação matrimonial, a visita aos parentes, o desentendimento com companheiros, entre outros fatores influíam para que houvessem constantes movimentos de entrada e saída das aldeias. A mobilidade era frequente. O diretor geral Andrade Neves, no ano de 1852, informou que havia “hordas errantes” em Palmeira, no Mato Português e no Mato

⁶¹⁷ *Idem*.

⁶¹⁸ BN. Man.- I- 32, 14, 014. Neves, José Joaquim de Andrade. Relatórios de José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios do Rio Grande do Sul nos anos de 1847, 1852 e 1854. Relatório de 1852, s.d

⁶¹⁹ Mabilde, *Op. Cit.*, p. 179-180.

Castelhano⁶²⁰. Também naquele ano, duzentos indígenas teriam se evadido para o Campo do Meio, devido à falta de mantimentos e vestuário e pela disseminação de ideias de que o objetivo dos aldeamentos era o de assassinar os índios:

Este aldeamento está pouco aumentado em razão **de ter faltado mantimentos e vestuário**, e de ter havido pessoas pouco prudentes que incitaram aos aldeados ideias de terror, dizendo-lhes que se os **domesticavam era para os matar**, o que facilmente acreditavam⁶²¹.

Na visão dos administradores esses terrores eram incitados para fazer com que os indígenas fossem para os matos e abandonassem as aldeias. Isso porque, como veremos no próximo capítulo, a disputa pelas terras das aldeias acirrava-se. Assim, alguns indivíduos interessados em se apropriar dos campos causavam intrigas a fim de expulsar os índios e tomar suas terras e também explorar seu trabalho.

Além da seca, da falta de funcionário e missionários e da disputa pelas terras, outro agravante foi que as aldeias vinham sofrendo surtos de doenças⁶²². As informações não são muito precisas, mas Guarita e Nonoai, assim com a Aldeia de São Nicolau do Rio Pardo, estavam sendo assoladas por surtos de “*bexiga*”⁶²³ e reivindicava-se a vacinação dos indígenas. A vacinação contra a varíola já era uma prática desde 1846, mas a província sofreu vários surtos da doença⁶²⁴. Com os indígenas não foi diferente, as “*bexigas*” e outras enfermidades apareciam com alguma frequência entre os aldeados. Em uma carta do ano de 1859, o Diretor informava a contenção de um novo surto de enfermidades em Nonoai “*tem cessado a moléstia que ali grassava em grande escala, com os medicamentos que V. Exa. mandou para aquele lugar*”⁶²⁵.

É provável que tais doenças não só tivesse impacto no número de aldeados pela mortandade que causavam, mas também porque muitos provavelmente evadiam-se com medo da contaminação. Mais uma vez, foi Mabilde quem nos informou sobre a condição

⁶²⁰ BN. Man.- I- 32, 14, 014. Neves, José Joaquim de Andrade. Relatórios de José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios do Rio Grande do Sul nos anos de 1847, 1852 e 1854. Relatório de 1852, sem data.

⁶²¹ *Idem*.

⁶²² *Idem*

⁶²³ Bexiga e varíola são sinônimas. CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleao. Dicionario de medicina popular e das sciencias accessorios para uso das familias, contendo a descripção das Causas, symptomas e tratamento das moléstias; as receitas para cada molestia; As plantas medicinaes e as alimenticias; As aguas mineraes do Brazil, de Portugal e de outros paizes; e muitos conhecimentos uteis. 6. ed. Paris, A Roger & F Chernoviz, 1890. 1 v., p. 325.

⁶²⁴ BRIZOLA, Jaqueline Hasan. *A terrível moléstia: Vacinas, epidemias, instituições e sujeitos: a história da varíola em Porto Alegre no século XIX (1846-1874)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

⁶²⁵ AHRS. FI. Maço 4. Carta de José Joaquim D’Andrade Neves, Diretor Geral dos Índios, ao Presidente da Província, Conselheiro Ângelo Muniz da Silva Ferraz, Porto Alegre, 03/01/1859.

de saúde dos indígenas nos aldeamentos, apontando que estes adquiriam moléstias que antes desconheciam como as “*defluxões, as constipações e dores reumáticas*”, também eram atingidos por “*febres*” e pelo “*desenvolvimento das bexigas, com todas as suas espécies, de que nunca, no seu estado selvagem, ouviram falar*”. Segundo o relato do engenheiro, era difícil saber quantos indígenas eram combatidos por doenças, já que os enfermos saíam das aldeias para morrer nas matas, só sendo contabilizados aqueles que, sem forças para voltar aos seus antigos arranchamentos, faleciam nas aldeias. Os que se evadiam para morrer eram considerados como “*tendo fugido para o mato, ou como tendo ido à caça e não regressado ou ainda, como tendo mudado de alojamento!*”⁶²⁶.

Apesar de todo pessimismo com o andamento das aldeias e a constante reclamação de que os indígenas não se fixavam nelas, o aldeamento de Guarita, com 273 aldeados em 1852, gozava de uma melhor reputação entre os presidentes da província e o diretor geral. Em grande parte, isso se devia ao seu diretor José Joaquim de Oliveira, que aparece por muitos anos como sendo um agente de confiança dos indígenas. Lembremos que ele foi o mediador do aldeamento do grupo de Fongue e que, no momento do massacre do grupo de Braga e Doble, estes caciques buscaram aquele diretor. Os indígenas de lá eram vistos como bons agricultores e criadores, capazes de incutir nos de Nonoai o amor pelo trabalho. O aldeamento de Nonoai, pelo contrário, tinha tido João Cipriano da Rocha Loures como administrador, e depois ninguém mais se firmara no cargo. Por aquela época foi nomeado Tomás Bandeira⁶²⁷, que também não perdurou na administração do povoado.

Visando resolver o problema da falta de administradores e catequistas, os gastos com as aldeias, a falta de uma força policial que atendesse a todos os aldeamentos, a circulação dos grupos indígenas e possíveis assaltos promovidos pelos indígenas dispersos, o governo provincial buscou formar um único aldeamento. Em 1852, o local escolhido para isso foi Nonoai, por ter a maior extensão territorial e um posicionamento estratégico. A intenção era que todos os indígenas, inclusive os guaranis, fossem para lá⁶²⁸.

Entretanto, só os coroados de Guarita aceitaram a proposta de transmigração. A condição imposta pelos indígenas do grupo de Fongue era que o diretor José Joaquim de

⁶²⁶ MABILDE, *Op. Cit.*, p. 36.

⁶²⁷ RPP- 1853

⁶²⁸ A intenção de reunir os guaranis a Nonoai apareceu em 1864 quando tentava extinguir-se o aldeamento de São Nicolau do Rio Pardo. Ver nesta tese: 3.4 *A extinção de São Nicolau...*

Oliveira os acompanhasse ao novo aldeamento⁶²⁹. Isso mostra o papel exercido por aquele diretor como fiel da aliança entre os indígenas e os “brancos”, mas também a estratégia política de Fongue. O fato de Oliveira se tornar o diretor do aldeamento geral, assegurava ao cacique Fongue um canal de comunicação direta com o poder público, que assim seria capaz de manter sua prevalência sobre os outros líderes de Nonoai. A reconfiguração de forças que fez com que os indígenas de Guarita aceitassem migrar para Nonoai será tratada no próximo capítulo, mas podemos adiantar que a rivalidade entre os grupos de Fongue e Condá manteve-se no aldeamento, fazendo, inclusive com que a nova aldeia fosse dividida espacialmente para contemplar as duas parcialidades.

Naquele momento Oliveira solicitou que gente do grupo de Fongue fosse chamar Doble para também mudar-se para Nonoai, mas o cacique temeroso de ser atacado por Nicafi não se mudou. Seu grupo manteve-se vagando na região dos Campos de Cima da Serra até que tempos depois, desistindo da ideia de um único aldeamento para todos os indígenas, seria formalizada uma aldeia no Pontão chamada de Santa Isabel.

2.5.5 A aldeia de Vacaria, Pontão, Santa Isabel ou Caseiros: as políticas do cacique Doble

“(...) a atmosfera se acha prenhe do vírus varíola (...)”⁶³⁰.

Na primeira parte do capítulo 2 demonstrei como se deu a formação dos aldeamentos kaingangs de Nonoai e Guarita, além de evidenciar as primeiras tentativas de aldeamento dos caciques Braga e Doble que, em 1848, concordaram em aldear-se na região dos pinheirais do Campo do Meio e Pontão, delimitando os territórios com suas respectivas marcas nos troncos de araucária. A fixação destes grupos encontrou oposição desde o princípio, tanto dos moradores locais quanto das próprias lideranças indígenas. Por isso, a continuidade do processo formação de aldeamentos nos Campos de Cima da Serra será abordada nesta parte da tese, avançando temporalmente até a década de 1860. Ou seja, as tentativas de aldeamento destes grupos de kaingangs perpassou vários momentos da política indigenista. Após *Regulamento das Missões* de 1845 estiveram entre os grupos que o poder político provincial buscou aldear, mas também sofreram as

⁶²⁹ BN.HD. RPP. Relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul Luiz Alves de Oliveira Bello na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial, 01/10/1852. p. 16.

⁶³⁰ AHRG. FI. M2. Comunicado de Antônio de Moraes Branco, diretor do aldeamento, sobre o alastramento da epidemia de varíola, ao presidente da província Eloy de Barros Pimentel. Mato português, 01/03/1864.

consequências da adoção de uma visão racista após 1850, que levou à descrença no assimilacionismo filantrópico e o acirramento das lutas pela terra.

Como mencionei, a presença dos indígenas de Doble e Braga sempre encontrou oposição dos moradores da região de Vacaria. Após o ataque da Guarda Nacional, que matou mais de cinquenta indígenas em retaliação aos acontecimentos na fazenda de Pimentel, o aldeamento foi abandonado. Logo em seguida, em 1852, o governo provincial passou a reduzir o número de assentamentos indígenas e buscava reunir todos os kaingang em Nonoai. Mas, devido à captura de João Grande, após o sequestro da família alemã em Mundo Novo, em 1853, o cacique Doble passou a gozar de maior prestígio e conseguiu manter-se nos Campos de Cima da Serra, próximo ao Pontão:

A colônia do Mundo Novo, onde posteriormente estive, e cuja população tão atemorizada se mostrava com o rapto d'aquela família, gozava do maior sossego, e **mostrou-se penhorada de reconhecimento pelo resgate** da mesma, e aniquilamento dos raptos⁶³¹.

Assim, o reconhecimento da aliança do poder provincial com o cacique Doble veio em forma de “dádivas” do governo provincial aos “*índios do Pontão e Campo do Meio seus aliados, em remuneração do importante serviço que prestarão com a derrota do facinoroso João-grande e sua horda*”⁶³². Procurando lançar mão deste prestígio, Doble pretendia contrariar a pretensão dos agentes indigenistas e manter-se nos Campos de Cima da Serra. O presidente Visconde do Sinimbu, desconfiava que o grupo se manteria em circulação nos lugares que possuíam sua “*afeição*”:

Segundo as últimas notícias que recebi do Pontão, Dobre tinha cumprido sua promessa pondo-se em marcha para Nonoai; mas era acompanhado dos seus com má vontade e repugnância, sendo presumível que desandassem de novo a **aqueles lugares pelos quais manifestam particular afeição**⁶³³.

Para continuar no local de sua preferência e não se reunir em Nonoai, em 1854, Doble alegou que no trânsito, “*foi sua gente abatida de surpresa por uma tribo desconhecida, de cujo encontro resultou ficarem alguns feridos e perderem tudo quanto haviam recebido desta Presidência como presente*”⁶³⁴. O cacique desconfiava que esse ataque vinha do grupo de Pedro Nicafi⁶³⁵ em retaliação a morte de João Grande, por isso

⁶³¹ BND, HD, RPP. Relatório do Presidente João Lins Vieira Cansação de Sinimbu à Assembleia Provincial, 06/10/1853, p.07.

⁶³² *Idem*, p.26-27.

⁶³³ *Ibidem*, p. 26.

⁶³⁴ BND, HD, RPP. Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul João Lins Vieira Cansação de Sinimbu na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, 02/10/1854, p. 30-31.

⁶³⁵ Nicofé na fonte.

teria desistido de aldear-se em Nonoai, onde o grupo de Nicafi estava instalado. Retornou aos campos do Pontão, que o presidente reconhecia, lhe serem “*caros*”, mas prometeu que em algum momento iria para Nonoai⁶³⁶.

O episódio demonstra como a aliança com os agentes governamentais podia ser vantajosa para alguns indígenas, já que como reconhecimento pelo trabalho prestado na captura do grupo de João Grande, Doble pôde postergar sua ida a Nonoai que, de fato, nunca chegou a acontecer sob variados pretextos. Isso porque o cacique conseguia combinar a prestação de serviços aos agentes do governo com ameaças veladas de violência. E, apesar das críticas do engenheiro Mabilde ao comportamento complacente das autoridades com as andanças de Doble, o grupo por ele liderado gozava de tratamento privilegiado, conseguindo “driblar” as políticas assimilacionistas.

Já foi mencionado anteriormente que é possível que o papel do cacique Doble dentro das configurações de poder entre as distintas lideranças kaingang tenha sido maximizado pelo fato dos relatos de Mabilde, bastante utilizados pelos historiadores, lhe darem excessivo destaque. Contudo, a partir de 1855, as reconfigurações de poder entre as lideranças kaingang, com o falecimento de algumas delas e a saída de outras da província, além dos eventos violentos que se desencadearam em Nonoai e seu entorno, abriram espaço para que Doble se colocasse como um interlocutor privilegiado com os agentes da política indigenista e gozasse de maior autonomia⁶³⁷.

Ainda assim, em 1855, o governo provincial tentaria novamente levar o grupo de Doble para Nonoai, sem sucesso⁶³⁸. Naquele momento a política de constrição das terras ocupadas pelos indígenas estava intensificada pela tentativa de fazer valer a Lei de Terras. Mas, nas palavras do presidente, Doble, “*o mais devotado de todos os chefes*”, seguia temendo deslocar-se para a região por medo do grupo do cacique Nicafi⁶³⁹, que já não se encontrava mais em Nonoai, e sim fora da aldeia⁶⁴⁰. Nicafi e seu grupo encontrava-se em Erechim, local onde se desencadeariam muitos conflitos⁶⁴¹.

⁶³⁶ *Idem.*

⁶³⁷ No capítulo 3 estão descritos os conflitos pela terra desencadeados em Nonoai e seu entorno e as novas configurações políticas da região com a morte de caciques importantes como Nonoai, Votouro e Nicafim e a retirada de Vitorino Condá para Palmas.

⁶³⁸ BND.HD.RPP. Relatório do Presidente Cansação do Sinimbu à Assembleia Provincial, 30/06/1855. 1º Ed.

⁶³⁹ A fonte referencia como Antônio Nicafim. Não sabemos se houve uma confusão no documento e trata-se de Pedro Nicafi ou se de fato é seu irmão Antônio.

⁶⁴⁰ BND.HD.RPP. Relatório do Presidente Cansação do Sinimbu à Assembleia Provincial, 30/06/1855. 1º Ed., p. 51.

⁶⁴¹ Ver capítulo 3

Em 1855, o cacique e seu grupo expandiram seus domínios para a região de Lages, em Santa Catarina, onde estabeleceram alianças com a comunidade local e davam a entender que pretendiam se aldear. Assim, o presidente daquela província, Luiz Pereira de Couto Ferraz, ordenou o fornecimento de rações diárias como forma de “*convencê-los a conveniência de trabalharem para merecerem a contribuição de socorros*” e “*atraí-los aos hábitos de trabalho e civilização*”⁶⁴². Apesar das expectativas da autoridade, que considerava Doble “*um pouco domesticado*”, os indígenas não se fixaram no local. E em seguida, voltaram a circular pelos territórios dos pinheirais dos Campos de Cima da Serra, entre Santa Catarina e o Rio Grande.

Dois anos mais tarde, em 1857, a ideia de reunir todos os indígenas em Nonoai tinha arrefecido, porque os conflitos com os fazendeiros locais e entre os próprios indígenas foram intensos. Assim, a Diretoria dos Índios buscou criar o aldeamento de Pontão, em Vacaria, para aldear o grupo de Doble. Porém, encontravam dificuldades para que alguém aceitasse ser seu diretor⁶⁴³. Francisco Inácio Ferreira, que havia sido indicado para o cargo, rejeitou a indicação, porque um morador de nome Felipe queria ser o diretor de Pontão e, por isso, estaria colocando os indígenas contra ele⁶⁴⁴.

No ano seguinte a “horda” liderada por Doble seguia errante pela região dos Campos de Cima da Serra, e o diretor geral Andrade Neves ponderava a necessidade de missionários para “*trazer à civilização*” aqueles indígenas, pois considerava a ação de um diretor insuficiente para manter os kaingang aldeados⁶⁴⁵. Seus pedidos para o envio dos religiosos não foram atendidos, mas Alberto Marques de Almeida foi nomeado diretor e finalmente o aldeamento de Pontão foi oficializado, em maio de 1858⁶⁴⁶. Naquele ano foram contabilizados 220 indígenas na aldeia⁶⁴⁷. Ainda em 1858, Marques de Almeida apareceu também como diretor do aldeamento dos Incas, na picada Velha Portuguesa. Os indígenas daquele local eram comandados pelo Cacique Chico. Havia acusações de que

⁶⁴² CUNHA, Manoela Carneiro (Org.) Legislação indigenista no século XIX: uma compilação (1808-1889). 235-236, *Apud* LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889). Pesquisas. *Antropologia* 56. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas/UNISINOS, 2000.p.138

⁶⁴³ AHRS. FI.M3. Relatório da visita ao aldeamento de Nonoai do diretor geral dos índios, José Joaquim de Andrade Neves para o presidente da província Patrício Correia da Câmara. Rio Pardo, 29/04/1857.

⁶⁴⁴ AHRS. FI.M3. Relatório do estado dos aldeamentos de 1857, realizado por José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios. Rio Pardo, 17/09/1857.

⁶⁴⁵ AHRS. FI. M4. Documento com folhas faltantes. a/d. Rio Pardo, 2/04/1858.

⁶⁴⁶ AHRS.FI.M4. Carta do diretor Andrade Neves para o presidente Ângelo Munis sobre a nomeação do diretor de Pontão. Rio Pardo, 22/05/1858.

⁶⁴⁷ AHRS, FI., M4. Mapa dos índios por sexo e Aldeamentos de 1858, confeccionado por José Joaquim de Andrade Neves. diretor geral dos índios. Rio Pardo, 01/09/1858.

os moradores de Pontão seduziam os indígenas para não irem para o aldeamento, mas o diretor afirmou que os tinha demovido de permanecerem errantes⁶⁴⁸. Entretanto, Chico e seu grupo não se aldearam e aldeia dos Incas não se concretizou.

É interessante observar que a localização do aldeamento de Pontão respeitava, ao menos parcialmente, os locais de circulação do grupo de Doble. Localizava-se na entrada da Picada Velha do Mato Português, entre a Lagoa Vermelha e o Campo do Meio⁶⁴⁹. Lembremos que desde a década de 1840 havia tentativas do poder público de retirar os indígenas do Mato Português, local onde frequentemente eram vistos e atemorizavam os colonos e viajantes com suas correrias. O Campo do Meio era uma zona de araucárias que havia servido de primeiro aldeamento para o grupo de Doble. Portanto, uma vez mais, vemos que os indígenas aceitavam aldearem-se desde que os estabelecimentos estivessem em suas rotas de circulação tradicional, de preferência onde seus ancestrais foram enterrados e contemplassem suas necessidades materiais, em especial relacionadas à alimentação. No ano de 1859, o recém-criado aldeamento de Pontão passou a ser chamado de Santa Isabel⁶⁵⁰.

Ainda que tivessem aceitado se aldear, os kaingangs necessitavam dos deslocamentos sazonais para buscar os diferentes recursos necessários a sua subsistência. Provavelmente aquele era um bom local na época da colheita do pinhão, mas não ofertava recursos o ano todo. Em meio a acusações de que fazendeiros locais e encarregados de Santa Isabel estavam seduzindo os indígenas a abandonar o aldeamento, o jesuíta Villarubia afirmou que ouviu dos indígenas que o real motivo para que não se fixassem naqueles campos era que ali faltava “*os elementos mais precisos a sua subsistência, isto é, a caça, a pesca e a erva-mate*”⁶⁵¹.

Também surgiram acusações de que os indígenas de Santa Isabel teriam atacado as colônias de Picada Feliz e assassinado três colonos recém-chegados ao local. Apesar

⁶⁴⁸ AHRS. M2. Carta de Alberto Marques de Almeida, diretor do aldeamento dos Incas ao Conselheiro Ângelo Munis da Silva Ferras, presidente da província. Lagoa Vermelha, 13/08/1858. (p.56-58)

⁶⁴⁹ AHRS.FI.M4. Carta de Alberto Marques de Almeida para o diretor geral Andrade Neves sobre o local e as necessidades do aldeamento de Pontão. Passo Fundo, 26/05/1858.

⁶⁵⁰ Os aldeamentos chefiado por Doble recebeu diversas denominações: Vacaria, Pontão, Santa Isabel e Caseiros, no final do século ainda apareceria um aldeamento em Lagoa Vermelha, que abrigava os remanescentes do grupo de Doble. Essa profusão de nomes causou confusão nos pesquisadores da temática, fazendo com que inclusive no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul a documentação referente a esse aldeamento fosse colocada em separado.

⁶⁵¹ AHRS. M2. Declaração do missionário da companhia de Jesus Thiago Villarubia em defesa de Francisco José de Oliveira. Passo Fundo, 10/02/1859

das suspeitas de que haviam sido os aldeados, as diligências não foram adiante⁶⁵². Pouco tempo depois, um novo episódio na colônia Montravel resultou no assassinato de mais um colono alemão⁶⁵³. Ou seja, os confrontos entre indígenas e colonos na região, intensificaram-se na segunda metade do século XIX e, ainda que as investigações destes dois casos não tenham concluído pela culpabilidade dos indígenas de Santa Isabel, sempre havia a suspeita de que o aldeamento fosse insuficiente para conter os ataques dos kaingang.

A direção de Santa Isabel também não estava funcionando corretamente. Nas proximidades do aldeamento havia sido fundada uma colônia militar na década de 1850 que visava proteger o caminho das tropas, em especial à coletoria de impostos existente no Pontão. Um dos principais objetivos da fixação dos soldados em o era justamente o de proteger os tropeiros dos ataques dos kaingang⁶⁵⁴. Mas, naquele momento, o diretor de Santa Isabel tinha rixas com o diretor da colônia militar de Caseiros⁶⁵⁵. Assim, Alberto Marque de Almeida foi substituído por Juvino Antônio de Matto e, em seguida este por José Leonardo, que era considerado “*amigo dos índios*”⁶⁵⁶. Posteriormente, os indígenas do grupo de Doble e de Chico ficaram a cargo do Padre Morais Branco.

Em 1860, a não fixação dos indígenas passou a incomodar ainda mais os agentes governamentais. Em março, Andrade Neves afirmou que as correrias promovidas pelos índios de Santa Isabel chegavam até a Colônia de São Leopoldo, que fica no Vale do Rio dos Sino, próximo a Porto Alegre, e que os indígenas não se sujeitavam à lei nenhuma, inclusive o Cacique Doble. Ou seja, de principal aliado no ano de 1853, o cacique passou a ser considerado um problema para os indigenistas. Novamente, a solução que se buscava para a mobilidade dos kaingang era reuni-los em Nonoai⁶⁵⁷.

Com este intento, em 1861, José Joaquim de Andrade Neves foi até Santa Isabel, acompanhado do diretor de Nonoai e de dois indígenas. Informou não ter encontrado

⁶⁵²AHRS.FI.M4. Carta do Diretor Geral dos índios José Joaquim Andrade Neves ao Presidente da Província. Ângelo Moniz da S. Ferraz sobre assassinatos na Colônia e os índios de Santa Isabel. Rio Pardo, 05/04/1859.

⁶⁵³ AHRS.FI.M4. Carta de Andrade Neves para o presidente Joaquim Antônio Leão sobre o aldeamento de Santa Isabel, o assassinato de um colono em Picada Feliz e despesas erradas. D.p. 08/1859

⁶⁵⁴ TEDESCO, João Carlos. Os indígenas na enxada: processos produtivos e de controle social na Colônia Militar de Caseros–1858-1878. *História: Debates e Tendências*, v. 19, n. 2, p. 288-313, 2019.

⁶⁵⁵ *Idem*.

⁶⁵⁶ AHRS.FI.M4. Carta de José Joaquim Andrades Neves, Diretor Geral dos índios sobre a despesa do Diretor interino de santa Isabel, de Juvino Antônio de Matto para no seu lugar ficar José Leonardo. Rio Pardo, 30/04/1860.

⁶⁵⁷ AHRS. FI.M4. Relatório geral do estado dos aldeamentos da província do Rio Grande de São Pedro do Sul, confeccionado por José Joaquim de Andrade Neves. Rio Pardo, 31/08/1860

nenhum índio no aldeamento. No Campo do Meio localizou o cacique Francisco “Sem Nariz” e Felipe com sua gente. Utilizando-se de um intérprete solicitou que as lideranças fossem se reunir em Nonoai. Porém, chegaram informações ao diretor de que os moradores locais, interessados nos trabalhos que os kaingang prestavam, dissuadiram-os da mudança:

(...) tendo conseguido esta resolução ao custo de pedidos reiterados, e quando deviam partir, soube que um fulano João Dias morador nos mesmos campos e que **se serve dos índios para criados**, os fizera mudar de opinião; tive informações de que pessoas gradas que além deste indivíduo existem outros que seduzem-os para poderem obter **por troca de grande trabalho dos índios pequenas bagatelas com que os iludem**⁶⁵⁸.

Apesar de após a Lei de Terras de 1850 a questão fundiária, agravada pela presença de imigrantes europeus, ter se tornado o principal foco de tensionamento das relações entre indígenas e a sociedade envolvente, a exploração do trabalho dos nativos em troca de pequenos valores ou produtos seguia existindo e pautando as relações entre “brancos” e indígenas. Lembremos que o perigo da escravização e a necessidade de utilização do trabalho dos kaingangs era uma preocupação no início da formação dos aldeamentos daquele povo, na década de 1840. Da mesma forma, a exploração do trabalho dos guaranis como peões, soldados, prostitutas ou criadas seguia acontecendo.

Outra preocupação antiga que permanecia patente entre os agentes governamentais eram os assaltos e correrias contra os colonos. Novos episódios ocorreram, desta vez na Colônia de Nova Petrópolis. Em 1861, um primeiro ataque resultou no ferimento de um colono e na morte de vários indígenas⁶⁵⁹. Tempos depois, um novo assalto àquela colônia, na linha⁶⁶⁰ Sebastopol, vitimou o colono João Helnik. Os indígenas responsáveis não foram localizados, porém, suspeitava-se dos aldeados⁶⁶¹.

Assim como vinte anos antes, diante dos seguidos ataques, Andrade Neves pedia providências aos delegados de Passo Fundo e Campos do Meio para tentar fazer com que os indígenas deixassem a vida errante, buscando com isso evitar escaramuças com os moradores e viajantes que, cada vez mais, intrometiam-se nos territórios indígenas. Por

⁶⁵⁸ AHRS.FI.M4. Relatório do Diretor Geral dos índios ao Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, Presidente da Província sobre a situação do aldeamento de Santa Isabel. 10/04/1861

⁶⁵⁹ AHRS.FI.M4. Relatório do Estado dos Aldeamentos de 1861. s/a, d.p. 1861.

⁶⁶⁰ Linha: referencial geográfico onde se estabelecem os lotes coloniais e o caminho que os conecta.

⁶⁶¹ AHRS.FI.M4. Relato de um ataque de indígenas na colônia da linha Sebastopol, em Nova Petrópolis, que resultou na morte do colono João Helnik.s/d s/a.

isso, foi reiterado ao Cacique Doble, que estava no Campo Novo, que deveria ir para Nonoai⁶⁶².

Mas, após a visita a Santa Isabel, Andrade Neves concluiu que só seria possível demover Doble pra Nonoai por meio de força⁶⁶³. Assim, em 1861, a aldeia de Santa Isabel foi extinta. Os argumentos utilizados para isso são semelhantes aos mobilizados contra outros aldeamentos kaingang na década de 1850: a permanência da mobilidade, a venda e o consumo de bebidas alcoólicas dentro da aldeia e as correrias promovidas contra os colonos alemães.

Naquele momento, restavam apenas duas aldeias na província, Nonoai e São Nicolau, esta última em processo de extinção. O desinvestimento da política indigenista na manutenção das aldeias era patente e a buscava-se reunir todos os indígenas no menor espaço possível, e, assim, investia-se, novamente, na redução do grupo de Doble a Nonoai.

Com este intento, em 1862 o diretor José Joaquim de Oliveira, junto com o Cacique Fongue e o indígena Portela foram ao encontro de Doble para convencê-lo a aldear-se, sem obter êxito na empreitada. Oliveira relatou que Doble teria argumentado que o presidente da província tinha dado autorização para os indígenas permanecerem onde estavam e até mesmo ir com todo o seu grupo para Porto Alegre, e que o cacique vangloriava-se de receber dádivas da presidência:

(...) que Exmo. Snr. Presidente lhe dissera (pondo-lhe a mão no ombro) – Papai velho, você não vai para Nonoai porque lá vos hão de matar, ficam mesmo na colônia. Ora quem não vê a falsidade com que se revestiu para expressar-me de tal maneira. Ainda avançou mais, dizendo que sua Exa. lhe mandava que levasse a Porto Alegre toda sua gente. Fiz-lhe ver que faltava a verdade, porque S. Exa. ordenando-me que o fosse buscar para Nonoai não era possível que ordenasse outra coisa, e que seriam coagidos por meio da força a obedecerem a ordem do Exmo. Governador da Província, mas, mesmo assim, fui infeliz. Os índios que levei fizeram-lhe ver as vantagens que teriam no aldeamento de Nonoai por razão do fabrico da erva mate e outros serviços, **ao que respondeu o Doble que – sua gente não trabalhava para ganhar vestimentas, que o governo lhes dava tudo, e que estava à espera de roupas e dinheiro, que o Exmo. Snr. Presidente lhes mandava**⁶⁶⁴.

Apesar da cólera do diretor de Nonoai contra os indígenas liderados por Doble, que ele considerava uns “*vadios*” e “*insubordinados*”, o Cacique tinha uma vasta experiência em negociar com os vários presidentes que a província do Rio Grande de São

⁶⁶² *Idem*.

⁶⁶³ AHRS.FI.M4. Carta de Andrade Neves para o presidente Joaquim Antônio Leão sobre Antônio Prudente e Doble. Rio Pardo. 07/06/1861.

⁶⁶⁴ AHRS.FI.M4. Cópia da carta de José Joaquim de Oliveira, Diretor de Nonoai para José Joaquim de Andrade Neves, Diretor Geral dos índios, sobre a visita ao Cacique Doble. 05/06/1862.

Pedro tivera durante o oitocentos, e, de fato, em vários momentos ocupou o posto de maior aliado da política indigenista, especialmente quando utilizou a força guerreira de seu grupo contra opositores, obtendo assim algumas vantagens com a formação destas alianças. Inclusive, a visão de que Doble era um devotado cacique, retornaria anos mais tarde. Portanto, o que podemos observar é que as lideranças indígenas não eram simplesmente inimigas ou colaboracionistas. A complexa relação estabelecida entre indígenas, agentes governamentais e vizinhos alternava-se conforme os contextos históricos, sendo que os próprios não indígenas mudavam suas opiniões sobre os aliados.

Naquele momento específico, no entanto, a situação com os kaingang do grupo de Doble era tensa. O delegado de Passo Fundo afirmava que eles eram malquistos pelos moradores de Campo do Meio porque ameaçavam a todos com sua “*arrogância turbulenta*”. Dizia que viviam de pilhagens, que se assenhoravam de ervais que não lhes pertenciam e ameaçavam os opositores de assassinato. Para “pacificar” os indígenas, o delegado sugeria que se sequestrassem as crianças do grupo e as mandassem para Porto Alegre⁶⁶⁵. Veremos que, por mais chocante que a medida do comissário pareça, ela foi largamente utilizada como forma de desestruturação das populações indígenas no Rio Grande de São Pedro⁶⁶⁶.

Porém, Doble parece ter logrado dobrar o poder provincial e, ainda em 1862, o aldeamento de Santa Isabel reapareceu, sendo deslocado para junto da colônia militar de Caseiros e passando, a partir daí a ser referenciado pelo mesmo nome do quartel. Os indígenas foram interinamente dirigidos pelo padre Antônio de Moraes Branco⁶⁶⁷. No entanto, o grupo liderado por Chico permaneceu em Campo do Meio sem querer se juntar aos de Caseiros⁶⁶⁸.

Já Doble foi arrolado junto com outros 113 indígenas na listagem dos aldeados na colônia militar. Anexada à relação nominal há uma outra, que contém o nome de mais 101 indígenas, entre eles a viúva do Cacique Braga de 51 anos e um homem de 32 anos, chamado “Braguinha”, provavelmente filho do mesmo cacique. Essa segunda listagem não especifica se são indígenas aldeados, mas ela segue o mesmo padrão da primeira.

⁶⁶⁵ AHRS.FI.M4. Carta do Diretor Geral interino dos índios Joaquim José da Fonseca Souza e Pinto para o Presidente da Província sobre a proposta do delegado de Passo Fundo para retirar os filhos menores dos bugres do Campo do Meio. Rio Pardo, 30/10/1862.

⁶⁶⁶ Ver capítulo 4 desta tese.

⁶⁶⁷ AHRS.FI.M4. Carta de Andrades Neves sobre a nomeação do padre Antônio Moraes Branco para diretor interino do Aldeamento de Santa Isabel em Caseiros. 08/08/1862

⁶⁶⁸ AHRS.FI.M4. Carta de José Joaquim de Andrade Neves ao presidente Patrício Correia da Câmara, na qual informa que os indígenas do Campo do Meio, liderados por Chico sem Nariz, não querem se reunir aos outros. Rio Pardo, 01/01/1863

Um aspecto interessante sobre Doble que podemos observar através da lista é que ele, mesmo aldeado, permaneceu mantendo relações poligâmicas. Suas uniões foram registradas pelo padre Antônio de Moraes Branco, o que demonstra a capacidade de negociação do Cacique com a sociedade não indígena, já que este importante elemento da sociabilidade da liderança, que era o estabelecimento de relações matrimoniais múltiplas, era no mínimo tolerado pela autoridade religiosa e administrativa do local. Aliás, essa não era uma prática apenas daquele cacique; em 1869, o então diretor dos índios Manuel Oliveira, afirmava que *“a poligamia ainda está em pleno vigor entre eles [os kaingang], só a catequese na sua doutrina, é que pode apurar uma completa reforma em seus usos e costumes.”*⁶⁶⁹

Assim, Doble, aos 64 anos, estava unido à Francisca, de 58 anos, a Maria, de 28 anos, a Cantalice e a Luíza, ambas com 19 anos. A diferença de idade das esposas aponta para a própria ascensão de Doble. É possível que a relação com Francisca tenha se firmado quando ele ainda não era a liderança principal do grupo, enquanto as outras tenham sido fruto da sua ascensão a principal (Pay-bang), já que, segundo Mabilde, apenas o líder máximo desposava mais de uma mulher. Reforça isso, as variadas idades de seus filhos: Penha, de 19 anos, João Gangrê, 16 anos, Senhorinha de 13, Generosa com 11, Manoel Raimundo, de 2 anos e dois bebês: Rosa, de 9 meses e Roberto Paulo, de 8 meses. No outro arrolamento está listado mais um filho de Doble, de 7 anos, chamado Miguel Camargo. Nesta lista também consta Jacinto, de 25 anos, que apesar de não estar ali discriminado como filho de Doble, sabemos que era⁶⁷⁰.

Apesar da manutenção da cultura indígena, o aldeamento dos kaingang tinha a pretensão assimilacionista de incorporar este grupo à nacionalidade através do trabalho, transformando suas formas de sociabilidade e economia. Essa disposição em relação aos aldeados de Santa Isabel foi exemplificada por Andrade Neves em seu relatório de 1863. Nele, o diretor geral, afirmou que o contato dos indígenas com os “civilizados” poderia inculcar hábitos que os tornassem úteis:

Em geral os índios são dados a preguiça e ao abuso das bebidas alcoólicas. Se o **contato e o exemplo de um povo civilizado podem alterar os usos semibárbaros dessa nação**, é de esperar que a comunicação que eles hoje vão

⁶⁶⁹ AHRs.FI.M4. Informações dadas pelo diretor interino Manuel Francisco de Oliveira ao presidente Antônio da Costa Pinto a pedido do Ministério da Agricultura. Nonoai, 16/02/1869.

⁶⁷⁰ AHRs.FI.M2. Lista nominal dos índios aldeados na Colônia militar Caseros no Mato Português pelo diretor dos índios Padre Antônio de Marau Branco. Colônia militar Caseros, 31/10/1862.

tendo os torne em pouco tempo ainda mais úteis do que, não obstante seu atraso, já o são⁶⁷¹.

Apesar deste intento, o próprio diretor constatava a manutenção do que considerava práticas “selvagens” e a “atrasadas”. A permanência dos deslocamentos nos territórios de costume, o andar nu, a poligamia, a utilização da língua kaingang, a manutenção de hábitos alimentares como a caça e o consumo de erva-mate, são elementos que nos permitem observar que o assimilacionismo encontrava embaraços nas práticas efetivas daquela comunidade.

Como propôs Barth, a manutenção de um grupo étnico não está baseada na territorialidade por ele ocupada, ou seja, no caso em questão, pela necessidade dos kaingang de manterem-se isolados do contato com os não indígenas e fixos em um território, em situação de isolamento. Interessa mais as formas como esta coletividade recruta e mantém seus membros diferenciados de outros grupos em situações de contato interétnico. Assim, é justamente nas interações entre grupos que se criam certos sinais de distinção mais estruturados. Nem todos os aspectos culturais são relevantes para esta distinção cultural, apenas aqueles códigos e valores que interessam mobilizar para manutenção das fronteiras étnicas. Ao poder imperial interessava justamente apagar as diferenças culturais que diferenciavam os kaingang do restante da população nacional, mas o grupo de Doble lograva, até aquele momento, estruturar relações que permitiam a persistência de regras de contato interétnico que mantinha a fronteira de distinção entre os grupos, preservando partes da cultura consideradas relevantes⁶⁷². Não se trata, portanto, de compreender a cultura dos indígenas como algo cristalizado, que buscava manter-se a qualquer custo diante do avanço da colonização, mas observar que alguns aspectos culturais se tornaram relevantes no contexto de contato interétnico e eles procuravam maneiras de estabelecer negociações que permitissem a manutenção de sua fronteira étnica, estabelecendo seus próprios critérios para isso.

Com o intento de que Doble e seu grupo tivessem um controle mais direto, o diretor interino, José Joaquim Oliveira sugeriu que, diante da impossibilidade de aldear o grupo em Nonoai, talvez fosse possível fundar um aldeamento nos campos de Erebangó⁶⁷³, contíguo a Erechim⁶⁷⁴, no distrito do Passo Fundo, porque aquele campo era

⁶⁷¹ AHRS.FI.M4. Relatório do estado dos aldeamentos do ano de 1863 confeccionado pelo diretor geral dos índios José Joaquim de Andrade Neves. Rio Pardo, 01/12/1863.

⁶⁷² BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. p. 34-35.

⁶⁷³ Urubangue no original.

⁶⁷⁴ Irachini no original.

próximo da residência do diretor, não possuía um proprietário legítimo e os indígenas teriam alguma afeição pelo local⁶⁷⁵. Como veremos, alguns dos kaingang possuíam, de fato, ligações com Erechim, como o grupo de Nicafi, porque ali havia túmulos de seus ancestrais. No entanto, naquela região, durante a década de 1850, houve uma intensa disputa pelas terras, levando a um sangrento conflito que vitimou fazendeiros locais e muito indígenas. Desta forma, o aldeamento em Erebangó não foi concretizado. Algum tempo depois, os indígenas de Santa Isabel reivindicaram a propriedade daqueles terrenos, e foi sugerida uma troca por outro no Campo do Meio⁶⁷⁶.

Os kaingang dos Campos de Cima da Serra seguiam envolvendo-se em ações bélicas que colocavam limites às pretensões assimilacionistas. O grupo do cacique Chico não aceitava de forma alguma aldear-se. A tentativa de enviar o “*índio mestiço*” Inácio Sagaz, líder do toldo de baixo de Nonoai, para convencê-lo foi em vão. No começo de 1864, o grupo de Chico foi acusado de atacar um comboio que transportava erva mate na região do passo do Goio-Ên. E passaram a ser perseguidos pelos indígenas liderados por Fongue e Sagaz⁶⁷⁷.

Aparentemente, o ataque tinha sido feito por outro grupo de indígenas, não ligado a Chico. Também o grupo do “*Cacique Doble*” partiu, acompanhado de outros vinte cinco homens indígenas, entre eles o “*Coronel Francisco*” e o “*Major Jacinto*”, filho mais velho de Doble, e, como de costume, suas esposas, para capturar estes indígenas. Mais uma vez, Doble colocava à disposição do governo provincial a força bélica de seu grupo. O resultado da diligência foi o aprisionamento de cinco homens indígenas e muitas mulheres e crianças pequenas⁶⁷⁸. Os presos, eram “*índios nômades*” que viviam pelas matas do Turvo e Cima da Serra e eram aparentados de alguns dos indígenas aldeados em Santa Isabel⁶⁷⁹, remanescentes do grupo do finado cacique Nicofé⁶⁸⁰. Ou seja, ao mesmo tempo

⁶⁷⁵ AHRS.FI.M4. Carta do diretor José Joaquim de Oliveira ao diretor interino José Joaquim da Fonseca sobre o não recolhimento de Chico e Doble a Nonoai. Nonoai, 02/05/1863.

⁶⁷⁶ Ver nesta tese: 3.2.2 *A disputa por Erechim...* e 3.2.5 *Os indígenas não desistem de Erechim*

⁶⁷⁷ AHRS.FI.M4. Informações sobre um ataque e saque de uma carga de erva mate que teriam feito os indígenas do Cacique Chico feitos pelo diretor geral Andrade Neves ao presidente Espiridião Elói de Barros Pimentel. Rio Pardo, 21/01/1864.

⁶⁷⁸ AHRS.FI.M4. Relação dos indígenas que marcharam em diligência da Colônia Militar Caseiros para capturar outros que andavam errantes nas matas de 8 de dezembro a 25 de janeiro. Porto Alegre, 18/02/1864. (O documento não especifica se eram os indígenas do Cacique Chico, que volta a aparecer mais tarde como aliado, mas pela proximidade dos eventos, é provável que fossem os indígenas acusados de roubar a carga de erva mate).

⁶⁷⁹ AHRS.FI.M2. Carta do diretor do aldeamento de Caseiros, Padre Antônio de Moraes Branco para o Doutor Espiridião Eloy de Barros Pimentel, presidente da província, sobre a expedição de perseguição dos indígenas. Colônia Militar Caseros no Mato Português.07/12/1863.

⁶⁸⁰ BND. HD. RPP. Relatório apresentado pelo presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul Dr. Espiridião Eloy de Barros Pimentel na 1ª sessão da Assembleia Provincial, 10/03/1864. (1ª ed.) p. 102

em que Doble tornava-se indispensável contra os “nômades”, seu grupo angariava capital político para desobedecer às ordens de permanecer fixos em um só local.

Apesar das andanças, Doble frequentava o aldeamento de Santa Isabel. Em 1863, seu “*velho sogro*” Junoa Chaco, com mais nove membros de sua família reuniu-se a ele em Caseiros⁶⁸¹. Ainda assim, isso não significou de forma alguma que a aldeia seguiu os planos de pacificação propostos pela política indigenista. Em setembro de 1863, por exemplo, os soldados de Caseiros deram uma festa e convidaram os indígenas e, após uma forte bebedeira, a reunião acabou em briga, deixando feridos⁶⁸².

Em 1863, estando arranchado junto à Colônia Militar de Caseros, Doble encontrou seu primo Fongue que retornava de Porto Alegre, com uma farda nova. Diante do símbolo de prestígio ostentado pelo outro cacique, Doble reclamou ao diretor Oliveira a falta de reconhecimento do governo aos seus esforços de aldeamento⁶⁸³. Além do simbolismo da farda, o padre Antônio de Moraes Branco, que exercia a função de diretor de Santa Isabel, também ressaltou que os indígenas sentiam a falta de vestimentas para funções práticas. Faltava-lhes roupas, em especial as de lã, para abrigar-se do rigoroso inverno na região, onde chega a fazer temperaturas negativas. Por causa das baixas temperaturas, o padre relatou que os indígenas foram acometidos de várias doenças, como a “*tosse, catarrão com febre, pleurites e pneumonia*”, que tiveram de ser tratadas homeopaticamente por ele⁶⁸⁴.

Justamente para evitar as doenças que tanto afligiam o aldeamento, Doble e outras pessoas de seu grupo dirigiram-se a Porto Alegre com o objetivo de buscar vestimentas⁶⁸⁵. O cacique fora outras vezes à capital e estava habituado a negociar diretamente com o presidente da província. Ele mesmo chamara atenção para a interlocução privilegiada que tinha com os governantes.

⁶⁸¹ AHRS.FI.M2. Carta do diretor do aldeamento de Caseiros, Padre Antônio de Moraes Branco para o Doutor Esperidião Eloy de Barros Pimentel, presidente da província, sobre o aldeamento do sogro de Doble, Junoa Chaco. Colônia Militar Caseros no Mato Português. 02/09/1963

⁶⁸² AHRS.FI.M2. Carta do diretor do aldeamento de Caseiros, Padre Antônio de Moraes Branco para o Doutor Esperidião Eloy de Barros Pimentel, presidente da província, sobre uma briga entre indígenas e soldados. Colônia Militar Caseros no Mato Português. 28/07/1863

⁶⁸³ AHRS.FI.M4. Carta de José Joaquim de Oliveira, diretor de Nonoai, ao diretor geral dos índios Andrade Neves, na qual comunica a ida de crianças indígenas para Porto Alegre e a visita de Fongue a Doble. Aldeia de Nonoai, 03/01/1863.

⁶⁸⁴ AHRS.FI.M4. Relatório sobre a aldeia de Santa Isabel na Colônia Militar Caseiros do diretor Padre Antônio de Moraes Branco. Caseiros, 20/12/1862.

⁶⁸⁵ AHRS.FI.M2. Carta do diretor do aldeamento de Caseiros, Padre Antônio de Moraes Branco para o Doutor Esperidião Eloy de Barros Pimentel, presidente da província, sobre a ida do cacique Doble para Porto Alegre buscar roupas. Colônia Militar Caseros no Mato Português. 01/02/1863. e AHRG. FI. M2. Comunicado do Delegado de polícia de Taquari, João Ferreira Brandão, que o cacique Doble e outras pessoas da sua tribo seguem para a capital. Taquari, 26/02/1863.

Porém, quando retornaram à Caseros, o diretor Antônio de Morais Branco, relatou que vinham “*doentes de bexigas*”. A primeira a falecer foi a indígena Ponciana, em março de 1864⁶⁸⁶. Oito dias depois, 86 indígenas já estavam infectados. O médico da colônia militar buscou vaciná-los, mas a vacina era velha e já havia demonstrado sua ineficácia anteriormente. Ainda assim foi aplicada na esperança de que tivesse algum resultado já que, nas palavras do diretor, a “*atmosfera se acha prenhe do vírus variola*”⁶⁸⁷.

Cerca de um mês depois todos os indígenas do aldeamento estavam infectados e 49 deles haviam falecido⁶⁸⁸. Entre os mortos estava o Cacique Doble, que antes de morrer solicitou ao diretor que repassasse um pedido ao presidente da província, o de que ele “*cuidasse da sua gente*”, além de ter rogado o pagamento de seu soldo⁶⁸⁹. Das esposas de Doble apenas Maria e Cantalícia sobreviveram à moléstia que se abateu sobre o aldeamento.

Laroque atribuiu a disseminação do vírus ao uso de fardamentos contaminados que teriam sido distribuídos em Porto Alegre aos indígenas pelo governo⁶⁹⁰. Esse procedimento não seria estranho às práticas colonizatórias empregadas pelos europeus. Como apontou Gurgel, os colonizadores utilizavam roupas de variólicos como armas biológicas, deixando os objetos propositalmente próximos às aldeias que queriam destruir. A autora cita que o naturalista Von Martius testemunhou essa prática durante o século XIX⁶⁹¹. No entanto, a documentação consultada não permite afirmar que a disseminação do vírus tenha sido intencional. Mas é fato que ela ocorreu após a ida dos indígenas à capital para buscar roupas e que a falta de fornecimento de vacina eficaz, responsabilidade do governo, foi um fator determinante para a dizimação dos habitantes de Santa Isabel.

Saint-Hilaire também atribuiu à falta de vacinas a alta mortalidade causada pela varíola na região das Missões décadas antes. O naturalista francês considerava que a

⁶⁸⁶ AHRG. FI. M2. Comunicado de Antônio de Morais Branco, diretor do aldeamento, da infestação da peste de bexigas trazidas pelos índios que vieram da capital. Mato Português, 01/03/1864.

⁶⁸⁷ AHRG. FI. M2. Comunicado de Antônio de Morais Branco, diretor do aldeamento, sobre o alastramento da epidemia de varíola, ao presidente da província Eloy de Barros Pimentel. Mato português, 01/03/1864.

⁶⁸⁸ AHRG. FI. M2. Comunicado de Antônio de Morais Branco, diretor do aldeamento. (documento incompleto, páginas perdidas) d.p. 1864.

⁶⁸⁹ AHRG. FI. M2. Comunicado de Antônio de Morais Branco, diretor do aldeamento, sobre as mortes no aldeamento, comunica também o falecimento do Cacique Doble, ao presidente da província Eloy de Barros Pimentel. Colônia militar Caseros, 29/03/1864.

⁶⁹⁰ LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889). Pesquisas. Antropologia 56. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas/UNISINOS, 2000, p.141

⁶⁹¹ GURGEL, Cristina Brandt Friedrich Martins. Índios, Jesuítas e Bandeirantes. Medicinas e Doenças no Brasil dos séculos XVI e XVII. (Tese de Doutorado). Faculdade de Medicina, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2009. p. 128

varíola “*poupa menos os índios que os homens doutras raças*”, e atribuía a não vacinação dos guaranis, fruto do descaso do Marechal Chagas, o fato do flagelo assolar as aldeias de tempos em tempos, mesmo sendo este método de imunização conhecido há bastante tempo no Brasil⁶⁹².

Já foi mencionado que outros surtos de “bexigas” infestavam os aldeamentos da província. Apesar de não termos muitas informações sobre estes episódios, era comum que houvesse contaminação nas aldeias. Em 1866, por exemplo, o aldeamento de São Nicolau do Rio Pardo foi assolado por um surto de varíola, sem que nenhuma providência fosse tomada pelo governo provincial para contê-lo⁶⁹³. No entanto, nenhum parece ter sido tão letal quanto a de Caseiros, que em pouco mais de um mês ceifou quarenta e nove vidas⁶⁹⁴. Fato é que as epidemias contribuíram para o processo de invisibilização dos indígenas, através da mortalidade, mas também porque desestabilizava as formas de organização sociais, fosse pela perda das lideranças, fosse pela incapacitação para caça e a defesa⁶⁹⁵.

A epidemia foi controlada. Em 1865, os indígenas de Caseiros eram 123, e passaram a ser comandados pelo filho de Doble, Jacinto. Os indígenas do Cacique Chico não foram afetados pelas bexigas, eram 113 pessoas aldeadas no Campo do Meio⁶⁹⁶. Com a morte de Doble, o pequeno interregno de estabilidade do grupo se desfez. As reivindicações de terras feitas pelos caciques, a continuidade do conflito interétnico nos Campos de Cima da Serra e a descrença na política de aldeamento fariam com que o aldeamento de Santa Isabel fosse extinto e reaparecesse outras vezes, tornando-se uma aldeia oficial apenas na década de 1880 com o nome de Lagoa Vermelha.

2.6 Territorialização indígena e racialização indigenista: algumas conclusões

O *Regulamento das Missões* de 1845 significou o retorno de uma política indigenista unificada para o Brasil. No entanto, sua aplicação esteve condicionada aos

⁶⁹² SAINT-HILAIRE. Auguste de. Viagem ao Rio Grande do Sul [Tradução de Adroaldo Mesquita da Costa]. Porto Alegre: ERUS, 1987.p. 303-304.

⁶⁹³ AHRG.FI.M4. Carta do diretor interino dos índios Souza Pinto ao vice-presidente Augusto Pereira da Cunha relatando a expropriação da aldeia de São Nicolau e a dificuldade de arcar com os custos judiciais das reivindicações de propriedade. São Nicolau, 22/05/1866.

⁶⁹⁴ AHRG. FI. M2. Comunicado de Antônio de Moraes Branco, diretor do aldeamento. (documento incompleto, páginas perdidas) d.p. 1864.

⁶⁹⁵ GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁶⁹⁶ AHRG.FI.M4. Mapa dos índios aldeados na Colônia Militar Caseros e no Campo do Meio no ano de 1864. 01/03/1865.

agentes locais e aos desejos e necessidades das populações indígenas, variando conforme os diferentes contextos que se apresentavam no país de dimensões continentais. No Rio Grande de São Pedro, para alguns dos sujeitos envolvidos em sua aplicação, a nova legislação serviu como inspiração para uma política mais filantrópica que evidenciou a existência de pequenas aldeias guaranis quase centenárias e contribuiu para formação dos aldeamentos kaingangs de Guarita e Nonoai. Esses processos de emergência de aldeamentos não foi auto evidente, sendo necessária uma ampla investigação documental para compreender os meandros da política indígena e indigenista.

A fixação das populações indígenas nestes locais respeitou lógicas relacionadas a seu passado e presente. O processo de territorialização, tal qual definiu João Pacheco de Oliveira, ajuda a entender as ressignificações espaciais, condicionadas pelo avanço colonial, mas também por novos elementos de pertencimento. O assentamento em um território específico gerou transformações na organização social, estabelecendo identidades étnicas diferenciadas, inclusive opondo aldeados e não aldeados, ainda que estes mundos se mostrassem permeáveis. As relações políticas transformaram-se pela solidificação de poder das lideranças que foram capazes de conformar alianças com os agentes estatais. O aldeamento também trouxe transformações nas formas de relação com os recursos naturais⁶⁹⁷. Assim, os indígenas buscaram estabelecer-se em locais que pudessem fornecer meios materiais de subsistência. Subsistência esta que tinha relação com suas antigas formas de vida e com as novas demandas do mercado: pinheirais, água, erva-mate, caça e trabalhos para vizinhos e para o Estado.

As aldeias do oitocentos passaram a fazer parte da relação dos grupos indígenas com os territórios. Então, diante dos esbulhos das terras promovidos a partir da segunda metade do século, eles reivindicaram o seu pertencimento àqueles locais. Diante das dificuldades encontradas nos novos contextos históricos, ressignificaram o passado para assegurar seu direito de permanência, os kaingang através da presença dos túmulos ancestrais e os guaranis através das propriedades jesuíticas⁶⁹⁸.

Mas, se o Regulamento das Missões proporcionou a formação de aldeamentos, a penetração de ideologias racializadas trouxe para a política indigenista a concepção de que os guaranis eram plenamente assimiláveis, pois já estavam há muito tempo “misturados” à população “branca”, e os kaingangs eram incivilizáveis, pois mantinham-

⁶⁹⁷ OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.

⁶⁹⁸ Ver nesta tese capítulo 3.

se em constante mobilidade. Tais discursos resultaram, na prática, em um reforço dos mecanismos de coerção, como as milícias de pedestres destinadas a perseguir os “bugres” hostis e os “botocudos” considerados selvagens. O não reconhecimento oficial da maioria das aldeias guarani e o desinvestimento em São Nicolau, a retirada dos jesuítas e da companhia de pedestres dos aldeamentos kaingang, bem como a falta de pagamento aos diretores, foram sintomas do abandono da política de aldeamento. Assim, os indígenas tornaram-se visíveis ao poder público pelo seu processo de territorialização, mas voltaram a enfrentar a invisibilização pelas política assimilacionista racializada.

CAPÍTULO 3 – A DISPUTA PELA TERRA (1850 -1889)

(...) *Em uma das paredes do cemitério, uma quinta-feira, a noite pariu a Cerca. (...) - E quando é que os caminhos tiveram cercas? Uma cerca é uma cerca. Uma cerca significa um dono, Dom Marcelino.*

SCORZA, Manoel⁶⁹⁹

A partir da década de 1850, a questão das terras dos aldeamentos tornar-se-ia central nas políticas envolvendo indígenas e não indígenas. Se até aquele momento o poder provincial buscou confinar os kaingangs a determinados territórios e assimilar os guaranis à população nacional. A partir da promulgação da Lei de Terras e especialmente após a normativa de 1854, as ofensivas sobre as terras indígenas buscaram acelerar estes processos. Assim, a ideia de extinguir os aldeamentos e circunscrever todos os indígenas à Nonoai tomou corpo, mas sofreu resistência tanto dos guaranis, quanto dos kaingang.

A centralidade da questão das terras na política indigenista já estava expressa no *Regulamento das Missões* de 1845. Conjuntamente, a promulgação da Lei de Terras de 1850 veio regulamentar uma nova concepção sobre a propriedade rural, impactando fortemente as áreas indígenas. O que ocorreu no Rio Grande do Sul, teve paralelo em outras províncias do Brasil e em outros países; já que o avanço sobre as terras dos nativos foi uma das marcas da expansão capitalista do século XIX, configurando-se como um alargamento das áreas internas de exploração nos países latino-americanos, dos Estados Unidos da América e do neocolonialismo europeu sobre a África e na Ásia.

No caso do Rio Grande de São Pedro as aldeias guaranis, em especial as áreas das missões jesuíticas e suas estâncias, foram apropriadas já nas primeiras décadas do século XIX, através da negação da presença indígena. O trabalho dos guaranis foi explorado, especialmente na pecuária e nas guerras. As aldeias remanescentes no interior do território da província foram, a partir da promulgação do *Regulamento*, mapeadas e em sua grande maioria consideradas extintas. Na década de 1850 os aldeamentos de São Nicolau e São Vicente também entraram na órbita da extinção. Os argumentos provinciais baseavam-se na ideia de que eram locais abandonados, que seus indígenas eram “misturados”, “civilizados” ou “mestiços”. Contudo, a expropriação das terras nestas duas localidades esbarrou na resistência dos guaranis, adiando o esbulho, porém sendo incapaz de evitá-lo.

⁶⁹⁹ SCORZA, Manoel. Bom dia para os defuntos [Redoble por Rancas]. São Paulo: Círculo do livro. p. 68

Em um primeiro momento, o *Regulamento das Missões* pareceu pautar uma política indigenista mais inclinada à negociação, na qual as lideranças tiveram um papel importante na escolha dos territórios nos quais iriam se fixar e com quais agentes pretendiam negociar. Entretanto, devido a uma série de fatores que incluíam a introdução de ideias racistas, a vinda de imigrantes e a mobilidade dos grupos indígenas, além do interesse nas terras dos aldeamentos guaranis e kaingangs, houve uma descrença na função das aldeias enquanto “pacificadoras” e o retorno de relações mais violentas entre indígenas e brancos.

Esse capítulo inicia-se justamente debatendo como a política indigenista foi permeada pela política de terras na segunda metade do século XIX, esmiuçando alguns aspectos legais do processo de expropriação dos territórios indígenas. Em seguida, debrucei-me sobre as disputas de terra com posseiros em Nonoai, especialmente com o ex-diretor daquele aldeamento. Também relato os episódios conflituosos ocorridos nas proximidades do maior aldeamento kaingang, em uma região chamada de Erechim. A disputa por aquele território levou a uma sangrenta vendeta que envolveu indígenas, brancos e “mestiços” e acabou por estilhaçar a comunidade de Nonoai.

Os reflexos da Lei de Terras foram sentidos ainda mais nos territórios guaranis. A reemergência dos indígenas na antiga estância de São Vicente ocorreu justamente quando tentavam desapropriá-los daqueles territórios, invisibilizando sua presença. Eles se contrapuseram, utilizando a mesma legislação. Tema tratado no penúltimo subcapítulo. Por fim, trato da espoliação do mais antigo aldeamento da província, São Nicolau do Rio Pardo, demonstrando como fazendeiros locais apropriaram-se das terras indígenas, primeiro tomando a principal riqueza dos guaranis, seus ervais e depois repartindo lentamente o terreno da aldeia, até sua extinção.

3.1 A centralidade da terra: O Regulamento das Missões e a Lei de Terras.

(...) ficarão dispersos com os índios, quem me dera ilustríssimo senhor neste caso ter princípios para poder analisar tão boa lei porque achando-se tão pobre a nação brasileira para vender uns retalhos de terra aonde se acham acantonados seus primeiros possuidores.⁷⁰⁰

⁷⁰⁰ AHRS, F1, M3. Cópia de uma carta de Joaquim José da Fonseca Pinto, diretor de São Nicolau do Rio Pardo para José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios, informando diversas causas da decadência do aldeamento. São Nicolau do Rio Pardo, 19/08/1852.

A privação das terras constituiu um ponto fulcral da invisibilização e “mistura” dos índios à população brasileira, já que ao destituí-los de seus territórios removiam-se as bases materiais da existência destes grupos. Afinal, os aldeamentos e as missões jesuíticas impunham uma distância, em muitos casos inclusive física, entre indígenas e o restante da população do Império, evitando assim sua “assimilação”. Contudo, desde o *Diretório pombalino* e a expulsão dos jesuítas no século XVIII, buscava-se promover a integração dos nativos removendo-os do isolamento das antigas missões religiosas. A vinda da Corte portuguesa para o Brasil e depois a busca pela consolidação de uma nação independente, em meados do século XIX, deram novo impulso ao assimilacionismo. A busca por tornar o território português um local “civilizado” para receber os monarcas e o projeto de homogeneização da população brasileira nos pós-independência resultaram em avanço sobre os territórios indígenas.

Até 1822, a ocupação das terras no Brasil alicerçava-se sobre a doação de sesmarias. Não que não existissem simples posseiros, mas a cessão legal de terrenos estava diretamente relacionada às mercês reais. O rei escolhia os súditos merecedores através de alguns critérios, sendo a conquista do território, ou seja, o combate aos povos indígenas inimigos, um dos comumente empregados⁷⁰¹. Os nativos aliados, entretanto, eram entendidos como senhores de suas terras. Moreira destaca que, desde os primórdios da colonização portuguesa na América, a política indigenista esteve atrelada à questão das terras, criando variadas situações patrimoniais entre os indígenas, relacionadas ao contexto sócio-histórico de suas relações com os portugueses⁷⁰². Assim, alguns nativos foram agraciados com sesmarias as quais passaram a abrigar aldeamentos. Contudo, já durante o período colonial estas terras estavam sujeitas a esbulhos. John Monteiro demonstrou que em São Paulo, ainda durante o século XVII, com a expulsão dos jesuítas, muitos aldeamentos ficaram à mercê dos colonos que repartiam entre si estes terrenos. Alegavam que se tratava de terras devolutas e que os indígenas não as ocupavam efetivamente. Ainda, sob o pretexto de que havia minérios nestas terras, muitos lotes foram transferidos a particulares⁷⁰³.

⁷⁰¹ FRAGOSO, João. A nobreza vive em bandos: a economia das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa. *Revista Tempo*. Niterói, nº 15, p. 11-35, jul/dez 2003.

⁷⁰² MOREIRA, Vânia Maria Losada. Terras indígenas do Espírito Santo sob o regime territorial de 1850. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n.43, p. 153-169, 2002. p. 155.

⁷⁰³ MONTEIRO, John Manuel. Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p.202-208

Entre a independência e a promulgação da chamada “Lei de Terras” de 1850, houve um limbo jurídico, no qual a distribuição fundiária não obedecia a um critério específico, intensificando os mecanismos de apropriação por posseiros que dilatavam seus terrenos, inclusive intensificando o espólio dos territórios indígenas. Como salientou Maria Verônica Secreto, entrava em vigor uma nova concepção sobre a propriedade da terra. Os estados nacionais sul-americanos romperam com as monarquias ibéricas e criaram legislações modernas que priorizariam a ocupação efetiva ao título legal, ou seja, passaram a entender a terra como um meio de produzir bens para o comércio em detrimento das sesmarias. Essa transformação não significou de forma alguma uma “democratização” do acesso à terra⁷⁰⁴.

O processo de esbulho dos bens indígenas foi facilitado pela política indigenista do *Regulamento das Missões* de 1845, que trazia alguns pontos que permitiam o projeto de apropriação das terras indígenas. Essa legislação inseriu-se em uma nova perspectiva sobre a “civilização” dos índios. Como salientou Kodama, se durante o período colonial o ideário da política indigenista era o da formação de uma cristandade, durante o Império buscou-se a expansão territorial interna e o “preenchimento populacional”. Assim, a política de civilização dos indígenas, vinculou-se mais estreitamente à questão das terras⁷⁰⁵. Manoela Carneiro da Cunha endossa esta afirmação, demonstrando que durante o período colonial a “questão indígena” girou em torno das possibilidades de exploração do trabalho dos nativos, mas, no XIX, foi a questão das terras que se tornou central. Nas áreas de fronteira e de recente colonização foi a preocupação com a segurança das estradas e colonos que mobilizou a apropriação dos territórios indígenas. Já nas ocupações coloniais mais antigas os alvos foram as terras dos aldeamentos⁷⁰⁶. O Rio Grande do Sul conjugou os dois tipos de exploração.

O *Regulamento das Missões* guardava certa ambiguidade, já que salvaguardava as terras indígenas e inclusive fomentava a formação de aldeamentos para as “*hordas errantes*”, ao mesmo tempo em que estabelecia alguns critérios para extinção das aldeias, aforamento e arrendamento de suas terras. A política de terras contida na legislação de 1845 era consoante com o conjunto do projeto assimilacionista, que considerava as

⁷⁰⁴ SECRETO, Maria Verônica. Legislação sobre terras no Brasil do oitocentos: definindo a propriedade. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 26, n. 1 e 2, p. 10-20, 2007.

⁷⁰⁵ KODAMA, Kaori. *Os filhos da brenhas e o Império do Brasil: a etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil* (1840-1860). Tese (Doutorado em História Social da Cultura). PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2005. P. 240-241.

⁷⁰⁶ CUNHA, Manoela Carneiro da. Política indigenista no século XIX. IN: CUNHA, Manoela Carneiro da. (Org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, (p. 133-154), p. 133.

populações indígenas em diferentes estágios rumo à incorporação ao povo brasileiro. Aquelas que se encontrassem mais prontas para esta tarefa teriam suas aldeias extintas, enquanto as que eram consideradas selvagens primeiro teriam que passar pela etapa do aldeamento, e, portanto, da concessão de terras, para só depois estarem habilitados à integração forçada à sociedade nacional. Desta forma, o *Regulamento das Missões* instruíu os diretores gerais a prestarem informações que seriam utilizadas como critérios para a manutenção ou não das aldeias, apontando se era conveniente sua conservação, remoção ou reunião⁷⁰⁷.

Mais significativo, no entanto, eram os artigos do *Regulamento* que mandavam dar destino às terras “*abandonadas pelos índios*” e o que propunham que fossem arrendados terrenos dos aldeamentos pelo prazo de três anos⁷⁰⁸. Vimos que a alegação de que não havia indígenas nas aldeias já havia sido bastante utilizada para apropriarem-se de seus terrenos. No caso do Rio Grande de São Pedro este argumento também já tinha servido de base para a expropriação dos territórios guarani desde a década de 1820. Logo, o *Regulamento das Missões*, vinha consolidar legalmente a justificativa usualmente acionada para embasar o esbulho das terras indígenas.

Em relação ao arrendamento, Patrícia Sampaio destacou que esta foi uma das grandes inovações desta legislação, já que antes era interdito arrendar terras das aldeias⁷⁰⁹. O arrendamento aumentava as prerrogativas dos não indígenas dentro dos terrenos das aldeias, gerando litígios entre arrendatários e indígenas, já que alargava as margens para a reivindicação dos primeiros sobre áreas que pertenciam aos segundos. Além disso, o *Regulamento* trouxe a possibilidade de aforamento de terrenos para casas de habitação naqueles aldeamentos considerados “adiantados”, ou seja, com elevado estágio de integração⁷¹⁰, fomentava-se desta forma a presença de não índios dentro das aldeias e o processo assimilacionista. Arrendamento, aforamento e, por fim, dissolução das aldeias foram partes fundamentais da inviabilização dos indígenas.

O *Regulamento das Missões* também previa a utilização da terra como instrumento de barganha com os próprios indígenas, e, desta forma, recolocava o projeto

⁷⁰⁷ BRASIL. Contém o Regulamento acerca das Missões de catechese, e civilização dos Iudios. Decreto Nº. 426 - de 24 de Julho de 1845. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/387574/publicacao/15771126>.

⁷⁰⁸ *Idem*.

⁷⁰⁹ SAMPAIO, Patrícia. Política Indigenista no Brasil Imperial. IN: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v.1, p. 177-206. p. 186.

⁷¹⁰ BRASIL. Contém o Regulamento...1845 *Op. Cit.* 1º, § 12, § 13, § 14.

de estabelecer diferenças hierárquicas entre eles⁷¹¹. Assim, previa que os aldeados que tivessem “*bom comportamento e desenvolvimento industrial*”, após 12 anos de trabalho, ganhariam uma sesmaria⁷¹². Note-se, que as sesmarias não eram mais concedidas desde 1822, mas sua doação estava textualmente colocada na legislação indigenista bastante posterior. Tal recompensa geraria a individuação das terras comunitárias e facilitaria sua expropriação. Essa fórmula não parece ter sido muito aplicada, mas talvez pesquisas mais aprofundadas pudessem revelar a prática de concessão privada de terras a alguns indígenas, em especial após 1870⁷¹³.

Se as normativas voltadas para os indígenas já traziam grande preocupação com os terrenos das aldeias, a promulgação da “*Lei de Terras de 1850*” indicava que a questão da propriedade rural se tornava central para todo o império⁷¹⁴. Como apontou Emília Viotti da Costa, esta legislação foi promulgada em um momento de transição sobre as concepções de propriedade da terra. Durante o período colonial a posse era um benefício para os que prestaram serviços à Coroa, o acesso na segunda metade do oitocentos passaria a estar condicionado à possibilidade de exploração lucrativa. Ao mesmo tempo, a legislação sobre terras colocava-se como uma resposta ao inevitável fim da escravidão e aos intentos de prover a imigração europeia. Os defensores do projeto na Câmara de Deputados argumentavam que só dificultando o acesso à terra seria possível obter trabalhadores. Por isso, toda a terra que não tivesse ocupada deveria voltar ao Estado como terras devolutas, que, ao serem vendidas, poderiam subvencionar a imigração europeia⁷¹⁵. Outra preocupação adjacente ao projeto de regulamentação das terras era a de ocupar o sertão do Brasil, que seguia sob domínio das populações indígenas.

A conexão entre a *Lei de Terras* e o avanço sobre os territórios indígenas fica patente na própria configuração institucional. Para aplicar a legislação foi criada a Repartição de Terras Públicas, responsável pelas terras devolutas e pela “colonização indígena”, nacional e estrangeira. Esse órgão também seria responsável por realizar o registro das terras, confirmando os títulos do Registro Paroquial de Terras.

⁷¹¹ SAMPAIO. Política Indigenista...2009. *Op. Cit.* p. 186.

⁷¹² BRASIL. Contém o Regulamento...1845 *Op. Cit.* Artigo 1º, §15.

⁷¹³ Soraia Dornelles aponta que Luís Bugre, um kaingang que foi criado entre os colonos alemães, recebeu, no ano de 1878 um lote na colônia de Caxias do Sul, local chamado anteriormente de Campo dos Bugres, onde ficava uma aldeia daqueles indígenas. No entanto, a trajetória de Luís guarda várias peculiaridades e não pode ser vista como um padrão do que ocorreu com a maioria dos indígenas. Ver: DORNELLES. *De Coroados a Kaingang ...Op. Cit.* 2011, p. 102-103.

⁷¹⁴ BRASIL. Lei Nº 601, de 18 de setembro de 1850 (Lei de Terras). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm

⁷¹⁵ COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República: momentos decisivos. 6ª edição. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999. p. 171-178

Simultaneamente, a política indigenista deixou de estar submetida ao Ministério do Império para passar ao jugo do da Agricultura, Comércio e Obras públicas, estando assim, mais intimamente conectada às políticas de acesso à terra.

A legislação instituiria, portanto, que a única forma de aquisição de terras a partir daí seria por meio de compra. A posse poderia ser regularizada desde que comprovado o cultivo, mas os custos de medição e regulamentação das terras dificultavam o registro para os pequenos posseiros, que muitas vezes acabaram sendo expulsos. Após um primeiro momento de otimismo de que a *Lei de Terras* seria capaz de promover a colonização e demover os indígenas da vida errante, os relatórios do Ministério apontavam o fracasso da resolução dos conflitos fundiários. Isso porque sesmeiros e outros proprietários prestavam informações falsas para avultarem seus terrenos. Marcia Motta constatou que a legislação serviu ao interesse dos senhores de terras, que alargaram suas fazendas. A autora identificou que a confecção de registros paroquiais de terras acirrou as disputas fundiárias, já que abriam brechas para o questionamento dos limites das propriedades. Os confrontantes do terreno podiam não reconhecer um proprietário como tal, sendo necessário prestígio e poder para que o registro refletisse a área ocupada⁷¹⁶.

Em relação aos indígenas, a nova legislação era bastante concisa, previa apenas que o governo reservaria terras que julgasse necessárias para a “*colonização dos indígenas*”. Como ponderou Moreira, a utilização do termo *colonização* refletia a transformação no discurso sobre os direitos dos índios. Antes alicerçada no “*indigenato*”, ou seja, na noção de que por serem os índios os naturais e primeiros habitantes do Brasil, portanto, tinham direito às terras, e passou a aproximá-los dos estrangeiros que migravam para o país e vinham assim colonizar⁷¹⁷. O Decreto 1.318 de 1854⁷¹⁸, que regulamentou a Lei de Terras, também não era extenso em relação às propriedades fundiárias indígenas. Apontava que as terras de colonização indígena eram apenas para seu usufruto, e que o

⁷¹⁶ MOTTA, Márcia Maria Menendes. Nas fronteiras do poder: conflito de terras e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998. p. 159-

⁷¹⁷ MOREIRA, Vânia Maria Losada. Deslegitimação das diferenças étnicas, “*cidanização*” e desamortização das terras de índios: notas sobre liberalismo, indigenismo e leis agrárias no México e no Brasil na década de 1850. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 4, n. 8, julho-dezembro de 2012, (p. 68-85.) p.76

⁷¹⁸ BRASIL. Regulamento de terras pelo Decreto número 1.318 de janeiro de 1854. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/Anexos/RegulamentoD1318-1854.pdf

pleno direito a elas só se daria por ordem do governo quando o “*estado de civilização*” dos indígenas assim o permitisse⁷¹⁹.

O processo de expropriação das terras indígenas decorrente da Lei de Terras de 1850 foi descrito por Cunha. Segundo a autora, durante o período colonial prevaleceu a noção de que os indígenas eram “naturais” senhores das terras, mas, com a nova legislação, passaram a primeiro ter apenas seu usufruto e, em seguida, o governo passou a vender estas mesmas terras:

Há, resumindo, duas expropriações sucessivas que parecem operar: embora desde o fim do século XVII os aldeamentos coincidissem frequentemente com os territórios originais dos índios (e fosse, portanto, de sua propriedade pelo título do Indigenato), as terras dos aldeamentos acabaram sendo tratadas a partir da Lei de Terras como apenas reservadas e destinadas a uma ulterior doação aos índios. É uma primeira expropriação a que se segue a extinção das aldeias e a liquidação de suas terras, sem que a doação se efetive⁷²⁰.

Assim, como Vânia Moreira chamou a atenção, a posse das terras indígenas esteve intimamente relacionada aos processos históricos de contato. O caso do Espírito Santo apresenta-se como um exemplo da variedade de formas de manutenção dos territórios possível. Os tupiniquins e tememinó tornaram-se detentores de sesmarias após a expulsão dos jesuítas no século XVII. Os puris e os botocudos, aldeados no princípio do XIX, eram legalmente detentores das terras das aldeias. Os grupos independentes tinham uma situação ambígua, mas no caso de se aldearem seriam portadores de direitos sobre os territórios onde foram instalados. Entretanto, a autora pondera que, apesar das diferentes legislações assegurarem os direitos dos indígenas sobre as terras, na prática houve, em todos os casos, avanços sobre os territórios que resultaram na expulsão dos índios⁷²¹.

Portanto, em vários casos a Lei de Terras de 1850 serviu como um mecanismo de incorporação dos terrenos dos aldeamentos diretamente por posseiros ou pelo poder público, e posteriormente foram vendidos aos invasores das terras indígenas. A legislação fundiária, agregada ao Regulamento das Missões de 1845, permitiu a liquidação dos aldeamentos mais antigos, compostos por índios “misturados”, baseando-se na negação da identidade étnica dos indígenas. Edson Silva apontou que tais afirmações serviram de justificativa para a demarcação de lotes individuais em territórios em disputa no nordeste brasileiro. No caso de algumas províncias essa prática levou inclusive à extinção bastante

⁷¹⁹CUNHA, Manuela Carneiro. *Os direitos dos índios: ensaios e documentos*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.68.

⁷²⁰ CUNHA. Os direitos dos índios... 1987. *Op.Cit.* p. 71

⁷²¹ MOREIRA, Vânia Maria Losada. Terras indígenas do Espírito Santo sob o regime territorial de 1850. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n.43, p. 153-169, 2002.

precoce das Diretorias Gerais de Índios, sob alegação de que não existiam mais indígenas nas condições previstas pelo *Regulamento das Missões*. Em Alagoas, Sergipe, Ceará, Paraíba e Pernambuco ocorreram movimentos muito semelhantes: primeiro reduziu-se o número de aldeamentos, removendo os indígenas para outras aldeias, depois nestas mesmas aldeias remanescentes acirraram-se os conflitos e, a despeito das reclamações dos indígenas às Câmaras Municipais e às presidências das províncias, acabaram sendo aforadas. Nos vários casos citados pelo autor, destacam-se fatores que impulsionaram tais expropriações: diretores corruptos, o interesse na utilização da mão de obra dos indígenas, a conivência e interesse de agentes públicos, alegações de ócio ou dissidência entre os indígenas e, principalmente, a negação da identidade indígena⁷²²:

Nestes relatos percebe-se que o Estado tomou para si o papel de definição e regulação da identidade étnica dos índios. Tal postura, como vimos anteriormente, pautou-se pelo favorecimento aos esbulhos das terras indígenas, como a incorporação do patrimônio destes aos bens públicos, objeto de disputa por longos anos entre as Câmaras Municipais, as Províncias e a Fazenda Imperial, na maioria dos casos vendidos a tradicionais invasores interessados nas terras indígenas⁷²³.

Em alguns locais, onde se considerava que os indígenas eram “selvagens” e ainda não era ainda possível integrá-los à sociedade nacional, extinguiram-se alguns dos aldeamentos e concentrava-os em outros, buscando com isso poupar verbas e liberar terras. Foi o caso dos Guarani-Kaiowá, Xokleng e Kaingang no Paraná, que tiveram o número de aldeamentos reduzidos, unindo-os em territórios menores. Como observou Marta Amoroso, os kaiowá instrumentalizaram esta premissa, lançando mão de atos teatrais para se passarem por mais “selvagens” e garantir direitos⁷²⁴.

A legislação do Império promovia a facilitação do esbulho das terras indígenas através da recusa da etnicidade e facilitava a posse de invasores. Soraia Dornelles identificou que, em São Paulo, a legitimação das terras de particulares pelo presidente da província foi manipulada pelos interesses particulares e políticos⁷²⁵. Também ali os indígenas se mobilizaram para barrar o avanço dos moradores sobre suas terras, processo que foi dificultado pela falta de recursos e pela parcialidade da justiça imperial⁷²⁶.

⁷²² SILVA, Edson. ‘Confundidos com a massa da População’: o esbulho das terras indígenas no Nordeste no século XIX. *Revista do Arquivo Público de Pernambuco*, Recife, n.46, v.42, p.17-29, 1996

⁷²³ *Ibidem*, p. 27.

⁷²⁴ AMOROSO, Marta. *Terra de índio: imagens em aldeamentos do Império*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.p.79

⁷²⁵ DORNELLES, Soraia Sales. *A questão indígena e o Império: índios, trabalho e violência na província paulista, 1845-1891*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: 2017.p.83

⁷²⁶ DORNELLES, Soraia Sales. Posses ilegais em terras indígenas paulistas (1840-1855). *Tempos Históricos*, v. 23, n. 1, p. 46-71, 2019.

Todos estes aspectos foram observados no Rio Grande de São Pedro. Em 1851, a presidência enviou um ofício ao diretor dos índios repassando uma solicitação do Ministério do império mandando: “*sequestrar e incorporar aos próprios nacionais todas as terras concedidas aos índios que já não vivam aldeados, mas sim dispersos e confundidos na massa da população*”⁷²⁷. Ou seja, fundia-se aqui as determinações do *Regulamento das Missões* com a da Lei de Terras, buscando extinguir os aldeamentos e transformar em terras devolutas. Apesar destas ordens terem chegado tão precocemente na província, elas não foram aplicadas de imediato. Todavia, principalmente após o Decreto de Regulamentação em 1854, iniciou-se a preocupação com a medição das terras das aldeias, acirrando as disputas que permaneciam latentes.

Por exemplo, a promulgação da Lei de Terras impulsionou que se buscassem os títulos de terra aldeia de São Nicolau do Rio Pardo e sua demarcação. Contudo, como será abordado adiante, apesar da comunidade estar assentada em uma sesmaria e possuir legalmente outros terrenos com ervais, o processo de regulamentação das terras legitimou a permanência de posseiros que acabaram por progressivamente registrar as terras em seus nomes. O caso da estância de São Vicente, também demonstra como a nova legislação exumou as disputas fundiárias na busca por regulamentação da terra. Lá, o litígio iniciou-se com a listagem dos supostos posseiros que ocupavam um rincão naquela antiga estância guarani e que deveriam ser retirados das terras. Tal arrolamento desencadeou uma disputa entre indígenas e poderosos proprietários rurais, que acabou por suscitar o acionamento da Lei de Terras pelas próprias lideranças indígenas do local.

Esse movimento de expropriação das terras indígenas na segunda metade do oitocentos não foi uma exclusividade do Brasil. Os mecanismos de mercantilização das terras e expropriação das populações nativas foram marcas dos projetos de implementação do capitalismo. Por toda a América, criaram-se regulamentos sobre a utilização de terras, buscou-se consolidar as fronteiras internas e nacionais e ocupar os “desertos”, como eram entendidas as áreas povoadas pelas populações nativas.

O avanço dos estados nacionais sobre as “fronteiras”, buscava prover mais recursos ao crescente comércio. Esse movimento foi facilitado pelos produtos da revolução industrial, como o trem, o barco a vapor e armas de fogo mais mortíferas, promovendo o deslocamento de exércitos e aumentando o controle sobre as populações indígenas fronteiriças. O processo de intrusão dos pampas do cone sul para criação de

⁷²⁷ AHRS, FI, M3. Cópia de um ofício enviado ao diretor dos índios pelo presidente Pedro Ferreira de Oliveira sobre a lei de incorporação das terras dos aldeamentos. Porto Alegre, 16/06/1851.

gado, teve paralelo no México, assim como as zonas tropicais do Brasil, Colômbia, Peru e Amazônia boliviana tiveram sua exploração intensificada, especialmente no final do século dezenove, com a extração da borracha. As populações nativas do sudeste Asiático e da Austrália também foram afetadas pelo desenvolvimento do capitalismo imperialista⁷²⁸.

A expansão norte-americanas para o Oeste, foi emblemática dos processos violentos de apropriação e confinamento das populações indígenas engendradas em todo o continente americano. Posteriormente, as já diminutas reservas indígenas foram sendo desapropriadas e invadidas. Cheyennes e Arapahos, por exemplo, sofreram forte pressão de criadores de gado, que, com o auxílio dos funcionários governamentais, os incentivaram a assinar acordos de arrendamento de terras para pastagens que, em seguida, foram tomadas por estes mesmo estancieiros⁷²⁹.

No México a Lei Lerdo, de 1856, e a Constituição de 1857, mesmo que tivessem como principal objetivo a privatização dos bens da Igreja, acabaram tendo como consequência a liquidação das terras de comunidades indígenas e camponesas⁷³⁰. No estado de Guerrero, por exemplo, após a independência do México, na década de 1820, as comunidades indígenas foram desmembradas e “pueblos” que antes era considerados de índios passaram a categoria de mestiços ou “*mezclados con gente de razón*”. A nova organização política do país fez com que os bens das comunidades fossem controlados pelos “ayuntamientos”, que eram compostos majoritariamente por não indígenas. Assim, o arrendamento das terras seguiu sendo feito à revelia do interesse dos índios⁷³¹.

Na Argentina, o movimento de apropriação das terras atingiu todas as populações nativas, notadamente na segunda metade do oitocentos. Em Salta, Tucumán e Jujuy, apesar de apresentarem-se variações locais, houve certo padrão de revogação dos direitos coloniais indígenas e estímulo à consolidação da propriedade privada das terras comunais no período republicano. No Chaco, a maior parte das terras onde viviam as comunidades índias foi considerada baldia e incorporada ao patrimônio estatal sem grandes

⁷²⁸ LANGER, Erick D. La frontera oriental de los Andes y las fronteras en América latina. Un análisis comparativo. Siglos XIX y XX. In: MANDRINI, Raúl J. e Carlos D. Paz. *Las fronteras hispanocriollas del mundo indígena latinoamericano en los siglos XVIII-XIX. Un estudio comparativo*. Tandil: IEHS/CEHIR/UNS, 2003 p.1-p.35.

⁷²⁹ BERTHRONG, Donald J. *The Cheyenne and Arapaho Ordeal: Reservation and Agency Life in the Indian Territory, 1875–1907*. University of Oklahoma Press, 1992.p. 91-p. 118.

⁷³⁰ MOREIRA, Vânia Maria Losada. Deslegitimação das diferenças étnicas, “cidanização” e desamortização das terras de índios: notas sobre liberalismo, indigenismo e leis agrárias no México e no Brasil na década de 1850. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 4, n. 8, julho-dezembro de 2012, p. 68-85.

⁷³¹ ARRIETA, Eduardo Miranda. *Entre Armas y Tradiciones. Los indígenas de Guerrero em el siglo XIX*. Juárez, 2006.

burocracias⁷³². Já no sul do país, após os vários embates bélicos, parte das chamadas “Campanhas do Deserto”, promovidos contra as populações nativas da Patagônia, liberou-se milhares de hectares ao sistema produtivo ganadeiro, eliminando as chamadas “fronteiras interiores” da Argentina e submetendo os indígenas a um governo nacional. Criaram-se colônias agrícolas-pastoris, entregando a alguns caciques as terras em usufruto, no entanto, ao final do XIX, com raras exceções estas terras foram transferidas para proprietários “brancos”. Outros indígenas tiveram ainda pior sorte e tornaram-se peões jornaleiros e soldados, em um processo paralelo ao dos guaranis no Rio Grande do Sul, ou foram enviados forçadamente a Buenos Aires⁷³³

Portanto, a política de privatização das terras do século XIX atingiu as populações tradicionais de vários locais do globo. No caso do Rio Grande de São Pedro, veremos a seguir que a negação da etnicidade e a alegação de que os aldeamentos estavam vazios e, portanto, configurariam como terras disponíveis para os produtores rurais, argumento utilizado na década de 1820 para se apropriar dos terrenos das reduções jesuíticas e das estâncias indígenas da região missioneira, seria intensamente repetida para os povoados guaranis remanescentes. Assim, afirmando que já eram indígenas “aculturados” ou que haviam abandonado os aldeamentos, os guaranis de Encruzilhada, Cachoeira, São Vicente e São Nicolau do Rio Pardo, tiveram de lutar contra a extinção e privatização de seus territórios, brigando, mais uma vez, contra a invisibilização.

Já o avanço sobre as terras kaingang baseou-se em outra premissa: a da formação de aldeamentos, regulamentada pela promulgação do *Regulamento das Missões*. Na impossibilidade de negar a presença indígena, diante dos assaltos à viajantes e colonos, a solução encontrada foi confinamento em espaços territoriais menores até que aqueles indígenas atingissem um “grau de civilização”, que permitisse sua “integração” como trabalhadores e a liberação das terras para a posse privada. A formação dos aldeamentos kaingang foi uma via de mão dupla, já que, por um lado, reduzia os kaingangs a um território específico, restringindo sua circulação e, por outro lado, poderia garantir ao menos a posse daquelas áreas. Maria Regina Celestino de Almeida, ao refletir sobre a formação dos aldeamentos no Rio de Janeiro colonial, constatou que aldear-se podia

⁷³² TERUEL, Ana; FANDOS, Cecilia. Procesos de privatización y desarticulación de tierras indígenas en el norte de Argentina en el siglo XIX. *Revista Complutense de Historia de América*, v. 35, p. 233-255, 2009.

⁷³³ QUIJADA, Mónica. La ciudadanía del «indio bárbaro». Políticas oficiales y oficiosas hacia la población indígena de la Pampa y la Patagonia, 1870-1920. *Revista de Indias*, v. 59, n. 217, p. 675-704, 1999.

significar um mal menor diante da violência engendrada pela colonização e os aldeamentos constituíram-se por um longo período como oportunidades de obtenção de terras e proteção do governo português⁷³⁴. No Rio Grande oitocentista a situação assemelha-se: algumas lideranças kaingang optaram por articular a formação de aldeamentos, quando os locais para isso destinados coincidiam com a ocupação ancestral e tinham os recursos necessários para sua sobrevivência. Dessa maneira, deu-se o processo de territorialização, no qual a fixação em aldeias do Estado, articulou a formação de identidades étnicas e lideranças que lutaram pela manutenção destas terras⁷³⁵.

No entanto, formados os aldeamentos começou a ocorrer a intrusão de posseiros e nem todos os grupos lograram a demarcação de aldeias nos espaços de sua preferência. Os dois processos desencadearam sangrentos conflitos pela terra que veremos a seguir. O avanço sobre as terras indígenas intensificar-se-ia a ponto de os aldeamentos serem questionados como política muito precocemente, quando não fazia nem uma década de seus estabelecimentos. Para os kaingangs, o processo de invisibilização deu-se através do mecanismo de alegação de uma selvageria inata, resolvida através do extermínio dos sujeitos mais belicosos.

Vejamos agora como mais detalhes como as políticas indigenistas e indígenas em relação à terra se deram no Rio Grande de São Pedro do Sul na segunda metade do século XIX.

3.2. Nonoai e suas cercanias

*A profusão de aldeamentos não traz senão o aumento de despesas e perpetuará a rivalidade entre as tribos*⁷³⁶.

No capítulo 2, apresentei como os presidentes da província de São Pedro vinham desacreditando as políticas de aldeamento nos primeiros anos da década de 1850. Por um lado, eram influenciados pelas ideias racistas cada vez mais em voga e por outro lado, motivavam-se pela incontornável mobilidade dos kaingang, que não podia ser contida pela simples criação de aldeamentos. Os episódios violentos envolvendo o grupo de João Grande, o massacre perpetrado contra os indígenas do grupo de Doble e a presença dos

⁷³⁴ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. (2ª ed.), p. 115.

⁷³⁵ Ver. 2.5 desta tese. Também OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.

⁷³⁶ BN.HD. RPP. Relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul Luiz Alves de Oliveira Bello na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial, 01/10/1852. P.16

xokleng na província, foram alguns dos alertas da escalada de tensões que envolviam as relações entre indígenas e não indígenas. Na década de 1850, em seus pronunciamentos, os presidentes da província deixavam ver a descrença na política de aldeamentos para solucionar o “problema indígena”⁷³⁷. Subjacente a todos os projetos de desinvestimento na política de aldeamento estava a nova concepção de as terras ocupadas pelos indígenas deveriam ser produtivas e, portanto, ou os próprios indígenas se adequavam ao produtivismo ou deveriam “desobstruí-las” para que progredissem. Paralelamente, dentro desta mesma concepção, fomentava-se a colonização europeia das áreas indígenas.

Assim, no início dos anos 50, em seus discursos os indígenas passaram a figurar como os “*mais formidáveis inimigos*” da população provincial e a solução encontrada era não fazer “*despesas*” para levar a “*civilização*”, que, segundo o presidente Corrêa da Câmara, os indígenas jamais aceitariam. Portanto, a solução era “*desinfetar as matas*”⁷³⁸, “*desalojar os índios*”, extinguir as aldeias menores, forçar as crianças à adoção, impor o serviço militar aos indígenas⁷³⁹.

Ao longo da década 1850 a seca e as doenças grassaram sobre os recém criados aldeamentos, sem que chegassem socorros do poder provincial. Os funcionários da Diretoria Geral dos Índios reclamavam a falta de pagamento, os diretores de Guarita e São Nicolau se manifestaram várias vezes solicitando um soldo e ameaçando demitirem-se⁷⁴⁰. Em 1851, Andrade Neves se afastou do cargo de diretor dos índios, ficando ausente até o ano seguinte, porque estava coordenando as tropas na guerra contra Oribe e Rosas, ficando a administração indígena sem seu principal interlocutor com a presidência da província. No ano de 1852, o governo provincial mandou os padres jesuítas se retirarem do aldeamento e não renovaram as Companhia de Pedestres de Nonoai e Guarita, em claro sinal do desinvestimento do poder público no projeto de fixação dos indígenas.

Prevaleceu a visão de que os gastos com as aldeias eram improficuos e que os métodos violentos para conter a circulação dos indígenas e repreender os que tinham

⁷³⁷ Ver capítulo 2.5 *A descrença...*

⁷³⁸ BN.HD. RPP. Relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul Luiz Alves de Oliveira Bello na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial, 01/10/1852, p.15-16; BN. HD. RPPP. Vice-presidente Patrício Corrêa Câmara na abertura da Assembleia legislativa provincial. 02/10/1851. 2ª ed., p.11.

⁷³⁹ Sobre a adoção forçada e o serviço militar compulsório dos indígenas ver o capítulo 4 desta tese.

⁷⁴⁰ AHRs, F1, M3. Carta de Joaquim José da Fonseca Pinto, diretor de São Nicolau do Rio Pardo, solicitando seu soldo, para o presidente Luis Alves de Oliveira Belo. 01/12/1851. AHRs, F1, M3. Cópia de uma carta de Joaquim José da Fonseca Pinto, diretor de São Nicolau do Rio Pardo para José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios, informando diversas causas da decadência do aldeamento. São Nicolau do Rio Pardo, 19/08/1852.; AHRs, F1, M3. Relatório do estado dos aldeamentos da província de 1851 que fez Joaquim José da Fonseca Pinto, diretor geral interino dos índios. Rio Pardo, 29/12/1851.

cometido assaltos era a melhor forma de fazer a política indigenista⁷⁴¹. O presidente Oliveira Bello era radicalmente contra as despesas feitas com as aldeias; para ele quanto menos aldeias existissem melhor. Por isso mandou extinguir as aldeias dos guaranis de São Nicolau do Rio Pardo e os “*ensaios*” de aldeamento do Campo do Meio, Arechi (Erechim) e Pontão, devendo o último manter-se como uma colônia militar. Sugeriu ainda que o aldeamento de Guarita fosse incorporado à Nonoai. Ele afirmava: “*A profusão de aldeamentos não traz senão o aumento de despesas e perpetuará a rivalidade entre as tribos*”⁷⁴². Assim, seu projeto era reunir todos os indígenas guaranis e kaingangs no aldeamento de Nonoai, reduzindo os custos com os indígenas e liberando as terras para privatização.

Quando em 1852 José Joaquim de Andrade Neves retornou ao posto de diretor geral, corroborou o apontamento da presidência de que o aldeamento de Nonoai era o local mais próprio para fazer o aldeamento geral dos índios. Entretanto, o projeto não foi de todo bem-sucedido. A aldeia guarani de São Nicolau do Rio Pardo ainda resistiria mais alguns anos à extinção. Também foi impossível demover os indígenas de Campo do Meio e Erechim, que foram consideradas aldeias anexas ao aldeamento de Nonoai, e os indígenas permaneceram lá arranchados⁷⁴³. Os administradores se empenharam então em trazer os kaingang dos Campos de Cima da Serra para o pretense aldeamento geral. Para isso, Fongue foi enviado ao encontro de Doble, mas não conseguiu convencer seu primo a descer para Nonoai. Doble alegou ter sido atacado pelos indígenas de Pedro Nicafi e que não se deslocaria naquele momento, permanecendo próximo ao Pontão⁷⁴⁴.

Assim, apenas os indígenas de Guarita foram para Nonoai, em 1853. Com a união de Guarita e Nonoai, este último passara a contar com mais de 900 indígenas. Uma das condições colocadas pelo grupo para reunirem-se em um só aldeamento foi que seu diretor, José Joaquim de Oliveira, os acompanhasse. O cacique Fongue manteria assim seu antigo aliado à frente da administração da aldeia, e teria privilégios na interlocução com o governo provincial. Parece ter sido justamente a capacidade de negociação de Oliveira com os kaingang o que tornou possível a confluência entre a política indígena e a política indigenista. O diretor de Guarita parecia compreender algo que outros agentes

⁷⁴¹ Ver nesta tese 2.5.3 *A volta dos conflitos...*

⁷⁴² BN.HD. RPP. Relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul Luiz Alves de Oliveira Bello na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial, 01/10/1852. P.16

⁷⁴³ AHRS, F1, M3. Relatório do estado dos aldeamentos da província em 1853 apresentado pelo diretor geral Andrade Neves ao presidente da província. Rio Pardo, 10/08/1853

⁷⁴⁴ BND, HD, RPP. Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul João Lins Vieira Cansação de Sinimbu na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, 02/10/1854. 1ª Ed.

provinciais não estavam atentos: era necessário fazer concessões e respeitar os direitos sobre determinados recursos para manter a aliança das lideranças com o poder provincial.

Um exemplo disso é que Oliveira parecia compreender a necessidade de mobilidade dos indígenas. Já na função de diretor de Nonoai, ele permitiu que os indígenas de Guarita fossem aos seu “*antigo toldo*” fazer a colheita da erva mate e que um grupo saísse de Nonoai para caçar⁷⁴⁵. Essas foram, provavelmente, demandas dos próprios indígenas, que entendiam esses deslocamentos como forma de manter sua prevalência sobre os territórios e recursos, sem necessariamente estarem fixos àquela localidade. Talvez por saberem que Oliveira tinha compreensão desta necessidade de circulação que eles fizeram tanta questão que aquele diretor os acompanhasse a Nonoai.

A mobilidade dos kaingang certamente foi intensificada pela escassez de recursos advindos do governo e pela ausência de uma força policial nas aldeias que contivesse tais deslocamentos. Esse processo foi bastante semelhante ao ocorrido com os Apaches na fronteira do México com os EUA durante o mesmo período. Intensamente escravizados durante o século XVII e forçados a se sedentarizar e tornarem-se agricultores, em meados do século XVIII, voltaram a se deslocar e a fazer assaltos na metade do oitocentos, justamente com o desinvestimento nos fortins de fronteira⁷⁴⁶.

Entretanto, a principal causa de mobilidade e acirramento das violências em Nonoai e suas cercanias foi a disputa pelas terras, que fez com que os indígenas evadissem da aldeia e fossem buscar refúgio nas matas, não se reunindo em Nonoai. Portanto, apesar da busca pela reunião de todos os indígenas em Nonoai, passados menos de cinco anos entre a fundação daquela aldeia, o desinvestimento no projeto de aldeamento dos Kaingang era patente. O retorno dos métodos menos filantrópicos de lidar com os conflitos, a desistência da catequese e das forças policiais, aliadas a uma intensificação da intrusão sobre os territórios tradicionais kaingang causada pela abertura de estradas, pelo aumento significativo de formação de colônias alemãs e pela invasão de posseiros sobre as terras das aldeias agravaram os conflitos na região. A disputa por territórios seria, então, o principal motor das desavenças em Nonoai e suas cercanias.

⁷⁴⁵ BND, HD, RPP. Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul João Lins Vieira Cansação de Sinimbu na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, 02/10/1854. 1ª Ed.

⁷⁴⁶ RESÉNDEZ, Andrés. *La otra esclavitud*. Historia oculta del esclavismo indígena. Mexico: Grano de Sal, 2019.p. 233-235.

3.2.1 Os posseiros em Nonoai: a invasão de “brasileiros” e do ex-diretor João Cipriano da Rocha Loures.

Sor Rocha nos ameaça perseguir-nos, não quer que moremos nos campos que ele chama de seus, e que são nossos, pois nele nascemos, neles estão enterrados os nossos pais, neles estávamos nós quando ele veio de Palmas com a gente de Vitorino e nunca os temos abandonado⁷⁴⁷

No final do ano de 1849, muitos indígenas começaram a abandonar os aldeamentos. A falta de uma Companhia de Pedestres era atribuída esta deserção. Até aquele momento, os guardas, vindos em sua maioria da província de São Paulo, eram vistos como contentores das várias disputas existentes em Nonoai: entre os diferentes grupos de indígenas que habitavam a aldeia, entre os “índios do mato” que eram “inimigos dos aldeados”, daquelas travadas com os fazendeiros locais, além dos conflitos com os jesuítas e diretores.

As celeumas entre os diferentes grupos de indígenas do aldeamento fizeram com que, em 1849, o cacique Nonoai solicitasse permissão para regressar ao seu antigo toldo, alegando que lá tinha mantimentos e plantações. Porém, segundo o padre Bernardo Parés, o real motivo para que se retirassem da aldeia seriam as desavenças que o grupo tinha com o do cacique Nicafi. Alguns meses depois, foram as mulheres do aldeamento que se desentenderam. As do grupo de Votouro e Cunhafé colocaram-se contra as do grupo de Condá e Nicafi. Não sabemos o teor do conflito entre as indígenas, mas sabemos que resultou na evasão do pessoal de Votouro e Cunhafé⁷⁴⁸. Ou seja, a relação entre homens e mulheres do aldeamento estavam tensionadas, levando à realocação dos grupos dentro do território.

Longe de figurar inimizades estáticas ou belicosidade inerente aos kaingang, os conflitos conflagrados entre os grupos que frequentavam Nonoai tinham relação com as disputas pela terra. O missionário Parés relatou que algumas pessoas solicitavam a venda de terras aos chefes indígenas e estes disputavam a posse dos campos para ter o direito de vendê-los, excitando assim a rivalidade entre eles. Além disso, afirmava que espalhavam notícias de que os padres tomavam para si as roupas enviadas aos indígenas e que eram

⁷⁴⁷ Depoimento do cacique Nonoai contido em AHRS, FI, M3. Carta do Padre Bernardo Parés para José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios, com um relato do Padre Santiago sobre a conferência que teve com o Cacique Nonoai sobre a questão das terras. 23/02/1851

⁷⁴⁸ AHRS, FI, M1. Notícia sobre o estado de catequese dos indígenas escrita pelo padre Bernardo Parés. Passo Fundo, 14/01/ 1851.

pagos pelo presidente da província para lhes trair, levando-os para longe ou recrutando-os como soldados. Os que espalhavam estes boatos tinham como objetivo fazer com que “os bugres se levantassem e fugissem para os matos, para eles recuperarem seus campos que cobiçam, em particular o de Nonoai.”⁷⁴⁹. Lembremos que anteriormente já ocorrera uma situação semelhante, quando “pessoas pouco prudentes” estavam atemorizando os indígenas sobre as intenções dos aldeamentos, fazendo com que quase a metade dos aldeados em Nonoai acabasse se retirando para o campo do “pardo” Manuel Quadros⁷⁵⁰.

Podemos observar que as disputas pelas terras vinham causando intrigas e animosidades entre indígenas, padres, administradores e fazendeiros da região. Apesar de fazer pouco tempo da constituição dos aldeamentos kaingangs na província, agravava a situação o fato de que, no final da década de 1840, havia cerca de doze pessoas “portuguesas” estabelecidas dentro de Nonoai, algumas delas contando com o consentimento do chefe dos jesuítas. Também permanecia em um campo dentro da aldeia o seu ex-diretor João Cipriano Rocha Loures⁷⁵¹.

No ano de 1851, o Padre Bernardo informou que os indígenas do grupo do Cacique Nonoai retiraram-se pela segunda vez do aldeamento. Estavam novamente alarmados com os boatos de que o governo queria “domesticar” os índios e depois “sentar-lhes praça em 1ª Linha”. Aparentemente, o medo do engajamento forçado vinha sendo fomentado pelos posseiros interessados em promover desavenças e tomar os terrenos da aldeia. Mas, o temor recorrente entre os kaingangs de serem recrutados para o exército não era sem fundamento pois já vimos que essa foi uma prática que desestabilizou as sociedades guaranis e posteriormente também seria utilizada como recurso para desmobilizar os indígenas de Nonoai, ainda que eles tenham resistido fortemente a estas investidas.

O principal articulador das intrigas parece ter sido o ex-diretor João Cipriano da Rocha Loures, acusado de se apossar das terras de Nonoai. João Cipriano veio em companhia do irmão Francisco e de Vitorino Condá na expedição de 1845 e logo em seguida tornou-se diretor do recém fundado aldeamento de Nonoai. Ele era filho do capitão dos campos de Guarapuava, que coordenou o aldeamento dos kaingang no atual

⁷⁴⁹ *Idem*.

⁷⁵⁰ BN. HD. RPP. Manuscritos: I-32, 14, 014 Relatórios de José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios do Rio Grande do Sul, nos anos de 1847, 1852 e 1854. Relatório de 1852, sem data e AHRS, FI, M3, Relatório do estado dos Aldeamentos de 1849, feito pelo diretor geral dos índios José Joaquim de Andrade Neves. Rio Pardo, 01/01/1848

⁷⁵¹ AHRS, FI, M1. Notícia sobre o estado de catequese dos indígenas escrita pelo padre Bernardo Parés. Passo Fundo, 14/01/ 1851.

Paraná desde o começo do século XIX. É bastante provável que João Cipriano tenha ocupado o cargo de diretor da aldeia de Nonoai justamente com o objetivo de seguir os passos dados por seu pai em Guarapuava, onde o patriarca enriqueceu utilizando as terras e o trabalho dos indígenas. Assim, quando João Cipriano veio para o Rio Grande, pediu autorização ao então presidente da província para construir uma casa dentro da aldeia de Nonoai e a partir daí apoderou-se de um grande terreno, de cerca de três léguas. Acontece que o terreno apropriado por Rocha Loures era uma coxilha próxima de onde ficavam arranchados os indígenas liderados pelo cacique Nonoai. O grupo do velho cacique estava incomodado com a presença de Rocha Loures que, em 1851, já não era mais diretor da aldeia, mas permanecia usufruindo das terras.

O diretor geral Andrade Neves alertou que as atitudes de Rocha Loures poderiam servir de exemplo para outros posseiros, que interessados nas terras dos aldeamentos, instigariam os indígenas a abandonar Nonoai. Assim, seu relato reforça a informação de que pessoas estavam atemorizando os indígenas com a finalidade de fazer com que abandonassem a aldeia:

Por isso, convém que V. Exa. dê determinantes ordens para remediar com os males que forem acarretar a ambição deste e outros indivíduos que em idênticas circunstâncias queiram fazer o mesmo, desgastando os índios, **fazendo com que eles se retirem e adquirindo posse naqueles campos destinados para os aldeamentos**; bem como ordenar aos delegados e subdelegados que prendam e corrijam aos indivíduos que vão aos aldeamentos com **falsas notícias aterrar os índios a fim deles se apossarem dos campos**⁷⁵².

Portanto, pela proximidade dos arranchamentos, o grupo do cacique Nonoai era o que mais se incomodava com a presença do ex-diretor. Contrariados com a situação, cinquenta dos seus homens saíram do aldeamento e foram para as proximidades do aldeamento de Guarita, que naquela época ainda era dirigido por José Joaquim de Oliveira, já que a reunião dos grupos indígenas só se efetivou em 1853. Estando em Guarita, encontraram o padre Santiago, a quem o cacique Nonoai relatou que seu grupo estava disposto a derrubar a casa e matar os animais de Cipriano Rocha Loures, e só não o fizeram porque o líder os conteve⁷⁵³. Os motivos do descontentamento dos kaingangs era que o ex-diretor havia feito acusações de que os indígenas tinham abatido ou roubado

⁷⁵² AHRS, FI, M3. Carta de José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios, para o presidente da província Pedro Ferreira d'Oliveira pedindo providência contra a ocupação de terras do aldeamento de Nonoai. Rio Pardo, 26/02/1851

⁷⁵³ AHRS, FI, M3. Carta do Padre Bernardo Parés para José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios, com um relato do Padre Santiago sobre a conferência que teve com o Cacique Nonoai sobre a questão das terras. 23/02/1851

seus animais, além disso, tinha mandado derrubar os ranchos dos índios que ficavam próximos a sua casa⁷⁵⁴. Mas, o que mais parecia indigná-los, era o fato de Rocha Loures chamar de “*seus*”, os campos que os indígenas tinham consciência de que lhes pertencia, onde encontravam-se os túmulos de seus ancestrais e onde estavam fixados desde a fundação do aldeamento. O cacique Nonoai declarou:

Sor Rocha nos ameaça perseguir-nos, **não quer que moremos nos campos que ele chama de seus, e que são nossos, pois nele nascemos, neles estão enterrados os nossos pais**, neles estávamos nós quando ele veio de Palmas com a gente de Vitorino e nunca os temos abandonado⁷⁵⁵.

Podemos observar que os indígenas mobilizaram seu pertencimento ao aldeamento articulando passado e presente. Por um lado, acionavam a territorialização causada pelas circunstâncias históricas: ali foi formada uma aldeia imperial que os fixou ao local; por outro lado, rememoravam que a área abrigava os restos mortais de seus ascendentes, que, como já vimos, era um elemento fundamental do sentimento de pertencimento dos kaingang, e já havia servido outras vezes como vinculador dos indígenas a um determinado local. Por isso, o grupo do cacique Nonoai pretendia retomar seu território. Queriam expulsar João Cipriano da Rocha Loures para dar o exemplo a outros moradores da “*Vilinha*” e do “*Passo Fundo*”, e afirmavam: se deixassem o ex-diretor invadindo suas terras, outros mais viriam para apossar-se dos terrenos.

O velho Nonoai ainda relatou ao jesuíta Santiago, que o mesmo caso tinha sucedido nos campos de Guarapuava, onde o pai de João Cipriano da Rocha Loures havia feito “*intrigas*” e facilitado para que os indígenas perdessem tudo⁷⁵⁶. O cacique mostrava-se ciente do processo de expropriação que Antônio Rocha Loures, capitão-comandante dos Campos de Guarapuava, tinha promovido contra os indígenas do Paraná⁷⁵⁷. A usurpação dos bens dos aldeados na província vizinha foi bastante longo. Os indígenas tinham recebido uma sesmaria de Dom João VI, em 1818, para fundarem o aldeamento de Atalaia, mas, por volta de 1825, a aldeia já vinha sofrendo com a invasão de posseiros que contavam com a colaboração do comandante Antônio da Rocha Loures para se instalarem nas terras dos índios. Em 1848, pouco restava da antiga sesmaria dos

⁷⁵⁴ AHRS.F1.M1. Carta incompleta a.p. Bernardo Parés, d.p. 1851.

⁷⁵⁵ AHRS, FI, M3. Carta do Padre Bernardo Parés para José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios, com um relato do Padre Santiago sobre a conferência que teve com o Cacique Nonoai sobre a questão das terras. 23/02/1851

⁷⁵⁶ *Idem*

⁷⁵⁷ O atual estado do Paraná fazia parte da província de São Paulo, o uso da atual delimitação administrativa tem como objetivo facilitar a descrição.

indígenas, os títulos das terras foram perdidos e o pequeno grupo que habitava Guarapuava foi transferido para o aldeamento de Itapeva da Faxina⁷⁵⁸. Assim, o cacique Nonoai buscava articular com os jesuítas e administradores da política indigenista formas de resistir ao avanço de João Cipriano e outros posseiros que se instalavam nas terras do aldeamento evitando, com isso, ter o mesmo destino de seus parentes em Guarapuava.

Justamente devido à intensificação da expansão sobre as terras indígenas no Paraná, chegaram ao aldeamento de Nonoai indígenas vindos de Palmas que pertenciam a “*gente de Vitorino*”, e que estavam arranchando-se nas proximidades do aldeamento. Isso estaria causando uma “*concorrência*” à aldeia e à catequese e agravando a disputa pelas terras. O superior dos jesuítas afirmava que: “*Vários brasileiros aventureiros querem ficar-se aqui, e levantar chácaras no campo, esperando ficar com o tempo donos dele*”⁷⁵⁹. É possível saber que alguns destes “*brasileiros*” eram os indígenas sobrinhos de Vitorino Condá: Adriano e Inácio, e Manuel Fortes, companheiro de uma sobrinha do mesmo cacique. Eles já estavam há alguns anos na aldeia e tinham sido anteriormente aliados de Rocha Loures, trabalhando em sua estância. Naquele momento, no entanto, o mesmo João Cipriano acusava Manoel Forte e estes outros “*brasileiros*”, que chamava de “*criminosos*”, de incitarem os indígenas contra ele⁷⁶⁰.

Outro “*brasileiro*” acusado de ser posseiro nas terras da aldeia era Veríssimo. O padre Bernardo Parés o descreve como um “*homem familiarizado e de boa gente*”, que pediu licença para ocupar um palmo de campo e fazer sua roça. Apesar do religioso não ter consentido, ele se estabeleceu e, em seguida, quis fechar o campo para suas criações⁷⁶¹. Foi impedido de fazer o cercamento, mas permaneceu nas terras e, assim como Rocha Loures, sua presença indignava os indígenas, em especial os do cacique Nonoai⁷⁶². Talvez Veríssimo, assim como os sobrinhos de Condá, fosse um “*índio-descendente*” porque as fontes relatam que havia outros “*brasileiros não bugres*” que estavam também instalados na aldeia. Ou seja, Veríssimo e os parentes de Vitorino seriam, portanto, “*brasileiros*

⁷⁵⁸ Sobre o assunto ver: SOUZA, Almir Antonio. Armas, pólvora e chumbo: a expansão luso-brasileira e os indígenas do planalto meridional na primeira metade do século XIX. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. e SOUZA, Almir Antonio. A lei de terras no Brasil Império e os índios do Planalto Meridional: a luta política e diplomática do Kaingang Vitorino Condá (1845-1870). *Revista Brasileira de História*, vol. 35, nº 70, (p. 109-130), p. 112.

⁷⁵⁹ AHRS.FI. M1. Carta do padre Bernardo Parés ao presidente da Província. Passo Fundo, 01/03/1851.

⁷⁶⁰ *Idem*.

⁷⁶¹ *Ibidem*.

⁷⁶² AHRS, FI, M3. Carta do Padre Bernardo Parés para José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios, novamente com o relato do Padre Santiago e outras solicitações. s/d

bugres”, indígenas considerados “civilizados demais” para serem chamados simplesmente de bugres ou eram “mestiços”⁷⁶³. Veríssimo acabou consolidando sua propriedade dentro de Nonoai. Em 1879, quando se fazia uma medição da aldeia, foi informado que os limites dela eram com o terreno que aquele posseiro tinha se apropriado e conseguido legalizar através da autorização do diretor geral dos índios Coronel Vidal⁷⁶⁴.

Dentre “*brasileiros não bugres*” que estavam na aldeia de Nonoai havia um ferreiro contratado para servir o aldeamento; um tropeiro de nome Joaquim, que alugara uma parte do campo de Vitorino Condá e outro chamado Chico Máximo. Também três “*paulistas*” que tinham pertencido à Companhia de Pedestres: João Ribeiro, Manuel Fernandes e Eliodóro⁷⁶⁵. Ou seja, o aldeamento vinha sendo repartido entre pessoas que tinham vindo de variadas formas parar ali: trabalhadores recrutados pelo próprio governo que acabavam arranchando-se nas terras, indígenas considerados “civilizados”, arrendatários etc.⁷⁶⁶

Portanto, no começo dos anos de 1850 a tensão no aldeamento ia aumentando. Os relatos dos indígenas expulsos dos Campos de Guarapuava e de Palmas que chegavam a Nonoai engrossavam os temores dos kaingangs do Rio Grande do Sul. Diante disso, o velho Nonoai insistia para que tirassem Rocha Loures, Veríssimo e Fortes, das terras da aldeia⁷⁶⁷. Contudo, o padre Bernardo Parés não dispunha de uma força de pedestres que pudesse executar tais ordens. O presidente já autorizara o engajamento, mas não tinham sido tomadas providências a respeito⁷⁶⁸.

⁷⁶³ Sobre os “brasileiros”, mestiços e índio-descendentes ver as conclusões da tese.

⁷⁶⁴ AHRS. FI. M2. Cópia de uma carta enviada pelo diretor Tiburcio Alvares de Siqueira Fortes para o presidente Felisberto Pereira da Silva sobre a medição de terrenos do aldeamento de Nonoai. Palmeira, 02/05/1879.

⁷⁶⁵ AHRS.FI. M1. Carta do padre Bernardo Parés ao presidente da Província. Passo Fundo, 01/03/1851.

⁷⁶⁶ É curioso, como a história do oitocentos se parece com a de um século depois. Na década 1970, em plena ditadura militar, Nonoai foi sede da disputa entre posseiros e indígenas, fazendo nascer ali o MST (Movimento Sem Terra) dentre os camponeses expulsos da terra indígena. Naquele momento, com a condescendência da FUNAI, mais de 3 mil colonos foram assentados dentro do território kaingang. Sob a liderança de Nelson Xangrê os indígenas expulsaram os colonos em 1978. Ver: WAGNER, Carlos; ANDREATTA, Humberto; PEREIRA, André. *A Guerra dos Bugres: a Saga da Nação Caingangue no Rio Grande do Sul*. Tchê! Editora. Santa Maria, 1986 e RAUBER, Maiara. *A semente do MST: 40 anos da ocupação Macali e Brilhante*. Site do MST.02/09/2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/09/02/a-semente-do-mst-40-anos-da-ocupacao-macali-e-brilhante/>

⁷⁶⁷ Na fonte está escrito “Fernandes”, pode ser que se refira a um outro posseiro não indígena que se chamava Manuel Fernandes, mas cotejando as fontes parece se referir a Manuel Fortes, casado com a sobrinha de Condá e referido anteriormente. AHRS, FI, M3. Carta do Padre Bernardo Parés para José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios, novamente com o relato do Padre Santiago e outras solicitações. s/d

⁷⁶⁸ AHRS.FI. M1. Carta do Padre Bernardo Parés ao Presidente da Província sobre os posseiros em Nonoai. Guarita, 01/06/1851.

O mesmo sucedia no aldeamento de Guarita, onde havia notícias de que: “*Sendo as terras e campos do aldeamento muito bons, não faltam ambiciosos que queiram chamar-se a posse deles*”⁷⁶⁹. Assim, os indígenas se retiravam para as matas temerosos de que irrompessem conflitos. O diretor José Joaquim de Oliveira, também temia por sua vida, dizendo que, sem as forças de pedestres no aldeamento, sua casa seria o primeiro alvo de inimigos dos indígenas⁷⁷⁰. Também estavam ocorrendo invasões de pessoas interessadas em explorar os ervais da aldeia. Por isso, os indígenas estavam mantendo um erval escondido, evitando o conflito com outros ervateiros que queriam se apoderar do produto⁷⁷¹.

Na metade do ano de 1851, o presidente da província determinou a expulsão dos posseiros de Nonoai⁷⁷² e o diretor geral dos índios informou que os missionários jesuítas estavam conseguindo conter as cizânias existentes entre os caciques de Nonoai. Ainda assim, Andrade Neves reforçava que os índios eram muito ciosos de suas terras e que se não fossem tomadas providências contra os invasores eles iriam voltar para os matos⁷⁷³.

Mas a distensão dos conflitos não foi concretizada, não havia quem executasse as ordens de despejo dadas pelo presidente. A Guarda Nacional de Passo Fundo foi destacada para a tarefa, mas os guardas não queriam realizar a desocupação, porque eram vizinhos ou parentes dos arranchados nas terras da aldeia tendo, assim como muitos dos invasores, vindo da província de São Paulo⁷⁷⁴. Desta forma, nada se fez em relação aos ocupantes indevidos dos campos de Nonoai. O campo apropriado por João Cipriano da Rocha Loures continuaria sendo um dos principais focos de conflito.

No ano de 1852, ocorreu a retirada dos jesuítas e da Companhia de Pedestres de Nonoai e Guarita, claro sinal do desinvestimento do poder público no projeto de fixação dos indígenas. Além disso, Nonoai estava sem diretor, assim, quando padres inicianos foram retirados de lá, o aldeamento ficou sem nenhum administrador. Não sabemos

⁷⁶⁹ AHRS, F1, M3. Relatório do estado dos aldeamentos da província de 1851 que fez José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios. Rio Pardo, 05/06/1851.

⁷⁷⁰ AHRS, FI, M3. Carta de José Joaquim de Oliveira, diretor de Guarita para Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios, reclamando a falta de polícia nos aldeamentos. Guarita, 18/05/1851.

⁷⁷¹ AHRS, FI, M1. Notícia sobre o estado de catequese dos indígenas escrita pelo padre Bernardo Parés. Passo Fundo, 14/01/ 1851.

⁷⁷² AHRS, FI, M3. Cópia de um ofício enviado ao diretor dos índios pelo presidente Pedro Ferreira de Oliveira determinando a expulsão de Rocha Loures, Manoel Fortes, Veríssimo, dos desertores, também envio de roupas, formação da polícia. Porto Alegre, 16/06/1851.

⁷⁷³ AHRS, F1, M3. Relatório do estado dos aldeamentos da província de 1851 que fez José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios. Rio Pardo, 05/06/1851.

⁷⁷⁴ AHRS.FI.M1. Carta do padre Bernardo Parés ao presidente da província sobre o destacamento de Guardas Nacionais para expulsão dos invasores de Nonoai. Porto Alegre, 05/08/1851.

exatamente o que ocorreu nos bastidores da decisão de retirar os jesuítas da catequese. Em 1850, o aldeamento de Nonoai e Guarita contavam com dois missionários cada um⁷⁷⁵. Mas, no ano seguinte, o vice-presidente Patrício Correia da Câmara, afirmou que os jesuítas estavam desanimados, que seus incessantes pedidos por forças policiais nas aldeias demonstrava a falta de ascendência deles sobre seus neófitos e a ineficácia do emprego dos meios morais por eles utilizados. No relatório de 1852, o presidente Oliveira Bello atribuía a ineficiência da catequização promovida por aqueles padres ao fato de ignorarem a língua dos indígenas. Andrade Neves negava essa informação, afirmando que os padres falavam a língua dos índios e que eram muito queridos por eles⁷⁷⁶. Mesmo assim, o presidente pedia que fossem enviados padres capuchinhos para substituir os missionários inacianos, o que não chegou a se concretizar⁷⁷⁷.

Nos episódios que se sucederam anos depois, em Erechim, foi relatado que a retirada dos jesuítas foi fruto da desavença entre o Padre Bernardo Parés e um vizinho da aldeia⁷⁷⁸. Esse mesmo vizinho foi acusado de ser um dos mandantes dos assassinatos ocorridos na fazenda dos Quatro Irmãos. Esses homicídios foram causados pela disputa daquelas terras.

Dois anos depois da conferência de Nonoai com o padre Santiago, já em 1853, os indígenas seguiam em litígio com Rocha Loures. No relatório daquele ano foi reiterado que a “*usurpação*” das terras e a incitação de “*cizânias*” fazia os indígenas seguirem “*desgostosos*” com o invasor⁷⁷⁹. Naquele momento os jesuítas já haviam sido expulsos dos aldeamentos e o antigo diretor de Guarita, José Joaquim de Oliveira, havia assumido o posto de diretor de Nonoai.

O cacique Votouro⁷⁸⁰ falecera, assim como o velho Nonoai, e com ele minguara a unidade necessária para fazer frente ao ocupante. Diante disso, as lideranças submetidas

⁷⁷⁵ BND. HD. RPP. Relatório do Estado da Província do Rio Grande de S. Pedro apresentado ao Ex. Sr. Conselheiro José Antônio Pimenta Bueno, pelo tenente general Francisco José de Souza Soares de Andréa, 06/03/1850, 1º Ed. p.06.

⁷⁷⁶ AHRS, F1, M3. Relatório do estado dos aldeamentos da província em 1853 apresentado pelo diretor geral Andrade Neves ao presidente da província. Rio Pardo, 10/08/1853

⁷⁷⁷ BN.HD. RPP. Relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul Luiz Alves de Oliveira Bello na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial, 01/10/1852.p.15-16.

⁷⁷⁸ AHRS.FI.M3. Carta de José Joaquim de Oliveira, diretor de Nonoai, para José Joaquim de Oliveira, diretor geral dos índios, em que comunica as violências sofridas por Clementino Pacheco em Erechim e as intrigas incitadas no grupo de Pedro Nicafi. Guarita 26/10/1854.

⁷⁷⁹ AHRS, F1, M3. Relatório do estado dos aldeamentos da província em 1853 apresentado pelo diretor geral Andrade Neves ao presidente da província. Rio Pardo, 10/08/1853

⁷⁸⁰ Não consta a data exata de seu falecimento. Mas em 1854, Votouro e Nonoai são tratados como falecidos. Os dois caciques parecem ter tido mortes naturais por velhice.

ao falecido cacique começaram a sair da aldeia, levando, mais uma vez, o diretor geral Andrade Neves a solicitar a retirada dos posseiros para apaziguar os conflitos:

Convém o quanto antes desalojar dos Campos de Nonoai a João Cipriano da Rocha Loures, homem mal-intencionado que tem desgostado aos índios, e por causa de quem **pequenos caciques tem se retirado para as matas** depois da morte do velho Nonoai, esta é uma das primeiras necessidades, e na qual está a paz que pode gozar este aldeamento⁷⁸¹.

No ano seguinte, em 1854, as desavenças causadas pela presença do ex-diretor continuavam dividindo as parcialidades em Nonoai. Por isso, Andrade Neves reiterava a necessidade de sua expulsão. Segundo sua avaliação, o aldeamento não prosperaria enquanto os indígenas estivessem sendo ameaçados e incitados a se desgostarem⁷⁸².

Portanto, na visão das autoridades, as distensões entre as parcialidades indígenas eram causadas por sujeitos como Rocha Loures. Certamente o ex-diretor tinha indevidamente se apropriado de campos na aldeia, mas ele não manipulava livremente os caciques, pois estes sabiam articular alianças em prol de seus interesses. O principal aliado de Rocha Loures era Vitorino Condá. O ex-diretor e o cacique, conheciam-se desde a infância no Campos de Guarapuava⁷⁸³ e a conservação deste laço mantinha o líder indígena forte diante das transformações pelas quais a aldeia vinha passando. Condá renovou a aliança com Rocha Loures em um momento em que seu grupo estava enfraquecido por um novo contexto político da aldeia de Nonoai.

Em 1853, extinguiu-se a aldeia de Guarita e os kaingang foram reunidos em Nonoai. Esta última aldeia que passou a ser dirigida por José Joaquim de Oliveira, o diretor de Guarita e aliado do grupo de Fongue, rival de Condá. Portanto, para Vitorino era importante reconectar-se com o antigo aliado para manter alguns dos privilégios que ele gozava, como a patente militar e o recebimento de um soldo, e evitar a prevalência dos recém-chegados sobre o território da aldeia. De fato, dentre as rivalidades que apareceriam pouco tempo depois entre os índios aldeados em Nonoai, estariam as acusações de que Condá fora preterido pelos administradores, recebendo inclusive um

⁷⁸¹ AHRS, F1, M3. Relatório do estado dos aldeamentos da província de 1853 apresentado pelo diretor geral José Joaquim de Andrade Neves ao presidente da província. Rio Pardo, 12/12/1853. (2ªed)

⁷⁸² BN. HD. RPP. Manuscritos: I-32, 14, 014 Relatórios de José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios do Rio Grande do Sul, nos anos de 1847, 1852 e 1854. Relatório de 1854, sem data.

⁷⁸³ SOUZA, Almir Antonio. *Armas, pólvora e chumbo: a expansão luso-brasileira e os indígenas do planalto meridional na primeira metade do século XIX*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. p. 299. O autor explicita a amizade de Condá com o irmão de João Cipriano, Francisco Rocha Loures, mas podemos inferir que como viveram todos juntos em Guarapuava ali formou-se a amizade com a família. João Cipriano e Francisco como filhos do Comandante da freguesia e Condá como menino índio aldeado.

cargo menor do que o filho de Fongue, o cacique Prudente⁷⁸⁴. A aliança entre Rocha Loures e Condá perdurou. Em 1858, o diretor geral dos índios aventou a suspeita de que foi João Cipriano quem incitou Condá a fugir de Nonoai e retornar para Guarapuava, onde o irmão do primeiro era o diretor⁷⁸⁵.

Contudo, as acusações contra João Cipriano da Rocha Loures não paravam por aí. No ano de 1854, o ex-diretor foi acusado de fomentar rixas com os administradores do aldeamento de Nonoai. Buscando justamente “*acabar de uma vez com a malevolência que devota João Cipriano da Rocha Loures a todos os Diretores*” de Nonoai, Andrade Neves especificou o terreno demarcado para o ex-diretor. O terreno compreendia uma faixa de terra de três léguas e meia a quatro, entre o arroio Lobo - que desaguavam no rio Passo Fundo- e o arroio Papudo. Como o terreno era estreito em algumas áreas, permitia-se a incorporação de dois rincões que ficavam na proximidade de um outro confluente do rio. Andrade Neves ressaltava o cuidado que dever-se-ia ter no processo de demarcação, pois ao dar-se brechas para confundir este pequeno riacho com o arroio Lobo, poderia João Cipriano ficar na posse de mais três rincões⁷⁸⁶. Lembremos que os rincões eram terras muito valorizadas, pois eram locais com delimitações naturais à circulação do gado. Mas, nem com essa conceção a contenda foi resolvida. Meses depois o diretor geral dos índios voltava a acusar o posseiro de fomentar “*sinistras insinuações*” visando apoderar-se de mais terrenos do que já havia feito até aquele momento. Segundo a correspondência, Rocha Loures não tinha limite nas suas pretensões de propriedades sobre as terras da aldeia⁷⁸⁷. Ou seja, o ex-diretor de Nonoai acabou vitorioso em seu projeto de utilizar o cargo que tinha para se apoderar das terras do aldeamento.

As rixas existentes entre os kaingang e os invasores da aldeia, irradiaram também contra o novo diretor de Nonoai: José Joaquim de Oliveira. O presidente da província atestava isso, ao afirmar que era necessário que se respeitassem os limites do aldeamento, porque a “*invasão de intrusos*” era o maior adversário do estabelecimento e que a

⁷⁸⁴ AHRS.FI.M3. Carta de José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios, ao presidente Jerônimo Francisco Coelho sobre a demissão do Padre Penteado da direção de Nonoai e elevação de Vitorino Condá a Major. 13/05/1856 e AHRS.FI.M3. Carta do cacique Vitorino Condá informando o diretor de Nonoai, José Joaquim de Oliveira que não retornaria aquele aldeamento porque não quer encontrar Prudente. Chapecó, 10/09/1856.

⁷⁸⁵ AHRS. FI. M 4. Carta do Diretor Geral dos Índios, José Joaquim d’Andrade Neves ao Presidente da Província Conselheiro Angelo Moniz da S. Ferraz. Rio Pardo, 07/10/1858.

⁷⁸⁶ AHRS.FI.M3. Carta de José Joaquim de Andrade Neves especificando o terreno pertencente a Cipriano Rocha Loures. Aldeia de Nonoai, 01/05/1854

⁷⁸⁷ AHRS.FI.M3. Carta do diretor geral José Joaquim de Andrade Neves a João Lins Vieira Cansanção do Sinimbu, presidente da província, sobre a apropriação de terras e intrigas causadas por João Cipriano da Rocha Loures. Rio Pardo, 28/09/1854.

“*cruenta oposição*” que se fazia ao diretor Oliveira era para que os indígenas desconfiassem do governo e não se reunissem em Nonoai⁷⁸⁸. O cacique Pedro Nicafi, que retornara ao aldeamento de Nonoai após três anos de ausência, relatou que tinha abandonado a aldeia por “*sedução*” de um indivíduo que dizia que o diretor Oliveira consumia as roupas que eram para os índios. Essa mesma acusação, de que os administradores não repassavam as vestimentas aos indígenas, já havia sido direcionada aos jesuítas. Diante destas imputações, o diretor, sentindo-se ferido em sua honra, pediu, em 1854, exoneração da administração de Nonoai e retirou-se para o Paraná⁷⁸⁹. Os agentes governamentais também atribuíam a essas maledicências feitas contra o diretor Oliveira o fato de alguns indígenas, como Doble dos Campos de Cima da Serra e os arranchados na casa de Joaquim Portela e Bernardo Castanho, nas cercanias de Passo Fundo, não terem se recolhido à aldeia de Nonoai⁷⁹⁰. Pouco depois de sua saída do cargo, explodiram uma série de violentas escaramuças no entorno de Nonoai, especialmente em Erechim. A vendeta envolveria grupos liderados por diferentes caciques, autoridades locais, religiosos, fazendeiros, indígenas agregados e “mestiços”⁷⁹¹. Os sangrentos conflitos e as decisões tomadas pelas autoridades acirraram as animosidades entre as parcialidades indígenas.

No novo contexto que se apresentou após os conflitos em Erechim, no qual os administradores temiam perder o controle sobre os indígenas de Nonoai, João Cipriano da Rocha Loures passou a ser visto de forma distinta pelo governo provincial. Como mantinha uma boa relação com o cacique Vitorino Condá e havia a desconfiança da lealdade do cacique, Rocha Loures tornou-se necessário para manter o líder indígena pacífico. Naquele novo contexto de violência e instabilidade, o ex-diretor e intruso mostrou-se aliado do governo provincial em uma emboscada contra indígenas que estavam revoltosos. Provavelmente por estes auxílios prestado na contenção dos distúrbios em Nonoai, João Cipriano da Rocha Loures voltou a gozar de prestígio com as autoridades, facilitando que se apropriasse definitivamente dos campos da aldeia.

Depois de todas aquelas insistentes reclamações dos diretores contra os posseiros, em uma breve carta, José Joaquim de Oliveira, que naquele momento recém retornara ao

⁷⁸⁸ BND, HD, RPP. Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul João Lins Vieira Cansação de Sinimbu na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, 02/10/1854. 1ª Ed.p.31

⁷⁸⁹ AHRs.FLM3. Carta de José Joaquim de Oliveira, diretor de Nonoai, comunicando sua exoneração ao diretor geral José Joaquim de Andrade. Nonoai, 20/09/1854.

⁷⁹⁰ *Idem*

⁷⁹¹ Ver o capítulo 3.2.2 *A disputa por Erechim...*

posto de diretor de Nonoai, escreveu ao diretor geral propondo uma solução para o conflito de terras. Nesta carta informava que Rocha Loures estava fazendo uma proposta de troca de terrenos: trocaria os lotes próximos ao arroio Lobo por outros adjacentes ao arroio Papudo que ele “*havia sido autorizado a ocupar*”⁷⁹². Talvez fosse justamente a troca daqueles três rincões que anos antes Rocha Loures mostrara interesse. No entanto, observe-se que o ex-diretor tampouco era dono formalmente do terreno que empenhava na troca, sendo também ali um mero posseiro. Pelo que pude deduzir, todos os campos envolvidos na troca ficavam dentro das terras de Nonoai. Ainda assim, o diretor Oliveira mostrou-se favorável a esta permuta, sugerindo que a transferência da aldeia atendia ao interesse dos indígenas que já vinham plantando naquela outra área. É possível que esta nova atitude do diretor Oliveira, que tantas vezes havia criticado Rocha Loures, se deva justamente a busca por minimizar os conflitos em uma aldeia já conflagrada, cedendo ao ex-diretor terrenos de menor interesse dos indígenas. Assim, Rocha Loures se apropriou dos terrenos próximos ao arroio Lobo.

De fato, em 1855, quando já se aliviavam os conflitos e cessavam os assassinatos, Rocha Loures pareceu na documentação fornecendo milho aos indígenas do aldeamento. No ano seguinte, em 1856, ele passou a ocupar interinamente a diretoria de Nonoai, na espera de que o diretor definitivo viesse para o cargo, mostrando uma clara mudança da relação entre o poder público e o posseiro.

Mas, em 1858, os lotes de Rocha Loures voltaram a ser contestados. Devido à aplicação da “Lei de Terras”, estava em curso uma devassa sobre os terrenos das aldeias. Naquela ocasião, aparentemente respondendo uma solicitação do então presidente Ângelo Muniz, o diretor geral dos índios, José Joaquim de Andrade Neves, voltou a se queixar da ocupação indevida feita pelo ex-diretor. Rocha Loures permanecia sem apresentar documentos de posse, mas conclamava-se dono dos campos por ele ocupados. Sobre os serviços prestado por ele nos anos pregressos, Andrade Neves procurou manter-se neutro. Essa atitude diferenciava-se da que ele havia assumido em 1848, quando acusou Rocha Loures de apropriar-se dos recursos da aldeia de forma indevida:

Seria melhor que o suppe. deixasse esses campos, tais providências foram dadas, porém o suppe. menosprezando-as ainda hoje conservava-se n’estes campos, e **não trepida hoje chamar-se dono deles**. Seria melhor que o suppe. deixasse-se de tantos documentos e arrazoados e apresentasse o título de concessão que obteve do Governo Provincial, porque dispensaria esta minha informação. Se

⁷⁹² AHRS.FI.M3. Cópia de uma carta de José Joaquim de Oliveira, diretor de Nonoai a Andrade Neves, diretor geral, sobre uma troca de terras proposta por Cipriano da Rocha Loures. Passo Fundo 31/12/1854.

não nego, também não abono os grandes serviços do suppe. em prol da catequese dos índios⁷⁹³.

Mais uma vez, parece ter sido impossível remover João Cipriano das terras do aldeamento. Em 1868, a propriedade da invernada do arroio Lobo foi contestada. Havia sido instalada ali uma coletoria de impostos sobre os muares, em um terreno de mais de três léguas que antes pertencera aos indígenas de Nonoai, mas que tinha sido usurpado por Rocha Loures. Desde a abertura do passo do Goio-Ên, o caminho passara a ser muito frequentado pelos condutores de mulas que iam para o Paraná e São Paulo, substituindo o antigo caminho de Vacaria⁷⁹⁴. Por causa desta cobrança de impostos, o coletor Cirino Veloso de Linhares reacendeu a disputa com o ex-diretor⁷⁹⁵. O então diretor interino dos índios, afirmava que o terreno não pertencia a Rocha Loures⁷⁹⁶. Tempos depois, Cirino Veloso de Linhares reiterou a usurpação feita pelo Major Rocha Loures. Na nova correspondência, o coletor alegava que ele tinha enganado o falecido diretor José Joaquim de Oliveira, trocando campos nacionais pela invernada do Lobo, que também pertencia ao Estado. Ponderava que Cipriano da Rocha Loures já desfrutava de muitas léguas de campos nacionais e que era conhecido pelas suas incapacidades como comerciante e militar e, mesmo assim, continuava querendo ser Diretor do Aldeamento de Nonoai. Afirmava ainda que Rocha Loures estava metido no negócio de tropear bestas, mas, achava-se endividado e sem crédito. Por todos estes motivos, o fazendeiro fazia campanha contrária às pretensões do posseiro de retornar à diretoria de Nonoai e indicava Manoel Francisco de Oliveira como sujeito mais apto a exercer tal cargo. Solicitava ainda a exoneração do Delegado da região, por estar sempre ausente⁷⁹⁷. A insistência de Rocha Loures em ser diretor de Nonoai e colocar seus aliados como delegado da localidade demonstra como esta posição poderia trazer vantagens tanto na obtenção de terras como de trabalhos indígenas.

⁷⁹³ AHRS. FI. M4. Carta do diretor geral dos índios, José Joaquim d'Andrade Neves ao presidente da província Conselheiro Ângelo Moniz da S. Ferraz. Rio Pardo, 07/10/1858.

⁷⁹⁴ AHRS. FI. M2. Carta de Cirino Veloso de Linhares para o presidente Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo reclamando sobre a posse da invernada do Lobo onde havia uma coletoria. Coletoria de Nonoai, 02/04/1868.

⁷⁹⁵ AHRS. FI. M2. Carta de alguma secretaria a respeito dos documentos levantados sobre a propriedade Lobo. s/a, 12/07/1870?. (O documento está catalogado como 1868 e o ano final é de difícil leitura, mas parece 1870).

⁷⁹⁶ AHRS. FI. M2. Carta Do diretor interino dos índios Manoel Francisco de Oliveira a respeito da apropriação de Rocha Loures do rincão do Lobo. Passo Fundo, 02/08/1868.

⁷⁹⁷ AHRS. FI. M2. Carta de Cirino Veloso de Linhares ao presidente da província João Capistrano de Miranda e Castro informando sua contrariedade ao Major Rocha Loures assumir a diretoria de Nonoai. d.p. 1870 (O documento está catalogado como 1868, mas não coincide com a presidência de Miranda e Castro e não tem data no original).

Apesar das recomendações, foram nomeados: para diretor de Nonoai, Tomás Bandeira⁷⁹⁸, que no ano seguinte renunciou, pois não recebeu ordenado para exercer a função, e para diretor geral João Batista Vidal de Almeida Pilar⁷⁹⁹.

Diante da contestação da propriedade das terras de Cipriano Rocha Loures, foi mandado medir terreno e o caso foi a julgamento. Provavelmente, foi neste contexto que o mapa abaixo foi anexado foi confeccionado, sendo posteriormente guardado no Arquivo Regional de Passo Fundo⁸⁰⁰. Mas, mais uma vez, o esbulho das terras de Nonoai não se restringiu ao feito pelo ex-diretor.



FIGURA 23- MAPA DAS TERRAS DE CIPRIANO ROCHA LOURES — 1871

FONTE: ARQUIVO HISTÓRICO REGIONAL (PASSO FUNDO/RS). FUNDO DA SECRETARIA DE OBRA PÚBLICAS DO RIO GRANDE DO SUL

⁷⁹⁸ BND. HD. RPP. Relatório com que o Conselheiro Francisco Xavier de Pinto Lima passou a administração da província ao coronel João Simões Lopes, 1º vice-presidente. 24/05/1871. (2ªed), p.12.

⁷⁹⁹ BND. HD. RPP. Relatório com que o Conselheiro Francisco Xavier de Pinto Lima abriu a 1ª sessão da 14ª legislatura da assembleia provincial. 14/03/1871. (1ªed)

⁸⁰⁰ Agradeço ao colega Alex Vanin por gentilmente ter me enviado este mapa encontrado por ele no arquivo de Passo Fundo.

Em 1872, ressurgiram acusações de que alguns indivíduos se apossaram arbitrariamente das terras da aldeia, deixando os indígenas sem local para fazer suas plantações⁸⁰¹. Ainda naquele ano, o diretor Vidal de Almeida Pilar respondeu a um pedido da Câmara de Passo Fundo sobre os limites estabelecidos por aquela assembleia para o aldeamento de Nonoai. O que podemos inferir pela documentação posterior é que buscava-se estabelecer marcos nas terras que seriam comuns da paróquia e as que pertenciam aos índios. O diretor concordava com a maior parte dos limites descritos pelos vereadores, mas discordava do estabelecido ao sul. Esta era a parte que lindava com a “*propriedade*” do Major Rocha Loures, e a Câmara queria estabelecer a divisa do aldeamento em um lajeado chamado Servo. Porém, o diretor dizia que tal limite iria “*ferir os direitos adquiridos por posseiros que usavam estes campos há mais de vinte e quatro anos e que os disfrutam como seus sem contestação*”⁸⁰². Ou seja, o diretor Vidal compactuava com a expropriação feita pelos criadores locais. É possível que um destes posseiros fosse Veríssimo, estabelecido há muitos anos nas terras de Nonoai. Em 1879, já tendo havido o desmembramento do aldeamento de Nonoai, surgindo o de Pinheiro Ralo para abrigar os residentes no toldo de baixo, foi registrada uma reclamação de que o território era insuficiente para os indígenas, devido a concessão feita pelo diretor João Vidal de Almeida Pilar ao posseiro Veríssimo⁸⁰³.

A demarcação proposta pela Câmara em 1873 não se concretizou, pois, em 1875, buscando sustar o “*abuso das invasões*” foi novamente determinado que se fizesse a medição e registro da propriedade de Nonoai⁸⁰⁴. Não sabemos se foi feita alguma diligência neste sentido, pois, não sendo mais destinada verba para catequese e civilização dos índios da província, os registros sobre essa temática escassearam.

Muitos anos depois, em 1883, as atitudes de João Cipriano da Rocha Loures voltaram a conturbar Nonoai. Não satisfeito com os terrenos que já havia se apropriado, ele seguia invadindo às terras kaingangs. Com esse objetivo, formou uma rede de funcionários e fazendeiros que atendiam aos seus interesses, tanto em Nonoai, quanto em Passo Fundo. Ele mesmo se tornara subdelegado de polícia de Nonoai e utilizava função

⁸⁰¹ BND.HD.RPP. Fala dirigida à Assembleia Legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo Presidente Conselheiro Jerônimo Martiniano Figueira de Melo. (1ª ed.) 11/03/1872, p. 33.

⁸⁰² AHRS.FI.M4. Carta de João Batista Vidal de Almeida Pilar para o presidente da província a respeito de terrenos em Nonoai. Cruz Alta, 20/09/1872.

⁸⁰³ AHRS. FI. M2. Cópia de uma carta enviada pelo diretor Tiburcio Alvares de Siqueira Fortes para o presidente Felisberto Pereira da Silva sobre a medição de terrenos do aldeamento de Nonoai. Palmeira, 02/05/1879.

⁸⁰⁴ BND.HD.RPP. Fala dirigida a Assembleia da província do Rio Grande de São Pedro pelo presidente Dr. João Pedro Carvalho de Moraes na 1ª sessão da 16ª legislatura, (2ª ed.), 03/03/1875.

para chantagear aqueles que contrariavam seus interesses, chegando, por isso, a ser demitido, mas retornando ao cargo pouco tempo depois. Vários sujeitos foram citados como comparsas nos abusos por ele cometidos. Um deles era o delegado Joaquim Antunes Celas Vaz, que o diretor Pinto Martins descreveu como um “*ignorante e incapaz de raciocinar*” sendo “*subserviente aos seus ódios e paixões*” do Major Rocha Loures⁸⁰⁵.

Os indígenas seguiam resistindo a expropriação. Quando Rocha Loures mandou trabalhadores entrarem nas terras da aldeia para derrubar matos e fazerem uma roça, os kaingang reagiram “*em massa*”, “*expulsando de suas terras os invasores*”. Baseando-se na Lei de Terras, o diretor geral dos índios pedia a punição do invasor, pois ele havia tentado ocupar terras que agora pertenciam ao Estado. O diretor relembra, porém, que a justiça de Nonoai e de Passo Fundo eram manipuladas por Rocha Loures⁸⁰⁶. Mais uma vez, a batalha dos indígenas pela manutenção de seus territórios foi perdida, pois Atanagildo Pinto Martins foi exonerado do cargo e cessaram as tentativas de conter os desmandos do Major Rocha Loures⁸⁰⁷. Em 1890, o invasor das terras kaingang enviou um ofício em que pedia providências contra os índios que faziam correrias em Nonoai⁸⁰⁸.

Em relação aos outros ocupantes de Nonoai também temos poucas informações. Não parece que tenha havido novas investidas contra os “brasileiros” que ali habitavam. A magnitude dos conflitos desencadeados na década de 1850 reconfigurou as políticas indigenistas e indígenas. Ao desestruturar as sociedades kaingang em Nonoai e seu entorno, acabou facilitando a posse dos terrenos da aldeia e suas adjacências. A morte de lideranças, a evasão de indígenas e a própria preocupação com a violência acabariam por enfraquecer a luta pela manutenção das terras do aldeamento.

3.2.2 A disputa por Erechim e o início da vendeta

Os bugres (...) desde então não querem largar do tal campestre, dizendo que mentras eles não larguem do dito, já sabem que o Clementino não pode adquirir título

⁸⁰⁵ AHRS.FI.M4. Carta do diretor geral dos índios Atanagildo Pinto Martins para o presidente José Júlio de Marques Barros reclamando dos abusos cometidos pelo Major Rocha Loures. Palmeira, 19/11/1883. E AHRS.FI.M4. Carta do diretor geral dos índios Atanagildo Pinto Martins para o presidente José Júlio de Marques Barros reclamando dos procedimentos de Rocha Loures. Palmeira, 17/11/1883.

⁸⁰⁶ AHRS.FI.M4. Carta do diretor geral dos índios Atanagildo Pinto Martins para o presidente José Júlio de Marques Barros reclamando dos procedimentos de Rocha Loures. Palmeira, 17/11/1883. e AHRS.FI.M4. Carta do diretor geral dos índios Atanagildo Pinto Martins para o presidente José Júlio de Marques Barros reclamando dos abusos cometidos pelo Major Rocha Loures. Palmeira, 19/11/1883.

⁸⁰⁷ BND.HD.RPP. Fala com que o Dr. Miguel Rodrigues Barcelos, vice-presidente, dirigiu a assembleia legislativa provincial. 20/10/1885. (2ª ed.)

⁸⁰⁸ AHRS.FI.M5. Bilhete registrando ofícios recebidos, um sobre pedido de providência de aldeamentos de 300 índios em Lagoa Vermelha e outro sobre um informe de Cipriano da Rocha Loures em que pede providências contra os índios que andaram em correria pelo distrito em Nonoai. s.a, d.p 1890.

de posse. Este é o motivo de existirem estas gentes nos campos de Arechi. Sei que a l'este de Arechi se acham outros dois campestres menores, ainda não descobertos dos portugueses, num deles que chama Freré, é o mais pequeno, estão as sepulturas dos indígenas⁸⁰⁹.

O ano de 1855 marcou de forma sangrenta o fim da resistência de um grupo de kaingangs que pretendia permanecer em Erechim⁸¹⁰. As disputas travadas pela terra resultaram em uma escalada de violência fomentada pelas autoridades na qual muitos indígenas e não indígenas morreram.

Desde as primeiras tentativas de formar o aldeamento de Nonoai o cacique Pedro Nicafi⁸¹¹ mostrou resistência em permanecer naquela aldeia. No ano de 1849, ele seguiu para Palmas com a mulher e o filho, prometendo retornar dentro de dois meses. Por fazer forte oposição aos padres jesuítas, o missionário Bernardo Parés torcia para que ele não voltasse a Nonoai, pois o considerava “o pior de toda a bugrada, e de demasiada influência entre eles para o mal.” e acrescentava “Na sua ausência é fácil governar os outros”⁸¹². Dois anos depois, em 1851, Nicafi liderou um grupo de doze famílias que tinham se estabelecido no campestre de Arachi, também chamado de Araché, Irachi ou Erechim⁸¹³, situado a cerca de seis léguas de Nonoai. O campo de Erechim consistia em uma restinga de matos na costa Oriental do rio Passo Fundo e era muito valorizado por ser um ambiente ideal para fazer internada para o gado. Ficava nas adjacências de uma região conhecida como Quatro Irmãos⁸¹⁴, pois fora dividida entre os quatro filhos e herdeiros de Santos Pacheco.

⁸⁰⁹ AHRS, FI, M1. Notícia sobre o estado de catequese dos indígenas escrita pelo padre Bernardo Parés. Passo Fundo, 14/01/ 1851.

⁸¹⁰ Atualmente uma cidade do norte do Rio Grande do Sul. Na página da prefeitura da cidade há uma história do povoamento da localidade, organizada por etnias. Na parte “nativos” não é mencionada a existência de um aldeamento na localidade, mas reproduz-se uma série de estereótipos que demonstram como as concepções racistas estão enraizadas na descrição da história dos povos indígenas. Assim, a contribuição dos kaingang para o povoamento da região é descrita como algo inerente da raça: “Os traços característicos dos índios caingangues são: pele parda, olhos azuis, nariz chato, e fisicamente bem proporcionais. Nos séculos XVII e XVIII, o caingangue era um índio de natureza dócil, pacífico e dado ao trabalho. Entretanto, no Século XX tornou-se taciturno, de pouca fala, muito comedido, pacífico, trabalhador e afetivo. Depois de pacificado e catequisado, mostra-se humilde, bondoso, capaz de assimilar bem ensinamentos.” Também é a única das etnias onde não consta o nome de fundadores ou local para conhecer a cultura. Disponível em: <https://www.pmerechim.rs.gov.br/pagina/328/nativos>.

⁸¹¹ Optei por essa grafia, mas frequentemente aparece como Nicafim ou Nicafé nas fontes; as vezes é difícil dirimir se Nicafé é a mesma pessoa que Nicafi.

⁸¹² AHRS, M1, FI. Notícias do padre Bernardo Parés para o presidente da província. Nonoai, 29/10/1849.

⁸¹³ Optei por utilizar a grafia moderna da localidade, mas nas fontes é mais comum que apareça como “Arachi” AHRS, M1, FI. Notícias do padre Bernardo Parés para o presidente da província. Nonoai, 29/10/1849.

⁸¹⁴ É também atualmente um município do Rio Grande do Sul, que recebeu uma colônia de judeus no início do século XX.

Clementino dos Santos Pacheco, era um desses quatro herdeiros e tornara-se um rico proprietário rural. Ele pretendia incluir Erechim na compra que estava fazendo das terras do finado Major Mello, denominando seu novo terreno de fazenda dos Três Serros. Em 1849, Clementino Pacheco chegou a ser indicado como possível diretor de Nonoai, por ser uma “*pessoa de possibilidades*” e morar próximo ao aldeamento, mas não chegou a assumir o cargo⁸¹⁵.

Dois anos mais tarde, a pretensão de compra de Erechim por Clementino dos Santos Pacheco colocou-o do lado oposto do interesse dos indígenas, que destruíram uma picada que Clementino tinha aberto para acessar aquela região⁸¹⁶. O grupo de Nicafi recusavam-se a sair dos campos, dizendo que a presença dos indígenas barraria o acesso do fazendeiro aos títulos da terra. O padre jesuíta Bernardo Parés atribuía a persistência dos indígenas em permanecer no local à influência de um vizinho que também queria adquirir o terreno e estaria manipulando-os contra Santos Pacheco. No entanto, aquela era uma área importante para aqueles kaingangs, pois, ali ficava um pequeno campestre chamado Freré, ainda “*desconhecido dos portugueses*”, onde estavam as sepulturas dos indígenas⁸¹⁷. Ou seja, apesar da visão do missionário de que o grupo de Nicafi era apenas manipulados pela cobiça dos fazendeiros locais, fica evidente que a manutenção das terras era essencial para os indígenas. Mais uma vez, foi a presença dos restos mortais dos antepassados que marcou a territorialidade e o sentido de pertencimento destes sujeitos ao local.

Naquele ano de 1851, os indígenas de Erechim perderam suas roças, talvez pela apropriação dos campos feita pelo próprio Clementino. Corria notícias pela região de que os “*bugres*” estavam se juntando para fazer um assalto e os moradores de dentro do povoado de Passo Fundo alarmaram a Guarda Nacional por terem visto quatorze indígenas, ainda que desarmados, nos campos. No entanto, constatou-se que eles apenas estavam entrando nas roças para colher milho, já que tinham perdido suas plantações⁸¹⁸.

Em 1853, quando se concretizaram as iniciativas do aldeamento geral, que juntou Guarita e Nonoai, os indígenas de Erechim não apenas se recusaram em deixar sua aldeia

⁸¹⁵ AHRS, FI, M3. Carta do diretor geral dos índios José Joaquim de Andrade ao presidente da província General Francisco de Souza Soares de Andrea. Rio Pardo, 23/06/1849

⁸¹⁶ AHRS, FI, M1. Notícia sobre o estado de catequese dos indígenas escrita pelo padre Bernardo Parés. Passo Fundo, 14/01/ 1851.

⁸¹⁷ *Idem*.

⁸¹⁸ AHRS, FI, M3. Carta do Padre Bernardo Parés para José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios, com um relato do Padre Santiago sobre a conferência que teve com o Cacique Nonoai sobre a questão das terras. 23/02/1851

como iniciaram um litígio contra a expropriação que vinham sofrendo. O capitão Antônio Nicafi, sua esposa e outros dois indígenas realizaram uma queixa de que Clementino Pacheco e outro fazendeiro, chamado Antônio Joaquim, estavam tomando-lhes as terras e colocando-os para fora dos campos⁸¹⁹. Dirigiram-se à capital para reclamar pessoalmente com o presidente da província sobre a imposição de se mudarem de Erechim, argumentando que lá possuíam seus ranchos, plantavam e produziam erva-mate, com cujos lucros compravam seus vestuários⁸²⁰.

Em agosto de 1854, Pedro Nicafi foi para Nonoai, onde foi recebido com festa pelos moradores⁸²¹. O cacique afirmava ter sofrido a deserção de quase todo seu grupo, que permanecia nas proximidades do antigo toldo⁸²². Alguns deles estavam nas casas de Joaquim Portela e Bernardo Castanho que ficavam na vizinhança dos campos de Erechim⁸²³. O diretor de Nonoai acusava Portela de influenciar os grupos dos indígenas Antônio Nicafi e Luís Portela a não se aldearem. Chama a atenção o compartilhamento do sobrenome do fazendeiro e do indígena, que viviam próximos há alguns anos. Isso provavelmente demonstra, se não um laço de parentesco sanguíneo, uma irmandade simbólica entre eles⁸²⁴.

Poucos dias depois, Clementino dos Santos Pacheco enviou uma carta ao diretor Oliveira, na qual acusava os indígenas de terem queimado sua casa, atropelado e matado alguns animais, desmanchado a mangueira (curral) e tapado uma das saídas do campo com uma cerca. O fazendeiro também culpava, sem nominar, um vizinho por ter incitado a ação dos índios e por aconselhá-los a não se aldearem⁸²⁵. Ao solicitar providência ao presidente da província, Oliveira relembra que o padre Bernardo Parés tinha tentado tomar providências para que Clementino pudesse ocupar os campos e que tinha sofrido calúnias daquele mesmo sujeito que agora, supostamente, incitava os indígenas mais uma

⁸¹⁹ AHRS.FI.M3. Carta de José Joaquim de Andrade Neves, diretor dos índios, para Antônio José Afonso sobre as queixas de apropriação de terras contra Clementino Pacheco e Antônio Joaquim. Rio Pardo, 31/03/1854.

⁸²⁰ AHRS.FI.M3. Carta de José Joaquim de Andrade Neves, diretor dos índios para João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, presidente da província sobre a ida do capitão Antônio (Nicafi) e outros para solicitar não se mudarem para Nonoai. Rio Pardo, 30/03/1854.

⁸²¹ AHRS.FI. M3. Relatório do estado dos aldeamentos da província do ano de 1854, realizado pelo diretor geral José Joaquim de Andrade Neves, 18/08/1854.

⁸²² AHRS.FI.M3. Carta de José Joaquim de Oliveira, diretor de Nonoai, comunicando sua exoneração ao diretor geral José Joaquim de Andrade. Nonoai, 20/09/1854.

⁸²³ AHRS.FI. M3. Relatório do estado dos aldeamentos da província do ano de 1854, realizado pelo diretor geral José Joaquim de Andrade Neves, 18/08/1854.

⁸²⁴ AHRS.FI.M3. Carta de José Joaquim de Oliveira, diretor de Nonoai a Andrade Neves, diretor geral, sobre os caciques Luis Portela e Antônio Nicafi não quererem ir para Nonoai. Passo Fundo 15/01/1854.

⁸²⁵ AHRS.FI.M3. Cópia de uma carta de Clementino Pacheco para o diretor José Joaquim de Oliveira sobre as violências sofridas no campo do Irachim (Erechim). Quatro Irmãos, 19/10/1854.

vez. Estas intrigas teriam sido uma das motivações para que os jesuítas fossem dispensados no ano de 1852.

Os coroados dirigiram-se novamente a Porto Alegre para apelar ao presidente contra a ocupação de suas terras em Erechim. Desta vez, era Luís Portela que capitaneava o grupo de reivindicadores. José Joaquim de Oliveira, que sempre adotara uma postura mais filantrópica na condução da política indigenista, desistia agora dos meios “*brandos e conciliatórios*” e propunha medidas drásticas e violentas para conter as reivindicações dos kaingangs. Sugeriu ao presidente que lançasse uma circular a todos os subdelegados de Palmeira, Passo Fundo e Vacaria obrigando todos os indígenas a se recolherem a Nonoai e que só saíssem do aldeamento portando uma licença por escrito do diretor. Os que desobedecessem a tal ordem, deveriam ser remetidos para a Capital para servir em Primeira Linha. Os que abrigassem os indígenas também deveriam ser processados. O diretor acreditava que após a prisão de alguns indígenas, os outros, temerosos, buscariam o aldeamento. Também esperava que isso intimidasse os aliciadores dos índios⁸²⁶. Veremos, no entanto, que a opção por empregar métodos violentos só acirrou os ânimos em torno da questão agrária.

Ainda assim, os indígenas não foram demovidos das reivindicações sobre os campos de Erechim. Em junho de 1855, seis homens e duas mulheres indígenas se deslocaram para Rio Pardo solicitando ao diretor geral dos índios irem a Capital⁸²⁷. Agostinho Rodrigues e Frederico Mascarenhas, acompanhados da índia Maria Antônia, que lhes serviu de intérprete, tomaram o vapor para Porto Alegre para, uma vez mais, apresentar ao presidente da província documentação que comprovava a prevalência dos indígenas sobre as terras⁸²⁸ e apresentar queixas contra Clementino dos Santos Pacheco⁸²⁹.

Parece que depois de suas belicosas recomendações, Oliveira resolveu deixar a administração de Nonoai. Ele foi substituído pelo padre Antônio de Almeida Leite Penteadó, o mesmo que, em 1845, tinha capitaneado uma das expedições de contato com os kaingangs com o objetivo de aldeá-los e, portanto, já tinha familiaridade com os

⁸²⁶ AHRS.FI.M3. Carta de José Joaquim de Oliveira, diretor de Nonoai a Andrade Neves, diretor geral, sugerindo medidas para obrigar os índios a se aldearem. Passo Fundo 31/12/1854.

⁸²⁷ AHRS.FI.M3. Carta de José Joaquim de Andrade Neves avisando ao presidente João Lins Vieira Cansanção do Sinimbu da ida de lideranças a Porto Alegre. Rio Pardo, 01/06/1855.

⁸²⁸ AHRS.FI.M3. Carta de José Joaquim de Andrade Neves ao presidente Luís Alves Leite de Oliveira Belo as reclamações de esbulho de terras feitas pelo indígena Agostinho de Nonoai. Rio Pardo, 10/09/1855.

⁸²⁹ AHRS.FI.M3. Queixa crime de Miquelina Ubaldina da Silva, viúva de Clementino dos Santos Pacheco contra os autores e cúmplices dos assassinatos. Passo Fundo, 30/01/1856.

indígenas. Apesar disso, posteriormente, a administração do padre seria responsabilizada pela eventos que se sucederam.

Em agosto de 1855, na localidade de Quatro Irmãos, foram assassinados Joaquim de Macedo, seu genro e um amigo. Supunha-se que o filho de Joaquim Macedo tivesse sido sequestrado. Foram responsabilizados pelo ataque os filhos do célebre João Grande, chamados: Tomé, Marau e Salvador e um irmão do cacique Pedro Nicafi chamado Luís, que segundo consta, viviam vagando e habitavam as matas vizinhas à freguesia de Passo Fundo⁸³⁰.

José Joaquim de Oliveira⁸³¹ dirigiu-se aos campos de Joaquim Portela porque inicialmente achava que os responsáveis pelos ataques eram os coroados que viviam naquela fazenda⁸³². Entretanto, ao chegar lá, convenceu-se do contrário e aceitou a ajuda dos indígenas que ali viviam para perseguir os assassinos. Manuel e Luís Portela encabeçaram um grupo de treze indígenas que perseguiu e matou os quatro coroados a quem se atribuía os assaltos. A diligência dos Portela retornou com quatro mulheres do grupo de assaltantes e com os bens roubados da fazenda de Macedo, mas o menino sequestrado já estava morto⁸³³.

O padre Penteadado, na condição de diretor de Nonoai, escreveu uma carta muito veemente criticando o procedimento de mandar os indígenas perseguirem e assassinares outros sem julgamento. Reclamava da incivilidade de agir desta forma, ressaltando que ao trazerem as mulheres indígenas para a cidade todos haviam visto o escândalo dessa forma de proceder. Ele ainda alertava que essa perseguição resultaria em mais vinganças⁸³⁴. E, sobre isso, o padre tinha razão. Pouco tempo depois, armados com uma pistola emprestada de Bernardo Castanho, o índio Agostinho e quatro companheiros

⁸³⁰ AHRS.FI.M3. Cópia de uma carta de José Joaquim de Oliveira para José Joaquim de Andrade Neves sobre os assassinatos da família Macedo imputando-os aos filhos de João Grande. Passo Fundo, 04/08/1855.

⁸³¹ Não era mais diretor do aldeamento, então não sabemos em que condição fez essa diligência.

⁸³² AHRS.FI.M3. Cópia da cópia de uma carta do subdelegado de Passo Fundo, para Antônio de Almeida Leite Penteadado, diretor de Nonoai, sobre os assassinatos da família Macedo imputando-os a Luiz Portela e três companheiros. Quatro Irmãos, 06/07/1855.

⁸³³ AHRS.FI.M3. Cópia de uma carta de José Joaquim de Oliveira, para José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios sobre os assassinatos da família Macedo imputando-os aos filhos de João Grande. Passo Fundo, 04/08/1855.

⁸³⁴ AHRS.FI.M3. Cópia de uma carta do padre Antônio de Almeida Leite Penteadado, diretor de Nonoai, para José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios, criticando veementemente o procedimento do subdelegado de ter enviado índios a perseguir e assassinar outros. Cruz Alta, 13/08/1855.

matarem Luís Portela, vingando-se dos assassinatos cometidos contra os filhos de João Grande e o irmão do cacique Pedro Nicafi⁸³⁵.

O delegado foi então prender Agostinho, Manuel Grande e outros dois indígenas acusados destes assassinatos. Na resistência a essa prisão matarem o irmão de Agostinho, que também se chamava Luís. Prenderam também os fazendeiros Bernardo Castanho da Rocha e Joaquim da Silva Portela por embaraçarem a ocupação dos campos de Erechim e possivelmente por terem fornecido a arma com que Agostinho perpetrou o crime contra Luís Portela. Algum tempo depois, todos foram liberados por intermediação de Clementino dos Santos Pacheco, a quem, supostamente os indígenas ficaram muito gratos⁸³⁶. Em breve, esmiuçarei as possíveis motivações para que o rico proprietário e herdeiro, que vivia em litígio com os indígenas, intercedesse pela soltura dos kaingangs.

No começo de 1856 foram assassinados em Erechim: Clementino dos Santos Pacheco; seu sobrinho José; José Antônio de Oliveira, o capataz da fazenda; Vitorino, filho do capataz e um escravizado chamado Vicente. Os assassinatos foram imputados aos kaingang do grupo de Manuel Grande, justamente aqueles libertos da prisão tempos antes. São várias as narrativas sobre como se deram estes fatos. A queixa crime feita pela viúva de Clementino, Miquelina Ubaldina da Silva, é a que mais incluiu detalhes dos eventos e ligações entre os acusados. É também, através do relato da viúva, que podemos observar o protagonismo das mulheres nas disputas travadas pelas terras de Erechim. Os outros relatos, deste e de outros eventos, quase nunca são citados nomes ou explicitados os papéis desempenhados pelas indígenas. A história contada por Miquelina, justamente por ser uma das poucas narrativas produzidas a partir de uma perspectiva feminina, dá conta do papel desempenhado por outras mulheres neste evento⁸³⁷, inclusive colocando como principal articuladora de todos os assassinatos uma ex-escravizada de nome Maria Camila.

⁸³⁵ AHRS.FI.M3. Carta de José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios, ao presidente Luiz Alves Leite de Oliveira Belo sobre o assassinato de Luiz Portela pelo indígena Agostinho e outros. Rio Pardo, 10/09/1855.

⁸³⁶ AHRS.FI.M3. Queixa crime de Miquelina Ubaldina da Silva, viúva de Clementino dos Santos Pacheco contra os autores e cúmplices dos assassinatos. Passo Fundo, 30/01/1856.

⁸³⁷ Stella Maris Scatena Franco, através da análise de relatos de viajantes do século XIX, demonstrou que nestes existem marcações de comportamentos considerados tipicamente “femininos” ou “masculinos”, sendo presentes nos relatos femininos elementos comumente associados à vida das mulheres como a casa, a família, a vida privada, mas estes mesmo escritos permitem observar gerências das mulheres sobre os terrenos comumente compreendidos como masculinos de pragmatismo e linearidade. A autora também chama atenção de como a condição de viuvez permite às mulheres maior mobilidade. FRANCO, Stella Maris Scatena. Viagem e gênero: tendências e contrapontos nos relatos de viagem de autoria feminina. *Cadernos Pagu*, nº 50, 2017.

A viúva elucidou que viviam na fazenda dos Três Serros, nos campos de Erechim, o capataz e sua família; o “*crioulo*” Manuel; o índio Joaquim Manoel e suas duas esposas, também indígenas, Brandina e Ana. No dia 5 de janeiro de 1856, Clementino chegou à fazenda trazendo uma tropa de mulas, negócio a que se dedicava. Ele vinha acompanhado de seu sobrinho e quatro escravizados, sendo dois deles ainda menores de idade. Estavam almoçando quando chegou um grupo de indígenas capitaneados pelo cacique Manuel Grande, entre eles estava sua mulher Maria, e seus filhos e parentes: Agostinho, Pedro, Salvador, Vicente, Francisco, José Crespo, Inácio, Querubino e Rosa.

Os indígenas teriam sido convidados para almoçar e durante a refeição teriam esfaqueado e matado Clementino, o sobrinho, o capataz, seu filho e um dos escravizados. A viúva destacou que entre os atacantes “*distinguiram-se as índias Maria e Rosa, que com sanha infernal esfaqueavam as vítimas seguradas pelos índios*”. Ela acusava os indígenas Brandina, Ana e Joaquim, que viviam agregados na fazenda, de terem compactuado com o ataque. Algumas das vítimas conseguiram escapar, entre elas Maria do Carmo, a esposa do capataz, que pegou um cavalo e fugiu para alertar o que aconteceu na fazenda⁸³⁸.

Miquelina Ubaldina também narrou o que considerava as motivações dos crimes: a disputa pelas terras. Seu relato retoma alguns dos eventos já narrados aqui. Segundo ela, o falecido marido e os irmãos compraram muitos campos para criação de bestas, sendo o campo de Erechim um desses locais. Desde então, algumas pessoas haviam insuflado os índios para que não consentissem no estabelecimento. Os indígenas entraram na fazenda de Clementino nos campos de Erechim e incendiaram a casa⁸³⁹. Em seguida, o cacique Pedro Nicaí teria dirigido uma queixa por escrito em relação a Clementino ao diretor Oliveira. Acusava também que o irmão do fazendeiro Joaquim Portela estivera negociando aqueles mesmos campos com o indígena Agostinho⁸⁴⁰. Possivelmente foi munido dos papéis desta negociação que Agostinho foi a Porto Alegre tratar com o presidente da província, por intermédio de sua intérprete Maria Antônia.

Neste tempo, foi preso David em Cruz Alta, irmão de Maria Camila. Ela era escrava e agora amásia “*teúda e manteúda*” de Bernardo Castanho, o fazendeiro que teria fornecido a arma para o indígena Agostinho assassinar os irmãos Portela. A viúva

⁸³⁸ AHRF.FI.M3. Queixa crime de Miquelina Ubaldina da Silva, viúva de Clementino dos Santos Pacheco contra os autores e cúmplices dos assassinatos. Passo Fundo, 30/01/1856.

⁸³⁹ *Idem*.

⁸⁴⁰ *Ibidem*.

Miquelina não nos informa por que Maria Camila suspeitava que a prisão de seu irmão tivesse sido ordenada por Clementino Pacheco, nem a acusação feita contra o jovem, apenas afirma que Maria Camila queria vingança pelo encarceramento.

Os casos expostos parecem demonstrar que os Santos Pacheco tinham, de fato, gerência sobre a justiça de Cruz Alta. No relato da própria viúva, foi ele quem intercedeu para a soltura dos três indígenas presos por conta dos assassinatos dos Portela, que teria ficado extremamente gratos com a atitude:

A rogo de vários índios, o marido da queixosa empenhou-se para que fossem soltos Agostinho e três índios presos em Cruz Alta, pelo que lhe presentearam seu reconhecimento a ponto de lhe abraçarem as pernas- Manuel Grande chamando-o de **pai**⁸⁴¹.

É provável que a atitude paternalista de Clementino tivesse como intento amenizar as disputas pelas terras de Erechim. O fazendeiro esperava a gratidão dos indígenas e que eles desocupassem a área em disputa. No entanto, além de ter sido o mandatário da prisão de David, também se espalhavam boatos de que fora Clementino e o Padre Penteado que mandaram matar o irmão de Agostinho.

Teria sido por esse motivo que Maria Camila começou a reunir-se com o indígena Manoel Grande, no Pinheiro Torto, onde recebiam armamentos. Quem levava as informações, pólvora e armas para aquela localidade era a índia Rita, criada da casa de Bernardo Castanho, com quem ela tivera um “*filho natural*”, chamado Manuel Castanho (e que consta entre os informantes da queixa da viúva). Por fim, o último implicado na trama é Joaquim Portela, que teria ido a sua antiga fazenda, vizinha de Erechim, e lá contado a um fazendeiro que em cinco ou seis dias estaria morto o Clementino.

Assim, no relato da viúva, perpetrado os assassinatos, ao ser comunicada, Maria Camila “*tripudiava de prazer, dizendo estar vingada*”. Na visão de Miquelina, a escravizada e o seu amante aparecem como os grandes articuladores do episódio e os homens e mulheres indígenas teriam sido apenas “*instrumentos brutais*” de Castanho e Maria Camila⁸⁴². Essa escusa revela as concepções sociais dos não indígenas sobre os kaingangs. Não concebiam que os indígenas fossem racionais a ponto de articular uma vingança elaborada, seus atos seriam fruto de manipulações ou meras vazões de sua barbárie. Se, de fato, os não indígenas fomentaram a violência ao ocuparem as terras e

⁸⁴¹ *Ibidem*. Como mencionado anteriormente Pay era uma forma de chamar as lideranças indígenas. Ver: 2.4 A formação dos aldeamentos kaingang...

⁸⁴² AHRS.FI.M3. Queixa crime de Miquelina Ubaldina da Silva, viúva de Clementino dos Santos Pacheco contra os autores e cúmplices dos assassinatos. Passo Fundo, 30/01/1856.

acirraram as disputas entre as parciaisidades, os homens e mulheres kaingangs eram os principais interessados na manutenção de suas aldeias, e os relatos permitem observar seu protagonismo na defesa do território. Não um protagonismo idealizado, mas aquele exequível no contexto da escalada de tensões na luta pela terra.

Logo que foram encontrados os corpos dos assassinados em Três Serros, o diretor de Nonoai, padre Antônio Penteado, agiu exatamente da maneira que havia veementemente condenado antes, colocando indígenas aliados para perseguir os assassinos e fomentando, ainda mais, as distensões entre as parciaisidades. Assim, enviou o grupo do cacique Prudente em uma diligência atrás de Pedro Nicafi⁸⁴³. Penteado e outras autoridades acreditavam que Nicafi era, no mínimo, cúmplice do morticínio em Erechim.

O cacique Fongue e Prudente encontram Nicafi e outros indígenas armados nas margens do rio Sarandi, onde supostamente estariam aguardando para emboscar o Padre Penteado. Ali Pedro Nicafi teria convidado os índios de Guarita para juntar-se a ele e fazer guerra aos brancos. “*Prudente Velho com as manhas que possui os iludiu*”, fazendo com que fossem à casa de João Cipriano da Rocha Loures, onde estava escondida a Guarda Nacional. Lá, o cacique Pedro acabou sendo detido, junto com outros dezesseis indígenas. Três morreram na emboscada e cinco conseguiram fugir. As famílias dos indígenas também foram aprisionadas.

Porém, na hora de levar os prisioneiros para a cidade de Cruz Alta, os quatro considerados mais perigosos foram com uma escolta de indígenas liderada por Antônio Prudente. Eram eles: Pedro Nicafi, Antônio Crespo, Neto e Chico Gato. No percurso estes coroados supostamente tentaram fugir e acabaram sendo mortos com tiros e golpes de lança⁸⁴⁴.

No outro grupo de prisioneiros estava o antigo agregado de Clementino Pacheco: o indígena Joaquim Manoel. Organizou-se uma escolta, liderada pelo cacique Vitorino Condá, que deveria acompanhar Joaquim Manoel até onde estavam escondidos os outros cúmplices do ataque à fazenda de Três Serros. Chegando ao local, Joaquim Manoel escapou e alertou os comparsas que fugiram. Suspeitava-se que Vitorino Condá havia

⁸⁴³ AHRS.FI.M3. Carta de Antônio Leite Penteado, diretor de Nonoai, a José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios, sobre os assassinatos cometidos pelos indígenas de Nicafi. Passo Fundo, 06/01/1856.

⁸⁴⁴ AHRS.FI.M3. Carta de Manuel Pacheco de Carvalho enviado ao diretor dos índios José Joaquim de Andrade Neves detalhando tudo o sucedido no ataque a fazenda de Três Serros e as perseguições aos supostos assassinos. Passo Fundo, 11/03/1856. E AHRS.FI.M3. Relato do subdelegado de polícia Diogo José de Meira enviado ao diretor dos índios José Joaquim de Andrade Neves detalhando tudo o sucedido no ataque a fazenda de Três Serros e as perseguições aos supostos assassinos. Passo Fundo, 11/03/1856.

facilitado essa fuga⁸⁴⁵. Joaquim Portela, Bernardino Castanho, “*seu índio civilizado*” Manuel Portela⁸⁴⁶, a “*parda*” Maria Camila e um escravo de nome Custódio já estavam presos⁸⁴⁷. Contudo, permanecia em fuga o grupo liderado por Manuel Grande.

Os episódios em Erechim evidenciam a escalada de tensões em torno das disputas pelas terras na década de 1850. O estímulo da Lei de Terra pela regularização fundiária fomentou os conflitos com os indígenas, afinal eles não eram portadores de papéis que assegurassem sua permanência em terras que passariam a ser registradas em nome dos grandes proprietários rurais da região. Os lugares onde estavam os túmulos de seus parentes, de onde extraíam erva mate e onde tinham suas roças, estavam tornando-se criadouro de mulas de um fazendeiro poderoso, que podia interferir inclusive na justiça local, mandando prender ou soltar quem lhe conviesse. Os agentes da política indigenista e a interlocução direta com os presidentes da província, que anos antes lhes assegurara a conservação dos terrenos, agora só lhes oferecia a opção de juntarem-se à Nonoai e abandonarem sua antiga aldeia. Assim, os coroados de Erechim, aliaram-se a outros indivíduos que faziam parte da mesma estratificação social: indígenas mestiços e agregados, pardas forras, pequenos proprietários com íntimos laços de amor e parentesco com indígenas, para fazer frente a esse processo, mas suas alianças os colocaram uns contra os outros. A vendeta iniciada pelas disputas de terra em Erechim seguiu contaminando todas as relações no aldeamento de Nonoai e os episódios de violência e desentendimento permaneceram desagregando a comunidade, estimulados pela política indigenista.

3.2.3 O conflito entre Condá e Fongue: Nonoai como simulacro de aldeamento

*Ultimamente fatos se deram que perturbaram a paz daquelas tribos, fazendo reviver antigos ódios que já pareciam arrefecidos.*⁸⁴⁸

⁸⁴⁵ AHRS.FI.M3. Carta de Manuel Pacheco de Carvalho enviado ao diretor dos índios José Joaquim de Andrade Neves detalhando tudo o sucedido no ataque a fazenda de Três Serros e as perseguições aos supostos assassinos. Passo Fundo, 11/03/1856.

⁸⁴⁶ Acredito que esse seja o irmão de Luiz Portela que vivia nas terras de Joaquim Portela.

⁸⁴⁷ AHRS.FI.M3. Carta de Manuel Pacheco de Carvalho enviado ao diretor dos índios José Joaquim de Andrade Neves detalhando tudo o sucedido no ataque a fazenda de Três Serros e as perseguições aos supostos assassinos. Passo Fundo, 11/03/1856.

⁸⁴⁸ BND.HD.RPP. Relatório do presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, à assembleia provincial. 05/11/1859. 2º ed.p.53

Diante dos vários homicídios perpetrados nas cercanias de Nonoai, o diretor geral dos índios, José Joaquim de Andrade Neves, encaminhou-se até a região de Passo Fundo para fazer diligências. Lá ele ficou convencido de que a culpa de “*todo esse caos de anarquia e desordem*” era do padre Antônio de Almeida Leite Penteado, diretor de Nonoai. Afirmava que o religioso era um “*homem pertinaz em seus princípios de ambição e vingança, como ao mesmo tempo de uma conduta reprovada pelos costumes ébrios que o tornam turbulento*”. Acrescentava que o padre estava endividado com todos, se embriagava até cair, vivia ameaçando os indígenas e moradores com o engajamento nas tropas de 1º linha e que o próprio bispo atestaria a imoralidade daquele sujeito. Considerava-o, portanto, o “*motor dos assassinatos de Macedo e do companheiro Clementino*”⁸⁴⁹. É difícil saber se essas pesadas acusações devem-se exclusivamente ao fato de o padre não ter sabido negociar com os indígenas, que se mostravam insatisfeitos com a sua condução na aldeia e com a expropriação das terras de Erechim, ou se o diretor geral sabia de algo mais que incriminava Penteado no fomento das rivalidades com os fazendeiros locais. Mas, é fato, que as disputas pelas terras dentro e nas adjacências de Nonoai vinham gestando-se há um bom tempo e que as rivalidades entre os caciques vinham sendo fomentadas pelas próprias estratégias de aldeamento. Ao engajar indígenas na perseguição de outros, os administradores estimulavam os sentimentos de vingança, aprofundavam as divisões entre os aldeados e fortaleciam lideranças bélicas. Portanto, independente do papel que tenha cumprido o padre Penteado, os conflitos relacionam-se intimamente a política indigenista adotada pelos agentes governamentais.

Diante dos fatos, o diretor geral sugeriu que Penteado fosse afastado da diretoria de Nonoai e, enquanto isso, fosse deixado como diretor interino João Cipriano da Rocha Loures. Sim! O ex-diretor que tantos conflitos causara ao apropriar-se das terras da aldeia, agora era visto como uma solução, ainda que temporária, para a gestão dela. Mencionei anteriormente que, após as repetidas críticas feitas contra João Cipriano da Rocha Loures, os administradores haviam estranhamente acordado uma troca de terrenos dentro da aldeia, o que mostrava que cada vez mais faziam-se concessões aos expropriadores de terras.

⁸⁴⁹ AHR.S.FI.M3. Carta de José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios, ao presidente Jerônimo Francisco Coelho sobre a demissão do Padre Penteado da direção de Nonoai e elevação de Vitorino Condá a Major. 13/05/1856. E AHR.S.FI.M3. Carta de José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios, ao presidente Jerônimo Francisco Coelho, sobre a conduta do ex-diretor de Nonoai, o Padre Penteado. Chácara, 26/06/1856.

Pouco tempo depois, o diretor oficial de Nonoai voltaria a ser José Joaquim de Oliveira que aceitou retornar ao cargo afirmando que era para “*não desamparar os pobres índios da extinta aldeia de Guarita aos quais os quero como filhos queridos*”⁸⁵⁰. Oliveira reafirmava assim sua aliança com o grupo de Fongue que, veremos a seguir, passaria a dominar a aldeia de Nonoai. Mas o retorno do diretor não seria suficiente para aplacar os conflitos: nem dentro do aldeamento, nem com os fazendeiros do entorno.

Miquelina da Silva, viúva de Clementino dos Santos Pacheco, acusava Nonoai de ser apenas um “*simulacro de aldeamento*”, reclamava que o diretor geral Andrade Neves havia mandado soltar os indígenas presos em Cruz Alta e havia pessoas os acobertando⁸⁵¹. Andrade Neves respondeu às acusações afirmando que havia solicitado apenas a soltura de mulheres e crianças que estavam sofrendo uma injusta prisão. De fato, fazia meses que estas famílias se encontravam recolhidas à cadeia. A respeito de Manuel Grande, que se encontrava foragido, o diretor se escusava, afirmando que ele nunca quis se aldear, e por isso fugia do controle dos indigenistas.

No entanto, a opinião de que o aldeamento de Nonoai não cumpria com os objetivos de civilizar os índios e transformá-los em agricultores era compartilhada por outros conhecedores da aldeia. Um dos subdelegados da região afirmava que os indígenas eram muito mais adeptos aos instrumentos de guerra do que aos de cultivo:

(...)em Nonoai (...) a exceção da gente de Prudente e Fongue, toda o mais está não no primeiro estado da natureza, porém cheios de vícios. Seu único garbo é fazer-se celebres no manejo da faca, da lança pistola ou espada ao passo que olham para a foice, machado e enxada com desprezo⁸⁵².

Diante dos acontecimentos, a própria presidência da província desacreditava a ideia do aldeamento geral. O Barão de Muritiba afirmou que a reunião dos indígenas nunca se efetudara realmente e que, no seu entender, não deveria mais se tentar, pois, habitando em separado era possível que se evitassem os tristes efeitos das rivalidades⁸⁵³.

Enquanto isso, os grupos do cacique Antônio Prudente e de Doble continuavam buscando os foragidos acusados de participar da chacina em Erechim. Em junho de 1856,

⁸⁵⁰ AHRS. FI. M3. Carta reservada de José Joaquim de Oliveira para José Joaquim de Andrade Neves, a respeito do diretor dos índios do Paraná, Francisco Rocha Loures. Nonoai, 09/07/1856.

⁸⁵¹ AHRS.FI.M3. Despacho de Manuel Carvalho e outros e resposta do diretor geral dos índios Andrade Neves sobre as medidas tomadas a respeito dos eventos de Três Serros. Rio Pardo, 03/06/1856.

⁸⁵² AHRS.FI.M3. Carta de Manuel Pacheco de Carvalho enviado ao diretor dos índios José Joaquim de Andrade Neves detalhando tudo o sucedido no ataque a fazenda de Três Serros e as perseguições aos supostos assassinos. Passo Fundo, 11/03/1856.

⁸⁵³ BND.HD.RPP. Relatório com que o presidente Conselheiro Barão de Muritiba (Vieira Tosta) entregou a presidência da província do Rio Grande de São Pedro ao presidente, Comandante de armas e General Jerônimo Francisco Coelho. 28/04/1856.1ªEd.

dois homens foram mortos e algumas mulheres indígenas foram encarceradas, entre elas meninas⁸⁵⁴. Rosa, que fora acusada de participar do esfaqueamento de Clementino dos Santos Pacheco, conseguiu escapar. O delegado a considerava “*a mais criminosa de todas*”, corroborando a visão da viúva de que as mulheres indígenas tinham tido um papel ativo nos conflitos pela terra. Dentre as presas, estava a indígena Rita, que fora empregada da casa de Bernardo Castanho, e era acusada de fornecer armas aos assassinos. Ela confirmou a versão de que a “*mulata*” Maria Camila era a mandante dos crimes⁸⁵⁵. É interessante observar que, mais uma vez, quando foi colhido um depoimento feminino ele dava destaque à participação das mulheres. Possivelmente, se tivéssemos mais fontes escritas por ou a partir dos testemunhos de mulheres poderíamos demonstrar sua verdadeira relevância para a conformação das políticas indígenas. Essa infelizmente não é a realidade, se houve a invisibilização dos homens indígenas, a das mulheres é ainda mais forte.

Ainda em julho de 1856, um novo episódio de violência ocorreu. Algumas mulheres indígenas e o irmão do cacique Fongue, que já era um idoso, estavam colhendo pinhão afastados do aldeamento, quando foram emboscados pelo grupo de Agostinho e Manuel Grande. Eles mataram o velho nesta emboscada⁸⁵⁶. Pouco tempo depois, Agostinho e Inácio, filhos de Manuel Grande, foram presos e conduzidos à cadeia, onde confessaram esse crime e o assassinato de Clementino dos Santos Pacheco⁸⁵⁷. O próprio Manuel Grande foi morto junto com um filho seu no final do ano de 1857, em uma emboscada feita no Mato Castelhana por doze indígenas de Nonoai capitaneados pelo subdelegado de Passo Fundo. Ainda restavam foragidas três pessoas de seu grupo⁸⁵⁸.

Com as prisões dos principais acusados dos assassinatos em Erechim, parecia que estavam encerrados o morticínio e as vinganças, mas as consequências geradas pela disputa de terras deixaram fraturas irreversíveis na comunidade de Nonoai. Vitorino Condá, que ainda figurava com principal chefe do “*toldo de cima*” de Nonoai, encontrava-se desgostoso com o tratamento que estava recebendo por parte dos administradores da

⁸⁵⁴ AHRS.FI.M3. Resumo dos ofícios do diretor da aldeia de Nonoai José Joaquim de Oliveira. Julho de 1856.

⁸⁵⁵ AHRS. FI. M3. Carta do subdelegado de polícia Joaquim Fagundes dos Reis para reservada de José Joaquim de Oliveira sobre a prisão das índias Rita e outras. Capão Alto, 09/07/1856.

⁸⁵⁶ AHRS.FI.M3. Resumo dos ofícios do diretor da aldeia de Nonoai José Joaquim de Oliveira. Julho de 1856.

⁸⁵⁷ AHRS.FI.M3. Carta de José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios, ao presidente Jerônimo Francisco Coelho, sobre a prisão dos indígenas Agostinho e Inácio. Rio Pardo, 30/10/1856.

⁸⁵⁸ AHRS.FI.M3. Comunicado da morte de Manuel Grande de José Joaquim de Andrade Neves ao presidente da província Ângelo Munis da Silva Ferraz. 26/11/1857.

política indigenista. Por intermédio de seu antigo aliado, João Cipriano da Rocha Loures, o cacique comunicou que estava incomodado com o atraso de seu soldo, direito que ele conquistara há mais de dez anos quando fizera as primeiras introduções de indígenas no aldeamento. Porém, sua principal reclamação era que Antônio Prudente, havia recebido o título de Major, e por isso estava “*ufano e de sobremodo entusiasmado*” e não se reportava mais a Condá. Visando resolver essa situação, pedia-se que fosse dado o mesmo título ao cacique Vitorino. Lembremos aqui que a questão transcende o mero reconhecimento do cacique Prudente como bom militar e aliado contra os indígenas insubordinados. Prudente era filho de Fongue, cuja rivalidade com Condá era antiga, e sua nova patente militar demonstrava uma prevalência dos indígenas da antiga aldeia de Guarita sobre os de Nonoai.

Antes mesmo que se resolvesse pela titulação do cacique, Condá retirou-se com seu grupo em direção a Palmas. Também “*retornavam aos matos*” os que haviam pertencido ao grupo do cacique Nonoai, por encontrarem-se desgostosos da administração do aldeamento e os de Cunhafé, que saíram do aldeamento, mas retornaram tempos depois⁸⁵⁹. Podemos observar que, de fato, o projeto do aldeamento geral em Nonoai estava em ruínas, tanto pelo desinvestimento dos agentes públicos, quanto pelas disputas causadas, majoritariamente, pela questão fundiária.

Quando reassumiu a direção, José Joaquim de Oliveira escreveu a Condá pedindo que voltasse ao aldeamento que assim receberia o título de Major e os soldos em atraso. O cacique respondeu que não retornaria, porque se sentia “*desprezado*”, pois mesmo tendo dado início ao aldeamento, nem o soldo prometido estava recebendo. Apesar de não mencionar diretamente o título de major, reiterava a informação de que era o cacique Prudente que não desejava ver⁸⁶⁰.

Os documentos informam que Condá tinha firmado um acordo com os administradores da província do Paraná para catequizar os índios do Payqueré, direcionando-se com uma força para a região do Chagú⁸⁶¹. O diretor de Nonoai estava apreensivo com a presença de Condá nas matas, pois, naquele momento o grupo de

⁸⁵⁹ AHRS.FI.M3. Carta de José Joaquim de Oliveira para José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios, sobre a ida de Vitorino Condá e outros indígenas para Palmas. Guarita, 08/04/1856.

⁸⁶⁰ AHRS.FI.M3. Carta do cacique Vitorino Condá informando o diretor de Nonoai, José Joaquim de Oliveira que não retornaria aquele aldeamento porque não quer encontrar Prudente. Chapecó, 10/09/1856.

⁸⁶¹ AHRS. FI.M3. Carta de Pedro Ribeiro de Souza para o diretor de Nonoai, José Joaquim de Oliveira, sobre as intenções de Vitorino Condá de ir para Guarapuava e um precatório de Cruz Alta convocando os indígenas. Chapecó, 10/09/1856.

Manuel Grande ainda estava à solta e havia boatos de que os indígenas de Nonoai se reuniam no passo do Goio-Ên para “*engrossar a horda dos assassinos*”.

O diretor Oliveira acusava os administradores do Paraná de seduzirem os índios para passar para lá, tendo um deles ido à aldeia de Nonoai com outros pretextos, mas na verdade buscando formar alianças com outros grupos para migrarem. Lembremos que o diretor dos índios do Paraná era Francisco da Rocha Loures, pai de João Cipriano e aliado de Condá desde a primeira expedição vinda da província de São Paulo para aldear os kaingangs do sul em 1845. Em Chapecó, também havia apreensão pela presença de Condá, pois por ali ele tinha rixas com o antigo aliado o cacique Viry, e o administrador dos índios dizia que o melhor seria que Condá se encaminhasse a Guarapuava⁸⁶². Portanto, a saída de Condá do aldeamento de Nonoai causava apreensão em vários agentes da política indigenista na porção sul, já bastante conflagrada pelas diversas invasões de terras dos aldeamentos.

Chegado o ano de 1858 os relatos eram de que reinava paz em Nonoai. O Cacique Fongue e o Cacique Jacinto, filho de Vitorino Condá, organizavam juntos os serviços de manutenção das estradas e os indígenas estavam satisfeitos com o pagamento dos soldos que os permitiam comprar vestimentas para as famílias, a colheita de milho ia bem, a criação de porcos, galinhas, gado e cavalo prosperava. Além disso a erva mate, produto tão importante para os guaranis, continuava sendo extraída em boa quantidade também pelos kaingang⁸⁶³. A população estava bastante reduzida após a evasão de tantos grupos da aldeia, foram contabilizados naquele ano 566 indígenas em Nonoai⁸⁶⁴.

No entanto, as rusgas desencadeadas pelas disputas de terra, que aprofundaram a rivalidade entre os grupos de Fongue e Condá seguiam latentes. No ano de 1859, as atitudes do cacique Jacinto Manoel Vitorino, herdeiro de Condá e líder daquela parcialidade em Nonoai, denotavam que as disputas por poder voltavam a se avultar. Jacinto solicitava ir à corte conhecer o Imperador, assim como fizera Antônio Prudente, filho de Fongue, em 1851. O beija mão do soberano no Rio de Janeiro, era uma forma do líder de selar a aliança com os não indígenas e fortalecer seu poder frente a “*toda tribo Fongue*” de quem era inimigo. O diretor Oliveira não achava necessária a viagem, e

⁸⁶² AHRS. FI.M3. Carta de Pedro Ribeiro de Souza para o diretor de Nonoai, José Joaquim de Oliveira, sobre as intenções de Vitorino Condá de ir para Guarapuava. Chapecó, 18/06/1856.

⁸⁶³ AHRS. FI. Maço 4, Diretoria geral dos índios, Relatório Geral do Estado dos Aldeamentos, confeccionado por José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios. Rio Pardo, 01/09/1858.

⁸⁶⁴ AHRS, FI., M4. Mapa dos índios por sexo e Aldeamentos de 1858, confeccionado por José Joaquim de Andrade Neves. diretor geral dos índios. Rio Pardo, 01/09/1858.

acreditava que Jacinto Vitorino ficaria satisfeito se recebesse o título de Major e um soldo para perseguir os indígenas que haviam atacado colonos alemães na Picada Feliz⁸⁶⁵. Entretanto, a medida não foi capaz de conter a cizânia que se instalou entre as parcialidades e que abriu espaço para um novo líder, o auto-intitulado “*índio mestiço*” Antônio Sagas Carim.

O que se sucedeu foi o assassinato de um indígena de Nonoai quando ia levar uma tropa de mulas para o Paraná. Os acusados do crime eram os índios de Palmas⁸⁶⁶. Em retaliação, os indígenas de Nonoai, aparentemente liderados pelo capitão Antônio Prudente, mataram o capitão Jacinto José Moreira Maçã e Salvador Petiz⁸⁶⁷. Jacinto era oriundo de Palmas e chefe do toldo de baixo de Nonoai, aquele que sempre fora de domínio de Condá e sua família. Assim, os indígenas aliados de Vitorino Condá e Viry vieram do Paraná para confrontar os do grupo de Fongue⁸⁶⁸.

O estado de alarme no aldeamento foi total. Antônio Sagas Carim tomou a dianteira do processo de pacificação e foi tornado “*capitão de toda a indiarada do toldo de baixo*”. O diretor de Nonoai pediu que cacique Prudente fosse retirado da aldeia e engajado a algum destacamento do exército na Campanha, pois assim haveria alguma chance de evitar novos morticínios⁸⁶⁹. Em outubro de 1859, o Major Prudente foi preso em Passo Fundo⁸⁷⁰.

Contudo, em 1861, aquele Major indígena permanecia nas redondezas de Nonoai. Ele pediu para Tiburcio Alvares de Siqueira Fortes, que posteriormente se tornou diretor dos aldeamentos da região de Passo Fundo, escrever em seu nome ao diretor José Joaquim de Oliveira solicitando não ir para Porto Alegre, pois seu soldo era muito diminuto e, segundo o indígena, isso não “*chega nem para charutos*” na custosa cidade. Solicitava ficar na Palmeira, ou seja, nas proximidades do antigo arranchamento de Guarita e elencava as desavenças que o colocaram em desgraça: as com Vitorino Condá e com os

⁸⁶⁵ AHRS. FI. M.4, DGI. Carta do Diretor da Aldeia de Nonoai, José Joaquim d’Oliveira, para o Diretor Geral dos índios sobre benefícios solicitados por Jacinto Manoel Vitorino. Nonoai, 17/05/1859.

⁸⁶⁶ BND.HD.RPP. Relatório do presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, à assembleia provincial. 05/11/1859. 2º ed.P.53

⁸⁶⁷ AHRS.FI.M4. Carta de Inácio José Sagas Carim, índio mestiço ao Tenente Coronel José Joaquim de Oliveira. Nonoai, 15/06/1859.

⁸⁶⁸ BND.HD.RPP. Relatório do presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, à assembleia provincial. 05/11/1859. 2º ed.P.53

⁸⁶⁹ AHRS.FI.M4. Carta do Diretor de Nonoai José Joaquim de Oliveira para o Diretor Geral José Joaquim de Andrade Neves sobre transferência do Cacique Prudente. Nonoai, 17/06/1859.

⁸⁷⁰ Comunicado de prisão do Major cacique Prudente em Passo Fundo, pedido de gratificação ao índio mestiço. Rio Pardo, 11/10/1859.

Portela⁸⁷¹. De fato, ele permaneceu por um tempo liderando vinte famílias arranchadas à revelia das decisões da Diretoria dos índios⁸⁷². Estava desfeita assim, definitivamente, 00a reunião de todos os kaingangs em Nonoai. Os únicos que haviam de fato ido para Nonoai, retornaram para Guarita. Em novembro de 1861, Antônio Prudente faleceu de tísica pulmonar⁸⁷³.

3.2.4 A Guerra do Paraguai e aldeamento de Inhacorá: O Cacique Fongue deixa de ser um aliado

*Os índios existentes no município de Santo Ângelo sublevaram-se, ameaçaram o povo, estão destruindo ervais e plantações particulares, negam-se a obediência.*⁸⁷⁴

Após a morte de seu filho Prudente, o velho cacique Fongue recebeu o título de Major e o soldo que pertencera ao filho, por ser considerado “*muito bom índio e muito estimado por seus companheiros*”⁸⁷⁵. A aliança entre a política indígena e indigenista parecia refeita, tanto que Fongue foi, naquele início dos anos de 1860, em algumas expedições que buscavam convencer outros caciques a se aldear em Nonoai ou perseguir indígenas que permaneciam “nômades”.

Mas, em 1865, o equilíbrio de Nonoai se rompeu novamente como consequência da Guerra do Paraguai. O projeto de recrutar os indígenas de Nonoai apareceu um ano antes, quando o diretor José Joaquim de Oliveira informou que poderia formar uma companhia de lanceiros com sessenta kaingangs dispostos a lutar pelo Brasil no conflito. De fato, pouco tempo depois, estes soldados se voluntariaram para marcharem para fronteira. Aguardavam apenas o envio de cavalos e lombilhos para se juntarem a Companhia que estava acampada em Cachoeira do Sul⁸⁷⁶.

⁸⁷¹ AHRS.FI.M4. Carta de Tiburcio Alvares de Siqueira Fortes escrita a pedido do Cacique Antônio Prudente solicitando ao diretor José Joaquim de Oliveira para não ir a Porto Alegre. 24/06/1861.

⁸⁷² AHRS. FI. M4. Carta do diretor de Nonoai sobre o cacique Antônio Prudente que está arranchado em Palmas com mais 20 famílias. Pede providências. Nonoai, 08/08/1861

⁸⁷³ AHRS.FI.M4. Carta do Diretor geral dos índios José Joaquim Andrades Neves ao Vice-pres. da província Comendador Patrício Correia da Câmara comunicando o falecimento do Cacique Antônio Prudente (de tísica pulmonar, no dia 28 de novembro)- Diretoria geral dos índios em Rio Pardo, 11/12/1861.

⁸⁷⁴ AHRS.FI.M4. Telegrama de João Batista Vidal de Almeida Pilar para o presidente da província comunicando a sublevações dos indígenas em Santo Ângelo. Cruz Alta, 06/04/1878.

⁸⁷⁵ AHRS. FI. M4. Carta de José Joaquim de Andrades Neves, Diretor geral dos índios O Desembargador Francisco d’ Assis Pereira da Rocha, Presidente da Província. Pedido para conceder o título de Major a Capitão Fongue. Rio Pardo, 24/04/1862.

⁸⁷⁶ AHRS.FI.M4. Carta de José Joaquim de Oliveira ao diretor interino dos índios a respeito dos indígenas que vão para a guerra. Nonoai, 22 de dezembro de 1864 e AHRS.FI.M4. Carta de Joaquim José da F. S.

No entanto, os planos de engajamento foram abortados após a passagem de desertores pelo aldeamento. Dois soldados, vindos de Paysandú, disseram aos índios que se estes fossem para a guerra morreriam “*não de balas, de fome e sede*”. De fato, a fome, o consumo de água contaminada e as más condições sanitárias causadoras de doenças, contribuindo para a alta mortalidade durante o conflito⁸⁷⁷. Diante daquelas notícias, os indígenas não apenas desistiram de ir para a guerra como saíram de Nonoai. Os do toldo de baixo, liderados por Sagas, se retiraram do aldeamento, fugindo para o passo do Goio-Ên; já os liderados por Fongue se encaminharam para Palmeira, antiga aldeia de Guarita⁸⁷⁸. Tempos depois Sagas retornou, mas, apesar das várias tentativas, o grupo de Fongue nunca mais se aldeou em Nonoai.

Após a desistência inicial de Sagas e Fongue de liderarem seus grupos para a guerra, os indígenas Antônio Portela, Manoel Feliciano e Manoel da Silva se comprometeram com o presidente da província e comandante em armas Visconde da Boa Vista, a reunir de 150 a 200 voluntários indígenas para engajarem-se no exército. Eles serviriam a infantaria montada sobre as ordens do Capitão Tibúrcio da Siqueira Fortes para marcharem para o *front* da Guerra do Paraguai. Antônio Portela foi nomeado capitão, Feliciano tenente e Manoel da Silva alferes da Companhia que seria formada. No memorial que relata as intenções de engajamento dos indígenas, foi destacado que Portela, assim como outros 60 kaingangs de Nonoai tinham servido em 1851. Lembremos que isso se deu no contexto da guerra contra Rosa, na qual aqueles indígenas de fato serviram ao exército, mas não chegaram a realizar combates na Argentina porque chegaram tarde na reunião das tropas⁸⁷⁹.

O documento foi escrito pelo comandante Francisco Modesto Franco, e foi intitulado erroneamente como um memorial apresentado pelos “*guaranis*”, erro repetido outras vezes ao longo do texto. No entanto, o mesmo documento aponta em vários momentos que os indígenas pertencem a “Tribu Fongue”, ou seja, eram kaingangs⁸⁸⁰. É provável que esta confusão tenha sido feita pelo autor da carta, pois, ele havia sido

Pinto para o presidente Visconde da Boa Vista com um resumo dos últimos fatos relativos aos indígenas, inclusive o recrutamento. Rio Pardo, 21/08/1865.

⁸⁷⁷ DOURADO, Maria Tereza Garritano. História social da Guerra do Paraguai: fome, doenças e penalidades. *Albuquerque: revista de História*. Campo Grande v. 3, nº. 6, p.129-150, 2011.

⁸⁷⁸ AHR.S.F1.M4. Carta de José Joaquim de Oliveira ao diretor interino dos índios a respeito da evasão dos indígenas recrutados de Nonoai. Nonoai, 17/02/1865.

⁸⁷⁹ AHR.S.FI.M5. Memorial que apresentam “os guaranis” (Kaingangs) Antônio Portela, Manuel Feliciano, Manoel da Silva escrito pelo comandante Francisco Modesto Franco para o Visconde de Boa Vista, presidente da província, Porto Alegre, 07/08/1865.

⁸⁸⁰ *Idem*.

comandante durante a Guerra dos Farrapos, na qual muitos guaranis se engajaram⁸⁸¹. Além disso, os guaranis seguiram sendo sistematicamente recrutados ao longo do oitocentos, como atestam os relatos de São Nicolau do Rio Pardo, e, portanto, provavelmente compunham as tropas brasileiras que se envolveram na Guerra do Paraguai. Nas tropas paraguaias os indígenas daquela etnia certamente eram a maioria, o que, possivelmente, também contribuiu para uma associação entre os soldados índios e o guarani.

O Cacique Antônio Portela e seus dois companheiros receberam uniformes e armamentos, e foi mandado entregar alguns tecidos para as suas famílias⁸⁸². Mas não temos, até o momento, mais informações sobre quantos indígenas da província de São Pedro foram para a Grande Guerra, nem se retornaram de lá. Como mencionado, a documentação da Diretoria dos índios neste período se tornou mais escassa. A presença de muitos indígenas em tratamento na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre em decorrência dos ferimentos e moléstias adquiridos nas batalhas com o país vizinho atesta que, de fato, estiveram engajados no conflito, porém seria necessária uma investigação mais profunda para dirimir quem eram e suas origens étnicas⁸⁸³.

De qualquer forma, após a passagem dos desertores por Nonoai, o grupo de Fongue não retornou mais para aquele aldeamento. Além das notícias sobre as más condições que viviam os soldados, contribuiu para a retirada do velho cacique o desentendimento com o novo líder Sagas. Outro fator que deve ter colaborado para o abandono do aldeamento foi o falecimento do diretor José Joaquim de Oliveira, que sempre fora um elo importante da aliança de Fongue com o governo provincial, tanto que a ida daquele diretor para Nonoai era uma prerrogativa para a mudança dos indígenas de Guarita. Assim, em 1867, o grupo de Fongue, composto por cerca de trezentos indígenas, voltou a viver no distrito de Palmeira, onde ficava sua primeira aldeia⁸⁸⁴.

Além de fugir dos conflitos, o retorno à Guarita possibilitou aos indígenas o acesso aos seus antigos ervais⁸⁸⁵. Em 1869, o governo provincial buscou forçar o retorno ao aldeamento de Nonoai, coibindo os comerciantes de comprar a erva-mate dos indígenas

⁸⁸¹ Ver capítulo 1.4 *O índio guarani...*

⁸⁸² MUSEU MILITAR DO COMANDO MILITAR DO SUL. Livro de correspondências recebidas pelo Arsenal de Guerra de Porto Alegre. Livro 1. Carta do Major diretor do Arsenal de Guerra. Porto Alegre 12/08/1865. Agradeço à colega Paola Laux pela cessão deste documento.

⁸⁸³ ACCSC. Fundo Direção Médica, Matrícula Geral dos Enfermos. Livro 3: 1866-1872.

⁸⁸⁴ AHRS.FI.M4. Informações do diretor José Joaquim de Oliveira sobre o retorno do grupo do cacique Fongue a Guarita. Nonoai, 07/03/1867.

⁸⁸⁵ AHRS.FI.M4. Comunicado do diretor da visita do cacique Fongue a Nonoai, 02/07/1868.

liderados por Fongue, mas a medida não foi efetiva para promover o regresso⁸⁸⁶. No ano seguinte, o grupo do cacique Chico se juntou ao da Palmeira, aumentando o número de indígenas “dispersos”⁸⁸⁷.

Em 1872, o grupo de Fongue mudou-se novamente; foram para o Inhacorá⁸⁸⁸, distrito de Santo Ângelo⁸⁸⁹. Santo Ângelo foi um dos sete povos das missões jesuíticas da margem oriental do Uruguai e abrigara uma grande comunidade guarani até a virada do oitocentos, provavelmente muitos deles permaneceram lá, integrados à comunidade. Os kaingangs devem ter escolhido estabelecer-se no Inhacorá porque havia ervais naquele território e a comercialização dos insumos para o chimarrão tinha se tornado sua principal forma de subsistência.

Por muito tempo Fongue foi tido como uma liderança pacífica e até aliada do poder provincial, mas, naquele momento, seu grupo passou a ser hostil ao contato com os “brancos”. Em 1872, o vigário Antônio Fortunato foi visitar o aldeamento de Inhacorá. Contou que foi muito mal-recebido pelos indígenas e que temeu ser assassinado. Porém, após a distribuição de roupas e alimentos conseguiu abrandar os ânimos, chegando a batizar 39 indígenas e casar 6 deles. Em uma segunda visita, o padre rezou uma missa, que foi assistida pelos coroados junto a outros paroquianos, e batizou mais 45 indígenas. Em contrapartida a aceitação dos sacramentos, os indígenas pediram ao vigário para se estabelecer em um campo nas proximidades, onde havia matos e boa caça. Ameaçavam ir embora caso não conseguissem ficar no local escolhido. Contudo, a Diretoria dos Índios designara um outro terreno na Serra Geral para aqueles indígenas. Diante deste impasse, o vigário Fortunato solicitou auxílio à presidência da província⁸⁹⁰.

O aldeamento de Inhacorá acabou sendo criado, nomeando-se como seu diretor interino Bento Rolim de Moura. Porém, a medida foi insuficiente para aplacar as disputas pelas terras. Em 1876, o capitão Manoel Lucas Annes prestou queixas de que indígenas

⁸⁸⁶ AHRS.FI.M4. Carta do diretor geral interino Manuel Francisco de Oliveira sobre o cacique Fongue. Nonoai, 30/12/1868.

⁸⁸⁷ BND. HD.RPP. Relatório com que o Dr. João Sertório passou a administração desta província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Dr. João Capistrano de Miranda e Castro 29/08/1870. (1ªed)

⁸⁸⁸ Atualmente Inhacorá é um município independente próximo a Santo Antônio. A terra indígena kaingang Inhacorá fica em um município relativamente próximo em São Valério do Sul tendo sido demarcada em 1921, perdendo territórios na década de 1960 e redemarcada em 1991.

Terra Indígena Inhacorá. Portal Kaingang. Disponível em:

http://www.portalkaingang.org/index_inhacora.htm

⁸⁸⁹ BND.HD.RPP. Fala com que o Dr. João Pedro Carvalho de Moraes, presidente da província, abriu a 1ª sessão da 15ª legislatura da assembleia legislativa provincial. (1ª ed.) 01/03/1873

⁸⁹⁰ AHRS.FI.M2. Carta do vigário de Santo Ângelo, Antônio Fortunato, para a presidência da Província. Santo Ângelo, 26/06/1872.

pertencentes ao toldo de Fongue estavam causando estragos em sua fazenda em Monte Alvão⁸⁹¹. Mas, foi 1878, que o conflito explodiu. Em seis de abril daquele ano, o diretor geral dos índios, João Batista Vidal de Almeida Pilar, mandou um telegrama para a presidência com uma mensagem alarmante, na qual avisava sobre a sublevação dos indígenas e a destruição de propriedades:

Os índios existentes no município de Santo Ângelo sublevaram-se, ameaçaram o povo, estão destruindo ervais e plantações particulares, negam-se a obediência. Peço providencias com urgência para evitar graves resultados
Acho-me doente e impossibilitado de montar a cavalo.
De Almeida Pilar⁸⁹²

Entretanto, o relatório apresentado pelo presidente Américo Moura Marcos à Assembleia em janeiro de 1879 contrariava esta versão dos fatos. O documento narra o seguinte: o juiz comissário da região informou que os indígenas de Inhacorá tentaram impedir a demarcação de terras em um local chamado São Jacob, alegando serem donos aqueles campos. Em seguida, o diretor interino do aldeamento, Bento Rolim de Moura, também prestou queixa dos kaingangs, afirmando que tinham assaltado a propriedade de outro fazendeiro, chamado João Rodrigues da Fonseca, e que ameaçaram a ele e ao diretor geral dos índios. Por esse motivo, se exonerou do cargo e solicitou que os indígenas fossem levados para Nonoai, mesmo que para isso fosse necessário “*algum rigor*”.

Diante desta situação pretensamente caótica, a presidência solicitou que o diretor geral dos índios fosse para Santo Ângelo, mas o funcionário não estava bem de saúde e o brigadeiro Portinho acabou ficando com a incumbência de averiguar a situação. A diligência de Portinho constatou que os indígenas de Inhacorá tinham, na verdade, invadido uns matos na propriedade de Rolim, que ficava próxima ao aldeamento, para fazer erva-mate e não tinham atendido a solicitação do proprietário para saírem de lá. Portinho, o delegado de polícia local e o coronel Siqueira Fortes constataram que a notícia da insurreição dos indígenas era falsa⁸⁹³.

É provável que o diretor do aldeamento de Inhacorá, Bento Rolim, diante da ocupação dos indígenas à sua propriedade, tenha exagerado nos relatos dos episódios ocorridos em Santo Ângelo, com o objetivo de promover uma remoção forçada dos kaingangs de lá. A manipulação política de autoridades indigenistas para se apropriar das

⁸⁹¹ BND.HD.RPP. Fala dirigida a assembleia legislativa da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, pelo presidente Dr. José Antônio de Azevedo Castro na 2ª sessão da 16ª legislatura. 20/03/1876 (1ªed.) p.65

⁸⁹² AHRS.FI.M4. Telegrama de João Batista Vidal de Almeida Pilar para o presidente da província comunicando a sublevações dos indígenas em Santo Ângelo. Cruz Alta, 06/04/1878.

⁸⁹³ BND.HD.RPP. Relatório com que o Dr. Américo Moura Marcondes passa a administração da província São Pedro do Rio Grande do Sul para o Dr. Felisberto Pereira da Silva. 26/01/1879. (1ª ed.), p. 74.

terras dos aldeamentos não era excepcional, os casos do ex-diretor João Cipriano da Rocha Loures e do delegado de São Vicente (que veremos a seguir) apontam que muitos eram coniventes, quando não promotores, aos esbulhos de terras. O plano não deu certo, e o aldeamento de Inhacorá resiste até os dias de hoje.

Vemos, portanto, que apesar da intenção do governo provincial de reunir todos os indígenas em Nonoai este projeto foi frustrado, tanto pela preferência de algumas lideranças de manterem-se nas terras que compreendiam como seus domínios, como pela presença dos posseiros, que resultou em distensões entre os próprios indígenas. As sequelas da ocupação das terras nativas calaram fundo no seio das comunidades kaingang. A incitação às perseguições pelos próprios indígenas daqueles que se voltaram contra os posseiros, aprofundou as rivalidades entre os grupos, fraturando a vida comunitária em Nonoai. Ainda assim, a ideia de reduzir todos os indígenas da província a uma única aldeia persistiria nos anos seguintes. Até 1880, repetidas vezes buscou-se reunir os toldos kaingang lá. Até mesmo aos guaranis tentou impor-se a reunião em Nonoai, quando no ano de 1862 foi extinto o aldeamento guarani de São Nicolau do Rio Pardo foi sugerido que os indígenas remanescentes fossem enviados para aquela aldeia kaingang em Passo Fundo.



FIGURA 24- REPORTAGEM DO CORREIO DO POVO DE 1929 SOBRE OS INDÍGENAS DE INHACORÁ.

Em 1929, o Correio do Povo publicou uma reportagem que em que mostrava a ida do cacique Francisco de Oliveira Fongue e outros indígenas a pé a Porto Alegre para reclamar do esbulho das terras em Inhacorá com o presidente do Estado. Demonstrando que a luta dos indígenas pelo território foi constante⁸⁹⁴.

3.2.5. Erechim e o destino das aldeias kaingang's

“terem nascido por aqueles lugares e onde estavam enterrados os ossos de seus pais”⁸⁹⁵.

Depois da trágica vendeta que envolveu as parciaisidades de Nonoai e os fazendeiros da região de Erechim, a aldeia que era conduzida por Pedro Nicafi naquela localidade parecia ter sido abandonada. Os principais envolvidos na disputa fundiária

⁸⁹⁴ Hemeroteca do Arquivo Histórico Municipal de Porto Alegre Moysés Vellinho, Correio do Povo, 23/03/1929. Essa foto foi publicada pela quadrinista e arquiteta Ana Luiza Koehler em suas redes sociais.

⁸⁹⁵ AHR.S.FI.M4. José Joaquim de Oliveira deixa Manoel Francisco de Oliveira no cargo de diretor geral e de Nonoai por estar gravemente doente. Aldeia de Nonoai, 09/12/1867.

estavam mortos ou presos: Manoel Grande, Pedro Nicafi, os Portela, Agostinho, Clementino dos Santos Pacheco, Maria, Rita, Bernardo Castanho. Os dois principais caciques de Nonoai tinha se retirado de lá. Vitorino Condá para o Paraná, Fongue para Guarita. Seus filhos não conseguiram forjar uma unidade sólida na aldeia kaingang. Antônio Prudente, herdeiro de Fongue faleceu em 1861. Jacinto Manoel Victorino, filho de Condá, perdeu a chefia do toldo de baixo para o “*índio mestiço*” Sagas, que também veio a falecer em 1868⁸⁹⁶.

Ainda que não haja relatos anteriores de que o grupo de Doble ou de Braga estivessem na região de Erechim, a localidade ficava no “meio do caminho” entre Nonoai e Vacaria, zona que circulavam os grupos liderados por aqueles caciques. Em 1863, ainda se tentava recolher o grupo de Doble para Nonoai. Na opinião do diretor Oliveira, que visitara Santa Isabel esse projeto não era viável, pois considera os indígenas “*mal-acostumados*” e que era difícil privá-los dos “*roubos e correrias e mesmo contê-los aldeados, sem que sejam coagidos por força*”. Entretanto, acreditava na possibilidade de fazer uma aldeia no campo de Erebangó⁸⁹⁷, nas proximidades de Erechim, pois aqueles kaingangs tinham alguma afeição pelo local e ele não possuía um proprietário legítimo⁸⁹⁸.

Chegado o ano de 1864, o diretor de Santa Isabel, Antônio de Moraes Branco, enviou uma carta ao presidente da província na qual reconhecia os caciques Doble e Chico como senhores de dois campos e faxinais próximos ao rio denominado pelos kaingang de Goej (o rio Uruguai), pois tais campos eram “*desde tempo imemorial depósito dos restos mortais de seus maiores*”. Aqueles terrenos pretendidos pelos caciques vinham sendo invadidos por indivíduos que objetivavam extrair dali erva-mate, o que gerava conflitos com os indígenas. Segundo o diretor, Doble e Chico há muito tempo queriam tirar dali com violência os invasores, mas foram persuadidos pela promessa de que o governo iria fazer com que eles continuassem a usufruir o que “*por direito sagrado lhes pertence*”. Moraes Branco pediu fosse passada uma escritura daqueles terrenos, assim eles poderiam ser vendidos caso os indígenas concordassem⁸⁹⁹.

⁸⁹⁶ AHRS.FI.M4. Comunicado do diretor geral interino Manoel Francisco de Oliveira ao presidente de que o cacique Inácio José Sagas faleceu. Nonoai, 10/06/1868.

⁸⁹⁷ Hoje, Erebangó é um pequeno município do planalto gaúcho. Na fonte consta como Urubangue próximo a Iraxi.

⁸⁹⁸ AHRS.FI.M4. Carta do diretor José Joaquim de Oliveira ao diretor interino José Joaquim da Fonseca sobre o não recolhimento de Chico e Doble a Nonoai. Nonoai, 02/05/1863.

⁸⁹⁹ AHRG. FI. M2. Carta de Antônio de Moraes Branco para o presidente da província João Marcelino de Souza Gonzaga a respeito de terrenos pertencentes aos indígenas. Colônia Militar Caseros no Mato Português, 08/11/1864.

No ano de 1867, a questão dos terrenos próximos de Erechim voltou a ser debatida. Naquele momento, havia sido promulgada uma lei de extinção dos aldeamentos e, mais uma vez, o poder provincial tentava trazer os indígenas de Santa Isabel para Nonoai. O diretor José Joaquim de Oliveira, já muito doente, reafirmava que suas tentativas de transladar o grupo foram infrutíferas pois os indígenas afirmavam que permaneceriam no local onde tinham nascido e “*onde estavam enterrados os ossos de seus pais*”⁹⁰⁰. O cacique Doble já tinha falecido e era, provavelmente, um dos ancestrais kaingang sepultado no local. Diante disso, o padre Antônio Morais Branco propunha que os coroados dos Campos de Cima da Serra fossem transladados para Erechim, pois considerava que aquele campo, assim como dois contíguos a ele, o de Erebangó e Campo Erê, como propriedades indígenas⁹⁰¹. Oliveira contestou essa opinião, dizendo que Erechim, assim como o faxinal de Erebangó, eram propriedades particulares, sendo apenas o Campo Erê um terreno devoluto, mas como não possuía águas seria inadequado para a formação de um aldeamento⁹⁰². Por fim, de fato, os índios de Santa Isabel não foram para Erechim, mas a contenda sobre aquelas terras prosseguiu.

Em 1868, o diretor José Joaquim de Oliveira faleceu, ficou em seu lugar Manuel Oliveira, que afirmou não ter informações sobre o aldeamento de Santa Isabel⁹⁰³. No ano seguinte todos os aldeamentos da província foram oficialmente extintos, restando oficialmente apenas Nonoai. No entanto, os indígenas remanescentes do grupo do cacique Doble e do cacique Chico continuaram vivendo pela região dos Campos de Cima da Serra. O próprio diretor Manuel Oliveira contabilizou que existiam mais de 800 indígenas que pertenciam aos extintos aldeamentos e que estavam dispersos por vários locais da província⁹⁰⁴.

Neste período as informações sobre todos os grupos indígenas do Rio Grande de São Pedro tornaram-se escassas. No ano de 1870, tendo sido extintos os aldeamentos, o Cacique Chico foi buscar abrigo junto aos indígenas do cacique Fongue nas imediações do antigo aldeamento de Guarita⁹⁰⁵. Outros indígenas seguiam dispersos e havia o temor

⁹⁰⁰ AHRS.FI.M4. Carta do diretor geral interino José Joaquim de Oliveira. Nonoai, 12/06/1867.

⁹⁰¹ Caporé e Arembangue no original. Campo Erê hoje é um distrito de Erechim e Erebangó um município nas proximidades.

⁹⁰² AHRS.FI.M4. Carta de José Joaquim de Oliveira ao presidente da província sobre a propriedade dos campos em Erechim, faxinal de Arimbangue e Campo Erê. Aldeia de Nonoai, 14/12/1867.

⁹⁰³ AHRS.FI.M4. Comunicado o envio do relatório sobre Nonoai e diz não ter informações sobre Santa Isabel. 14/11/1868

⁹⁰⁴ AHRS.FI.M4. Informações dadas pelo diretor interino Manuel Francisco de Oliveira ao presidente Antônio da Costa Pinto a pedido do Ministério da Agricultura. Nonoai, 16/02/1869.

⁹⁰⁵ BND. HD. RPP. Relatório com que o Dr. João Sertório passou a administração desta província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Dr. João Capistrano de Miranda e Castro 29/08/1870. (1ªed), 174p.

de ataques às colônias alemãs da serra e do planalto. Visando “*chamar os indígenas ao grêmio da civilização e fazê-los respeitar os habitantes daquelas linhas*”, o presidente da província autorizou a formação de uma milícia composta por quinze colonos que percorreu as matas da colônia de Feliz, Soledade, Nova Petrópolis, passando pelo local denominado Campo dos Bugres, atual município de Caxias do Sul, e encontrando neste último sítio apenas vestígios da estadia de um grupo que já partira⁹⁰⁶. Trinta anos depois das primeiras investidas contra os kaingang que circulavam pela província pouco havia se transformado nas táticas de assimilação tentadas pelo poder provincial. O fracasso da política de aldeamentos significou a retomada das perseguições aos indígenas que teimavam em permanecerem seus territórios. É certo que neste momento, ao menos no discurso, havia um tom menos belicoso em relação ao tratamento que deveria ser dispensado aos kaingang, no entanto, a política persecutória seguiu em sua essência.

As reclamações dos moradores contra os indígenas chegaram ao Ministério da Agricultura, que enviou um pedido de informações sobre os aldeamentos e grupos indígenas existentes, solicitando providências ao governo provincial. Apesar deste levantamento não ter sido encontrado por mim, é possível observar que lentamente se retomou a política de aldeamento. Em 1873, iniciaram as providências para reunir os indígenas do grupo de Fongue e Chico em Santo Ângelo, aldeamento que viria a se chamar Inhacorá⁹⁰⁷. Em 1876, o então diretor geral dos índios, Vidal de Almeida Pilar, percorreu a província citando que existiam aldeamentos indígenas em Campo do Meio, Caseiros, Pontão, Nonoai e Inhacorá⁹⁰⁸. Contudo, as informações mais detalhadas que devia dar ao Ministério da Agricultura se perderam ou nunca foram enviadas.

Mas, vinte anos depois da guerra iniciada pela disputa com Clementino dos Santos Pacheco pelas terras do aldeamento de Erechim seguiam em conflito, e os indígenas permaneciam naquela área. Em 1876, o diretor Vidal de Almeida Pilar, encaminhou-se à fazenda denominada Quatro Irmãos, que pertencia a família dos Santos Pacheco, para tentar convencer os coroados que viviam ali de não se “*assenhorem*” da propriedade⁹⁰⁹. O próprio procurador da Fazenda dos Quatro Irmãos admitia que os limites da fazenda

⁹⁰⁶ *Idem*.

⁹⁰⁷ BND.HD.RPP. Fala com que o Dr. João Pedro Carvalho de Moraes, presidente da província, abriu a 1ª sessão da 15ª legislatura da assembleia legislativa provincial. (1ª ed.) 01/03/1873. P. 26

⁹⁰⁸ AHRS.FI.M4. Carta do diretor geral dos índios João Batista Vidal de Almeida Pilar ao presidente José Antônio de Azevedo Castro, sobre a diligência feita nos aldeamentos da província e o atraso no relatório. 15/02/1876

⁹⁰⁹ AHRS.FI.M4. Carta do comandante da Guarda Nacional de Cruz Alta Coronel João Batista Vidal de Almeida Pilar ao presidente José Antônio de Azevedo Castro, sobre a visita aos indígenas de Campo do Meio. Cruz Alta, 11/01/1876

eram obscuros, e que a parte onde estavam arranchados os índios só havia sido anexada à propriedade dos Santos Pacheco depois da demarcação. Aconselhava que o terreno fosse comprado dos indígenas, pedindo ao diretor geral que levasse a proposta de aquisição aos kaingang⁹¹⁰. Esse era sem dúvida um reconhecimento do domínio dos nativos sobre suas terras ancestrais.

Apesar deste reconhecimento, o procurador da fazenda Quatro Irmãos voltou atrás. No relatório apresentado à assembleia naquele ano, o presidente afirmou que o representante dos proprietários era contrário à permanência do cacique Domingos de Oliveira e mais vinte indígenas que estavam em Erechim⁹¹¹. O grupo seguiu resistindo. Em 1880, ainda estavam em Quatro Irmãos. Os vizinhos reclamavam que os índios estavam ameaçando suas propriedades e vidas. Por isso, o governo autorizou que a polícia fosse até aqueles campos obrigar os indígenas a abandonar a fazenda⁹¹². Apesar desta violenta retirada, no ano seguinte, os indígenas estavam novamente arranchados nas cercanias de Erechim⁹¹³.

Em 1882, a presença dos indígenas voltou a incomodar o poder provincial. Eles estavam reunidos em Erechim na propriedade de Quatro Irmãos e eram acusados de fazer “*correrias*”, “*tomar terras*” e invadir “*propriedades particulares*”. Os kaingang teriam ocupado parte da propriedade de Dom Ramon Rico, no Campo do Meio e, por isso, mais uma vez, a polícia foi acionada para tirá-los de lá⁹¹⁴. O objetivo da política indigenista seguia sendo o mesmo das décadas anteriores, levar o grupo de mais de cem pessoas lideradas por Domingos para Nonoai, mesmo que para isso fosse necessário empregar “*meios enérgicos*”⁹¹⁵. O Campo do Meio, local que sempre abrigou populações indígenas durante aquele século, voltava a ser alvo de disputas. Não sabemos o desfecho das expropriações sofrida por aqueles indígenas. Mas, no final do período imperial, Erechim

⁹¹⁰ FOTO SAM_8396 e 8397 AHRS.FI.M4. Carta de Manuel de Oliveira, procurador da fazenda de Quatro Irmãos a Batista Vidal de Almeida Pilar sobre a compra de um terreno dos índios nesta fazenda. Passo Fundo, 31/12/1875.

⁹¹¹ BND.HD.RPP. Fala dirigida a assembleia legislativa da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, pelo presidente Dr. José Antônio de Azevedo Castro na 2ª sessão da 16ª legislatura. 20/03/1876 (1ª ed.)

⁹¹² BND.HD.RPP. Relatório com que o Dr. Carlos Thompson Flores, passou a administração da província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Dr. Antônio Corrêa de Oliveira, 3º vice-presidente, e este ao Dr. Henrique d’Ávila e fala na legislatura da Assembleia provincial. 15/04; 19/04; 01/05/1880.p. 39.

⁹¹³ BND.HD.RPP. Relatório do Dr. Henrique d’Ávila, publicado como anexo da fala à Assembleia provincial em 7 de março de 1881. 04/03/1881 (1ª ed) p.37

⁹¹⁴ BND.HD.RPP. Relatório com Dr. José Leandro de Godoi e Vasconcelos passou a administração da província de São Pedro do Rio Grande do Sul a Leopoldo Antunes Maciel – 09/09/1882 (4ª ed)

⁹¹⁵ AHRS.FI.M4. Carta do diretor geral dos índios Atanagildo Pinto Martins para o presidente José Júlio de Marques Barros reclamando dos procedimentos de Rocha Loures e outros assuntos. Palmeira, 17/11/1883.

constava com um dos aldeamentos da província, ainda que, por ser “*entranhado na serra*” e os caminhos que levam para lá fossem “*quase intransitáveis*”, não constassem estatísticas do aldeamento⁹¹⁶. Já no período republicano, em 1911, a terra indígena de Erebang, próximo de Erechim, foi demarcada, sendo chamada de Toldo Ventarra e permanecendo povoada pelos kaingangs até os dias de hoje⁹¹⁷.

Os conflitos fundiários também prosseguiram em Campo do Meio, onde os kaingangs estavam sendo fustigados pelos habitantes do lugar a sair dali para que aquelas terras fossem consideradas devolutas⁹¹⁸. Em 1879, a colônia militar de Caseiros foi extinta, e, porque em suas imediações se achavam muitos indígenas, foi nomeado Davi Antônio de Oliveira para os dirigir. No ano de 1880, foi contabilizado que a “*tribo Doble*”, alojada no Pontão, tinha 200 membros, no Campo do Meio encontravam-se 90 indígenas e em Caseiros 140. Além disso, havia 50 indígenas nos Campos de José Bueno⁹¹⁹, que ficava no município de Lagoa Vermelha. No ano seguinte, foi confeccionado um mapa que deveria mostrar mais informações sobre os assentamentos de Lagoa Vermelha e Campo do Meio, mas trouxe poucas notícias sobre os indígenas, apenas constatou a existência de 45 residências, ou “fogos”, e que se plantava milho e feijão⁹²⁰

Em 1886, sem que saibamos maiores detalhes, novos povoados índios surgiram, entre eles o de Forquilha, localizado nos Campos de Cima da Serra. Em 1888, outros aldeamentos foram mencionados: Erechim, Campo do Meio, Mato Castelhana, Barracão, Nonoai, Pinheiro Ralo, Santa Rosa, Estiva e Guarita⁹²¹. Um relatório de 1889 mencionou a existência de duzentos indígenas nos aldeamentos da região de Lagoa Vermelha⁹²². Portanto, a despeito de toda a violência dos processos desencadeados pela disputa de terras, os kaingangs lograram permanecer nos territórios que lhes eram caros. Ao

⁹¹⁶ BND.HD.RPP. Relatório com que o Dr. Rodrigo de Azambuja Villanova passou a administração da província do Rio grande de São Pedro do Rio Grande do Sul para o Barão de Santa Tecla, 1ª vice-presidente, 09/10/1888, (1ª ed.) p.120

⁹¹⁷Terra Indígena Ventarra. Portal Kaingang. Disponível em:

http://www.portalkaingang.org/index_inhacora.htm http://www.portalkaingang.org/index_ventarra.htm

⁹¹⁸ BND.HD.RPP. Fala com que Carvalho de Moraes, presidente da província, abriu a sessão da assembleia legislativa provincial. (1ª ed.) 07/03/1874

⁹¹⁹ BND.HD.RPP. Relatório com que o Dr. Américo Moura Marcondes passa a administração da província São Pedro do Rio Grande do Sul para o Dr. Felisberto Pereira da Silva. 26/01/1879. (1ª ed.), p. 75.

⁹²⁰ AHRS.FI.M5. Dados sobre aldeamento de Lagoa Vermelha e Campo do Meio-Freguesia de Lagoa Vermelha, Município de Vacaria. 31/10/1881.

⁹²¹ BND.HD.RPP. Relatório com que o Dr. Joaquim Jacinto de Mendonça, 3ª vice-presidente, passou a administração da província do Rio Grande do Sul, ao Dr. Rodrigo de Azambuja Villanova, 27/01/1888, (1ª ed.)

⁹²² AHRS.FI.M4. Cópia do Relatório Geral dos índios confeccionado pelo diretor Evaristo Teixeira do Amaral. Palmeira, 10/04/1889.

contrário de “desaparecerem” como previam as teorias racistas da época, estes grupos permaneceram existindo, ainda que, a partir da metade da década de 1860 muito invisibilizados.

3.3 São Vicente: a utilização guarani da Lei de Terras

*“(...) a fazenda de São Vicente sempre foi uma propriedade pertencente de tempos mais remotos à comunidade do antigo e extinto povo de São Miguel, e sendo os abaixo assinados indígenas do mesmo povo, tem eles pleno direito de propriedade em dita fazenda”.*⁹²³

As três ilustrações de Debret reproduzidas abaixo retratando “mulheres guaranis civilizadas indo à missa no domingo”; os “selvagens guaranis civilizados, ricos cultivadores de videiras” e “guaranis civilizados, soldados de artilharia no Rio de Janeiro” estão nas pranchas 23, 24 e 25 da *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, confeccionado entre 1816 e 1831 e publicado na França em 1834. As descrições destas pranchas estão, no mesmo livro, sob o título de “Guaranis” e localizam estes indígenas exclusivamente no Rio Grande do Sul. São ali retratados como uma “raça de selvagens inteiramente convertidos ao catolicismo”, habitantes das aldeias de Cruz Alta, conhecida pela fabricação de sabão preto; da de São Vicente, descrita como próxima a Rio Pardo, e na qual haveria ricos guaranis fabricantes e exportadores de vinho; e a aldeia de Nossas Senhora dos Anjos, na qual existiria um antigo “mosteiro de índias religiosas” que naquele momento serviria de cadeia⁹²⁴.

Possivelmente, Debret não esteve no Rio Grande de São Pedro e suas descrições sobre os indígenas daqui mesclam informações trazidas por outros viajantes e naturalistas do começo do século⁹²⁵. Podemos perceber que elas são imprecisas e errôneas; a aldeia de São Nicolau, ao lado de Rio Pardo, parece ter sido confundida com a de São Vicente, próxima a São Gabriel. Em nenhuma das duas aldeias há relatos de produção de vinho nas primeiras décadas do oitocentos. Também não há registro de uma aldeia guarani em

⁹²³ AHRS. FI M3. Carta escrita pelos indígenas de São Vicente, o capitão mor João Antônio Martins e outros, ao presidente da província dando as razões pelas quais acham injusta sua expulsão das terras. S.d (d.p. 1857).

⁹²⁴ DEBRET. Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Biblioteca Histórica Brasileira IV. São Paulo: Livraria Martins, 1940. t.1, v.1 e.2. Prancha 23,24 e 25, p. 59-60.

⁹²⁵ SCHMITZ, Paulo Clóvis. Obras de Debret que retratam Santa Catarina são alvo de polêmica; entenda. ND+. 05/06/2022. Disponível em: <https://ndmais.com.br/cultura/obras-de-debret-que-retratam-santa-catarina-sao-alvo-de-polemica-entenda/> e CHAVES, Ricardo. Debret em Osório? GZH Almanaque. 07/12/2016. <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/almanaque/noticia/2016/12/debret-em-osorio-8641449.html>. Acesso em: 02/12/2022.

Cruz Alta no mesmo período. Debret pormenoriza algumas informações, mas isso não significa que elas tenham sido colhidas *in loco*. Detalha, por exemplo, a chegada de “*inúmeras famílias de indigentes guaranis*” na cidade de Rio Pardo para as festas de Natal. Especifica que os ricos proprietários guaranis usavam vestimentas no “*costume hispano-criolo*”, característica reproduzida nas ilustrações. Curiosamente, sua descrição não menciona em nenhum momento os guaranis “civilizados” do exército no Rio de Janeiro, retratados na prancha nº 25, estes sim, com alguma chance de terem sido observados na Corte pelo desenhista.

O que chama atenção é que, a despeito da imprecisão das informações, a imagem que o naturalista francês buscava retratar dos guaranis do sul do Brasil era a da mistura de selvagens e civilizados, católicos e indígenas, indigentes e ricos proprietários, brasileiros e hispânicos. Eram, portanto, sujeitos retratados como contraditórios, e se esta informação não vinha da observação do próprio autor das obras, mais interessante ela é, pois demonstra que a visão de “ambiguidade” dos guaranis era partilhada por outros sujeitos. Já fiz referência à reflexão de Maria Regina Celestino de Almeida, que, ao analisar a obra de Debret sobre os indígenas, propôs a permeabilidade dos mundos “selvagem” e “civilizado” a partir de outras ilustrações do mesmo naturalista⁹²⁶. Nas pranchas sobre os guaranis a interpenetração destes mundos não está apenas na imagem, mas também nas descrições feitas pelo pintor e nos títulos das obras.

Trago novamente esta reflexão acerca das ilustrações de Debret para tratar da ambígua situação dos guaranis no século XIX, em especial daqueles da aldeia de São Vicente. Os guaranis que ali viviam estão, supostamente, estão retratados nas pranchas nº 23 e 24. A imagem projetada por Debret condiz com a visão dos agentes provinciais sobre estes indígenas. No primeiro terço dos oitocentos, os guaranis de São Vicente eram entendidos como incompletos quanto ao projeto civilizacional e incapazes de gerir suas propriedades, em especial suas terras, sem a direção dos “brancos”; ao mesmo tempo em que não eram entendidos como plenamente “índios”, a ponto de merecerem um aldeamento próprio.

É necessário relembrar que quando Debret pintava suas obras, já havia um intenso processo de negação da presença dos guaranis na região que havia sido território das Missões Orientais e de suas estâncias. Vimos nos capítulos anteriores que os indígenas se mantiveram na região, ainda que em muitos casos dispersos em fazendas de particulares

⁹²⁶ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Índios mestiços e selvagens civilizados de Debret. *Varia historia*. Belo Horizonte, vol.25, nº 41, p.85-106, jan/jun 2009.

servindo como peões ou engajados no exército, em permanente mobilidade e burlando as tentativas de formação de fronteiras nacionais. Também analisamos o processo de venda e anulação da compra da estância de São Vicente, localizada na proximidade de São Gabriel⁹²⁷. A venda se deu no contexto de independência do atual Uruguai, quando milhares de indígenas migraram a convite de Frutuoso Riveira para a recém-formada república vizinha, passando as terras da antiga estância do povo missioneiro de São Miguel para um proprietário local. No entanto, a anulação da venda não significou o retorno daquelas terras para os guaranis, sendo considerada, a partir daquele momento, propriedade do Império.



FIGURA 25- DEBRET. GUARANIS CIVILIZADOS, SOLDADOS DE ARTILHARIA NO RIO DE JANEIRO

FONTE: DEBRET. JEAN BAPTISTE. VIAGEM PITORESCA E HISTÓRICA AO BRASIL. BIBLIOTECA HISTÓRICA BRASILEIRA IV. SÃO PAULO: LIVRARIA MARTINS, 1940. T.1, v.1 E.2, p. 25

⁹²⁷ Ver nesta tese 1.2.3 *Peões e soldados...*

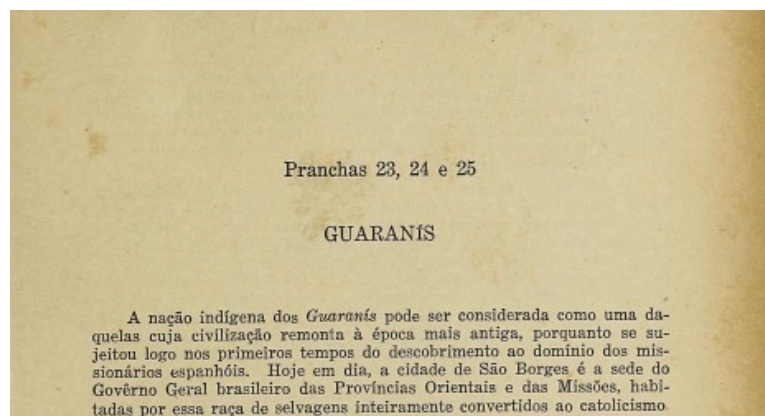


FIGURA 26- DEBRET. RECORTE DA DESCRIÇÃO DAS PRANCHAS SOBRE OS GUARANÍS 23, 24 E 25

FONTE: DEBRET. JEAN BAPTISTE. VIAGEM PITORESCA E HISTÓRICA AO BRASIL. BIBLIOTECA HISTÓRICA BRASILEIRA IV. SÃO PAULO: LIVRARIA MARTINS, 1940. T.1, v.1 E.2, p. 59.



FIGURA 27- DEBRET. SELVAGENS GUARANIS CIVILIZADOS, RICOS CULTIVADORES DE VIDEIRAS

FIGURA 28- DEBRET. MULHERES GUARANIS CIVILIZADAS INDO À MISSA NO DOMINGO



Desde os anos de 1830, São Vicente tornou-se local de reunião do gado expropriado pelo governo das várias estâncias guaranis da província e converteu-se em internada para a cavahada do Exército. Mencionamos também que, após as distensões na aldeia de Bella Unión no Uruguai, para onde grande parte dos guaranis missioneiros haviam migrado em 1828, alguns indígenas retornaram para a fazenda de São Vicente, que pertencera ao Povo de São Miguel, e se juntaram à pequena população indígena que permaneceu na estância. Ainda assim, ficamos alguns anos sem notícias do que se passava em São Vicente, mas é certo que não foi abandonada pelos guaranis.

Em 1851, na época das tratativas de formação de um aldeamento geral em Nonoai, foi sugerida a extinção dos pequenos aldeamentos guaranis. O Rincão de São Vicente apareceu como um dos locais a serem extintos, sendo sugerido que sua incorporação a outro aldeamento fosse feita aos poucos, evitando as despesas desta empreitada⁹²⁸. Ou seja, a reemergência da aldeia na documentação da época já se deu no contexto de busca pela sua extinção. Nos anos seguintes, continuou prevalecendo o mesmo discurso de invisibilização dos guaranis, negando sua presença com o objetivo de apropriar-se das terras da antiga estância.

Em 1855, a localidade foi descrita como “*restos das antigas missões, representados pelos velhos índios de São Vicente*”, que viviam sob a “proteção” do subdelegado de polícia, o doutor João Pereira da Silva Borges Fortes⁹²⁹. Em outro relatório, São Vicente voltou a aparecer como sendo povoada por guaranis “*civilizados*”, sendo feita a ressalva de que, assim como São Nicolau do Rio Pardo, não era mais um aldeamento:

(...) o Rincão de São Vicente, no município de São Gabriel, algumas famílias pertencem às antigas tribos guaranis, reduzidas e civilizadas pelos jesuítas dos antigos povos das Missões, as quais vivem reunidas; mas que **não constituem aldeias**, posto que as povoações em que moram conservem ainda esse nome⁹³⁰.

Ainda naquele ano, foi feito um plano de remoção dos indígenas do Rincão de São Vicente para as proximidades de uma nova capela em Cavajuretã, outro distrito de São Gabriel⁹³¹.

⁹²⁸ AHRS, FI, M3. Carta enviada pelo diretor geral interino Joaquim José Pinto ao presidente da província Conde de Caxias, sobre os indígenas de Pontão. Rio Pardo, 19/07/1851.

⁹²⁹ BND.HD. RPP. Relatório do Presidente Cansação do Sinimbu à Assembleia Provincial, 30/06/1855. (1ªEd.), p. 19-20.

⁹³⁰ BND, HD, RPP. Relatório com que o Vice-Presidente Luiz Alves Leite de Oliveira Bello entregou a Presidência da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Barão de Muritiba, 26/09/1855. p.26

⁹³¹ *Ibidem*, p. 45. Até hoje essa localidade é denominada Cavajuretã no município de São Vicente do Sul. O rincão da Timbaúva no mesmo município também preservou o topônimo na atualidade.

No ano seguinte, 1856, um levantamento apontou quais municípios tinham “*terras dos índios*”. Talvez essa fosse uma resposta tardia do governo provincial à determinação do Ministério do Império, que mandavam incorporar aos próprios nacionais a terras dos índios que não vivessem mais aldeados⁹³². São Vicente apareceu neste relatório como um “*Rincão de Campo com 4 a 5 léguas e uma pequena aldeia por eles e alguns brancos antigamente povoada*”⁹³³. Ou seja, mais uma vez foi negada a presença dos indígenas, dando a entender que o rincão estava totalmente desocupado. Mas, uma carta do subdelegado Vidal Pilar deste mesmo ano, atestava que existiam mais de 250 indígenas descendentes do povo de São Miguel, vivendo na fazenda denominada “*Vicente*”. Junto a eles, viviam cerca de 20 famílias de “*brasileiros*”, instaladas há mais de trintas anos⁹³⁴.

Este foi o recomeço de uma intrincada disputa que envolveu as lideranças indígenas, as autoridades imperiais e as elites locais. O novo contexto de busca pela regularização fundiária, determinada pela Lei de Terras de 1850, trazia também para os guaranis o desafio de provar a propriedade da aldeia, e para isso foi necessário lutar contra sua invisibilização.

O conflito principal deu-se em torno do arrendamento do chamado Rincão da Timbaúba, dentro de São Vicente. Já mencionei no capítulo 1, que os rincões eram extremamente valorizados para criação de gado, já que figuravam como barreiras naturais para os animais, evitando sua dispersão pelo campo. Assim, o da Timbaúba passou a ser alvo do interesse dos estancieiros da região. Em janeiro de 1857, o presidente da província “*por haver quem pretendesse arrendar o rincão da Timbaúba*” determinou ao subdelegado Américo da Costa Pavão que informasse “*número de intrusos arranchados no referido rincão sem título legal*” e ordenou que o delegado os retirasse de lá⁹³⁵.

A carta de resposta do subdelegado de polícia a este pedido de desapropriação é esclarecedora dos eixos que embasaram o discurso sobre os indígenas guaranis: por um lado não há qualquer referência à existência de uma aldeia na região, ou seja, são completamente invisibilizados, e, por outro lado, “*os intrusos (...) arranchados sem título legítimo*” são tachados de ladrões, “*proletários*” e prejudiciais aos vizinhos e à nação:

⁹³² AHRS, FI, M3. Cópia de um ofício enviado ao diretor dos índios pelo presidente Pedro Ferreira de Oliveira sobre a lei de incorporação das terras dos aldeamentos. Porto Alegre, 16/06/1851.

⁹³³ AHRS.FI.M3. Resposta de uma portaria dada por José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios, ao presidente Jerônimo Francisco Coelho, sobre as terras pertencentes aos índios na província. Rio Pardo, 12/06/1856.

⁹³⁴ AHRS.FI.M2. Ofício do delegado de São Gabriel Vidal Batista de Oliveira Pilar ao presidente da província conselheiro Jerônimo Francisco Coelho. São Gabriel, 25/11/1856.

⁹³⁵ AHRS. FI M.2. Documento resumindo o processo de disputa pelo Rincão da Timbaúba. S.d/ S.a.

Que é da mais intuitiva conveniência e mesmo necessidade que o governo se resolva a **arrendar ou vender não só o referido Rincão da Timbaúba como os demais Campos** que fazem parte da antiga fazenda de São Vicente e aqui situados; por quanto **não carecendo deles a Nação, se vão enchendo de intrusos, que de ordinário são proletários perfeitos que querem viver à custa alheia, aproveitando-se por meio do furto dos gados alheios**, e estragando assim não só a propriedade Nacional que nada com elas aproveita, como também prejudicando aos proprietários que lindam com estes Campos⁹³⁶

Ao mesmo tempo em que o subdelegado aciona a velha acusação de contrabando de gado contra os ocupantes de São Vicente, retórica que retoma as acusações feitas aos guaranis nos anos de 1830, ele deixa claro que pretende pular a etapa prevista na Lei de Terra de 1850, que determinava que primeiro os terrenos devolutos deveriam ser incorporados ao patrimônio nacional, para só depois serem vendidos. Alegando que não havia interesse daqueles terrenos pelo Estado, o subdelegado Pavão propôs que se arrendasse ou vendesse toda a extensão de São Vicente, não apenas o Rincão da Timbaúba.

O delegado enviou então uma relação em que constavam quatro moradores “*sem títulos*” do Rincão da Timbaúba. Três deles foram classificados como “*brasileiros*”, sendo um da cor branca, outro sem descrição de cor e ainda um “*mestiço*”. É bastante provável que estes “*brasileiros*” fossem indígenas, já que o uso do termo aparece constantemente associado aos sujeitos nativos que eram considerados mais “civilizados”⁹³⁷. O quarto indivíduo era “*Julião Guarani*”, que, segundo a carta, seria o morador mais antigo do local, vivendo há apenas dois anos com “*família e alguns animais*”. O subdelegado ordenou o despejo destes “*intrusos*” assim que “*colhessem suas plantações*”. Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que afirmou a ociosidade dos habitantes do local, deixa entrever que estavam produzindo alimentos e criando gado. Para encerrar sua carta, Pavão sugeriu, mais uma vez, que não apenas o Rincão de Timbaúba fosse arrendado ou vendido e sim todos os campos que pertencessem a São Vicente, segundo ele, isso evitaria ter os “*campos ocupados por intrusos que com o correr dos anos será mais difícil desalojar*”⁹³⁸.

No início de maio, foi dado seguimento ao arrendamento. No entanto, algum funcionário do Império deu-se conta, através dos mapas disponíveis, de que os terrenos

⁹³⁶ AHRS. FI. M.2. Carta do subdelegado Américo Pavão a Patrício Corrêa da Câmara, Vice Presidente da Província sobre a conveniência do arrendamento do Rincão da Timbaúba. Distrito de São Vicente, 04/04/1857.

⁹³⁷ Ver a Conclusão desta tese.

⁹³⁸ AHRS. FI M.2. Relação dos moradores residentes no Rincão da Timbaúba, que nenhum título tem, do subdelegado de polícia Américo da Costa Pavão, Distrito de São Vicente, 04/04/1857.

que pretendiam arrendar poderiam estar dentro do povo de São Vicente. Assim, o vice-presidente da província buscou informações com o doutor João Pereira da Silva Borges Fortes, considerado um grande conhecedor da região, que assegurou que o rincão da Timbaúba podia ser arrendado. Lembremos que Borges Fortes tinha sido o encarregado dos indígenas pouco tempo antes e, agora, assim como o ex-diretor Cipriano da Rocha Loures, de Nonoai, favorecia a desapropriação das terras indígenas⁹³⁹.

Em maio de 1857, os guaranis contestaram essa ausência. Enviaram ao diretor geral dos índios, que por sua vez remeteu à presidência e ao Ministério do Império, uma relação dos moradores de São Vicente. O nome que escolheram para listagem já demonstra que se entendiam como donos daquelas terras, ela se chama “*Relação da Aldeia (sic) São Vicente Moradores índios guaranis proprietários*”. Encabeça esse arrolamento o Capitão Mor João Antônio Martins que seria, a partir daquele momento, o porta-voz da comunidade contra o processo de expropriação das terras. Depois segue o restante dos homens da comunidade, indicando aqueles que eram “*pais de família*” ou “*viúvos*”. No total foram listados 194 homens, em sua grande maioria com sobrenomes guaranis⁹⁴⁰. Em seguida, vem uma lista da “*Relação das famílias*” onde constam exclusivamente as mulheres, aparecendo ao lado a condição de “*familiada*” ou “*viúva*”. São 152 mulheres listadas. Os sobrenomes delas nem sempre coincidem com os que aparecem entre os homens, por exemplo: Parabera, Caire, Araibi e Cuÿaju, estão presentes somente entre as mulheres⁹⁴¹. Chama atenção o fato da listagem não seguir um padrão cristão de família, com homem, esposa e filhos sendo arrolados juntos⁹⁴².

O padrão escolhido pelos guaranis para retratar os moradores de São Vicente sugere a permanência de famílias extensas, forma de organização comum a este grupo indígena antes do processo de cristianização. No ano de 1860, a descrição das construções de São Vicente, corrobora essa ideia, pois para uma população de mais de seiscentas

⁹³⁹ AHRS. FI M.2. Documento resumindo o processo de disputa pelo Rincão da Timbaúba. S.d/ S.a.

⁹⁴⁰ Alguns dos sobrenomes que aparecem são: Ati, Arapiju, Urubu, Nhabendu, Piru, Jaguapi, Juare, Guaiho, Pai, Tarama, Tapitancai, Arauÿu, Tapiÿ, Poti, Imbo, Boresa, Juare, Casupa, Paire, Guaqui, Aibera, Maranguare, Miri, Cuagui, Guarie, Arapey, Carobi, Jacare, Jecu, Cariti, Ibarayu, Baruari, Diyu, Cariti, Tubi, Tupa, Abaja, Chepora, entre outros. Os poucos que não têm sobrenomes guaranis são Figuera, Pinto, Santos, Martins, Merced e alguns que talvez tenham incorporado o topônimo das antigas missões como sobrenome: da Cruz e um Loreto

⁹⁴¹ AHRS.FI.M3. Relação da Aldeia de São Vicente moradores índios guaranis proprietários. S.d (d.p.1857)

⁹⁴² Ver por exemplo os róis de confessado século XVIII: em DIEHL, Isadora Talita Lunardi. Carijós, mulatas e bastardos: A administração indígena nos Campos de Viamão e na Vila de Curitiba durante o século XVIII. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

peças, contavam com 63 casas de colmo e 2 “de grandes proporções” cobertas de telhas⁹⁴³. Como observou Souza, os sistemas de parentesco da sociedade guarani antes do contato com os padres europeus era indissociável das relações de produção, das relações políticas e ideológicas. É possível, portanto, que os guaranis de São Vicente, tenham mantido, ou retomado, uma forma de organização social e econômica orientada para as necessidades familiares, estruturadas em grandes famílias, na qual as linhagens (te’yi), e não a família nuclear, eram o cerne da sociabilidade⁹⁴⁴. Guilherme Wilde observou que a formação de famílias nucleares e monogâmicas foi uma das formas de controle que os jesuítas buscaram estabelecer entre os povos missioneiros, mas a parentela tradicional seguiu em muitos grupos sendo uma forma de organização social e de poder, por vezes combinando-se com o sistema político hierárquico baseado em ascendência e sangue construído a partir da introdução dos preceitos jesuíticos⁹⁴⁵.

Assim, a opção de arrolar as mulheres em na “*Relação das famílias*” e não ligadas a um marido, pode denotar a reconstrução de vínculos menos pautados pela lógica colonial, ainda que permeados por ela.

Junto com a listagem das famílias residentes na estância, as lideranças indígenas escreveram uma reclamação ao presidente contra a ordem de despejo que vinha sendo executada pelo subdelegado. O documento foi assinado pelo capitão mor João Antônio Martins e seus comissionados Francisco Ignácio Ati, Elesbão Arapiju, José Antônio Tarana e Domingos Abaja. A carta dos guaranis afirmava que, após a extinção dos “Povos das Missões”, as autoridades sempre reconheceram o território como pertencente àquela comunidade, e que a doação das terras feitas pelos cabildos espanhóis, a qual as Missões e suas estâncias estavam submetidas, seguiam válidas, sendo equivalentes aos títulos de terra solicitados pela nova legislação:

Exmo. Senhor a fazenda de São Vicente sempre foi uma propriedade pertencente de tempos mais remotos à comunidade do antigo e extinto povo de São Miguel, e sendo os abaixo assinados indígenas do mesmo povo, tem eles **pleno direito de propriedade** em dita fazenda, pois que sempre estavam debaixo da administração de dito povo; e depois da extinção dos povos de Missões todos os que governavam esta província reconheciam a fazenda de São Vicente como propriedade dos índios indígenas, pois que pelos **estatutos das comunidades desde os tempos dos cabildos os índios indígenas (sic) podiam estabelecer-se em qualquer parte do terreno pertencente a comunidade, independente de título** algum, pois que este seu estabelecimento equivalia a uma carta de título;

⁹⁴³ AHRS. FI. M4. Carta do Diretor Geral dos Índios José Joaquim de Andrade Neves para o presidente Joaquim Antão Fernandes Leão. Rio Pardo, 24/05/1859.

⁹⁴⁴ SOUZA, José Otávio Catafesto de. O sistema econômico nas sociedades indígenas guarani pré-coloniais. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 8, n. 18, p. 211-253, dezembro de 2002.

⁹⁴⁵ WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones de guaranies*. Buenos Aires: SB, 2009, p. 148.

e ainda hoje as doações e vendas feitas pelos cabildos são garantidas pelas leis vigentes⁹⁴⁶.

De fato, como alegavam os guaranis, a antiga ocupação colonial e a produção agrícola de terras equivaliam ao título. Porém, se para os kaingang a manutenção dos aldeamentos recém fundados encontrava impasses, para os guaranis de São Vicente a situação era ainda mais difícil, já que havia sido outra Coroa que lhes concedeu às terras e que os papéis da concessão da estância haviam se perdido quando os povos foram, nas palavras dos suplicantes, “*invadidos por Frutuoso Rivera*”⁹⁴⁷.

João Antônio Martins e as outras lideranças acrescentaram que se não era suficiente seu direito pelo “*estatuto das comunidades dos extintos povos*” para que não fossem expulsos de suas moradas, nas quais também viveram seus ascendentes, lhes garantia o direito à posse do território a nova Lei de Terras:

lhes garante a sus possessões em campos de São Vicente, **a lei de 18 de setembro de 1850**, pois que **o artigo 5º** da citada lei declara mui positivamente que serão legitimadas as posses mansas e pacíficas, adquiridas por ocupação primeira, ou havidas do **primeiro ocupante que se acharem cultivadas ou com princípio de cultura e morada** habitual do respectivo posseiro ou de quem o represente⁹⁴⁸.

Como vimos, a mobilização dos guaranis através da escrita já aconteceu em outros momentos de tensão nas relações com a sociedade não indígena. Na disputa por São Vicente, além de remeter ao passado, impondo sua história, legitimidade e memória de pertencimento àquele local para assegurar a posse das terras, os indígenas citaram textualmente o artigo 5º da Lei de Terras de 1850, visando com isso garantir o embasamento legal para sua ação. Diante da falta de documentos do cabildo, os guaranis buscaram provar que cultivavam a terra e nela moravam.

Curiosamente eles optaram por não citar o artigo 12º da mesma lei, em que o governo se compromete a destinar as terras devolutas, entre outras finalidades, à “*Colonização dos indígenas*”. É possível que a mobilização daquele artigo em detrimento do outro, tenha sido uma estratégia para poder manter também os “brasileiros” que coabitavam na Aldeia. Como vimos, o artigo 5º, mobilizado pelos guaranis, dava ênfase na ocupação primária das terras, reforçando a ideia do direito ancestral sobre o território, reafirmando, desta maneira, que a estância não era composta por terras devolutas e sim

⁹⁴⁶ AHRS. FI M3. Carta escrita pelos indígenas de São Vicente, o capitão mor João Antônio Martins e outros, ao presidente da província dando as razões pelas quais acham injusta sua expulsão das terras. S.d (d.p. 1857).

⁹⁴⁷ *Idem*.

⁹⁴⁸ *Ibidem*.

uma propriedade dos guaranis “*desde o tempo dos cabildos*”. De toda forma, é possível observar que as lideranças de São Vicente não apenas mobilizaram seu conhecimento histórico de posse, remontando ao tempo da administração espanhola, como demonstraram estar atualizados sobre as novas ordens a respeito da distribuição de terras no Império.

O diretor-geral dos índios, Andrade Neves, fez coro às reivindicações dos indígenas, considerando injusta a ordem de despejo daqueles que desde muito tempo habitavam aquela estância e que possuíam “*criação de gados e demais animais e longas terras constantemente cultivadas com assíduo sacrifício*”. Ele sugeriu que fosse criado em São Vicente um aldeamento, já que considerava aquele um dos locais mais povoados por indígenas na província⁹⁴⁹.

Ainda em maio de 1857, o aldeamento de São Vicente foi reconhecido, ficando encarregado de dirigi-lo o tenente Bernardino de Oliveira Porto enquanto não fosse nominado um diretor permanente para a aldeia⁹⁵⁰. Em dezembro daquele mesmo ano, o diretor geral indicou o capitão João de Azevedo e Souza para diretor de São Vicente, já que ele estava acostumado com os indígenas e falava guarani, habilidade que permite levantar a hipótese de que Souza fosse um “índio-descendente”. No entanto, a remuneração que o capitão pedia era alta e provavelmente por esse motivo, não foi nomeado; mais tarde foi empossado Manuel Lois como diretor⁹⁵¹.

O Ministério do Império também parecia interessado em manter as terras dos indígenas e solicitou ao subdelegado Pavão explicações sobre quem havia dado ordem de despejo contra os índios, para que “*eles abandonem suas moradas, plantações, gados*”. E uma carta incisiva, mandavam: “*sustar já essa ordem de despejo que deu contra essa porção dos Antigos Povos de Missões, que de largos anos tem residido em São Vicente*”. Ordenou-se também que a localidade passasse a ser considerada um dos aldeamentos da província, submetido ao diretor geral dos índios⁹⁵². Diante do reconhecimento do direito dos índios, o subdelegado abrandou seu discurso, enviou uma resposta curta, na qual

⁹⁴⁹ AHRS. F.I.M3. Carta de José Joaquim de Andrade Neves para o vice-presidente da província Patrício Correia da Câmara sobre a petição dos indígenas de São Vicente. Rio Pardo, 24/05/1857.

⁹⁵⁰ AHRS. F.I.M3. Relatório do estado dos aldeamentos de 1857, realizado por José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios. Rio Pardo, 17/09/1857.

⁹⁵¹ AHRS.F.I.M3. Carta de Joaquim José da Fonseca e Souza Pinto, diretor geral interino dos índios ao presidente Ângelo Munis da Silva Ferraz a respeito da transferência de indígenas de São Vicente para São Nicolau. Aldeia de São Nicolau, 20/12/1857

⁹⁵² AHRS. FI. M.2. Minuta com ordens ao Subdelegado Américo Pavão para explicações sobre o arrendamento e para se considera São Vicente aldeamento da Província. 27/05/?. A.p. do Ministério do Império

alegava que apenas solicitou que se retirassem as quatro pessoas da listagem anteriormente enviada e contestou a versão dos guaranis, apontando que a “*representação dos Índios residentes em São Vicente, verá pela cópia junta, que foi inteiramente falsa*”⁹⁵³.

Se o diretor geral interino e o Ministério do Império estavam empenhados em criar um aldeamento na antiga estância missioneira, o governo provincial parecia convencido em transferir os nativos de São Vicente para São Nicolau do Rio Pardo. Diante desta proposta o diretor interino dos índios, Souza Pinto, lembrava à presidência o quão oneroso seria custear os indígenas pelo prazo de um ano após a transferência⁹⁵⁴. A opinião do presidente da província era contrária ao interesse dos indígenas, acionando a retórica racial que se consolidava entre os administradores provinciais, argumentava que “*nada se conseguirá dos hábitos d’aquela gente sempre disposta à ociosidade e à vida errante em que nascem, vivem e são criados.*”⁹⁵⁵. Mais uma vez, vemos que é o discurso sobre a ociosidade e a mobilidade indígena que embasa o argumento para a expropriação das terras dos aldeamentos em favor dos grandes proprietários.

A despeito das reclamações dos indígenas, do diretor geral e do alerta feito pelos funcionários imperiais, em junho de 1857, o encarregado de São Vicente, Bernardino de Oliveira Porto utilizando-se de sua posição privilegiada de diretor provisório do aldeamento, arrendou o Rincão da Timbaúba, pelo prazo de seis anos⁹⁵⁶. Vemos aqui um claro conchavo entre os dois últimos administradores do povo de São Vicente e a presidência da província. Borges Fortes, na condição de subdelegado, havia sido responsável pelo povoado em 1855, e deu informe favorável ao arrendamento do rincão da Timbaúba e, Bernardino Oliveira Porto, responsável por administrar o aldeamento era justamente quem arrendaria o mesmo rincão! Portanto, assim como na aldeia de Nonoai, as autoridades aproveitavam-se de suas antigas prerrogativas legais sobre os indígenas para apossar-se de suas terras.

Com o arrendamento as disputas se acirraram. Em julho de 1857, o subdelegado Pavão efetivou as ordens de despejo aos “*intrusos existentes no Rincão da Timbaúba*” assim como mandou “*retirar os animais do mesmo campo pertencentes aos naturais que*

⁹⁵³ AHRS. FI.M2. Documento enviado pelo Subdelegado Américo Pavão ao Comendador Patrício Corrêa da Câmara Vice-presidente da Província em resposta Sr. Ministro do Império aos da Fazenda. São Vicente 02/06/1857.

⁹⁵⁴ *Idem*

⁹⁵⁵ BND.HD. RPP. Relatório do vice-presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Patrício Correia da Câmara na abertura da Assembleia Legislativa Provincial. 11/10/1857, p. 26.

⁹⁵⁶ AHRS. FI M.2. Documento resumindo o processo de disputa pelo Rincão da Timbaúba. S.d/ S.a.

residem na Fazenda Nacional de São Vicente” visando, com isso, entregar o campo a Bernardino d’Oliveira Porto⁹⁵⁷. Mas o mesmo capitão mor João Antônio Martins, que havia assinado a carta enviada à presidência, impôs barreiras à ação do subdelegado, reivindicando a propriedade dos campos para os indígenas. Segundo ele, Martins:

opõem-se ao sobre dito despejo declarando que não retirarão os animais com diferentes pretextos, sendo o de maior força de que o **campo é de propriedade deles**, até disposto por meio de força não cumprir ordens⁹⁵⁸

O subdelegado solicitou ajuda por não ter forças para cumprir as ordens de despejo, ressaltando os prejuízos para o arrendatário. Se antes era a retórica da invisibilização que se mobilizava contra os guaranis através da negação da sua presença física, agora o delegado retomava os discursos sobre a ociosidade e embriaguez como justificativa para a desapropriação: *“Estes índios são dados a ociosidade, e por conseguinte desordeiros que vivem embriagados, sem um meio lícito de poderem viver”*⁹⁵⁹.

Em janeiro do ano seguinte, o interino diretor geral dos índios, José Joaquim de Almeida Souza Pinto, enviou uma carta ao presidente da província Ângelo Monis da Silva Ferrez na qual fazia coro as opiniões do subdelegado, ou seja, diante da resistência dos guaranis o diretor mudou sua opinião e passou a utilizar o mesmo discurso das autoridades interessadas em expropriar os indígenas, exigindo a transferência para outra aldeia e a punição dos opositores ao arrendamento com o serviço compulsório na Marinha:

aqueles índios não se empregam em trabalho algum, **são vadios**, e por mal aconselhados estão praticando semelhantes atentados, e por isso me parece que sendo removidos daquele lugar para outros aldeamentos onde haja uma força ainda pequena os faça conter em seus deveres, e no caso de continuarem em semelhantes desordens, se vão **remeter tais desordeiros para a Marinha, a fim de que o castigo de uns sirva de exemplo para os mais**.

O principal atrito se dava com *“o índio João Antônio Martins”*, autor da petição em nome das famílias guaranis que agora estava se opondo diretamente contra Bernardino de Oliveira Porto. O indígena escreveu um bilhete que conteria ameaças ao arrendatário do rincão da Timbaúba. As atitudes de Martins foram punidas com a perda do título de Capitão Mor e com seu envio à diretoria geral dos índios. O conchavo dos agentes públicos com os fazendeiros locais segue em evidência nas fontes, pois o portador da

⁹⁵⁷ AHRs. FLM4. Carta de Américo da Costa Pavão, Subdelegado de Polícia ao Diretos dos Índios Andrade Neves. São Vicente, 08/04/1857. (As datas do documento são contraditórias, já que a carta está datada de abril, mas refere-se a eventos passados em julho do mesmo ano).

⁹⁵⁸ *Idem*

⁹⁵⁹ *Ibidem*

carta do diretor ao presidente da província foi justamente o arrendatário Bernardino de Oliveira Porto⁹⁶⁰.

Vemos que o diretor interino tinha uma visão menos protetora dos indígenas do que o titular Andrade Neves, que, a despeito de em alguns momentos mobilizar a retórica racista contra os indígenas que se opunham aos projetos provinciais, costumava ter uma visão mais positiva dos guaranis. A punição de envio para a marinha também é reveladora da nova estratégia de “assimilação” dos índios à sociedade envolvente: o engajamento forçado em trabalhos nas forças armadas. Já mencionamos que esta foi uma prática comum em todo o Brasil, sendo uma das formas encontrada pelos administradores do estado para exploração da mão de obra indígena⁹⁶¹.

Ainda assim, em meio a todos estes conflitos, São Vicente foi oficializada e a diretoria dos índios nomeou um dirigente para o aldeamento. Em fevereiro do ano de 1858, o recém nomeado diretor, Manoel Pires Lois, afirmou mais uma vez que as famílias guaranis se recusam a sair do local onde nasceram e que a posse do arrendamento estava impossibilitada, pois o gado pertencente aos indígenas estava ocupando o Rincão da Timbaúba, sendo impossível removê-los por seus donos estarem servindo o exército:

Não há uma das famílias dos que habitam S. Vicente dos guaranis que queira se mudar para uma outra parte e **dizem decididamente que querem viver e morrer neste lugar onde nasceram.**

Enquanto ao que pertence ao sr. Bernardino d’Oliveira Porto, (...) as circunstâncias em que se acha o rincão da Timbaúba o que está ocupado por **considerável número de animais pertencentes aos guaranis** deste distrito que era impossível remover ditos animais para outra parte a causa que os seus proprietários em número de sessenta e **tantos se achavam no Exército fazendo parte da Companhia deste mesmo distrito**⁹⁶².

O engajamento nas tropas pode ter dificultado a manutenção dos territórios de São Vicente para as famílias indígenas, já que muitos ficavam ausentes prestando o serviço militar, deixando a comunidade mais vulnerável e favorecendo as alegações de que não existiam indígenas vivendo naquelas terras. Essa situação é muito semelhante a vivida em outros momentos pelos guaranis, tanto nos contextos de guerra, como na dos Farrapos,

⁹⁶⁰ AHRS. FI.M4. Carta de Joaquim José Souza Santos, Diretor inteirinho dos índios, para Ângelo Moniz da Silva Ferris, Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. Rio Pardo, 03/01/1858.

⁹⁶¹ MOREIRA, Vânia Maria Losada. Vestir o uniforme em índios e torná-los cidadãos. Reflexões sobre o recrutamento militar, reclassificação social e direitos civis no Brasil imperial. In: MUGGE, Miquéias H. e COMISSOLI, Adriano. *Homens e armas: recrutamento militar no Brasil- Século XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2011, p. 65-94.

⁹⁶² AHRS. FI.M4. Carta de Manoel Pires Lois, Diretor da Aldeia de São Vicente para o Diretor Geral dos índios. Distrito de São Vicente, 02/02/1858.

quanto nos momentos de relativa paz, como na década de 1820. De qualquer forma, mesmo com alguns de seus membros ausentes nas forças armadas, seu sentimento de pertencimento àquela localidade é bastante marcado, e a todo momento em que suas reivindicações foram ouvidas ressaltaram, assim como os kaingang, a longevidade de sua existência naquele território.

Em março de 1858, a Tesouraria da Fazenda enviou mais um parecer contrário ao arrendamento do Rincão da Timbaúba, com o objetivo de evitar “*reclamações*”. Neste documento aparece um novo interessado no arrendamento: Antônio José da Silva Braga, que naquele momento teve seu pedido indeferido⁹⁶³. No mês seguinte, o processo parecia encaminhar-se para uma vitória dos indígenas de São Vicente. Foram expedidas cartas nas quais o presidente ordenava a troca do arrendamento de Bernardino d’Oliveira Porto do Rincão da Timbaúba para a Invernada de Saicã⁹⁶⁴. No mesmo ano, o mapa dos índios por sexo e aldeamentos confeccionado pelo diretor geral apontou que São Vicente era o maior aldeamento da província, contando com 632 indígenas⁹⁶⁵.

Andrade Neves, titular na direção dos índios retornou para o seu cargo, e aparentemente conseguiu estabelecer uma visão mais favorável dos guaranis de São Vicente, reconhecendo os serviços militares que prestavam. Segundo ele: “*Todos esses índios fazem parte da sociedade, sendo a maior parte deles qualificados G. N.es [Guardas Nacionais] e a outra soldados da 1ª Linha*”⁹⁶⁶. Em 1859, o mesmo diretor reiterou a importância dos indígenas como força guerreira e classificou-os como “*filhos indígenas e tão patriotas e de cujo seio se tem tirado tão valentes soldados*”⁹⁶⁷. Os guaranis seguiam driblando o processo de inviabilização através de sua participação como força de combate.

Contudo, a disputa pelo Rincão da Timbaúba não estava encerrada. Em setembro de 1858, o presidente da província Ângelo Moniz da Silva Ferraz expediu novas ordens ao diretor do aldeamento de São Vicente para “*despejar os intrusos que existem nos campos d’aquela lugar pertencentes a nação*”⁹⁶⁸. Mas, os indígenas continuaram ativos para manter a posse de São Vicente. Mais uma vez, José Antônio Martins foi o

⁹⁶³ AHRS. FI.M2. O Inspetor da Tesouraria da Fazenda José Joaquim d’Almeida ao Conselheiro Ângelo Moniz da Silva Ferraz, Presidente da Província. Porto Alegre, 15/03/1858.

⁹⁶⁴ AHRS. FI.M2. Carta do Conselheiro Ângelo Moniz da Silva Ferraz, Presidente da Província. 19/04/1858.

⁹⁶⁵ AHRS. FI.M4. Diretoria geral dos índios. Mapa dos índios por sexo e Aldeamentos. Rio Pardo, 01/09/1858.

⁹⁶⁶ AHRS. FI.M4. Diretoria geral dos índios, Relatório Geral do Estado dos Aldeamentos, 1858.

⁹⁶⁷ AHRS. FI.M4. Diretoria geral dos índios, Relatório Geral do Estado dos Aldeamentos, 1859.

⁹⁶⁸ AHRS. FI.M4. Ofício do Presidente da Província Ângelo Moniz da Silva Ferraz para José Joaquim de Andrades Neves, Diretor Geral dos índios. Rio Pardo, 21/09/1858.

protagonista da oposição do arrendamento do Rincão por terceiros. Segundo o juiz de paz de São Vicente, o Martins vinha permitindo o arranchamento de pessoas em vários locais daqueles campos⁹⁶⁹. A atuação da liderança gerou reclamações na Assembleia Provincial por parte do Dr. Borges Fortes, o mesmo que indicara ao vice-presidente a conveniência do arrendamento do campo e que tinha sido nomeado como responsável por zelar pelos indígenas anos antes.

Os posseiros interessados no arrendamento das terras pressionavam o diretor da aldeia, Manoel Pires Lois por explicações. A resposta de Lois permite observar que o Martins criara sua própria estratégia de ocupação dos campos, arrendando-os provavelmente aos próprios indígenas da região e expelindo os interessados na expropriação das terras guaranis:

este **índio João Antônio Martins** tem abusado de todas as ordens que eu tenho recebido com respeito a este aldeamento, **tem arrendado campos pertencentes a fazenda de São Vicente e mesmo tem dado arrendamentos em vários rincões dos mais próprios para o governo arrendar** e assim é que muitos pretendentes não se animam a arrendar semelhantes campos(...) ⁹⁷⁰

Além das ordens de despejo dos “*moradores do rincão Timbaúba*”, foi solicitado que se arrendasse o Rincão de Cavajuretã, também em São Vicente. O mesmo que, quatro anos antes, o próprio governo provincial havia destinado ao assentamento dos indígenas de São Vicente. O diretor Lois se opôs à retirada, pois, segundo ele, os moradores residiam há muitos anos naquele local e dependiam de tais terras inclusive para ter acesso à água. Declarou, assim, que só com medidas muito sérias conseguiriam demover os indígenas de São Vicente. Por uma última vez, reafirmou a existência de muitos guaranis na localidade desde tempos remotos:

(...) porque alguns ali estão há mais de 40 anos; **outros são índios que tem chácaras desde o tempo dos Cabildos**; porque a lei nº 308 de 12 de dezembro de 1854- mandou ali fundar uma capela, porque o rincão é muito próprio para aldeamento, por ter bons matos, boas águas, estar entranhado na serra, separado dos campos nacionais e o de São Vicente no verão quase não tem água. **Que não pode facilmente sair do rincão de São Vicente o grande número de moradores dele**, que alegam razões em seu favor, tornando-se mister medidas sérias, ou governo, para tal se conseguir⁹⁷¹

⁹⁶⁹ AHRS. FI.M4. Cópia do ofício do Manoel Pires Lois, Diretor do Aldeamento de São Vicente, ao do Presidente da Província Ângelo Moniz da Silva Ferraz, 15/09/1859.

⁹⁷⁰ AHRS. FI.M2. Carta do Diretor da Aldeia de São Vicente, Manoel Pires Lois para o Presidente da Província Ângelo Muniz da Silva Ferraz. São Vicente, 03/02/1859.

⁹⁷¹ AHRS. FI. M4. Notícia da cópia de um ofício do Diretor do aldeamento de São Vicente ao Diretor Geral dos Índios, Andrade Neves, sobre a impossibilidade de arrendar o Rincão de Cavajuretã. S.a. /d.p. 1858.

No ano de 1859, São Vicente seguia sendo o maior aldeamento da província, com mais de seiscentos guaranis residentes⁹⁷², mas disputas pela terra seguiam dividindo os agentes da política indigenista. Por um lado, a presidência da província insistia em solicitar a união de todos os indígenas de São Vicente em apenas um local e informações sobre os não indígenas que viviam naquelas terras com o claro objetivo de retirá-los de lá⁹⁷³. Por outro lado, o diretor geral, Andrade Neves, voltava a enaltecer às qualidades dos indígenas de São Vicente no serviço do Império, informando que naquele momento estavam fazendo a limpeza do rio Vacacaí, dedicando-se à lavoura, à condução de tropas de gado e de carretas. Ainda solicitava melhorias no aldeamento, como uma aula de instrução primária, em reconhecimento ao patriotismo e os serviços militares prestados pelos indígenas⁹⁷⁴.

Porém, pouco tempo depois, Andrade Neves dirigiu-se a São Vicente, com o objetivo de averiguar a conduta do diretor Manoel Lois, acusado de não residir no aldeamento e, por isso, não poder cumprir bem suas funções. Também iria repreender, mais uma vez, o indígena João Antônio Martins que seguia arrendando campos⁹⁷⁵. A descrição que o diretor geral fez de São Vicente é a de um povoado bastante próspero, com mais de sessenta residências, “5 casas de negócio”, abundantes plantações, uma igreja em construção, cujas imagens de santos, provavelmente trazidas do povo de São Miguel, aguardavam o final da obra para serem ali depositadas. Andrade Neves também aponta para a existência de intrusos que, assim como faziam em São Nicolau, invadiam o aldeamento de São Vicente para colher erva mate⁹⁷⁶. Mostrava-se encantado a vila indígena e voltou a exaltar a potencialidade dos guaranis para engajarem-se no exército, sugerindo que se substituísse a busca por novos soldados na Europa e se investisse no treinamento dos jovens de São Vicente:

Em geral dedicados ao trabalho do aldeamento, este promete vantagens futuras, sendo de notar a **aptidão que tem seus habitantes para o serviço militar, devido sem dúvida a seus pais quase todos antigos servidores do país (...)**

⁹⁷² AHRS, FI., M4. Mapa dos índios por sexo e aldeamentos de 1859, confeccionado por José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios. Rio Pardo, 17/03/1859.

⁹⁷³ AHRS.FI.M4. Recebimento de um ofício do presidente Joaquim Antônio Fernandes Leal enviado ao diretor interino dos índios José Joaquim Fonseca de Souza Pinto, que manda reunir os indígenas de São Vicente em um só lugar e informar quem nestas terras não é indígena. Rio Pardo, 26/12/1859.

⁹⁷⁴ AHRS.FI.M4. Relatório Geral do Estado dos Aldeamentos, José Joaquim de Andrade Neves, Diretor Geral. Rio Pardo, 12/03/1859.

⁹⁷⁵ AHRS. FI. M4. Carta do Diretor Geral dos Índios José Joaquim de Andrade Neves para o presidente Ângelo Munis da Silva Ferraz. Rio Pardo, 28/03/1859.

⁹⁷⁶ AHRS. FI. M4. Carta do Diretor Geral dos Índios José Joaquim de Andrade Neves para o presidente Joaquim Antão Fernandes Leão. Rio Pardo, 24/05/1859.

em vista da índole guerreira que caracteriza os mesmos indígenas: **amigos e apaixonados pela farda** seria fácil adestrá-los ao manejar das armas militares, fazendo mesmo em tempo determinados entrarem exercícios, com o que essencialmente e com pouca despesa se preparam soldados valentes para nossa terra, [corr.] vai a Europa buscar o que deixa embrutar em suas ricas matas⁹⁷⁷.

Mas um pequeno bilhete junto à documentação da diretoria nos relembra que a questão das terras seguia sendo um dilema, nele solicitava-se que os guaranis proprietários apresentassem os títulos de propriedade com a maior brevidade possível, a fim de suprir uma demanda da Diretoria de Terras Públicas⁹⁷⁸. O diretor Manoel Lois foi dispensado da função, mas era acusado de continuar “*a dar ordens e atropelar direitos alheios*”⁹⁷⁹. Talvez o descontentamento com a direção fosse justamente pelo fato que Lois defendia a permanência dos indígenas em São Vicente. Em 11 de janeiro de 1860 o aldeamento de São Vicente foi extinto⁹⁸⁰.

No relatório do ano de 1861, São Vicente já não apresentou os números de habitantes da aldeia⁹⁸¹. O diretor geral menciona a existência de choques causados pelas paixões políticas que desviaram o povoado indígena de seu progresso. Sugere que os indígenas de São Vicente que seriam levados para São Nicolau deveriam ir para um novo aldeamento alocado na fronteira da província. O convívio de Andrade Neves com os guaranis havia lhe mostrado as suas aptidões bélicas, e o estabelecimento de um aldeamento próximo às guarnições militares, faria, em sua visão, com que os indígenas fossem ao mesmo tempo soldados e lavradores⁹⁸².

Na década de 1860, o aldeamento de São Vicente desaparece por completo, os relatórios não o mencionam mais. Isso não significa que a população indígena tenha sumido da localidade. Como vimos, ao longo da primeira metade do século XIX muitas vezes alegou-se a inexistência dos indígenas nos Povos, mas eles sempre voltavam a reaparecer. Mas, aparentemente, o processo de negação da presença guarani naquela área se intensificou daquele momento em diante.

⁹⁷⁷ AHRS. FI.M4. Relatório geral do estado dos aldeamentos da província do Rio Grande de São Pedro do Sul, confeccionado por José Joaquim de Andrade Neves. Rio Pardo, 31/08/1860.

⁹⁷⁸ AHRS. FI. M4. Bilhete pedindo envio de relação de guaranis possuidores de terras em São Vicente (s/d; s/r)

⁹⁷⁹ AHRS.FI.M4. Carta do diretor Andrade Neves ao presidente Joaquim Antão Fernandes sobre a dispensa do diretor de São Vicente Manoel Pires Lois. Rio Pardo, 08/12/1860.

⁹⁸⁰ AHRS.FI.M4. Mapa dos aldeamentos dos índios de 1849-1860 confeccionado por José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral. Rio Pardo, 25/07/1861.

⁹⁸¹ AHRS.FI.M4. Resposta do diretor geral Andrade Neves para o presidente Leão sobre a diminuição do número de índios no mapa de 1860 devido a não contabilidade de São Vicente. Rio Pardo, 25/12/1860.

⁹⁸² AHRS.FI.M4. Relatório do estado dos aldeamentos de 1861 realizado por Andrade Neves. Rio Pardo, 27/07/1861.

Portanto, utilizando-se dos mecanismos de *invisibilização* da presença guarani nas áreas missioneiras, continuamente atualizados pela negação da sua presença, pelo discurso que contrastava o passado glorioso das missões com a decadência do século XIX, pelas alegações de que eram ladrões, ociosos ou alcoólatras, o Estado operou o fechamento da fronteira para os guaranis. Ou seja, encerrava-se um ciclo de efeitos produzidos pelo saber/poder hegemônicos, que se traduziam aqui pela negação do direito à terra e ao gado, e iniciava-se novo ciclo de estratégias sociais e políticas para a população indígena.

Em 1869, temos a última menção à São Vicente, apenas para informar que aquele aldeamento, assim como todos os outros, fora extinto, sobrevivendo apenas o aldeamento de Nonoai que teria recebido remanescentes de outras aldeias⁹⁸³. Em um relatório da secretaria de Obras públicas, Terras e Colonização de 1898 há uma lista de “*Posses encontradas nos Campos de São Vicente, rincão de Cavajuretã, que foram respeitadas e demarcadas por ocasião da medição de lotes pela Com. de terras de Jaguari.*”⁹⁸⁴ Ou seja, terras situadas exatamente no local onde guaranis foram considerados posseiros anos antes. Dentre os possuidores de terras listados apenas José Maimbé possui um sobrenome guarani. Isso não significa que não fossem “índio-descentes”, pois sabemos que muitos dos nomes guaranis foram traduzidos ou transformados. Naquela lista há uma mulher chamada Paulina Antônia Martins que pode ser descendente do Capitão João Antônio Martins que tanto lutou nas décadas anteriores pela manutenção das terras de São Vicente.

Certo é que o processo de invisibilização dos guaranis de São Vicente acabou por concretizar-se e o paradeiro dos remanescentes das Missões jesuíticas é de difícil mapeamento. Pode ser que parte dos habitantes de São Vicente tenha ido para o aldeamento kaingang de Nonoai, outros provavelmente se mantiveram entre a população de São Gabriel e passaram a fazer parte da comunidade local.

⁹⁸³ AHRS.FI.M4. Informações dadas pelo diretor interino Manuel Francisco de Oliveira ao presidente Antônio da Costa Pinto a pedido do Ministério da Agricultura. Nonoai, 16/02/1869.

⁹⁸⁴ AHRS. Nº 05- Relatório da Secretaria de Obras Públicas de 1898. Relatório da Secretaria de Obras Públicas apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Presidente Antônio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado, pelo Secretário de Estado João José Pereira Parobé. Posses encontradas nos Campos de São Vicente, rincão de Cavajuretã, que foram respeitadas e demarcadas por ocasião da medição de lotes pela Com. de terras de Jaguari. Porto Alegre, 10/06/1898.

3.4 A extinção de São Nicolau do Rio Pardo

3.4.1. A disputa pela erva-mate e evasão do aldeamento

“Aproveito a ocasião de pedir a V. Ex. para mandar reivindicar os Ervais que foram extorquidos da Aldeia de S. Nicolau em uma medição cavilosa que se procedeu requerimento de Eleutério Rodrigues Lima, deixando-se divisas naturais para se abranger na dita medição os mencionados ervais, que de tempos remotos pertencem a dita aldeia(...)”⁹⁸⁵

Desde a chegada dos primeiros *encomenderos* ao Paraguai, ainda durante o século XVI a erva-mate (*Ilex paraguariensis*) tornou-se um importante produto de exploração da região do Prata. A planta encontrava-se nas matas de várias localidades do cone-sul, mas concentrava-se no planalto e era consumida por diferentes populações indígenas, destacando-se os guaranis. Com o processo de colonização, passou a ser um produto muito apreciado também pelos imigrantes espanhóis na região do Prata. Conforme aumentava a demanda pelo produto mais intensamente era explorada a mão de obra indígena, inclusive gerando revoltas contra os *encomenderos*. Com a instalação das missões jesuíticas na região, a erva-mate tornou-se a principal fonte de renda dos guarani, tornando o Paraguai o maior exportador do produto.

Após a independência do Paraguai, em 1811, o país diminuiu as exportações de erva mate, o que incentivou a exploração dos ervais no Rio Grande do Sul. A região das antigas missões, incorporada há pouco tempo ao Império do Brasil, em cujo planalto norte e noroeste encontrava-se uma grande concentração de ervais, seria a mais visada. Como ponderou Zarth, os dados sobre a exportação do mate são pouco confiáveis já que o contrabando era a tônica deste comércio. Mas, na década de 1850 e 1860, tornou-se o segundo principal produto de exportação da província, ficando atrás apenas dos de origem animal (charque, couros etc.)⁹⁸⁶. Entre os anos de 1857 e 1858, o Rio Grande do Sul exportou mais de 3 milhões de quilos de erva-mate para o Uruguai e a Argentina⁹⁸⁷, anos

⁹⁸⁵ AHRS, FI, M3. Carta de José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios para Pedro Ferraz De Oliveira, presidente da província. Rio Pardo, 28/12/1850.

⁹⁸⁶ ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.p.220-221.

⁹⁸⁷ BANDEIRA, Moniz. O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados da Bacia do Prata: da colonização à Guerra da Tríplice Aliança. Rio de Janeiro: Editora da Universidade de Brasília, 1998. Apud OLIVEIRA, Jorge Eremites de; ESSELIN, Paulo Marcos. Uma breve história (indígena) da erva-mate na região platina: da Província do Guairá ao antigo sul de Mato Grosso. *Espaço Ameríndio*, v. 9, n. 3, p. 278-278, 2015.

que, como veremos, coincidiram com o interesse em expropriar os indígenas de seus ervais.

Em vários momentos desta tese, busquei evidenciar como as populações kaingang, em especial os aldeados, vinham comercializando erva mate durante o século XIX. Mas foi entre os guaranis, especialmente os de São Nicolau do Rio Pardo, que se deu o maior conflito relacionado aos ervais. Para compreendê-lo é preciso retornar ao começo do século XIX, quando a disputa foi evidenciada. Por volta de 1821, o patrimônio dos indígenas de São Nicolau foi medido e demarcado judicialmente, por um despacho do então governador Diogo de Souza⁹⁸⁸. Mas, pouco depois, em 1823, liderados pelo capitão-mor Miguel Guarací, os guaranis reclamaram que seu direito sobre a erva-mate não estava sendo preservado. Segundo a carta de Guarací, o antigo governador José Marcelino de Figueiredo havia emitido há mais de cinquenta anos um despacho permitindo que apenas os indígenas pudessem fabricar e colher a erva em toda a província. Ou seja, durante o último terço do setecentos, os guaranis ganharam exclusividade na comercialização, e a população de fora da aldeia que o fizesse teria o produto recolhido pelo poder público. O procedimento do confisco das ervas que não fossem produzidas pelos guaranis foi atestado por Patrício José Correia da Câmara, o visconde de Pelotas⁹⁸⁹. Entretanto, na década de vinte do oitocentos, outras pessoas vinham comercializando erva-mate, inclusive invadindo os ervais de São Nicolau. Essa concorrência era muito prejudicial, pois o produto era a principal base de sustentação material da aldeia:

Diz o capitão mor Miguel Guarací com outros d'Aldeia de S. Nicolau contigua a vila do Rio Pardo, na província do Rio Grande de São Pedro do Sul, que sendo ali aldeados por ordem superior há mais de cinquenta anos pelo general que nesse tempo governava a dita província José Marcelino de Figueiredo, conseguiram do mesmo despacho para que **só eles pudessem fabricar e colher a erva mate, pela razão de considerar-se um negócio necessário para a manutenção e despesas dos mesmo suplicantes**, tanto assim, que animando-se alguns outros, que não pertencem a sua classe, ao infringir o dito despacho, foi confiscada a referida erva, para entrar seu produto nos cofres nacionais, segundo prova o documento incluso. **Todavia hoje em dia há sujeitos menos bem intencionados que privam aos mesmos suplicantes de ponderada cultura e**

⁹⁸⁸ AHRS.FI.M3. Relatório de Joaquim José da Fonseca e Souza Pinto, diretor geral interino dos índios ao presidente Ângelo Munis da Silva Ferraz sobre o estado da aldeia de São Nicolau. Aldeia de São Nicolau, 26/12/1857.

⁹⁸⁹ BN. Man...: II-35,36,1 nº7. Pede, o capitão Mor e outros lavradores da Aldeia de São Nicolau, na Vila de Rio Pardo, RS, seja respeitada a concessão recebida há 50 anos, do privilégio de plantação e preparo da erva mate. *Guarací, Miguel* e outros. 03/06/1823.

colheita, apesar de conhecerem que lhes falta direito, e motivo, para semelhante procedimento⁹⁹⁰.

Alguns anos depois, a situação se agravou, pois, um fazendeiro local, chamado Eleutério Rodrigues de Lima, aproveitou-se do contexto da Guerra dos Farrapos e, em 1836, assenhorou-se de três ervais na Serra Geral pertencentes ao aldeamento de São Nicolau do Rio Pardo, chamados Pereira, Araçá e Cruz⁹⁹¹. O fazendeiro mandou medir judicialmente o terreno, alargando sua propriedade e incluindo os ervais em suas posses, privando, assim, os indígenas do fabrico do produto que “*remediava suas necessidades*”⁹⁹².

Apesar da expropriação, naquele momento, os guaranis ainda tinham ervais em um pequeno pedaço de terras na Serra Geral que havia sido comprada do alferes Luís Antônio da Silveira. Entretanto, a colheita da erva estava dificultada pelo recrutamento para a guerra, que levava os trabalhadores mais aptos para o *front*. Assim, a produção do mate decaiu e tornou-se insuficiente para suprir as necessidades dos aldeados⁹⁹³.

Findada a Guerra dos Farrapos, os indígenas começaram a reivindicar, em 1849, ao governo provincial providências para reaver os terrenos indevidamente apropriados⁹⁹⁴. Em 1850, o diretor geral reclamou que Eleutério Rodrigues Lima não possuía a alegada sesmaria contígua aos ervais, porque aquela seria uma concessão feita pelos antigos governadores a alguém que, posteriormente, vendera o campo aos pais de Eleutério. O diretor alertava ainda que intrusos estavam estragando os ervais e “*implorava*” providências⁹⁹⁵. Mas a presidência da província não tomou nenhuma medida para reaver as terras indígenas, alegando que os aldeados deveriam entrar na justiça contra o posseiro. Porém, os indígenas não tinham recursos para tal, já que o único lucro que obtinham era justamente da produção da erva-mate, que estava naquele momento usurpada. Diante da impossibilidade de reaver as terras, o diretor geral dos índios sugeriu que os ervais

⁹⁹⁰ *Idem*.

⁹⁹¹ AHRS.FI.M3. Cópia de uma carta de Joaquim José da Fonseca Pinto para José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios, perguntando como registrar as terras de São Nicolau frente a nova legislação tendo em vista a disputa pelos ervais. São Nicolau, 01/03/1855.

⁹⁹² *Idem*.

⁹⁹³ AHRS.FI.M3. Relatório de Joaquim José da Fonseca e Souza Pinto, diretor geral interino dos índios ao presidente Ângelo Munis da Silva Ferraz sobre o estado da aldeia de São Nicolau. Aldeia de São Nicolau, 26/12/1857.

⁹⁹⁴ AHRS, FI, M3, Relatório do estado dos Aldeamentos de 1849, feito pelo diretor geral dos índios José Joaquim de Andrade Neves. Rio Pardo, 01/01/1849

⁹⁹⁵ AHRS, FI, M3. Carta de José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios para conselheiro José Antônio Pimenta Bueno, presidente da província, sobre expropriação dos ervais na aldeia de São Nicolau. Rio Pardo, 10/04/1850.

deveriam ser considerados como “*próprios nacionais*” e os indígenas teriam seu usufruto apenas enquanto estivessem aldeados⁹⁹⁶.

Ainda assim, nenhuma providência neste sentido foi tomada, e as terras seguiram em propriedade de Eleutério Rodrigues Lima. No ano de 1852, o diretor de São Nicolau reclamou da falta de recursos para a aldeia e informou que sem os ervais não havia como subsistir, pois, na ausência da venda da erva-mate, todos os parques rendimentos dos indígenas provinham do serviço de transporte que ofereciam aos moradores, feito em duas carretas de bois⁹⁹⁷. Ele alertava que, com a continuidade do recrutamento dos jovens para a marinha e o exército, e sem os recursos oriundos dos ervais, os indígenas espalhavam-se pelas vilas e o aldeamento entrava em profunda decadência. Estavam sem um padre, pois sem a verba dos ervais não tinham mais como sustentar o cura, como faziam quando tinham a exclusividade da venda do produto⁹⁹⁸.

Neste contexto de decadência de São Nicolau, o diretor criticava a Lei de Terras, que buscava incorporar o território guarani aos bens nacionais, apontando que o tensionamento causado pela determinação legal faria com que os indígenas não tivessem mais um local de morada. Como solução, além de reaver os terrenos usurpados por Eleutério Lima, sugeria que os indígenas dispersos fossem recolocados na aldeia e não pudessem sair sem autorização, como era feito no tempo do Diretório pombalino e ainda que as crianças fossem levadas para serem educadas longe das mães, em colégio e casas particulares, evitando sua influência sobre elas:

Uma lei novíssima declara os bens patrimoniais dos índios como nacionais e podem-se vender a quem os queira comprar esta uma daquelas providências a favor dos senhores primários e naturais das terras do Brasil, que tendo até agora suas aldeias para se recolherem = quando deixarem de ter préstimo para o [corr.] **da nação não acharem hoje um canto da terra que possam [corr.] estar na minha aldeia com os meus parentes, ficarão dispersos com os índios**, quem me dera ilustríssimo senhor neste caso ter princípios para poder analisar tão boa lei porque achando-se tão pobre a nação brasileira para **vender uns retalhos de terra aonde se acham acantonados seus primeiros possuidores (...)**⁹⁹⁹

⁹⁹⁶ AHRS, F1, M3. Carta de José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios para Pedro Ferraz De Oliveira, presidente da província. Rio Pardo, 28/12/1850.

⁹⁹⁷ AHRS, F1, M3. Carta de Joaquim José da Fonseca Pinto diretor geral interino dos índios para Luis Alves Leite de Oliveira Bello. São Nicolau do Rio Pardo, 07/02/1852.

⁹⁹⁸ AHRS, F1, M3. Cópia de uma carta de Joaquim José da Fonseca Pinto, diretor de São Nicolau do Rio Pardo para José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios, informando diversas causas da decadência do aldeamento. São Nicolau do Rio Pardo, 19/08/1852.

⁹⁹⁹ AHRS, F1, M3. Cópia de uma carta de Joaquim José da Fonseca Pinto, diretor de São Nicolau do Rio Pardo para José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios, informando diversas causas da decadência do aldeamento. São Nicolau do Rio Pardo, 19/08/1852.

Os elementos elencados pelo diretor dos índios de São Nicolau nesta carta são um resumo dos fatores que vinham contribuindo para que toda a população indígena da província fosse invisibilizada: o recrutamento, que atingiu mais fortemente os guaranis, mas que como demonstrarei vinha também se abatendo sobre os kaingang; a adoção forçada, que aqui é apresentada como uma solução, mas que teve como resultado o não reconhecimento das crianças indígenas como tal e, principalmente, a expropriação das terras e bens dos indígenas, que inviabilizou a reprodução de suas formas de vida tradicionais¹⁰⁰⁰.

Se nas primeiras décadas do século o processo de usurpação das terras guaranis recaiu sobre o território das antigas missões jesuíticas e suas estâncias, prevalecendo o interesse sobre as milhares de cabeças de gado que os indígenas possuíam nestes locais, com a valorização da erva-mate, o planalto sul-rio-grandense entrou na mira dos posseiros.

As denúncias de intrusão nas terras de São Nicolau continuaram se repetindo durante toda a década de 1850. No relatório do ano de 1853, o diretor Andrade Neves apontou que o aldeamento estava decadente por “*terem poucas terras e as melhores terem sido usurpadas por particulares*” e voltou a mencionar os ervais roubados na medição de Eleutério Rodrigues Lima e a retirada dos jovens para o exército como fatores prejudiciais àquele aldeamento¹⁰⁰¹.

No documento do ano seguinte, o diretor repetiu as mesmas acusações contra o posseiro dos ervais, ressaltando o estado de mendicância dos indígenas que, sem recursos

¹⁰⁰⁰ “Em primeiro lugar a revolução que houve na província a qual arrastou todos os moradores dela que estavam em circunstâncias de pegarem em armas, a um e a outro partido, dos quais poucos voltaram a sua aldeia; os que vão crescendo apenas tem a idade competente são recrutados para as fileiras do Exército e alguns tem também ido para a Marinha. Os seus ervais foram-lhes tirados mal e individualmente por Eleutério Rodrigues Lima sem que haja posses para os reivindicarem judicialmente, de onde tiravam em outro tempo com que suprir suas maiores necessidades e pagar um cura que lhes administrava o pasto espiritual, o qual a muitos anos não tem e estão morrendo e enterrando como se fossem animais quadrupedes (...) Sua excelência em uma de suas ordens, se não em seu nome, que o governo com suas proteção lhes dê algum impulso fazendo-lhe entregar seus ervais que dê providencias sobre a sua Igreja, providenciando um cura de boa moral que cumpra com seus deveres, que todos os índios espalhados pela comarca de Rio Pardo sejam seguidos a esta aldeia nela arrolados e que não saiam sem licença da forma que se usava na seu criação; que as menores fosse postas em um colégio para nele serem instruídas digo educados ou em casas particulares que bem os tratasse, afim de tirá-las das péssimas insinuações de suas mães, ou parentes, por esta ou outra melhor forma grande vantagem se poderia tirar não só deste como dos outros aldeamentos. Não há nesta aldeia serviços em comum por falta de braços e só em particular alguns fazem plantações além de suas forças. (...)” AHRs, F1, M3. Cópia de uma carta de Joaquim José da Fonseca Pinto, diretor de São Nicolau do Rio Pardo para José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios, informando diversas causas da decadência do aldeamento. São Nicolau do Rio Pardo, 19/08/1852.

¹⁰⁰¹ AHRs, F1, M3. Relatório do estado dos aldeamentos da província em 1853 apresentado pelo diretor geral Andrade Neves ao presidente da província. Rio Pardo, 10/08/1853

para reivindicar judicialmente as datas de terra roubadas, acabavam saindo da aldeia para trabalharem como peões ou dedicarem-se ao exército e deixavam as famílias desamparadas. A narrativa assemelha-se muito a que encontramos anteriormente na fronteira oeste, onde o exército e o trabalho como peões foram as alternativas de sustento encontradas pelos guaranis diante da expropriação de seus bens e territórios, e que tiveram como consequência a desestruturação daquelas comunidades:

Há sobremodo decadente o estado deste aldeamento, composto pela mor parte de índios orientais, mais propensos ao serviço das armas do que à agricultura, ou outro qualquer, por terem arreigado o sistema de seus progenitores desde as **antigas guerras com os estados vizinhos e posteriormente com a revolução** porque passou esta província, e conseqüentemente só curam de suas mais urgentes precisões, empregando-se como **peões** para diversos pontos, com o **que deixam por muito tempo suas mulheres e filhos em completo desamparo**, expostos a fome, a nudez (...) ¹⁰⁰².

Outro fator que agravava a condição de subsistência dos aldeados era a alegada decadência das charqueadas¹⁰⁰³. Para o diretor Andrade Neves a concorrência platina de carne salgada, fazia com que, nos três anos últimos anos, a atividade estivesse em decadência, desempregando os indígenas que antes trabalhavam nelas¹⁰⁰⁴. Chama a atenção o fato de os aldeados terem se empregado nesta atividade que foi marcadamente baseada na exploração da mão de obra escravizada africana.

Em 1855, o diretor geral dos índios enviou ao presidente Cansanção do Sinimbu uma carta solicitando explicações: questionava se as terras dos ervais pertencentes aos índios deveriam ou não ser registradas seguindo as novas Leis de Terras¹⁰⁰⁵. Pouco tempo depois, foram tombadas as “*terras patrimoniais dos guaranis da aldeia de São Nicolau*”, explicitando as delimitações do terreno¹⁰⁰⁶. Devido a nova Lei de Terras, as terras do aldeamento passaram a fazer parte do patrimônio nacional¹⁰⁰⁷. Nesta medição não

¹⁰⁰² AHRs.FI. M3. Relatório do estado dos aldeamentos da província do ano de 1854, realizado pelo diretor geral José Joaquim de Andrade Neves, 18/08/1854.

¹⁰⁰³ Na região de Pelotas, Jonas Vargas identificou que o auge das charqueadas ocorreu em 1880, momento em que a localidade contava com 38 estabelecimentos deste tipo. Aqui o diretor deve estar se referindo as charqueadas do Rio Jacuí. VARGAS, Jonas Moreira. Negócios, família e riqueza entre os Barões do charque (Pelotas-RS, c.1850-c. 1900). História e Economia: Revista Interdisciplinar, v. 14, n. 1, p. 87-106, 2015. p. 90.

¹⁰⁰⁴ AHRs, FI, M3. Relatório do estado dos aldeamentos em 1850 pelo José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos aldeamentos de índios da Província de São Pedro. Rio Pardo, 28/12/1850.

¹⁰⁰⁵ AHRs.FI.M3. Carta de José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios perguntando como registrar as terras de São Nicolau frente a nova legislação ao presidente João Lins Vieira Cansanção do Sinimbu. Rio Pardo, 04/03/1855.

¹⁰⁰⁶ AHRs.FI.M3. Auto de tomo das terras da aldeia de São Nicolau do Rio Pardo. 1856.

¹⁰⁰⁷ AHRs.FI.M3. Relatório de Joaquim José da Fonseca e Souza Pinto, diretor geral interino dos índios ao presidente Ângelo Munis da Silva Ferraz sobre o estado da aldeia de São Nicolau. Aldeia de São Nicolau, 26/12/1857.

aparecem os ervais da Serra Geral. Aparentemente a Lei de Terras tinha sido utilizada para preservar o território indígena, mas, como veremos a seguir, o desfecho foi outro.

Junto ao tombo de São Nicolau apareceram outras terras de guaranis usurpadas por particulares. Não sabemos a situação legal das aldeias de Encruzilhada e Cachoeira, apenas que eram pequenos aldeamentos com “*poucas quadras de terreno*”. Mas, no município de São Borja, a antiga estância dos guaranis missioneiros de Itaroquem, que era “*mais de uma sesmaria*” estava ocupada pelo Coronel José Correia da Silva Guimarães; com a mesma dimensão, a fazenda de São Gabriel, fora arrendada para o Brigadeiro José Maria da Gama Lobo Coelho da Essa; ainda, em Cruz Alta, nove léguas de campos e matos pertencentes aos guaranis foram esbulhadas¹⁰⁰⁸. Ao apontar estas expropriações Andrade Neves reconheceu a propriedade dos guaranis sobre imensas extensões de terras, que foram tomadas por poderosos locais. Lembremos que, em 1856, quando foi feito este levantamento, os guaranis também estavam buscando provar sua posse sobre as terras da estância de São Vicente, desencadeando a disputa com os poderosos locais. Da mesma forma, os kaingang de Nonoai enfrentaram os posseiros que invadiam seu aldeamento e, os que viviam em Erechim, envolveram-se na sangrenta contenda pela posse das terras ancestrais.

Neste momento de intensificação das disputas pela terra, os indígenas de São Nicolau ainda possuíam uma data de terras com ervais, nas proximidades da colônia de Santa Cruz, como mencionado anteriormente, mas seguiam com o problema de falta de braços para a extração do produto, pois as guerras e o recrutamento haviam deixado marcas profundas na comunidade, levando os melhores trabalhadores. Em 1859, Andrade Neves informava, uma vez mais, que a pouca erva-mate da aldeia de São Nicolau do Rio Pardo, estava sendo extraída por estranhos que, ao não respeitarem o tempo da colheita de março a junho, depredavam os ervais, causando imensos prejuízos aos indígenas¹⁰⁰⁹.

O governo provincial não tomou medidas para conter os invasores, pelo contrário, havia o encorajamento da exploração dos ervais. A descoberta de um campo chamado Vacas Brancas ilustra bem o incentivo que o governo provincial dava às expedições que invadiam terras indígenas. O local, pertencente a comarca de São Borja, era um grande terreno da antiga missão jesuítica, famoso pelos ervais e pela criação bovina. Havia ficado

¹⁰⁰⁸ AHRS.FI.M3. Resposta de uma portaria dada por José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios, ao presidente Jerônimo Francisco Coelho, sobre as terras pertencentes aos índios na província. Rio Pardo, 12/06/1856.

¹⁰⁰⁹ AHRS. FI, M4.DGI. Relatório Geral do Estado dos Aldeamentos, José Joaquim d’Andrade Neves, Diretor Geral. Rio Pardo, 12/03/1859.

oculto dos não indígenas por muitos anos e expedições anteriores fracassaram em encontrá-lo. Mas, o “*alto preço*” que as ervas tinham atingido incentivou que fosse desbravado em 1857¹⁰¹⁰.

O local era desconhecido dos “brancos”, porém havia indígenas vivendo em Vacas Brancas. Segundo o relato da expedição, mal os aventureiros haviam chegado ao campo foram atacados por uma “*horda de bugres*”. Não sabemos exatamente se eram guaranis, considerados “selvagens” e, por isso, tratados desta maneira pejorativa ou se eram kaingangs, mas fato é que um grupo de indígenas vivia ali, uma região segura e isolada, onde abundavam recursos. O interesse no campo foi tamanho que o pároco de São Borja e a Câmara de Cruz Alta solicitaram que fossem feitos esforços de exploração. Assim, armou-se uma expedição composta pela Guarda Nacional de São Borja, por sete “*índios mansos do aldeamento de Nonoai*” comandados pelo cacique Antônio Prudente, um agrimensor e os dois desbravadores, para retornar àquele campo. O objetivo da presidência era fazer daquele ponto a convergência de três caminhos de trilhos de trem: o primeiro direcionado para São Borja; o segundo para Cruz Alta, com o objetivo de transportar a erva-mate produzida naquela comarca até o rio Uruguai, e o terceiro conectando a margem deste mesmo rio, onde se fundaria uma capela para servir de “*empório comercial dos ervais pelo Uruguai acima*”¹⁰¹¹.

O plano do governo provincial para explorar a região de Vacas Brancas incluía instruções do tratamento que deveria ser dado aos indígenas. A ideia era repetir as técnicas utilizadas anteriormente para convencer os kaingang a se aldearem. Por isso, os expedicionários foram abastecidos de “*bugiganga e roupas com que mimosear e contentar os índios*”, buscando com isso agradá-los para que se juntassem aos outros nos aldeamentos. Aqueles que fossem presos por razão de algum embate deveriam, depois, serem postos em liberdade. A exceção foi o tratamento destinado às crianças indígenas, que deveriam ser batizadas e remetidas à capital para o Arsenal de Guerra, no caso dos meninos, e para o Asilo Dona Leopoldina, caso fossem meninas¹⁰¹², utilizando uma estratégia que tornar-se ia cada vez mais comum, a de afastamento dos pais e filhos. Essas estratégias visavam “domesticar” os “bugres” para se apropriar das terras e ervais de Vacas Brancas.

¹⁰¹⁰ BND. HD. RPP. Relatório do vice-presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Patrício Correia da Câmara, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial. 11/10/1857, p.61-63.

¹⁰¹¹ *Idem.*

¹⁰¹² *Ibidem.*

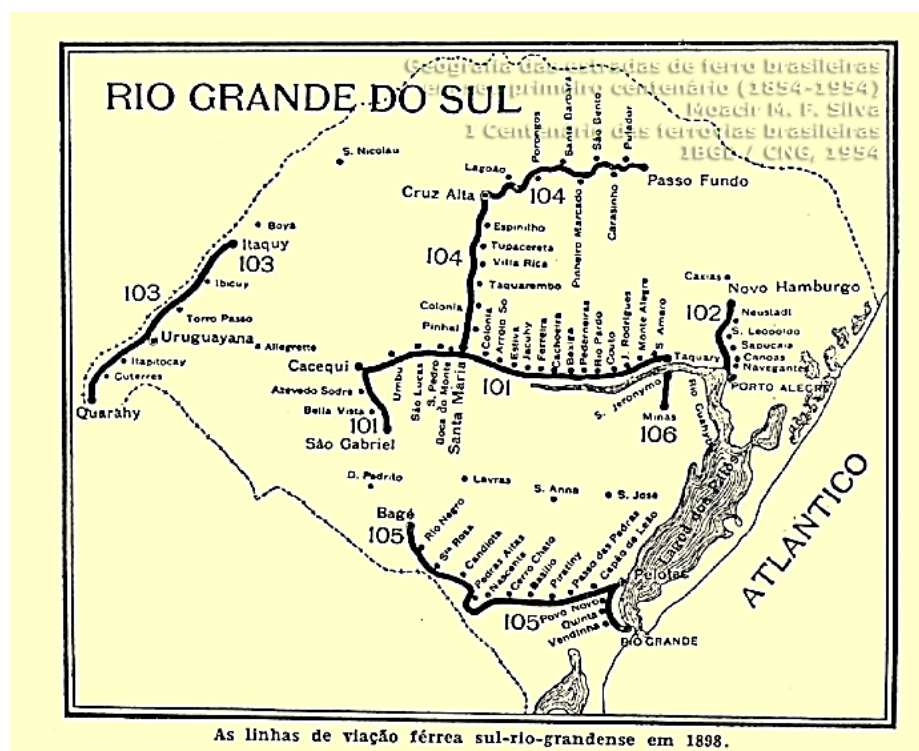


FIGURA 29- AS LINHAS DA VIAÇÃO FÉRREA SUL-RIO-GRANDENSE EM 1898

FONTE: [HTTP://VFCO.BRAZILIA.JOR.BR/FERROVIAS/MAPAS/1898REDEGAUCHA.SHTML](http://VFCO.BRAZILIA.JOR.BR/FERROVIAS/MAPAS/1898REDEGAUCHA.SHTML)

A privatização das ervateiras atingia também outros grupos de kaingangs. O liderado por Chico sem Nariz, que habitava os Campos de Cima da Serra, foi acusado de extrair erva-mate sem autorização e estava sendo forçado a aldear-se:

Constando que nos campos de Diogo José d'Oliveira, estava arranchada a tribo do cacique conhecido por Francisco sem nariz, a qual vivia da pilhagem, e estava malquista de todos os moradores dos campos do Meio; assenhorando-se de ervais que não lhe pertenciam; ordenou-se que estes índios fossem transferidos para aquele aldeamento¹⁰¹³.

Em 1864, o mesmo cacique Chico era suspeito de atacar e roubar uma comitiva que transportava erva-mate¹⁰¹⁴. Em contraste com a privação dos guaranis dos proventos oriundos do mate em São Nicolau e com a espoliação dos kaingangs não aldeados, a produção de Nonoai aumentava a cada ano, permitindo prover a aldeia de algumas de

¹⁰¹³RPP, 1863, p.45-46. HD, BN.

¹⁰¹⁴ AHRS.FI.M4. Relato de um ataque de indígenas a uma comitiva que transportava erva mate possivelmente realizado pelos índios do cacique Chico enviadas pelo diretor José Joaquim de Oliveira ao diretor geral. Aldeia de Nonoai, 05/01/1864.

suas necessidades. Por exemplo, no ano de 1864, Nonoai produziu 3400 arrobas de erva mate, com cujo lucro os indígenas compraram vestimentas para se agasalhar naquele inverno¹⁰¹⁵.

A expropriação dos ervais, em especial o dos guaranis de São Nicolau, deu-se, portanto, em um momento em que tanto o produto encontrava-se valorizado, quanto a desapropriação das terras indígena estava facilitada pela legislação. Lembremos que em 1851 foi expedido um ofício mandando incorporar aos bens nacionais todas as terras de indígenas que vivessem “*confundidos com a massa da população*”¹⁰¹⁶. Isso atingia muito fortemente os habitantes de São Nicolau, pois, sem os ervais, buscavam alternativas em atividades econômicas fora do aldeamento, misturando-se à população rural.

A dispersão dos indígenas são nicolauenses foi constantemente reiterada. O diretor Fonseca Pinto, apontavam que depois da guerra civil e de “*terem alguns particulares apossado-se das melhores terras onde faziam suas roças e plantações*”, além de lhes roubarem em uma “*medição cavilosa*” os ervais, os guaranis encontravam-se espalhados por toda a província. Acrescentava, que estavam empregados em serviços particulares e que nada retornava para o sustento do aldeamento¹⁰¹⁷. Em 1853, reiterava que os índios quando chegavam em “*idade civil*” procuravam outros serviços e mudavam de domicílio, não retornando mais¹⁰¹⁸. Durante toda a década, o exército foi apontado como grande sugadouro da mão de obra, como apontado pela Diretoria Geral:

(...) os moços são tirados para os corpos de linha do exército, **não pode Exmo. senhor sair um índio moço a negócio em procura de sustentar sua família que não sejam agarrados para soldados**, ainda mesmo levando licença e portaria de seu diretor sem maior atenção destes miseráveis dignos de melhor sorte, pois, são este os primeiros soldados que correm a reunir-se quando é preciso defender a integridade do império e seu governo¹⁰¹⁹.

Em 1857, o diretor de São Nicolau informou como procedia o recrutamento que esvaziava a aldeia. Segundo ele, na Guerra dos Farrapos foram recrutados todos os que “*pudesse sustentar o peso de uma espada*”, depois, todos os anos se fazia uma recruta com a autorização do comandante do aldeamento, sendo também muitos indígenas da

¹⁰¹⁵ AHRs.FI.M4. Relatório do estado dos aldeamentos no ano de 1864 confeccionado pelo diretor geral interino Joaquim José da Fonseca e Souza Pinto. Aldeia de São Nicolau, 24/12/1864.

¹⁰¹⁶ AHRs, F1, M3. Cópia de um ofício enviado ao diretor dos índios pelo presidente Pedro Ferreira de Oliveira sobre a lei de incorporação das terras dos aldeamentos. Porto Alegre, 16/06/1851.

¹⁰¹⁷ AHRs, F1, M3. Relatório do estado dos aldeamentos da província de 1851 que fez Joaquim José da Fonseca Pinto, diretor geral interino dos índios. Rio Pardo, 29/12/1851.

¹⁰¹⁸ AHRs, F1, M3. Relatório do estado dos aldeamentos da província em 1853 apresentado pelo diretor geral Andrade Neves ao presidente da província. Rio Pardo, 10/08/1853

¹⁰¹⁹ AHRs. FI.M3. Relatório do estado dos aldeamentos de 1857, realizado por José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios. Rio Pardo, 17/09/1857.

província enviados para a Marinha. Mas, nos últimos anos, afirmava, qualquer indivíduo levava os indígenas sem autorização do diretor “*porque são brasileiros*”. Ou seja, a mudança de status dos indígenas após a independência não os protegeu dos interesses dos fazendeiros locais, nem do serviço bélico. Pelo contrário, segundo o diretor, os “*índios mais robustos estão sempre em serviços particulares*” e os poucos que restaram iam sendo arrastados às armas sempre que um destacamento passava pela aldeia. Relatava que, quando os Guardas Nacionais acamparam na aldeia, ao partir, levaram sete jovens guaranis com eles. Nem mesmo os pequenos aprendizes escapavam da recruta. O diretor afirmou que alguns sentaram praça em Primeira Linha ou na Guarda Nacional, alguns morreram e ainda uns foram entregues aos padrinhos¹⁰²⁰.

As moças também se evadiam do aldeamento, sendo mandadas como trabalhadoras para a cidade de São Gabriel. No entanto, a respeito das mulheres, o diretor acreditava que deveriam mesmo ser enviadas à casa de particulares para serem educadas na religião católica. Isso porque: “*Na cidade do Rio Pardo, existem algumas mestiças, filhas desta aldeia, que já não querem ser chinas e algumas estão casadas com homens brancos*”¹⁰²¹. A palavra “*china*” de origem quéchua, foi documentada no dicionário de 1586, publicado em Lima, atribuído ao dominicano Domingos Santos Thomar, no qual consta o seguinte significado: “*criada, moça de servicio*” e “*hembra, cualquier animal*”¹⁰²². Não foi ainda escrito com detalhes como a palavra quéchua chegou ao sul do Brasil, contudo, foi amplamente utilizada nas fontes do século XIX para designar mulheres indígenas. Seu significado está atrelado ao trabalho e o relato do diretor dos índios permite observar que “*china*” era uma condição ligada ao aldeamento. O termo correlaciona etnia, cultura, trabalho e território, demonstrando que aquelas que abandonavam o aldeamento deixavam de ser indígenas/ “*chinas*” e passavam a ser “*mestiças*”. Esta fonte permite observar como o processo de invisibilização atingiu também as mulheres, fazendo com que perdessem designativos inequivocadamente indígenas para serem classificadas de forma mais genérica. Assim, o próprio termo *china*

¹⁰²⁰ AHR.S.FI.M3. Relatório de Joaquim José da Fonseca e Souza Pinto, diretor geral interino dos índios ao presidente Ângelo Muniz da Silva Ferraz sobre o estado da aldeia de São Nicolau. Aldeia de São Nicolau, 26/12/1857.

¹⁰²¹ *Idem*.

¹⁰²² Lybrary of Congress. Arte, y vocabulario em la lengua general del Perv llamada Quichua, y en la lengua Española, 1586. Disponível em: <https://www.wdl.org/pt/item/13769/>. Os dicionários atuais de quéchua aponta entre os significados possíveis o de “Hembra. Animal del sexo feminino; Mujer de baja condición; Criada, sirviente” Diccionario quechua - español – quechua. Academia Mayor de la lengua quechua Gobierno regional Cusco. Perú: Cusco, 2005. p. 60.

sofreu transformações e, atualmente, na linguagem regional do Rio Grande do Sul, assume a conotação de prostituta sem uma ligação direta com a questão étnica¹⁰²³.

Em 1866, o diretor Souza Pinto informou que a última data de terras com ervais que os indígenas possuíam, aquela no pé da Serra Geral que havia sido comprada anos antes, ficou junto às terras que se deu ou vendeu aos alemães instalados na colônia de Santa Cruz do Sul. Apesar do ex-presidente da província, Fernandes Leão, ter dado razão aos indígenas, quando ele foi substituído por Pereira Rocha, nenhuma providência foi tomada. O sucessor, Souza Gonzaga, sequer respondeu às solicitações do diretor a respeito dos ervais, que foram para sempre perdidos¹⁰²⁴.

O esbulho das terras de São Nicolau não parou nos ervais, nem sua população deixou de evadir-se em busca de melhores condições de vida. Naquele momento, o desmantelamento e a expropriação do território do próprio aldeamento já estavam bem avançados. A região de Cruz Alta, onde ficavam as terras apropriadas por Eleutério Rodrigues Lima, tornou-se a maior produtora de erva-mate do Rio Grande do Sul. No final do oitocentos, com a nova delimitação da fronteira entre Brasil e Paraguai, resultado do conflito bélico envolvendo os países platinos, ampliou-se a exploração dos ervais na região do Mato Grosso do Sul, utilizando-se da mão de obra guarani, nhandevá e kaiowá, em especial com a fundação da *Companhia Matte Larangeira*, em 1882¹⁰²⁵. Assim, outras populações indígenas também foram diretamente afetadas pela exploração ervateira.

3.4.2 A rifa das terras e a lei de extinção do aldeamento

“O estado da Aldeia de São Nicolau depois que por Lei provincial (ainda não posta em execução) passou a ser considerada Colônia tem sido continuamente invadida e alemães e nacionais ali se tem arranchado na esperança de poderem obter prazos coloniais¹⁰²⁶.”

¹⁰²³ Os dicionários do século XIX não trazem o significado da palavra. Os de vocábulo regional do RS consultados não são aprofundados, ao menos nos vocábulos consultados, mas oferecem os significados aqui descritos e bastante conhecidos na cultura popular. Ver: NUNES, 1996. e OLIVEIRA,, 2002.

¹⁰²⁴ AHR.S.FI.M4. Carta do diretor interino dos índios Souza Pinto ao vice-presidente Augusto Pereira da Cunha relatando a expropriação da aldeia de São Nicolau e a dificuldade de arcar com os custos judiciais das reivindicações de propriedade. São Nicolau, 22/05/1866.

¹⁰²⁵ OLIVEIRA, Jorge Eremites de; ESSELIN, Paulo Marcos. Uma breve história (indígena) da erva-mate na região platina: da Província do Guairá ao antigo sul de Mato Grosso. *Espaço Ameríndio*, v. 9, n. 3, p. 278-278, 2015. e MURA, Fabio. *Á procura do “bom viver”*: Território, tradição e ecologia doméstica entre os Kaiowa. Vol. I e II. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional: Rio de Janeiro, 2006.

¹⁰²⁶ AHR.S.FI.M4. Comunicado de José J. de Andrade Neves ao presidente que a aldeia de São Nicolau tem sido continuamente invadida por alemães e nacionais. Rio Pardo, 04/08/1864.

Como mencionado, em 1855, logo após o estabelecimento das normativas para a implementação da Lei de Terras ocorreu o tombo do patrimônio do aldeamento de São Nicolau do Rio Pardo e o terreno do aldeamento passou a pertencer ao patrimônio nacional. O próprio Decreto nº 1.318/1854, que regulamentava a aplicação da Lei de Terras, não distinguia como deveriam ser tratadas as sesmarias de índios. No caso de São Nicolau do Rio Pardo foi apresentada uma carta de sesmaria, além disso, a terra estava habitada e cultivada, tendo, portanto, os pré-requisitos para legitimação do terreno. Contudo, o artigo 94º do Decreto regulamentador, especificava que as terras de indígenas deveriam ser registradas por seus diretores, mas os aldeados não teriam direito sobre ela.

Desta forma, ao contrário da regulamentação barrar o avanço dos posseiros em São Nicolau, ela fomentou a legitimação daqueles que possuíam meios para legalizar suas posses. Caso semelhante ao observado por Marcia Motta no Rio de Janeiro¹⁰²⁷. Por exemplo, quando a Repartição Geral de Terras enviou uma portaria, em 1858, solicitando que pessoas que tivessem terras nas sesmarias dos índios buscassem a regulamentação destas posses, provavelmente aqueles que tinham mais recursos conseguiram tirar maiores fatias do território indígena¹⁰²⁸.

Desse modo, a expropriação dos terrenos dos guaranis só se intensificou. Em, 1857, o diretor Souza Pinto reclamou que vizinhos ao aldeamento estavam levando seu gado para pastar nas terras indígenas e estes fazendeiros tinham intenções de se apropriar daqueles campos e matos¹⁰²⁹. Dois anos depois, a expropriação das terras da aldeia estava sendo feita pelo próprio Juiz Comissário encarregado de demarcar as terras para as colônias. O diretor Andrade Neves solicitou providências ao presidente da província, pois o juiz estava entrando nos ervais da aldeia e nas terras do próprio diretor nas proximidades de Santa Cruz¹⁰³⁰, repartindo em colônias estes terrenos¹⁰³¹.

Em 1860, Andrade Neves enviou à presidência da província a cópia dos títulos das terras compradas pelos indígenas de seu diretor o capitão Joaquim José da Fonseca e

¹⁰²⁷ MOTTA, Márcia Maria Menendes. Nas fronteiras do poder: conflito de terras e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998. p. 159-

¹⁰²⁸ AHR.S.FI.M4. Recebimento de portaria da Repartição Geral das Terras Públicas sobre a regulamentação de posseiros na sesmaria dos índios. Rio Pardo, 05/03/1858.

¹⁰²⁹ AHR.S.FI.M3. Relatório de Joaquim José da Fonseca e Souza Pinto, diretor geral interino dos índios ao presidente Ângelo Munis da Silva Ferraz sobre o estado da aldeia de São Nicolau. Aldeia de São Nicolau, 26/12/1857.

¹⁰³⁰ A localização dada pela carta coincide com o município atualmente chamado de Venâncio Aires, que já foi um grande produtor de erva-mate.

¹⁰³¹ AHR.S.FI.M4. Carta do diretor José Joaquim de Andrade Neves ao presidente da província Joaquim Antônio Fernandes Leão, sobre as terras de São Nicolau estarem sendo medidas para se tornar colônias. Rio Pardo, 20/07/1859.

Souza Pinto. Os documentos originais haviam sido enviados anos antes, quando estavam medindo as terras do aldeamento, e não haviam sido devolvidos. Andrade Neves solicitava que os documentos lhe fossem entregues, pois a demarcação ainda não estava efetivada. Dizia em sua carta que terminada a demarcação, a parte do terreno que pertencia aos índios ficaria à disposição do governo conforme a Lei de Terras¹⁰³². Ou seja, ainda que regularizadas, as terras de São Nicolau pertenciam à nação, que delas podia fazer o que bem entendesse.

Se a sesmaria dos índios, encontrava problemas sérios de usurpação, as datas de terra da Serra Geral, pertencentes aos guaranis, também enfrentavam esbulhos. Os terrenos adquiridos em 1830, que se localizavam na Serra Geral, Distrito do Couto, lindeiro ao aldeamento de São Nicolau, encontravam dificuldades de legitimação. O primeiro embaraço para garantia das terras era a disputa com um fazendeiro chamado Luís Antônio da Silveira que, em 1846, havia recebido o usufruto daquela data e desde então apossara-se dela¹⁰³³. O segundo, é que apesar de escrituradas quando adquiridas pelos indígenas, parte das terras achavam-se ocupadas, medidas e demarcadas por Manoel de S. Cruz e outros “brasileiros”, à revelia do diretor e dos indígenas. O problema que se apresentava, mais uma vez é que os indígenas não tinham meios pecuniários para entrar na justiça e reivindicar a propriedade das datas¹⁰³⁴.

Na metade do ano de 1861, o diretor geral, sugeriu que os indígenas dos recém extintos aldeamentos de São Vicente e Santa Isabel, o primeiro com população guarani e o segundo com população kaingang, fossem trasladados para São Nicolau¹⁰³⁵. Naquele mesmo ano, um relatório anônimo propunha que se arrendassem as terras de São Nicolau conforme o previsto no Regulamento das Missões de 1845¹⁰³⁶. As duas sugestões visavam trazer mão de obra para a aldeia, que se via cada vez mais abandonada por seus nativos.

Contudo, o poder provincial tinha outros planos para São Nicolau e, em dezembro de 1861, a Assembleia Legislativa da província criou o projeto de Lei nº 3 visando transformar o aldeamento em uma colônia agrícola. O diretor geral dos índios, Andrade

¹⁰³² AHRS.FI.M4. Carta de José Joaquim Andrades Neves, diretor geral dos índios para o presidente da província, Conselheiro Joaquim Antônio Fernandes Leão sobre os títulos de terras que os índios de São Nicolau compraram. Rio Pardo, 01/12/1860.

¹⁰³³ AHRS.FI.M4. Cópia de uma certidão de título de terras passadas a Luís Antônio da Silveira no distrito do Coito. Rio Pardo, 26/11/1860.

¹⁰³⁴ AHRS.FI.M4 Carta do Diretor Joaquim José da Fonseca Souza Pinto para José Joaquim Andrades Neves, Diretor Geral dos índios sobre terras que haviam sido compradas para o Aldeamento de São Nicolau e agora estão ocupadas por outros. Aldeia de São Nicolau, 3/06/1861.

¹⁰³⁵ AHRS.FI.M4. Relatório do estado dos aldeamentos de 1861 realizado por Andrade Neves. Rio Pardo, 27/07/1861.

¹⁰³⁶ AHRS.FI.M4. Relatório do Estado dos Aldeamentos de 1861. s/a, d.p. 1861.

Neves, era muito favorável ao projeto, pois acreditava que isso favoreceria os indígenas e seria um bom pagamento pelos serviços por eles prestados no Exército e na Marinha. Além disso, em sua opinião, o trabalho agrícola afastaria os guaranis do perigo dos “*vícios e ociosidade de tribos nômades, muitas vezes sem os palmos de terra necessários para sua sepultura*”. O diretor esperava que a formação da colônia pudesse trazer de volta os “*índios dispersos*”. Contudo, aconselhava a privilegiar os naturais e residentes na aldeia, fazendo com que, para esses, não fosse necessária a compra dos lotes de terra, pois a maior parte da população era composta de velhos e crianças que, sob estas condições, seriam forçados a abandonar o aldeamento¹⁰³⁷. A Lei nº 3, no entanto, previa as mesmas condições de aquisição dos lotes de terra para os índios aldeados e para as “*famílias brasileiras agrícolas*”: a compra. Os indígenas que não tivessem condições de adquirir lotes deveriam ser transportados para o aldeamento kaingang de Nonoai ou outra localidade que lhes conviesse¹⁰³⁸. Ou seja, o projeto claramente expulsava os guaranis remanescente de São Nicolau pois, segundo as informações dos próprios agentes governamentais, os indígenas estavam em completa miséria.

Quanto mais interesses recaíam sobre as terras de São Nicolau, mais inflamava-se o discurso sobre a suposta ociosidade guarani. Em uma narração dos primórdios do aldeamento e da situação em que se encontrava, o diretor José Joaquim da Fonseca Souza Pinto, lamentava o fato de tão bons terrenos estarem nas mãos de homens que não sabiam aproveitá-los e instava a obrigação ao serviço como forma de remediar uma suposta índole guarani inepta ao trabalho. Uma vez mais, a retórica dos agentes provinciais justifica a expropriação das terras e o controle do trabalho pelo viés racial:

O sistema único que pode na atualidade a esta qualidade de homens sem dúvida é pôr lhe restrições e **obrigando-os ao trabalho**, cortando-lhes o **inveterado costume de darem-se vadiações**, por este modo talvez se possa conseguir reestabelecer a ordem e moralidade perdida, proibindo-se qualquer indivíduo ajustar índios para fora do aldeamento, sem os ajustarem perante o Diretor, e com licença dele¹⁰³⁹.

São Nicolau do Rio Pardo passou de aldeia à colônia. A Lei provincial nº 493 de 11 de janeiro de 1862 dispunha sobre esta transformação e instituiu a distribuição de

¹⁰³⁷ AHRS.FI.M4. Análise do diretor geral Andrade Neves sobre o projeto de lei nº3 da Assembleia provincial que pretende transformar a aldeia de São Nicolau em uma colônia. Rio Pardo, 01/12/1861.

¹⁰³⁸ AHRS.FI.M4. Projeto de Lei nº3 que cria uma colônia agrícola no aldeamento de Rio Pardo. (d.p. 1861)

¹⁰³⁹ AHRS.FI.M4. Cópia de um relatório do Diretor do Aldeamento de São Nicolau do Rio Pardo José Joaquim da Fonseca Souza Pinto para o Brigadeiro José Joaquim de Andrade Neves- Diretor Geral dos índios da Província. Aldeia de São Nicolau 31/12/1860,

prazos de terra preferencialmente para “*famílias brasileiras agrícolas e laboriosas*”¹⁰⁴⁰. No decreto nada consta sobre os indígenas habitantes de São Nicolau.

A diretoria dos índios instava para que neste processo fosse cumprido o 12º artigo da Lei de Terras, que reservava terrenos devolutos para “*colonização indígena*”¹⁰⁴¹. O que se propunha é que a antiga sesmaria dos índios se transformasse em lotes individuais de terra, sendo reservados alguns para as famílias indígenas. Perder-se-ia, assim, a propriedade coletiva da terra, mas, acreditavam, isso seria um estímulo para que os guaranis se dedicassem ao trabalho agrícola e permanecessem na localidade. Mas, um ano depois, em 1863, ainda não havia sido dada execução à colonização, pois não foram destinados lotes para os indígenas e tampouco demarcado terrenos para os novos colonos¹⁰⁴². Portanto, ainda figurava como aldeamento, residindo em suas terras 234 indígenas¹⁰⁴³.

Ainda com a resolução de extinguir o aldeamento, seguiram as contendas de terras. Em agosto de 1862, a diretoria dos índios escreveu ao presidente da província solicitando providências para retirar Antônio Augusto Ferraz da Silva de uma chácara dentro de São Nicolau¹⁰⁴⁴; pouco mais tarde soube-se como ocorreu a intrusão deste posseiro. Por volta do ano de 1834, o italiano João Sacarello tomou posse dos bens de seu falecido irmão Lourenço Sacarello, apossando-se também de um terreno arrendado dentro do aldeamento de São Nicolau, onde havia um curral para conter os bois destinados ao corte de talhos na cidade de Rio Pardo. Com o estopim da guerra dos Farrapos o arrendamento não foi cobrado. Mais uma vez, é possível observar o quanto a guerra civil deixou marcas profundas na comunidade indígena. Como mencionado, foi também naquele momento que eles perderam seus importantes ervais para Eleutério Rodrigues Lima.

Tendo findado o conflito, Lourenço Sacarello retornou para a Itália, vendendo o terreno (o qual seu irmão sequer havia pago os arrendamentos) ao seu genro, que era justamente Antônio Augusto Ferreira da Silva. Este último tratou de mandar medir e

¹⁰⁴⁰ AHRS. Fundo Legislação. 0582. Lei provincial que autoriza o estabelecimento de uma colônia agrícola sobre as terras do aldeamento de São Nicolau do Rio Pardo. Porto Alegre, 11/01/1862.

¹⁰⁴¹ AHRS.FI.M4. Relatório do estado dos aldeamentos feito por José Joaquim de Andrades Neves, diretor geral dos índios para o Desembargador Francisco d’Assis Pereira da Rocha, Presidente da Província. Rio Pardo, 23/06/1862

¹⁰⁴² AHRS.FI.M4. Informações dadas sobre os aldeamentos da província. s.d

¹⁰⁴³ AHRS.FI.M4. Mapa dos índios de 1863

¹⁰⁴⁴ Carta de Andrades Neves para o Presidente da Província Desembargador Francisco d’Assis Pereira Rocha sobre necessidade de fazer obras em São Nicolau e sobre terras não outorgadas. Rio Pardo, 22/08/1862.

registrar sua posse da chácara. O diretor de São Nicolau, Souza Pinto, reclamou às autoridades, mas o presidente Pereira Rosa confirmou a medição e mandou que, caso quisessem, os aldeados reivindicassem judicialmente o terreno. Novamente, diante da falta de recursos para entrar na justiça, que antes provinham exclusivamente da venda da erva mate, os guaranis e seu diretor se viram de mão atadas. Após algumas reclamações, o presidente da província prometeu solicitar mais informações sobre o terreno, mas nada fez¹⁰⁴⁵. A situação agravou-se, pois, a chácara de Antônio Augusto Ferreira da Silva, foi dada como prêmio de uma rifa¹⁰⁴⁶. O ganhador da rifa foi um homem chamado Antero. Apesar das rifas seres proibidas e das circunstâncias ilegais de aquisição do terreno, nada foi feito para reestabelecer a propriedade aos guaranis.

Outra expropriação dos bens indígenas ocorreu por conta da cobrança de uma dívida do Capitão de Oliveira Chaves. Para saldar tal dívida foi lhe tomada a casa que ficava em um pequeno terreno dentro do aldeamento de São Nicolau. O diretor Souza Pinto atribuía tal cobrança a uma retaliação política, pois o capitão não teria dado seu voto a um opositor. O diretor reclamava que não se tomavam medidas contra usurpadores das terras do aldeamento, o que estimulava que outros fizessem o mesmo, comprando e vendendo o antigo patrimônio indígena que, naquele momento, passara a ser considerado parte dos bens nacionais¹⁰⁴⁷. De fato, pouco depois um alemão chamado Bernardo comprou de forma ilegítima uma chácara no terreno pertencente à aldeia¹⁰⁴⁸. Outros alemães, evangélicos, estabeleceram-se com suas famílias na aldeia: dois fundaram uma ferraria, um trabalhava de tamanqueiro, outro de correeiro, montando um curtume, outro ainda abriu um negócio de secos e molhados¹⁰⁴⁹.

¹⁰⁴⁵ AHRS.FI.M4. Diretor interino dos índios Joaquim José da Fonseca Pinto sobre a usurpação de terras e o estado lastimável de São Nicolau. Rio Pardo, 09/04/1863.

¹⁰⁴⁶ AHRS.FI.M4. Carta do diretor Joaquim José da Fonseca S. Pinto ao diretor geral Andrade Neves sobre um terreno da Aldeia de São Nicolau Rio Pardo comprado por Antônio Augusto Ferreira da Silva que estava servindo de prêmio em uma rifa. Rio Pardo, 08/07/1863.

¹⁰⁴⁷ AHRS.FI.M4. Carta do diretor Joaquim José da Fonseca S. Pinto ao diretor geral Andrade Neves sobre um terreno da Aldeia de São Nicolau Rio Pardo comprado por Antônio Augusto Ferreira da Silva que estava servindo de prêmio em uma rifa e outros esbulhos. Rio Pardo, 08/07/1863.

¹⁰⁴⁸ AHRS.FI.M4. Pedido de informação do diretor interino Joaquim J. da F. Pinto sobre o uso de uma chácara comprada por um alemão chamado Bernardo dentro do terreno da aldeia de São Nicolau do Rio Pardo. São Nicolau, 24/10/1864.

¹⁰⁴⁹ AHRS.FI.M4. Relatório do estado dos aldeamentos no ano de 1864 confeccionado pelo diretor geral interino Joaquim José da Fonseca e Souza Pinto. Aldeia de São Nicolau, 24/12/1864.

No relatório do ano de 1863, o diretor resume que havia dentro da aldeia a presença de colonos alemães e ex-soldados, com posse legítima ou ilegítima das terras¹⁰⁵⁰. De qualquer forma, as terras de São Nicolau vinham sendo retalhada.

Contudo, em novembro de 1864 o governo negou uma autorização para fundação de uma colônia agrícola nas terras da aldeia¹⁰⁵¹. A determinação contrasta com a decisão que já havia sido tomada dois anos antes de transformar São Nicolau em colônia agrícola. A manutenção do local como aldeia, não impediu a invasão das terras. Em agosto de 1864, o diretor Andrade Neves comunicou à presidência que na expectativa da formação da colônia muitos invasores estavam se alojando no aldeamento:

O estado da Aldeia de São Nicolau depois que por Lei provincial (ainda não posta em execução) **passou a ser considerada Colônia tem sido continuamente invadida e alemães e nacionais** ali se tem arranchado na esperança de poderem obter prazos coloniais¹⁰⁵².

Assim, diversos indivíduos seguiam comercializando as propriedades do aldeamento. Um documento do ano de 1864 elenca quatro terrenos da aldeia vendidos à revelia do interesse dos guaranis¹⁰⁵³. Isso além do que já foram citados aqui. Ademais, dois ferreiros Henrique e Serafim de Jesus se apropriaram dos terrenos do quartel e da aldeia juntando-os com os terrenos de João Fernandes, que também não tinha propriedade legítima sobre aquela parcela de terra. Os guaranis que restavam na aldeia iam sendo expulsos e, de pouco em pouco, toda a propriedade indígena passava para mão de terceiros:

(...) aquela chácara que Lourenço do Couto fez ver a V. Exa que era sua, e por esse motivo **se retirou daí a Guarani Maria**, me consta estar em poder do alemão Bernardo, e que este já tem aberto cem braços de valo; pela beira da estrada que se segue para a ponte do Couto: o filho de Américo Machado também está cercando seu pedaço de terreno de sorte que neste andar **em breve se irá tudo quanto foi deixado para patrimônio desta Aldeia de São Nicolau (...)**¹⁰⁵⁴

¹⁰⁵⁰ AHRS.FI.M4. Cópia de um relatório do Diretor do Aldeamento de São Nicolau do Rio Pardo José Joaquim da Fonseca Souza Pinto para o Brigadeiro José Joaquim de Andrade Neves- Diretor Geral dos índios da Província. Aldeia de São Nicolau 31/12/1860.

¹⁰⁵¹ AHRS.FI.M4. Sobre a não autorização do governo imperial de fundar uma colônia na aldeia em São Nicolau do Rio Pardo. Porto Alegre, 22/11/1864. E AHRS.FI.M4. Cópia de uma carta da diretoria das terras públicas e colonização não autoriza, por ora, a distribuição e vendas de lotes de terra da aldeia de São Nicolau. Rio de Janeiro, 29/12/1862.

¹⁰⁵² AHRS.FI.M4. Comunicado de José J. de Andrade Neves ao presidente que a aldeia de São Nicolau tem sido continuamente invadida por alemães e nacionais. Rio Pardo, 04/08/1864.

¹⁰⁵³ AHRS.FI.M4. Resumo das questões de terra envolvendo a Aldeia de São Nicolau. s/a, d.p 1864.

¹⁰⁵⁴ AHRS.FI.M4. Carta do diretor Joaquim José da F. e S. Pinto ao diretor geral Andrade Neves informando sobre a usurpação de terras e expulsão de indígenas da aldeia. São Nicolau, 23/07/1864

Naquele mesmo ano, o relato do diretor é de que o aldeamento se encontrava em completo abandono: os prédios estavam deteriorados e havia apenas quatorze indígenas que produziam alimentos, não havia mais uma roça em comum, “*chinas e peões*” espalhavam-se pela cidade e por todos os termos de Rio Pardo, em serviços particulares¹⁰⁵⁵. Em 1866, o diretor Souza Pinto, apontou que várias mulheres indígenas estavam na cidade “*empregadas na perversidade*”, provavelmente fazendo alusão à prática da prostituição¹⁰⁵⁶. O recurso encontrado por essas mulheres para sobreviver ao desmonte das estruturas coletivas de sustentação da vida dá pistas de como o vocabulário “china” acabou por designar as trabalhadoras do sexo.

O *Regulamento das Missões* de 1845 também não estava sendo aplicado, porque para solucionar as contendas que se armavam com frequência no aldeamento era preciso recorrer à justiça comum, já que São Nicolau nunca contara com os funcionários previstos na legislação indigenista e não havia recursos para pagar as custas do processo, assim, todos os crimes ficavam impunes¹⁰⁵⁷. Mas, a despeito destes relatos desoladores, o aldeamento permanecia habitado, com uma população de 231 guaranis¹⁰⁵⁸. Entretanto, cabe ressaltar, a população indígena da região era muito maior, pois, como os relatos demonstram reiteradamente, eles estavam presentes nas fazendas e vilas da região, sofrendo uma progressiva invisibilização de sua presença, mas, nem por isso deixando de existir.

A situação de São Nicolau do Rio Pardo era extremamente ambígua. A aldeia mantinha-se formalmente, pois seguia tendo um diretor. A antiga sesmaria dos índios tinha sido demarcada e pela Lei de Terras tinha-se tornado patrimônio nacional. Havia sido aprovada a lei para transformá-la em uma colônia agrícola, mas depois não foram demarcados os lotes e a medida foi suspensa. O próprio diretor dos índios não entendia bem a situação legal das terras e reiterava a impossibilidade de judicializar os litígios.

O território desta aldeia é patrimonial e como tal foi medido, demarcado e tombado em 1822, fez-se uma medição, sobre aquela medição, o presidente confirmou a medição secundária, e manda reivindicar o terreno judicialmente. **O**

¹⁰⁵⁵ AHRS.FI.M4. Relatório do estado dos aldeamentos no ano de 1864 confeccionado pelo diretor geral interino Joaquim José da Fonseca e Souza Pinto. Aldeia de São Nicolau, 24/12/1864.

¹⁰⁵⁶ AHRS.FI.M4. Relatório do estado dos aldeamentos do ano de 1866 feito pelo diretor interino Joaquim José da F. S. Pinto. São Nicolau 02/01/1866

¹⁰⁵⁷ AHRS.FI.M4. Relatório do estado dos aldeamentos no ano de 1864 confeccionado pelo diretor geral interino Joaquim José da Fonseca e Souza Pinto. Aldeia de São Nicolau, 24/12/1864.

¹⁰⁵⁸ AHRS.FI.M4. Mapa da população guarani existente em São Nicolau. 24/12/1864.

patrimônio desta aldeia, tenho ouvido dizer que é hoje nacional, seja o que for, a aldeia não tem e não pode com essas despesas (...)¹⁰⁵⁹

Para o diretor, a indeterminação judicial de São Nicolau fazia com que aquele aldeamento estivesse indo pelo mesmo caminho da Aldeia dos Anjos¹⁰⁶⁰. Lembremos que década de 1820 aquela outra aldeia guarani desapareceu sem que formalmente fosse extinta ou loteada, sendo esbulhada pelos grandes proprietários locais. O mesmo processo aconteceu com as antigas missões jesuíticas e estâncias guaranis, o processo de esbulho na grande maioria dos casos não foi formal, gradualmente foram sendo apropriados terrenos que nunca mais voltaram para os indígenas.

No ano de 1867, a imprecisão quanto à condição do aldeamento foi decidida: extinguiram-no por determinação da Assembleia Provincial. José Joaquim da Fonseca e Souza Pinto perdeu o cargo de diretor e, com isso, o soldo. Por isso, pretendia ir à Corte reivindicar ao Imperador alguma compensação pelos serviços que lhe prestara desde 1800. Sobre a decisão de sua demissão afirmava: “*assembleia provincial, acaba de tirar o único bocado de pão da boca, restando-lhe somente os ossos para sustentar-se.*”¹⁰⁶¹.

Assim, oficialmente em 1867 extinguiu-se o último aldeamento guarani na província no século XIX. Naquele momento, o governo provincial mandou um agrimensor dividir a aldeia em lotes de terra, reservando alguns para os indígenas. Mas, até 1871 a demarcação não havia sido realizada. A retomada das demarcações devia-se aos pedidos de vários indivíduos que estavam nas terras da aldeia e não tendo títulos legítimos solicitavam a regularização das terras. Ou seja, a indefinição da situação jurídica das terras e suas delimitações seguia favorecendo o esbulho dos guaranis. Ainda assim, a Repartição de Terras públicas não parece ter resolvido a situação na década de 1870¹⁰⁶². Provavelmente os indígenas nunca tiveram suas parcelas demarcadas e acabaram, assim como seus parentes de outras tantas aldeias, invisibilizados, porém não ausentes, da sociedade de Rio Pardo.

No final do oitocentos, segundo constatou Karina Melo, as Comissões Verificadoras, instituídas em 1891 com o intuito de regularizar a situação fundiária do estado, assombraram-se com as irregularidades nas posses de terras na região de Santa

¹⁰⁵⁹ AHRS.FI.M4. Carta do diretor interino dos índios Souza Pinto ao vice-presidente Augusto Pereira da Cunha relatando a expropriação da aldeia de São Nicolau e a dificuldade de arcar com os custos judiciais das reivindicações de propriedade. São Nicolau, 22/05/1866.

¹⁰⁶⁰ *Idem*

¹⁰⁶¹ AHRS.FI.M4. Carta de José Joaquim da Fonseca e Souza Pinto ao presidente Homem de Melo em que informa a vontade de ir a corte e a extinção da aldeia de São Nicolau do Rio Pardo. 29/01/1867.

¹⁰⁶² AHRS.FI.M2. Aldeia de São Nicolau- Diversos documentos da Repartição Especial de Terras Públicas em Porto Alegre, 1871.

Cruz, Soledade e Rio Pardo. O início dos desvios nas demarcações remontava justamente aos primeiros anos da Lei de Terras e constatou-se a conivência de funcionários do governo na perpetração das fraudes fundiárias. Um dos casos relatados pela autora, envolve a fraude de terrenos onde se produzia erva-mate na região de Santa Cruz, justamente onde antes os indígenas possuíam seus ervais¹⁰⁶³.

Na documentação da Comissão Verificadora, Melo encontrou um arrolamento de trezentos guaranis, divididos em sessenta e oito famílias, que chegaram a Porto Alegre vindas da região por onde a delegação havia trabalhado e que foram classificados como “*colonos que se achavam nesta capital sem meios de subsistência*”¹⁰⁶⁴. Talvez os documentos que abre esta tese, de uma família de guaranis, que tem um filho com o nome alemão de Schimit seja parte deste grupo de guaranis de São Nicolau do Rio Pardo, que sem terras foram forçados a buscar novas oportunidades.

Somente no final do século XX começariam as retomadas de terra guarani. Ainda assim, hoje consistem em pequenos terrenos, insuficientes para a população e muitas vezes em espaços ambientais degradados¹⁰⁶⁵.

3.5. Terras indígenas: algumas conclusões

A década de 1850 foi bastante transformadora da política indigenista, pesando para isso, a promulgação da Lei de Terras que acabou por favorecer a desapropriação dos nativos. A historiografia ressaltou a relação entre o fim do tráfico transatlântico de escravizados e a eminência da abolição da escravidão como fatores que levaram a aplicação desta lei de privatização das terras, o que, de fato, veio a impactar no acesso dos afrodescendentes à propriedade rural e restringiu suas possibilidades de subsistência. Em relação às populações indígenas alguns trabalhos também têm apontado os impactos deste processo, ainda que em menor medida. Neste capítulo procurei demonstrar como foi complexo este processo no Rio Grande de São Pedro ao longo da segunda metade do oitocentos. Os resultados foram fruto não só da política de privatização das terras, mas

¹⁰⁶³ MELO, Karina Moreira Ribeiro da Silva e. A aldeia de São Nicolau do Rio Pardo: histórias vividas por índios guaranis (séculos XVIII-XIX). 2011. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.p. 103-133

¹⁰⁶⁴ *Idem*.

¹⁰⁶⁵ LIEBGOTT, Roberto Antônio. Os guaranis e a luta pela terra. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. Coletivos guarani no Rio Grande do Sul: territorialidade, interetnicidade, sobreposições e direitos específicos. Porto Alegre: 2010, p.05-11.

também das políticas indigenistas e das escolhas possíveis efetuadas pelas populações guaranis e kaingangs dentro deste contexto.

A Lei de Terras de 1850 trouxe novas balizas para as disputas sobre os territórios, uma vez que estabelecia critérios para a expropriação, que foram manejados tanto por fazendeiros quanto pelos próprios indígenas. Porém, o médio prazo, o resultado das políticas de regularização fundiária foi catastrófico para os aldeamentos indígenas no Rio Grande de São Pedro. Ainda assim, as populações guaranis lograram permanecer nos seus territórios, ainda que integradas como subalternos às sociedades envolvidas. Já os kaingang após muitas tentativas frustradas de reunir todos os grupos em Nonoai e vários episódios violentos que abalaram as relações sociais, lograram a formação de aldeamentos no final do período imperial, que, de alguma forma, contemplava as espacialidades que lhes eram caras.

A década de cinquenta iniciou com a busca forçada pela reunião de todos os indígenas em Nonoai e a constante tentativa de extinguir os aldeamentos guaranis, utilizando com mais veemência os argumentos já mobilizados na década anterior, de que eles já eram integrados ao restante da população e que a manutenção de suas aldeias só promovia prejuízos aos próprios índios.

Ao mesmo tempo, os diretores que por longo tempo formavam o elo com as lideranças indígenas saíram de cena. O titular da Diretoria dos índios, Andrade Neves, foi para a Guerra do Paraguai, onde se feriu gravemente e veio a falecer. Ele foi sucedido interinamente pelo diretor de São Nicolau e depois pelo de Nonoai. No final dos anos sessenta, outros sujeitos passaram a ocupar brevemente o cargo. Sem experiência prévia e num contexto político onde os interesses pelas terras prevaleciam sobre os projetos mais filantrópicos de manutenção dos aldeamentos, estes diretores foram incapazes de criar verdadeiras políticas indigenistas e contribuíram fortemente para o processo de invisibilização. Nas aldeias também os principais diretores faleceram ou foram demitidos, contribuindo para a má gestão e abrindo mais espaço para os posseiros que invadiam as terras indígenas. Além disso, a guerra com os países vizinhos, a abolição da escravidão e a política imigratória ganharam mais espaços na agenda provincial, reduzindo o interesse na chamada “*catequese e civilização dos índios*”.

Para todos os indígenas da província os anos seguintes à promulgação da Lei de Terras implicaram em uma retração de seus territórios. A diminuição dos territórios de circulação dos guaranis e kaingangs, aliada ao desinvestimento dos administradores provinciais nas políticas de promoção dos aldeamentos, resultou em todos esses locais o

acirramento das tensões. O contexto de regulamentação fundiária foi prejudicial para São Nicolau que acabou sendo extinto. No princípio, a privação do território estava restrita aos ervais, mas a desestruturação comunitária ocasionada pela perda da principal riqueza do aldeamento precipitou outras invasões. A cobiça pelas terras indígenas afetou Nonoai, São Vicente e Erechim nos anos seguintes a nova legislação, resultaram na diminuição dos terrenos da primeira, no desaparecimento da segunda e em uma sangrenta contenta na terceira. Os indígenas dos Campos de Cima da Serra que foram aldeados em diversas localidades: Campo do Meio, Vacaria, Pontão, Santa Isabel foram removidos diversas vezes. Assolados pela epidemia de varíola, acabaram sendo incorporados à colônia militar de Caseros.

No final dos anos sessenta do século XIX, o novo diretor dos índios Manoel Francisco Oliveira escreveu ao presidente Antônio da Costa Pinto, a pedido do Ministério da Agricultura, informando que estavam extintos os aldeamentos de São Vicente, Pontão, São Nicolau e Santa Isabel, restando apenas o de Nonoai, com 332 indígenas. Entretanto, o próprio diretor admitiu que o número de indígenas na província era muito maior, estimando cerca de 800 que antes faziam parte dos outros aldeamentos e achavam-se dispersas por várias localidades.

Se os antigos diretores de aldeia e mesmo o diretor geral nem sempre tinham uma visão favorável dos indígenas, ao menos, de maneira geral, lutavam para que eles mantivessem algumas terras, buscando preservar o patrimônio das aldeias. O novo diretor geral Manoel Oliveira, tinha uma visão oposta, afirmava que deveria se extinguir por completo o sistema de aldeamentos, que mesmo Nonoai não precisaria mais de diretor, e que não deveria se reservar nenhuma parcela de terra aos indígenas. A visão esboçada por diretor sobre a incapacidade dos indígenas de gerirem a terra e a propriedade e que por isso estes locais deveriam ser destinados aos trabalhadores brancos já estava presente no pós-independência, mas tornou-se cada vez mais comum na segunda metade do século XIX com a disseminação das ideias racistas na política provincial:

Esta diretoria é do parecer que os índios que ainda restam aldeados podem dispensar da tutela dos diretores, assim como não dispensado outros muitos, que faziam parte dos aldeamentos extintos, porém entende que absolutamente não convém aquinhoar-lhes lotes de terras, o que por certo se converterá em um manancial de males à sociedade.

Como é possível vincular ao solo pelo direito de propriedade aquele que não se acha ligado à família por um laço insolúvel? Além disso, entre nós o indígena é incapaz de possuir propriedades, por isso que é susceptível de acumular economias para as melhorar e frutificar. E finalmente seria injusto e

inócuo aquinhoar com propriedade aos índios com detrimento talvez da população inteligente, laboriosa e econômica. (...) ¹⁰⁶⁶

O argumento de Manoel Oliveira aprofunda a retórica racista. O modelo familiar cristão ocidental é entendido como a base do direito de propriedade e a inadequação ao padrão de acumulação capitalista é o argumento para o alijamento das terras. Assim, deixou claro o contraste entre o que considerava uma população merecedora dos benefícios do Estado e aquela que não o era, sendo este benefício o acesso à terra.

Porém, o processo de esbulho das terras indígenas sofreu uma tenaz resistência das populações guarani e kaingang, protagonizada por suas lideranças. O caso de São Vicente, ainda que não possamos acompanhar o desfecho final do que ocorreu com as famílias foi emblemático da capacidade de utilização dos argumentos jurídicos da própria Lei de Terras em defesa dos interesses dos guaranis na manutenção de seus territórios ancestrais. Partindo de uma estratégia distinta, os indígenas arranchados em Erechim utilizaram a violência como forma de resistir à expropriação promovida por um fazendeiro local. Ainda não tenham obtido o título de propriedade de Erechim e o processo tenha resultado em uma sucessão de outros conflitos, além de morte e prisões, os kaingang permaneceram por longos anos ocupando a região, e novamente resistindo contra as investidas do poder provincial para retirá-los de lá. Lograram, ao final, a formação de um aldeamento em Erebangó. Em Nonoai, único aldeamento que o governo provincial pretendia manter os indígenas tiveram algum apoio das autoridades indigenistas e religiosas para barrar o esbulho promovido pelo ex-diretor, mas, conforme estas autoridades se retiraram de cena e os poderosos caciques locais se retiraram, a resistência ao poder do posseiro foi sendo minguada e este acabou logrando estabelecer uma rede de apoio para promover o esbulho das terras. Ainda assim, conseguiram manter o aldeamento até os dias atuais. O grupo liderado pelo cacique Fongue foi capaz de articular diferentes estratégias que os permitiu a manutenção dos territórios de Guarita e Inhacorá. Por vezes através da aliança com os “brancos”, por vezes com a ocupação de propriedades particulares, lograram relativo sucesso na manutenção destes territórios. A resistência dos guaranis de São Nicolau do Rio Pardo durou mais de um século, já que conseguiram manter a mais antiga aldeia da província por um longo tempo. No entanto, a proximidade com a vila de Rio Pardo, e a integração dos indígenas ao exército e aos trabalhos laborais em fazendas da região, além da chegada massiva de imigrantes alemães

¹⁰⁶⁶ AHRS.FI.M4. Informações dadas pelo diretor interino Manuel Francisco de Oliveira ao presidente Antônio da Costa Pinto a pedido do Ministério da Agricultura. Nonoai, 16/02/1869.

à região, acabaram reforçando a pressão fundiária sobre as terras do aldeamento, que foi extinto.

Em todas estas regiões onde se extinguíram aldeias, tomaram terras e deslocaram os indígenas, a população nativa continuou existindo, mais ou menos integrada à população local. No relatório da presidência de 1872, afirmou-se a dispersão dos kaingang. Mais de 690 indígenas divididos em vários toldos coordenados pelos seus caciques espalhavam-se pelos municípios de Cruz Alta e Passo Fundo¹⁰⁶⁷. Os guaranis, mais inviabilizados, aparecem em relatos que demonstram sua integração ao meio rural da província. O relato de um crime em Alegrete, em 1881, em que foram vítimas de assassinato os peões indígenas Deolindo Antônio e Antônio Ajalla, indica a existência dos guaranis, mesmo que não vivessem mais aldeados¹⁰⁶⁸.

Também tiveram aqueles que diante da intrusão em seus territórios e crescente privatização da terra optaram por alijar-se nas matas da província. Os relatos sobre as correrias promovidas pelos kaingang continuaram até o final do Império, assim como aqueles que dão conta da existência de populações “nômades”. Por exemplo, no relatório da presidência de 1880, notificou-se que um grupo de “*índios bravos*” que vivia na margem direita do Rio Uruguai, foi batido pelos aldeados de Nonoai e capturadas quatro mulheres e crianças¹⁰⁶⁹.

Portanto, os indígenas utilizaram variadas formas de defesa de suas terras. Em 1879, o Ministério dos Negócios, Comércio e Obras públicas deu autorização para declarar extintos os aldeamentos da província em que os habitantes “*se tenham dispensado ou fundido nas outras classes da população*”¹⁰⁷⁰. Ainda assim, o período imperial encerrou-se com mais aldeias do que tinha iniciado. As guaranis foram todas extintas, mas formalmente os kaingangs lograram estabelecer-se em vários aldeamentos: Inhacorá, Estiva da Guarita, Campina, Nonoai, Pinheiro Ralo, Forquilha, Lagoa Vermelha, Caseiros, Campo do Meio e Erechim¹⁰⁷¹.

¹⁰⁶⁷ BND.HD.RPP. Fala dirigida à Assembleia Legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo Presidente Conselheiro Jerônimo Martiniano Figueira de Melo. (1ª ed.) 11/03/1872. p.33

¹⁰⁶⁸ BND.HD.RPP. Relatório do Dr. Henrique d’Ávila, publicado como anexo da fala à Assembleia provincial em 7 de março de 1881. 04/03/1881

¹⁰⁶⁹ BND.HD.RPP. Relatório com que o Dr. Carlos Thompson Flores. passou a administração da província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Dr. Antônio Corrêa de Oliveira, 3º vice-presidente, e este ao Dr. Henrique d’Ávila e fala na legislatura da Assembleia provincial. 15/04; 19/04; 01/05/1880.p.39

¹⁰⁷⁰ BND.HD.RPP. Relatório com que o Dr. Américo Moura Marcondes passa a administração da província São Pedro do Rio Grande do Sul para o Dr. Felisberto Pereira da Silva. 26/01/1879. (1ª ed.) p.75

¹⁰⁷¹ BND.HD.RPP. Relatório com que o Dr. Rodrigo de Azambuja Villanova passou a administração da província do Rio grande de São Pedro do Rio Grande do Sul para o Barão de Santa Tecla, 1ª vice-presidente, 09/10/1888. p.120.

EPÍLOGO. ADOÇÃO FORÇADA, ENVIO DE CRIANÇAS INDÍGENAS PARA CASAS DE OFÍCIOS E PARA O ARSENAL DE GUERRA E MARINHA

“(...)foram distribuídos por diferentes famílias para lhes darem educação (...)”¹⁰⁷²

Nesta parte final da tese dediquei-me a apontar alguns dos caminhos que podem ter percorridos as novas gerações de indígenas¹⁰⁷³. Alguns deles foram submetidos ao que Nara Milanich definiu como “circulação infantil”, prática na qual as crianças não se criam na casa de seus progenitores biológicos, passando parte ou toda a infância em outros lares. O termo auxilia na síntese destes vários processos de separação das crianças indígenas de suas famílias, mas deixa pouco explícita a violência destas práticas, que era sem dúvida a marca deste processo¹⁰⁷⁴. A retirada de meninos e meninas indígenas ocorreu majoritariamente de três formas no Rio Grande de São Pedro, durante a segunda metade do XIX, todas elas relacionadas em maior ou menor medida à exploração do trabalho: a “adoção”, que consistiu no envio para orfanatos e diretamente para casas de particulares; o envio de meninos para o Arsenal de Guerra e para a Marinha e a introdução em lares de artesão para aprenderem um ofício. O grau de consentimento dos parentes à esta prática de afastamento variou conforme a modalidade, sendo as duas últimas, de maneira geral, mais aceitas pelas famílias, ainda que, em vários casos, apresentassem resistência, enquanto a primeira foi utilizada principalmente como parte da punição aos grupos indígenas hostis, ou seja, era puramente compulsória e violenta. De qualquer forma, todas essas práticas de circulação infantil, eram iniciativas do Estado e tinham um objetivo assimilacionista.

Após 1850, com a penetração das teorias raciais, passou a prevalecer a visão de que os indígenas estavam fadados à extinção. Assim, as novas gerações deveriam ser “misturadas” aos não indígenas, promovendo sua integração à sociedade envolvente. O

¹⁰⁷²BND.HD.RPP. Relatório do presidente Jerônimo Francisco Coelho na abertura da Assembleia legislativa provincial. 15/12/1856.2ªEd. p. 104

¹⁰⁷³ Esta parte da tese não é um epílogo no sentido estrito, mas pretende trazer algumas das possibilidades de desfecho para as novas gerações de indígenas atingidas pelos processos de invisibilização. Mais do que um resumo, pretendo aqui incitar os debates sobre a questão das crianças neste processo e indicar a possibilidade de aprofundamentos futuros nesta temática.

¹⁰⁷⁴ O estudo de Milanich centra-se nas práticas consideradas “abandono” parental de crianças no Chile decimonônico. Mas, a historiografia relativa ao afastamento de filhos indígenas de seus pais tem enfatizado o caráter forçado desta separação. MILANICH, Nara. Los hijos de la Providencia: el abandono como circulación en el Chile decimonónico. *Revista de Historia Social y de las Mentalidades*, v. 5, n. 1, 2001.

procedimento de afastar meninos e meninas de suas famílias objetivava “civilizá-los”, alijando-os da influência de seus parentes, promovendo um corte na sociabilidade e na identidade nativa. Esperava-se que gradualmente não existisse mais identificação destes jovens como indígenas. Desta forma, a retirada de crianças dos aldeamentos foi uma das medidas mais drásticas do processo de invisibilização. Essa intenção fica bastante clara na fala dirigida à assembleia pelo presidente Patrício José Correia da Câmara, na qual, propôs que as crianças kaingang fossem apartadas da influência dos caciques de Santa Isabel:

Segundo as informações que ultimamente tenho tido dos vícios d’aqueles chefes, parece que são perdidos os esforços e as despesas que se tem feito para lhes introduzir o gosto da vida social. **Aproveitar a nova geração e educá-la fora da influência d’esses chefes**, será talvez o meio mais proficuo¹⁰⁷⁵.

O rompimento do convívio com os parentes e a criação longe das famílias como uma forma de promoção da civilização dos pequenos indígenas também era um desejo do diretor geral dos índios da província. Apesar da resistência das famílias, em especial das mães, solicitava que o governo forçasse os meninos guaranis a aprenderem ofícios em casas particulares e as meninas a fazer serviços domésticos que lhes afastasse de hábitos considerados imorais:

A beneficio da civilização dos índios da Aldeia de São Nicolau, **tenho entregue alguns piás a mestres de ofícios** para os ensinar assinando termos nesta diretoria por tempo razoável, do que se tem tirado proveito, convém que se faça o mesmo **as meninas menores ser entregues a casas particulares** para as ensinarem o **serviço doméstico**, assinam termo quem as receber, desta forma se terá **sua civilização e não se perderem como acontece a quase todas que se desmoralizam**, atirando-se a uma vida reprovada; por isso convém que V. Exa. ordene a este respeito porque as mães não querem os dar por bons modos¹⁰⁷⁶.

A separação de pais e filhos também tinha como objetivo “pacificar” os indígenas, funcionando como uma chantagem para que se mantivessem aldeados em Nonoai e não saíssem de lá. O delegado de Passo Fundo propôs esse procedimento quando um grupo de kaingangs foi acusado de causar problemas na região:

Rogo-lhe pois que, tome em consideração o exposto, promovendo alguma providência, antes que se dê alguma ocorrência desagradável, no interesse de ser mudado este toldo para Nonoai, o que será minimamente fácil se **lhes tirarem de cada casal uma criança de menor idade**, as quais irão para a aprendizagem dos artifices, ou para onde determinar o Exmo. Presidente, o que posso afirmar

¹⁰⁷⁵ BND. HD. RPP. Relatório apresentado pelo Presidente da Província de São Pedro do Sul desembargador Francisco de Assis Pereira Rocha na sessão de abertura da Assembleia Provincial, 01/09/1862.p.40

¹⁰⁷⁶ AHRs, FI, M3. Carta de José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios para o presidente da província Conselheiro José Antônio Pimenta Bueno. Rio Pardo, 27 de outubro de 1850.

é que se lhes tirem os filhos menores fazendo-os seguir para Porto Alegre, a tribo fica para logo pacífica, sujeitando-se humildemente a tudo¹⁰⁷⁷.

Algumas destas iniciativas de envio das crianças para o Arsenal de Guerra, casas de ofício ou para a “adoção” tinham um objetivo filantrópico, e partiam de uma crença legítima, ainda que cruel, de que era possível civilizar os indígenas a partir da introdução de novos hábitos desde a tenra idade. Os casos de algumas crianças Xokleng que foram adotadas por famílias alemãs no Vale do Itajaí no final do oitocentos, analisados por Luisa Tombini Wittmann, demonstram essa crença. Segundo a autora: “*Os blumenausenses que acreditavam na possibilidade de civilizar os índios propuseram que as famílias da comunidade realizassem esta tarefa através da adoção*”¹⁰⁷⁸.

Contudo, alguns dos envolvidos no tráfico de crianças nativas tinham simplesmente interesse na exploração do trabalho infantil. Estudiosos do tema destacaram este aspecto e caracterizam como escravidão às condições a que eram submetidos os pequenos nativos. Ainda que fosse ilegal, a escravização indígena foi, em algumas partes da América, massiva e se revestiu de variadas nomenclaturas. Maria Pía Poblete, analisando a documentação de Valdivia no Chile, apontou que as práticas de apropriação de crianças mapuche-huilliches, deu-se de formas variadas como o “resgates”, “vendas a usanças” e “depósito”. A primeira destas formas seria comprar indígenas de outros nativos que os tivessem capturado; a venda à usança era um empréstimo dos filhos ou parentes próximos para trabalhar por um tempo determinado; no depósito, supostamente se pagava um jornal para o trabalhador, mas ele era impedido de ir embora. No entanto, no século XIX, passou a predominar a escravização massiva de crianças indígenas capturadas nas guerras. Elas eram enviadas às casas de famílias para servir como “mocitos” e “chinitas” de serviço, com a justificativa de que a “adoção” seria civilizatória e cristã¹⁰⁷⁹.

A autora destaca que a preferência pelas crianças pequenas como serventes relaciona-se ao fato de serem de mais fácil manejo, já que com o passar o tempo se cristianizariam e esqueceriam seus lugares de origem. Reséndes fazendo uma análise da escravidão indígena nas Américas, desde o princípio da colonização europeia até o final

¹⁰⁷⁷ AHRS.FI. M4. Carta do Diretor Geral interino dos índios Joaquim José da Fonseca Souza e Pinto para o Presidente da Província sobre a proposta do delegado de Passo Fundo para retirar os filhos menores dos bugres do Campo do Meio. Rio Pardo, 30/10/1862.

¹⁰⁷⁸ WITTMANN, Luisa Tombini. O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926). Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007. p.95

¹⁰⁷⁹ POBLETE, María Pía. El trabajo de niños y niñas mapuche-huilliches como “mocitos” y “chinitas” de servicio (Valdivia, siglos XVIII y XIX). Revista Chilena de Antropología, n. 40, p. 221-237, 2019.

do século XIX, também observou a prevalência massiva de mulheres e crianças entre os cativos. A predileção por crianças, segundo ele, se dava por serem considerados mais maleáveis que os adultos, aprenderem outras línguas com mais facilidade e existir a possibilidade de, com o passar do tempo, se identificarem com seus captores¹⁰⁸⁰. Da mesma forma, Escolar e Saldi, analisando os batismos de crianças indígenas que haviam sido capturadas na Campanha do Deserto e enviadas para Mendoza, na Argentina, na última década do oitocentos, demonstraram que os mais requisitados eram meninos e meninas de 6 a 12 anos, que eram destinados aos serviços domésticos nas casas de pessoas de variados estratos sociais, em especial a aristocracia terratenente, que conseguia fazer prevalecer seus interesses na disputa pela mão de obra infantil e servil¹⁰⁸¹.

No Brasil imperial, Vânia Losada Moreira chamou atenção para o caráter estrutural da escravização de crianças indígenas. Analisando o tráfico infantil dos nativos, a autora propôs que não se configurava como uma simples continuidade da escravização colonial e sim estava imbricada nas formas de contato interétnico do Império, sendo estruturante das relações com os indígenas. Ressaltou que a Lei de 27 de outubro de 1831, que revogou as guerras justas joaninas, fez com que os indígenas passassem a ser tutelados pela legislação orfanológica. Lembremos que as guerras justas foram direcionadas aos “botocudos”, estudados pela autora, mas também aos kaingang. Assim, tal legislação previa que em troca dos “cuidados” com educação, alimentação, vestuário, particulares poderiam utilizar a mão de obra indígena para benefício particular. Além disso, muitos fazendeiros da região vendiam ou trocavam crianças indígenas por mercadorias. Moreira destaca ainda outra modalidade de exploração do trabalho infantil nativo, que esteve presente no Rio Grande do Sul: o envio de crianças para os Arsenais da Marinha e do Exército, que era entendido por muitos administradores provinciais como um ato benevolente e promotor de civilização¹⁰⁸².

Monteiro mencionou que já no período da Independência havia ideias de reativar a “adoção” de crianças e adultos indígenas, que na verdade significavam retomar antigas práticas de exploração do trabalho compulsório, através de um mecanismo bastante parecido com a administração particular vigente durante o período colonial. Essas ideias

¹⁰⁸⁰ RESÉNDEZ, Andrés. La otra esclavitud. Historia oculta del esclavismo indígena. Mexico: Grano de Sal, 2019.

¹⁰⁸¹ ESCOLAR, Diego; SALDI, Leticia. Apropiación y destino de los niños indígenas capturados en la campaña del desierto: Mendoza, 1878-1889. Nuevo Mundo Mundos Nuevos. 2018.

¹⁰⁸² MOREIRA, Vânia Maria Losada. Kruk, Kuruk, Kuruca: genocídio e tráfico de crianças no Brasil imperial. História Unisinos. Vol. 24, nº 3, p.390-404, setembro/dezembro, 2020.

geralmente vinham dos indivíduos contrários à política de aldeamento¹⁰⁸³. No mesmo sentido, Vânia Moreira aponta que após a extinção das leis de guerra justa decretadas por D. João VI, das quais os kaingang também foram alvo, os libertos indígenas deveriam ser tratados de acordo com a legislação orfanológica¹⁰⁸⁴.

A escravização de crianças apareceu no relato dos guaranis de Santa Cruz, presos no Rio de Janeiro em decorrência da invasão dos portugueses às missões jesuíticas. Na carta enviada ao embaixador espanhol Conde de Casa Flores, Casemiro Taperý, Juan Manuel Toledo e José Leon relataram que entre as atrocidades cometidas pelo marechal Francisco Chagas estava o apresamento de crianças e “domésticos” para serem vendidos como escravos no Brasil¹⁰⁸⁵.

Em relação aos kaingang, o primeiro caso que encontrei de uma criança indígena realizando trabalho doméstico na casa de outrem foi para os missionários jesuítas que se instalaram em Nonoai no princípio da formação daquele aldeamento. Em 1849, padre Bernardo Parés enviou uma carta à presidência da província contestando os valores descritos como despesas dos jesuítas. Informava que na relação de gastos constava o aluguel de um pajem. Segundo o padre, o menino não recebia jornal. Era “*um índio botocudo de 12 ou 13 anos*” que eles “*criavam*” em troca de dar-lhe comida e “*ensinar a doutrina*”. Ou seja, o menino xokleng servia aos missionários gratuitamente. Os padres alegavam que não tinham solicitado os serviços do jovem e nem precisavam deles¹⁰⁸⁶. De fato, é provável que o menino tenha sido submetido ao cativo após um embate entre “coroados” e “botocudos”, que ocorriam principalmente na disputa pelos pinheirais, resultando ocasionalmente em prisioneiros, sendo posteriormente entregue aos jesuítas.

A prática de capturar crianças era comum em vários grupos indígenas, estando presente tanto entre os kaingangs, quanto entre os xokleng. Vimos alguns episódios em que filhos de colonos alemães e fazendeiros locais foram sequestrados após um ataque dos kaingang. O agrimensor Mabilde interpretou que as motivações pelas quais os coroados levavam mulheres e crianças eram para torná-los “escravos”. Ainda que o relato seja impregnado de preconceito, pois parte da afirmação de que os homens do grupo não trabalhavam, é provável que estes sujeitos fossem sim forçados a executar tarefas¹⁰⁸⁷.

¹⁰⁸³ MONTEIRO. Tupis, Tapuias e Historiadores. 2001. *Op. Cit.* p. 142.

¹⁰⁸⁴ MOREIRA. Kruk, Kuruca, Kuruca. *Op. Cit.*

¹⁰⁸⁵ Archivo Histórico Nacional- Madrid. (AHN-M). Fondo Estado. Legajo ou Sección 3768 (CAJA 1), maço 7, legación 1820. Carta de Casemiro Taperý, Juan Manuel Toledo, José Leon ao embaixador espanhol Conde de Casa Flores. Ilha das Cobras, Rio de Janeiro, 18/10/1820.

¹⁰⁸⁶ Sobre os Xokleng serem chamados de “botocudos”, ver capítulo 1.1.1 *O que quer dizer bugre?*

¹⁰⁸⁷ MABILDE. *Apontamentos sobre os indígenas...* 1983. *Op. Cit.* p. 88

Soraia Dornelles partilha da percepção de que as cativas eram utilizadas como trabalhadoras braçais¹⁰⁸⁸. Diego Bracco, no entanto, analisando o cativo de mulheres europeias e indígenas no Rio da Prata, chama atenção para o fato de que a violência sexual, ainda que negada por seus perpetradores, era certamente um fator presente nos cativos forçados¹⁰⁸⁹. Entretanto, alguns casos apontam que as crianças incorporadas aos grupos indígenas podiam passar a fazer parte do grupo familiar. Wittmann relata a história do alemão Jeremias, que aos sete anos foi capturado pelos Xokleng em Barra Velha, Santa Catarina. O menino foi adotado pela mais jovem das três esposas do cacique do grupo, que ainda não tinha filhos, e ela não permitiu que ele fosse maltratado¹⁰⁹⁰.

Ainda que muitos grupos praticassem a captura de prisioneiros, há de se levar em conta que os contextos coloniais alteraram estas práticas criando em muitos casos complexas redes de tráfico. Reséndez identificou que o intenso tráfico de escravizados indígenas no norte do México e sul dos Estados Unidos, articulado pelos Apaches, deu-se pela demanda de trabalhadores na região¹⁰⁹¹.

No caso do Rio Grande de São Pedro não temos muitas informações sobre indígenas prisioneiros que tenham sido “resgatados” e dados para particulares. Mas o pequeno pajem que servia aos jesuítas não deve ter sido o único. Não sabemos exatamente o que era feito com os cativos encontrados em poder de grupos indígenas. Já mencionei nesta tese que o poder provincial se preocupou com os prisioneiros encontrados entre os kaingang em 1824¹⁰⁹². Outros relatos dão conta da captura de mulheres e crianças após embates entre os grupos de kaingangs, mas o destino destas pessoas é incerto. Por exemplo, em 1864 várias crianças estavam entre os prisioneiros de uma diligência feita pelo cacique Doble nos Campos de Cima da Serra¹⁰⁹³. Um caso muito semelhante ocorreu em 1880, quando quatro mulheres e sete crianças foram capturadas após um embate entre os kaingang aldeados e um grupo de “*índios bravos*”¹⁰⁹⁴.

¹⁰⁸⁸ DORNELLES. *De Coroados a Kaingang...*2011, *Op. Cit.*, p. 31.

¹⁰⁸⁹ BRACCO, Diego. *Cautivas entre indígenas y gauchos*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2016.

¹⁰⁹⁰ WITTMANN. O vapor e o botoque... *Op. Cit.* p.144-149

¹⁰⁹¹ RESÉNDEZ. *La otra esclavitud...* *Op. Cit.*

¹⁰⁹² Ver nesta tese : 2.3.1 “*a tentação de se olhar para um índio...*”

¹⁰⁹³ AHRS.FI.M4. Relação dos indígenas que marcharam em diligência da Colônia Militar Caseiros para capturar outros que andavam errantes nas matas de 8 de dezembro a 25 de janeiro. Porto Alegre, 18/02/1864.

¹⁰⁹⁴ BND.HD.RPP. Relatório com que o Dr. Carlos Thompson Flores. passou a administração da província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Dr. Antônio Corrêa de Oliveira, 3º vice-presidente, e este ao Dr. Henrique d'Ávila e fala na legislatura da Assembleia provincial. 15/04; 19/04; 01/05/1880. (1ª ed)

Muito mais comum do que o “resgate” de prisioneiros que já estariam entre os indígenas, foi a captura pelos próprios “brancos” de crianças após embates com grupos considerados hostis. Um caso emblemático desta prática ocorreu em 1856. Depois da morte do fazendeiro Clementino dos Santos Pacheco e da vendeta que envolveu vários kaingang em Erechim e Nonoai, muitas crianças indígenas ficaram órfãos, porque seus pais e mães foram assassinados. O diretor geral dos índios propôs tirá-los do aldeamento, distribuindo as meninas por “*casas de famílias descentes para lhes darem educação*” e que os meninos fossem enviados para o Arsenal de Guerra¹⁰⁹⁵. As famílias que receberam as meninas deveriam prestar contas, quando solicitadas, sobre a situação delas. No entanto, essa fiscalização não existia, uma vez entregues as crianças indígenas ficavam totalmente à mercê do desejo particular das famílias que tenham sido entregues. De fato, a prática de envio de crianças, especialmente do sexo feminino, para executarem serviços domésticos gratuitamente parece ter sido corriqueira no Rio Grande oitocentista. Em um relato sobre a situação do aldeamento de São Nicolau do Rio Pardo, datado de 1857, o diretor dos índios interino Joaquim José da Fonseca e Souza Pinto, afirmava que as moças guaranis eram mandadas para São Gabriel¹⁰⁹⁶.

Ainda no ano de 1856, outras crianças foram apartadas da comunidade e enviadas para Porto Alegre em decorrência dos conflitos na fazenda dos Três Serros em Erechim. Um grupo de indígenas, considerados “*alçados e bravios*”, foi perseguido e assassinado em São Francisco de Paula. Acreditava-se que eles pertenciam a “*tribo*” de Nicafi¹⁰⁹⁷. Após o embate, os adultos sobreviventes teriam fugido para o mato, ficando para trás sete “*índios menores*” que “*foram distribuídos por diferentes famílias para lhes darem educação*” na cidade de Porto Alegre¹⁰⁹⁸.

Sabemos que estas sete crianças se chamavam Antônio, Carolina, Carlos, Jorge, Luís, João e Maria e que foram levadas para casas de importantes figuras da administração porto alegreense “*para os tratar e educar*”¹⁰⁹⁹. Antônio foi deixado a cargo do próprio presidente da província, o Conselheiro Jerônimo Francisco Coelho, importante político

¹⁰⁹⁵ AHRS.FI.M3. Carta de José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios, ao presidente Jerônimo Francisco Coelho, sobre assuntos diversos de Nonoai. Rio Pardo, 03/11/1856.

¹⁰⁹⁶ AHRS.FI.M3. Relatório de Joaquim José da Fonseca e Souza Pinto, diretor geral interino dos índios ao presidente Ângelo Munis da Silva Ferraz sobre o estado da aldeia de São Nicolau. Aldeia de São Nicolau, 26/12/1857.

¹⁰⁹⁷ Nicofé na fonte, mas provavelmente se referindo ao cacique Pedro Nicafi.

¹⁰⁹⁸ BND.HD.RPP. Relatório do presidente Jerônimo Francisco Coelho na abertura da Assembleia legislativa provincial. 15/12/1856. 2ªEd, p.104

¹⁰⁹⁹ AHRS.FI.M5. Relação de bugres menores que vieram remetidos de Cima da Serra aparecidos nos fundos do Campo de Manoel Joaquim Velho, com declaração das pessoas por quem foram distribuídos para os tratar e educar, confeccionado pelo Oficial João da Cunha Lobo Bento. Porto Alegre, 10/11/1856.

lagunense, que naquele momento chegara a patente de Brigadeiro, havendo sido Ministro da Marinha e da Guerra do Brasil, durante a Guerra dos Farrapos. Antes disso, Jerônimo já tivera experiências de contato com os indígenas, quando foi presidente da província do Grão-Pará. Poucos meses antes da chegada das sete crianças à Capital, Coelho foi nomeado presidente e comandante das Armas da Província do Rio Grande do Sul, deixando o cargo e a capital provincial um ano depois. Não sabemos em que condições o pequeno Antônio foi incorporado àquela família, se como filho ou como servente. A última opção parece mais provável. A prática já era arraigada na sociedade sul-riograndense do oitocentos. Anos antes, quando o naturalista francês Saint-Hilaire esteve em Porto Alegre encontrou um pequeno pajem indígena servindo ao governador. O menino guarani era tocador de píforo nas tropas de Artigas e, após ser feito prisioneiro, foi entregue ao governante. Quando o naturalista francês o questionou se preferia manter-se como criado ou retornar às tropas de Artigas, ele prontamente respondeu que preferia unir-se ao líder uruguaio e, mais tarde, acrescentou que queria voltar a ver sua mãe¹¹⁰⁰.

Mais do que ter alguém para prestar trabalho gratuitamente, existia certo *status* em ter uma criança indígena em casa. Em Mendoza no final do oitocentos, eram vistos como sinal de prestígio e suas ligações com os patrões misturavam proteção e subordinação:

Los niños eran requeridos para el servicio doméstico pero también como objetos de prestigio para las familias de las elites, trofeos vivientes que marcaban el status superior de sus amos. (...) A través de lazos de parentesco putativos que los ligaban a sus patronos, que brindaban “protección” al mismo tiempo que fijaban su posición subordinada, constituyó una forma extralegal de esclavitud que duraría al menos hasta un siglo después de la abolición formal de la misma¹¹⁰¹.

Não sabemos quais foram as formas de ligação que Antônio estabeleceu com Jerônimo Coelho, nem que destino teve o jovem kaingang quando o presidente deixou o cargo; se partiu junto com o governante ou se foi entregue a outra família. Mas, anos depois, em 1864, outras crianças do mesmo grupo foram submetidas a condições análogas. Os “*indios bravios pertenentes a tribo do falecido Cacique Nicofé*” ainda viviam “*errantes*”, fazendo “*depredações*” nos Campos de Cima da Serra. Por isso, foi enviada uma partida de trinta indígenas afim de “*reduzi-los*”. Os adultos foram incorporados ao aldeamento de Santa Isabel e os menores “*com o consentimento de seus*

¹¹⁰⁰ SAINT-HILAIRE. Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul* [Tradução de Adroaldo Mesquita da Costa]. Porto Alegre: ERUS, 1987.p.31.

¹¹⁰¹ ESCOLAR e SALDI. *Apropiación y destino de los niños indígenas ...*2018. *Op. Cit.* p. 06.

pais, foram, em sua passagem por essa cidade, entregues à família que se encarregaram de sua criação e educação”¹¹⁰². Ou seja, mais uma vez, o grupo de Nicofi foi vítima do tráfico infantil. O suposto consentimento dado por seus parentes para que fossem viver na casa de outras famílias, pode ter sido um recurso diante de uma situação desfavorável de fome ou violência, mas talvez fosse apenas uma demagogia do discurso do presidente para amenizar a prática diante dos deputados provinciais.

Havia ainda o risco da pura e simples escravização. Em uma sociedade escravista, na qual a população negra precisava repetidamente provar sua liberdade, os indígenas, em especial os de pele escura, podiam frequentemente serem submetidos à escravidão. Relatei o caso de “João Potro”, estudado por Farinatti e Matheus, em que a ambiguidade da identidade complicou a situação daquele sujeito durante a Guerra dos Farrapos¹¹⁰³. Foi também no contexto daquela guerra civil que o menino José Raimundo foi colocado na escravidão. Ele foi sequestrado quando frequentava a aula de primeiras letras no distrito do Couto, vizinho ao aldeamento. O traficante deve ter se aproveitado do fato de que o menino tinha a cor “*quase negra*”. Em 1857, sua mãe, a “china” Ana Maria soube notícias de que ele estava vivendo escravizado em Passo Fundo e cobrou providências da Diretoria dos índios, já que o Delegado daquele distrito não havia feito nada para aplacar o sofrimento daquela mãe desesperada com o desaparecimento do filho¹¹⁰⁴.

O envio diretamente para casas particulares parece ter sido muito mais comum do que para as orfanológicas. O único relato que encontrei em relação a remessa de crianças para estas instituições, foi de 1857, quando estava se construindo a estrada de ferro em São Borja. Diante da existência de um grupo de indígenas “*errantes*” na região, o presidente aconselhou aos membros da comissão de construção primeiramente negociassem com os indígenas, oferecendo “*bugigangas*”, e só em último caso usassem de violência. As crianças apreendidas, por se supor a incapacidade de encontrarem seus familiares nas matas, deveriam ser remetidas à Porto Alegre. Os meninos estariam destinados ao Arsenal de Guerra e as meninas ao recém-criado Asilo Santa Leopoldina. O documento revela a continuidade do papel da Igreja no processo de “civilização” dos indígenas, já que os menores deveriam ser batizados ainda em São Borja:

¹¹⁰² BND. HD. RPP. Relatório apresentado pelo presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul Dr. Espiridião Eloy de Barros Pimentel na 1ª sessão da Assembleia Provincial, 10/03/1864.p102.

¹¹⁰³ FARINATTI, Luís Augusto Ebling e MATHEUS, Marcelos Santos. *Varia História*, Belo Horizonte, vol.33, n.63, p. 707-743, set/dez, 2017.

¹¹⁰⁴ AHR.S.FI.M4. Carta de José Joaquim de Andrade Neves para o presidente Joaquim Antão Fernandes Leão cobrando providência para sustar a escravização de uma criança indígena de São Nicolau. 27/12/1857.

A única exceção que fiz, foi para menores, cuja tenra infância não consentisse supor prudentemente que pudessem ir encontrar são e salvos como os seus nas matas; e estes, passado prazo bastante para ver se não eram reclamados, mandei que fossem transportados a S. Borja por gente nossa, e sob a companhia de uma índio dos do Cacique Prudente, a fim de **serem batizados, e depois remetidos para esta Capital com a mesma escolta e cautela**, destinados, segundo o sexo, ora às companhias de aprendizes **menores no Arsenal de Guerra, ora ao Asilo de Santa Leopoldina de meninas órfãs**¹¹⁰⁵

O envio de meninos para o Arsenal de Guerra não se restringiu a esse episódio. Pelo contrário, na segunda metade do século XIX, o recrutamento de meninos guaranis e kaingangos foi frequente. A lei imperial de 1832, que implantou os regulamentos dos Arsenais, previa que fossem acolhidos na instituição os filhos de pais pobres, os indígenas e os órfãos indigentes e expostos. Além disso, o Regulamento das Escolas de Menores Aprendizes do Arsenal de Guerra de Porto Alegre, reservava dez vagas especificamente para crianças indígenas. O objetivo era acolher meninos com no máximo 8 anos de idade, que concluíssem seus aprendizados nas oficinas, sendo depois obrigados a servir o exército¹¹⁰⁶.

Em alguns casos, coincidiu de serem enviados para o Arsenal de Guerra meninos que era órfãos e indígenas. Foi o caso de Ângelo, órfão guarani de São Nicolau, que foi enviado em 1864 para Porto Alegre¹¹⁰⁷. No entanto, a maior parte das crianças enviadas para o Exército e para a Marinha viviam antes com seus progenitores. Em 1857, o diretor de Nonoai, José Joaquim de Oliveira, respondeu um ofício em que se solicitava o envio de “*índios menores para a Companhia de aprendizes do Corpo de Imperiais Marinheiros*”, dizendo que não havia órfãos na aldeia, e que cinco meninos já tinham sido enviados anteriormente¹¹⁰⁸.

Nos anos 1850, quando se intensificou a descrença no sistema de aldeamentos e a busca por acelerar o processo de integração forçada dos indígenas na sociedade envolvente, muitos meninos foram mandados para Porto Alegre. Foi o caso do guarani Antônio Inácio, enviado em 1853, para aprender música¹¹⁰⁹.

¹¹⁰⁵ BND. HD. RPP. Relatório do vice-presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Patrício Correia da Câmara, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial. 11/10/1857. p.61-63

¹¹⁰⁶ SANTOS, Maicon Lopes dos. “*Úteis a si mesmo e a pátria*”: *As classes de menores aprendizes do Arsenal de Guerra de Porto Alegre/RS (1850-1870)*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 2018. p. 25 e 42.

¹¹⁰⁷ AHRs.FI.M4. Ofício de Andrade Neves sobre o envio de Ângelo, um menino guarani órfão para o Arsenal de Guerra. 03/04/1864.

¹¹⁰⁸ AHRs.FI.M4. Resposta de José Joaquim de Oliveira, diretor da aldeia a um ofício pedindo para enviar meninos para a Marinha. Nonoai, 29/12/1857.

¹¹⁰⁹ AHRs. F1.M3. Carta de Joaquim José da Fonseca Pinto, diretor da aldeia de São Nicolau do Rio Pardo, para o diretor geral dos índios, José Joaquim de Andrade Neves a respeito do envio do menino Antônio Inácio para o Arsenal de Guerra em Porto Alegre para aprender música. São Nicolau, 03/03/1853.

Em 1862, a presidência solicitou a “*remessa de alguns indígenas menores para serem educados no Arsenal de Guerra, e outros para a Companhia de Aprendizes Marinheiros*”¹¹¹⁰. Diante da impossibilidade de enviar os meninos de Santa Isabel, o aldeamento de Nonoai foi várias vezes pressionando para remeter dez crianças para as oficinas do exército na capital¹¹¹¹. Isso acabou ocorrendo no ano seguinte. Não sem a resistência dos pais, pois tinham ouvido boatos de que os meninos não eram bem tratados. Não sabemos se esse temor era com relação ao Arsenal ou se estes meninos estavam sendo mandados para outro local, já que a fonte faz referência ao tratamento dispensado pelo Bispo às crianças¹¹¹². Pode ser que estes meninos estivessem sendo mandados para o seminário. Como foi o caso de três guaranis em 1861¹¹¹³. De qualquer forma, visando verificar a situação em que seus filhos seriam abrigados, os pais acompanharam os meninos até Porto Alegre¹¹¹⁴ e sabemos que dez garotos ficaram no Arsenal de Guerra, entre eles Manuel Fongue, filho do cacique de Nonoai¹¹¹⁵.

Alguns dos jovens indígenas faleceram pouco tempo depois. O levantamento feito por Santos na documentação da Santa Casa, sobre os meninos do Arsenal de Guerra falecidos na instituição, entre 1864 e 1865, apontou que três deles eram indígenas. Um era José Lourenço, de onze anos, que faleceu de tísica, descrito como tendo cor “*indiática*”. Da mesma cor, Manoel Pires, de 19 anos, veio a óbito por tísica pulmonar. José Portella morreu de escrófulas, aos 15 anos, e é descrito como tendo cor “*china*”. Consta, ainda, “*Fernando de Nonohai*”, de cor “branca”, que faleceu aos 18 anos de diarreia. Os quatro jovens, inclusive o descrito como “branco”, estavam na relação de menores que tinham vindo do aldeamento de Nonoai em 1863 para servir o Arsenal¹¹¹⁶.

¹¹¹⁰ BND. HD. RPP. Relatório apresentado pelo Presidente da Província de São Pedro do Sul desembargador Francisco de Assis Pereira Rocha na sessão de abertura da Assembleia Provincial, 01/09/1862. (2º ed) p. 07

¹¹¹¹ AHRS.FI.M4. Carta de José Joaquim de Andrades Neves, Diretor geral dos índios para: Desembargador Francisco d’Assis Pereira da Rocha, Presidente da Província sobre a presença de Doble em Porto Alegre e a exigência de menores para o arsenal. Rio Pardo, 08/06/1862.

¹¹¹² AHRS.FI.M4. Carta de José Joaquim de Oliveira, diretor de Nonoai, ao diretor geral dos índios Andrade Neves, na qual comunica a ida de crianças indígenas para Porto Alegre e a visita de Fongue a Doble. Aldeia de Nonoai, 03/01/1863.

¹¹¹³ AHRS.FI.M4. Carta do diretor Andrade Neves para o presidente Patrício Correia da Câmara sobre o envio de crianças para o seminário. Rio Pardo, 11/12/1861.

¹¹¹⁴ AHRS.FI.M4. Diretor geral dos índios Andrade Neves comunica ao presidente da província Espiridião Elói de Barros Pimentel Comunica o envio de relação de índios menores que seguem para Porto Alegre para aprender ofícios. Rio pardo, 19/01/1863.

¹¹¹⁵ AHRS.FI.M2. Relação nominal dos índios menores que vão para o Arsenal de Guerra, confeccionada por Sebastião Gomes de Andrade, alferes de Nonoai. Rio Pardo, 18/01/1863.

¹¹¹⁶ SANTOS. “*Úteis a si mesmo e a pátria*”...2018, *Op.Cit.*, p. 77. Comparado com AHRS.FI.M2. Relação nominal dos índios menores que vão para o Arsenal de Guerra, confeccionada por Sebastião Gomes de Andrade, alferes de Nonoai. Rio Pardo, 18/01/1863.

Ou seja, a preocupação dos pais kaingangs era muito fundamentada, já quase metade deles morreu em poder da instituição militar e jamais retornariam para casa.

Uma prática bastante comum era o envio dos meninos guaranis de Rio Pardo para casas de mestres de ofício. Em 1850, Andrade Neves entregou vários “*piás*”¹¹¹⁷ para particulares, que tiveram apenas que assinar um termo na diretoria responsabilizando-se por ensiná-los ¹¹¹⁸. Em 1863, mais meninos de São Nicolau saíram de casa para aprender ofícios¹¹¹⁹. Os meninos kaingang também foram enviados aos mestres de ofício em Rio Pardo. Em 1857, Andrade Neves apelou para que o presidente voltasse atrás da decisão de enviar os quatro menores oriundos do aldeamento de Nonoai para o Arsenal de Guerra. Naquele momento os kaingang viviam em Rio Pardo na casa de mestres de ofício, a quem estavam muito afeiçoados. Assim, os meninos “*se mostraram mui sentidos e chorosos*” com a determinação de irem para a Capital¹¹²⁰. Diante da resistência dos garotos ao deslocamento, o presidente voltou atrás, e os meninos foram batizados em Rio Pardo, tendo como padrinhos os seus respectivos mestres de ofício¹¹²¹. Provavelmente eles passaram o restante da vida naquela cidade, exercendo as profissões que aprenderam e misturados em meio a população guarani, branca e negra da cidade.

A prática de retirar as crianças de casa para aprendizagem nem sempre era bem-vista pelos progenitores. Em um relatório de 1861, o diretor geral informou que com “*muito custo*” tinha-se conseguido colocar nove rapazes nas casas dos mestres, para aprenderem a ser alfaiates, carpinteiros, ourives, ferreiros ou músicos. Buscava-se colocar mais crianças nestes ofícios, mas muitos pais preferiam ir embora da aldeia, levando consigo seus filhos, do que deixá-los viver fora de seus lares. Foi o que fizeram os guaranis Eugênio Albuquerque e Fortunato Oliveira, que partiram de São Nicolau levando sua prole¹¹²².

¹¹¹⁷ Piá é a palavra usada para designar menino em tupi-guarani e tem uso corrente no sul do Brasil até os dias atuais.

¹¹¹⁸ AHRs, FI, M3. Carta de José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios para o presidente da província Conselheiro José Antônio Pimenta Bueno. Rio Pardo, 27/10/1850.

¹¹¹⁹ Diretor geral dos índios Andrade Neves comunica ao presidente da província Espiridião Elói de Barros Pimentel Comunica o envio de relação de índios menores que seguem para Porto Alegre para aprender ofícios. Rio pardo, 19/01/1863.

¹¹²⁰ AHRs.FI.M3. Carta de José Joaquim de Andrade Neves para o vice-presidente da província Patrício Correia da Câmara pedindo a suspensão do envio dos indígenas menores de Nonoai para o Arsenal de Guerra. Rio Pardo, 17/05/1857.

¹¹²¹ AHRs. FI.M3. Carta de José Joaquim de Andrade Neves para o vice-presidente da província Patrício Correia da Câmara sobre o batizado dos indígenas menores (de Nonoai) que estão aprendendo ofício. Rio Pardo, 28/06/1857.

¹¹²² AHRs.FI.M4. Cópia de um relatório do Diretor do Aldeamento de São Nicolau do Rio Pardo feito por José Joaquim da Fonseca Souza Pinto para o Brigadeiro José Joaquim de Andrade Neves- Diretor Geral dos índios da Província. Aldeia de São Nicolau 31/12/1860.

Essa resistência provavelmente se dava pelo temor de que o acordo de criar os indígenas para aprender ofícios acabasse se tornando uma espécie de sequestro. Foi o que ocorreu em 1851. O diretor Andrade Neves relatou que Antônio Jorge Lopes de Carvalho que tinha levado o “*piá guarani*” Manuel Leucina para aprender o ofício de carpinteiro, o “seduziu” e levou para a região da Campanha¹¹²³. Aparentemente a estadia do menino em posse de outra pessoa gerou controvérsias, já que o chefe de polícia entendeu o caso como um sequestro. Buscando esclarecer a situação, foi juntado um termo em que a mãe do menino, a “*china*” Maria Leucina, autorizava sua estadia na casa de Carvalho para aprender ofícios¹¹²⁴. Esclarecia-se, portanto, que a mãe só não estava conforme com a retirada do filho de Rio Pardo, levando-o para longe de si. Apesar do mal procedimento deste tutor, o diretor aproveitava para reiterar sua crença de que a prática de enviar crianças para casas particulares era benéfica e, na sua visão, evitava que os indiozinhos “*se tornem vadios e maus cidadãos por falta de submissão*”¹¹²⁵.

Em alguns casos eram os próprios meninos que fugiam da residência dos mestres. O *piá* José Luís da aldeia de São Nicolau fugiu da casa em que havia sido colocado para aprender o ofício de alfaiate. Sua fuga foi atribuída, pelo diretor, a má índole que possuía. Como punição, o presidente da província solicitou algo que o diretor não podia cumprir, pois temia ser desobedecido, por isso, sugeria que José Luís foi enviado para a Marinha, sendo considerado isso um grande castigo¹¹²⁶. De fato, o menino foi mandado no vapor União para ser empregado na Armada Nacional¹¹²⁷.

Na metade dos anos de 1860, a situação tornou-se comum. Além da dificuldade de aliciar rapazes para os primeiros ofícios e a arte da música encontrada pelo diretor de São Nicolau, ele reclamava que quatro meninos que aprendiam alfaiataria tinham fugido das casas de seus respectivos mestres. O mesmo ocorreu com os que aprendiam o ofício de sapateiro. Um desses aprendizes foi levado por seu pai quando evadiu da aldeia. Talvez

¹¹²³ AHRs, FI, M3. Carta de José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios para o presidente da província Pedro Ferreira d’Oliveira a respeito da sedução de um menino indígena de São Nicolau. Rio Pardo, 02/01/1851

¹¹²⁴ AHRs, FI, M3. Cópia do termo que assinou Antônio Lopes de Carvalho sobre a obrigação de criar e ensinar o ofício de carpinteiro ao menino indígena menor Manoel, filho da china Maria Leucina. s/d

¹¹²⁵ AHRs, FI, M3. Carta de José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios para o presidente da província Pedro Ferreira d’Oliveira a respeito da mãe de um menino indígena de São Nicolau seduzido a fugir. Rio Pardo, 17/02/1851

¹¹²⁶ AHRs, FI, M3. Cópia de uma carta Joaquim José da Fonseca e Souza Pinto, diretor da aldeia de São Nicolau, para José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios, Rio Pardo, 22/01/1850.

¹¹²⁷ AHRs, FI, M3. Carta do José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios, para o Tenente General Francisco José de Souza Soares de Andrea, presidente da província sobre a remessa de uma criança da aldeia de São Nicolau. 22/01/1850.

esses jovens fugissem para que não lhes ocorresse o que passou com o guarani João José, que tendo ficado seis anos aprendendo o ofício de ferreiro na casa de Luís Gonzaga Brasil, quando se reivindicou seu retorno ao aldeamento, o mestre ignorou o pedido e o manteve consigo, fazendo pouco caso da carta que assinara se comprometendo a devolver o garoto¹¹²⁸.

O recrutamento para o Exército e para a Marinha, além de para as próprias guerras, atingia os meninos mais velhos. Segundo o diretor Souza Pinto, durante a Guerra dos Farrapos foram levados de São Nicolau todos os que pudessem sustentar o peso da espada. Além disso, havia chamamentos constantes para a Marinha e sempre que a Guarda Nacional passava pelo aldeamento levava alguns jovens consigo¹¹²⁹.

Apesar da violência inerente ao processo de circulação de crianças indígenas e o claro objetivo de invisibilização que embasavam estas práticas, havia espaços de resistência para os meninos indígenas. As fugas eram apenas a forma mais explícita delas. O caso do kaingang Felipe, é o oposto dos que foram explicitados até agora, já que o menino fugiu do aldeamento de Nonoai porque queria ir estudar em Porto Alegre. Com este intento, o “bugre” Felipe tomou o vapor Jacuhi, em direção à Capital. Elizário, que trabalhava em uma tipografia em Porto Alegre, escreveu para a mãe relatando o surpreendente encontro com o pequeno kaingang que queria “*aprender a ler e a escrever*” na barca¹¹³⁰. No entanto, o governo queria gerir o processo de integração das crianças na sociedade brasileira, e a ação voluntária de Felipe foi condenada pelo diretor geral dos índios, que mandou tomarem providências “*a fim de que seja agarrado esse bugre e enviado a esta Diretoria*”¹¹³¹.

Portanto, as crianças indígenas resistiram de variadas formas ao processo de integração forçada à sociedade nacional. Como ponderou Wittmann, o projeto civilizacional, levado a cabo a partir da adoção, deparou-se com aspectos culturais indígenas que permaneceram manifestos nos comportamentos destes sujeitos:

A educação civilizatória que pretendeu eliminar práticas culturais foi uma forma sofisticada de exclusão. O sujeito indígena foi desvalorizado enquanto se tentava

¹¹²⁸ AHRs.FI.M4. Relatório do estado dos aldeamentos no ano de 1864 confeccionado pelo diretor geral interino Joaquim José da Fonseca e Souza Pinto. Aldeia de São Nicolau, 24/12/1864.

¹¹²⁹ AHRs.FI.M3. Relatório de Joaquim José da Fonseca e Souza Pinto, diretor geral interino dos índios ao presidente Ângelo Muniz da Silva Ferraz sobre o estado da aldeia de São Nicolau. Aldeia de São Nicolau, 26/12/1857.

¹¹³⁰ AHRs. FI.M4. Carta de Elizário para sua mãe em que menciona o bugre Felipe que foi para a capital. Porto Alegre, 16/09/1858.

¹¹³¹ AHRs. FI.M4. Carta do diretor José Joaquim de Andrade Neves para o presidente Conselheiro Ângelo Moniz da Silva Ferraz sobre a fuga do “bugre” Felipe para Porto Alegre. Rio Pardo, 21/09/1858.

produzir outro através dos ensinamentos considerados civilizados (...) As adoções, contudo, não significaram uma superposição da cultura. As crianças não eram tábulas rasas. Nas relações interétnicas elas surpreenderam em suas atitudes repletas de cultura indígena¹¹³².

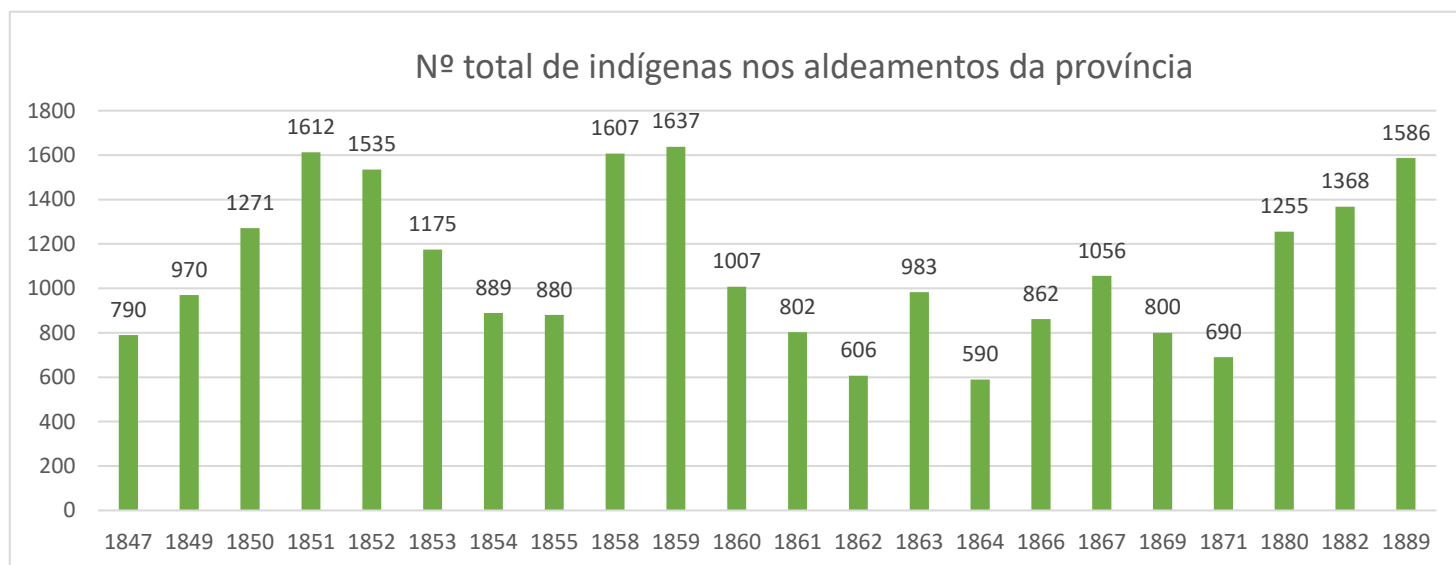
Contudo, a circulação infantil significou um duro golpe na reprodução das sociabilidades indígenas. A “adoção” forçada, que em muitos casos resultou no trabalho doméstico, o envio para casa de mestres de ofício, para o exército ou para a marinha, apartou as crianças de seus parentes e gerou um apagamento da presença indígena, que fora dos aldeamentos, foram incorporados em posições subalternas à sociedade nacional, sem marcadores étnicos que permitissem sua identificação. Um exemplo deste apagamento são os registros do próprio Arsenal de Guerra, no qual não consta a cor dos jovens lá abrigados, ou seja, sabemos que os indígenas foram para lá apenas pela documentação da diretoria dos índios. O trabalho doméstico, especialmente das mulheres, era de ainda mais difícil percepção, relegadas à órbita do privado, as meninas indígenas apartadas das comunidades tornaram-se invisíveis. Talvez a percepção contemporânea de que “todos tem uma avó bugra” seja o legado geracional desta presença forçada de sujeitos indígenas do passado nos domicílios sul-rio-grandense.

¹¹³² WITTMANN. O vapor e o botoque...2007, *Op. Cit.* p.152-153.

CONCLUSÃO: OS ÍNDIOS INVISÍVEIS OU OS “BRASILEIROS”.

O levantamento de toda a documentação que se conservou da Diretoria Geral dos Índios, além de materiais complementares, permitiu produzir um panorama sobre o processo de invisibilização dos indígenas a partir das políticas indigenistas e indígenas no Rio Grande de São Pedro. Assim, foi possível mapear a fundação e extinção dos aldeamentos da província até a década de 1880 e a população estimada de cada um deles durante boa parte do século XIX. A estimativa demográfica dos aldeamentos kaingangs havia sido feita por Itala Basília Becker, porém reproduzindo informações produzidas por outros autores da década de 1960 e não a partir de fontes primárias de informação¹¹³³. Em relação aos aldeamentos guarani não existia a sistematização de nenhuma das informações sobre os aldeamentos do século XIX. Com exceção da população de São Nicolau do Rio Pardo, toda presença guarani da região foi ignorada no período.

GRÁFICO 1- NÚMERO TOTAL DE INDÍGENAS NOS ALDEAMENTOS DA PROVÍNCIA



FONTE: AHR.S.FI. M2, M3, M4 E M4; HD.BND. RPP (1830-1889)¹¹³⁴

Para compreender como os indígenas, tão presentes após a guerra civil de 1835-1845 na documentação governamental, tinham “desaparecido” nos anos de 1870, precisei fazer um levantamento das fontes sobre eles no oitocentos, para perceber quais foram os processos que levaram a sua ausência na documentação. Assim, o gráfico 1, apesar de apresentar um panorama até então inexistente sobre o total de aldeados, não reflete a real

¹¹³³ BECKER, Ítala Irene Basile. O índio kaingáng no Rio Grande do Sul. Pesquisas Antropologia, nº29. São Leopoldo: Instituto Anchientano de Pesquisas- Universidade do Vale dos Sinos, 1976. Anexo.

¹¹³⁴ As informações demográficas foram extraídas de diferentes documentos do Fundo Índios do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e dos Relatórios dos Presidentes da Província.

presença dos nativos nos territórios sul-rio-grandenses. Primeiro, porque nem todos os indígenas estavam aldeados. Foi apontado em relação aos guaranis o quão frequente eram as informações, desde os anos de 1820, de que circulavam pelos diferentes territórios das antigas missões jesuíticas, não obedecendo às fronteiras nacionais. Também estavam em estâncias particulares trabalhando como peões, ou recrutados para o exército e suas esposas os acompanhando no deslocamento das tropas. Além disso, durante todo o século, apareceram informações de que saíam das aldeias em busca de melhores condições de vida, exercendo todo tipo de atividade. Ainda em relação aos grupos guaranis, a venda das estâncias e a expropriação do gado, seguida da não formalização dos aldeamentos como o de São Luís da Missões, Encruzilhada e Cachoeira do Sul, tiveram forte impacto na invisibilização dos indígenas desta etnia.

O aldeamento de São Nicolau do Rio Pardo, apesar das constantes reclamações sobre a evasão de seus habitantes, o impacto da participação nas guerras e do completo desinvestimento governamental em sua manutenção, teve uma população mais ou menos constante durante os anos em que foi feito o arrolamento de seus moradores. Apesar disso, a pressão sobre as terras da aldeia, bastante próxima a um centro urbano relativamente grande e receptor de imigrantes europeus na segunda metade do oitocentos, além da longa trajetória de convívio dos guaranis da localidade com a sociedade envolvente e o interesse pelos ervais, fez com que fossem considerados plenamente assimiláveis. Assim, as estatísticas sobre São Nicolau do Rio Pardo cessaram em 1866, mas podemos observar no gráfico 2 que, antes disso, houve inclusive um ligeiro aumento da população aldeada. Ou seja, ainda que poucos, eles seguiam vivendo no aldeamento centenário, e com sua extinção oficial, certamente continuaram.

Ainda analisando o gráfico 1, podemos perceber que os anos de 1857 e 1858 são os momentos em que mais indígenas foram contabilizados. Isso ocorreu principalmente pela inclusão de São Vicente, antiga estância do povo de São Miguel, onde viviam mais de seiscentos guaranis. Sua transformação em aldeamento deveu-se à pressão exercida pelos próprios indígenas diante da expropriação que suas terras vinham sofrendo. Tornaram-se visíveis justamente no processo de sua invisibilização. Mas logo em seguida o aldeamento foi extinto. Certamente os habitantes guaranis não abandonaram São Vicente após o breve período em que foi considerada aldeamento oficial, permanecendo na localidade que eles mesmos reafirmavam como sendo sua desde o período colonial.

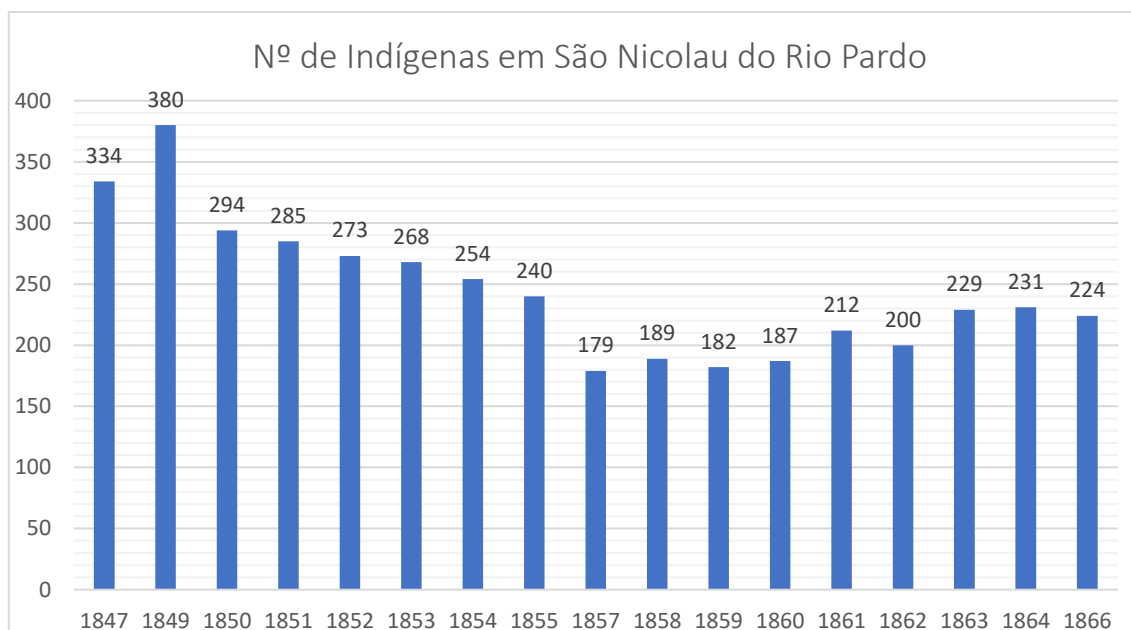


GRÁFICO 2- NÚMERO DE INDÍGENAS EM SÃO NICOLAU DO RIO PARDO

FONTE: AHRS.FI. M2, M3, M4 E M4; HD.BND. RPP (1830-1889)

Em relação a real população kaingang existente na província, o gráfico 1 é ainda menos preciso, tendo em vista que é provável que apenas uma minoria deles estivessem aldeados, ou ao menos permanecessem confinados aos locais designados pelo poder público. Assim, a formação de aldeamentos que não contemplavam as necessidades dos kaingang ou que reuniam parcialidades que, muitas vezes pela própria interferência das políticas indigenistas, tinham animosidades, fez com que existisse uma grande instabilidade dos grupos aldeados. O gráfico 3 aponta a variabilidade do número de aldeados em Nonoai, reflexo da política de reunião dos indígenas naquela aldeia, mas também das decisões de lideranças pela permanência ou não naquela localidade. Nos anexos 1 e 2 também podemos ter a dimensão de como os kaingang foram protagonistas da política na segunda metade do século XIX. A variedade de aldeias formadas e desagregadas aponta o poder de articulação das lideranças na conformação de suas territorialidades. Eles procuraram estabelecer-se onde havia recursos de subsistência, como a caça e a coleta do pinhão, e onde estavam sepultados seus ancestrais.

Os anos em que houve mais indígenas em Nonoai, entre 1852 e 1855, foram justamente aqueles em que a política indigenista e a política indígena coincidiram e os aldeados em Guarita aceitaram se transferir para aquela aldeia. No entanto, os kaingang também sofreram a intrusão em seus territórios. Aqueles que mantinham uma circulação

sazonal em busca de recursos tiveram de enfrentar bugreiros e milícias dispostas a assassinar os indígenas. A violência foi o principal recurso para lidar com os grupos macro-jê da porção meridional do Brasil até 1845, chegando a se declarar guerra justa aos kaingang. No entanto, mesmo com a promulgação do *Regulamento das Missões*, que pautava uma política menos agressiva, a violência foi retomada, em vários momentos, como forma de lidar com a “questão indígena”.

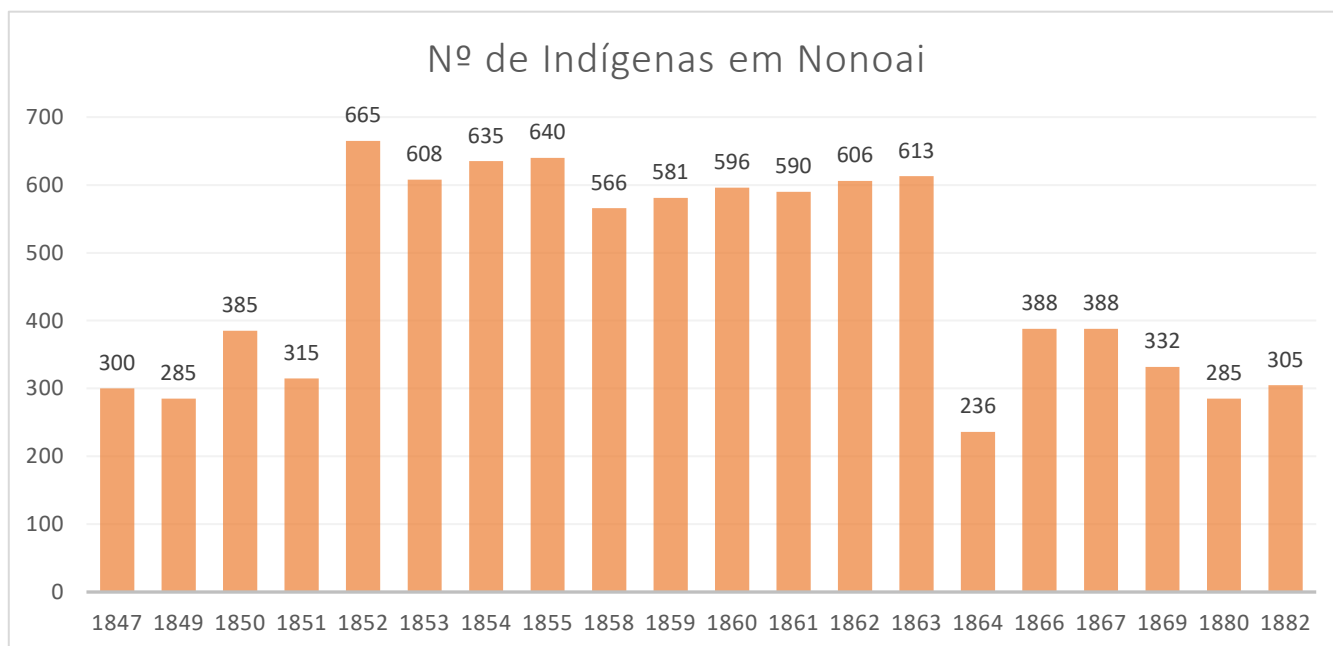


GRÁFICO 3- NÚMERO DE INDÍGENAS EM NONOAI

FONTE: AHRS.FI. M2, M3, M4 E M4; HD.BND. RPP (1830-1889)

A resposta das políticas indigenistas para a disputa dos territórios com colonos alemães, com ex-funcionários dos aldeamentos e com fazendeiros locais foi estimular a perseguição de uma parcialidade kaingang contra a outra. Assim, em muitos casos, a adesão dos caciques à perseguição de outros grupos indígenas desencadeou animosidades incontornáveis que resultaram em mais violência. Um caso emblemático foi o ocorrido no aldeamento de Erechim, no qual a disputa com um criador de mulas, que se considerava proprietário do local, desencadeou vinganças, assassinatos e dissensões entre os kaingang.

Desta forma, as informações a respeito dos indígenas, sejam quantitativas, sejam qualitativas foram abundantes enquanto a política indigenista ocupava um lugar de destaque nas estratégias de unificação e homogeneização nacional. Assim, os diretores de aldeamento e os missionários preocuparam-se em manter o diretor geral informado,

registrando disputas políticas entre lideranças, necessidade de abastecimento, de tropas para segurança, deslocamento de grupos, além de dados demográficos dos estabelecimentos por eles coordenados. Da mesma forma, o diretor geral Andrade Neves confeccionou relatórios frequentes sobre a situação das aldeias, além de mapas de população, que foram passados à presidência da província ou enviados para os Ministérios no Rio de Janeiro.

Conforme foi sendo considerado pelo governo que os guaranis estavam “*plenamente assimiláveis*” ou “*misturados*”, as informações sobre eles diminuíram. A Lei de Terras, de 1850, facilitou o assimilacionismo, na medida em que retirou dos indígenas os meios de subsistência. Os guaranis de São Nicolau, por exemplo, já vinham prejudicados pela perda dos ervais que lhes forneciam condições materiais de existência, mas a legislação fundiária passou a propriedade de suas terras para o Estado, que, por sua vez, não deteve a invasão dos posseiros. Os kaingang também foram prejudicados pelo processo de privatização das terras desencadeado pela lei. Assim, aqueles que estavam em aldeamentos menos formalizados ou que se deslocavam com alguma frequência, como o caso dos indígenas de Santa Isabel, acabaram perdendo as terras. Em Nonoai, a regulamentação fundiária deveria ter impulsionado a demarcação dos terrenos pertencentes aos indígenas, mas apesar da resistência, os esbulhos promovidos pelo ex-diretor do aldeamento não puderam ser detidos. O cercamento das terras teve imenso impacto na invisibilização dos nativos, pois inexistindo aldeias buscava-se promover a inexistência de indígenas.

A Guerra do Paraguai aprofundou o processo de desatenção com a coleta de dados dos aldeamentos, porque o poder provincial concentrou-se no conflito com o país vizinho. Como aponta o anexo 3, neste período, em decorrência direta ou indireta da guerra, houve a troca dos funcionários que há décadas dedicavam-se à política indigenista. Faleceu o diretor geral dos índios José Joaquim de Andrade Neves em decorrência de um ferimento em batalha; o diretor de Guarita e depois de Nonoai, José Joaquim de Oliveira, ficou doente e morreu na mesma época; e Joaquim José da Fonseca e Souza Pinto, diretor de São Nicolau desde antes da independência, foi demitido com a extinção do aldeamento. Os sujeitos que os substituíram eram pouco ou nada habituados aos povos indígenas. Manoel Franciso de Oliveira que assumiu o posto de diretor geral dos índios, era, inclusive, contrário à existência de qualquer política indigenista que não fosse pura e simplesmente a integração forçada dos indígenas.

Da mesma forma, as lideranças que se destacaram na formação de alianças com os agentes provinciais para formação de aldeamento faleceram, evadiram ou entraram em conflito com os agentes provinciais. O cacique Braga, Nonoai, Votouro e Doble faleceram. Os conflitos pelas terras de Erechim levaram a morte Pedro Nicafi, a evasão de Vitorino Condá e Antônio Prudente, que morreu pouco tempo depois. Fongue evadiu na esteira das fugas provocadas pela Guerra do Paraguai.

O processo inevitável de abolição da escravidão africana e o fomento à imigração europeia, com a entrada massiva de italianos na província na década de 1870, contribuíram ainda mais para a desatenção com os aldeamentos. A preocupação com os africanos libertos gerou um redirecionamento com relação aos debates sobre raça. Os relatórios da presidência apresentados à assembleia apontam essa transformação, já que até a década de 1870, as colocações a respeito da “questão racial” relacionavam-se intimamente com as políticas indigenistas. A princípio, os projetos de imigração europeia para a província estavam muito mais relacionados ao interesse da substituição da população de “índios selvagens” por “laboriosos alemães” do que a preocupação com o fim do tráfico transatlântico de escravizados.

A apreensão do governo com a “questão dos índios” foi tributária da precoce introdução de concepções racializadas sobre os indígenas no Brasil e na província do Rio Grande de São Pedro. Assim, as teorias raciais produzidas na Europa chegaram ao Brasil, fosse através dos intelectuais estrangeiros aqui radicados, fosse através dos pensadores nacionais. Os ecos das concepções sobre “raça indígena” esboçadas pelo engenheiro e naturalista belga Alphonse Mabilde puderam ser observados nas políticas indigenistas aplicadas na província do Rio Grande. Tais teorias ajudaram a consolidar a crença de que os indígenas estavam fadados ao desaparecimento e é provável que a diminuição no número de aldeados na década de 1870 seja muito menos um reflexo dos números reais de habitantes das aldeias do que das políticas de invisibilização. A descrença no sistema de aldeamento e a promoção de uma forçada integração, ideias presentes no ideário de Mabilde, levaram a acreditar que os indígenas que possuíam maior contato com a sociedade envolvente eram “mestiços” e aqueles que permaneciam “selvagens” deveriam ser forçados a conviver com os brancos como forma de “domesticá-los” mais rapidamente.

Buscando cessar a reprodução da cultura indígena apartada da não indígena, os projetos de circulação e crianças e jovens intensificaram-se. Retirados para os Arsenais de Guerra e para a Marinha, para as casas de ofício ou para adoção por particulares, que

em muitos casos poderia resultar em trabalhos domésticos forçados, meninos e meninas foram afastados de suas comunidades com o objetivo de serem “civilizados”. O projeto de invisibilização tentava assim seu golpe final: não haveria mais indígenas pois as novas gerações não se identificariam mais enquanto tais.

Portanto, podemos observar que durante o século XIX houve, na província de São Pedro, a promoção da invisibilidade tal qual definida por Nina Friedmann: um projeto de domínio traçado no tempo e no espaço, que fundiu política e ciência, cujo objetivo inicial era a exploração econômica dos sujeitos. Aqui a invisibilização dos indígenas, processo ativo de negação da presença, teve interesse na exploração das terras por eles ocupadas. Assim, como a população negra da Colômbia, além da invisibilidade, os indígenas foram vítimas da estereotipia, pois só se tornavam visíveis se enquadrados dentro de pressupostos teóricos-ideológicos que definiam o ser índio¹¹³⁵. Ou seja, formou-se uma fronteira que excluía os indígenas da sociedade brasileira, eles só poderiam ser incluídos nela enquanto tal, se moldados aos pressupostos socio-raciais de “pureza” indígena.

Justamente devido às políticas assimilacionistas encontramos sujeitos a quem a identidade indígena foi negada. No primeiro relatório confeccionado pela diretoria dos índios do Rio Grande de São Pedro, em 1847, a mestiçagem, estimulada desde o Diretório pombalino no século XVIII, já era uma realidade em muitos aldeamentos. O *Regimento das Missões* deixava clara a intensão de miscigenação em seu projeto de catequização e civilização, mas, ao menos naquele primeiro momento, ao contrário de servir aos interesses do Estado, embaraçava as pretensões dos governantes, já que criava uma categoria de pessoas que, por não se considerarem “índios”, não se viam obrigadas a prestar serviços. Era o que estava ocorrendo na aldeia guarani de São Nicolau do Rio Pardo, na qual os filhos de “*mestiças casadas com homens brancos*” recusavam-se a sujeitar-se às obrigações impostas aos índios¹¹³⁶. Infelizmente não temos mais informações sobre estas recusas, mas podemos deduzir que estes jovens “índio-descendentes” estavam se recusando a prestar serviços como a extração de pedras e preparo da erva mate. Ou seja, estavam utilizando a seu favor uma política que a longo prazo pretendia extinguir os direitos indígenas, mas que a curto prazo os desobrigava de prestar serviços ao Estado. Os guaranis demonstraram, neste e em outros momentos,

¹¹³⁵ PEÑA, Inge Helena Valencia e CHICA, Laura Silva. Nina S. de Friedemann: Imágenes de la existencia negra en Colombia. *Revista Chilena de Antropología Visual*, nº 23, Santiago, Junio 2014, p. 27-61.

¹¹³⁶ BN. Man.: I-32, 14, 014. Relatórios de José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios do Rio Grande do Sul, nos anos de 1847, 1852 e 1854. Relatório de 1847. AHRS, FI, M1. Carta do padre Bernardo Parés possivelmente ao presidente da província sobre despesas. Porto Alegre, 26/06/1849.

estarem atentos às determinações legais do governo imperial e utilizaram as brechas nelas contidas a seu favor.

Em outras situações, os “mestiços” parecem, de fato, ter servido como intermediários entre os indígenas e os interesses estatais, porém, levando em conta suas próprias motivações para tal. É o caso de Inácio José Sagas Carim, que assinava os documentos como “*índio mestiço*” e que, ao arbitrar os conflitos entre as parcialidades do Cacique Antônio Prudente e Vitorino Condá, conseguiu instrumentalizar sua condição de intermediador “mestiço” para ganhar uma posição de comando no aldeamento de Nonoai¹¹³⁷. Vemos nas duas situações relatadas que os indígenas se autodenominam “mestiços”: uma para opor-se à obrigatoriedade dos trabalhos e outra para reforçar sua posição de mediador.

Em outros dois casos, nos quais foram os agentes da colonização que classificam os indígenas como miscigenados, ocorreu o oposto: a invisibilização da identidade indígena serviu como instrumento de negação de direitos. O primeiro destes casos ocorreu em 1851, pouco tempo após a organização dos dois primeiros aldeamentos de kaingang no Rio Grande do Sul. Foi quando se iniciaram as disputas pelas terras das aldeias. O ex-diretor do aldeamento, Cipriano Rocha Loures, havia se apossado de um campo de mais de três léguas dentro do aldeamento de Nonoai, causando forte reação entre os indígenas ali assentados. Essa disputa arrastou-se por muitos anos. Rocha Loures acusava alguns sujeitos de incitar os “bugres” contra ele. O ex-diretor alegava que “*Manoel Fortes e outros brasileiros criminosos vindos da Província de São Paulo*” encabeçavam as hostilidades contra si. O relato escrito pelo padre Bernardo Parés permite observar que tais *brasileiros* eram filhos da irmã do cacique Vitorino Condá e, portanto, indígenas. A mesma descrição não deixa claro se Manoel Fortes era indígena, mas informa que ele era casado com a sobrinha do capitão Vitorino¹¹³⁸. Em outro documento, de 1848, Francisco Rocha Loures¹¹³⁹ revela que um certo “*índio Manuel*” era imprescindível para o aldeamento. Isso porque ele agia como intérprete e era um elo entre a comunidade e os agentes estatais, pois era “*casado com a filha de um cacique*” e pela “*estima que goza a china, como uma das nobrezas selvagens*” era importante tê-lo no aldeamento¹¹⁴⁰. É

¹¹³⁷AHRS. FI. M.4, DGI. Carta de Inácio José Sagas Carim, índio mestiço, ao Tenente Coronel José Joaquim de Oliveira. Nonoai, 15/06/1859. Sobre este caso ver Cap.3 desta tese.

¹¹³⁸ AHRS. FI. M1. Documentos Diversos, carta do Padre Bernardo Parés ao presidente da província, 1851.

¹¹³⁹ Irmão de Cipriano Rocha Loures e diretor dos índios no Paraná.

¹¹⁴⁰ AHRS. FI. M1. Documentos diversos, Nonoai. Correspondência ativa de Francisco Rocha Loures para o presidente da província, 1848.

muito provável que os dois documentos estejam tratando do mesmo Manuel, que de antigo aliado passou a inimigo quando o diretor se apropriou das terras da aldeia. Assim, também sua identidade de “índio” transitou para a de “brasileiro”. Talvez isso se deva em parte pelo fato destes indivíduos serem “mestiços culturais” e serem vistos como pertencentes tanto à cultura indígena, quanto a não indígena.

Como alerta Gruzinski, a ideia de cultura como uma totalidade coesa e da mistura cultural como mescla de dois elementos heterogêneos distintos, tem mais conexão com a nossa tradição intelectual de buscar interpretações coerentes do que, de fato, com a realidade social, na qual os espaços intersticiais são abundantes. Apenas nesta perspectiva a mestiçagem configuraria uma desordem que atrapalharia conjuntos estruturados e autênticos¹¹⁴¹. No caso analisado, podemos observar que as atitudes deste sujeito variaram de acordo com o contexto social. Manuel instrumentalizou a posição de aliado, mas entrou em confronto com o ex-diretor quando a associação não servia mais aos seus interesses ou aos da comunidade. Como apontou Alida Metcalf, tradutores e mediadores culturais são intermediários transacionais, e possuem lealdades complexas e mutáveis, difíceis de serem reconstruídas¹¹⁴².

Não obstante, a utilização da palavra “brasileiros” por aqueles que disputavam a posse dos terrenos da aldeia era uma forma de negar o acesso à terra a estes indivíduos. Como mencionamos, o *Regulamento das Missões* tinha como prerrogativa a dissolução dos aldeamentos quando estes indígenas estivessem “misturados à população nacional”. Portanto, alegar que não eram mais indígenas e sim *brasileiros* era uma forma de expropriá-los dos terrenos já diminutos que foram destinados aos indígenas ao longo do XIX.

O segundo episódio refere-se à disputa pelo rincão da Timbaúba em São Vicente e corrobora a perspectiva de que transformar “índios” em “brasileiros” era uma forma de negar-lhes a propriedade da terra. No intrincado processo de tentativa de desapropriar os guaranis missionários de sua antiga estância de São Vicente¹¹⁴³, no ano de 1857, o governo provincial anunciou a pretensão de arrendar o Rincão da Timbaúba. Um subdelegado foi enviado ao local para listar os moradores que não possuíam títulos das

¹¹⁴¹ GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

¹¹⁴² METCALF, Alida C. *Os papéis dos intermediários na colonização do Brasil: 1500-1600*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019. P.31

¹¹⁴³ Sobre o assunto ver nesta tese 1.2.3 *Peões e soldados: o êxodo de 1828 e a expropriação das terras e do gado guarani...*

terras¹¹⁴⁴. Lembremos que a esta altura já havia sido promulgada a chamada “Lei de Terras” de 1850, que buscava embaraçar a ocupação não documentada de terrenos. O funcionário elencou apenas quatro moradores, afirmando que não possuíam título legal e que deveriam ser removidos assim que colhessem os frutos de suas plantações. Ele classificou dois destes posseiros como “*brasileiros*”, sendo um da cor branca e outro sem descrição de cor, o terceiro morador foi classificado como “mestiço” e o quarto chamado de “*Julião Guarani*”¹¹⁴⁵. No entanto, devido a esta disputa, os guaranis se mobilizaram e lograram o reconhecimento da área como aldeamento, revelando que havia cerca de seiscentos indígenas naqueles campos, tornando-se, ainda que por um breve período, a maior aldeia da província. O episódio evidencia com clareza que o uso de termos como “brasileiros” e “mestiços” buscava invisibilizar a presença indígena e, por consequência, negava a eles o direito de permanecerem em suas terras. As prescrições de inclusão destes sujeitos na unidade nacional contidas nesta linguagem, ao mesmo tempo que os insere na sociedade do Brasil os colocam como despossuídos das terras, quando a terra se tornou central para o poder econômico¹¹⁴⁶.

A integração dos indígenas era crucial para o processo de inviabilização, mas os agentes estatais queriam ter controle pleno sobre ele. O caso protagonizado por Jacinto Doble, em 1866, ilustra essa busca por comando das políticas de interação dos índios com a sociedade envolvente. Após a morte do cacique Doble e de vários outros moradores do aldeamento de Santa Isabel, João Gangre e seu irmão Jacinto, que havia assumido o posto de cacique após o falecimento do pai, receberam uma licença do diretor da aldeia para fazerem um serviço de roça na propriedade de João Damaceno que ficava nas imediações de um local denominado Turvo. Eles foram acompanhados de três ou quatro mulheres e ficaram por lá cerca de um mês. As relações entre os indígenas e a família do proprietário foram se estreitando e Jacinto teve “*relações ilícitas*” com a filha de Damaceno. Depois disso, a moça, que tinha 17 anos, resolveu abandonar a casa paterna e se apresentou na aldeia de Santa Isabel. Chegando lá “*declarou solenemente*” que queria casar-se com Jacinto Doble. Mas segundo o diretor, o Padre Antônio de Moraes Branco, a despeito de os nubentes “*serem da mesma cor*” e Jacinto ser um “*índio bem civilizado*”, o pai jamais aceitaria que contraíssem matrimônio. A solução encontrada era afastar Jacinto Doble e

¹¹⁴⁴ AHRs. FI M.2. Documento resumindo o processo de disputa pelo Rincão da Timbaúba. S.d/ S.a.

¹¹⁴⁵ AHRs. FI M.2. Relação dos moradores residentes no Rincão da Timbaúba, que nenhum título tem, do subdelegado de polícia Américo da Costa Pavão, Distrito de São Vicente, 04/04/1857.

¹¹⁴⁶ Ver debate no capítulo 3.

João Gangre do aldeamento, fazendo com que sentassem praça na Marinha, pois se seguissem em Santa Isabel seu exemplo incitaria atos semelhantes dos outros aldeados. No entanto, o padre planejava enganá-los, mandando-os, junto com as esposas, para Porto Alegre com a desculpa de buscarem fardamentos, já que sendo filhos do prestigioso Doble, e lideranças importantes, sua prisão suscitaria sublevações na aldeia¹¹⁴⁷.

A ambiguidade das denominações de cor indígena explicitadas na história do romance de Jacinto, em que ele e a moça filha de Damaceno são descritos como tendo a mesma cor, aparece em outros ocasiões. O caso do menino roubado da família em São Nicolau, que tinha a pele escura, “*quase negra*”, e por isso, foi tomado como escravo¹¹⁴⁸ e o caso do moço Fernando de Nonoai, que foi descrito como “*branco*” na documentação da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, onde faleceu¹¹⁴⁹, são apenas alguns exemplos desta difícil definição da indianidade em uma sociedade na qual a cor determinava as posições sociais.

Assim, os sujeitos “mestiços”, apartados dos aldeamentos, os índio-descendentes, aqueles cujo comportamento era “*civilizado*” demais para que fossem considerados indígenas, cujas características fenotípicas não se enquadravam nos estereótipos raciais, passaram a fazer parte de uma massa cada vez maior de “brasileiros” cuja identidade indígena foi apagada.

O projeto de inviabilização não foi, no entanto, plenamente bem-sucedido. O ressurgimento dos aldeamentos kaingang como Inhacorá, Pinheiro Ralo e Lagoa Vermelha no final do século XIX, além da permanência de diminutas populações guarani que se identificavam desta forma, atesta para a constante reconstrução das identidades indígenas. Contudo, a inviabilização calou fundo no Rio Grande do Sul, cada vez mais identificado com seus imigrantes europeus.

A transformações de termos que antes denotavam sujeitos indígenas e passaram a denotar “mestiços” ao mesmo tempo em que é sintomática do processo de apagamento étnico, demonstra a resistência de identificações menos calcadas na uniformidade. Assim, o termo “bugre” que no século XIX era utilizado para ressaltar a selvageria dos nativos, identificando aqueles grupos considerados mais “puramente” índios, passou a ser utilizado contemporaneamente como sinônimo de mestiço de indígena ou aquele que tem

¹¹⁴⁷ AHRG. FI. M2. Carta do Padre Antônio de Morais Branco para o vice-presidente da província Antônio Pereira da Cunha. Aldeamento Santa Isabel na Colônia Militar Caseros, 12/10/1966.

¹¹⁴⁸ AHRG.FI.M4. Carta de José Joaquim de Andrade Neves para o presidente Joaquim Antônio Fernandes Leão cobrando providência para sustar a escravização de uma criança indígena de São Nicolau. 27/12/1857.

¹¹⁴⁹ SANTOS. “*Úteis a si mesmo e a pátria*”...2018, *Op.Cit*, p. 77.

feições indígenas. Também o termo “china” utilizado para designar indígenas, em especial as guaranis, passou a ser sinônimo de mulher nas expressões gauchescas. O termo “piá” utilizado para designar crianças indígenas, passou a ser amplamente empregado para todos os meninos no sul do Brasil. Estas transformações permitem observar que, se a extinção dos aldeamentos ao longo do século XIX visava promover a homogeneização dos indígenas, a mistura dos indígenas à população sul-rio-grandense causou uma espécie de “guaranização” e “kainganguização” da cultura geral. Ou seja, ainda que não reconhecidos enquanto tal, hábitos, palavras e sujeitos indígenas permeiam a cultura mestiça do sul do Brasil.

Observar em conjunto as trajetórias da política indigenista voltada para os dois principais grupos indígenas da província permitiu constatar que, se em muitos momentos as estratégias dos agentes governamentais distinguiam-se na promoção da “assimilação” dos nativos, em outros pontos elas eram convergentes. Porque, apesar de tais políticas considerarem que kaingangs e guaranis estavam em diferentes estágios assimilatórios, o objetivo era o mesmo, torná-los “brasileiros”. Em um primeiro momento, eu pretendia estabelecer uma cronologia clara e definida dos processos de invisibilização promovidos pelo Estado, mas a pesquisa me mostrou que eles se interpenetravam. Assim, guerras, aldeamentos, discursos raciais e esbulho das terras atingiram tanto guaranis quanto kaingangs em diferentes intensidades e momentos.

Incorporá-los à nação não era, entretanto, uma tarefa fácil. A fronteira imaginária que delimitava quem eram os brasileiros e quem não era, que criava uma identidade para o povo que incluía os indígenas, mas só devidamente transformados em soldados, peões, empregadas domésticas, ervateiros, encontrou diferentes formas de resistência e adaptação por parte destas populações. As formas como os discursos e as políticas atingiram diferentes grupos de guaranis e kaingangs e as estratégias de aliança, resistência e relação com os territórios estabelecidos por estas coletividades só puderam ser entendidas a partir da análise dos contextos históricos. Estas análises permitiram observar como os processos de aldeamento e manutenção das terras, bem como o desejo por mobilidade em vastas áreas compreendidas como cruciais para seus modos de vida foram importantes para a conformação destes grupos.

O empenho destas populações na manutenção de suas terras destacou-se. A princípio eu imaginava que esta não seria uma questão central, mas na análise da documentação despontou o protagonismo que guaranis e kaingangs exerceram em defesa dos territórios. As estratégias por eles adotadas para tal destoaram de um protagonismo

idealizado. O uso da violência, das leis, a mobilidade, a formação de alianças, o trabalho, a adesão ao exército ou expedições militares foram algumas das saídas encontradas por estes sujeitos diante dos processos que se colocavam. Homens e mulheres nativos foram os protagonistas possíveis diante de diferentes cenários políticos, pautados por leis, discursos e interlocutores variados.

BIBLIOGRAFIA

A

AGOSTINHO, Michele de Barros. A exposição antropológica brasileira de 1882: a sala Lund e a exibição de remanescentes humanos no Museu Nacional. *Ventilando Acervos*. Florianópolis. Vol. Especial, nº1, set/2019;

ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades negras nas paragens do sul: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835*. Rio de Janeiro, RJ: FVG, 2009.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. L'histoire des Amérindiens au Brésil. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. 57e année, N. 5, pp. 1323-1335, 2002.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Os índios aldeados: histórias e identidades em construção. *Revista Tempo*. Niterói, v.6, n.12, p.15-71, 2001.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Índios mestiços e selvagens civilizados de Debret. *Varia historia*. Belo Horizonte, vol.25, nº 41, p.85-106, jan/jun 2009.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. História e antropologia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da história*. São Paulo: Editora Elsevier, 2011, p. 151-168.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. (2º ed.)

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Os índios na história do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. *Revista História Hoje*, v. 1, n. 2, p. 21-39, 2013.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos índios: Um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

AMANTINO, Marcia. As Guerras Justas e a escravidão indígena em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. *Varia história*. Belo Horizonte, v. 22, n. 35, p. 189-206, jun. 2006

AMORIM, Christiano Schaufert de. *Arquitetura do silêncio: o indígena e a escrita, relações de civilização e extermínio*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, 2002.

AMOROSO, Marta. *Terra de índio: imagens em aldeamentos do Império*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: companhia das letras, 2008 [1983].

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Os índios D'Aldeia dos Anjos: Gravataí- século XVIII. Porto Alegre: EST, 1990.

ARRIETA, Eduardo Miranda. *Entre Armas y Tradiciones. Los indígenas de Guerrero en el siglo XIX*. Juaréz, 2006.

AMSELLE, Jean-Loup et M'BOKOLO, Elikia. *Au Coeur de l'ethnies: ethnies, tribalisme et État en Afrique* – Paris: La Découverte, 1999.

ÁVILA, Arthur Lima de. Rememorando os filhos de Onontio: Richard White, The Middle Ground, e a escrita da história da América do Norte colonial. *História*. São Paulo, v.30, nº1, p.265-286, jan/jun 2011.

B

BANTON, Michael. *A Idéia de Raça*. Rio de Janeiro: Edições 70, 2010.

BAKOS, Margaret M. A escravidão negra e os farroupilhas. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy, DACANAL, José Hildebrando e outros (Org./) *A Revolução Farroupilha: história e interpretação*. Porto Alegre: Mercado aberto, 1985, p. 79-97

BARBOSA, Pablo Antunha. A “Terra sem Mal” de Curt Nimuendajú e a “Emigração dos Cayuáz” de João Henrique Elliott. Notas sobre as “migrações” guarani no século XIX. *Tellus*, n. 24, p. 121-158, 2014.

BARRETO, Abeillard. *Bibliografia sul-rio-grandense*. Volume 11 (K-Z). Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1976.

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. p. 25-68.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. *Mana*, 12(1):39-68, 2006.

BECHIS, Martha. Fuerzas indígenas en la política criolla del siglo XIX. In: GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo (Org.). *Caudillismos rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Eudeba, 1998, p. 293-318.

BECKER, Ítala Irene Basile. *O índio kaingáng no Rio Grande do Sul*. Pesquisas Antropologia, nº29. São Leopoldo: Instituto Anchientano de Pesquisas- Universidade do Vale dos Sinos, 1976.

BERTHRONG, Donald J. *The Cheyenne and Arapaho Ordeal: Reservation and Agency Life in the Indian Territory, 1875–1907*. University of Oklahoma Press, 1992.

BERUTE, G. S. A economia do Rio Grande do Sul em tempos de guerra (Porto Alegre e Rio Grande, primeira metade do século XIX). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, v. 150, p. 11-32, 2016.

BERNAND, Carmen. L'américanisme à l'heure du multiculturalisme. Projets, limites, perspectives. In: *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. 57^e année, N. 5, 2002. pp. 1293-1310.

BOCCARA, Guillaume. Etnogénesis Mapuche: Resistencia y Reestructuración entre los indígenas del Centro-Sur de Chile (Siglos XVI-XVIII). *Hispanic American Historical Review*, 79:3 (1999), p.424-461.

BOCCARA, Guillaume. Fronteras, mestizaje y etnogenesis en las Américas. In: MANDRINI, Raul J. y PAZ, Carlos D. (comp.) *Las fronteras hispanocriollas del mundo indígena latino-americano em los siglos XVIII-XIX. Un estudio comparativo*. Tandil: IEHS, 2003, p.63-93.

BOCCARA, Guillaume. Poder e etnicidade no Chile: territorialização e reestruturação entre os Mapuche da época colonial. *Revista Tempo*. Niterói, nº 23, jul/dez, 2007.

BOCCARA, Guillaume. Génesis y estructura de los complejos fronterizos euro-indígenas. Repensando los márgenes americanos a partir (y más allá) de la obra de Nathan Wachtel. *Memoria Americana* 13- Año 2005, p. 21-52.

BOXER, Charles. *O Império Marítimo português*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2002.

BRACCO, Diego. Los errores Charrúa y Guenoa-Minuán. *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas- Anuario de Historia de América Latina*, nº. 41, 2004, p.117-136.

BRACCO, Diego. *Cautivas entre indígenas y gauchos*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2016.

BRAGA, Danilo. *A História dos Kaingang na Luta pela terra no Rio Grande do Sul: Do silêncio, à reação, a reconquista e a volta para casa (1940-2002)*. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Terra Indígena Serrinha, 2015.

BRAGA, Márcio André. *Os selvagens da província: índios, brancos e a política indigenista no Rio Grande do Sul entre 1834 e 1868*. 2006. 166 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006.

BRANDALISE, Guilherme Maffei. *Eles se vangloriam de ser índios, e com esse nome querem ser chamados: indígenas, capuchinhos e as colônias italianas no Nordeste do rio grande do sul (1895-1918)*. Trabalho de Conclusão História Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2019

BRINGMANN, Sandor Fernando. *Índios, Colonos e Fazendeiros: Conflitos Interculturais e Resistência Kaingang nas Terras Altas do Rio Grande do Sul (1829-1860)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

BRINGMANN, Sandor. Fronteiras da inclusão e da exclusão: reflexos do contato entre Kaingangues e as frentes de expansão (Sec. XIX). IN: BOEIRA, Nelson e GOLAN, Tau (Coord.) *Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, Povos Indígenas*, volume 5. Passo Fundo: Editora Méritos, 2009, p.109-120.

BRIZOLA, Jaqueline Hasan. *Cativeiro e moléstia: a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre e o perfil de escravos no contexto do fim do tráfico negreiro no Brasil (1847-1853)*. Trabalho de Conclusão de Curso de História. Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

BRIZOLA, Jaqueline Hasan. *A terrível moléstia: Vacinas, epidemias, instituições e sujeitos: a história da varíola em Porto Alegre no século XIX (1846-1874)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

BURD, Rafael. *Das “injusticias que nos a hecho los españoles” a “basalios de la Reyna de Portugal”*: reduções orientais na virada do século XVIII para o XIX. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019.

C

CADENA, Marisol de la. *Indígenas mestizos. Raza y cultura en el Cusco*. Lima: IEP, 2004.

CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Da fuga dos exércitos à fuga para os exércitos: meandro das estratégias cativas em tempos de guerra no sul do Império*. In: MUGGE, Miquéias H. e COMISSOLI, Adriano. *Homens e armas: recrutamento militar no Brasil-Século XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2011, p. 65-94.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. *O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem*. *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, v.35, 1992, p. 21-74.

CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Fronteiras da Liberdade: Experiências escravas de Recrutamento, Guerra e Escravidão: (Rio Grande de São Pedro, c.1835-1850)*. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *As cores do silêncio: significados da liberdade no sudeste escravista- Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. *Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa*. *História* (São Paulo) v.30, n.1, p. 349-371, jan/jun 2011.

CHAMORRO, Graciela. *Imagens espaciais utópicas. Símbolos de liberdade e desterro nos povos guarani*. *Indiana*, v. 27, p. 79-107, 2010.

CONTRERAS, Zulema Trejo y REYES, Carlos Mejía. *Reflexiones em torno a la frontera simbólica y su aplicación al estudio de los grupos indígenas*. In: BUSTOS, José Marcos Medina y CALDERÓN, Esther Padilla (Coord.). *Indios, españoles y mestizos en zonas de frontera, siglos XVII-XX*. Hermosillo, Sonora, México: El Colegio de Sonora; Zamora, Michoacán, México: El Colegio de Michoacán, 2013.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 6ª edição. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

CUNHA, Jorge Luiz da. Imigração e colonização alemã. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau; PICCOLO, Helga Iracema Landgraf; PADOIN, Maria Medianeira. (Org.). *Império*. 1ed. Passo Fundo: Méritos, 2006, v. 2, p. 279-300.

CUNHA, Manuela Carneiro. *Os direitos dos índios: ensaios e documentos*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Imagens de índios do Brasil: o século XVI. *Estudos avançados*, v. 4, p. 91-110, 1990.

CUNHA, Manoela Carneiro da. Política indigenista no século XIX. IN: CUNHA, Manoela Carneiro da. (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 133-154.

CUNHA, Manuela Carneiro (Org). *Os índios na história do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Identidade étnica. In: SALLUM JÚNIOR, Brasília et al. (Org.). *Identidades*. São Paulo: Edusp, 2016. p. 44.

CUNHA, Lauro Pereira da. *Índios botocudos nos Campos de Cima da Serra (RS)*. Porto Alegre: Criação Humana/ Evangraf, 2017.

D

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. *Mabilde e seus "apontamentos" sobre os coroados selvagens: Tentando separar informação de mistificação e preconceitos*. 25ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2006. Disponível em: http://www.portalkaingang.org/mabilde_e_seus_apontamentos.pdf

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Biblioteca Histórica Brasileira IV. São Paulo: Livraria Martins, 1940. t.1, v.1 e.2.

DIAS, Adriana S. Novas Perguntas para um velho problema: escolhas tecnológicas como índices para o estudo de fronteiras e identidades sociais no registro arqueológico. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, v. 2, p. 59-76, 2007.

DIAS, Adriana Schmidt; DA SILVA, Sergio Baptista. Seguindo o fluxo do tempo, trilhando o caminho das águas. *Revista de Arqueologia*, v. 26, n. 1, p. 56-70, 2013.

DIEHL, Isadora Lunardi. *"Administrando almas": uma análise da escravidão indígena através das unidades familiares, Campos de Viamão (1750-1760)*. Trabalho de Conclusão de Curso de História. Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

DIEHL, Isadora Talita Lunardi. *Carijós, mulatas e bastardos: A administração indígena nos Campos de Viamão e na Vila de Curitiba durante o século XVIII*. Dissertação

(Mestrado em História). Programa de Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

DIEHL, Isadora Talita Lunardi. *Racismo e a questão indígena no Brasil*: reflexões a partir da tese de Afonso de Freitas no I Congresso de História Nacional do IHGB (1914). Trabalho de Conclusão de Curso de História. Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016b.

DIEHL, Isadora Talita Lunardi. Experiências indígenas em ambientes urbanos: os índios em Porto Alegre na segunda metade do século XIX. IN: *Anais do XIV Encontro Estadual de História da ANPUH-RS*, Porto Alegre, 2018 [e-book]. Disponível em: <http://www.eeh2018.anpuh-rs.org.br/site/anaiscomplementares>

DIEHL, Isadora Talita Lunardi. “Não tem um só Índio”: Discursos de esvaziamento e processo de expropriação das terras e bens dos indígenas nas regiões das antigas missões (18301-889) In: FLECK, Eliane C. D; ROGGE, Jairo H. (Org.). *A ação global da Companhia de Jesus*: embaixada política e mediação cultural. 1ªed. São Leopoldo: OIKOS, 2018, v.1, p. 504-538 [e-book]

DIEHL, Isadora Talita Lunardi e OSÓRIO, Helen. “Os índios no gênero de peões ninguém os excede”: Utilização da mão de obra indígena e a expropriação de terras e gado guarani no Rio Grande do Sul (1777-1835). *Acervo*. Rio de Janeiro, v.34, n.2, p.1-22. Maio/agosto 2021.

DONGHI, Túlio Halperín. *Revolución y Guerra: formación de una élite dirigente en la argentina criolla*. Mexico: Siglo veintiuno, 1979 (2ª ed).

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DORNELLES, Soraia Sales. *De Coroados a Kaingang*: as experiências vividas pelos indígenas no contexto de imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul do século XIX e início do XX. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

DORNELLES, Soraia Sales. A história em As vítimas do bugre, ou como tornar-se bugre na História. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 18, n. 34, p. 245-278, dez. 2011.

DORNELLES, Soraia Sales e MELO Karina Moreira Ribeiro da Silva e. Sobrevoando histórias: sobre índios e historiadores no Brasil e nos Estados Unido. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 22, n. 41, p. 173-208, jul. 2015.

DORNELLES, Soraia Sales. A questão indígena e o Império: índios, trabalho e violência na província paulista, 1845-1891. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: 2017.

DORNELLES, Soraia Sales. Trabalho compulsório e escravidão indígena no Brasil imperial, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 38, nº 79, pp.87-108, 2018.

DORNELLES, Soraia Sales. Posses ilegais em terras indígenas paulistas (1840-1855). *Tempos Históricos*, v. 23, n. 1, p. 46-71, 2019.

DOURADO, Maria Tereza Garritano. História social da Guerra do Paraguai: fome, doenças e penalidades. Albuquerque: revista de História. Campo Grande v. 3, nº. 6, p.129-150, 2011.

E

ESCOLAR, Diego; SALDI, Leticia. Apropiaçión y destino de los niños indígenas capturados en la campaña del desierto: Mendoza, 1878-1889. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. 2018.

F

FARAGE, Nádia. *As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas do Rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991

FARBERMAN, Judith; RATTO, Silvia (coord.). *Historia mestizas em el Tucumán colonial y las pampas, siglos XVII-XIX*. Buenos Aires: Biblos, 2009.

FERGUSON, Brian R. e WHITEHEAD, Neil L. *War in the Tribal Zone: Expanding States and Indigenous Warfare*. Santa Fé, México: Scool of American Reseach: 2001. 2ª ed.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling e MATHEUS, Marcelo Santos. *Varia História*, Belo Horizonte, vol.33, n.63, p. 707-743, set/dez, 2017.

FAVRE, Oscar Padrón. *Ocaso de un pueblo indio: historia del éxodo guaraní-misionero al Uruguay*. Bella Unión- San Borja Yy. Durazno: Tierra Adentro ediciones, 2009. (2ªed.)

FERREIRA, Aurélio B. Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FLORENTINO, Manolo (org). *Tráfico, cativo e liberdade*. (Rio de Janeiro, século XVII-XIX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FLORENTINO, Manolo; GOES, José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*. Rio de Janeiro. C. 1790-c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRANCO, Stella Maris Scatena. Viagem e gênero: tendências e contrapontos nos relatos de viagem de autoria feminina. *Cadernos Pagu*, nº 50, 2017.

FRANCISCO, Aline Ramos. *Kaingáng: Uma história das interações entre nativos e ocidentais durante a conquista e a colonização no sul do Planalto Meridional*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

FRANCISCO, Aline Ramos. *Selvagens e intrusos em seu próprio território: a expropriação do território Jê no Sul do Brasil (1808-1875)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2006.

FRAGOSO, João. A nobreza vive em bandos: a economia das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa. *Revista Tempo*. Niterói, nº 15, p. 11-35, jul/dez 2003.

FONTELLA, Leandro Goya. *Sobre as ruínas dos Sete Povos: estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no Espaço Oriental Missionário (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, c.1828-1860)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

FREGA, Ana; ISLAS, Ariadna (Coord.). *Nuevas miradas en torno al artiguismo*. Montevideo: FHCE, 2001.

FREGA, Ana. La “campanã militar” de las Misiones en una perspectiva regional: lucha política, disputas territoriales y conflictos étnico-sociales. IN: FREGA, Ana (coord.). *Historia regional e independencia del Uruguay: Proceso histórico y revisión crítica de sus relatos*. Montevideo: Banda Oriental, 2009, p. 131-161.

FUENTE, Ariel de la. *Los hijos de Facundo: caudillos y montoneras en la Provincia de La Rioja durante el proceso de formación del Estado Nacional Argentino (1853-1870)*. Buenos Aires: Prometeo libros, 2007.

FURLONG, Guillermo. *Cartografía jesuítica del Río de la Plata*. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, 1936.

G

GARCIA, Elisa Frühauf. *A integração das populações indígenas nos povoados coloniais no Rio Grande de São Pedro: legislação, etnicidade e trabalho*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2003.

GARCIA, Elisa Frühauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América Portuguesa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

GARCIA, Elisa. F. Identidades e políticas coloniais: guaranis, índios infieis, portugueses e espanhóis no Rio da Prata, c.1750-1800, *Anos 90*, Porto Alegre, vol.19, nº 34, p.55-76, dez 2011.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. IN: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989, p. 169-178.

GRENDI, Edoardo. Repensar a micro-história? In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escala: a experiência da micro-análise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998, p. 251-262.

GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Revista Estudos Históricos*, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.

GUISARD, Luís Augusto De Mola. O bugre, um João-Ninguém: um personagem brasileiro. *São Paulo Perspec.* São Paulo, vol.13, nº.4, 1999.

GURGEL, Cristina Brandt Friedrich Martins. Índios, Jesuítas e Bandeirantes. Medicinas e Doenças no Brasil dos séculos XVI e XVII. (Tese de Doutorado). Faculdade de Medicina, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2009.

GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GRUZINSKI, Serge. O Renascimento ameríndio. In: NOVAES; ADAUTO. *A outra margem do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 238-298.

GRUZINSKI, Serge. La red agujerada. Identidades étnicas y occidentalización em el Mexico colonial. (siglos XVI-XIX). América indígena. Vol. XLVI, núm 3, julio-septiembre, 1986, p. 411-433.

H

HENRIQUES, Karyn Nancy Rodrigues. *Territórios indígenas em espaços urbanos: um estudo da migração dos indígenas da Ti Ibirama para Blumenau- SC*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2000.

HILL, Jonathan D. (Ed.). *History, Power, and Identity: ethnogenesis in the Americas, 1492-1992*. University of Iowa Press, 1996.

HOUAISS, A. e VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

J

JULIO, Suelen Siqueira. O recorte de gênero na História Indígena: contribuições e reflexões. In: *Anais do XVII Encontro de História da Anpuh-Rio*. Nova Iguaçu, 2016.

K

KASBURG, Alexandre de Oliveira. Monge João Maria de Agostini e as desventuras de um peregrino tornado santo por seus (supostos) dons de curandeiro (Brasil- século XIX). *Anais do X Encontro Estadual de História da ANPUH/RS*. Santa Maria, UFSM e UNIFRA, julho de 2010.

KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: editora FIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009

KODAMA, Kaori. Os estudos etnográficos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1840-1860): história, viagens e questão indígena. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.* [online]. 2010, vol.5, n.2, p.253-272.

KODAMA, Kaori. Os filhos da brenhas e o Império do Brasil: a etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860). Tese (Doutorado em História Social da Cultura). PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2005.

KÜHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

KERN, Arno Alvarez. *Missões: Uma Utopia política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

KERN, Arno Alvarez. Pré-história e ocupação humana. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coord). KERN, Arno A.; SANTOS, M. Cristina dos; GOLIN, Tau (Dir.). Povos Indígenas. Passo Fundo: Méritos, 2009, V.5 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul). p. 15-62.

KÜHN, Fábio. O “Governo dos Índios”: a Aldeia dos Anjos durante a administração de José Marcelino de Figueiredo (1769-1780). *Anais 3º Encontro de Escravidão e liberdade no Brasil meridional*. Florianópolis: UFSC, 2007.

L

LANGER, Erick D. La frontera oriental de los Andes y las fronteras en América latina. Un análisis comparativo. Siglos XIX y XX. In: MANDRINI, Raúl J. e Carlos D. Paz. *Las fronteras hispanocriollas del mundo indígena latinoamericano en los siglos XVIII-XIX. Un estudio comparativo*. Tandil: IEHS/CEHIR/UNS, 2003 p.1-p.35.

LANGER, Protasio Paulo. *Os Guarani-Missioneiros e o colonialismo luso no Brasil meridional*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2005.

LANGER, Protasio Paulo. *A aldeia de Nossa Senhora dos Anjos: a resistência Guarani-Missioneiro ao processo de dominação do sistema colonial luso (1762-1798)*. Porto Alegre: EST edições, 1997.

LANGFUR, Hal. Canibalismo e legitimidade da guerra justa na época da Independência. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.37, nº75, 2017.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001 [1990].

LAROQUE, Luis Fernando. *Os Kaingangues: momentos de historicidades indígenas*. IN: BOEIRA, Nelson e GOLAN, Tau (Coord.) Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, Povos Indígenas, volume 5. Passo Fundo: Editora Méritos, 2009, p.81-103.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. *Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889)*. Pesquisas. Antropologia 56. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas/UNISINOS, 2000.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. *Fronteiras Geográficas, étnicas e culturais envolvendo os Kaingang no sul do Brasil (1889-1930)*. Tese (Doutorado em História).

Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale dos Sinos. São Leopoldo, 2006.

LAROQUE, Luiz Fernando da Silva. *Fronteiras Geográficas, étnicas e culturais envolvendo os Kaingang no sul do Brasil*. São Leopoldo: IAP, 2007, v.1 p. 342.

LAROQUE, Luiz Fernando da Silva. *Lideranças Kaingang no Brasil Meridional(1808-1889): uma história que também merece ser contada*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale dos Sinos. São Leopoldo, 2000.

LAYTANO, Dante. Rio Pardo e os titulares do Império brasileiro. Contribuição ao estudo de história da família no Rio Grande do Sul. *Veritas*, Pontifícia Universidade Católica do Rio grande do Sul, Vol. II, setembro de 1957, Fasc, II e III. Disponível em: <https://archive.org/details/veritas2231unse/page/n1/mode/2up?q=jose+joaquim>

LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

LIMA, Henrique Espada. *A Micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEVI, Giovanni. Reciprocidade mediterrânea. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho e OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (Org.). *Exercícios de Micro-história*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história” In: BURKE, Peter (org). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.p. 133-162.

LEVI, Giovanni. *Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEITMAN. Spencer. Negros farrapos: hipocrisia racial no sul do Brasil no século XIX. In: PESAVENTO, Sandra Jatayh, DACANAL, José Hildebrando e outros (Org.) *A Revolução Farroupilha: história e interpretação*. Porto Alegre: Mercado aberto, 1985, p. 61-78.

LIEBGOTT, Roberto Antônio. Os guarani e a luta pela terra. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. *Coletivos guarani no Rio Grande do Sul: territorialidade, interetnicidade, sobreposições e direitos específicos*. Porto Alegre: 2010, p.05-11.

LUFT, Marcos. “*Essa guerra desgraçada*”: recrutamento militar para a guerra da Cisplatina (1825-1828). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

LUNA, José Carlos de la Puente. Incas pecheros y caballeros hidalgos: la desintegración del orden incaico y la génesis de la nobleza incaica colonial em el Cuzco del siglo XVI. *Revista Andina*, nº 54, 2016.

M

MABILDE, Adriano Ballejos. *Estaleiro Mabilde – as relações com os funcionários e o Estado (1896-1943)*. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2009.

MACEDO, Francisco Rio Pardense de. *História de Porto Alegre- 3ª ed.* Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *A política de colonização no Império*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1999.

MAEDER, Ernesto J. A. *Aproximación a las Misiones Guaraníticas*. Universidad Católica Argentina – Educa, Buenos Aires: 1996.

MAEDER, Ernesto. *Misiones del Paraguay: conflictos y disolución de la sociedade guarani 1768-1850*. Resistência: ConTexto Libros, 2014. 1ed.

MAEDER, Ernesto e GUTIÉRREZ, Ramón. *Atlas territorial y urbano de las misiones jesuíticas de guaraníes: Argentina, Paraguay y Brasil*. Sevilla: Consejería de Cultura, 2009.

MAIA, Lígio de Oliveira. Aldeias e missões nas capitanias do Ceará e Rio Grande: catequese, violência e rivalidades. *Revista Tempo*, Niterói, vol.19, n.35, p. 7-22, dez, 2013.

MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: 2001.

MANGANELLI, Ernani Raupp. Possibilidades de Pesquisa no Arquivo da Santa Casa. Centro Histórico Cultural Santa Casa. *Santa casa de Misericórdia de Porto Alegre: histórias reveladas*. Porto Alegre: Ed. da ISCMPA, 2009, p. 28-32.

MARQUES, Guida. Do índio gentio ao gentio bárbaro: usos e deslizes da guerra justa na Bahia seiscentista. *Revista de história*, São Paulo. n. 171, p. 15-48, jul-dez, 2014.

MATTOS, Hebe. Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista no Brasil. In GRINBERG, Keila (org). *O Brasil Imperial*, Vol. III: 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 15-38.

MATTOS, Izabel Missagia de. *"Civilização" e "Revolta": Povos Botocudo e Indigenismo Missionário na Província de Minas*. Tese de doutorado. UNICAMP. Campinas: 2002.

MELO, Karina Moreira Ribeiro da Silva e. *A aldeia de São Nicolau do Rio Pardo: histórias vividas por índios guaranis (séculos XVIII-XIX)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

MELO, Karina Moreira Ribeiro da Silva e. *Histórias indígenas em contextos de formação dos Estados argentino, brasileiro e uruguaio: charruas, guaranis e minuanos em fronteiras platinas (1801-1818)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2017.

METCALF, Alida C. *Os papéis dos intermediários na colonização do Brasil: 1500-1600*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019.

MINEIRO, Tamara. *Ervas medicinais na comunidade de Missão Indígena, TI Guarita, Rio Grande do Sul*. TCC da Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. Universidade Federal de Santa Catarina. Redentora- RS, 2015.

MILANICH, Nara. Los hijos de la Providencia: el abandono como circulación en el Chile decimonónico. *Revista de Historia Social y de las Mentalidades*, v. 5, n. 1, 2001.p.79-100.

MINEIRO, Tamara. *Ervas medicinais na comunidade de Missão Indígena, TI Guarita, Rio Grande do Sul*. TCC da Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. Universidade Federal de Santa Catarina. Redentora- RS, 2015.

MONTEIRO, John M. As raças indígenas no pensamento brasileiro do Império. In: MAIO, Marcos Chor (org). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996, p. 41-58.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras,1994.

MONTEIRO. John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese Apresentada para o Concurso de Livre Docência. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano: Porto Alegre, 1858-1888*. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. “Funesto inventário de moléstias que o continente negro nos legou”: a morbidade da população escrava no século XIX através dos registros de óbito da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Centro Histórico Cultural Santa Casa. *Santa casa de Misericórdia de Porto Alegre: histórias reveladas*. Porto Alegre: Ed. da ISCMPA, 2009, p. 11- 16.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Terras indígenas do Espírito Santo sob o regime territorial de 1850. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n.43, p. 153-169, 2002.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Deslegitimação das diferenças étnicas, “cidanização” e desamortização das terras de índios: notas sobre liberalismo, indigenismo e leis agrárias no México e no Brasil na década de 1850. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 4, n. 8, julho-dezembro de 2012, p. 68-85.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. A Conquista do trabalho indígena: Fé, razão e ciência no mundo colonial. In: FORTES, Alexandre e outros. *Cruzando fronteiras: Novos olhares sobre a história do trabalho*. São Paulo: Perseu Abramo, 2013. p. 133-165.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Poder local e -voz do povo-: territorialidade e política dos índios nas repúblicas de maioria indígena do Espírito Santo, 1760-1822. *Tempo Niterói*, v. 22, p. 239-259, 2016.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Vestir o uniforme em índios e torná-los cidadãos. Reflexões sobre o recrutamento militar, reclassificação social e direitos civis no Brasil imperial. In: MUGGE, Miquéias H. e COMISSOLI, Adriano. *Homens e armas: recrutamento militar no Brasil- Século XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2011, p. 65-94.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Reinventando a autonomia: liberdade, propriedade, auto-governo e novas identidade indígenas na capitania do Espírito Santo, 1535-1822*. São Paulo: Humanitas, 2019.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Kruk, Kuruk, Kuruca: genocídio e tráfico de crianças no Brasil imperial. *História Unisinos*. Vol. 24, nº 3, p.390-404, setembro/dezembro, 2020.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. A caverna de Platão contra o cidadão multidimensional Indígena Necropolítica e cidadania no processo de independência (1808-1831). *Acervo*. Rio de Janeiro, v.34, n.2, p.1-26, maio/agosto 2021.

MOTA, Lúcio Tadeu. *As guerras dos Índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang do Paraná (1769-1924) - 2ed.* Maringá: EDUEM, 2008.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito de terras e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MUNDURUKU, Daniel. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*. São Paulo: Paulinas, 2012.

MÜHLEN, Caroline von. *Da exclusão à inclusão social: Trajetória de ex-prisioneiros de Macklerburg-Schwerina*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2010.

MURA, Fabio. *Á procura do “bom viver”: Território, tradição e ecologia doméstica entre os Kaiowa*. Vol. I e II. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional: Rio de Janeiro, 2006.

N

NASCIMENTO, Mara Regina do. Fios que se entrelaçam: A santa Casa de Misericórdia e a Urbanidade em Porto Alegre, no século XIX. CENTRO HISTÓRICO CULTURAL SANTA CASA. *Santa casa de Misericórdia de Porto Alegre: histórias reveladas*. Porto Alegre: Ed. da ISCMPA, 2009, p. 11- 16.

NEUMANN, Eduardo Santos. Fronteira e identidade: confrontos luso-guarani na Banda Oriental 1680-1757, *Revista Complutense de História da América*. Madri, 2000. n.26.

NEUMANN, Eduardo Santos. Mientras volaban correos por los pueblos: autogoverno e práticas letradas nas Missões Guarani – século XVIII. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 10, n.22, p.93-119, jul./dez. 2004.

NEUMANN, Eduardo Santos. *Práticas Letradas Guarani: produção e usos da escrita indígena (séculos XVII e XVIII)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

NEUMANN, Eduardo Santos. “Um só não escapa de pegar em armas”: As populações indígenas na Guerra dos Farrapos (1835-1845). *Revista de História*, São Paulo, nº. 171, p. 83-109, 2014.

NEUMANN, E & CAPUCINE, B. A escrita política e o pensamento dos Guarani em tempos de autogoverno (c.1753). *Rev. Bras. Hist.* vol.37 no.75 São Paulo May/Aug. 2017, Epub Sep 11, 2017.

NEUMANN, E & Wilde, G. *Escritura, poder y memoria en las reducciones jesuíticas del Paraguay: trayectorias de líderes indígenas en tiempos de transición*, CLAHR, volumen 2, number 3, 2014, pp.353-380.

NONNENMACHER, Marisa Schneider. *Aldeamentos Kaingang no Rio Grande do Sul: século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.Pe

NÖTZOLD, Ana Lucia Vulfe, BRINGMANN, Sandor Fernando. O Cacique Doble na visão das autoridades provinciais sul-riograndenses (Século XIX). *Cadernos do CEOM*. v. 23, n. 32, p. 15-38, jun. 2010.

NUNES, Eduardo Soares. Aldeias urbanas ou cidades indígenas? Reflexões sobre índios e cidades. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 9-30, jan/jun, 2010.

NUNES, Zeno Cardoso e NUNES, Rui Cardoso. *Dicionário de regionalismos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

○

O'BRIEN, Jean M. *First and Lasting: Writing Indians out of Existence in New England*. University Of Minnesota Press, 2010.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo e DALGALARRONDO, Paulo. História das primeiras instituições para alienados no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.12, nº 3, p.983-1010, set-dez, 2005.

OLIVEIRA, Alberto Juvenal. *Dicionário gaúcho*. Porto Alegre: AGE, 2002.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *Ensaio em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

OLIVEIRA, João Pacheco de. A problemática dos “Índios misturados” e os limites dos estudos americanistas: um encontro entre antropologia e história. *Ensaio em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999, pp.99-123.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de; ESSELIN, Paulo Marcos. Uma breve história (indígena) da erva-mate na região platina: da Província do Guairá ao antigo sul de Mato Grosso. *Espaço Ameríndio*, v. 9, n. 3, p. 278-278, 2015.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

ORANGE, Tommy. *Lá não existe lá* [tradução de There, There]. Tradução de Ismar Tirelli. Rio de Janeiro: Rocco, 2018.

OSÓRIO, Helen. A revolução artiguista e o Rio Grande do Sul: alguns entrelaçamentos. In: *Cadernos do CHDD*. Brasília, DF: A fundação, Vol. 6 - Ed. Espacial, p. 3-32, 2007.

P

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Construindo o estado da exclusão: os índios brasileiros e a Constituição de 1824. *Revista Clio- Revista de Pesquisa Histórica*, nº. 28.2, 2011.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Repensando as políticas indigenistas para os botocudos no século XIX. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v.35, p. 75-90, 1992.

PEÑA, Inge Helena Valencia e CHICA, Laura Silva. Nina S. de Friedemann: Imágenes de la existencia negra en Colombia. *Revista Chilena de Antropología Visual*, nº 23, Santiago, Junio 2014, p. 27-61.

PÉREZ, Rafael. *La Compañía de Jesús restaurada en la República Argentina y Chile, el Uruguay y el Brasil*. Barcelona: Impr. de Henrich y ce en comandita, 1901. Disponível em: <https://archive.org/details/lacompaadeje00pruoft/page/450/mode/1up?view=theater>.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e Índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI e XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro (Org). *Os índios na história do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.115-132.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Farrapos, liberalismo e ideologia. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy, DACANAL, José Hildebrando e outros (Org.) *A Revolução Farroupilha: história e interpretação*. Porto Alegre: Mercado aberto, 1985, p. 05- 29.

PICERNO, Eduardo. O fim chegou em Salsipuedes. Entrevista concedida a Léo Gerchmann. Publicação original Zero Hora, republicada pelo Instituto Socioambiental (ISA), 12/09/2009. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Not%C3%ADcias?id=71633>

PICCOLO, Helga I. L. A Guerra dos Farrapos e a construção do Estado Nacional. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy, DACANAL, José Hildebrando e outros (Org.) *A Revolução Farroupilha: história e interpretação*. Porto Alegre: Mercado aberto, 1985, p. 30- 60.

PRADELLA, Luiz Gustavo Souza. O ‘índio’ genérico: contato em desencontro. In: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana. Coordenação de Direitos Humanos. Núcleo de Políticas Públicas para os Povos indígenas. *Povos indígenas na Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba*. Porto Alegre: Prefeitura de Porto Alegre, 2008.P. 62-68.

PRAIA, Felipe Schulz. *Para que cada Pueblo se gobierne por si: modernidade política e atores indígenas a região do Rio da Prata (1810-1821)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2017.

PINHEIRO, Fernanda Domingos. Leis gerais de libertação dos índios e manutenção de bandeiras na fronteira oeste da América Portuguesa. p.92-125. In: OSÓRIO, Helen e XAVIER, Regina Célia. *Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2018.

PIMENTA, Tânia Salgado. Entre sangradores e doutores: práticas e formação médica na primeira metade do século XIX. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 23, n. 59, p. 91-102, abril 2003.

POBLETE, María Pía. El trabajo de niños y niñas mapuche-huilliches como “mocitos” y “chinitas” de servicio (Valdivia, siglos XVIII y XIX). *Revista Chilena de Antropología*, n. 40, p. 221-237, 2019.

POMPA, Maria Cristina. *Religião como Tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial*. Campinas: UNICAMP (Tese de doutorado), 2001.

POMPEU, Ana Carollina. Projetos de extermínio indígena e expansão da fronteira em perspectiva transnacional: Estados Unidos e Argentina dentro da análise das correspondências de Miguel Malarin para Julio A. Roca (1876 - 1879). ANPUH-Brasil. *Anais do 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ*. 2021.

PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: Povos indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec, 2002.

Q

QUIJADA, Mônica. De mitos nacionales, definiciones civicas y clasificaciones grupales. Los indígenas em la construccion nacional argentina, siglos XIX a XXI. IN: ANSALDI, Waldo (Coord.). *Calidoscopio latino-americano*. Buenos Aires: Ariel, 2004, p. 425-450.

QUIJADA, Mónica. La ciudadanización del «indio bárbaro». Políticas oficiales y oficiosas hacia la población indígena de la Pampa y la Patagonia, 1870-1920. *Revista de Indias*, v. 59, n. 217, p. 675-704, 1999.

R

RAMINNELI, Ronald. Nobreza indígena da Nova Espanha. Alianças e conquistas. *Tempo*. v14, nº 27, 2009.

RANZAN, Alfredo Campos. *O papel, a pena e a fronteira: manifestações escritas e ação indígena nas reduções guaranis do Paraguai (1767-1810)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

RATTO, Silvia e LAGOS, Marcelo. El concepto de "frontera interior": de la política a la historiografía. *Entrepasados*; Buenos Aires; vol. 36 p. 51- 72, 2011.

RAUBER, Maiara. *A semente do MST: 40 anos da ocupação Macali e Brilhante*. Site do MST.02/09/2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/09/02/a-semente-do-mst-40-anos-da-ocupacao-macali-e-brilhante/>

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escalas ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v.15, set/dez., 2010.

RESÉNDEZ, Andrés. *La otra esclavitud*. Historia oculta del esclavismo indígena. Mexico: Grano de Sal, 2019.

RIBEIRO, Max Roberto Pereira. *Estratégia indígenas na fronteira meridional: os guaranis missionários após a conquista lusitana (Rio Grande de São Pedro, 1801-1834)* Dissertação (Mestrado em história). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

ROHDEN, F. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, Coleção Antropologia e Saúde. (2001) 2009. (Cap.1:29-38; Cap.3:109-127, 141-167; Cap.5:221-228).

ROHDEN, Fabíola. “Natalidade, nação e raça no Brasil a partir das especialidades médicas em torno de sexo e reprodução”. In: *Anais do I Simpósio Internacional O Desafio da Diferença: articulando gênero, raça e classe*, 2000, Salvador: UFBA.

ROJAS, José Luis de. *La Ethnohistoria de América*. Los indígenas, protagonistas de su historia. Buenos Aires: SB, 2008.

ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. *Além da Invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre (1884-1918)*. Tese (Doutorado em História). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2014.

ROSADO, Rosa Maria e FAGUNDES, Luiz Fernando Caldas. *Presença indígena na cidade: reflexões, ações e políticas*. Porto Alegre: Grafica Hartmann, 2013.

S

SAHLINS, Marshall David. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

SALDANHA, José Rodrigo Pereira. *Selvagens, barbárie e colonos: coletivos indígenas kaingang e o choque com a civilização no Sul do Brasil Meridional contemporâneo*. 2015. 517 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SAMPAIO, Patrícia. Política Indigenista no Brasil Imperial. IN: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v.1, p. 177-206.

SAMPAIO, Patrícia. M. M. "Vossa Excelência mandará o que for servido...": políticas indígenas e indigenistas na Amazônia Portuguesa do final do século XVIII. *Tempo*. Niterói, v. 12, p. 39-55, 2007.

SANTOS, Maicon Lopes dos. "Úteis a si mesmo e a pátria": As classes de menores aprendizes do Arsenal de Guerra de Porto Alegre/RS (1850-1870). Dissertação de mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 2018.

SANTOS, Maria Cristina. Caminhos historiográficos na construção da História Indígena. São Leopoldo: *História Unisinos*. Vol. 21, Nº 3 - setembro/dezembro de 2017, p. 337-350.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZ, Stuart and SALOMON, Frank. New peoples and a new kind of people: adaptation, readjustment, and ethnogenesis in South American indigenous societies (colonial era). IN: SCHWARTZ, Stuart and SALOMON, Frank. *The Cambridge History of the Native Peoples of the Americas, Vol. 3: South America, Part 1*, 1999, p. 443-501.

SECRETO, Maria Verónica. Legislação sobre terras no Brasil do oitocentos: definindo a propriedade. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 26, n. 1 e 2, p. 10-20, 2007.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização In: MAIO, Marcos Chor (org). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996, p. 41-58.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 54, p.117-149, março/maio 2002.

SILVA, Edson. 'Confundidos com a massa da População': o esbulho das terras indígenas no Nordeste no século XIX. *Revista do Arquivo Público de Pernambuco*, Recife, n.46, v.42, p.17-29, 1996

SILVA, Adriana Fraga da. BARCELOS, Arthur Henrique Franco. A "terra de ninguém": índios e bugres nos Campos de Cima da Serra. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coord). KERN, Arno A.; SANTOS, M. Cristina dos; GOLIN, Tau (Dir.). *Povos Indígenas*. Passo Fundo: Méritos, 2009, V.5 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul). p. 63-80.

SIRTORI, Bruna. *Entre a cruz, a espada, a senzala e a aldeia: Hierarquias sociais em uma área periférica de Antigo Regime*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2008.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Almir Antonio e BERNASKI, Joice. O capitão comandante dos índios- Vitorino Condá, nos campos de Palmas, no Iranin e no Chapecó: os kaingang e as terras indígenas do planalto meridional no Século XIX (1839-1844). *Cadernos do CEOM*. Memórias Rurais e Urbanas, v.28, nº42, jun./2005.

STOLER, Ann Laura. *Race and the Education of Desire: Foucault's "History of Sexuality" and the Colonial Order of Things*. Durham, NC: Duke University Press, 1995.

SOUZA, Almir Antonio. A lei de terras no Brasil Império e os índios do Planalto Meridional: a luta política e diplomática do Kaingang Vitorino Condá (1845-1870). *Revista Brasileira de História*, vol. 35, nº 70, p. 109-130

SOUZA, Almir Antonio. *Armas, pólvora e chumbo: a expansão luso-brasileira e os indígenas do planalto meridional na primeira metade do século XIX*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SOUZA, José Otávio Catafesto de. *Aos "fantasmas das brenhas": etnografia, invisibilidade e etnicidade de alteridades originárias no sul do Brasil (Rio Grande do Sul)*. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

SOUZA, José Otávio Catafesto de. O sistema econômico nas sociedades indígenas guarani pré-coloniais. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 8, n. 18, p. 211-253, dezembro de 2002.

SOUZA, José Otávio Catafesto de. Territórios e Povos Originários (Des)velados na Metrópole de Porto Alegre. IN: *Povos indígenas na Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba*, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana. Coordenação de Direitos Humanos. Núcleo de Políticas Públicas para os Povos indígenas. Porto Alegre: Prefeitura de Porto Alegre, 2008.

SPOSITO, Fernanda. Liberdade para os índios no Império do Brasil. A revogação das guerras justas em 1831. *Almanack*, Guarulhos, nº. 1, p. 52-65, Junho 2011.

SPOSITO, Fernanda. Nem cidadãos, nem brasileiros. Indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845). Dissertação (Mestrado em História social). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia Política*. Curitiba, v.19, n.39, p. 115-137, jun. 2011.

STURM, Circe. *Blood Politics. Race, Culture and Identity in the Cherokee Nation of Oklahoma*. Berkeley, CA. University of California Press, 2007.

T

THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. Porto Alegre. *Anos 90*, n.15, 2001/2002.

TOMMASINO, Kimiye. *A história dos Kaingang na bacia do Tibagi: uma sociedade Jê Meridional em movimento*. Tese (Doutorado em Antropologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

TEDESCO, João Carlos. Os indígenas na enxada: processos produtivos e de controle social na Colônia Militar de Caseros—1858-1878. *História: Debates e Tendências*, v. 19, n. 2, p. 288-313, 2019.

TERUEL, Ana; FANDOS, Cecilia. Procesos de privatización y desarticulación de tierras indígenas en el norte de Argentina en el siglo XIX. *Revista Complutense de Historia de América*, v. 35, p. 233-255, 2009.

V

VEIGA, Juracilda. Revisão bibliográfica crítica sobre organização social Kaingang. *Revista Cadernos do Ceom*, v. 19, n. 23, p. 189-256, 2006.

VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da história: micro-história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VARGAS, Jonas Moreira. O Rio Grande do Sul e a Guerra do Paraguai. IN; NEUMANN, Eduardo Santos e GRIJÓ, Luiz Alberto. *O continente em Armas: uma história da guerra no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Apicuri Editora, 2017.

VARGAS, Jonas Moreira. Negócios, família e riqueza entre os Barões do charque (Pelotas-RS, c.1850-c. 1900). *História e Economia: Revista Interdisciplinar*, v. 14, n. 1, p. 87-106, 2015.

VARGAS, Jonas Moreira. “Um olho no Atlântico, outro na fronteira”. Os charqueadores de Pelotas, o comércio de carne-seca e as suas propriedades na fronteira com o Uruguai (século XIX). *CLIO–Revista de Pesquisa Histórica*, n. 30.2, 2013.

VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

VENTURA, Roberto. Um Brasil Mestiço: Raça e Cultura na passagem da monarquia à república. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta: A experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: histórias. São Paulo: Editora SENAC, 2000, p. 329-359

W

WAGNER, Carlos; ANDREATTA, Humberto; PEREIRA, André. *A Guerra dos Bugres: a Saga da Nação Caingangue no Rio Grande do Sul*. Tchê! Editora. Santa Maria, 1986.

WEBER, Beatriz Teixeira. Uma outra História da Medicina no Rio Grande do Sul na passagem do século XIX para o XX. IN: SERRES, Juliane C. P; SCHWARTSMANN (Orgs.). *História da Medicina: instituições e práticas de saúde no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p. 39-50.

WILDE, Guillermo. Los guaraníes después de la expulsión de los jesuitas: dinámicas políticas y transacciones simbólicas. *Revista Complutense de Hist. de América*, Madrid, n.27, p. 69-106, 2001.

WILDE, Guillermo. “Prestigio indígena y nobleza peninsular: la invención de linajes guaraníes en las misiones del Paraguay”, *Jahrbuch Fur Geschichte Lateinamerikas*, 2006, pp. 119-145.

WILDE, Guillermo. *Religi3n y poder en las misiones de guaranies*. Buenos Aires: SB, 2009.

WHITE, Richard. *The Middle Ground: Indians, Empires and Republics in the Great Lakes Region, 1650-1815*. 9 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

WITTMANN, Luisa Tombini. *Atos do contato: hist3rias do povo indígena Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926)*. Dissertaç3o de mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.

WITTMANN, Luisa Tombini. *O vapor e o botoque: imigrantes alem3es e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926)*. Florian3polis: Letras Contempor3neas, 2007.

X

XAVIER, Regina C3lia Lima (Org). *Hist3ria da escravid3o e da liberdade no Brasil Meridional: guia bibliogr3fico*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.

XAVIER, Regina C3lia Lima. *Raça, classe e cor: debates em torno da construç3o de identidades no Rio Grande do Sul no p3s-aboliç3o* In: *Cruzando Fronteiras – novos olhares sobre a hist3ria do trabalho*. S3o Paulo: Perseu Abramo, 2012.

Z

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agr3rio do s3culo XIX*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

FONTES

ARCHIVO HISTÓRICO NACIONAL- MADRID. (AHN-M).

FONDO ESTADO (FE)

Legajo/ Sección 3768. Caja 1, maço 7, Legación 1820. Carta de Casemiro Taperý, Juan Manuel Toledo, José Leon ao embaixador espanhol Conde de Casa Flores. Ilha das Cobras, Rio de Janeiro, 18/10/1820.

Legajo/ Sección 3768., Maço 5, Legación 1818-1821. Memoriales y correspondências sobre prisioneros (leg.3768- 3). Carta de Andrés Artigas a D. João VI. Corte do Rio de Janeiro, 04/05/1821.

Legajo/ Sección Maço 5, Legación 1818-1821. Memoriales y correspondências sobre prisioneros (leg.3768- 3). Relación de los Españoles Americanos que se recebullan presos en el Navio Príncipe de Brasil. s.d

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (AHRS)

FUNDO AUTORIDADES MILITARES (FAM)

Maço 9. Requerimentos ao Governador, Terras. Requerimento 009003. Autor: Floriano de Souza Machado – Soldado Miliciano do Regimento. Vila de Sto. Antônio da Patrulha, 1813.

Maço 107. *Manuel da Silva Pereira do Lago*, Tenente Coronel Administrador Geral dos Povos de Missões, 1827. Correspondência ativa.

Maço 107. *Manuel da Silva Pereira do Lago*, Tenente Coronel Administrador Geral dos Povos de Missões, 1827. Mapa geral dos bens e propriedades dos sete Povos das Missões brasileiras com especificação do estado atual dos edificios, número dos naturais, receitas e despesas, dívidas e crédito, produção e ramos de indústria. Oferecidos ao Ilmo. Exmo. Senhor Salvador José Maciel, Presidente da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul pelo Tenente Coronel Manuel da Silva Pereira do Lago, administrador geral. Povo de São Luís, 26/07/1827.

Maço 114. *Manuel da Silva Pereira do Lago*, Tenente Coronel Administrador Geral dos Povos de Missões, 1830.

FUNDO ÍNDIOS (FI)**Maço 1- Catequese: 1845-1851 (M1)**

Correspondência do Padre Bernardo Parés e documentos diversos sobre catequese.

Maço 2- Diretoria de Aldeamento: 1848-1879 (M2)

Correspondência ativa e passiva de Diretores de Aldeamentos

Aldeamento da Colônia Militar Caseiros (1862-1879)

Aldeia da Guarita (1848-1853)

Aldeia dos Incas – Picada Velha Portuguesa (1858)

Aldeia de Inhacorá - Santo Ângelo (1872)

Aldeia de Nonoai – (1848-1866)

Aldeia do Pontão (1854-1851)

Aldeia de Santa Isabel (1859-1867)

Aldeia de São Nicolau (1848-1871)

Aldeia de São Vicente (1859)

Aldeia de Vacaria (1853)

Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos (1769-1804)

Maço 3 e 4- Diretoria Geral dos Índios:1848-1889 (M3; M4)

Correspondência ativa de José Joaquim de Andrade e Joaquim José da Fonseca e Souza Pinto (1848- 1867)

Correspondência ativa de Manuel Francisco de Oliveira (1868-1869)

Correspondência ativa de João Batista Vidal de Almeida Pilar (1872-1878)

Correspondência ativa Atanagildo Pinto Martina (1878-1883)

Correspondência ativa Evaristo Teixeira do Amaral (1888-1889)

Relatórios dos estados dos Aldeamentos

Mapas de população aldeada

Maço 5- Diversos:1851-1904 (M5)

Documentos de diversas fontes sobre indígenas

FUNDO JUSTIÇA (FJ)

São Borja. Escrivão José de Abreu Vale Machado, 1830.

SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS

Nº 05- Relatório da Secretaria de Obras Públicas de 1898. Relatório da Secretaria de Obras Públicas apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Presidente Antônio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado, pelo Secretário de Estado João José Pereira Parobé. Manuscrito.

ARQUIVO DO CENTRO CULTURAL SANTA CASA (ACCSC)

FUNDO DIREÇÃO MÉDICA, MATRÍCULA GERAL DOS ENFERMOS

Livro 3: 1866-1872; Livro 4: 1873-1880; Livro 5: 1883-1888; Livro 6: 1888-1893

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO (BN)

SEÇÃO DE MANUSCRITOS (MAN.)

Manuscritos- II – 35, 36, nº7. *Guarací, Miguel e outros*. Pedem, O capitão Mor e outros lavradores, da Aldeia de São Nicolau, na Vila do Rio Pardo, RS, seja respeitada a concessão recebida há 50 anos, do privilégio da plantação e preparo da erva mate, 1823.

Manuscritos- II – 36, 01, 004. *Souza, Francisco das Chagas Martins Ávila e*. Representação do conselho geral da província do RS, pedindo providencias sobre; aumento do nº dos deputados, construção de um depósito de pólvora, reforço armado para proteção dos colonos, aumento ordenados nas secretarias, etc, 1833.

Manuscritos- II – 35, 36, nº 9. *Rodrigues. Antônio Rozedo*. Aviso de remessa de um ofício do inspetor da tesouraria da fazenda, informando que, por ordem, por ordem da presidência do governo, pagou as despesas do aldeamento dos índios em Passo Fundo, 1845.

Manuscritos- C-0059,006. *Loures, Francisco Ferreira da Rocha*. Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando reembolso da quantia gasta com alimentação e vestimentas para os índios da província do Rio Grande de São Pedro do Sul, 1845.

Manuscritos- II – 35, 36, nº 6. *Loures, Francisco Ferreira da Rocha*. Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando reembolso da quantia gasta com alimentação e vestimentas para os índios da província do Rio Grande de São Pedro do Sul, 1845.

Manuscritos II-35,36,4 nº9. *Rodrigues, Antonio Rozendo*. Aviso de remessa de um ofício, do inspetor da tesouraria da fazenda, informando que, por ordem da presidência do governo, pagou as despesas do aldeamento de índios em Passo Fundo, 00/12/1845.

Manuscritos – C- 05993.016 nº003. *Bitencourt, João Marcos dos Santos de*. Informação da presidência do governo de Porto Alegre, sobre o pedido de João Marcos dos Santos Bitencourt, para o cargo de diretor geral dos índios.

Manuscritos- I- 32, 14, 014. *Neves, José Joaquim de Andrade*. Relatórios de José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios do Rio Grande do Sul nos anos de 1847, 1852 e 1854.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. HEMEROTECA DIGITAL (BND-HD)

RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL 1830-1889 (RPP)

BIBLIOTECA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

ACERVO JÚLIO PETERSEN

MABILDE, Pierre F. A. Booth. *Registro de Correspondência do Coronel Affonso Mabilde, engenheiro das colônias, em São Leopoldo, de 10 de julho de 1845 a 27 de julho de 1857.*

MUSEU MILITAR DO COMANDO MILITAR DO SUL

Livro de correspondências recebidas pelo Arsenal de Guerra de Porto Alegre. Livro 1. Carta do Major diretor do Arsenal de Guerra. Porto Alegre 12/08/1865.

LEIS E DECRETOS

BRASIL. Carta régia de 13 de maio de 1808. Manda fazer guerra aos índios Botocudos. Disponível em https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/anterioresa1824/cartaregia-40169-13-maio-1808-572129-publicacaooriginal-95256-pe.html

BRASIL. Carta régia de 1º de abril de 1809. Approva o plano de povoar os Campos de Guarapuava e de civilisar os índios barbaros que infestam aquelle territorio. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/anterioresa1824/cartaregia-40045-1-abril-1809-571613-publicacaooriginal-94759-pe.html

BRASIL. Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834. Faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-16-12-agosto-1834-532609-publicacaooriginal-14881-pl.html>

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L0601-1850.htm#:~:text=LEI%20No%20601%2C%20DE,sem%20preenchimento%20das%20condi%C3%A7%C3%B5es%20legais.

BRASIL. Contém o Regulamento ácerca das Missões de catechese, e civilização dos Iudios. Decreto nº. 426 - de 24 de Julho de 1845. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/387574/publicacao/15771126>.

BRASIL. Dissolve e extingue as assembléas provinciaes e fixa provisoriamente as attribuições dos governadores dos Estados. Decreto nº 7, de 20 de novembro de 1889 Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7-20-novembro-1889-517662-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. Colleção das leis do Império do Brasil, Tomo 7º, parte, 2ª, secção 23, p. 163. Disponível em https://www.camara.leg.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/legimp-30/Legimp-30_19.pdf

BRASIL. Lei Nº 601, de 18 de setembro de 1850 (Lei de Terras). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm

BRASIL. Regulamento de terras pelo Decreto número 1.318 de janeiro de 1854. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/Anexos/RegulamentoD1318-1854.pdf

IMPRESSAS

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleao. Diccionario de medicina popular e das sciencias accessorios para uso das familias, contendo a descripção das Causas, symptomas e tratamento das moléstias; as receitas para cada molestia; As plantas medicinaes e as alimenticias; As aguas mineraes do Brazil, de Portugal e de outros paizes; e muitos conhecimentos uteis. 6. ed. Paris, A Roger & F Chernoviz, 1890. 1 v., p. 325.

Diccionario quechua - español – quechua. Academia Mayor de la lengua quechua Gobierno regional Cusco. Perú: Cusco, 2005.

Lybrary of Congress. Arte, y vocabulario em la lengua general del Perv llamada Quichua, y en la lengua Española, 1586. Disponível em: <https://www.wdl.org/pt/item/13769/>

MABILDE, Pierre F. A. Booth. *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação Coroados dos matos da província do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Ibrasa, 1983.

RUBIM, Braz da Costa. Vocabulario brasileiro para servir de complemento aos dictionarios da lingua portugueza. Rio de Janeiro, Emp. Typ. Dous de Dezembro de Paula Brito, 1853. 80 p.

SAINT-HILAIRE. Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul* [Tradução de Adroaldo Mesquita da Costa]. Porto Alegre: ERUS, 1987.

ANEXO 1- ALDEAMENTOS DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO DO SUL (1822 A 1889)

ALDEAMENTOS GUARANI		
	Ano de fundação	Ano de extinção
Cachoeira (Aldeia de São Nicolau do Jacuhí/ São Nicolau da Cachoeira de São José/ São Miguel na Vila de São João da Cachoeira)	Antes de 1769	1851
Encruzilhada	Cerca de 1750	1852
São Luiz	1690	Cerca de 1855
São Nicolau	1763	1867
São Vicente	1857	1860
ALDEAMENTOS KAINGANG		
Barracão	1886	
Campo do Meio/ Vacaria	1850	1851 (reaparece -1886)
Caseiros (Aldeamento)	1862	1879
Erechim	1851	1855 (reaparece -1889)
Estiva	1886	
Forquilha	1886	
Guarita	1847	1853

Inhacorá	1872	
Lagoa Vermelha	1889	
Mato Castelhana	1886	
Nonoai	1847	
Pinheiro Ralo	1879	
Pontão/ Santa Isabel	1858	1861
Santa Rosa	1886	

Fonte: AHRs.FI. M2, M3, M4 e M4; HD.BND. RPP (1830-1889); BN. Man.: I-32, 14, 014 Relatórios de José Joaquim de Andrade Neves, diretor geral dos índios do Rio Grande do Sul, nos anos de 1847, 1852 e 1854

ANEXO 2- NÚMERO DE INDÍGENAS ALDEADOS NA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO DO SUL (1822 A 1889)

ANO	TOTAL DE INDÍGENAS NOS ALDEAMENTOS DA PROVÍNCIA
1847	790
1849	970
1850	1271
1851	1612
1852	1535
1853	1175
1854	889
1855	880
1858	1607
1859	1637
1860	1007
1861	802
1862	606
1863	983
1864	590
1866	862
1867	1056
1869	800
1871	690
1880	1255
1882	1368
1889	1586
Fonte: AHRS.FI. M2, M3, M4 e M4; HD.BND. RPP (1830-1889)	

ANEXO 3 – COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA GERAL DOS ÍNDIOS E DAS DIRETORIAS DOS ALDEAMENTOS (1822 A 1889)

DIRETORIA GERAL DOS ÍNDIOS		
Diretor	Entrada	Saída
José Joaquim de Andrade Neves	1847	1851
	1852	1860
	1860	1862
Joaquim José da Fonseca e Souza Pinto (interino)	1851	1852
José Joaquim de Oliveira (interino)	1865	1868
Manoel Francisco de Oliveira	1868	1871
João Batista Vidal de Almeida Pilar.	1871	1873
Thomás Bandeira	1877	1879
Atanagildo Pinto Martins	1879	1883
Evaristo Teixeira do Amaral	1883	1889 (...)
Fonte: AHRS.FI. M2, M3, M4 e M4; HD.BND. RPP (1830-1889)		

DIRETORIAS DOS ALDEAMENTOS			
Aldeamentos	Diretor	Ano de Entrada	Ano de Saída
Guarani			
São Nicolau	Capitão Joaquim José da Fonseca e Souza Pinto	1819	1867
São Vicente	Manoel Pires Lóis (Leis)	1858	1860
Encruzilhada	Enéias Appelinarie Pereira de Moraes	1847	
Aldeamentos			
Kaingangs			
Guarita	José Joaquim de Oliveira	1847	1852
Nonoai	João Cipriano da Rocha Loures	1847	1848
	Joaquim da Silva Portela (delegado do distrito)	1848	1850
	Padre Bernardo Parés	1850	1852
	Tomás Bandeira	1852	1853
		1871	1871
	José Joaquim de Oliveira	1853	1855
		1856	1868
	Padre Antônio de Almeida Leite Penteadó	1855	1856
	Tibúrcio Alvares de Siqueira Fortes	1882	1882
Benjamim Constante do	1882		

	Amaral (tenente Coronel)		
Pinheiro Ralo	Benjamim Constante do Amaral (tenente Coronel)	1881	
Inhacorá	Bento Rolim de Moura	1876	1879
	Benjamim Constante do Amaral	1881	
Nonoai, Pinheiro Ralo, Guarita e Inhacorá	Idelfonso José de Oliveira	1886	
Pontão/ Santa Isabel	Alberto Marques de Almeida	1857	1859 (?)
	Juvino Antônio de Matos / José Leonardo	1860	Dispensa de um e nomeação do outro
Santa Isabel/ Aldeia da Colônia militar de Caseiros	Padre Antônio de Morais Branco	1862	1862
Caseiros	Davi Antônio de Oliveira	1879	

ANEXO 4 – MAPA DOS ALDEAMENTOS DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO (1822-1870)

É possível visualizar este mapa de maneira interativa através do link:

<https://www.google.com/maps/d/edit?mid=1Gum9a09qsjJT0-8vjHM4VICkyfxyXq4&usp=sharing>

FONTES:

FONTE: AHRS.FI. M2, M3, M4 E M4; HD.BND. RPP (1830-1889)

ALDEAMENTOS DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO 1822-1870



ALDEIAS KAINGANG

1. Nonoai
2. Guarita
3. Santa Isabel / Caseiros
4. Inhacorá



ALDEIAS KAINGANG "NÃO OFICIALIZADAS"

5. Pontão / Vacaria
6. Erechim
7. Campo do Meio



ALDEIAS GUARANIS "NÃO OFICIALIZADAS"

8. Cachoeira
9. Encruzilhada
10. São Luís das Missões



ALDEIAS GUARANIS

11. São Nicolau do Rio Pardo
12. São Vicente



LOCAIS REFERENCIADOS

13. Mato Castelhana/ Mato Português
14. Passo do Goio-Ên
15. Palmas

